

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas**  
**Departamento de Geografia**  
**Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana**

***PROJETO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO  
E SOCIALISMO DE MERCADO  
NA CHINA DE HOJE***

**ELIAS MARCO KHALIL JABBOUR**

São Paulo  
2010

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas**  
**Departamento de Geografia**  
**Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana**

***PROJETO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO  
E SOCIALISMO DE MERCADO  
NA CHINA DE HOJE***

**ELIAS MARCO KHALIL JABBOUR**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Geografia Humana.

Orientador: Prof. Dr. ARMEN MAMIGONIAN

São Paulo  
2010

Ao maior pensador brasileiro do século XX:  
**IGNACIO DE MOURÃO RANGEL** (1914-1994)

À minha companheira **LUCIANA**.

Para **CLÁUDIO** e **DONA AURORA**,  
meu eterno carinho.

Ao mestre, com carinho,  
**ARMEN MAMIGONIAN**

Com profunda gratidão a  
**RENATO RABELO E HAROLDO LIMA**

*No conjunto, nossos objetivos não são tão ambiciosos. Nós nos damos 20 anos – isto é, de 1981 até o final do século – para quadruplicar nosso PIB e alcançar uma prosperidade comparável, com uma renda per capita anual de US\$ 800 a US\$ 1.000. Então nós devemos tomar esse quadro como novo ponto de partida e tentar quadruplicá-lo novamente, de modo a atingir uma renda per capita de US\$ 4.000 em mais 50 anos. O que isso significa?*

*Isso significa que na metade do próximo século esperamos alcançar o nível dos países moderadamente desenvolvidos. Se atingirmos esse objetivo, primeiro, nós teremos cumprido uma tremenda tarefa; segundo, nós teremos feito uma verdadeira contribuição à humanidade; e terceiro, nós teremos demonstrado de forma mais convincente a superioridade do sistema socialista. Como nosso princípio de distribuição é socialista, nossa renda per capita de US\$ 4.000 será diferente de igual quantia nos países capitalistas. Por uma razão, a China tem uma enorme população. Se supusermos que em meados do século XXI nossa população terá chegado a 1,5 bilhão e que nós teremos uma renda per capita de US\$ 4.000, então nosso PIB anual será de US\$ 6 trilhões, isso posicionará a China no topo do ranking das nações. Quando atingirmos essa meta, nós teremos não somente aberto uma nova trilha aos países do Terceiro Mundo, que representam três quartos da população mundial, mas também – e isso é ainda mais importante – teremos demonstrado a humanidade que o socialismo é o único caminho e que é superior ao capitalismo.*

*Portanto, para construir o socialismo é necessário desenvolver as forças produtivas. Para sustentar o socialismo, um socialismo superior ao capitalismo, é imperativo primeiro e mais importante eliminar a pobreza. É verdade, nós estamos construindo o socialismo, mas isso não significa que o que nós conquistamos até agora corresponde ao padrão socialista. Não antes da metade do próximo século, quando nós tivermos atingido o nível das nações moderadamente desenvolvidas, poderemos dizer que realmente construímos o socialismo e declarar de forma convincente que o socialismo é superior ao capitalismo. Nós estamos avançando rumo a essa conquista.*

**DENG XIAOPING (1904-1997), arquiteto da política de Reforma e Abertura.**

## RESUMO

JABBOUR, Elias Marco Khalil. *Projeto nacional, desenvolvimento e socialismo de Mercado na China de hoje*. São Paulo, 2010. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

O presente trabalho tem por objetivo buscar a relação – e síntese – existente entre projeto nacional, desenvolvimento e o modelo “socialista de mercado” na China de hoje. Para tanto, amparamo-nos numa abordagem que privilegiou uma visão de *processo histórico* à compreensão da própria visão dos clássicos do *materialismo histórico* acerca da historicidade intrínseca a categorias como *transição, processo, socialismo, mercado, planejamento, propriedades privada e estatal e poder político*. Partindo do pressuposto da complexidade inerente à formação social chinesa – evidenciada na convivência no mesmo país de *formações econômico-sociais contemporâneas, mas não coetâneas* –, pudemos concluir que o espetacular crescimento econômico chinês é fruto de uma decisão política e visão estratégica que serve de amparo à maximização do mercado, do planejamento, da iniciativa privada e da propriedade estatal dos meios de produção. Como uma experiência socialista em estágio inicial, além do poder político, é importante salientar a centralidade – ao processo de desenvolvimento – tanto do controle estatal sobre os instrumentos cruciais do processo de acumulação (juros, crédito, câmbio e sistema financeiro) quanto da formação de 149 conglomerados estatais nos setores-chave da economia do país. A análise de alguns fatores essenciais do processo em curso na China nos deixou, neste trabalho, a clara percepção de que o século XXI será moldado no curso tanto do processo de unificação do imenso território econômico chinês quanto do crescente poderio financeiro do país. Poderio financeiro com grandes perspectivas de proscrever os instrumentos de dominação nascidas no âmbito de Bretton Woods.

**Palavras-Chave:** China. Desenvolvimento. Projeto nacional. Socialismo. Transição. Mercado.

## ABSTRACT

JABBOUR, Elias Marco Khalil. *National Project, Development and Market Socialism in China's Today*. São Paulo, 2010. Thesys (Doctored in Human Geography) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

This paper aims to seek the relationship - and synthesis - between national project, development and the "socialist market" model in China today. For that we brought him an approach that favored a vision of historical process to understand the very sight of the classics of historical materialism concerning the historicity intrinsic to categories such as transition process, socialism, markets, planning, state and private properties and political power. Assuming the inherent complexity of Chinese social formation - evidenced by the coexistence in the same country of contemporary socio-economic formations, but not coetaneous - we concluded that the spectacular Chinese economic growth is the result of a political and strategic vision that serves as a refuge the maximization of market planning, private and state ownership of means of production. As a socialist experiment in the initial stage, in addition to political power, it is important to stress the centrality - the development process - both from state control of the crucial instruments of the accumulation process (interest rates, credit, currency and financial system) as in the training 149 state conglomerates in key sectors of the economy. The analysis of some essential factors of the ongoing process in China has left us in this work, the clear perception that the twenty-first century will be shaped in the course of both the process of unification of the Chinese economic vast territory, much of the country's growing financial might. Financial power with great prospects to proscribe the instruments of domination born under Bretton Woods.

**Keywords:** China. Development. National project. Socialism. Transition. Market.

## “Uma imagem vale mais que mil palavras”



Na Praça Tiananmen, Elias Jabbour em meio a três gerações de uma família camponesa da província de Sichuan. Estavam a cumprir, segundo o “chefe da família”, uma missão patriótica: a de visitar o mausoléu do “libertador nacional” Mao Tsétung (julho de 2009).

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	17
<b>2. O MÉTODO E A BUSCA DO SENTIDO HISTÓRICO DA TRANSIÇÃO E DO “SOCIALISMO DE MERCADO”</b> .....	30
2.1 O MÉTODO E A “RESTAURAÇÃO CAPITALISTA” NA CHINA.....	30
2.1.1 O socialismo com características chinesas como expressão do processo.....	34
2.1.2 Pós-modernidade e “neutralidade” científica.....	36
2.2 O PONTO DE ENCONTRO ENTRE A GEOGRAFIA E A ECONOMIA POLÍTICA NA CATEGORIA DE FORMAÇÃO SOCIAL.....	37
2.2.1 Exemplo: a categoria de formação social em contraponto à perspectiva do “sistema-mundo”.....	41
2.2.1.1 Um problema – também – de ortodoxia marxista.....	42
2.2.1.2 Modo de produção e processo.....	44
2.2.1.3 O “sistema-mundo” e o socialismo.....	46
2.3 FORMAÇÃO SOCIAL E SOCIALISMO DE MERCADO NA CHINA.....	48
2.3.1 A historicidade do desenvolvimentismo chinês (1).....	49
2.3.2 Algumas considerações acerca do socialismo na China.....	53
2.3.2.1 Os pilares do socialismo de mercado na China.....	54
2.3.3 A “via prussiana” com características socialistas.....	57
2.3.3.1 A necessária compreensão da transição feudalismo-capitalismo e a “revolução pelo alto”.....	58
2.3.3.2 O “modelo soviético” e/ou “revolução pelo alto”.....	61
2.3.3.3 A Reforma e a Abertura de 1978 e a “grande estratégia”.....	65
2.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O MERCADO E A TRANSIÇÃO E UM MODELO DE APROXIMAÇÃO AO SOCIALISMO DE MERCADO CHINÊS.....	74
2.4.1 O contraditório a-histórico no ultraliberalismo.....	77
2.4.2. Oskar Lange e a “solução competitiva” no socialismo.....	79
2.4.3 Acumulação no rumo do “socialismo pleno”.....	81
2.5 CONCLUSÕES DA PARTE 1.....	83



### **3. ESTADO, DESENVOLVIMENTO E A DINÂMICA DA FORMAÇÃO SOCIAL CHINESA..... 87**

#### **3.1 A GEOGRAFIA E O IMPERATIVO DO ESTADO E DO DESENVOLVIMENTO. 88**

##### **3.1.1 Um relato rápido de travessias norte-sul..... 90**

#### **3.2 ESTADO E MERCADO NO DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DA CHINA..... 94**

##### **3.2.1 A problemática do desenvolvimento..... 95**

##### **3.2.2.2 Relações externas de produção e comércio exterior planejado..... 97**

##### **3.2.2.3 A historicidade do desenvolvimentismo chinês (2)..... 99**

##### **3.2.2.3.1 “Caminho natural para a opulência” ou “via dos produtores”?..... 105**

##### **3.2.3 Questão Cultural e Desenvolvimento na China..... 107**

##### **3.2.3.1 Homem, natureza, ideologia e forças produtivas..... 109**

##### **3.2.3.2 Relações diversas..... 111**

##### **3.2.4 Nacionalismo, socialismo e desenvolvimento..... 114**

#### **3.3 CONCLUSÕES DA PARTE 2..... 116**

### **4. O DESENVOLVIMENTISMO CHINÊS COM CARACTERÍSTICAS SOCIALISTAS..... 122**

#### **4.1 V. LÊNIN E O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO EM SOCIEDADES AGRÁRIAS..... 123**

##### **4.1.1 Lênin e o problema/solução do mercado..... 123**

##### **4.1.1.1 De Samara à NEP..... 124**

##### **4.1.1.2 O mercado, propriedade privada e o desenvolvimento numa formação social complexa..... 129**

#### **4.2 O PLANEJAMENTO, O MERCADO, O ESTADO E A MEDIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO..... 135**

##### **4.2.1 A dialética do desenvolvimento e as relações entre mercado e planejamento..... 135**

##### **4.2.1.1 Níveis de planejamento..... 137**

##### **4.2.1.2 Atributos do “modelo chinês”..... 140**

##### **4.2.2 O desenvolvimento, as diferentes formações econômico-sociais e os setores constitutivos e mediadores do processo..... 142**

##### **4.2.2.1 Crescimento econômico, divisão social do trabalho e produtividade..... 146**

4.3	POUSO NO CONCRETO: SOBRE O FATOR “MÃO DE OBRA BARATA”	149
4.3.1	Grande coincidência nos casos da China de hoje e da URSS de ontem	149
4.3.1.1	Centralidade do fator trabalho?	150
4.3.2	A relação entre o socialismo e a taxa de exploração: a questão do financiamento	152
4.3.2.1	Superexploração e visão de conjunto	153
4.4	CONCLUSÕES DA PARTE 3	155
<b>5.</b>	<b>O DESENVOLVIMENTO E SUAS FACES NA CHINA</b>	<b>159</b>
5.1	O CRESCIMENTO ECONÔMICO	159
5.1.1	Dispositivos gerais do crescimento	159
5.1.1.1	Sobre as Empresas de Cantão e Povoador (ECPs)	171
5.1.2	Crescimento potencial e real	180
5.1.2.1	O estatal, o privado e o crescimento na China	182
5.1.2.1.1	As múltiplas formas de propriedade	183
5.1.2.1.2	O real tamanho do público e do privado	185
5.1.2.1.3	As estatais na China e o peso dos investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	192
5.2	INSERÇÃO EXTERNA SOBERANA E ACUMULAÇÃO DE CAPITAL	204
5.2.1	A geopolítica da plena inserção	206
5.2.1.1	A dinâmica territorial da “abertura ao exterior”	208
5.2.1.1.1	A economia continental chinesa em meados do presente século	213
5.2.2	Os Investimentos Estrangeiros Diretos (IEDs) e sua parte no processo	215
5.2.2.1	A estratégia macroeconômica	215
5.2.2.1.1	As duas faces da mesma moeda: o dólar e o yuan	219
5.2.2.2	Os IEDs em si	228
5.2.2.2.1	A serviço de um projeto nacional ou à desindustrialização?	229
5.2.2.2.2	Criador ou criatura do desenvolvimento?	235
5.2.3	Política externa e a tendência recente e crescente dos IEDs chineses no exterior	241
5.2.3.1	A China e a redefinição das relações centro-periferia	242
5.2.3.1.1	Um rápido olhar sobre as multinacionais	246
5.2.3.1.2	O alcance dos IEDs chineses	249
5.2.3.1.2.1	Fatores de expansão	250
5.2.3.1.2.2	Evolução e lógica geográfica do processo	252

5.3 O CRÉDITO E AS “MÚLTIPLAS FORMAS DE FINANCIAMENTO” COMO O MOTOR PRIMÁRIO DO DESENVOLVIMENTO CHINÊS.....	256
5.3.1 Capitalismo, socialismo e sistema financeiro.....	257
5.3.2 Exemplos e viagens.....	261
5.3.2.1 Conversas esclarecedoras.....	261
5.3.2.1.1 Chongqing e Três Gargantas.....	262
5.3.2.1.2 Pequim, janeiro de 2007: no Ministério das Ferrovias.....	265
5.3.3 Transitando para um novo sistema financeiro.....	267
5.3.3.1 O processo de desenvolvimento do sistema nacional de financiamento e a lógica histórica do desenvolvimento recente da China.....	268
5.3.3.1.1 O processo de recentralização financeira.....	273
5.3.3.1.1.1 O movimento da mudança do uso do financiamento e os ativos financeiros.....	276
5.4 A MILENAR E CONTEMPORÂNEA QUESTÃO REGIONAL NA CHINA.....	279
5.4.1 Desenvolvimento regional na “Nova China”.....	280
5.4.1.1 A política de desenvolvimento regional entre 1949-1978.....	281
5.4.1.1.1 Da hinterlândia litorânea à “economia regional autossustentada”.....	282
5.4.1.1.2 Resultados do processo pré-1978.....	285
5.4.1.1.3 As potencialidades e os limites dessa linha de desenvolvimento regional.....	288
5.4.1.2 Gradualismo e expansão econômica “continental”: 1978-2010.....	294
5.4.1.2.1 Preferências regionais 1978-1992.....	294
5.4.1.2.1.1 Fatores convergentes de renda: reforma rurais e ECPs.....	297
5.4.1.2.2 Preferências regionais 1992-2010.....	299
5.4.1.2.2.1 O grande desafio do Estado chinês no desenvolvimento do oeste.....	302
5.5 REFLEXÕES SOBRE O “MUNDO AGRÁRIO” CHINÊS E SEU DESENVOLVIMENTO.....	308
5.5.1 O problema rural de volta ao centro.....	309
5.5.1.1 Problemas e avanços do processo de desenvolvimento e da agricultura na China.....	310
5.5.1.1.1 Os ciclos da produção agrícola recente.....	312
5.5.1.2 Salto econômico e conjuntura.....	316
5.5.1.2.1 Hábitos de consumo e pressão positiva sobre a produção.....	316
5.5.1.2.2 A contradição, a OMC, a cooperativização do processo produtivo e a “pequena produção mercantil” nas periferias de grandes centros.....	317
5.5.1.3 O “Novo Campo Socialista”.....	320
5.5.1.3.1 Medidas para enfrentar a questão social e financeira.....	321
5.5.1.3.1.1 No rumo de um novo sistema financeiro rural.....	325
5.5.1.3.2 A reforma do estatuto de concessão de terra: privatização?.....	331
5.5.1.3.2.1 Buscando consolidar o processo.....	332
5.6 O DILEMA AMBIENTAL CHINÊS.....	334
5.6.1 O “fundo do poço”?.....	334

5.6.1.1 Péssimas impressões.....	335
5.6.1.2 Posturas diante do concreto, experiências de viagens e questões de ordem subjetiva.....	336
5.6.1.2.1 O desenvolvimento como pré-condição à solução do óbice ambiental chinês.....	338
5.6.2 O grande esforço estratégico.....	339
5.6.2.1 De uma postura hesitante ao engajamento diferenciado.....	340
5.6.2.1.1 Primeiros sinais para o mundo.....	342
5.6.2.1.2 Cooperação e competição com os Estados Unidos.....	343
5.6.3 Avanços na “indústria verde” chinesa.....	346
5.6.3.1 Uma grande reserva de mercado.....	347
5.6.3.1.1 Reflorestamento, um grande negócio.....	348
5.6.3.1.2 A expansão das formas solar e eólica de geração de energia.....	349
5.4 CONCLUSÕES DA PARTE 4.....	352
<b>6. CONCLUSÕES/REFLEXÕES.....</b>	<b>356</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>366</b>

## SUMÁRIO DE TABELAS, MAPAS E GRÁFICOS

TABELA 1 – <i>Crescimento econômico da China, 1978-1990 (%)</i> .....	160
TABELA 2 – <i>Crescimento econômico da China, 1991-1999 (%)</i> .....	160
TABELA 3 – <i>Crescimento econômico da China, 2000-2009 (%)</i> .....	160
TABELA 4 – <i>Quadro comparativo entre o crescimento chinês, mundial e de alguns países selecionados, 2003-2007 (%)</i> .....	162
TABELA 5 – <i>Composição e dinâmica do PIB chinês (1978-2007)</i> .....	165
TABELA 6 – <i>Contribuição de cada setor da economia ao crescimento chinês, 1990-2007 (%)</i> .....	167
TABELA 7 – <i>Dinâmica da população e emprego na China, anos selecionados entre 1952 e 2005 (em milhões)</i> .....	169
TABELA 8 – <i>Trabalhadores empregados nas Empresas de Cantão e Povoado, anos selecionados (em milhões)</i> .....	171
TABELA 9 – <i>Total de valor agregado nas empresas de Cantão e Povoado, anos selecionados (unidade: 1 milhão de yuanes)</i> .....	176
TABELA 10 – <i>Participação das ECP`s nas exportações chinesas (em 100 milhões de yuanes e em %)</i> .....	178
TABELA 11 – <i>Estatais x privadas na China: número de empresas, participação da produção industrial e população empregada, 1998-2007 (%)</i> .....	186
TABELA 12 – <i>Empresas chinesas no ranking da Fortune 500</i> .....	187
TABELA 13 – <i>Índices de produtividade e lucratividade entre empresas estatais e privadas (em 10.000 yuanes)</i> .....	190
TABELA 14 – <i>Índices básicos em Ciência e Tecnologia na China, 2003-2007</i> .....	193
TABELA 15 – <i>Aplicação de recursos em P &amp; D mais participação de gastos governamentais, 2007 (em %)</i> .....	200
TABELA 16 – <i>Reservas Internacionais da China, 1980-1990 (em bilhões de US\$)</i> .....	216
TABELA 17 – <i>Reservas Internacionais da China (1991-2001 em bilhões de US\$)</i> .....	216
TABELA 18 – <i>Reservas Internacionais da China (2002-mar/2010 em bilhões de US\$)</i> .....	217
TABELA 19 – <i>Cotação do yuan diante das principais moedas estrangeiras (unidade: cem yuanes)</i> .....	226
TABELA 20 – <i>Fluxo de IEDs na China, 1984-1996 (em bilhões de US\$)</i> .....	228

TABELA 21 – Fluxo de IEDs na China, 1997-2008 (em bilhões de US\$).....	228
TABELA 22 – Exportações, 1978-1994 (em US\$).....	238
TABELA 23 – Exportações, 1995-2000 (em US\$).....	238
TABELA 24 – Exportações, 2001-2008 (em US\$).....	238
TABELA 25 – IEDs na China por país de origem, 1990-2008.....	238
TABELA 26 - As grandes multinacionais chinesas no século XXI.....	248
TABELA 27 – China: os dez maiores receptores de IED chinês, 2004-2008 (em US\$ milhões).....	253
TABELA 28 – China: distribuição internacional de seus IEDs, 2004-2008 (em %).....	255
TABELA 29 – China: Participação/Composição nos ativos, por tipo de instituição, 1993-2004 (bilhões de dólares).....	269
TABELA 30 – Investimentos em construções básicas, 1953-1999 (aumento dos investimentos em % entre Leste, Centro-Oeste, Central e Oeste).....	286
TABELA 31 – Produção de grãos, 1978-1987 (em milhões de toneladas).....	313
TABELA 32 – Produção de grãos, 1988-1998 (em milhões de toneladas).....	313
TABELA 33 – Produção de grãos 1999-2008 (em milhões de toneladas).....	313
TABELA 34 – Evolução da área irrigada, consumo de fertilizantes, estações hidroelétricas e consumo de energia elétrica na zona rural chinesa (anos selecionados).....	315
TABELA 35 – Alcance geral do Sistema de Medicina Cooperativa.....	323

\*\*\*

MAPA 1 – China: divisão política-administrativa.....	90
MAPA 2 – Elevações topográficas.....	90
MAPA 3 – Porcentagem total por província de terras em condições de plantio.....	92
MAPA 4 – China: densidade populacional (número de habitantes por quilômetro).....	104
MAPA 5 – Primeiras Zonas Econômicas Especiais implantadas + Hong-Kong e Macau.....	210
MAPA 6 – Localização de Chongqing em relação à Guangdong.....	212
MAPA 7 – Escala de preferência da política regional chinesa (1980).....	295
MAPA 8 – Escala de preferência da política regional chinesa (1984).....	296
MAPA 9 – Escala de preferência da política regional chinesa (1988).....	296

MAPA 10 – Escala de preferência da política regional chinesa (1992).....	299
MAPA 11 – Escala de preferência da política regional chinesa (1998).....	300
MAPA 12 – Taxa de crescimento anual e médio do PIB per capita na China, 1979-1998 (em %). .....	300
MAPA 13 – Localização de cidades-piloto à reforma do sistema financeiro rural.....	327
MAPA 14 – Escalas de produção de energia solar na China (e localização dos dois últimos congressos nacionais sobre o tema).....	350
MAPA 15 - Fatores de capacidade para instalação de unidades geradoras de energia eólica.....	351

\*\*\*

GRÁFICO 1 – População chinesa ano 1-2030.....	71
GRÁFICO 2 – Formação Bruta de Capital Intensivo na China, 1990-2008 (% do PIB).....	164
GRÁFICO 3 – Investimentos em ativos fixos por tipo de empresa, jan-2006 a out-2009 (% sobre o total dos investimentos realizados no país).....	189
GRÁFICO 4 – Balança comercial chinesa com Leste Asiático e Japão.....	217
GRÁFICO 5 – Resultado em conta-corrente na China, 1990-1998 (em % do PIB).....	218
GRÁFICO 6 – Dívida externa líquida da China, 1990-1998 (em % das exportações).....	219
GRÁFICO 7 – China: Fluxo e Estoque de IED no exterior, 1990-2008 (em US\$ bilhões).....	251
GRÁFICO 8 – Estoque de ativos financeiros na China, 1994-2004 (% do PIB).....	277
GRÁFICO 9 – Desigualdade interprovincial (PIB e consumo).....	298
GRÁFICO 10 – Crescimento médio anual das províncias do oeste da China, 1978-1998 e 1998-2008 (%). .....	306
GRÁFICO 11 – Total de ativos das instituições e cooperativas de crédito rural, 2003-2008 (em bilhões de yuanes).....	330





## 1. INTRODUÇÃO

O tema que pretendo discorrer neste trabalho insere-se numa problemática nada nova. Reside na busca por algumas sínteses entre projeto nacional, desenvolvimento e socialismo na China. Duas observações são pertinentes. Primeiramente, dezesseis anos de estudos, três viagens ao país e milhares de conversas com meu orientador permitiu-me ter segurança para apresentarmos algo que urge certa criatividade. Neste trabalho não se observará revisões bibliográficas infundáveis, nem tampouco inúmeras referências **bibliográficas** de “meio de parágrafo” como forma de assentar determinado argumento. Por exemplo, não é necessária uma leitura completa dos trabalhos de I. Wallerstein para perceber qual sua visão sobre o socialismo. Da mesma forma que não é nas obras políticas de Lênin que se encontrarão respostas para uma “teoria do desenvolvimento em sociedades agrárias”. Propus-me o desafio de me distinguir elaborando uma visão particular dos acontecimentos à luz do *materialismo histórico*. Sinto-me disposto a colher o ônus e o bônus desta escolha.

Também me coloquei o desafio de, em nenhum momento, colocar um ponto final nesse tema. O conhecimento, a experiência e a serenidade é algo que somente o *tempo*, a *mente aberta* e a *humildade* podem nos proporcionar. Esse assunto não se encerra nesta tese.

\*\*\*

Quais são minhas principais referências? Não se trata de pergunta de difícil resposta. Balizo-me pelo materialismo histórico de Karl Marx, Friedrich Engels, Vladimir Lênin e dos pensadores brasileiros Ignacio Rangel e Armen Mamigonian. Como geógrafo, permito-me não cair na tentação de atribuir a Karl Marx o equívoco de não ter trabalhado com a dita categoria de “espaço”. Atribui-se tal engano aos geógrafos “marxistas” que não conhecem os trabalhos de Marx sobre a Ásia e as regiões coloniais. Tampouco creio que o território seja o motor do processo. O motor do processo é a luta de classes, sendo o território e a divisão social do trabalho as consequências desta luta. Se a luta dos trabalhadores avança, avança também a divisão social do trabalho. Se a correlação de forças entre imperialismo, socialismo e projetos nacionais autônomos desfavorece estes últimos, a divisão social do trabalho estanca e até retrocede. Não cabem invenções nem elucubrações sobre a “desigualdade do território”, como alguns geógrafos

propugnam ao analisar a realidade periférica fora de marcos politizados e historicizados (igualando Kirchner, Evo Morales e Obama de acordo com a “desigualdade territorial”). **A divisão social do trabalho somente desaparece no comunismo. Daí, trabalharmos a hipótese marxista, que tem na superação da divisão social do trabalho a principal tarefa da transição socialismo/comunismo.** Esta definição de transição socialista permeia todo este trabalho.

De Marx e Engels tentei garimpar suas dispersas proposições sobre a transição socialista. É bem verdade que não se aventuraram nesta seara de forma efusiva, mas também é verdade que a teoria da história elaborada pelos dois pensadores nos capacitou a compreender as *tendências históricas* principais ao entendimento da transição. No pensamento dos fundadores do materialismo histórico observa-se que o socialismo não encerra nenhum sonho de sociedade igualitária. Isso é anticientífico na medida em que os esquemas de distribuição no socialismo ainda estão sob a égide do trabalho e não da necessidade. Busquei-me apropriar da máxima da *contradição como o motor do processo* para trabalhar o processo de desenvolvimento como algo que surge da necessidade de solucionar problemas que não se encerram por si mesmos, pois o processo é marcado pelo surgimento de outros problemas e outras soluções. Assim, busco-me diferenciar daqueles que colocam excessiva ênfase nas contradições do processo de desenvolvimento na China, bem como não a classificam de “socialista” pela pura existência de desigualdades de diversas montas. A desigualdade social e regional é uma *contradição do processo*. O que determina, nesse aspecto, o caráter socialista da dinâmica chinesa é saber se esses problemas estão sendo enfrentados ou não.

Socialismo como superação da divisão social do trabalho. Fator interessante para se entender em que estágio de transição se encontra a China. Um país com mais da metade da população vivendo no campo e diferentes formas de produção convivendo entre si, formando um todo heterogêneo. Assim transito de Marx e Engels para Lênin, tentando resgatar a essência da produção de Lênin sobre a transição em *formações sociais periféricas*. Maximizar a produção privada camponesa, centralizar a grande produção sob formas socialistas de propriedade e indigenizar o que de mais avançado o mundo exterior e capitalista produziram são alguns itens. A especialização da agricultura e da indústria mediada pelo avanço da técnica conforma uma divisão social do trabalho em plena transição. Digo *transição*, neste caso, para tratar – na tese – a necessária correspondência entre diferentes níveis de transição que podem afetar uma *formação*

*social*. O Lênin da Nova Política Econômica (NEP) não nasceu de um passe de mágica; este Lênin é resultado de sua própria produção teórica (última década do século XIX) voltada à compreensão do mundo camponês russo. Lênin percebe na *pequena produção mercantil* uma fonte de ociosidade produtiva a ser amplamente explorada no rumo da acumulação. Eis o “x” que liga a Rússia de Lênin à China de Deng Xiaoping. É o “x” inclusive para compreender o imperioso da convivência de diferentes formas de propriedade num socialismo em estágio inicial.

\*\*\*

O senso comum alimenta teses de restauração capitalista na China a partir do avanço da propriedade privada e do capital estrangeiro. Por outro lado, ainda não tornou-se uma rotina metodológica classificar a China como uma *formação social complexa*. Afinal de contas (não poucas vezes neste trabalho me remeterei a este termo), o que significa isso? Significa muito, significa extrair o que de melhor Lênin e Ignacio Rangel trabalharam em seus tempos. A transição na Rússia deveria obedecer a velocidades distintas diante de diferentes modos de produção que conviviam em uma *unidade de contrários*. Uma *formação social complexa* é aquela que se comporta de forma ativa diante da conjuntura econômica internacional e se vê diante de diferentes formas de produção interna que transitam de acordo com o contato entre as *leis econômicas* da própria formação social com as *leis econômicas* do *centro do sistema* em seu tempo. A grande indústria pode ser produto do financiamento externo e a *pequena produção mercantil* pode se transformar em indústria em concordância com os impulsos da superestrutura. A *economia de mercado*, como produto histórico das relações entre homem e natureza, é o termômetro do processo de desenvolvimento a partir do “desmanche” da economia voltada à subsistência (economia natural) e a entrada de seus integrantes na lógica da especialização, da concorrência, da economia de mercado em si. Sob o socialismo, a *lei da correspondência entre superestrutura e base econômica* deve obedecer a esta dinâmica.

Assim Lênin elencou, em seu tempo, as diferentes *formações econômico-sociais* presentes na grande Rússia. A vasta China e a complexidade de sua formação em muito coincidem com a Rússia. Neste caso, a indústria socializada deve passar por um largo processo de concentração e centralização, acompanhada pelo controle dos instrumentos estratégicos do processo de acumulação pelo Estado de novo tipo, pela formação de um vasto esquema de intermediação

financeira. À propriedade privada, em condições normais de tempo e temperatura, deve se deixar cumprir seu papel histórico estabelecido não pela vontade humana, mas, principalmente, pelas leis da sociedade e da natureza.

**O caráter socialista de uma formação social complexa não reside no tamanho e na extensão da propriedade privada e sim no que é dominante: caráter de classe do poder político, o controle dos meios estratégicos de produção e a detenção dos instrumentos estratégicos do processo de acumulação (câmbio, crédito, juros e sistema financeiro), além do monopólio sobre o comércio exterior.**

Ignacio Rangel desenvolveu as idéias de Lênin neste quesito. Sua visão dialética do processo de desenvolvimento municiou-me para a percepção de pelo menos três relações que foram centrais no desenvolvimento desta tese. A primeira, entre a *historicidade* intrínseca e o papel do privado e do estatal no processo de desenvolvimento. Além disso, a própria relação entre *mercado* e *planejamento* como duas categorias que em tese não se anulam. O problema da propriedade privada não deve ser vista sob marcos *morais*, e sim *históricos*. Outra relação está em decifrar qual é a *variável estratégica* de um processo de desenvolvimento numa formação periférica. Podem existir mais de uma, porém o papel do comércio exterior é algo a ser destacado. O contato entre o *externo* e o *interno* determina a própria lógica do comportamento das diferentes formações econômico-sociais numa mesma formação social. Esse é um aspecto desta relação.

Outro ângulo consiste na lógica dos *ciclos econômicos*. A expansão do comércio exterior traz consequências à formação de reservas em moeda estrangeira, que por sua vez delimita o alcance da taxa de juros e sua atratividade ao crédito interno. A retração externa leva a um processo de centralização e concentração do capital estatal interno e à “liberação” de novas formas de acumulação fora da propriedade estatal. Na China esse movimento explica tanto a formação de 149 conglomerados estatais quanto a liberalização da propriedade privada. Ambas as medidas foram colocadas em prática nos albores da crise financeira asiática de 1997. A acumulação capitalista e seus ciclos guardam grande importância na descoberta dos caminhos chineses. Afinal, é sob leis econômicas, regulamentações comerciais e uma conjuntura amplamente dominada pelo modo de produção capitalista que a China busca se equilibrar e se desenvolver.

Ignacio Rangel gostava sempre de chamar a atenção para a “ordem no caos” representada pelo processo de desenvolvimento num país *complexo* como o Brasil. É interessante notar que,

em minha primeira viagem à China, conversando com alguns estrangeiros, muitos deles chamavam a atenção para o caos no país. “Caos” esse representado por milhares de obras públicas nas cidades, pelo interior transitando do século XVII para o século XX a passos lentos e pelo esplendor magnetizante da Zona de Pudong em Xangai. Em meio a esta confusão de opiniões, ainda sobrava divagações sobre a “democracia”, a “liberdade de expressão” e os “direitos humanos”. Confesso que até eu me sentia confuso. Acostumado com cidades do “mundo livre” como São Paulo (com a “democracia” da ROTA) e Rio de Janeiro (com a “democracia” do BOPE) e até umas áreas em Paris (democracia do isolamento dos negros e muçulmanos), não conseguia entender uma “ditadura feroz” com o menor número de policiais para cada 100.000 habitantes (Pequim) no mundo, nem muito menos o fato de os policiais não andarem armados. O *check-out* em aeroportos chineses demoram pelo menos dez vezes menos o tempo que se passa, para o mesmo fim, no Aeroporto Charles de Gaulle.

Das insistentes leituras de Rangel, das experiências particulares vividas pelo país e na leitura de dados consegui chegar à primeira conclusão mais séria desta tese: **as causas do crescimento econômico chinês devem ser buscados não somente no que existe de padrão no mundo, mas também na análise da complexidade da formação social chinesa**, expressada em diferentes formas de produção no mesmo território.

**Uma complexidade como esta pressupõe crescimento econômico como resultado de alguns fatores. Entre eles, a necessidade da maximização do mercado e sua capacidade de alocar recursos; da maximização também do planejamento, que ocupa o espaço reservado a pensar o estratégico, os grandes empreendimentos, a gestão macroeconômica capaz de gestar movimentos imediatos e futuros da grande economia, agora sob a égide de um poderio financeiro, como já exposto, jamais sonhado pelas antigas gerações revolucionárias. O crescimento chinês é resultado também da maximização do potencial privado, da “permissão” ao cumprimento de seu papel delegado pela história. O privado é ancilar à grande produção socializada e estatal. Trata-se de um setor-chave para as necessárias aberturas de novos campos de investimentos capazes de criar empregos e manter a estabilidade social. O crescimento desse grande país não poderia deixar de estar presente fora da maximização do papel indutor do Estado. A grande empresa é a grande expressão do desenvolvimento capitalista, e também deve ser do desenvolvimento socialista afeiçoado**

**por um poder político de novo tipo e por um sistema financeiro cada vez mais profundo e complexo.**

Ouso definir a formatação de uma base econômica de tipo socialista em etapa inicial como a síntese dos elementos acima elencados.

\*\*\*

Num outro ponto reside, de forma clara, a herança de meu orientador Armen Mamigonian. De forma objetiva, busco desenvolver o que ele tem de melhor: sua capacidade particular de enxergar um movimento dentro de um escopo maior, a partir de uma visão de *processo histórico*. Karl Marx dizia que a única ciência que ele conhecia era a história. O jovem Marx herda de Hegel a noção de *processo*. A noção de processo ganha maturidade e grau de categoria filosófica central ao método do materialismo histórico. *Transição* deixou de ser um mero conceito para também transformar-se em *categoria*. Karl Marx sintetiza todos esses avanços em sua mais completa obra (escrita juntamente com Engels), *A Ideologia Alemã*. Obra esta em que as linhas mestras do materialismo histórico e dialético são pela primeira vez expostas.

É neste livro que se inaugura uma visão de *processo histórico*. A visão de *processo histórico* – do estudo das relações entre homem e natureza e entre os homens com eles mesmos – é a essência do método e da visão marxista de mundo. Seu aperfeiçoamento é a maior contribuição de Mamigonian ao pensamento social brasileiro. Em minha opinião, clara neste trabalho, a visão de *processo histórico* é o passo à frente, a superação da “periodização”, tão cara aos neopositivistas e “fotógrafos” da realidade que lhes cabe. Tal afirmação pode parecer confusa, mas não é. De concreto esta minha opinião guarda sentido na rotineira separação (“periodização”) que se faz entre a China de 1949 e 1978 e a China nascida por meio das reformas de Deng Xiaoping, quando na verdade se trata de dois processos históricos que se imbricam numa dialética de *continuidade* e *ruptura* que escapa ao alcance de jornalistas e “especialistas” em China. Chamo sempre a atenção de que não se compreende o “socialismo de mercado” chinês fora dos marcos da compreensão do *modo de produção asiático* e suas diferenças com o *modo de produção escravista* e mesmo o *modo de produção germânico*.

Acredito que se guarda certa contradição ao se trabalhar esquemas “periodizantes” com categorias de “tempo”, “espaço” e “totalidade”. A subjetividade do pesquisador não deve estar presa a esquemas de conformação da realidade. A subjetividade do pesquisador deve ser preparada para a “análise concreta da situação concreta” capaz de permitir a elaborar o novo e a pensar o futuro; pensar a *grande estratégia* a partir de tendências históricas consagradas e não partindo de milhares de citações como forma de dar certa segurança ao argumento. Somente uma visão de *processo histórico* pode auferir segurança intelectual e teórica ao enfrentamento do presente e do futuro.

**A visão de processo histórico não é um fim em si mesmo.** Só se aprende exercitando e o exercício se dá a partir da utilização de pelo menos algumas categorias-chave do materialismo histórico: *formação social e modo de produção; forças produtivas e relações de produção; superestrutura e base econômica*. A análise da formação social, de seus limites e potencialidades capacita-nos a compreender os *processos e transições* e a convivência entre o “velho” e o “novo” numa unidade dialética e histórica de pura reflexão e sofisticação do pensamento. O termo “formação” está diretamente relacionado a “desenvolvimento”; desenvolvimento este que se dá no território, daí a necessária compreensão tanto da geografia quando do marxismo como ciências que estudam as relações entre homem e natureza e dos homens consigo mesmos. As relações entre homem e natureza redundam no desenvolvimento e acumulação de *forças produtivas*. As relações entre os homens são sinônimos de *relações de produção* que se transformam ao longo do tempo. As *revoluções sociais* são o elo entre o desenvolvimento das *forças produtivas* em contradição com as *relações de produção*. As *forças produtivas* sintetizam a *base econômica* da sociedade, enquanto as relações de produção guardam expressão máxima na *superestrutura* de poder estatal. Por mais citações e teorizações que existam em torno do método da “periodização”, acredito que a simples e pura “periodização” não abarca este nível de complexidade.

**Geografia e história são mais que ciências correlatas. Formam um todo único. Sempre existe a necessidade do salto metodológico. Algo que se confunde com ousadia intelectual e compromisso político. Assim, geografia e história só fazem sentido no “casamento” com a ciência econômica. A economia é a determinante em primeiro grau de todo o processo. Assim como a economia só tem sentido com sua transmutação em**

**“Economia Política”, a geografia e a história só fazem sentido na priorização em “Geografia Econômica” e em “História Econômica”, respectivamente.**

De concreto, isso significa que não faz sentido trabalhar a história e o desenvolvimento de um determinado território sem compreender o papel de uma justa política cambial e de juros no desenvolvimento desse território. Discutir planejamento territorial sem explicitar os meios e elementos do *financiamento deste planejamento* tem sido um exercício de diletantismo muito caro aos geógrafos de hoje, muitos deles mais preocupados em discussões epistemológicas sem fim do que na utilização do trabalho intelectual necessário à transformação da realidade.

\*\*\*

Este trabalho contém quatro partes. Da primeira à terceira parte (1, O método e a busca do sentido histórico da transição e do “socialismo de mercado”; 2, Estado, desenvolvimento e a dinâmica da formação social chinesa; 3, O desenvolvimentismo chinês com características socialistas), fez-se necessário todo um apanhado teórico/histórico e metodológico que desse conta de minha visão particular sobre o processo chinês. Em primeiro plano, demarco fronteira metodológica com os postulados neopositivistas. Neste caso, não se fez suficiente demonstrar as debilidades dessa forma de se encarar a ciência, sendo preciso também expor as características de nossa opção teórica/metodologia. Porém, a demarcação desta fronteira não se dá fora de algo mais profundo. Nosso intento foi o de expor uma visão muito particular e realista sobre o próprio socialismo. **O projeto nacional chinês emana da necessidade de uma visão mais objetiva e histórica do próprio socialismo.** Desta conclusão, nosso ponto de partida foi a assertiva para quem **a Economia Política não é a mesma para todos os países** (Engels). Logo, a investigação de qualquer realidade concreta deve se pautar – em toda sua extensão – na formação social. Não uma ideia de formação social cara à 2ª Internacional, algo que interliga cada formação a uma ideia estanque de modo de produção. Formação social, nesse caso, transforma-se em teoria e método na medida em que abarca sob sua categorização as múltiplas determinações do concreto (geografia, economia, direito, natureza, filosofia etc.). **Não existe Economia Política consequente fora do estudo radical da formação social.** A análise do processo de desenvolvimento é – em primeira estância – a análise da história do processo de desenvolvimento. Assim procuramos acumular também no sentido de colocar a invalidade teórica



de modismos como o “sistema-mundo” de Immanuel Wallerstein, tão caro também a Caio Prado Jr, Paul Sweezy, Istvan Mészáros e àqueles que buscam enterrar os debates sobre não somente o socialismo, mas também os relacionados à formação social brasileira. Desta forma, investigar os meandros da dinâmica da formação social chinesa nos instrumentaliza de instrumentos poderosos à compreensão de uma realidade tão peculiar.

Se as *relações de produção* e as *forças produtivas* são produtos do *tempo* e do *espaço*, logo como expressões deste mesmo *tempo* e *espaço* também devem ser observadas categorias como o *mercado* e a *propriedade privada*. Assim como o próprio *socialismo*. São três categorias que devem ser vistas à luz da história. Somente o desenvolvimento das forças produtivas pode dar prazo de validade histórica ao *mercado* e à *propriedade privada*. A questão não é moral, nem a de busca de um mundo perfeito, do “homem novo”. O desenvolvimento das forças produtivas enceta não um mundo longe de contradições, mas *relações sociais* que denotam a própria superação da *pré-história da humanidade*. **E o mercado e a propriedade privada como marcos históricos devem estar a serviço não somente do capitalismo, mas também do socialismo.** O contrário disto é pura ladainha religiosa, temperada pela busca de uma sociedade jamais sonhada pelos clássicos do *materialismo histórico*.

Qual Estado que tem dado cabo de um projeto nacional capaz de mudar qualitativamente a correlação de forças no mundo com seu desenvolvimento? Trata-se de uma razoável questão que tentamos responder neste trabalho. O Estado chinês reinaugurado em 1949 não é um produto de si mesmo ou mesmo da divindade de um homem. É um Estado construído ao longo de pelo menos 2.500 anos, fruto de uma precoce *economia de mercado* e causa e consequência de uma divisão social do trabalho que desde então alçava as massas camponesas ao leme do curso político. Um Estado que surge diante de desafios que a própria geografia o impôs. Esta mesma geografia que impele a moderna República Popular a enfrentar o nó górdio de vastas regiões do país ainda atreladas à perifericidade e ao atraso. Condições tais que estão sendo objeto de amplo enfrentamento. Enfrentamento que se dá com o auxílio da técnica, do moderno poderio financeiro chinês e da disposição política de colocar o país na vanguarda do século presente.

Esta mesma formação social cujos limites só seriam postos à prova com a ocupação estrangeira, buscou soluções aos seus problemas de coesão estatal e formatação de sua superestrutura em formas de administração que seriam adotadas, na Europa, somente em meados do século XIX. É irresistível perceber que o moderno planejamento chinês e o processo de

formação dos quadros governantes de seu Estado guardam muito da minúcia e da engenharia de grandes obras milenares e de um nada rústico planejamento urbano. Planejamento este que se mostrou capaz de projetar uma cidade como Pequim na mesma época histórica em que a Europa se afogava em sangue de guerras religiosas. **O projeto nacional, o desenvolvimentismo e o socialismo com características chinesas têm na essência a milenaridade do Império Chinês.**

Como poderão perceber, as três primeiras partes do trabalho estão amplamente dedicadas a uma discussão de fundo do socialismo, da formação social chinesa e da dinâmica desta formação sob os auspícios do desenvolvimento com características chinesas. Falar em desenvolvimentismo chinês deve ser seguida de uma teorização também da dinâmica das diferentes formações econômico-sociais em conflito e suas relações no território. A transformação do país se acentua com a sua entrada na *Divisão Internacional do Trabalho*, o que faz com que o comércio exterior passasse a ser a variável estratégica do processo. Variável esta capaz de dar lubrificação para que as “transições dentro da grande transição” ocorra em um ritmo e velocidade pautado pelo Estado. O centro desta transição interna está na transferência de recursos para a economia de mercado. Esta transição de recursos não se restringe à questão financeira, mas principalmente de pessoas que deixam a economia de subsistência para adentrarem na produção mercantil e/ou socializada. O processo de desenvolvimento tem como ponto de avaliação inicial a dinâmica da entrada ou saída de pessoas na economia de mercado.

**A transição para o socialismo, do ponto de vista interno, mede-se pela entrada de contingentes de trabalhadores na economia socializada. A economia socialista de mercado pode ser vista como uma lei de correspondência entre um Estado que enceta a transição ao socialismo com uma base econômica onde coexistem diversas formas de produção; diversas formações econômico-sociais num imenso e variado território.**

\*\*\*

Ênfase no teórico ou ênfase no empírico? Este trabalho dá margem para ambas as interpretações. Minha tentativa foi de na metade do trabalho, que vai da parte 1 a 3 trabalhar fortemente questões mais relacionadas à teoria e a história. Mas, o empírico – mesmo nesta fase do trabalho – foi ganhando peso cada vez menos relativo e cada vez mais absoluto. É como se fosse uma transição em que dois elementos convivem até chegar ao ponto em que a necessidade

faz um deles sobressair. Foi assim que chegamos à quarta parte do trabalho (*“O desenvolvimento e suas faces na China”*) totalmente voltado à exposição e análise de dados sob a forma de gráficos, tabelas e mapas. Foi o momento em que eu tive de demonstrar a forma concreta de minhas migrações abstratas.

**Como se conforma a base econômica de uma sociedade em transição ao socialismo, mas com fortes traços de modos de produção, nas palavras de Ignacio Rangel, “contemporâneos, mas não coetâneos”?** Eis uma questão que tende a se resolver com a apresentação do papel do Estado e da iniciativa privada no processo de crescimento. Uma questão que chama outra. Por exemplo, no capitalismo o centro de gravidade do processo de acumulação está na simbiose da grande empresa privada e na grande finança. **Tive de demonstrar – nesta quarta parte – que além do papel gerenciador do Estado, o processo em si gira em torno de 149 conglomerados estatais situados em setores estratégicos da economia, além da cada vez mais complexa rede de financiamento público e privado sob o controle de grandes bancos estatais.** Tentei demonstrar que no capitalismo existe uma tendência objetiva do processo de inovação tecnológica ser parte do capital constante da grande empresa privada. Na China não é diferente, porém, *são as empresas estatais o centro de captação e radiação do processo de inovação.*

\*\*\*

Existem dois *processos históricos* que se imbricam. É muito recorrente neste trabalho expor que a *siderurgia* está para o “modelo soviético” da mesma forma que o sistema financeiro está para o socialismo de mercado na China. A implantação da siderurgia correspondeu à afirmação do desenvolvimento e da independência nacional num certo momento histórico. É a chave da compreensão do que chamamos de “via prussiana” de tipo socialista. A dita revolução pelo alto, da qual a siderurgia é uma forte expressão. Nos tempos atuais, a consagração de um sistema de intermediação financeira é o imperativo para qualquer projeto nacional de desenvolvimento, seja ele socialista, ou capitalista. **A política de Reforma e Abertura em curso desde 1978 é o processo histórico em que se caminha da formação de empresários a partir da permissão da acumulação camponesa (“via dos produtores” ou “via americana”) para a**

**formação de um sistema financeiro, produto da fusão do banco com a siderurgia formada nos tempos de Mao.**

Quando trabalho o empírico na quarta parte do trabalho, estou querendo demonstrar que **o atual processo de crescimento chinês está cimentada num poderoso sistema financeiro**. O futuro de temas que vão desde a inserção externa chinesa, a solução dos impasses agrários – impasses tais totalmente relacionado com uma base financeira sólida que capacite a transição da *pequena produção mercantil* para formas superiores de produção (cooperativas) – a moderna questão regional e os óbices ambientais – estão amplamente relacionadas com a adoção de *novas e superiores formas de planeamento*. Formas novas tais que se assentam num poderio financeiro jamais sonhado pelas gerações revolucionárias anteriores. Eis o novo no processo chinês (e na própria história do socialismo) amplamente debatido na quarta parte do trabalho. **Não se compreende o “socialismo do século XXI” fora do escopo da necessidade de se dotar um sistema financeiro nacional capaz de dar solução aos imensos desafios impostos pela realidade**. Trabalhar estas questões sob a máxima da relação entre sistema financeiro e soberania no século XXI é o objetivo da quarta parte do trabalho.

\*\*\*

E o futuro? O que dizer do futuro? É na resposta a estas questões que me remeto ao segundo *processo histórico* indicado acima. Trata-se de algo análogo com o processo de formação do poderio norte-americano no século XX. O poderio norte-americano assenta-se no processo histórico de formação de uma imensa economia continental na América do Norte na segunda metade século XIX. A *Pax Americana* e o moderno *imperialismo* são fruto deste processo que se cristaliza com um capitalismo centrado em grandes oligopólios industriais e financeiros. Até hoje e por muito tempo estaremos condenados a curtir os efeitos deste processo.

Remetendo-me ao exemplo histórico da formação da economia continental norte-americana e seu papel na consolidação do capitalismo em escala internacional, pode-se dizer que o século XXI – e sua história – trará em seu bojo *transformações qualitativas* que incidem diretamente no processo de transição *capitalismo – socialismo* em escala global. Este segundo *processo histórico* a que me refiro se baseará em dois  *fatos históricos* interdependentes: o

primeiro na *transformação da China em uma potência financeira em escala global*. **Se a indústria foi fator de concorrência entre imperialismo e projetos nacionais autônomos (socialistas e capitalistas) no século XX e o próprio capital financeiro capitalista foi a variável que desequilibrou o jogo, é na formação de uma potência financeira capaz de superar o legado de Bretton Woods (FMI, Banco Mundial) sob a forma de imensos investimentos chineses na periferia, que se conformarão como uma das bases materiais da transição.** Um país das dimensões da China, necessariamente, caminha para ser um polo gravitacional, na mesma proporção que um dia Marx se referiu a transição mundial ao socialismo pela gravitação do mundo em torno da Alemanha, França e Inglaterra. O futuro da *periferia* (e da solução de diferentes “questões nacionais”) está nesse processo. Processo não mais ligado a laços ideológicos e políticos que se fragilizam diante da primeira investida financeira do *imperialismo*. Este processo corre em paralelo com a perda de poderio, inclusive *moral*, dos Estados Unidos conforme a própria crise financeira em curso tratou de demonstrar. Ao contrário da China que se fortaleceu sobremaneira neste processo.

O segundo *fato* está no *recente processo de formação de uma economia continental chinesa*; projeto acelerado em meio às duas crises financeiras: a de 1997 na Ásia e a presente focada nos Estados Unidos e na Europa. Está inserido neste *processo* a base territorial da transição *capitalismo – socialismo* no mundo. Com fronteiras que se estendem do Oriente Médio ao Pacífico, da Ásia central até a Índia, da Rússia ao Vietnã e com a reedição – sob a forma de trem-bala – da Rota da Seda, a China, de forma evidente, é o centro. A robustez de seu mercado interno garante mercado exportador para seus vizinhos. Na Ásia já ocorrem mais transações comerciais que entre os países do Atlântico Norte. Imaginemos o impacto de uma economia continental unificada na China nas próximas três décadas...

\*\*\*

É sobre a construção destes dois *processos* simultâneos que me proponho a debater neste trabalho. Eis a minha contribuição particular para a sociedade e a ciência voltada para a transformação da realidade.

## **2 O MÉTODO E A BUSCA DO SENTIDO HISTÓRICO DA TRANSIÇÃO E DO “SOCIALISMO DE MERCADO”**

A volúpia desenvolvimentista chinesa constitui-se na grande novidade do cenário internacional neste início de século. Uma grande rede a serviço de empresas, universidades e governos tem disponibilizado tempo e recursos a análises que contemplem interesses de variadas ordens, cujo objetivo tem ficado, quase, restrito a estudos que contemplem estruturas de oferta, demanda e previsões de cenários internacionais ante a real possibilidade de a China ocupar o espaço atualmente reservado aos EUA como a maior potência econômica do mundo e conseqüentemente de ator político de primeira grandeza na ordem mundial por ela inaugurada.

Esta realidade faz-se mais imponente diante do mundo, pois recentemente um grandioso desfile cívico e militar foi o ápice das comemorações dos 60 anos de fundação da República Popular da China. Não somente isso, mas também o intenso processo de reocupação de espaços perdidos entre 1839 e 1949, e que se intensifica na medida em que o país se transforma numa grande potência não somente econômica, mas principalmente financeira.

### **2.1 O MÉTODO E A “RESTAURAÇÃO CAPITALISTA” NA CHINA**

Uma grande reserva de mercado tem sido explorada no assunto China. Infelizmente, a maioria dos estudos em voga dá margem a análises estilizadas e com grande fundo ideológico e conservador. As variáveis medidas à explicação do fenômeno em tela, em sua maioria, não conseguem ultrapassar a superfície dos itens mão de obra e papel do capital estrangeiro, não cabendo alusões históricas, políticas e superestruturais tão vitais a uma explicação de caráter científico e minimamente honesta. Análises mais à esquerda têm sido hegemônicas por corpos teóricos de validade discutível, sendo a mais comum delas uma determinada análise da inserção chinesa num chamado “sistema-mundo”, ou seja, “um convite ao desenvolvimento” feita pelo imperialismo hegemônico desencadeando grandes deslocamentos geográficos de cadeias-

produtivas, que servem de um lado ao atendimento da reprodução do capital e de outro ao desenvolvimento acelerado das forças produtivas no país “convidado”<sup>1</sup>.

O ponto de encontro da absoluta maioria dessas análises encontra-se na observação de uma “restauração capitalista” em curso na China: algo em andamento e absolutizado dadas as relações de profundidade que o país mantém com o capital internacional e sua respectiva interação interna e suas consequências para a base econômica chinesa. Como tentaremos demonstrar ao longo do trabalho, de forma imediata, cabem aos observadores da “conversão capitalista chinesa” a observação de Ignacio Rangel endereçada a Jacob Gorender e seu “escravismo colonial”<sup>2</sup>:

Se, em vez de cientista social, o sr. Gorender fosse químico, por exemplo, não poderia, pelo visto, compreender como é que certos grupos de átomos – os radicais – podem passar de uma molécula para outra, sem perderem sua identidade, isto é, como se fossem simples átomos.

Na mesma ordem de argumentação, é pertinente a relação feita por Marx entre o desenvolvimento das formações geológicas com o processo verificado no âmbito da sociedade conforme sugerido em carta enviada – e datada de 16 de fevereiro de 1881 – pelo mesmo à Vera Zasulich<sup>3</sup>:

A formação arcaica ou primária de nosso globo contém ela mesma uma série de estratos de diferentes idades, e dos quais um está superposto a outro; a formação arcaica da sociedade nos revela igualmente uma série de tipos diferentes, que formam uns com os outros uma série ascendente, que caracterizam as épocas progressivas. A comunidade rural russa pertence ao tipo mais recente desta cadeia. O cultivador já possui nela a propriedade privada da casa que habita e da horta que constitui seu complemento.

Este tipo de observação comum acerca de uma “restauração capitalista” tem certa guarida científica na utilização de determinadas formas de “periodização” em detrimento de uma profunda visão de *processo histórico*. A partir desta forma de analisar o problema, torna-se irresistível se constatar que a China pós-Mao rumou no sentido da “restauração capitalista”. Tem

---

<sup>1</sup> Uma crítica a ideia de “sistema-mundo” em comparação ao arcabouço teórico e metodológico da categoria de “formação social” será apresentada mais adiante.

<sup>2</sup> RANGEL, I. “Dualidade e Escravismo Colonial”. In RANGEL, I. “Obras Reunidas”. Vol. 2. p. 626. Contraponto, RJ, 2005.

<sup>3</sup> Citado por: SERENI, E. “La categoría de formación económico-social”. In, *Cuadernos de Pasado e Presente*. n° 39, p. 60-61. Córdoba. Siglo XXI, 1976.

sentido, na medida em que se “periodiza” uma conjuntura caracterizada pela reação keynesiana de Reagan, marcada pela “assustadora” proposta de Guerra nas Estrelas à URSS, à imposição – ao Japão – dos leoninos Acordos de Plaza (imposição de mudança da política cambial japonesa) e a crescente incorporação do mundo socialista à lógica dos “ciclos longos de Kondratiev”. Assim, na medida em que o mundo socialista também passou a ser encurralado pela crise de 1973 (Leste Europeu), a sedução pela economia de mercado (neste caso, *capitalismo*) seria um indício da “falência do socialismo”, fato que as imposturas de Gorbatchev (convite a intelectuais norte-americanos a ministrarem, na URSS, palestras sobre as virtudes da economia de mercado) estavam demonstrando, e que acabou sendo confirmada pela “recuperação” norte-americana na década de 1990.

Exemplo recente deste tipo de “análise” pode ser encontrada em David Harvey<sup>4</sup>, onde – além de colocar Deng Xiaoping no mesmo altar neoliberal de Ronald Reagan e Margareth Thatcher –, por exemplo, pode-se destacar a seguinte passagem: “*A espetacular emergência da China como uma força econômica global pós-1980 foi uma consequência não-intencional do rumo neoliberal no mundo capitalista avançado*”<sup>5</sup>

Neste caso, os limites teóricos e conceituais deste renomado e ungido geógrafo ficam claros. Exemplo desses limites está na não demonstração das diferenças, não somente de crescimento entre a América Latina subjugada pelo neoliberalismo e a China “neoliberal”, mas também de condução de política econômica, de papel do Estado e das empresas estatais na condução da política econômica. Além disso, este autor nada relata sobre a utilização dos mecanismos de *planejamento* anexos ao processo chinês. Abrindo parêntese, em oportunidade anterior, em certa apresentação em território brasileiro, o mesmo David Harvey tratou de resumir a dinâmica urbana mundial como sendo algo padronizado, pois “as grandes cidades e metrópoles de todo o mundo guardam semelhança, por exemplo, na existência de bolsões de miséria e riqueza”. Ora, Harvey esquece-se – pelo menos – de diferenciar que, enquanto as metrópoles centrais contam com um vigoroso capital financeiro para suprir suas demandas de reprodução, as de tipo periférica sofrem justamente pelo estrangulamento financeiro imposto aos seus respectivos países pelo centro do sistema. Eis uma *essencial* diferença esquecida por Harvey: a

---

<sup>4</sup> Um capítulo intitulado “Neoliberalism with chinese characteristics” pode ser encontrado em: HARVEY, D.: *A Brief History of Neoliberalism*, Oxford University Press. New York, 2005.

<sup>5</sup> HARVEY, D.: *A Brief History of Neoliberalism*, Oxford University Press. New York, 2005, p. 121.



existência de um “capital financeiro” como expressão da fusão do banco com a indústria, sem deixar de lançar mão da ação, sob a periferia, das irradiações intrínsecas à *lei do desenvolvimento desigual e combinado*. Forma mais pobre de criticar e proscriver inclusive a dinâmica centro-periferia, típica da década de 1990.

Outro fenômeno que nos chama muita atenção, com “liga” direta a determinadas formas de manejo de periodizações, está na tomada *ipsis litteris* de esquemas prontos à compreensão “fotográfica” da realidade, algo que na verdade está mais próximo de um *relativismo pós-moderno* que de algo mais *objetivo e histórico*. Marx e Engels elaboraram um grande “esquema ideal” do funcionamento das diversas sociedades de forma que se tornam inteligíveis suas possíveis evoluções. Representações de esquemas podem-se tornar modelos que nos capacitem a ter uma visão apurada de diferentes processos históricos. Enfim, além de *histórico*, o *materialismo* também é dialético. Logo, os chamados esquemas não devem ser levados ao pé da letra conforme a vida acadêmica tem nos feito perceber.

Retornando, assim, à contramão do pensamento hegemônico da grande maioria políticas ideológicas e acadêmicas, acreditamos numa caracterização *socialista* do processo em curso na China. Além de outras observações e argumentações que serão expostas mais adiante, tal processo é caracterizado pela centralidade de uma *superestrutura de poder diferente das existentes no centro e periferia capitalista do sistema*, capaz de concentrar, pelo menos, duas ferramentas vitais à superação da *anarquia da produção*, a saber:

- a) a propriedade sobre os setores estratégicos e com alto grau de monopólio da economia nacional; e
- b) o planejamento.

Eis duas características que auxiliam a esmiuçar o fato de a China crescer de forma robusta e longa, independente e à margem das crises intrínsecas ao centro do sistema, conforme os próprios desdobramentos da crise financeira de 2008/2009 revelaram.

### 2.1.1 O socialismo com características chinesas como expressão do processo

Se a máxima da política à frente da economia estiver correta, não é demais afirmar que o chamado *socialismo com características chinesas* é expressão deste vertiginoso processo de desenvolvimento que combina o planejamento da política geral, o controle, por parte do Estado, dos *instrumentos cruciais do processo de acumulação* e a ação microeconômica do mercado com o incentivo às iniciativas comerciais locais que com o passar do tempo têm se tornado cada vez mais globais. Ou seja, a *opção política pelo desenvolvimento*, por meio do diagnóstico de que a China se encontra na *etapa primária do socialismo* e da consequente estratégia arquitetada a partir disto, é o motivo de primeira ordem do sucesso do processo em curso. Trata-se de algo com mais importância em relação a fatores objetivos, tais como o preço de sua mão de obra e a abertura do mercado europeu e norte-americano a seus produtos. Como se vê, o processo é mais complexo do que se imagina.

Partindo desse pressuposto e à luz da história das primeiras experiências socialistas fundadas em fins do século passado, com seus erros e acertos, a grande questão a se levantar em primeiro plano é o da relação entre o sucesso do modelo chinês e a busca do sentido histórico do que se convencionou chamar genericamente de “socialismo de mercado”. Esta busca faz sentido como tentativa de executar uma elaboração capaz de superar a excessiva generalização do objeto que marcou a Economia Política produzida na URSS na década de 1950, onde um modelo de desenvolvimento fora gestado e importado de forma que o “modelo soviético” se tornasse a última palavra em matéria de construção econômica do socialismo, deixando de lado – portanto – a máxima do materialismo histórico, segundo Engels<sup>6</sup>:

As condições sob as quais os homens produzem e trocam o que foi produzido variam muito para cada país e, dentro de cada país, de geração em geração. Por isso, a Economia Política não pode ser a mesma para todos os países nem para todas as épocas históricas.

Dessa forma, o elemento nodal de nossa proposta passa por reconhecer na categoria de *formação social* um possível elo e/ou ponto de encontro entre a ciência da Economia Política e a

---

<sup>6</sup> ENGELS, F.: *AntiDüring*. Paz e Terra. São Paulo, 3ª ed., 1990, p. 127.

ciência geográfica. Quando expomos sobre a categoria de *formação social* (formação socioespacial, em Milton Santos), buscamos o sinônimo com uma das categorias basilares do materialismo histórico, porém acrescida de seu ulterior desenvolvimento que, além de elementos da *estrutura do modo de produção* em si, abarca também os elementos da localização humana e sua reprodução em interação com a natureza<sup>7</sup>. A categoria de *formação social*, amplamente utilizada – por exemplo, por Lênin e Mao Tsé-tung - e revisitada por Milton Santos, ao ter objeto *concreto e histórico*, sob nosso ponto de vista, ganha legitimidade e inclusive pode ser classificada como **o grande paradigma das ciências humanas na contemporaneidade**, dada sua objetividade em descrever um fenômeno presente como algo *puramente histórico*, afinal a história pode ser vista como um privilegiado *campo de experimentação* para as ciências sociais, cujo resultado/sustentação final é lastreada pelo materialismo histórico e seu poder de validação científica.

Antecipando-se a discussão, e exemplificando-se de forma imediata, se a lógica que rege o desenvolvimento da sociedade tem em seu DNA muito dos elementos constitutivos das leis naturais, não resta grande margem para dúvidas com relação a alguns fatores relacionados à formação social que diferenciam a China dos últimos 60 anos e, em particular, aquela a partir de 1978. Entre tais fatores, de imediato sublinho o espírito empreendedor, do produtor voltado ao mercado (*self-made man*); a grande capacidade do Estado socialista chinês em prover políticas públicas voltadas para 1,3 bilhão de habitantes e o papel do confucionismo e do taoísmo na formação do horizonte moral do homem chinês. Outro exemplo de fuga da superfície e da busca do sentido do “socialismo de mercado” pode estar no ponto de vista da análise envolvendo a dinâmica das classes sociais na China. Assim, o elementar – para um país que ainda conta com quase 70% de sua população vivendo no campo – é compreender o papel e o protagonismo produtivo e político dos camponeses. Assim desembocaremos em uma observação que relacione diretamente o contemporâneo socialismo de mercado chinês com o antigo e, conforme denominado por Marx, modo de produção asiático.

Observando o objeto desta forma, de antemão vaticinamos que *não existe Economia Política fora das margens da formação social*. Daí a conclusão em Deng Xiaoping, da ideia da

---

<sup>7</sup> Apesar de Milton Santos trabalhar, de forma competente e única, a questão da localização como parte do todo que envolve uma superação da categoria de formação social inerente aos teóricos da 2ª Internacional, acreditamos estar implícita esta questão (localização) já em Marx, por exemplo, nas análises do trabalho necessário e excedente em diferenciados pontos do globo. Daí utilizarmos do termo “formação social” em detrimento de “formação social” denominada por Santos, o que não implica no não reconhecimento do papel prestado por este grande cientista e colocar a teoria e o método da geografia sob patamares pautados pela pura ciência, pela história, das relações entre homem e natureza e dos homens com próprios homens. Sua contribuição nesta área pode ser colocada como uma das maiores realizações do marxismo na segunda metade do século XX, como analisaremos mais a frente

*construção do socialismo com características chinesas.* Aliás, uma das grandes lições das primeiras experiências socialistas é a da *determinação nacional e não internacional* da concepção da construção do socialismo. A imposição de “modelos” é, assim, um dos grandes desvios de cunho liberal legados pelo século XX e impostos de “cima para baixo” ao movimento comunista internacional (“modelo soviético” como modelo único de socialismo).

### **2.1.2 Pós-modernidade e “neutralidade” científica**

O exposto acima busca demonstrar diferenças de abordagem de realidade, visão e de método. Trata-se de uma abordagem em acordo com certa forma de enfrentar a realidade e o fenômeno colocado. Em verdade, no campo do debate de ideias, situamo-nos no campo oposto aos postulados hegemônicos da ciência social de hoje, entre eles o positivismo clássico que se expressa sob a forma de certo modismo intelectual pós-moderno. O método inerente ao exposto é imposto de cima para baixo, como consequência da contrarrevolução em marcha no mundo desde o fim da URSS. Passa-se a colocar no centro do processo de construção da subjetividade humana (por meio, entre outras formas, da ciência) a teoria e a prática do relativismo como fio condutor e norte da teoria do conhecimento.

Em nossa opinião, isso significa não somente o reconhecimento da relatividade dos nossos conhecimentos, como também a negação de qualquer medida ou modelo objetivo, existente independentemente da humanidade, do qual se aproxima o nosso conhecimento relativo. Em reles palavras, significa abrir condições objetivas ao subjetivismo; ao julgamento da validade das explicações de determinados fenômenos a partir de referências sustentadas puramente em valores morais, valores tais sustentados por referenciais quase sempre próximos à extrema-direita do espectro político; à negação da visão de conjunto, cuja consequência mais visível no dia a dia da academia reside numa rigidez disciplinar, numa especialização absoluta, tornando, assim, a ciência cada vez menos científica e cada vez mais uma síntese dos interesses do poder econômico, dos grandes monopólios e oligopólios, logo, síntese dos interesses maiores do imperialismo.

De nossa parte, contra qualquer princípio de “neutralidade” na prática científica, acreditamos que a objetividade e, conseqüentemente, a visão de processo histórico ainda são os

critérios cruciais em matéria de explicação baseada em critérios científicos. Somente no campo da objetividade pode-se vislumbrar a historicidade do movimento em estudo, pois a apreciação de qualquer fenômeno deve-se remeter necessariamente à história<sup>8</sup>.

Sobre essa relação colocada, interessante é a opinião do escritor inglês Francis Wheen, segundo o qual<sup>9</sup>

À medida que se transformou no desconstrucionismo e, mais tarde, no pós-modernismo, o pós-estruturalismo muitas vezes pareceu constituir um modo de evitar por completo a política – ainda que muitos de seus representantes continuassem a se autodenominar marxistas. A lógica de sua insistência jocosa, em que não existiam nem certezas nem realidades, levaram a um relativismo descomprometido, que tanto podia celebrar a cultura pop norte-americana quanto às superstições medievais.

Por fim, a objetividade e o ferramental da ciência histórica são expressão de uma abordagem que insiste na “unidade concreta do todo”. Referimo-nos, logo, ao método inerente ao materialismo histórico, popularmente sinônimo de marxismo. Como antítese ao modismo do específico, da especialização e do a-histocismo em voga atualmente, mediamo-nos pela visão da multiplicidade que forma o concreto, ao mesmo tempo em que reconhecemos que as leis inerentes ao desenvolvimento humano não têm determinação universal, mas sim se revela de forma diferente em diferentes locais do globo<sup>10</sup>.

## **2.2 O PONTO DE ENCONTRO ENTRE A GEOGRAFIA E A ECONOMIA POLÍTICA NA CATEGORIA DE FORMAÇÃO SOCIAL**

Independente da exposição de esquemas e modelos de desenvolvimento, é importante proceder, mesmo que de forma inicial, a uma relação entre a Economia Política – e seu objeto de estudo – e a Geografia e uma de suas subtotalidades – a Geografia Econômica. Isto serve a uma

---

<sup>8</sup> Exposição sobre o pós-modernismo, conforme FERNANDES, L.: *O Enigma do Socialismo Real – Um balanço crítico das principais teorias marxistas e ocidentais*. Mauad, 2000, p. 32.

<sup>9</sup> WHEEN, F.: *Como a picaretagem conquistou o mundo*. Record. Rio de Janeiro, 2004, p. 103.

<sup>10</sup> Segundo Lênin afirmava em *Nosso Programa*, “Não consideramos a teoria de Marx como algo completo e inviolável; pelo contrário, estamos convencidos que ela colocou a pedra fundacional da ciência a qual os socialistas devem desenvolver em todas as direções se desejam manter-se em consonância com a vida. Pensamos que uma elaboração independente da teoria de Marx é particularmente importante para os socialistas russos; porque essa teoria fornece apenas princípios diretivos gerais, os quais são aplicados, em particular, à Inglaterra de um modo diferente que à França, na França diferentemente da Alemanha e na Alemanha de modo distinto da Rússia.”

melhor compreensão *pari passu* à consciência de que a própria aplicação de modelos e/ou esquemas deve obedecer à lógica do funcionamento da formação social. Até porque dita categoria, como construção histórica, pode ser tida e lida como o ponto de encontro entre diferentes ramos das ciências humanas. E isso fica mais clarificado na medida em que se chega ao nível do específico, como é o caso da China e seu processo recente de desenvolvimento.

\*\*\*

O processo econômico é um conjunto de ações humanas que se repetem constantemente. Em condições determinadas, resultantes de certo desenvolvimento histórico da sociedade, essas ações se repetem de maneira definida, isto é, caracterizam-se por um conjunto de regularidades específicas. Podemos decompor essas regularidades em certos elementos, constituídos por relações repetindo-se constantemente entre as diversas ações ou atividades que compõem essas ações. Tais ações são designadas pelo nome de leis econômicas<sup>11</sup>. Tais leis, que podem ser aludidas como as “leis da Economia Política” refletem o caráter regular de processos que se realizam independente da vontade humana. Porém, diferentemente das leis da natureza, que têm caráter duradouro, as leis econômicas têm caráter historicamente definido. Segundo Stálin,<sup>12</sup>

Aqui, da mesma forma que nas Ciências Naturais, as leis do desenvolvimento econômico são objetivas, refletem os processos do desenvolvimento econômico, que se realizam independente da vontade dos homens. Os homens podem descobrir essas leis, conhecê-las, e, baseando-se nelas, utilizá-las no interesse da sociedade, dar outro rumo à ação destruidora de algumas leis, limitar sua esfera de ação, dar livre curso a outras leis que abrem caminho pra adiante; mas não podem destruí-las ou criar novas leis econômicas.

Logo, as leis econômicas, seu caráter, sua objetividade, alcance histórico, modo de ação, relações mútuas e suas consequências nas múltiplas determinações do concreto são o objeto de estudo da Economia Política.

O desenvolvimento científico da Economia Política, historicamente, está ligado aos interesses de determinadas classes progressistas. Seu desenvolvimento inicial remonta ao

---

<sup>11</sup> LANGE, O.: *Moderna Economia Política*. Fundo de Cultura. Rio de Janeiro, 1962. p.55.

<sup>12</sup> STÁLIN, J.: *Problemas Econômicos do Socialismo na URSS*. Anita Garibaldi, 1991. pp. 03-04.

momento histórico em que se verificava na burguesia um reservatório de ideias avançadas. Em primeiro lugar, a Economia Política desenvolveu-se no quadro da superação do feudalismo pelo capitalismo e em associação com a burguesia progressista de então. Na medida em que a oposição capital-trabalho tornou-se a contradição principal – e com o surgimento do imperialismo, esta contradição principal criou um aspecto principal residido nas relações centro-periferia –, a ciência em questão tornou-se associada aos interesses da classe operária e dos movimentos de libertação ocupados não somente com a libertação nacional em si, mas também com a apreensão dos mecanismos essenciais de planejamento econômico aos seus programas de reconstrução nacional.

Assim, ligando-se ao empreendimento magno da humanidade – isto é, o *socialismo científico* – é que a Economia Política pôde se desenvolver e, em compasso com outras ciências, dar maiores contribuições à busca da síntese das relações entre homem e natureza.

Alguma similaridade pode ser encontrada na Geografia com o caminho percorrido pela Economia Política. Isso no que se refere, essencialmente, a um determinado fim de percurso em que ambas as áreas do conhecimento passaram a ser influenciadas pelo marxismo, ou ao menos a caminharem ladeadas, pois o marxismo, assim como a Geografia e a Economia Política, deve ser visto como uma ciência. Quanto ao método, isso fica a cargo da dialética, as leis gerais que regem o movimento.

Retornando, a tendência a uma postura holística e histórica da Geografia moderna é explicada por sua raiz filosófica comum ao marxismo, ou seja, a filosofia clássica alemã. Porém, diferente do marxismo, que nasce das ideias igualitaristas (típicas das terras comunais) embandeiradas pela burguesia radical no ápice da transição feudalismo-capitalismo, a Geografia surge a serviço do nacionalismo prussiano contra as investidas napoleônicas, sendo assim uma determinação que conferiu papel de proa à arrancada alemã no rumo de seu capitalismo tardio<sup>13</sup>.

Porém, somente após a Segunda Guerra Mundial é que essas duas correntes hegelianas se encontram. Expressão do grande prestígio alcançado pela vitória da União Soviética na citada guerra, o marxismo passa a pautar o estudo de geógrafos franceses. Em primeiro lugar, na abordagem em termos de gênero de vida e na medida em que foi importante à superação dos

---

<sup>13</sup> Sobre isto ler: AMARAL PEREIRA, R. M.: *Da geografia que se ensina à gênese da geografia moderna*. Editora da UFSC, Florianópolis, 3ª Edição, 1999, pp. 110 a 114.

limites inerentes a tal noção, foi ganhando espaço entre os geógrafos<sup>14</sup>. Ao longo de algumas décadas, no âmbito da geografia francesa, o marxismo abriu luz à análise de estruturas objetivas (relações centro-periferia, por exemplo) e lançando mão de categorias analíticas, como imperialismo, colonialismo, forças produtivas e relações de produção, entre outras.

Nesta explosão de criatividade acadêmica é que a categoria marxista de formação social é resgatada e em Milton Santos é elevada à condição de mais completa e apta categoria com capacidade de elevar qualitativamente o aparato metodológico da Geografia. Este salto permitiu o reencontro com uma Geografia *humboldtiana*, ou seja, uma ciência do todo e suas relações e, principalmente, assim como a Economia Política para Engels, “uma ciência pautada pela matéria histórica”<sup>15</sup>.

Marx utilizou de forma muito genérica a categoria de formação social, como se vê no *Prefácio à Crítica da Economia Política*, onde emprega esta expressão no mesmo sentido que deu à categoria de sociedade. A expressão e/ou categoria de formação social ganha força na análise estruturalista, porém de forma ainda muito pobre, pois a relaciona sem muito rigor à categoria de modo de produção e que, em muitos casos, como frequentemente se pode observar em Althusser, acaba negando a unidade dialética de continuidade e descontinuidade do tempo histórico. Em oposição à leitura estruturalista, Emilio Sereni auferiu que a noção de formação social permite revelar o funcionamento lógico-estrutural e/ou sociológico de uma dada sociedade. Assim, em Sereni, a categoria de formação social ganha mais corpo e mais legitimidade epistemológica. Porém, numa visão particular, é em Milton Santos que essa categoria atinge sua maturidade e ápice como unidade científica, pois, para ele, mesmo que a formação social seja intrinsecamente ligada à categoria de modo de produção, ela está ligada à evolução de uma dada sociedade em sua totalidade histórica. Segundo Milton<sup>16</sup>,

A localização dos homens, das atividades e das coisas no espaço explica-se tanto pelas necessidades externas, aquelas do modo de produção puro, quanto pelas necessidades internas, representadas essencialmente pela estrutura de todas as procuras e a estrutura das classes, isto é, a formação social propriamente dita.

---

<sup>14</sup> Para Max Sorre, gênero de vida, “(...) é uma noção que designa o conjunto mais ou menos coordenado das atividades espirituais e materiais consolidadas pela tradição, graças às quais um grupo humano assegura sua permanência em determinado meio.” In, SORRE, M.: “Fundamentos da geografia humana”. In, MEGALE, J. (org.): *Max Sorre*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. n° 16, Ática, São Paulo, 1984, p. 90.

<sup>15</sup> idem ao 14, p. 221. Sobre a categoria de Formação Econômico-social ler: SERENI, E. “La categoría de formación económico-social”. In, *Cuadernos de Pasado e Presente*. n° 39. Córdoba. Siglo XXI, 1976; SANTOS, M. *Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método*. Espaço e Sociedade. Vozes, 2ª edição. Petrópolis, 1982; MAMIGONIAN, A.: “A geografia e a formação social como teoria e como método”. In, SOUZA, M. A. A. (org.): *O mundo do cidadão, o cidadão do mundo*. Hucitec. São Paulo, 1996.

<sup>16</sup> SANTOS, M. “Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método”. In, *Espaço e Sociedade*. Vozes. Petrópolis, 1982, p. 11.



Pela inclusão da localização dos homens como uma determinação que pode e deve ser abarcada pela categoria de formação social é que Armen Mamigonian (1996, p. 202) nos lembra que Milton Santos:

(...) percebeu que formação social e geografia humana não coincidem completamente, menos pelas teorias que embasam aquela categoria marxista e esta área do conhecimento acadêmico do que pela prática indispensável de localização da geografia, nem sempre usada nos estudos de formação social, daí ter proposto a categoria de formação social.

Daí não somente devermos a Milton Santos um estado de maturidade devido à categoria de formação social, mas também uma contribuição ao desenvolvimento do marxismo de grande vulto. Isso tem grande valia, dada uma conjuntura que possibilita a transformação em senso comum de determinados “contrabandos conceituais” de tipo substituição da categoria de imperialismo por “globalização”, ou mesmo a troca da ideia de “consciência de classe” pela vazia categoria de “cidadania”, que mais serve à perpetuação do atual *status quo* do que à sua necessária substituição.

Voltando-se ao cerne, é justamente por ser uma construção histórica (como concreto) que vemos na categoria de formação social o fio de Ariadne possibilitador de um estudo que combine Economia Política e Geografia, permitindo assim um verdadeiro salto na contribuição à elaboração de uma Economia Política do socialismo renovada e em condições de ser parte de um todo que envolve os desafios impostos tanto à teoria marxista quanto aos movimentos operários e de libertação nacional deste início de século.

### ***2.2.1 Exemplo: a categoria de formação social em contraponto à perspectiva do “sistema-mundo”***

Como antessala de uma análise de caso – a China – envolvendo a categoria de formação social, julgamos importante compará-la com outras perspectivas metodológicas, sobretudo as relacionadas a certo “mundialismo metodológico” incorporado inicialmente pelos teóricos da dependência e atualmente amparada em investigações levadas a cabo por historiadores como

Immanuel Wallerstein. Apesar do modismo em que navegam, até que ponto podemos levar em consideração a historicidade de tais tipos de enfoque metodológico em contraposição a uma proposta centrada na categoria de formação social?

\*\*\*

O marxismo, seja no Brasil ou na América Latina, é marcado pela hegemonia de um determinado enfoque teórico-metodológico baseado na ideia central de dependência que, por sua vez, em âmbito mundial, tem na perspectiva do sistema-mundo sua mais bem acabada e difundida teoria. Seu principal teórico, Immanuel Wallerstein, parte da premissa da “externalidade”, o que em curtas palavras significa que o lugar ocupado por determinado país no mundo depende sobremaneira da dinâmica do “sistema-mundo”, que por sua vez (o “sistema-mundo”) tem grande impacto no desenvolvimento interno de cada nação<sup>17</sup>.

### ***2.2.1.1 Um problema – também – de ortodoxia marxista***

Observando-se de forma superficial, a lógica da ênfase no “externo” desloca a necessária concentração nas condições internas de cada unidade de análise (formação social) tendo consequência direta na impossibilidade de análise da transição e suas fases, análise esta que se constitui no *principal objetivo do materialismo histórico*<sup>18</sup>. Isto por si só torna a perspectiva do “sistema-mundo”, no mínimo, tendente a uma síntese a-histórica do processo de reprodução, tanto do capital quanto da gênese e substituição de modos de produção.

Retornando, Wallerstein assenta sua hipótese no desenvolvimento de um sistema capitalista mundializado que nasce e se desenvolve entre os séculos XV e XVII e se consolida

---

<sup>17</sup> Sobre as “hegemonias” no âmbito do marxismo brasileiro e na análise de sua formação social, ler: VIEIRA, Graciana M. E. D. : *Formação social brasileira e Geografia: reflexões sobre um debate interrompido*. Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGE/UFSC. 1992. Florianópolis. 1992. Sobre as premissas de Wallerstein, sugerimos: WALLERSTEIN, I.: “The Capitalist World Economy”. In *Essays by Immanuel Wallerstein*. Cambridge University Press, 1979.

<sup>18</sup> VIEIRA, Graciana M. E. D. : *Formação social brasileira e Geografia: reflexões sobre um debate interrompido*. Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGE/UFSC. 1992, p. 94. Não podemos nos esquecer da contribuição do prof. Marcos Aurelio da Silva. Muito de nossas elucubrações acerca da teoria da geografia e da relação entre geografia e marxismo é fruto da leitura e trocas de ideias com este grande intelectual.

após a revolução russa de 1917. O nível de integração que alcançou esse “sistema capitalista mundial” levou o autor a designar o conjunto sistêmico não mais de “economia mundial” e sim “economia-mundo”<sup>19</sup>. Isto tem relação direta (fases de desenvolvimento) com uma duvidosa base marxista praticada por Braudel, que em suas periodizações históricas (ciclos históricos) abstraiu, por exemplo, os ciclos de curta (Juglar-Marx) e longa duração (Kondratiev). Tal negação dos “ciclos econômicos” pode redundar na própria negação do processo de acumulação ou, na pior das hipóteses, relacionar-se tal como fez Wallerstein: confundindo a acumulação capitalista em si com o processo de acumulação primitiva a partir do século XVI.

A verdade marxista elementar demonstra que o *processo de acumulação capitalista* opera segundo leis intrínsecas do modo de produção capitalista, sendo que o *processo de acumulação primitiva*, engendrado na Europa a partir do século XVI, criou certas condições objetivas à transição ao capitalismo na Europa dominada pelo feudalismo. A diferença entre um caso de acumulação e outro reside no modo de produção em si, pois se a acumulação capitalista é possível somente pela via da apropriação privada do excedente econômico que é síntese de uma forma social de produção, na acumulação primitiva o excedente é, via comércio, ancorado em diferentes formas de estabelecimento de preços em diferentes modos de produção do mundo integrados pela rotas comerciais, então integradas.

Ao não apreender de forma séria o marxismo, Wallerstein deixa-se levar por uma definição de capitalismo muito genérica sintetizada na ideia de *produção para a venda no mercado, em que o objetivo é o lucro máximo*. Desta forma, Wallerstein aproxima-se muito mais da Economia Política produzida por Adam Smith do que da crítica produzida a ela por Marx. Somente um deslocamento do marxismo – em sua forma radical – em detrimento de uma caduca Economia Política pode servir de base a uma falsa *totalidade hegeliana* (afinal, pode-se vislumbrar o *todo* mesmo na *parte*) e da *esquematização* e *estratificação* (logo, não observando *historicamente* o processo de formação e desenvolvimento das nações) do mundo em centro, semiperiferia e periferia, creditando (como nossos teóricos da dependência) que processos autônomos de desenvolvimento só podem existir com “autorização” (ou “convite”) e a serviço dos interesses do centro.

---

<sup>19</sup> WALLERSTEIN, I.: “Patterns and Prospectives of the Capitalist World-Economy”. In, *The Politics of World Economy*. Cambridge University Press, 1974.

Resumindo, tal perspectiva metodológica (que pressupõe a existência do capitalismo na Europa do século XV) só pode evoluir devido a outro – mais um – deslocamento: o do eixo do capitalismo, *da análise do processo produtivo à análise do processo de circulação*. Algo, aliás, muito conhecido entre nós no Brasil, acostumados com as “hegemonias” cepalina, da teoria da dependência, das ideias de Caio Prado, das teorias do subdesenvolvimento e daqueles que não trabalham com a hipótese da existência histórica do feudalismo no Brasil. O que existe em comum em todas elas é a não explicação do dinamismo de países como o Brasil (que chegou a ser a 8ª economia do mundo no início da década de 1980) e a busca cega por explicações de nosso atraso<sup>20</sup>.

### ***2.2.1.2 Modo de produção e processo***

Sob outro campo de observação, ao não perceber (a perspectiva do “sistema mundo”) as especificidades de cada formação social (como o fez Sweezy no debate sobre a transição feudalismo-capitalismo na Europa, ao negar tanto o feudalismo quanto o capitalismo durante a transição), acaba-se por negar inclusive a própria categoria de modo de produção, categoria central no arcabouço teórico/metodológico do marxismo<sup>21</sup>. Eis a essência do circulacionismo e sua ramificação, a perspectiva do “sistema-mundo”.

Crendo na existência de um capitalismo consolidado na Europa pelo menos duzentos anos antes da Revolução Puritana, Wallerstein, assim como Sweezy, credita ao capital comercial o principal elo à transição ao capitalismo. Wallerstein vai mais longe ao já perceber na forma comercial um estágio de *capitalismo consolidado*.

Sendo o processo histórico algo inerente às diferentes formações sociais e não algo que somente pode-se ocorrer no geral, a superficialidade da análise circulacionista e wallersteiniana fica facilmente perceptível ao compararmos com uma típica abordagem que parte da categoria de

---

<sup>20</sup> Wallerstein, Mauro Marini, Gunter Frank e outros se surpreenderiam caso percebessem o engendramento (no Brasil) de ciclos endógenos de curta duração ainda no seio da fazenda de escravos, renunciando processos de substituição de importações com mais de um século de antecedência aos de tipo industriais iniciados na primeira metade do século XX.

<sup>21</sup> Idem ao 23, p. 72.

formação econômico-social, como segue nas palavras de M. Dobb, para quem o capital comercial europeu, ao invés de promover o avanço do capitalismo, pode inclusive retardar seu avanço<sup>22</sup>:

Um traço dessa nova burguesia mercantil, que de início se mostra surpreendente e mundial, é a presteza com que tal classe entrou em acordo com a sociedade feudal (...). O grau em que o capital mercantil floresceu num país nesse período não nos proporcionou medida alguma da facilidade e rapidez com que a produção capitalista ia desenvolver-se e em muitos casos sucedeu exatamente o contrário. (...) <sup>23</sup>.

A passagem de Dobb demonstra que a negação da categoria de modo de produção – e em consequência do *processo* como categoria filosófica e angular à compreensão de uma formação social – levou Sweezy a escamotear que o desenvolvimento do capitalismo na Europa ocidental se deve ao florescimento do modo de produção da pequena produção mercantil, responsável pela transformação de pequenos produtores em capitalistas. Essa forma de transição feudalismo-capitalismo (“via revolucionária”) fora exposta por Marx, que a contrapôs a outra via que Lênin denominou de “via prussiana”, caracterizada por uma transição capitaneada por uma aliança entre o capital comercial e os senhores feudais (Japão e Alemanha, por exemplo) que, por sua vez, *de cima para baixo*, impõem novas relações sociais<sup>24</sup>.

Tal elaboração marxista, desenvolvida por Lênin, é mais uma prova de que é no âmbito da formação social que se deve partir a análise do processo em si, pois, sendo o modo de produção uma categoria *axial* do marxismo, somente no âmbito da formação social é que pode ser detida na sua singularidade. Caso contrário, poderemos chegar à conclusão de que o camponês na Europa ocidental ou na China não passa de um ser a-histórico, sem vida, sem passado nem presente, cujas nações e seu futuro dependem ou das decisões do “centro” do “sistema-mundo” ou de uma ruptura sistêmica em *escala mundial*.

Por fim, e fazendo uma analogia histórica, na mesma medida em que Sweezy passa por cima da observação de processos históricos concretos – daí não observar o desenvolvimento do *concreto e suas múltiplas determinações* na homogeneidade restrita da Europa Ocidental –, Wallerstein e seus discípulos do “sistema-mundo” nunca poderão perceber que a produção e distribuição em diferentes zonas do globo são determinadas pelo nível em que se dão as relações

<sup>22</sup> VIEIRA, Graciana M. E. D. : *Formação social brasileira e Geografia: reflexões sobre um debate interrompido*. Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGEU/UFSC. 1992, p. 92.

<sup>23</sup> DOBB, M.: *A evolução do capitalismo*. Zahar. 1976, p. 155-156.

<sup>24</sup> Sobre as duas formas de transição, ler: MARX, K. “Considerações históricas sobre o capital comercial”. In, *O Capital*. Tomo 3, Vol. 6. e LENIN, V. “Prefácio à 2ª Edição”. In, *El desarrollo del capitalismo em Rusia*. Ariel História. Barcelona, 1974.

homem-natureza, que por seu turno (e independente de variáveis externas) fez surgir de forma precoce *modos de produção* mediados por mecanismos como o planejamento econômico e territorial datados de mais de 2 mil anos, por exemplo, na China. E não utilizar o passado da formação social no deciframento de determinado processo recente é, em última instância, *jogar fora o menino junto com a água suja do banho*.

### 2.2.1.3 O “sistema-mundo” e o socialismo

De um “marxismo sem dialética”, assim como Caio Prado denominou o Brasil como capitalista desde seu descobrimento, o desenrolar teórico de uma premissa circulacionista só pode desembocar na síntese segundo a qual se considera capitalista qualquer Estado que mantenha relações comerciais na esteira do mercado mundial unificado capitalista, independente das formas de produção internas em cada país. É o suprassumo da negação do *processo* como ente histórico/filosófico e, conseqüentemente, da categoria de *modo de produção*. Desta forma, Wallerstein caracterizou como “capitalistas” (por serem “componentes do sistema-mundo capitalista”), em sua essência, as experiências socialistas, remotas e presentes.

L. Fernandes (1999, p. 144) demonstra os limites teóricos e empíricos desta abordagem – de forma simplificada, porém categórica – a partir da seguinte constatação:

(...) a mais flagrante evidência das limitações das teses que caracterizaram os antigos regimes do Leste como foi (é) dada pela própria crise geral que se instalou nesses países com sua derrocada. Afinal, se essas sociedades já eram capitalistas, por que estão sendo necessárias rupturas políticas, econômicas, sociais e culturais tão profundas e traumáticas para adequar seu desenvolvimento à “normalidade” do mundo capitalista? (...) Basta lembrar que a superação dos regimes nazi-fascistas na Europa do pós-guerra não produziu crise semelhante. Enfim, nos termos da teoria marxista, fica evidente que os países do Leste estão passando por um processo de **profunda ruptura sistêmica** (grifo do autor), e não de mera transformação superestrutural.

Segundo Wallerstein,<sup>25</sup>

---

<sup>25</sup> In: FERNANDES, L. *O Enigma do Socialismo Real – Um balanço crítico das principais teorias marxistas e ocidentais*. Mauad, 2000, p. 138.

Assim como não há sistemas feudais, tampouco existem sistemas socialistas na economia-mundo hoje. Só existe um sistema mundial (...) com uma forma capitalista por definição. (...) o socialismo implica na criação de outro tipo de sistema-mundo que não é nem um império-mundo, nem uma economia-mundo capitalista, mas um governo-mundo socialista.

Porém, o próprio autor analisado alerta para o surgimento, pós-1917, de “movimentos antissistêmicos” que inclusive chegaram ao poder nacional em muitos países. Porém, o limite desse tipo de movimento que alcança o poder reside em sua própria forma nacional, cuja necessidade de desenvolvimento e reprodução acaba, necessariamente, tornando-se fatores de cooptação pelo “sistema-mundo”. Assim, em Wallerstein, assim como para Trotsky, vemos uma base teórica de negação da questão nacional, assim como da não observância da evidência empírica de que há muito tempo o comércio internacional praticado pelos países socialistas, principalmente a China hoje, dá-se de forma *planificada* e não como no capitalismo, onde também nesse aspecto ainda reina a anarquia da produção. Logo, também no aspecto do comércio internacional, o mesmo deve ser visto a partir de suas *múltiplas determinações*, inclusive a determinação política.

Obedecendo a uma visão de conjunto e não desprezando o fator “comércio externo” no âmbito do desenvolvimento interno de países como a China, a magnitude de seu mercado interno (ainda não explorado em sua potencialidade) torna aos poucos diminuto o papel estratégico do comércio exterior em seu já citado desenvolvimento interno. No estratégico, conforme o exemplo das relações comerciais chinesas com a periferia, o comércio exterior é variável central, tanto na derrocada da atual estrutura imperialista quanto da transição capitalismo-socialismo em âmbito mundial.

Dentro da visão de sistema-mundo de Wallerstein e em sua ideia de governo-mundo socialista, resta-nos expor que, para ele, somente uma ruptura global poderá colocar o capitalismo em xeque. Desta forma, aproxima-se da perspectiva do filósofo húngaro Istvan Mészáros, ou seja, da necessidade de um movimento social mundial como pré-requisito à derrubada do capitalismo.

O idealismo dessa perspectiva de desenvolvimento histórico nos remete, novamente, à negação da centralidade da formação social no processo de transição no âmbito de diferentes modos de produção, pois inclusive para Marx a vitória internacional do socialismo não prescindia da vitória inicial nas formações mais avançadas do mundo, França, Inglaterra e Alemanha. Além

disso, desloca-se da lógica marxista, que nos leva a não investigar a forma de funcionamento de uma economia praticada na África Central partindo das mesmas leis que regem o funcionamento da Bolsa de Valores de Nova Iorque e os planos quinquenais chineses. A única similaridade nesses casos é o da existência de homens buscando sua reprodução social.

Da mesma maneira que a Economia Política não pode ser a mesma para todos os países, a transição capitalismo-socialismo não é algo possível, cientificamente, fora dos marcos nacionais. Deve-se essa conclusão particular no fato de os ritmos e as transformações se condicionarem (também) a fatores internos de cada formação. Ao abstrairmos o nível de uma *totalidade verdadeira e exata*, concluiremos, *empiricamente*, que na atual quadra histórica somente por meio do “elo débil do imperialismo” é que as transformações qualitativas são possíveis. Transformações tais que devem estar em concorde com as leis sociais e naturais. Leis estas que fogem da manipulação humana.

Assim poderemos nos sentar sobre teorias científicas – como a teoria do imperialismo de Lênin –, e não em “fórmulas” que estão mais próximas de “becos sem saída” que de necessárias luzes ao futuro do desenvolvimento da teoria revolucionária e da humanidade em consequência.

### 2.3 FORMAÇÃO SOCIAL E SOCIALISMO DE MERCADO NA CHINA

Uma análise do socialismo em consonância com nosso tempo e desafios deve obedecer a duas ordens de fenômenos, a saber: uma geral, global e outra específica, mais relacionada com determinado território e/ou região. Em ambos os casos devem ser observados, à construção da teoria, a forma como deverão ser inseridas as categorias filosóficas de transição e processo, a correlação de forças na luta de classes em âmbito mundial e a história das transições anteriores ocorridas no mundo e do socialismo no século XX em particular. No específico, a principalidade reside na investigação da história de determinada formação social, o nível de desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção e da relação entre superestrutura e base econômica, de forma que de uma visão de conjunto – sem direitismos, nem esquerdismos, nem tampouco idealizações – e um poder político de caráter popular possam dar bom termo à



complexa tarefa de transição entre um sistema sociopolítico e outro e à gradual transformação das relações sociais herdadas de determinado modo de produção em vias de superação.

Tendo em mente que o processo histórico só é passível de ser analisado concretamente no âmbito da formação social, que seu contrário redundaria na negação da categoria de modo de produção, será que poderemos na esteira desta discussão falar – inclusive – de uma Economia Política da formação social?

### ***2.3.1 A historicidade do desenvolvimentismo chinês (1)***

Em princípio, a historicização dos porquês que envolvem o desenvolvimento chinês devem ser, necessariamente, relacionados com:

- a) sua Revolução Nacional-Popular de 1949, que criou as condições políticas necessárias ao rompimento do círculo de dominação estrangeira, em favor da edificação socialista e da utilização do planejamento econômico e da hegemonia estatal sob os setores estratégicos da economia, anulando assim o aspecto espontâneo inerente à ação das leis econômicas (logo substituindo a anarquia da produção pela tomada do processo consciente de desenvolvimento);
- b) por fatores naturais, entre eles a constelação de recursos oferecidos por seu território de cerca de 9.000.000 km<sup>2</sup>, possibilitando assim a “construção do socialismo em um só país”; e
- c) por fatores sociais, entre eles a estrutura social estabelecida naquele território durante um processo de sedentarização de tribos nômades sobre imensos vales férteis datada de 5000 anos atrás, criando condições ao surgimento tanto de uma pequena produção camponesa quanto do estabelecimento de um império centralizado, servindo de base, desde seus estertores (cerca de 2.500 anos atrás, unificação da nação) a um acelerado e precoce processo de desenvolvimento das forças produtivas, surgimento de instituições estatais, do mercado e comércio

interno e externo e milenar utilização de mecanismos de planejamento estatal<sup>26</sup>, o que significa dizer que o surgimento da economia de mercado é datada de cerca de 3.600 anos.

Descendo ao específico e buscando nexos genéticos entre a formação social chinesa e seu processo de revolução e reforma, o elemento camponês é de capital importância dando inclusive cores originais, e por isso o que se busca na China desde as lutas revolucionárias lideradas por Mao Tsé-tung é a viabilização do que se convencionou chamar de “socialismo com características chinesas”, aliás, numa clara alusão à independência do processo revolucionário chinês e à expressão de uma subjetividade nacional milenar e sem complexo de inferioridade com relação a nenhum outro povo ou nação. Retornando, do elemento citado, para fins de melhor compreensão do processo de desenvolvimento da civilização e nação chinesas, é importante ressaltar pelo menos dois aspectos:

- a) o aspecto cioso, contestador de qualquer poder estabelecido; e
- b) o aspecto empreendedor, típico da subjetividade de regiões do globo onde predominou a pequena produção mercantil (nordeste dos EUA, por exemplo).

Desde a formação do Império Chinês até a fundação da República Popular em 1949, o processo de substituição de dinastias é caracterizado pela erupção de revoltas camponesas. Foi assim em 221 a.C., em 1368, 1644, 1820 e na proclamação da República da China em 1911. A última rebelião camponesa chinesa levou o Partido Comunista da China ao poder em 1949. Ora, isso se explica tanto pela formação de uma subjetividade nacional (confucionismo e taoísmo) para quem “todo poder emana dos céus, porém o mesmo é revogável pelo povo”, quanto pelo próprio modo de produção surgido neste tipo de formação social: o modo de produção asiático. O modo de produção asiático correspondeu ao primeiro grande esforço de planejamento estatal ao intervir – com o apoio de massas camponesas – em imensas obras hidráulicas que permitiram

---

<sup>26</sup> Sobre a formação social e cultural do povo chinês e a relação de tal formação com o desenvolvimento do marxismo e do socialismo na região, ler: MAMIGONIAN, A. “As bases naturais e sociais da civilização chinesa”. In Revista de Geografia Econômica. Dossiê Ásia-China 1. Edição Piloto. Núcleo de Estudos Asiáticos do Depto. de Geociências do CFH-UFSC. Junho de 2007.

ampliar as áreas agriculturáveis, a partir de áreas propícias (centrais), para áreas menos favorecidas pela natureza<sup>27</sup>.

A análise histórica e radical pode nos levar à irresistível constatação que prova que a prática milenar de planejamento territorial – inerente ao modo de produção asiático – pode ser observada ainda hoje na China, tendo em vista o dinamismo do Partido Comunista da China (PCCh) em prover políticas públicas com rápidos impactos sob o território do 3º maior país do mundo, com uma população estimada em 1,3 bilhão.

A dinâmica cíclica do modo de produção asiático demonstra que, em períodos largos de tempo, as forças produtivas, apoiadas em grandes obras de engenharia, desenvolviam-se rapidamente, contribuindo assim para o crescimento geométrico da população (daí a China ser o país mais populoso do mundo), porém em outras épocas percebia-se o apodrecimento de determinada superestrutura, expressada na cada vez maior corrupção e inépcia estatal em tocar adiante projetos necessários à reprodução econômica e social; daí as revoltas camponesas terem cumprido papel central na formação e desenvolvimento da nação chinesa<sup>28</sup>. Essa percepção do histórico papel camponês foi a maior prova de sabedoria e independência política de Mao Tsé-tung, fundamental para o sucesso da revolução de 1949.

Partindo do princípio da não existência de modos de produção “puros”, como explicar, a partir de uma análise histórica e fundamentada na categoria de formação social, o sucesso da “economia socialista de mercado” na China, tendo em conta que a China cresce ininterruptamente há quase trinta anos? Será que se trata apenas de um “modelo exportador” eficiente? Um capitalismo sustentado na superexploração de mão de obra abundante como sugere muitos analistas? Ou uma expressão de algo construído historicamente e assentado numa civilização milenar que foi capaz de gestar filosofias com propostas éticas e morais semelhantes às criadas na Grécia antiga e também uma economia mercantil com mais de três milênios de existência?

---

<sup>27</sup> MAMIGONIAN, A.: “Desenvolvimento Econômico e Questão Ambiental”. In *Cadernos da VII Semana de Geografia*. Universidade Estadual de Maringá. Junho de 1997.

<sup>28</sup> O poder camponês pode-se fazer sentir ainda nos dias de hoje, onde pressões desta camada social têm levado o governo chinês e o Partido Comunista dirigente a centrar fogo em projetos que tem por objetivo reduzir as diferenciações sociais e territoriais do país após quase 30 anos de início da política de Reforma e Abertura. Essa pressão camponesa sobre a superestrutura do país é fator a se levar em conta em análises que tentem contemplar as diferenças entre China e URSS: enquanto o camponês russo sempre fora um servo, o camponês chinês sempre foi um agricultor livre.

Conforme já sugerido acima, alguns fatores genéticos têm grande poder de explicação acerca do fenômeno. Ao contrário de experiências passadas de “socialismo de mercado” (Hungria, Iugoslávia e Polônia) onde, amiúde a conjuntura política e histórica, tentou-se instituir modelos mercantis em sociedades onde revoluções burguesas foram abortadas e em seguida um processo de refeudalização foi posto em marcha (processo esse encerrado com a instalação de democracias populares após a Segunda Guerra Mundial), *a China, desde seus primórdios civilizacionais, com uma massa camponesa assentada sobre vales férteis rapidamente, dada as boas condições naturais, permitiu a surgimento de uma divisão social do trabalho ou, em outras palavras, do mercado como instituição.* Esta tradição comercial pode se fazer sentir tanto na expansão territorial chinesa quanto nas centenas de expedições feitas pelo mundo por chineses (diga-se de passagem, os chineses foram os inventores da caravela) entre os séculos XII e XV.

Tais zonas de pequena produção mercantil (vales do rio Yang-Tsé e Amarelo) e seu atual desenvolvimento capaz de puxar à frente a locomotiva chinesa (Vales do Yang-Tsé, Xangai e Guangdong) se enquadram perfeitamente na ideia marxista – já citada – de “via revolucionária” para o capitalismo de transformação em capitalistas não de comerciantes e sim de pequenos produtores<sup>29</sup>. É evidente que uma revolução burguesa não ocorreu na China, mas dessa constatação podemos tirar algumas outras conclusões. Exploreemos melhor essas questões abaixo.

De certa forma, fica subentendido que Mao Tsé-tung apoiou-se nos camponeses pobres para levar a cabo a revolução Nacional-Popular que liderou. Agora, resta uma questão premente de respostas, que avalia quais forças sociais Deng Xiaoping<sup>30</sup> pôde se apoiar para levar adiante seu audacioso programa de modernização da China e (partindo deste programa) inclusive para ter resistido aos ventos contrarrevolucionários do final da década de 1980, mantendo a China no mesmo rumo traçado em 1949 e retificado em 1978.

Ao longo do tempo, das análises e de conversas feitas no Brasil e na China, constatamos que na base de um novo processo de acumulação de novo tipo (socialista)<sup>31</sup>, iniciada com a

---

<sup>29</sup> Sobre esta forma de transição feudalismo-capitalismo, ler artigos de Maurice Dobb em resposta a Paul Sweezy in *A transição do feudalismo para o capitalismo*. Paz e Terra, 5ª edição, São Paulo, 2004, 247p.

<sup>30</sup> É mister salientar que Deng Xiaoping valeu-se de sua experiência revolucionária (aos 25 anos, já era general do Exército Vermelho) e de dirigente (desde o início da década de 1950, era membro do Politburo do PCCh) para colocar a China no rumo que se encontra em nossos dias. Como homem que viveu “por dentro” o século XX, pôde se basear, e muito, nos erros e acertos de processos como o próprio processo chinês, bem como o soviético.

<sup>31</sup> Dizemos de novo tipo, pois ao contrário do modelo soviético, em que a relação entre campo e cidade – a formação de poupança – era marcada pelo desfavorecimento do campo, as reformas de 1978, inspiradas na NEP de Lênin, são caracterizadas pela inversão desta prioridade. Esta inversão de prioridade, no caso chinês, deve-se não somente a fatores econômicos, mas principalmente a fatores de ordem política, pois os camponeses, desde 1928, são a base social do PCCh.

política de Reforma e Abertura, está toda uma classe de camponeses médios, com comprovada capacidade de iniciativa empresarial, capacidade esta recriminada desde o período que vai do início da década de 1950 até 1978. A pujança econômica chinesa explica-se muito pela liberação dessas energias camponesas esmeradas por séculos de pequena produção mercantil. Não é de se estranhar que mais de 70% dos atuais empresários de nacionalidade chinesa eram camponeses médios em 1978 e que somente na cidade sulista de Shenzhen (espelho maior das reformas pós-1978) cerca de 90% dos empresários o eram em 1978<sup>32</sup>.

Em resumo, pode-se auferir que ao caso atual da China é perfeitamente plausível a aplicação da ideia leniniana que relaciona a implantação do socialismo em formações periféricas com a “ressurreição” do espírito empreendedor, a energia e a ousadia empresarial típicas da pequena produção mercantil que há muito tempo já fora sufocada pelo advento do monopólio<sup>33</sup>.

### ***2.3.2 Algumas considerações acerca do socialismo na China***

Se da formação social chinesa pode-se extrair elementos que nos coloque em linhas retas uma chamada “essência do socialismo de mercado chinês”, nunca devemos deixar de lado o estágio em que se encontra a transição ao socialismo e ao comunismo em determinada formação social – a chinesa em nosso caso. Esta é a chave para melhor auferir tanto a historicidade de determinadas categorias (sejam elas historicamente concebidas – mercado e lei do valor, por exemplo –, sejam elas filosóficas transição, processo, por exemplo), quanto a implementação de políticas que estejam em consonância com a base econômica de dada formação. Por outro lado, vale repetir o já exposto anteriormente: a transição capitalismo-socialismo em âmbito mundial não deve ser absolutizada, pois o socialismo, diferentemente de outros modos de produção e/ou propostas de sociedade, não se baseia na exploração do homem pelo próprio homem; logo a sua

---

<sup>32</sup> WENZHEN, Pen: *Entrevista concedida a Elias Jabbour*. Comissão de Assuntos Econômicos da Assembléia Popular de Shenzhen. Shenzhen, Guangdong, 15/10/2006.

<sup>33</sup> Lênin expõe esta posição em meio à polêmica que se seguiu à necessidade de utilização de mecanismos de mercado durante o processo de acumulação primitiva socialista na URSS. Sugerimos a leitura de LÊNIN, V. “Como organizar a emulação?”. In *Obras Escolhidas*. Vol. 2 Alfa Omega. São Paulo. 2004, pp. 441-447.

cristalização ante o capitalismo poderá ser muito mais lenta e gradual do que imaginamos. Agregamos a isto a seguinte observação de Armen Mamigonian (1996, p. 95-100):

Assim como a revolução socialista permaneceu isolada na URSS, por décadas, a primeira revolução capitalista ficou isolada na Inglaterra, frente à hostilidade do feudalismo da Europa continental. As relações entre os fenômenos nacionais e mundiais não são tão simples e a transição de um sistema a outro é mais complexa e prolongada do que se imagina.

### 2.3.2.1 Os pilares do socialismo de mercado na China

O socialismo é a fase primária do comunismo e, na concepção dos chineses, a China ainda se encontra na “etapa primária do socialismo”<sup>34</sup>. A verdade desta constatação pode ser mais bem auferida se nos fundamentarmos em Marx, que creditou à transição socialismo-comunismo a tarefa de eliminar as diferenças entre *campo e cidade, trabalho manual e intelectual* e as inerentes à *agricultura e indústria*. Os chineses classificam esta constatação de “as três grandes diferenças”<sup>35</sup>.

São concretos os fatores que caracterizam a etapa primária do socialismo:

- a) formação social, onde a maior parte da população está ocupada na agricultura e dependente do trabalho manual;
- b) escassez de recursos minerais;
- c) ciência e tecnologia atrasadas com relação ao centro de sistema;
- d) grandes disparidades regionais de ordem econômica, social e cultural;
- e) parte da população vivendo com dificuldades;
- f) falta de autonomia tecnológica e de financiamento; e

---

<sup>34</sup> O economista russo Evgeni Preobrazhenski (1886-1937) foi o primeiro a se referir a uma chamada “etapa primária do socialismo”. Preobrazhenski, que foi um ferrenho opositor da NEP, tornou-se famoso pelas análises da relação entre inflação e industrialização em economias agrárias atrasadas e em estado de isolamento internacional, como a Rússia revolucionária. Sobre suas elaborações, sugerimos a leitura de DAY, R. B., “Preobrazhenski and the Theory of the Transitional Period”, In *Soviet Studies* 8. New York, 1975. e FILZER, D. (org.). “1921-1927: The Crisis of Soviet Industrialization: Selected Essays”. White Plains. Sharpe, London, 1980.

<sup>35</sup> WANCHUN, Pen: *The Dialectical Materialism and the Historical Materialism*. Foreign Language Press, Pequim, 1985, p. 218.

g) grande distância em relação ao nível de desenvolvimento do centro do sistema<sup>36</sup>

Num país como a China, de dimensões continentais e altamente populoso, com cerca de 60% da população vivendo em zonas rurais e onde a própria natureza (montanhas e desertos) é fator de dificuldades, vale questionar: quanto tempo esse processo de transição (socialismo-comunismo) demoraria? Daí ser correta a conclusão chinesa acerca do estágio da transição em que se encontram.

Por outro lado, é evidente que as características apresentadas são expressões do fato de o socialismo ter vencido em formações periféricas. Logo, e naturalmente, as heranças de sistemas anteriores continuam a agir. A consequência dessas influências é sentida nas superestruturas de países como China, Cuba e Vietnã: são muito sensíveis à fluidez (corrupção, influência de culturas estrangeiras, sobrevivências feudais etc).

Mais especificamente – para o caso da China –, como já exposto, pode se verificar a ação de resquícios do modo de produção asiático. Resquícios positivos (planejamento, administração pública eficiente, capacidade de rápida intervenção sob o território, capacidade de iniciativa comercial dos camponeses etc) e negativos (cultura feudal).

Assim, por mais que a China tenha internalizado os instrumentos (superestrutura de poder popular, socialização dos meios de produção e planejamento) que viabilizam a anulação da ação do caráter espontâneo da ação das leis econômicas, as leis econômicas intrínsecas a economias planificadas e baseadas na propriedade social ainda não alcançaram um nível de cristalização necessário. A título de exemplo, os sobreinvestimentos em determinados ramos industriais na China têm – além do carreirismo de muitos governadores de províncias e/ou regiões autônomas – nas relações (de tipo feudal) entre gerentes de bancos e prefeitos de cidades médias uma das fontes do problema.

Por fim, no âmbito da base econômica ainda é necessária uma combinação dos fatores expostos com a finalidade de se decifrar – minimamente que seja – qual a formatação econômica inerente a uma formação social complexa e única<sup>37</sup> como a chinesa, na fase em que se encontra o

---

<sup>36</sup> ZEMIN, Jiang: “Hold High the Great Banner of Deng Xiaoping Theory for an All-Round Advance of the Cause of Building Socialism with Chinese Characteristics into the Twenty-First Century”. *Report to the Fifteenth National Congress of Communist Party of China*. People’s Publishing House, Pequim, 1992, p. 15.

<sup>37</sup> *At last but not least*, uma formação social como a chinesa demanda um estudo muito mais objetivo e profundo das complexas estruturas que emergiram e emergem naquela sociedade, de forma que o dogma exportado pelos teóricos da ex-URSS (para quem a equação da complexidade da formação russa apontada por Lênin em 1921 (*Sobre o Imposto em Espécie ...*) fora superada com o sucesso dos primeiros planos quinquenais, logo

seu particular caminho ao socialismo. Para tanto, termos em mente as características da chamada etapa primária do socialismo e o fato de o socialismo ser uma grande transição – que envolve outras transições e etapas que podem perdurar até séculos<sup>38</sup> – é primordial à apreensão exata da resposta ao fenômeno.

Prova analítica dessa necessária transição foi sublinhada por Marx em sua *Crítica ao Programa de Gotha*, onde argumentou acerca da impossibilidade, após a tomada do poder político pelo proletariado, de se suprimir, de forma imediata, todas as diferenças de classe da sociedade. Isso porque, segundo Marx,<sup>39</sup>

Uma sociedade comunista que não se desenvolveu sobre sua própria base, mas de uma que acaba de sair precisamente da sociedade capitalista (...), portanto, apresenta ainda em todos os seus aspectos, no econômico, no moral e no intelectual, o selo da velha sociedade de cujas entranhas procede

Partindo deste nível de abstração (formação social chinesa, etapa primária do socialismo, impossibilidade de transições imediatas), fica mais claro perceber que, na fase em que a China se encontra, o *velho* e o *novo* estão em cena e que, assim sendo, uma fase de convivência entre o planejamento, os setores estratégicos da economia e os elementos cruciais do processo de acumulação (sistema financeiro, juros, crédito e câmbio) sob poder do Estado, com outras formas de propriedade (particular, privada, *joint ventures*), é *amplamente necessária*. Necessária para o fortalecimento do Estado socialista e conseqüente sobrevivência num ambiente internacional marcado por uma correlação de forças ainda favorável, em todos os sentidos, ao imperialismo norte-americano. Além disso, tal composição de propriedade é condição primordial ao rápido desenvolvimento das forças produtivas, tendo em vista o domínio ainda existente, sobre a subjetividade das amplas massas chinesas, da mentalidade típica da pequena produção, afinal a transformação da subjetividade a partir de *novas relações sociais* é um processo mais largo e demorado do que a vontade humana pode conceber, e as experiências socialistas do século passado – e seus malogros – são prova cabal disso.

---

um dogma da crescente e inexorável homogeneização social e política determinado pela generalização do progresso técnico foi sendo absorvido) não seja repetido numa análise mais fecunda sobre a formação social em tela. Acerca desta generalização na análise soviética, ler: FERNANDES, Luís: *O Enigma do Socialismo Real – Um balanço crítico das principais teorias marxistas e Ocidentais*. Mauad, 2000, 256 p.

<sup>38</sup> Para os chineses, sua etapa primária durará pelo menos até o ano de 2050, ano este em que se terá completada sua modernização.

<sup>39</sup> MARX, K. “Crítica ao Programa de Gotha”. In *Obras Escolhidas de Marx e Engels*. Vol. 1 Alfa Omega. São Paulo. 1977. p. 231.



De posse dessas particularidades, fica plausível denominar como uma *economia de mercado sob orientação socialista* a formatação de uma base econômica em transição como a chinesa. Para termos uma ideia, em Marx, somente na fase superior da sociedade socialista (comunismo) é que se reuniriam condições objetivas à superação do direito burguês, e assim se passar a regular a distribuição não mais em acordo com o que cada um trabalhou e sim em concordância com as próprias necessidades<sup>40</sup>. A razão disso, em Marx, encontra-se na necessidade de se gerar, ainda sob o socialismo, formas que contemplem o rápido desenvolvimento das forças produtivas como forma de se passar de uma situação de escassez para outra marcada pela abundância<sup>41</sup>.

Daí a necessidade e a utilidade do mercado – como forma de se regular a escassez e alocar os recursos – e de múltiplas formas de propriedade, nucleada pela propriedade estatal ou coletiva durante a complexa transição de um modo de produção a outro de novo tipo.

De forma generalizada, eis os pilares do que se convencionou chamar de “socialismo de mercado”<sup>42</sup>.

### **2.3.3 A “via prussiana” com características socialistas**

Elementos da formação social, DNA da sociedade e do território, modo de produção asiático, pequena produção mercantil, algo sobre os clássicos e o socialismo. Uma série de elementos já foram coletados e expostos no sentido de, nesse momento, proceder-se a uma visão geral do desenrolar histórico da República Popular da China desde seu nascimento concomitante com algumas peculiaridades do socialismo no século XX e em comparações pontuais com as principais experiências pretéritas e em curso.

---

<sup>40</sup> Idem, p. 237.

<sup>41</sup> Daí a correta afirmação de Deng Xiaoping, repetidas inúmeras vezes nos combates que travou no seio do PCCh, de “o socialismo não ser a mesma coisa que pobreza”. Em Deng Xiaoping e sua política modernizadora, podemos observar a expressão da transição no seio da superestrutura chinesa de uma subjetividade igualitarista (típica das comunidades agrárias chinesas influenciadas pelo taoísmo e representada na figura de Mao Tsé-tung) para outra marcada pelo culto à acumulação como parte de um todo que envolve o desenvolvimento integral do socialismo naquela formação social.

<sup>42</sup> Demais referências históricas, teóricas e conjunturais serão tomadas no decorrer do trabalho, assim como – quando necessário – de terminadas categorias históricas relacionadas à formação chinesa.

Dado o tamanho do país e a complexidade nele guardada, é importante colocar que um bom ponto de partida a uma metodologia mais consequente no sentido de uma interpretação mais sofisticada da realidade chinesa, encontra-se na relação feita por Marx entre o desenvolvimento das formações geológicas e o processo verificado no âmbito da sociedade, conforme sugerido em carta enviada – e datada de 16 de fevereiro de 1881 – pelo mesmo à Vera Zasulich e já citada anteriormente.

Logo, como definir as revoluções e experiências socialistas do século XX, inclusive aquela em andamento na China?

Eis um desafio que deveríamos empreender para além da constatação da obviedade inerente ao fato de esse eventos não terem ocorrido nos países desenvolvidos do centro capitalista. Infelizmente, deixando de lado a determinação subjetiva, muitos não relacionam a categoria filosófica de transição com as complexidades singulares do processo de acumulação de cada formação social, tornando-se mais superficiais ainda, e preferindo – a-historicamente – situá-las como continuidade das revoluções burguesas europeias.

### ***2.3.3.1 A necessária compreensão da transição feudalismo-capitalismo e a “revolução pelo alto”***

Considerando-se os países onde ocorreram revoluções de novo tipo, onde a transição feudalismo-capitalismo ora mal havia se iniciado, ora não havia se realizado, creio que, para tanto, deveríamos retornar aos clássicos e perceber a dinâmica entre superestrutura e base econômica e as possibilidades de transição feudalismo-capitalismo teoricamente plausíveis, sendo elas<sup>43</sup>:

- a) a via junker ou prussiana, onde as pressões internas e externas levaram a classe de senhores feudais a empreenderem reformas de cima a baixo; e

---

<sup>43</sup> Uma síntese dessas formas de transição feudalismo-capitalismo pode ser encontrada no prefácio à 2ª edição de *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, escrito por Lênin.

b) a chamada via revolucionária (ou via dos produtores ou via americana), para quem os pequenos produtores rurais, aos poucos, transitam de uma condição subalterna sob o ponto de vista econômico até atingirem o grau de classe econômica dominante, reivindicando para si o poder político.

Porém, tais formas de transição não podem ser absolutizadas. Existem casos de combinação entre as duas formas, por exemplo, o Brasil, onde Vargas (estancieiro, senhor feudal), ao tomar o poder, criou as condições institucionais para a transformação de pequenos produtores em empresários (Gerdau, Bardella, Weg etc) à custa de uma industrialização sem reforma agrária (via prussiana). No próprio Japão (Inovação Meiji), o que são os *zaibatzus* e, na Coreia do Sul, as *chaebols*? E na própria China, o que significa o esforço, nos últimos anos, de formação de grandes conglomerados estatais prontos para enfrentar a concorrência econômica entre capitalismo e socialismo em âmbito mundial? Em todos os casos, verifica-se pelo menos uma característica única: o de desenvolvimento tardio, onde o Estado teve de tocar adiante reformas modernizantes em detrimento do grande atraso relativo ao centro dinâmico mundial. Voltaremos a isso.

Defendemos a hipótese de o socialismo notabilizado no século XX, notadamente por meio do “modelo soviético”, ter sido uma “via prussiana”. Antecipo-me àqueles que, justamente, podem colocar as diferenças, como – por exemplo – a falta de reforma agrária na Alemanha ou no Brasil, ou mesmo o caráter de classe do poder. Mas, Ignacio Rangel, com sua flexibilidade intelectual ímpar, sempre nos advertira que o dogmatismo e o preparo destinado somente de análises de “modelos prontos” tinha na assertiva hegeliana (muito cara a determinados “intelectuais”), de apego ao ardil do conceito, seu pressuposto.

Em verdade, a Alemanha teve Bismarck e o Brasil Getúlio Vargas. Na Rússia, houve Kerensky e, na China, Chiang Kai-shek. Ora, na falta de um Bismarck na Rússia ou na China, a saída à entrada dessas nações no século XX fora Lênin e Mao Tsé-tung, em cujos ombros foi carregado o fardo de transformar suas semifeudais realidades em industriais realidades, ante o abismo que encontravam diante de si e da alternativa neocolonial.

Abrindo parêntese, sem indústria, economia monetária e mercado de capitais, o socialismo é um sonho somente possível aos amantes da economia natural (de subsistência) do socialismo, acreditando – como os populistas russos – num socialismo gestado a partir do retorno

a formas primitivas de agricultura. Daí a NEP soviética, a Nova Democracia e a “Reforma e Abertura” na China. Deng Xiaoping, endereçando-se aos seus opositores de “esquerda”, deixava claro que “converseira ideológica” não levaria a China a lugar algum e, se a Inovação Meiji colocou o Japão no rumo de se transformar numa grande potência, os chineses, como proletários, teriam de ir além e ser melhores<sup>44</sup>.

A via prussiana socialista, assim como na Alemanha de Bismarck, condicionou imensos investimentos em indústria pesada, química e em ciência e tecnologia. Assim como Bismarck consolidou as bases para a unificação da Alemanha pelo caminho do intercâmbio comercial de “feudos independentes” e criou condições propícias ao enfrentamento da ameaça externa (militarização), na URSS de Stálin e na China de Mao esse caminho de transformações econômicas “de cima para baixo” redundou na implementação do que se convencionou chamar de “modelo soviético de industrialização”, que capacitou ambos os países a enfrentar ameaças militares externas (2ª Guerra Mundial e Guerra da Coreia), a lançarem bases para a construção de satélites, bombas atômicas e enviar seres humanos ao espaço. É evidente que fortes diferenças no “conteúdo de classe” desses processos de transformação – capitalista ou socialista – devem ser notadas. Por fim, no que tange à justeza histórica do “modelo soviético” ao caso chinês, a passagem abaixo também tem serventia no que se refere à clarificação empírica desta constatação<sup>45</sup>:

Depois de anos de trabalho duro, a economia nacional foi restaurada e retomou o caminho do desenvolvimento. Em 1952, a produção industrial já havia aumentado em 77,6% em relação ao índice de 1949. A produção agrícola ultrapassou os números de antes da revolução e o nível de vida do povo melhorou de forma generalizada. Comparado com o nível de 1949, os salários dos trabalhadores aumentaram em 70% em 1952 e a renda dos agricultores em 30%.

Cabem ainda mais abstrações. Por exemplo, na simpatia de Gramsci pela via da NEP, como algo que poderia deixar de lado a violência e a virulência, como visto tanto em processo de acumulação por expropriação dos meios de produção em posse dos camponeses (Inglaterra, por exemplo) e mesmo as “revoluções pelo alto” e/ou “passivas” em detrimento da chamada “via americana”, mais sutil, vamos dizer, como algo mais próximo da NEP. Tem grande fundo de

---

<sup>44</sup> XIAOPING, D.: “Respect the knowlege, respect trained personal”. In *Selected Works of Deng Xiaoping*. Foreign Language Press. Beijing, 1982. Vol. 2, p 54-57.

<sup>45</sup> REBELO, Aldo & PAULINO, LUÍS: “Os 60 anos da Revolução Chinesa”. In *Revista Princípios*. São Paulo. nº 104. Nov.-Dez/2009.

verdade a relação direta entre uma chamada “guerra de posição” – não somente para ilustrar uma tática defensiva do movimento comunista –, e os rumos soviéticos (conjuntura de isolamento internacional) no final da década de 1920. Assim como, nessa esteira, também caracterizar o processo soviético pós-NEP como uma “revolução pelo alto”, de caráter defensivo ante o cerco imperialista, dando primazia à indústria pesada. Nessa mesma linha *gramsciana* é plausível ver o bonapartismo como consequência de processos tortuosos e complexos (URSS e China), personificado em figuras como Stálin e Mao Tsé-tung<sup>46</sup>. Enfim, eis, a nosso ver, a via prussiana socialista (modelo soviético) espraiada em outras experiências, inclusive a China, com média de crescimento anual entre 1950 e 1978 de 6,5%, mesmo diante de conjunturas como a do “Grande Salto Adiante” e a da “Revolução Cultural”.

### **2.3.3.2 O “modelo soviético” e/ou “revolução pelo alto”**

Tornou-se convencional relacionar ou colocar um sinal de igualdade entre a ineficiência econômica e o “modelo soviético”. Tal procedimento não obedece a leis que convergem para a própria historicidade do fenômeno e para a própria dialética. Afinal, esse modelo pautado por um financiamento do desenvolvimento por meio de relações desiguais entre indústria e agricultura é produto da *história*, uma resposta a uma conjuntura de cerco político, militar e econômico que não permitiu, por exemplo, executar um tipo de NEP pela não viabilização de uma mínima pauta de comércio exterior, o que é central na consolidação, no âmbito interno, de novas tecnologias, financiamentos e acordos comerciais. Soma-se a isso o fato de nem a URSS nem os demais países socialistas serem detentores de colônias externas.

Além disso, essa forma de produção industrial e financiamento obedece a uma lógica de industrialização pautada pela indústria pesada, que tinha, como grande objetivo imediato, a preparação para a 2ª Guerra Mundial. Abrindo parêntese, existem ainda duas questões, puramente de ordem histórica, quase não percebidas quando o assunto é a execução de projetos socialistas e que, sob o nosso ponto de vista, estão diretamente relacionadas tanto com a construção do

---

<sup>46</sup> Sobre este assunto, ler: PONS, Silvio, “O afastamento de Gramsci do mito da URSS”, in Gramsci e o Brasil (<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=1116>). Acessado em 11 abr.2009. Acerca do “bonapartismo” e o processo de desenvolvimento socialista, sugerimos: LOSURDO, Domenico: *Fuga da História?* Revan. Rio de Janeiro, 2004.

socialismo até os dias atuais quanto com os limites do “modelo soviético”, expresso numa necessária “revolução pelo alto”. Portanto, “demonizar” figuras como Stálin e Mao Tsé-tung por conta somente da tomada desse tipo de caminho de desenvolvimento pode redundar numa grande “filosofia de brincadeira”, idealista. Advogar, por exemplo, o caminho da NEP (“via americana”) sem perceber que esse caminho demanda contatos e comércio exterior desenvolvidos também pode redundar num idealismo (tal qual foi vítima Bukhárin no final de sua vida), o que não justifica analisar e tampouco apontar os excessos cometidos por tais estadistas supracitados.

A primeira questão reside no *fato histórico* de o projeto socialista ser o primeiro a objetivar a abolição da exploração do homem pelo próprio homem, o que não é qualquer determinante, afinal durante milhares de anos o progresso humano e o caminho para o rumo da *civilização* (sociedade pautada pela urbanização e o trabalho social na manufatura) dependeu dessa forma de exploração. O segundo fato histórico era perceptível para qualquer classe que almejasse tanto o poder político no âmbito das transições anteriores (escravismo-feudalismo e feudalismo-capitalismo) e (demandava-se tal condição) quanto o posto de *classe dominante economicamente*. Ora, fica sobremaneira complicado trabalhar a ideia de transição capitalismo-socialismo fora dessas determinações. E também pode tornar-se a-histórico e economicista não compreender os limites das primeiras experiências socialistas, deixando de lado tais parâmetros lastreados historicamente, inclusive as demandas conjunturais por detrás do “modelo soviético” e da “revolução pelo alto”.

Pois bem, esse caminho de desenvolvimento, intitulado “acumulação primitiva socialista”, foi trabalhado por Evgeni Preobrazhenski. Preobrazhenski foi o mais destacado teórico da chamada “oposição de esquerda” do Partido Bolchevique<sup>47</sup>. Brilhante economista, ocupou-se e ganhou notoriedade a partir de seus textos sobre a relação entre inflação e industrialização em países atrasados. Como já exposto, foi o primeiro teórico marxista a expor o que comumente se chama (principalmente pelos chineses) de “etapa primária do socialismo”. Entrou em choque com as opiniões de Lênin e Bukharin, partindo da constatação de que a NEP seria responsável por um aumento da demanda sem que a velocidade da industrialização fosse capaz de abarcar o crescente consumo.

---

<sup>47</sup> Sobre indicações de leitura sobre este tema e Preobrazhenski, ler nota 35.

Esmiuçando o problema, a solução por ele proposta tanto para o âmbito da industrialização quanto para o do equilíbrio necessário entre oferta e demanda partiu do pressuposto da impossibilidade de a industrialização se autossustentar pela própria indústria e, aliada à impossibilidade do aprofundamento do isolamento da URSS, a forma mais viável de se alcançar uma rápida industrialização (a partir da indústria pesada) seria a implantação de trocas desiguais entre campo e cidade. Isso significa que o setor rural repassaria a preços baixíssimos produtos primários à cidade, que por sua vez revenderia a preços mais elevados de forma que o excedente extraído seria voltado ao financiamento da industrialização e do envio de insumos industrializados ao campo, acarretando num aumento da produtividade do trabalho agrícola, impulsionando – desta forma – a própria indústria em si.

Os elementos mercantis inerentes à intermediação comercial entre produtores e consumidores seriam substituídos pelo monopólio estatal do comércio interno. Além de acelerar o processo de industrialização, um dos grandes objetivos dessa política seria uma sobretaxação do setor privado da agricultura como forma de refrear os estímulos de tipo capitalista que poderiam surgir no campo, impulsos esses que levaram Stálin, a partir de 1928, a empreender uma verdadeira guerra civil contra os camponeses ricos, solapando assim a experiência da NEP e introduzindo em grande escala o modelo proposto de Preobrazhenski.

\*\*\*

Como algo dado historicamente, esse modelo deve ser visto por duas fases: de ascensão e de queda. De um lado, capaz de transformar países como URSS e China de formações semifeudais a potências industriais num tempo muito curto em comparação com os países capitalistas centrais. Sua fase de dinamismo levou a URSS a quebrar o monopólio anglo-germânico de aviões a jato em 1932, financiou o maior esforço de guerra da história moderna, lançou o homem ao espaço antes dos EUA, além de condicionar o país a adentrar na 3ª Revolução Industrial. Na China, foi responsável pelo lançamento de satélites de observação ao espaço em 1971 e testes com bombas de hidrogênio em 1964, além de várias duplicações na produção de aço entre 1949 e 1979.

Falando sobre seus limites, podemos colocar que essa dinâmica de acumulação é muito diferente da empregada no mundo capitalista. Para o economista russo Feldman, esse modelo tem

na estrutura de oferta um limite intrínseco ao crescimento. Ou seja, quanto maior a oferta por bens de capital maior o crescimento econômico, pois a oferta de bens de capital é determinada pela quantidade de cereais colhidos e que só tendem a aumentar de acordo com o nível de mecanização do campo, o que depende de maior oferta de bens de capital<sup>48</sup>. Do ponto de vista da política, podemos dizer que este limite ao crescimento também é determinado pela relação entre Estado e camponeses, que tendeu a piorar ao longo dos anos, tanto na China quanto na URSS. Como exemplo, dada a queda do ânimo camponês na URSS, amiúde pela acelerada mecanização, desde meados da década de 1970 a URSS havia se transformado em importadora de alimentos. O problema de fundo é de caráter puramente político e se expressa diretamente na economia.

Retornando, existe também – fechando o círculo – a oferta por bens de consumo (que por sua vez é determinada pela expansão do Departamento 1) que também recaía sobre a capacidade camponesa de gerir produtos agrícolas para a sociedade e na medida em que essa demanda aumentava, de forma a pressionar os preços de produtos alimentares e de matérias-primas. É interessante notar que, no caso chinês, a solução desse problema de desproporção e desequilíbrios entre diferentes setores da economia residiu na desaceleração das taxas de investimentos no Departamento 1<sup>49</sup>.

Além das questões puramente políticas, problemas do processo produtivo em si foram se exacerbando. Para o caso chinês em especial, alguns números podem ser bem ilustrativos. Como exemplo, entre 1966 e 1976 a produção industrial chinesa teve crescimento industrial médio de 9,5%. Nada mal – e até mesmo surpreendente – para um país sem acesso a tecnologias ocidentais. Para esta performance econômica, foram necessários investimentos da ordem de 36,6% do PIB. Esse mesmo crescimento industrial fora também alcançado entre 1952 e 1966, porém com a utilização de investimentos bem inferior, exatamente 24% do PIB. Outra demonstração de limites pode ser percebida na relação entre crescimento econômico e energia utilizada. Em 1976, para 1% de crescimento do PIB na China, eram gastos três vezes mais recursos energéticos do que a mesma proporção de crescimento no capitalismo central<sup>50</sup>.

Por fim, no caso específico da China, fica bastante claro que a continuidade desta via pós-Mao poderia redundar numa completa *débâcle* do regime, a exemplo da URSS e do Leste

---

<sup>48</sup> DOMAR, E.: “A soviet model of growth”. In, NOVE, A. & NUTI, D. M.: *Socialista Perspectives*. Penguin. New York, 1972. Também trabalhado em MEDEIROS, Carlos A., “Economia e Política do Desenvolvimento Recente da China”. In *Revista de Economia Política*. Vol. 19, nº 3, p. 92-112. São Paulo, julho-setembro/1999.

<sup>49</sup> IMAI, H.: “Explaining China’s Business Cycles”. In, *Developing Economies*. Nº 34, 1996.

<sup>50</sup> In: *China Statistical Yearbook* para todos os anos entre 1952 e 1978.



Europeu. Apesar dos avanços alcançados, estava clara uma cada vez maior brecha entre os interesses das mais amplas massas camponesas e a *superestrutura* do país, ameaçando o condomínio de poder estabelecido em 1949. Uma mudança de curso era necessária. A China não deveria seguir o efeito dominó do final da década de 1980.

### ***2.3.3.3 A Reforma e a Abertura de 1978 e a “grande estratégia”***

Em linhas gerais a serem desenvolvidas no decorrer do trabalho, no que consistiria o apelo de Mao Tsé-tung (encampado por Deng Xiaoping) relativo a um socialismo com características chinesas? Do ponto de vista da estratégia, o que se encerra em tal? Por outro lado, quais as ideias-força nelas contidas?

Especulo que esse caminho se confunda com o programa da Nova Democracia, da mesma forma que a NEP soviética teve curta vida por conta do recrudescimento do capital internacional contra o “Novo Mundo” que surgira com a abertura, nas palavras de Stálin (sobre o leninismo), da era do imperialismo e das revoluções proletárias.

Poucos sabem, mas o programa executado por Deng Xiaoping e seus competentes sucessores foi vislumbrado por Mao no Programa da Nova Democracia lançado em 1945. Não é a toa que a bandeira chinesa é vermelha com cinco estrelas, sendo a principal delas representando o Partido Comunista, e as outras menores o proletariado, os camponeses e, diga-se de passagem, a pequena burguesia e a burguesia nacional. Eis a diferença entre uma superestrutura de tipo República Popular (formula, elaborada por Stálin, de um governo pós-2º Guerra Mundial, abarcando as mais amplas forças antiimperialistas e hegemônico pelo PC) e outra tipicamente de caráter socialista, como o Vietnã.

A União Soviética chegou a fins dos anos de 1970 com uma economia em franca desaceleração, fruto da decadência do modelo importado por Lênin e Stálin, o fordismo, porém com forças produtivas plenamente desenvolvidas a ponto desse país ter sido um dos precursores da 3º Revolução Industrial (siderurgia). No caso soviético, também não cabe certas assertivas como a necessidade de câmbio a uma forma intensiva de produção. Segundo Rangel, que visitou a URSS mais de uma dezena de vezes, o problema da URSS estava na necessária redução da

jornada de trabalho, fruto de um pleno desenvolvimento das forças produtivas e, concomitante a isso, a execução de novas e superiores formas de planejamento e não a aplicação de formas mercantis de mediação econômica.

O caso chinês é totalmente diferente. O estágio de desenvolvimento das forças produtivas em 1978 era o mesmo que o da URSS em 1938, porém com uma população de 900 milhões. A ameaça externa condicionou problemas ao desenvolvimento da divisão social do trabalho, com a lógica das comunas autossuficientes e prontas para a defesa interna, independente do que acontecesse ao resto do país. Essa lógica tem um lado positivo e outro negativo: positivamente, uma menor descentralização industrial (transferências de unidades produtivas do litoral ao interior) possibilitou o desenvolvimento de áreas inteiras no interior do país, sendo inclusive condição nodal para o êxito de formas rurais de industrialização pós-1978; já negativamente, a formação de hinterlândias (ilhas econômicas) impedia a plena conexão regional no país, desde a formação de mercados regionais até a formação de um grande mercado nacional, como hoje vislumbra os atuais herdeiros do “Grande Timoneiro”, dando plena vazão à lógica marxista para quem definia, na *superação da divisão social do trabalho* (diferenças entre campo e cidade, entre indústria e agricultura e trabalho manual e intelectual), a grande tarefa histórica do socialismo. Vejamos abaixo, de forma geral, como as políticas executadas pós-1978 têm enfrentado essas questões.

\*\*\*

Para fins de introdução, é interessante analisar e elaborar questões sobre o futuro da humanidade e o papel do desenvolvimento da Revolução Chinesa que esse processo demanda e, conforme já exposto, deixarmos de lado os limites da “periodização” em detrimento de uma ampla visão de *processo histórico*. Visão esta que, ao pressupor a análise de um fenômeno como *fenômeno histórico*, capacite-nos a compreender o mundo atual – e a China – sob parâmetros, sejam conjunturais ou mesmo criados há quase 200 anos, entre eles, cabendo destaque ao surgimento do *imperialismo* e à transformação do *desenvolvimento desigual e combinado* em lei econômica objetiva do capitalismo, elevando a lógica do “chão da fábrica” ao nível internacional, da abertura de um novo *ciclo histórico* com a Revolução Russa de 1917, ciclo este longe de ter demonstrado seus limites, conforme os êxitos do *socialismo com características chinesas* vão

demonstrando, e a transformação da Ásia no campo de excelência das maiores atrocidades imputadas pelo imperialismo no século XX, onde a luta entre *capitalismo* e *socialismo* se deu de forma mais sangrenta.

A Revolução Chinesa, expressão moderna de milenares revoltas camponesas, é produto direto das novas formas de dominação adquiridas pelo capital na segunda metade do século XIX. Vale lembrar que esse país, por sua extensão territorial, posição estratégica (corredor entre a Ásia e a Europa, “Rota da Seda”) e recursos naturais tornou-se o “banquete” mais disputado pelas grandes potências – atualmente, baluartes dos “direitos humanos” e da “liberdade de expressão” –, sendo inclusive palco de uma infame guerra impetrada pela Inglaterra em prol da legalização do tráfico de drogas. A lógica da *lei do desenvolvimento desigual e combinado* transformou a nação mais desenvolvida do mundo, com 40% do PIB concentrado em seu território (final do século XVII), no mais pobre país do mundo em 1949. Desta forma, faz-se necessário compreender o próprio *socialismo* como o caminho forçoso e necessário à quebra do ciclo destruidor dessa citada lei de desenvolvimento.

Sob tais bases expostas e encetando o caminho do processo de desenvolvimento possibilitador de base material à consecução do socialismo, em rápidas palavras podemos sugerir que o marco da atual estratégia chinesa reside no processo de transformação do país em uma *nação moderadamente desenvolvida* pelos idos da metade do presente século. Esse processo, expresso por Deng Xiaoping, passa por oito duplicações do PIB chinês até 2050 e tendo o ano de 1978 como marco, de forma que, nas palavras do próprio Xiaoping,<sup>51</sup>

É verdade, nós estamos construindo o socialismo, mas isso não significa que o que nós conquistamos até agora corresponde ao padrão socialista. Não antes da metade do próximo século, quando nós tivermos atingido o nível das nações moderadamente desenvolvidas, poderemos dizer que realmente construímos o socialismo e declarar de forma convincente que o socialismo é superior ao capitalismo. Nós estamos avançando rumo a essa conquista.

Essa estratégia, que foi capaz sobreviver à *débâcle* do bloco socialista no início da década de 1990, guarda em si algumas *ideias-força*, entre elas a ideia, elaborada ainda por Mao Tsé-tung, do chamado *socialismo com características chinesas* e a da teorização – já mencionada conforme citação anterior do economista russo Evgeni Preobrazhenski – de uma determinada *etapa*

---

<sup>51</sup> XIAOPING, Deng: “To Uphold Socialism We Must Eliminate Poverty”. In, XIAOPING, Deng: *Selected Works*. Foreign Languages Press, Beijing. 1994. Vol. 3, p. 221-223.

*primária do socialismo* sintetizada sob uma base econômica privada e mercantil, porém hegemônica pelo setor socialista da economia sob a égide de uma *superestrutura de poder popular*, cuja síntese pode ser vista na sob a essência de um chamado (nada paradoxal) *socialismo de mercado*. Este conjunto de ideias e conceitos trabalhados minuciosamente é parte de um todo que envolve uma grande política de Estado nascida em 1978, cujas palavras de ordem estão expostas sob o impulso das chamadas *Quatro Modernizações*<sup>52</sup>.

De forma concreta, as expostas *ideias-força* implicaram o reconhecimento da impossibilidade de uma 3ª Guerra Mundial, envolvendo o *capitalismo* e o *socialismo* e abrindo condições políticas internas a um amplo processo histórico e geográfico de inserção soberana chinesa na chamada “globalização” como forma – em um mundo marcado pelo rápido desenvolvimento das forças produtivas (decadência do modelo fordista com grandes impactos negativos sobre a URSS e o nascimento da 3ª Revolução Industrial centrada no Japão) – de reprojeter o país no rol das grandes nações. É mister salientar que esse processo de *retificação de curso* baseou-se em dois movimentos, um interno e outro externo, capazes de moldar as duas molas propulsoras iniciais do projeto chinês, a saber:

- a) o movimento de reconstrução de pacto de poder de 1949, de forma que as relações entre campo e cidade passassem a ser favoráveis à agricultura, o que redundou na utilização da capacidade milenar de comércio e de acumulação do camponês médio chinês, por meio não somente da produção agrícola em si, mas principalmente do aparecimento das chamadas Empresas de Cantão e Povoado (ECPs) que, por um lado, ao abrigar mão de obra intensiva no campo, transformaram o processo de urbanização na China em um fenômeno tipicamente rural e, por outro lado, ao responder por até 40% das exportações recentes chinesas, constituíram condição de primeira ordem à invasão pelo mundo de produtos Made In China. Na ponta desse processo, podemos dizer com tranquilidade que a utilização deste potencial camponês foi o epicentro de uma política econômica baseada no acúmulo de reservas internacionais, como a base interna para a sustentação do projeto de modernização do país. Eis a primeira mola propulsora do projeto e da estratégia chinesa;

---

<sup>52</sup> Trata-se da modernização da Agricultura, Indústria, Forças Armadas e dos setores relacionados à Ciência e Tecnologia. Essa ideia surge elaborada inicialmente pelo outrora primeiro-ministro Zhou Enlai em 1964.

- b) o movimento de constituição de um círculo internacional chinês espalhado pelo Sudeste Asiático, com poder financeiro suficiente para carrear seus excedentes pelo continente, viabilizando, assim, tanto o financiamento externo da modernização e a internalização de avançadas técnicas modernas de administração quanto a solução de pendências históricas como Hong Kong, Macau e principalmente Taiwan. Esse círculo internacional tornou-se, assim, a segunda mola propulsora do processo.

\*\*\*

Vejam os bem: as ditas “molas propulsoras” elencadas acima integram a base de uma necessidade de qualquer *processo histórico* que encete a construção do socialismo: a *harmonia entre superestrutura e base econômica*. Trata-se de uma questão objetiva, tratada – entre outras formas – de uma teoria e prática que coloca a concorrência interna entre os setores estatal e privado da economia como meio de dinamizar a própria base econômica socialista da economia. Além do reconhecimento da *historicidade* de determinadas categorias, entre elas o *mercado* e a *lei do valor*. Abrindo parêntese e salientando, no plano externo, a mesma situação ocorreu: os chineses trouxeram a disputa entre os dois sistemas para o campo do comércio exterior<sup>53</sup>.

A consequência dessa “guerra comercial” é encerrada em seu crescente poderio financeiro como a tábua em que se assenta uma *planificação do comércio exterior* possibilitadora da implementação de uma convivência imediata com o imperialismo, que inclui – não espantosamente – o financiamento dos chamados déficits gêmeos do próprio imperialismo. Porém, a grande expressão dessa nova força financeira internacional está na possibilidade de proscricção dos principais órgãos financeiros surgidos no âmbito de *Bretton Woods*, notadamente o FMI e o Banco Mundial – conforme a política africana e latino-americana da China vem demonstrando nos últimos anos.

A grande pré-condição de todo esse complexo político-econômico reside no controle estatal sobre os setores estratégicos da economia e principalmente o controle dos instrumentos cruciais do processo de acumulação (crédito, juros, câmbio e sistema financeiro). Combinado a

---

<sup>53</sup> A relação entre o processo de solidificação do socialismo e a concorrência entre os setores socialista e privado da economia pode ser encontrado em *Princípios do Comunismo* de Engels. Esta relação foi retomada por Lênin em meio à NEP soviética e está em claras palavras em LÊNIN, V. “We Have Paid Too Much”, In LÊNIN V., *Collected Works*, 2th Printing. English Edition. Progress Publishers. Moscou. 1972. Vol. 33 pp. 330-334.

esse controle seletivo, está o planejamento, possibilitando à China anteparo diante de crises externas, conforme a resposta chinesa à crise asiática de 1997 e à atual crise financeira centrada nos EUA: em ambos os casos, os chineses giraram o compasso de seu crescimento em torno de seu mercado interno, combinando alavancamento de imensas obras públicas e financiamento ao consumo e produção internos, a partir de uma política de juros altamente atraente ao crédito.

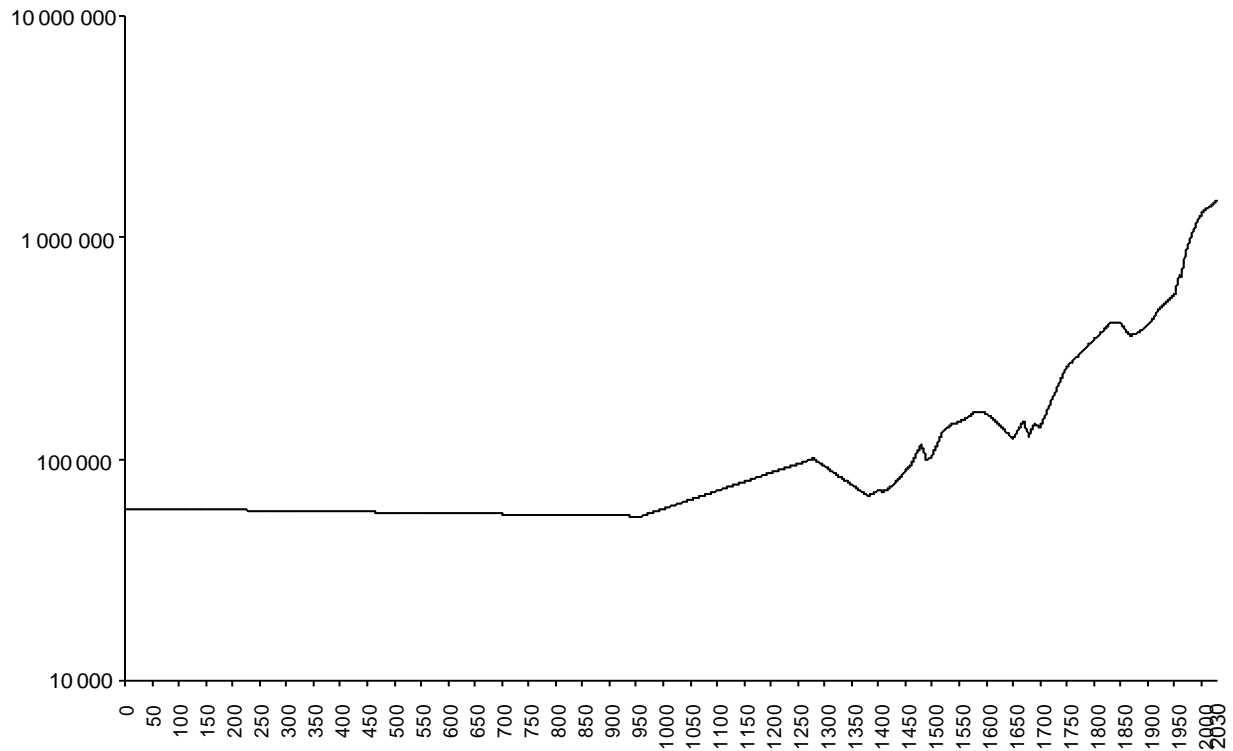
O resultado dessa política calculada vê-se no estatelamento mundial com o desempenho econômico chinês. Porém, sabendo-se que a *contradição é o motor do processo*, e que o próprio processo de desenvolvimento é marcado por sucessivas soluções/surgimentos de contradições, não podemos nos esquivar perante as grandes contradições surgidas no bojo desse processo, conforme veremos a seguir.

\*\*\*

Podemos de imediato relacionar três grandes fontes de limites que se relacionam ao processo em andamento na China. Trata-se da relação entre *o tamanho de sua população*, os *recursos existentes em seu território* e o *modelo clássico de industrialização extensiva*. Dessa relação, podem ser extraídas as principais contradições surgidas nessa esteira desenvolvimentista: a pressão sobre os recursos naturais, as desigualdades sociais e regionais e a danificação ao meio ambiente.

A população chinesa ainda não atingiu seu pico (ver gráfico abaixo). O início de sua curva decrescente deverá ocorrer por volta de 2030, quando o país poderá chegar a 1,5 bilhão de habitantes.

**Gráfico 1 – População chinesa ano 1-2030**



**FONTE: China Statistical Yearbook. Elaboração Própria.**

Apesar de sua economia estar por superar a economia japonesa ainda em 2010, tornando-se o segundo maior PIB do mundo, sua economia ainda se encontra muito atrás do conjunto norte-americano e da União Europeia. A China – apesar das duplicações do PIB pós-1978 – ainda se situa entre as economias de baixa renda *per capita*. É sempre relevante colocar em pauta o fato de que, com 1/5 da população mundial, a China conta com somente 5% das terras em condições de plantio no planeta.

No campo de análise da produção industrial e do caráter extensivo caracterizado por um *grande aporte de capital e trabalho*, em detrimento da incorporação de novas tecnologias, podemos afirmar que esse tipo de produção é grande fonte de contradições, cuja superação é determinada pela incorporação de novos paradigmas tecnológicos capazes de acelerar a produtividade do trabalho. Não somente isso – conforme o desenvolvimento interno do país vem

nos mostrando, também é necessário aprofundar a mudança em curso do modelo o que implica o fortalecimento da demanda interna e das empresas nacionais e a lenta diminuição do fator comércio exterior na composição do PIB, que passou de 22% em 1992 para a altíssima taxa de 47% em 2006.

Em que pese a grande façanha da inclusão na China, a grande verdade é que as desigualdades, pelo menos até a metade da primeira década do século XXI, aumentaram substancialmente. Além disso, apesar de a pobreza rural ter diminuído, a pobreza urbana aumentou, passando, entre 1999 e 2003 de 11 milhões, ou 2,5% da população, para 23 milhões, ou 4% da população urbana. Voltando à questão do aumento das desigualdades, se tomarmos o coeficiente 20/20 (parte da renda nacional dos 20% mais ricos e 20% mais pobres), perceberemos que o mesmo aumentou de 6,5 em 1990 para 10,6 em 2001. Esses dados se confirmam se partirmos das bases de cálculo do índice de Gini (10/10): entre 1999 e 2001, os 10% mais ricos passaram a deter de 24,6% para 33,1% da renda nacional<sup>54</sup>.

É imperioso demonstrar também a pressão sobre os recursos naturais originados desse tipo de organização industrial: atualmente a China necessita de 832 toneladas de petróleo para produzir US\$ 1 milhão em riquezas, isto é, quatro vezes mais que os EUA (209 ton.), seis vezes mais que a Alemanha (138 ton.) e sete vezes mais que o Japão (118,8 ton.)<sup>55</sup>.

\*\*\*

À luz da estratégia chinesa remodelada em 1978 e observando atentamente o atual curso de contradições em marcha no país, podemos expor que, trinta anos após a inauguração do projeto de Reforma e Abertura, o país encontra-se em outro patamar, para enfrentar tanto seus desafios externos, quanto – principalmente – os internos.

Não se trata de mais uma repetição atualizada de conjunturas como a de 1949, em que a necessidade de industrialização rápida e acelerada contava com pífios recursos, nem como a de 1978, quando os requerimentos da modernização, em larga medida, assentavam-se numa grande inflexão externa do regime, dada sua não autonomia financeira e tecnológica. O que a China e

---

<sup>54</sup> BUSTELO, Pablo: "China 2006-2010: hacia una nueva pauta de desarrollo". In Revista Electrónica de la Fundación Real Instituto Elcano. Madrid: n° 127-2005 - 26.10.2005. Acessado em 25/03/2007.

<sup>55</sup> BEI Jin: "From Concept to Implementation: a Scientific Concept of Development", Time, 24/01/2007. Disponível em: <http://www.safea.gov.cn/english/content.php?id=12742807>. Acessado em 03/03/2008.



seu projeto têm a favor na atual contenda é o fato de as suas soluções estarem ao alcance de uma economia já calcada em bases industriais sólidas, com uma política ativa em ciência e tecnologia e – o principal – nos marcos de uma solidez financeira jamais sonhada pelas antigas gerações.

Essa conjunção de fatores é condição objetiva para o lançamento de *novas e superiores formas de planejamento*, como expressão prática e em correspondência aos objetivos e desafios colocados pela conjuntura à atual geração dirigente. Um planejamento de nível superior que signifique a utilização do acúmulo financeiro chinês no combate às desigualdades sociais e regionais num outro patamar e que seja capaz de aproveitar a oportunidade dada pela história que se caracteriza, na atualidade, pela convivência em um mesmo mundo com milhares de cabeças, homens dedicados à ciência; homens esses que em nenhum momento da história foram contemporâneos – tanto nossos, quanto de si mesmos – e que à sua disposição contam, especialmente no centro do sistema, com recursos materiais inimagináveis e capacidade de dar curso às suas elucubrações mediados por um *planejamento estatal e privado cada vez mais milimétrico*.

Ora, se a prática é o critério primário capaz de auferir a verdade, é muito claro que novas abordagens em matéria de planejamento estão altamente inseridas em projetos como os relacionados ao desenvolvimento do oeste e a recente reforma financeira que possibilitou reduzir a “zero” os impostos sobre os camponeses (tendo como resultado a colheita recorde de grãos de 528,5 milhões de toneladas em 2008). Tais abordagens planificadoras (que serão dissecadas no decorrer do trabalho) podem ser registradas inclusive no atual aproveitamento da oportunidade aberta pela crise financeira dos EUA para a compra, por parte de chineses, de ativos bancários tanto norte-americanos quanto europeus.

No plano da política, isto se expressa em novas ideias-força, entre elas o objetivo de construção de uma “sociedade socialista harmoniosa” e a transformação do “conceito científico de desenvolvimento” em política de Estado.

Enfim, se pudermos falar de um legado que se clarifica no passar dos últimos 30 anos, pode-se registrar que, como uma civilização milenar, os chineses puderam tanto modelar seu próprio projeto revolucionário quanto adaptar os tentos da Revolução Industrial inglesa com as próprias formas rurais de industrialização, dando cores novas ao desenvolvimentismo de tipo asiático e gerando, conforme M. Castells, um “Estado Revolucionário e Desenvolvimentista”.

## 2.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O MERCADO E A TRANSIÇÃO E UM MODELO DE APROXIMAÇÃO AO SOCIALISMO DE MERCADO CHINÊS

Uma necessária polêmica que deve ser enfrentada é relacionada ao senso comum, que relaciona mercado com capitalismo e que, portanto, entende que socialismo e mercado são duas categorias incompatíveis, assim como capitalismo e planejamento econômico ou territorial<sup>56</sup>. Isso se aplica também à lei do valor. Enfim, o mercado deve ser visto, de forma pobre, apenas como o local onde se encontra a oferta e a procura, ou analisado como uma categoria historicamente concebida? Além disso, é necessário o resgate de pensadores como Oskar Lange, tanto para iniciar o combate ideológico com os setores liberais do debate de ideias quanto para se buscar uma elaboração que contemple a aplicabilidade do socialismo e de modelos de aproximação com o caso chinês.

\*\*\*

O mercado é uma categoria histórica e, como toda categoria histórica – seja o mercado ou a lei do valor –, demanda condições objetivas e subjetivas à sua superação<sup>57</sup>. A bem da verdade, o mercado é síntese da separação, no bojo da economia doméstica, entre a economia de ganho e a economia de troca. Como síntese da ação espontânea das leis econômicas expressas nas relações homem-natureza e do nível do desenvolvimento das forças produtivas derivadas do mercado, a sua superação não é determinada pela vontade humana. Afinal, a história do homem ou mesmo a

---

<sup>56</sup> Sobre o mercado e a lei do valor, no Suplemento ao Prefácio do Tomo 3 de *O Capital*, F. Engels escreveu: “Mas a troca de mercadorias remonta a uma época pré-histórica que nos reporta, no Egito, a pelo menos 3.500, talvez 5.000, na Babilônia, a 4.000 e talvez 6.000 anos antes de nossa era; a lei do valor reinou por conseguinte durante um período de 5.000 a 7.000 anos”. Já Maurice Dobb, em seu clássico *A evolução do Capitalismo* (p. 129 da 7ª edição), deixa claro que: “No correr de suas notas sobre o capital mercantil, Marx assinalou que este, em seu estágio inicial, tinha uma relação puramente externa com o modo de produção. Que permanecia independente e intocado pelo capital: o mercador era apenas o ‘homem’ que ‘removia’ os artigos (...) para ganhar com as diferenças de preço entre as diversas zonas produtoras”. Enfim, o que determina a característica do *processo* é a produção e não a circulação como muitos pensadores consagrados (I. Wallerstein, P. Sweezy, C. Prado etc) colocavam ou colocam. Giovanni Arrighi, em *Adam Smith em Pequim* (p.35), de forma quase brilhante, numa leve crítica a Gunder Frank e outros “teóricos da dependência”, remete-nos à seguinte reflexão: “Até a década de 1960, nenhum teórico marxista de algum relevo havia aceito o convite de Marx para ‘deixar por algum tempo a esfera barulhenta (do mercado), onde tudo acontece na superfície e à vista de todos os homens, e seguir (o possuidor do dinheiro e o possuidor da força de trabalho) até a morada oculta da produção’, onde, prometia, ‘descobriremos finalmente o segredo da força do lucro’.

<sup>57</sup> A principal condição objetiva à superação do mercado é a capacidade de produção de magnitude tal que a escassez venha a ser superada, pois o mercado é meio de aferição da escassez. Já como condição subjetiva, pode-se citar um poder político comprometido com a abolição da exploração do homem pelo próprio homem e da quebra do poder exercido pelo monopólio/oligopólio de indução de elasticidade na oferta de produtos.

história da natureza devem ser observadas como um grande processo permeado por transições dentro de outras transições e assim sucessivamente.

Por outro lado, enxergando a história sob o ângulo das categorias filosóficas de processo e transição, vale enfrentar, rapidamente, outra polêmica encerrada na dicotomia: socialismo como superação do capitalismo ou como uma proposta *anticapitalista*. Ora, como proposta política e bandeira estratégica de luta, o socialismo identifica-se como algo diametralmente oposto ao capitalismo e suas contradições, porém como construção que demanda longos processos históricos e tendo em relevo sua ocorrência não no centro do sistema e sim na periferia, onde as forças produtivas sociais não chegaram a determinados patamares e onde a mentalidade da pequena produção é hegemônica. O socialismo é uma etapa que inicialmente busca superar o capitalismo partindo de parâmetros produtivos semelhantes ao capitalismo, pois:

- a) ainda se faz necessária a utilização de mecanismos de mercado como a melhor forma criada pelo homem para a melhor alocação de recursos;
- b) a produção de mercadorias subsiste mediada produtivamente, seja por sua forma em pequena produção mercantil (NEP na URSS), fordista, seja pela forma mais avançada e próxima do socialismo, o toyotismo;
- c) a mais-valia continua exercendo seu papel, porém agora não mais sob forma de apropriação privada, e sim concentrada e voltada às necessidades do plano e da sociedade;
- d) o processo de acumulação do socialismo não prescinde da etapa financeira (sistema financeiro completo sob o formato de bancos e mercado de capitais); daí, para Lênin, “a economia monetária, sendo a maior invenção do capitalismo, também deve estar a serviço do socialismo”; e
- e) as diferenças entre capitalismo e socialismo restringem-se à nova composição de classes no poder, pela forma de apropriação do excedente econômico, pela propriedade social dos meios de produção nos setores com alto grau de monopólio e a ampla utilização dos mecanismos de planejamento e não pelo processo produtivo em si<sup>58</sup>.

---

<sup>58</sup> Em diversas ocasiões circunstanciadas em dezenas de artigos escritos entre os de 1918 e 1924, Lênin deixa clara a necessidade do socialismo se apropriar das maiores invenções e técnicas postas em uso pelo capitalismo. Isso deveria servir de parâmetro a heresias como as reproduzidas pelos

O exposto acima, ao ser analisado de forma minuciosa e à luz das características de dada formação econômico-social, serve à abertura de um amplo conjunto de atividades científicas que tem como núcleo a possibilidade de funcionamento de uma economia centralmente planejada, baseada na propriedade social dos meios de produção, onde as relações de troca, distribuição e alocação de recursos têm no mercado a seu norte.

Interessante notar que foram os neoclássicos, e não os marxistas propriamente ditos, os primeiros economistas a demonstrarem não somente a possibilidade econômica do socialismo como também a combinação entre plano, mercado e superestrutura de poder popular. Assim, podemos classificar Vilfred Pareto e Enrico Barone como pioneiros da ideia de uma economia mercantil sob orientação socialista.

Ambos partiram do correto princípio que compreende a similaridade de funcionamento econômico do capitalismo e do socialismo. Assim, concluíram que as condições de equilíbrio poderiam ser alcançadas pela utilização de um sistema de equações simultâneas onde os preços delas resultantes poderiam servir de parâmetro à correta e racional alocação de recursos<sup>59</sup>.

Já em matéria de prática concreta em “socialismo de mercado”, além do modelo inaugurado em 1978 na China, vale mencionar a Nova Política Econômica (NEP) apresentada por Lênin no final da década de 1910 e aplicada a partir da década de 1920. Apesar da necessidade de se historicizar cada uma das citadas experiências, uma série de convergências podem destacadas, entre elas:

- a) superestrutura de poder popular;
- b) concentração da propriedade estatal e/ou coletiva restrita aos setores com alto grau de monopólio;
- c) estatização do comércio exterior;
- d) internalização de tecnologia avançada a partir de concessões a investimentos estrangeiros;
- e) permissão à comercialização de excedentes agrícolas, dando margem a:

---

laboratórios de Geografia Agrária da USP e UNESP de Presidente Prudente acerca da erupção de uma nova sociedade partindo de formas primitivas de agricultura e calcadas em conceitos sem fundo científico como “agricultura familiar”.

<sup>59</sup> Pareto demonstrou sua hipótese em duas obras: *Socialist System* (1903) e *Manual of Political Economy* (1906). Barone destacou-se pela publicação, em 1908, de *The Ministry of Production in the Collective State*.

- uma divisão social do trabalho marcada por relações favoráveis à agricultura em relação à cidade; e
- transformação de recursos ociosos na agricultura em poupança inicial para a modernização industrial do país<sup>60</sup>.

Resumindo, já em Lênin a possibilidade de uma regulação mercantil no âmbito do poder popular e do plano já fora auferida e posta em pratica. Desta forma, nada do que a China aplica em matéria de política econômica e transição a uma organização superior de sociedade é novo. O que muda é a conjuntura e o nível de acirramento da luta de classes em âmbito mundial, que por sua vez viabiliza ou não determinadas experiências e ousadias em matéria de pratica política e de programação econômica.

Assim sendo, a correlação de forças da luta de classes em âmbito mundial e nacional é uma determinação (dentre as múltiplas) de primária ordem à elaboração de uma Economia Política do socialismo calcada na categoria de formação social, pois tudo está em movimento. Nada é estático e nem sólido, e o processo – filosoficamente falando – está sob comando da política, que por seu turno tem seu centro imediato na correlação de forças. Exemplo disso é a relação entre correlação de forças e margem de manobra à propriedade privada dos meios de produção durante o processo de implantação socialista.

#### ***2.4.1 O contraditório a-histórico no ultraliberalismo***

É importante voltarmos ao conjunto de debates que envolveu os defensores ou não da viabilidade econômica do socialismo. A visão de conjunto é mister na análise deste debate para perceber que os ataques ao socialismo era proporcional ao aumento da influência da URSS no

---

<sup>60</sup> A NEP, como experiência, foi abortada pelo acirramento da luta de classes no âmbito mundial (isolamento comercial da URSS); logo, o “modelo soviético” marcado pela formação de poupança relacionada às safras agrícolas foi a melhor forma de se auferir uma rápida industrialização. Sobre a “espinha dorsal” da NEP, ler LÊNIN, V. I., “Sobre o imposto em espécie (o significado da nova política e suas condições)”, in *Obras Escolhidas*. Vol. 3 Alfa Omega. São Paulo. 2004. pp. 492-520.

mundo, notadamente por seu crescimento em meio a uma crise mundial capitalista pós-1930 e o papel, por ela desempenhado, na 2ª Guerra Mundial. Partindo de outro nível de abstração, pode-se observar que a ofensiva ultraliberal era direcionada tanto ao socialismo quanto à versão século XX do *welfare state*.

\*\*\*

A partir de 1920, Von Mises e seus seguidores (notadamente Hayek e Robbins) desafiaram os socialistas com assertivas demonstrativas da impossibilidade do funcionamento de uma economia centralmente planejada.

Suas elaborações buscaram demonstrar que a inviabilidade do socialismo repousa na insuficiência do planejamento em substituir o cálculo econômico como meio de analisar a melhor forma de alocação de recursos. Resumidamente, sendo o cálculo a única forma de se auferir escassez, na falta desse mecanismo torna-se proibitiva a tomada de decisões racionais de investimentos<sup>61</sup>. Uma economia planejada e baseada em decisões elaboradas por agentes administrativos estaria fatalmente condenada ao caos macroeconômico.

O ultraliberalismo é legado do que Marx classificou desdenhosamente como “economia vulgar”. Resumidamente, são dois os pressupostos teóricos dessa corrente:

- a) da mesma forma que as leis da natureza, as leis econômicas também têm caráter universal;
- b) como universais, as leis econômicas atuam de forma uniforme e invariável em qualquer lugar onde ocorram atividades econômicas.

Como se vê, para os ultraliberais a Economia Política não é uma ciência voltada à matéria histórica, onde o fenômeno é visto como problema histórico e a busca de sua essência passa por sua historicização. Daí o caráter místico, idealista e coisificador do pensamento liberal.

---

<sup>61</sup> O trabalho de Von Mises de 1920 pode ser encontrado em inglês em Von Hayek, F. (org.), *Collectivist Economic Planning*, publicado em 1935. Outra obra, *Socialist*, foi publicada em 1937 em Nova Iorque.

A essência do materialismo histórico encontra-se na demonstração de que as leis e categorias da Economia Política não são imutáveis como as leis da natureza, mas sim o resultado das relações econômicas entre os homens no curso do processo social de produção, distribuição e troca dos meios materiais. Logo, as leis da Economia Política – e as relações sociais que dela derivam – têm prazo de validade determinada pela história.

Para os ultraliberais, a propriedade privada dos meios de produção é requisito fundamental tanto para a alocação racional dos recursos quanto para a liberdade de escolha dos consumidores.

Tomando a observação acima e agregando que, na cultura liberal, o processo econômico é regido por leis de cunho universal (logo, negando a formação econômico-social), com a finalidade de colocar em xeque a hegemonia exercida atualmente no mundo por esse “corpo teórico”, podemos questionar:

- a) a “concorrência perfeita” no capitalismo não foi substituída pelo oligopólio, cuja superação só é possível no socialismo?
- b) afirmar a inviabilidade do socialismo pelos motivos já expostos não redundaria numa surpreendente análise institucionalista de uma elaboração ultraliberal?
- c) se as leis econômicas têm caráter universal, não é contraditório enunciar a racionalidade econômica como característica intrínseca de uma sociedade baseada na propriedade privada dos meios de produção?<sup>62</sup>

#### ***2.4.2. Oskar Lange e a “solução competitiva” no socialismo***

Desse embate (entre socialistas e ultraliberais) datado inicialmente da década de 1920, pode-se dizer que fora gestada uma ideia sistematizada sobre a essência de uma economia mercantil sob orientação socialista, independentemente da hegemonia exercida pelo pensamento

---

<sup>62</sup> A negação da possibilidade da racionalidade econômica no socialismo é um enunciado puramente institucionalista.

emanado de Moscou acerca do processo de acumulação sob o socialismo e a censura branca imposta a elaborações desta natureza.

A principal resposta no campo marxista às elaborações ultraliberais veio de Oskar Lange (1904-1965). Suas mais importantes elaborações foram publicadas inicialmente em duas partes, em 1936, sob o título *On the Economic Theory of Socialism*. Posteriormente, em 1938 – em parceria com Fred Taylor – transformou-as em livro sob o mesmo título.

Lange, demonstrando sensibilidade diante dos problemas levantados pelos ultraliberais, construiu – juntamente com Fred Taylor e Abba Lerner – um teorema que alcançou um surpreendente resultado, onde um sistema socialista mediado pela planificação central e munido de um sistema de preços como referência à alocação de recursos poderia obter um ótimo resultado econômico semelhante ao obtido nos teoremas econométricos de Arrow Abreu. Para tanto, partiu de cinco premissas:

- a) a diferença entre os dois sistemas encontra-se na composição de classes no poder e na forma de apropriação do excedente econômico;
- b) o modo de determinação dos preços no socialismo deve funcionar de forma análoga à verificada numa economia capitalista;
- c) o poder proletário deve se ocupar, em princípio, somente com a socialização dos meios de produção essenciais ao funcionamento da economia;
- d) o cálculo econômico é essencial, pois nenhum mecanismo substitui completamente o mercado, e
- e) a propriedade privada em pequena escala na indústria e na agricultura é parte essencial do processo de acumulação socialista<sup>63</sup>.

O núcleo de sua teoria é baseado na formação – no âmbito do plano – de um organismo capaz de simular o mercado. A combinação do mercado com o socialismo reside na relação dialética entre três níveis decisórios:

- a) no topo da pirâmide, a Comissão de Planejamento Central com a tarefa de:

---

<sup>63</sup> LANGE, O. *The Practice of Economic Planning and the Optimum Allocation of Resources*. Econometrics. Chicago, 1949, vol. 17, p. 167-178.



- ajustar os preços dos meios de produção de acordo com a oferta e a demanda;
  - distribuir os ganhos sociais utilizando as reservas das empresas estatais; e
  - apesar de seu poder, a Comissão – como na China – não tem poder sobre o que e como se vai produzir;
- b) o nível intermediário ocupado pelos departamentos de administração das indústrias, responsáveis pela determinação de vários setores da produção; e
- c) no plano inferior estão as empresas estatais, a permitida propriedade privada em setores não estratégicos e as famílias.

Ao elaborar, divulgar e ter a elaboração acima colocada em prática e adaptada à realidade chinesa, Oskar Lange pode ser colocado ao lado de pensadores como A. Gramsci, M. Kalecki, I. Rangel, M. Dobb e outros no panteão dos maiores cientistas sociais marxistas do século XX<sup>64</sup>.

### ***2.4.3 Acumulação no rumo do “socialismo pleno”***

Em qualquer investigação que tenha a transição ao socialismo como objeto e conseqüentemente a categoria de modo de produção como eixo, é válida a devida historicização das transições históricas como um todo. Dizemos isto para expor que, diferentemente de seus predecessores, o socialismo é a única proposta de sociedade que vislumbra o fim da exploração do homem pelo próprio homem, logo seu processo de engendramento tende a ser muito mais complexo e tortuoso. Isso se aplica diretamente à questão que envolve o processo de acumulação socialista, dado o fato de os principais inimigos do novo regime não serem ainda – e mesmo na fase preliminar de referida acumulação – diretamente a pequena ou média propriedade privada intrínseca à realidade nacional, e sim o imperialismo e os monopólios. A teorização deve estar constantemente colada à história e à realidade específica de determinada formação social. É

---

<sup>64</sup> Oskar Lange, da mesma escola polonesa que produziu intelectuais do nível de Michael Kalecki, iniciou sua atividade científica na Universidade de Cracóvia em 1938. Entre 1938 e 1945, fora professor da Universidade de Chicago, onde pôde polemizar pessoalmente com Von Hayek. Após a 2ª Guerra Mundial, foi conselheiro econômico do governo indiano e ocupou variados postos de comando na planificação econômica de seu país, a Polônia, além de ter sido membro do Comitê Central do Partido Operário Unificado Polonês.

importante repetir: isso se remete diretamente ao processo e à velocidade do processo de acumulação sob um regime de novo tipo.

\*\*\*

A vantagem obtida por economistas como Oskar Lange e gestores do modelo chinês encontra-se no fato de haverem percebido que a solução da problemática econômica do socialismo passava pela utilização dos enunciados clássicos. Isso guarda muita importância para a empreitada acadêmica da construção de uma Economia Política do socialismo para este início de século.

No terceiro volume de *O Capital*, Marx – influenciado por David Ricardo – demonstra claramente o papel exercido pela demanda sobre a racional alocação de recursos. Isto se deve ao fato de o valor utilidade de uma mercadoria estar relacionado diretamente com a demanda efetiva da mesma. Segundo Engels<sup>65</sup>, “a utilidade que apresentam todos os bens de consumo, comparada entre si e a consideração inerente à quantidade de trabalho para produzi-los, será os fatores que determinarão o plano”.

Em poucas palavras, Engels suscita a solução do problema. Solução esta trabalhada em demasia por Oskar Lange.

Em Lange, o socialismo demonstraria superioridade na medida em que a quantidade de trabalho utilizada na produção de uma mercadoria refletisse a *quantidade marginal*; logo os custos de produção tenderiam a se reduzir. Assim, em longo prazo tal custo refletiria os custos do trabalho necessário. A diferença entre os custos do trabalho e o valor real da mercadoria é consequência das *rendas diferenciais* originadas no preço dos serviços dos recursos naturais<sup>66</sup>.

Ao levar às últimas consequências o processo de acumulação descrito acima, chega-se ao ponto em que a *produtividade marginal* do capital chegaria a zero<sup>67</sup>. A lei da oferta e da procura e a lei do valor perderiam razão de existir na medida em que a produção de cada mercadoria se elevasse a ponto de as *quantidades marginais* de trabalho empregadas na obtenção de diferentes

---

<sup>65</sup> ENGELS, F.: *AntiDüring*. Paz e Terra. São Paulo, 3ª ed., 1990, p. 335-336.

<sup>66</sup> LANGE, O. *On the Economic Theory of Socialism*. Universidade de Minnesota. 1938, p. 147.

<sup>67</sup> A redução da quantidade marginal a zero é produto da ação da propriedade social dos meios de produção e do planejamento.

mercadorias se igualarem à razão auferida das *utilidades marginais e de* preços destas mercadorias<sup>68</sup>.

A apreensão de automação industrial é a condição objetiva principal ao êxito desse processo de longo prazo. Além do já escrito, a automação industrial permite a libertação do homem do jugo da máquina: é o fim do processo de educação do proletariado que, enfim, poderia gerir a produção à sociedade.

Mas vale dizer que o processo descrito acima, concebido pelos clássicos e melhor decifrado por pensadores como Oskar Lange, deve ser passível de prova no âmbito da formação econômico-social. Eis o “x” da questão. O exposto é o genérico, mas – ao contrário do momento em que se generalizou o modelo soviético – o salto metodológico reside no estudo do objeto de análise. Na China em nosso caso.

## 2.5 CONCLUSÕES DA PARTE 1

Esperamos que este primeiro capítulo tenha sido capaz de demonstrar uma visão geral, tanto no que se refere à teoria e método, quanto de uma visão geral do objeto. Os passos seguintes servirão, necessariamente, para aprofundar algumas considerações, principalmente aquelas relacionadas à dinâmica da formação social chinesa, o processo de desenvolvimento e seus pilares produtivos-chave (agricultura e indústria) com uma necessária dose de “empírico”.

A intenção inicial passou, necessariamente, por uma demarcação de fronteira do ponto de vista do método (resgate da objetividade histórica) e da própria teoria. Nesta questão da teoria, em verdade, intentamos conceber a geografia como um possível ponto de encontro entre a ciência da Economia Política e da categoria marxista de formação social. Eis o caminho que trilhamos no rumo de uma compreensão mais realista da essência tanto da transição quanto do socialismo de mercado chinês. Daí o resgate da velha citação de Engels ao “Anti-Düring” acerca da não possibilidade de haver uma única Economia Política. Fazendo uma analogia com outra citação de Engels, digamos que existe tanto a Economia Política das tribos africanas, das leis que norteiam o

---

<sup>68</sup> Idem à nota 6.

mercado de Caruaru como a dos Planos Quinquenais chineses. Logo a síntese das relações entre forças produtivas e relações de produção e entre base econômica e superestrutura não obedece à mesma lógica em todos os cantos do mundo, e sim às peculiaridades de cada nação, região ou formação social.

Aliás, talvez seja nesta relação entre “local e global” que Marx tenha superado os tratados liberais. Para os liberais, as leis econômicas são universais e servem de parâmetro tanto para analisar o funcionamento da bolsa de Nova Iorque quanto da economia natural do deserto do Austrália. A história, a formação social e a existência da matéria precedendo o pensamento estão fora do escopo da chamada *economia vulgar* (os monetaristas de hoje, em curtas e reais palavras). Assim também cabe ao socialismo. Ora, não é incomum a relação direta entre o projeto socialista com propostas ultraestatizantes ou, nas palavras de Gramsci, a *estatolatria*. O “modelo soviético” e a própria 3ª Internacional, além de seus partidos-satélite pelo mundo, contribuíram muito para essa lógica da primazia da indústria pesada e da completa estatização dos meios de produção, partindo de princípios maniqueístas quanto ao papel histórico da propriedade privada. Modelo com potencialidades comprovadas pela história recente, teve – dentre outros limites – na escassez do investimento privado um sério problema, pois ao sobrecarregar o Estado em investimentos prioritários como a indústria pesada e depender, em demasia, de safras camponesas, acabava afetando gravemente a demanda. Carlos Aguiar de Medeiros expõe esse problema como segue<sup>69</sup>:

Historicamente, tendo em vista o tamanho da população chinesa e o seu nível de renda, a principal restrição ao crescimento liderado pelos investimentos públicos foi o ritmo de expansão da produção de bens de consumo, essencialmente formado pelos alimentos. Assim, na medida em que os investimentos estatais eram acelerados segundo as decisões de governo, a expansão consequente da massa de salários punha em marcha uma demanda por alimentos que se transformava no curto prazo numa pressão inflacionária — ou como o que aconteceu no período do “grande salto a frente” numa escassez generalizada —, levando a uma desaceleração dos investimentos e do crescimento econômico (...).

Resgatar esse sentido da transição é essencial ao enfeixamento de encaminhamentos e elaborações que, se não conclusivas, ao menos lança luzes sobre um debate quase sempre feito no campo do dogmatismo. Buscar o sentido da transição na ciência histórica, na Economia Política de Marx, Engels, Lênin e Ignacio Rangel e na categoria de formação social é uma estrada sem

---

<sup>69</sup> MEDEIROS, Carlos A. de. “A China como um Duplo Pólo na Economia Mundial e a Recentralização da Economia Asiática”. In, *Revista de Economia Política*. Vol. 26, nº 03. julho/setembro/2006.

vicinais, porém até certo ponto tortuosa ao objetivo de se ter uma visão mais séria e científica sobre o socialismo.

Partindo do pressuposto segundo o qual a forma é estática e a formação é algo em constante desenvolvimento ao longo da história, e que não existe Economia Política voltada aos interesses das mais amplas maiorias da sociedade fora dos marcos da formação social, é que se segue para uma análise histórica e depois conjuntural da questão chinesa. O sentido do socialismo de mercado chinês está presente tanto no entendimento do caráter historicamente dado de categorias como o mercado e a lei do valor, do dinamismo da pequena produção mercantil, do papel desempenhado pela família camponesa no âmbito do modo de produção asiático, na competência de um Estado Nacional formado 500 anos antes do nascimento de Cristo quanto na extensão temporal do próprio projeto nacional chinês.

É importante também resgatar o raciocínio de Medeiros, para expor a solução do problema dos limites dos investimentos públicos entre 1949-1978<sup>70</sup>: “Com as reformas de Deng Xiaoping em 1979, a agricultura chinesa passou por um choque de produtividade, elevando a taxa de crescimento potencial da economia chinesa reduzindo sua volatilidade.”

Algo novo que lançamos e que gostaríamos de chamar (novamente) a atenção é no sentido de a China, um país sob orientação socialista, ter-se tornado, ao longo dos anos, uma verdadeira potência financeira que, com sua maleabilidade política, aos poucos, vai prescrevendo instituições criadas no âmbito do Acordo de Bretton Woods e levadas, ao longo do século XX, a obedecer aos desígnios estratégicos do imperialismo; e mais do que isso, com sua capacidade de suplantar a anarquia da produção no âmbito do comércio internacional, ter-se mostrado o único país-instituição com margem de manobra financeira suficiente para manter a liquidez internacional em tempos de crise financeira, demarcando assim território e prestígio internacionais. Logo, duas observações devem ser consideradas. A primeira acerca da transição de um mundo *unipolar* para outro multipolar, baseado no G-20 e, o mais importante, sob a fiança financeira da República Popular da China, algo inimaginável em tempos de bipolaridade da Guerra Fria. E a segunda, de cunho mais estratégico: em qual campo se dará o embate entre capitalismo e socialismo em âmbito mundial? Não temos dúvidas de que esse embate ocorrerá no campo do comércio internacional, como Lênin previra há cerca de 90 anos. E mais, sob os

---

<sup>70</sup> Idem

auspícios de um mundo marcado pela hipertrofia do sistema financeiro, com o capitalismo sob o comando e interesses de grandes instituições privadas e que, ainda “cegas” pelo retorno imediato, continuarão a manter o capitalismo sob intenso risco de crises de tipo financeiro, enquanto o socialismo, tipificado pela China, mantém sob controle estatal o centro nevrálgico financeiro, além da estatização do próprio comércio internacional. E comércio, os chineses fazem há mais de 3.000 anos. Observemos, abaixo, a seguinte afirmação dos fundadores do socialismo científico<sup>71</sup>:

Com a manufatura, as diferentes nações entraram em uma relação de concorrência, em luta comercial, que foi levada a cabo através de guerras, impostos alfandegários de proteção e proibições das mais variadas, enquanto no passado as nações, quando ainda estavam em contato umas com as outras, mantinham entre si um intercâmbio comercial inofensivo. A partir de então o comércio passou a adquirir conotação política.

Caminhando para o final desta conclusão, de imediato, guardamos uma relação indispensável entre o passado e o presente desse projeto nacional e diferenciado. Ora, se na antiguidade obras como o “Grande Canal” e a “Grande Muralha” eram expressões e ícones de um grande e duradouro projeto nacional a ser seguido por gerações de chineses, atualmente expressões semelhantes podem ser vistas nas instalações dos Jogos Olímpicos de Pequim, na usina das Três Gargantas do Rio Yang-Tsé e na ferrovia Qinghai-Tibet. Antes de ser um caso de restauração capitalista em curso e independente das grandes interrogações que o modelo encerra, o caso chinês, com sua milenar história e peculiar estrada de desenvolvimento e edificação de um novo tipo de poder, é um grande e histórico caso de uma concepção teórica, política e prática mais *realista acerca do próprio socialismo*. E do próprio marxismo.

Enfim, analisar a experiência chinesa e cotizar alguns traços da experiência soviética poderá nos levar a concluir uma série de diferenças e, munidos de um ferramental teórico de certa forma inaugurado por Oskar Lange, poderemos traçar, mesmo que de forma inicial, um esboço do modelo socialista de mercado chinês.

Sob outra ótica, uma maneira mais tranquila e científica de se compreender a experiência chinesa, suas escolhas pós-1978 e atuais contradições (inerentes a qualquer processo social) depende, em grande monta, de um olhar historicizado, trabalhando uma sofisticação metodológica intrínseca à junção de história, economia e política. Algo que pode deixar de lado a sedução tanto do *historicismo* quanto do *economicismo*, ambos viciantes e anticientíficos.

---

<sup>71</sup> In, MARX, K. & FRIEDRICH, E.: *A Ideologia Alemã*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2007. p. 82.

### 3 ESTADO, DESENVOLVIMENTO E A DINÂMICA DA FORMAÇÃO SOCIAL CHINESA

Não é incorreto dizer que os Estados Nacionais, sejam eles modernos ou milenares, têm relação de efeito com o desenvolvimento do comércio entrefeudos e causa de seu ulterior desenvolvimento. Muito se tem falado e estudado sobre o desenvolvimento econômico. A maximização da técnica delimita territórios econômicos e cria condições para o espraiamento da divisão social do trabalho; criando condições para o distanciamento (ou não) histórico em detrimento da distância espacial. O *mainstream* do pensamento econômico restringe sua análise à elaboração de planilhas econométricas e séries estatísticas onde o homem, o centro do processo em si, muitas vezes não passa de um desvio padrão; é criador de uma verdade duvidosa, pois o cerne de seu pensamento é a-histórico. Os keynesianos/estruturalistas vão mais longe ao relacionar o desenvolvimento com a chamada estrutura social, que os marxistas chamam (a estrutura) de formação social. Porém, ter no desenvolvimento e na ciência econômica uma ciência social, o critério básico para a verdade reside na história.

Mais adiante, trabalharemos melhor, a definição de desenvolvimento. Porém, tendo como pressuposto a historicidade da ciência econômica, é pouco provável seguir o rumo da verdade comprovada pela história sem uma ampla visão dialética e de conjunto, que nos capacite a ter uma noção exata do estágio de desenvolvimento de determinada formação.

A bem da verdade, em algum ponto da vastidão de sua obra, Marx e Engels confirmam-nos essa impressão dialética, ao fazerem da economia o campo específico em que estabelecem unidade de conflito de duas variáveis estratégicas de que cogita a ciência econômica, a saber: as *forças produtivas* e as *relações de produção*. Um pouco mais de atenção e esmero e perceberemos que o estágio de desenvolvimento das forças produtivas não reflete, essencialmente, outra coisa senão o nível de desenvolvimento das ciências da natureza. Da mesma forma que as relações de produção constituem a base sobre a qual, a partir do direito de propriedade, se ergue toda a superestrutura social, indo cair, portanto, no campo das ciências da sociedade. Assim, o marxismo pode ser definido como uma ciência que estuda as relações entre homem e natureza e a relação dos homens com eles mesmos. O desenvolvimento em si é síntese dessas relações.

Outra questão se remete diretamente aos interessados nos desdobramentos práticos da empreitada histórica do socialismo. O socialismo científico não é nenhum tratado de busca de uma sociedade igualitária. Tanto Marx quanto Engels tinham repulsa por definições igualitaristas de socialismo. Para ambos, o socialismo e sua grande tarefa histórica de transição estão na superação da divisão social do trabalho. No início desta tese, expomos a visão adotada pelos chineses de uma “etapa primária do socialismo”. E numa viagem pelo país, munidos desta visão marxista de transição, poderemos confirmar esta constatação. E a natureza guarda obstáculos e potencialidades para esta transição. Tudo depende do desenvolvimento das forças produtivas, da técnica em última instância.

Se as forças produtivas e seu desenvolvimento refletem o nível de desenvolvimento das ciências da natureza, nada mais correto do que proceder a uma mínima análise da natureza chinesa. Talvez poucas formações sociais tenham sido tão marcadas pela sua natureza quanto a chinesa.

### 3.1 A GEOGRAFIA E O IMPERATIVO DO ESTADO E DO DESENVOLVIMENTO

A República Popular da China é composta por 31 províncias distribuídas em cerca de 9,6 milhões de Km<sup>2</sup>. Sua área geográfica abriga a maior população do mundo, com mais de 1,3 bilhão de habitantes de 56 etnias diferentes, sendo que a etnia Han conta com cerca de 92% da população.

O tamanho de seu território e clima são semelhantes aos dos Estados Unidos, porém com grandes diferenças topográficas. A China conta com um relevo altamente diversificado com acidentes geográficos de grande expressão, entre tais a Cordilheira do Himalaia, o planalto tibetano, bacias áridas do nordeste, os desertos de Takli Makan e o de Gobi. As montanhas ocupam 43% do território, os planaltos montanhosos 25% e as bacias 19%. Apenas 12% da superfície do país é plana.



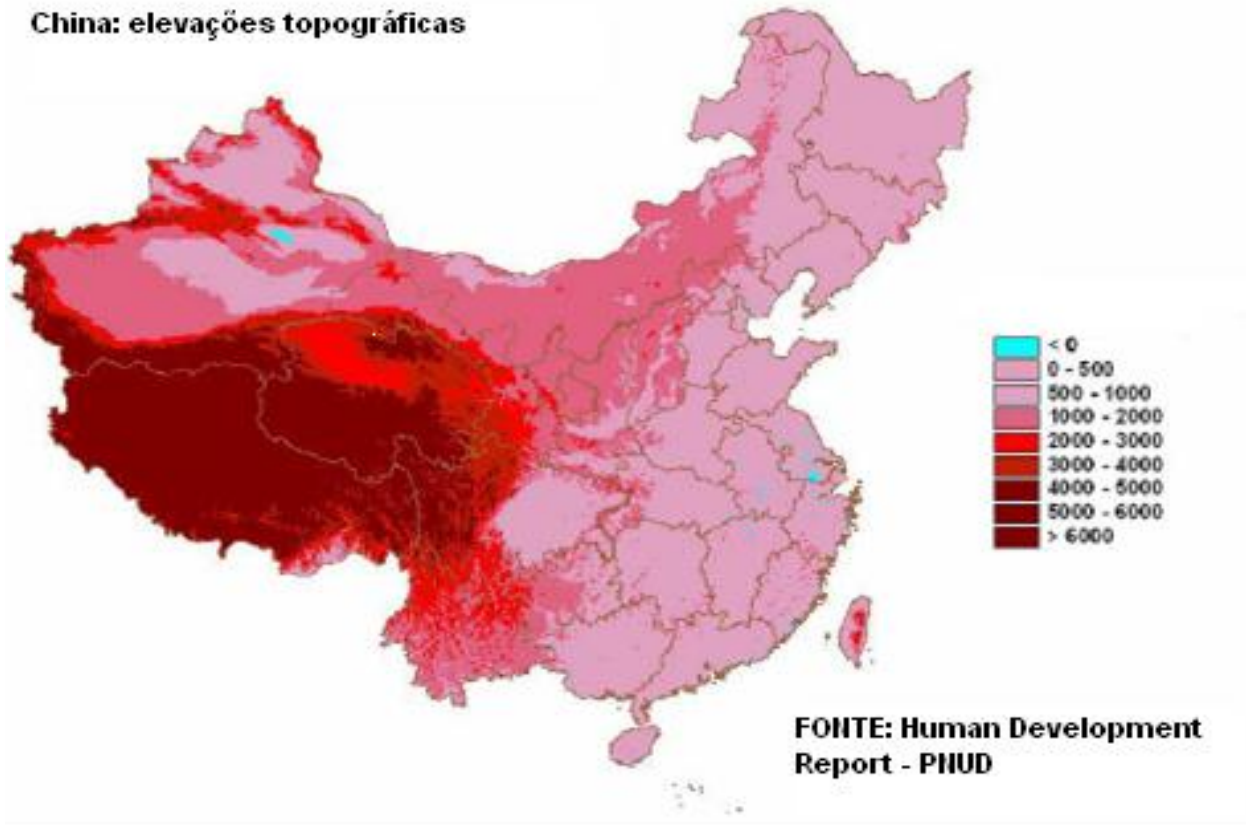
## MAPA 1

## China: divisão política-administrativa



Fisicamente, o país faz lembrar uma escada com três degraus, começando com uma média de 4.000 metros no Platô Qinghai-Tibet, localizado no noroeste do país, precedidas de planaltos e bacias ao centro com altitude variando de 1.000 a 2.000 metros acima da linha do mar e terminando com regiões montanhosas e planas com menos de 1.000 metros de altitude, conforme mapa 2:

MAPA 2

**China: elevações topográficas**

Esta característica topográfica implica em grandes investimentos, pois além de muito acidentada as grandes jazidas de petróleo, gás e carvão estão situadas ao oeste do país e, em muitos casos (petróleo e gás), no oeste do país. Daí o imperativo das forças produtivas e da técnica.

**3.1.1 Um relato rápido de travessias norte-sul**

Como se pode perceber, do ponto de vista de sua geografia, a China é um país muito contrastante, para dizer o mínimo. Viajamos por aquele país três vezes e em todas as ocasiões pudemos fazer travessias (de trem, barco ou avião) de norte a sul do país e de leste a oeste. Em 2004, fomos de trem de Pequim para a capital da Mongólia Interior (Hohhot), de Hohhot para

Xangai. De Xangai para Yichang (usina de Três Gargantas) e depois para Chongqing. Em 2007, fomos de Pequim para Xangai, de Xangai para Chongqing e de Chongqing para Shenzhen (próximo de Hong Kong) de avião. Em 2009, de Pequim, passamos alguns dias em Xangai e depois 20 horas de trem rumo à Shenzhen. Enfim, a diferença visual do norte ao sul do país é latente. Trata-se de um país ao norte e outro ao sul.

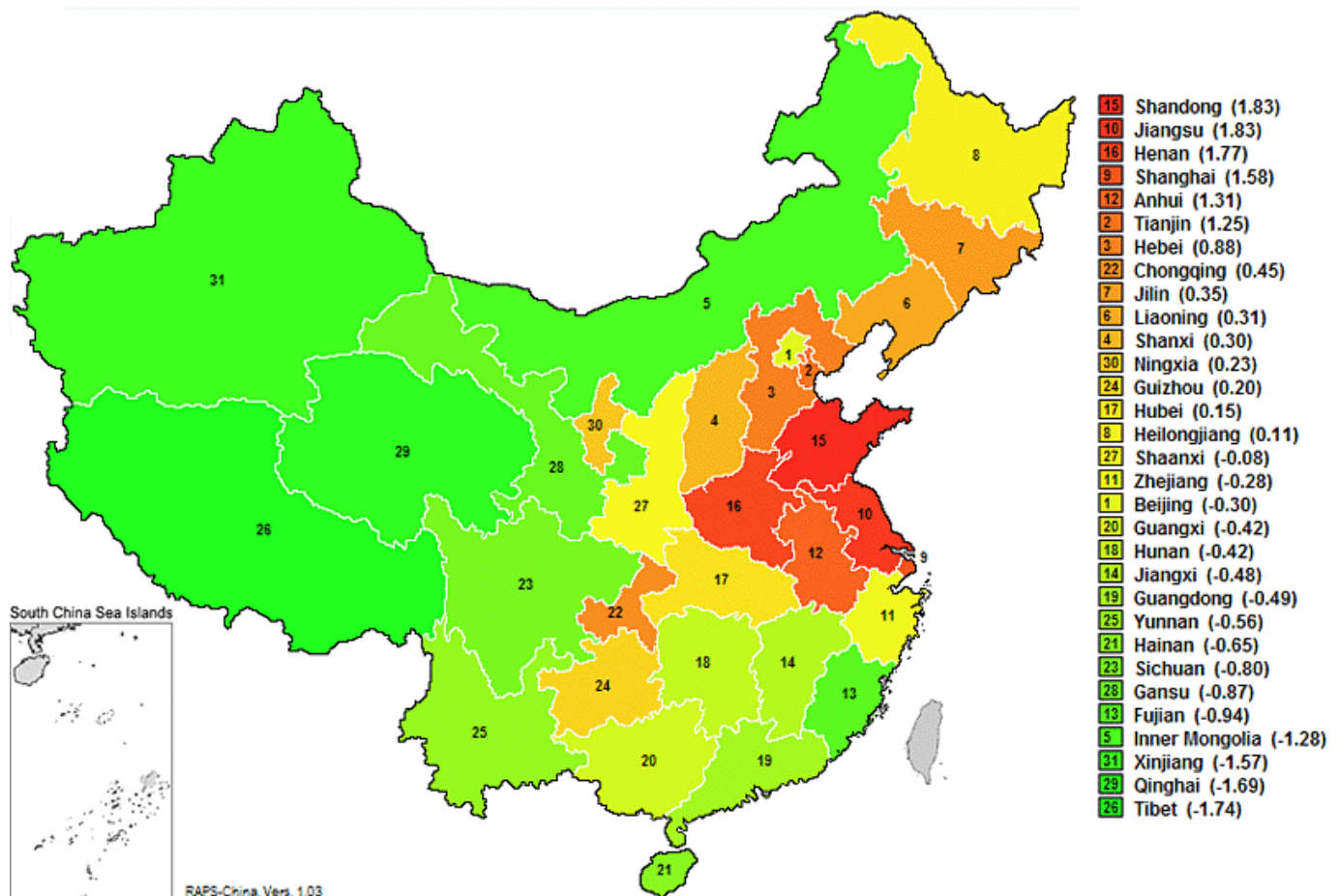
Existe uma grande planície seca, que se torna desértica no contato com o Gobi e se estende até as cercanias sul de Pequim. No verão, na planície seca, pode-se avistar (como John King Fairbank) grandes extensões e campos e gramados circundando as aldeias. Tanto Fairbank quanto um americano que conhecemos durante uma dessas travessias de norte a sul do país compararam essa vista com o meio-oeste dos Estados Unidos da década de 1950. Dissemos a este norte-americano que, em seu país, essa planície seca circunda casas e algumas famílias distribuídas pontualmente no território, enquanto na China essa particularidade servia para contornar vilarejos inteiros. Provocamos nosso amigo, afirmando que essa conformação demográfica condicionou toma a forma de uma nação milenar, enquanto a deformação demográfica dos campos do meio-oeste norte-americano tratou de desbaratar os princípios de coletivismo surgidos na pequena produção mercantil que engendrou a formação das Treze Colônias. Daí o futebol, esporte coletivo, ser uma febre na China. Os norte-americanos preferem tênis...

Indo em direção ao sul, o contraste vai ficando claro na medida em que se percebe plantios de arroz, subindo e descendo grandes elevações, ou mesmo sob forma de escada e indicando determinadas elevações. Neste mesmo véu de contrastes também percebemos, em pleno vale fértil do Yang-Tsé, as grandes construções de infraestruturas tomando áreas outrora de plantio (vide mapa 3) e aumentando tensões sociais. Xangai, no delta do citado rio, por exemplo, transformou os campos de arroz do vale leste do Huang Po no espetáculo futurístico da Zona Econômica Especial de Pudong.

Muitas vezes as imagens de grandes extensões em processo de plantio, o sol refletindo em zonas alagadas de plantações de arroz e um certo vazio espacial nos enganam, pois cerca de seis décimos da população chinesa vivem abaixo de Pequim, entre o sudeste, Xangai e o sul do país, correspondente a um terço da terra cultivável. Para termos noção, a parte mais povoada da China quase que atinge toda a área habitada dos Estados Unidos. Muitos se perguntam as razões que envolvem a dimensão da população chinesa. Uma boa pesquisa nos demonstrará que são muitas.

A maioria das regiões do mundo com maiores densidades populacionais estão situadas ao longo de grandes vales férteis. A generosidade natural, em grande medida, favorece a reprodução geométrica da população. No caso da China, as fases expansivas cíclicas do modo de produção asiático e suas grandes colheitas favoreceram em demasia essa tendência, juntamente com a melhoria da capacidade tanto individual quanto coletiva de prover saúde, na famosa e eficiente medicina chinesa. Resumindo, a China tem de alimentar cerca de 24% da população com 6% das terras em condições de plantio. Veja mapa a seguir.

**MAPA 3 – PORCENTAGEM TOTAL POR PROVÍNCIA DE TERRAS EM CONDIÇÕES DE PLANTIO**



Fonte: China Profile ([www.china-profile.com](http://www.china-profile.com))

O divisor entre os lados norte e sul do país é o chamado paralelo 33. Isso indica diferentes ritmos naturais e demarcam não somente diferenças visuais, mas também – e conseqüentemente – a forma como o homem trabalha a terra, seja nos campos de cereais e trigo ao norte, quanto os arrozais ao sul. Mais adiante, retomaremos adiante o assunto agricultura de modo mais específico.

No retorno, viajando de Yichang até Chongqing de barco, pudemos perceber a violência do regime de chuvas do país. Fizemos a viagem juntamente com um geógrafo formado na Universidade de Pequim. Ele nos relatou que o regime de chuvas se dá de acordo com o terreno. Uma certa obviedade para muitos, pensamos; porém deve ser considerada a intrepidez dos ventos de monções que, além de precipitar ao longo da planície chinesa, se depara com um grande muro chamado Himalaia, ocasionando quase sempre as maiores tragédias naturais da história da China, ao lado dos terremotos. Essa é a particularidade natural do sul do país, que encontra quase seu oposto ao norte, onde, mais distante do Mar Meridional, chove menos e de forma diferenciada ao longo dos anos: não existe um índice padrão de chuvas para a área norte do país, o que ocasiona, de tempos em tempos, grandes secas, tendo provocado há muitas décadas grandes motins camponeses em função da seca e da fome.

Por outro lado, seguindo orientação de John King Fairbank em seu clássico sobre a China<sup>72</sup>, torna-se irresistível citar algumas comparações procedidas por ele e que são muito caras a geógrafos e marxistas. A complexidade que constatamos na formação social chinesa reside não somente em questões puramente históricas e populacionais – e isso fica mais latente nas devidas comparações. A título de exemplo, segundo Fairbank e Goldman e constatadas por nós,<sup>73</sup>

(...) Cada uma das três regiões ao longo do curso do rio Yang-Tsé – a província de Sichuan a oeste, as províncias gêmeas de Hubei ao norte e Hunan ao sul, e o delta do baixo Yang-Tsé – é comparável com a Alemanha em extensão, e todas elas são maiores em termos populacionais

Por outro lado, no sentido de atingirmos o objetivo deste relato, faz-se necessário relacionar essa complexidade “norte-sul” com a própria topografia do país, pois percebemos que a China (mais precisamente no Tibet) se transforma no maior altiplano do mundo, local onde

---

<sup>72</sup> FAIRBANK, J. K. & GOLDMAN, M. *China: Uma Nova História*. L & PM, Porto Alegre, 2006.

<sup>73</sup> Idem, p. 23.

nascem grandes cadeias de rios em obediência a uma declividade até as áreas planas do litoral, de leste para oeste; sinal de grandes enchentes, de milhares de habitantes em situação de risco; risco de plantações se perderem. Daí o chamado à relação entre exercício de poder estatal na China e o “domínio das águas”. Além disso, as condições naturais e seu poder de influência sobre diferentes regiões do país fazem emergir diferentes questões regionais, sociais e políticas.

Enfim, as condições naturais do país, no passado e no presente, reserva-nos convincentes respostas à necessidade milenar da presença de um Estado centralizado e forte e de um desenvolvimento econômico contínuo para abarcar as necessidades materiais do país. É a história e a conjuntura impondo desafios que somente nos marcos do binômio Estado e desenvolvimento são passíveis de enfrentamento. Vejamos um pouco da história desta relação, no sentido de compreender o presente.

### 3.2 ESTADO E MERCADO NO DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DA CHINA

Após mais de 15 anos debruçados sobre o tema, uma série de indagações acabaram perpassando nossa subjetividade e inteligência, principalmente quando o assunto envolvia China, socialismo, Estado, projeto nacional e desenvolvimento. Trata-se de discussões que na mente de muitos encontra-se ultrapassada. Porém, a REALIDADE do desenvolvimento chinês encerra várias questões que colocam em xeque muitas verdades prontas categorizadas pelo Ocidente, inclusive pelo marxismo, apesar de somente o marxismo e seu método nos dotar de alguma capacidade de se compreender o fenômeno chinês de forma objetiva, dialética e historicizada. Tanto no subtítulo abaixo quanto nos mais específicos sobre o caso chinês, tentaremos expor algumas opiniões acerca do conceito de desenvolvimento, principalmente relacionando-o com realidades periféricas.

Deste modo, achamos necessária uma rápida investida sobre o dito conceito, tentando – ao menos e superficialmente – dar uma contribuição a este debate tão candente em nossos “brasileiros” dias. Neste sentido é que a própria ciência econômica toma a dimensão de um processo histórico. E não por aspectos puramente mal dimensionados no espaço e, pior ainda, mal dimensionados no tempo...

### 3.2.1 A problemática do desenvolvimento

Em primeiro lugar, assumamos que não é fácil nem tampouco tranquila caracterizar o processo de desenvolvimento. Afirmamos isso porque, assim como a Economia Política não é a mesma para todos os países e regiões, o processo de desenvolvimento – e sua análise – não deve ser enfrentada partindo-se de princípios teóricos/metodológicos (e, portanto, liberais) generalizantes. Podemos, sim, dizer que o processo de desenvolvimento, como um processo histórico, engendra transformações de variadas ordens, entre elas o movimento populacional, a forma de produção e apropriação da riqueza, a técnica, a divisão social do trabalho etc.

Não nos restrinjamos a tais fatores. Sendo o homem produto da base material de seu tempo, questões de ordem subjetiva também seguem em marcha adiante, entre elas a própria visão que o homem guarda de si mesmo e sua postura diante de seu entorno, algo como uma crescente preocupação enquanto indivíduo (e parte de um conjunto humano em pleno desenvolvimento de suas particularidades), por exemplo, perante a nação. Daí, o surgimento de questões como a “questão nacional” e seu desdobramento numa chamada “questão cultural”. Conforme I. Rangel<sup>74</sup>:

A nação é, sem dúvida, uma categoria histórica, uma estrutura que nasce e morre, depois de cumprida sua missão. Não tenho dúvida de que todos os povos da Terra caminham para uma comunidade única, para ‘Um Mundo Só’. Isto virá por si mesmo, à medida que os problemas que não comportem solução dentro dos marcos nacionais se tornem predominantes e sejam resolvidos os graves problemas suscetíveis de solução dentro dos marcos nacionais. Mas não antes disso. O ‘Mundo Só’ não pode ser um conglomerado heterogêneo de povos ricos e de povos miseráveis, cultos e ignorantes, hígidos e doentes, fortes e fracos.

Seria interessante conceituar desenvolvimento como o processo que vai além de números crescentes de aumento do PIB e renda per capita capazes de dar conta das necessidades materiais de um determinado povo e nação. A realização do desenvolvimento nesse sentido tem relação direta com o desenvolvimento espiritual e material do povo e serventia na medida em que

---

<sup>74</sup> RANGEL, I.: “Recursos Ociosos e Política Econômica” (1962). In *Obras Reunidas de Ignacio Rangel*. Contraponto. Rio de Janeiro, 2005. p. 450.

consegue, a partir do processo de crescimento econômico, equacionar as grandes diferenças de renda entre as diferentes classes que se reproduzem em um determinado território. Porém, deve-se perseguir ideias-força contempladoras de realidades periféricas, pois o próprio desenvolvimento tem demandas diferenciadas, dependendo do país. Por exemplo, o desenvolvimento para um país como os Estados Unidos está cada vez relacionado com a necessidade de manutenção de níveis estratosféricos de consumo, pois o nível de consumo do povo norte-americano se entrelaça – cada dia mais – com a própria noção de “democracia norte-americana”. Aos países europeus “centrais” (Alemanha, França, Inglaterra e Itália) pode-se relacionar desenvolvimento com os desafios do welfare state e os desafios da cada vez maior “funilização” de sua grade populacional. Aos demais europeus – Portugal, Espanha, Grécia e outros – fica o desafio de alcançar seus primos ricos da Comunidade Econômica Europeia.

Dando seguimento à citação acima, colocada e escrita por Ignacio Rangel, conceber o desenvolvimento para países como a China deve ser a síntese de uma relação entre desenvolvimento e nação, ou seja, desenvolvimento neste caso deve ser visto como o meio por onde as nações buscam sua afirmação, equacionando seus problemas internos, unificando seu território, criando as bases para a divisão social do trabalho e promovendo assim condições objetivas para se fazer valer e ouvir – de forma soberana - na comunidade internacional das nações. A nosso ver esse é o melhor conceito de desenvolvimento possível de ser aplicado em realidades como a chinesa. Assim sendo, o desenvolvimento é o melhor meio para se conquistar a autonomia necessária à reprodução nacional.

É claro que, em tempos de neoliberalismo, existem aqueles – por sinal, maioria – que trazem para a discussão a chamada "internacionalização de fatores" como forma de mostrar que a categoria de nação não é mais aplicável em nossos dias. Obviamente, a técnica por si só impôs uma determinada divisão social e internacional do trabalho, pois os fatores internos de produção tendem a se esgotar ou, ao menos, a se transformar em empecilhos para o desenvolvimento. Porém, não se exige mais que uma expansão do comércio internacional que, nas condições atuais de avanço da financeirização como forma moderna de acumulação, requer ainda mais para as nações periféricas uma imensa capacidade de planejar seu comércio internacional no sentido de contabilizar superávits comerciais e acúmulo de moeda estrangeira em suas reservas, acúmulo este indispensável como forma de proteção a choques externos. Porém, esse raciocínio (comércio internacional e acúmulo de divisas estrangeiras) só é possível nos marcos de um (conforme temos



chamado repetidamente a atenção) planejamento do comércio exterior, como parte de um todo, que envolva o desenvolvimento nacional como um fim. O crescente processo em marcha em países como a China, em uma conjuntura de anarquia da produção em termos de comércio internacional, vem demonstrar que a relação entre desenvolvimento e nação aponta para uma fusão entre a necessidade de se contabilizar superávits comerciais e a necessidade de se acumular reservas em moeda estrangeira, por meio do comércio exterior planejado. Num contexto de maior envergadura – e, digamos, estratégico –, o comércio exterior planejado é a via de substituição da anarquia da produção nas relações comerciais internacionais; uma das vias da transição capitalismo-socialismo em âmbito mundial.

### ***3.2.2.2 Relações externas de produção e comércio exterior planejado***

O desenvolvimento é a grande expressão de soberania das nações, sobretudo as que entraram em estado de independência após a Segunda Guerra Mundial, entre as quais incluímos a China. Pois bem, a problemática do desenvolvimento em países periféricos deve ser encarada considerando-se pelo menos um marco histórico: o surgimento do capital monopolista, do imperialismo como fenômeno e estágio objetivo do capitalismo. Logo, em grande grau de importância, quando se trata de desenvolvimento em países periféricos, temos a *variável estratégica* das relações com o imperialismo. Logo, a categoria de *relações de produção*, conforme Ignacio Rangel, deve ser subdividida em duas partes, a saber: as *relações internas* de produção e as *relações externas* de produção. Isso serve ainda mais para a China, por conta da grande proporção do comércio exterior em relação ao seu PIB.

A planificação do comércio exterior é a superação da anarquia produtiva nas relações internacionais. A forma mais direta para isso está na **manipulação do câmbio**, de forma que as relações externas de produção passem a ser favoráveis ao desenvolvimento da nação, ao contrário de um câmbio regido pelas leis cegas do mercado. A nosso ver, o câmbio é o principal instrumento de dominação externa de um país sobre outro, principalmente os que não possuem base industrial em condições de concorrência internacional. No caso chinês, essa planificação do comércio exterior é visível não somente nas políticas citadas, mas também em déficits planejados

para com seus vizinhos e muitos países periféricos, além de superávits, também planejados, com a “tríade” (EUA, Europa e Japão).

Em suma, o que se convencionou chamar de "câmbio" é o instrumento da economia monetária que objetiva aproximar à dada realidade nacional os *custos visíveis* dos produtos importados ou exportados. Ora, dependendo da forma como se utiliza tal instrumental, em vez de se aproximar dos custos das mercadorias, muitas vezes se deforma-os. Tal deformação ou aproximação tem nos *custos sociais*, ou seja, nos efeitos sobre a vida de um determinado povo ou nação, seu mais sério auferidor.

Do ponto de vista marxista, pode-se conceituar o câmbio como um elemento – talvez principal –, no processo mediador das *relações externas de produção* de um determinado país. Detalhadamente, dado o desenvolvimento desigual (sinônimo de diferentes escalas de produção industrial entre centro e periferia) intrínseco ao capitalismo, o *câmbio flexível* e sua utilização como mediador entre os custos sociais e os custos visíveis traz em seu bojo - à nossa periférica realidade - efeitos que, na ponta do processo, tendem a radicalizar uma pré-determinada participação “periférica” na Divisão Internacional do Trabalho: país exportador de matérias-primas e importador de produtos manufaturados. O acerto da política cambial chinesa consiste tanto no adensamento de suas cadeias produtivas quanto na proteção à concorrência externa. Como demonstraremos na sequência do trabalho, de 1978 aos dias atuais a pauta de exportações e importações da China vem obtendo saltos de qualidade em função de uma política cambial acertada, afora o fato de o país ter as maiores reservas em moeda estrangeira do planeta (US\$ 1,9 trilhão) e ser um dos grandes financiadores dos déficits gêmeos dos Estados Unidos.

A importância do câmbio não se restringe somente à problemática das reservas, proteção e institucionalização de reservas de mercado para indústrias nativas. Na recente história econômica chinesa, a utilização da taxa de câmbio está relacionada, diretamente, à viabilização de uma política de juros atraente ao crédito. É nesta questão da expansão do crédito que se funde o *interno* e o *externo*, possibilitando, de um lado, a expansão do consumo interno e, por outro, a transformação do país em uma sólida potência financeira internacional, mudando – assim – paulatinamente a correlação de forças em âmbito mundial; um espelho ante as verdades impostas pelo *Consenso de Washington*.

A questão do “câmbio administrado” na China, ao lado de todo um conjunto que forma um ambiente de aceleração da massa salarial, sem comprometer a competitividade externa chinesa, guarda todo um papel na elevação dos salários no país, conforme Medeiros<sup>75</sup>:

Desde a crise asiática de 1997, a manutenção da estabilidade nominal do Yuan levou a elevação relativa dos salários chineses *vis-à-vis* os competidores asiáticos que desvalorizaram suas moedas (Medeiros, 2006) e, nos anos mais recentes, uma moderada valorização do Yuan frente ao dólar (uma direção que possivelmente se afirmará nos próximos anos) tem provocado uma elevação dos salários industriais chineses em moeda internacional.

Enfim, o presente desenvolvimento chinês demonstra inclusive que a solução da chamada “questão nacional” chinesa – questão esta pautada e mediada por um contínuo desenvolvimento econômico e social – vai-se tornando condição objetiva à solução de outras “questões nacionais” periféricas, dada a largura e extensão de sua influência internacional e de seu mercado interno, conforme muitas experiências latino-americanas e africanas vêm demonstrando ao longo dos últimos anos.

\*\*\*

Por fim, para a Geografia, fica a necessidade de uma maior apreensão da influência de determinações macroeconômicas sobre o território. Qual o impacto do câmbio, de uma dada política de juros e de crédito para o desenvolvimento, ou não, do território, da divisão social e internacional do trabalho? Esse tipo de discussão poderia colocar, novamente, a Geografia no leme da discussão da elaboração de um novo projeto nacional de desenvolvimento para o Brasil. Qual o papel que a Geografia brasileira tem cumprido nessa discussão?

### **3.2.2.3 A historicidade do desenvolvimentismo chinês (2)**

---

<sup>75</sup> MEDEIROS, Carlos A. de: “China: Desenvolvimento Econômico e Ascensão Internacional”. In *China. III Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional*. Fundação Alexandre Gusmão. Rio de Janeiro, 2008. p. 93.

O atual desenvolvimento chinês faz-se acompanhado de consequências em variegados campos, não somente relacionados à economia como também à necessária revisitação à história por parte de um sem número de pesquisadores. Contribui para essa onda investigativa não somente o crescimento chinês, mas também todo um processo de erupção de “Estados desenvolvimentistas” asiáticos após a Segunda Guerra Mundial, como os casos do Japão, da Coreia do Sul e Hong Kong, além de Taiwan. Em 2008, o comércio intra-asiático foi responsável por 49,7% de todo o comércio feito no mundo. Mesmo no século XVIII, o maior mercado nacional do mundo não estava na Europa a caminho de sua 2ª Revolução Industrial, e sim na China, como nos advertia sapientemente Giovanni Arrighi<sup>76</sup>. A China tem participado crescentemente no montante de Investimentos Estrangeiros Diretos (IEDs), principalmente na África e América Latina, e o Japão ainda é a segunda maior economia do mundo e um dos grandes credores líquidos do mundo atual.

Há algum tempo poderíamos encerrar qualquer discussão sobre o problema do desenvolvimento asiático dentro dos parâmetros da história recente da Guerra Fria e da abertura do mercado norte-americano a produtos asiáticos. Embora hoje esse tipo de argumento ainda tenha grande serventia, é irresistível constatar que a própria história pode jogar “cascas de banana” no caminho das afirmações peremptórias.

Ora, hoje se sabe – por exemplo – que o planejamento aplicado à economia e ao território não foi invenção soviética, e que houve equívoco ao se admitir a economia de mercado como algo de caráter puramente capitalista. Podemos admitir, hoje, que o próprio Estado Nacional não é decorrência – pura e simples – de esquemas burgueses europeus. Aliás, o próprio Marx enganase a esse respeito, pois, pelo menos 500 anos antes do início dos processos de transição feudalismo-capitalismo na Europa, a China já era um grande centro tributário da Ásia, além de principal posto comercial da região e em plena competição, por esse mesmo centro tributário, com o Japão. Sob outra ótica, os dois sistemas (asiático e europeu) poderiam ser diferenciados, por um lado, pela não existência de um centro de poder nítido na Europa, dando origem à guerra como forma de solução de seus impasses; e por outro, pela indiscutível centralidade da China no sistema asiático, o que levou o campo da concorrência entre os Estados asiáticos, desde então, ao campo do comércio. Mas a relação entre os desequilíbrios de poder como explicação para uma

---

<sup>76</sup> Algumas discussões desta seção estão baseadas em um seminal estudo procedido por Giovanni Arrighi e recém-editado no Brasil sob o nome de: “Adam Smith em Pequim”. Boitempo, 2008. Julgamos uma obra essencial, o que não significa total concordância com as opiniões expressas pelo autor.

certa “paz duradoura” não encerra a discussão. Arrighi, amparado por demais pesquisadores, coloca a questão do “caminho ao desenvolvimento” verificado na Europa e Ásia como outra fonte de explicação que retomaremos, mais adiante, na discussão sobre o processo de acumulação na China.

Continuando, como sempre gostamos de salientar, além de uma economia de mercado com mais e 3.000 anos de existência, o instituto do concurso público para seleção de quadros ao serviço público existe há 1.500 anos, moldando não somente desta forma as bases de um grande Estado Nacional mas também a própria e atual República Popular. A própria assertiva acerca da variável “trabalho escravo” perde sentido ao se estudar, com a alma menos armada, as grandes rebeliões camponesas que sacudiram o Império Chinês ao longo dos últimos 25 séculos.

Antes de continuarmos nosso raciocínio, outro parêntese se faz necessário e tem relação direta com o dinamismo chinês. Acerca do processo de formação e consolidação da nação chinesa, é oportuna a seguinte observação de Armen Mamigonian, que busca contrastar a equivocada ideia segundo a qual o processo de formação da referida nação deu-se baseada num único ponto geográfico. Segundo Mamigonian<sup>77</sup>,

Por volta de 2100 a.C. as organizações pré-dinásticas (de 5000 a 1700 a.C.) começaram a ceder lugar às chamadas dinastias antigas, Xia, Zhang, Zhou e ao período das Primaveras e Outonos e ao período dos Reinos Combatentes, ainda durante os quais o rei do Estado de Qin partiu para encarniçadas lutas de conquista de numerosos estados rivais e concluiu a unificação da China, conferindo-lhe um sentido de nacionalidade (dinastia Qin: 207 a 221 a.C.). Portanto, deve-se insistir na ideia de que houve um longo período histórico de milênios para que culturas nascidas lentamente ao longo dos rios Amarelo e Azul, em Shaanxi e outros pontos desde 5.000 a.C. e não num único lugar como se pensava no início do século XX (MASPERO, 1926, p. 135-154), dessem origem à civilização que permitiu o nascimento da nação chinesa, muito antes das nações europeias nas suas transições feudalismo-capitalismo, a partir de uma visão histórica não-eurocêntrica (AMIN, 1979).

Seja em pontos da obra de Marx e Engels ou mesmo nos – até então amplificados – manuais de Economia Política editados na URSS, aprendíamos que o desenvolvimento das forças produtivas é expressão exata do nível de relação entre o homem e a natureza, e que a própria técnica nada mais é do que expressão da dominação humana sobre o meio natural. Além disso, constatávamos que a própria superação das formas atrasadas de produção depende, sobremaneira, da forma em que se dão na relação entre os próprios homens.

---

<sup>77</sup> Idem ao 4.

Esse tipo de elaboração guarda grande sentido na compreensão da historicidade do desenvolvimento chinês, pois se a relação entre homem e natureza terá nas forças produtivas e na técnica sua ulterior expressão, nunca é demais se lembrar do próprio ambiente natural que deu vazão ao surgimento da civilização responsável pela origem do antigo e atual Estado moderno chinês. É importante sublinhar os motivos do surgimento e da sobrevivência desse Estado ao longo dos séculos e de sua base natural, conforme segue abaixo:

- a) a posição geográfica chinesa como fator de proteção e conseqüente longevidade de sua civilização e império;
- b) a expansão generalizada da cultura do arroz;
- c) o desenvolvimento da civilização chinesa em torno de extensas planícies fluviais, de grande fertilidade agrícola e capazes de comportar altas densidades populacionais, foi fator central no rápido desenvolvimento das forças produtivas verificados no período<sup>78</sup>;
- d) o surgimento de filosofias civilizatórias e tolerantes como o confucionismo e o taoísmo<sup>79</sup>.

Pois bem, analisar a historicidade do desenvolvimentismo chinês, para nós, é um puro exercício de observar, no espaço e no tempo, a dinâmica de duas variáveis entrelaçadas: a dinâmica do território chinês e, conseqüentemente, a dinâmica histórica do processo de acumulação no país. Daí uma síntese sob forma de uma noção de “dinâmica da formação social chinesa”, que nos capacite a elaborar diferentes visões de diferentes processos históricos que tiveram e têm no lugar tanto na China como nas demais regiões e países asiáticos. Assim, por exemplo, como é recomendado na atualidade observar o território do oeste da China como sendo mais uma grande fronteira de realização econômica, acumulação e espaço geopolítico que envolve as relações chinesas com a Ásia indiana, a Rússia e a própria Europa, é irresistível

---

<sup>78</sup> Segundo Oskar Lange, “A maneira e os meios empregados pelo homem para agir sobre a natureza no processo de produção, assim como a formação do homem ligada a essa ação, foram designados por Marx com o nome de *forças produtivas*. Uma vez que o processo da produção tem um caráter social, as forças produtivas apresentam igualmente esse mesmo caráter: elas são forças produtivas sociais (...). Marx emprega igualmente o termo *forças produtivas materiais* salientando dessa maneira que as forças produtivas são a expressão da atitude do homem em face da natureza, quer dizer, da relação entre o homem e o mundo material que o cerca. São igualmente a expressão do caráter ativo dessa relação”. In LANGE, Oskar: *On the Economic Theory of Socialism*. University of Minnesota. 1938, p. 34.

<sup>79</sup> Importante ressaltar que o confucionismo e o taoísmo são contemporâneos – e com propostas éticas semelhantes – da filosofia clássica grega (Sócrates, Platão, Aristóteles etc). A questão que se coloca é que, enquanto Confúcio e Lao-Tsé continuam presentes na formação moral do povo chinês, a filosofia clássica grega foi sumariamente substituída pela lógica mercantil/capitalista.

constatar as mediações de problemas, internos e externos, do Império Chinês a partir da dinâmica territorial e econômica, principalmente no período Song (1127-1275).

Arrighi discorre com competência nesta dinâmica. Por exemplo, apontando – no período Song – que o giro do compasso no sentido sul do Império Chinês deveu-se a problemas econômicos decorridos com a perda da Rota da Seda e consequente perda de monopólios estatais que lucravam com a mediação da produção e venda de sal, arroz e ferro, além de elevadas despesas militares e indenizações de guerra aos povos mongóis<sup>80</sup>. Conjugando-se as opiniões de Arrighi com as de Mamigonian e Woo, perceberemos que um estudo mais aprofundado da história econômica chinesa nos levará a concluir que o centro dinâmico econômico do país tem mudado ao longo dos tempos. Por exemplo, movendo-se da grande planície do rio Amarelo (região onde, por volta de 2.000 a. C., surgiu a civilização chinesa), distante cerca de 1.000 km da região costeira<sup>81</sup>, para o litoral, desde o século XIX. O surgimento desse primeiro centro econômico na história do país deve-se ao fato de, naquele tempo, a alta produtividade agrícola localizada em meio a uma rota comercial (Rota da Seda) guardar muito mais vantagens do que um comércio baseado nas regiões costeiras<sup>82</sup>.

Porém, pelos motivos já expostos acima, encetou-se a transformação do vale do Yang-Tsé numa região densamente povoada; atributo este – causa e consequência – de um grande aumento da produtividade do trabalho no país, emoldurando-se um quadro do que viria se tornar uma superestrutura, já no século XVIII, que se autodenominava “Centro do Mundo”. Com o passar dos tempos, a expansão populacional e o início das invasões por tribos pelo norte motivaram a transferência populacional a outras regiões do país, sobretudo ao sul e ao sudeste do país, o que tornou, por volta do século XII, o vale do Yang-Tsé uma região densamente povoada (como demonstra o mapa 4) e o colocou em vias de rápido desenvolvimento econômico. Na atualidade, esta região tem servido como imã de investimentos crescentes por parte de grupos de empresários de Taiwan.

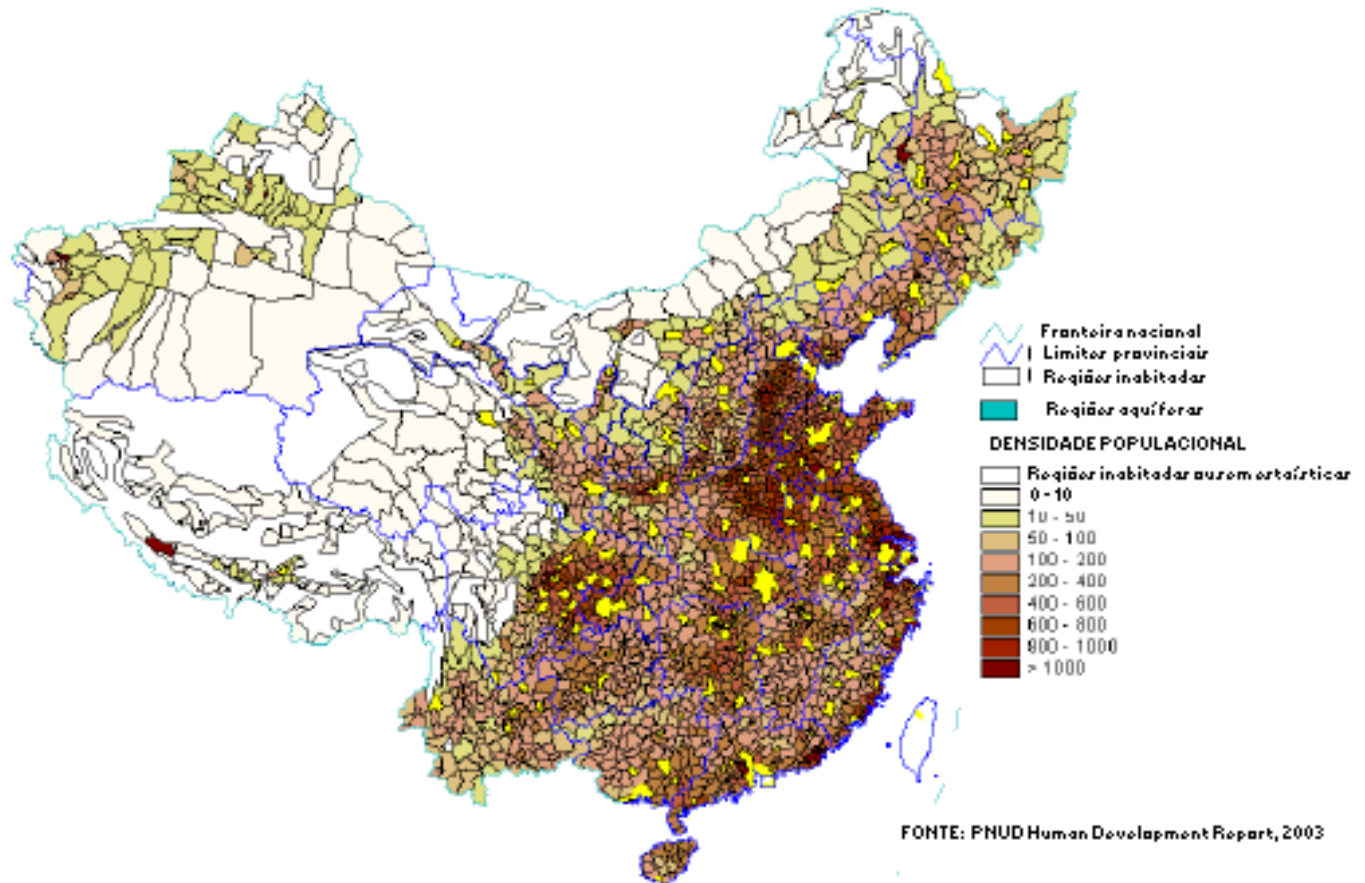
---

<sup>80</sup> ARRIGHI, G.: *Adam Smith em Pequim*. Boitempo. São Paulo, 2008, pág. 208-212.

<sup>81</sup> MAMIGONIAN, A.: “As bases naturais e sociais da civilização chinesa”. In, *Revista de Geografia Econômica*. Dossiê Ásia-China 1. Edição Piloto. Núcleo de Estudos Asiáticos do Depto. de Geociências do CFH-UFSC. Junho de 2007, P. 33.

<sup>82</sup> WOO, Wing Thye & BAO, Shuming: “China: case study on Human Development Progress towards the Millennium Development Goals at the Sub-National Level”. In, *Human Development Report Office*. Occasional Paper. PNUD, 2003.

## MAPA 4

**China: densidade populacional (número de habitantes por quilômetro)**

Essa viragem ao sul ganhou ímpeto com o incentivo a tecnologias relacionadas a estaleiros e produção dos navios mais rápidos do mundo até então, possibilitando inclusive uma passagem do navegador Zheng pelas Américas antes mesmos dos europeus. Esse momento de ameaças externas e prejuízos financeiros por conta da pressão vinda do norte demarca o início de um processo de maior interação chinesa com seus vizinhos próximos e de aumento da importância da tributação ao comércio marítimo privado e de momentos em que inclusive estatizou-se esta forma de intercâmbio. Esse período evidencia o exposto acima, acerca da não militarização das relações entre os países da Ásia. A concorrência era puramente comercial, porém contraditória. Aqui, um breve parêntese: retomando a argumentação de esse “desequilíbrio



de poder” não ser suficiente para uma “paz duradoura” (apesar de ter havido paz duradoura na Ásia) encontra amparo nas investidas militares japonesas no século XIV. Eis um ponto acerca da dinâmica chinesa que também nos leva a crer na existência de ciclos – tanto econômicos quanto institucionais – de crescimento “para fora” e “para dentro”, utilizando-se feliz observação de Prebish e Ahumada acerca do processo de substituição de importações.

\*\*\*

Para fechar a demonstração em curso, é de grande valia trabalhar mais um pouco sobre o já dito acerca da transformação do vale do rio Yang-Tsé em motor econômico interno e institucionalizado durante o período Song e consolidado durante a era Ming (1344-1644) e, até certo ponto, continuados com a última dinastia chinesa Qing (1644-1911), amortecida e destruída pelo estrangulamento nacional imposto pelo colonialismo e o imperialismo (principalmente Inglaterra, depois Japão). Algo que se relaciona diretamente tanto com a natureza do processo de acumulação na China quanto na importância do modo de produção asiático. Nesse caso, é importante pontuar com a própria obra de Arrighi, além de se destacar a importância da “via dos produtores” (ou “via revolucionária”).

#### 3.2.2.3.1 “Caminho natural para a opulência” ou “via dos produtores”?

Com dizíamos, além da expansão do comércio marítimo, a própria utilização do vale do rio Yang-Tsé como grande celeiro de cereais do Império Chinês acentua a consolidação do “comércio como instrumento de poder na China”, algo que tem contemporaneidade com o grande papel do comércio exterior planejado no país hoje. Dizemos “comércio” em vez de “mercado” no sentido de contrapor uma tentativa de Arrighi de superlativar a obra de Adam Smith à compreensão da China moderna em detrimento das contribuições de Marx e Schumpeter. O mercado pode ser entendido tanto como instituição quanto como expressão da centralidade de certa categoria histórica adquirida em determinado modo de produção. Porém, a política entendida como a arte da convergência e da estratégia e tática de certa classe social só pode, neste

caso da China, ser associada diretamente com o comércio. O comércio é meio e fim para a prática da grande política na arena internacional; o mercado é só um meio.

A questão não se restringe a esta problemática da visão do mercado, algo inclusive menor que não serve de parâmetro ao julgamento da obra. O mais polêmico, porém altamente aceitável na academia e por “especialistas” em China, está na inclinação pela noção smithiana de “caminho natural da opulência” em contraponto à visão de acumulação primitiva marxista, como se Marx somente tivesse compreendido a transição feudalismo-capitalismo a partir somente deste ponto de vista – logo, uma superlativação do eurocentrismo de Marx. Para se compreender essa colocação, vale voltarmos ao ponto da historicização do desenvolvimentismo chinês.

Havíamos falado anteriormente sobre um dito, por nós, processo de institucionalização do vale do Yang-Tsé como o motor econômico da China e sua consolidação no período Ming. Diríamos mais: trata-se de um processo histórico de consolidação de uma subjetividade comercial; porém, seguida da inversão, de um “crescimento para fora” para um “crescimento para dentro”, marcado pela quase proibição do comércio marítimo e resultado da crescente insatisfação camponesa (que inclusive alçou os Ming ao poder). No período, segundo apontamentos convergentes de Arrighi e Mamigonian, a pressão social fora amainada com uma grande política de ação estatal em prol do alargamento da fronteira agrícola e da execução de imensas obras públicas, sendo tais execuções parte de um conjunto em torno de uma menor desigualdade territorial, pela via do comércio interno. Trata-se de um ciclo econômico possível somente com o aumento da base fiscal do Império, obtida – por entre outros meios – com o aumento do excedente camponês. Este ciclo com alcance milenar é a realização plena do modo de produção asiático, baseado numa variante de feudalismo centralizado por um Estado que surge da dinâmica natural e social do surgimento precoce de uma economia de mercado e, conseqüentemente, geradora de diferenciação social.

Ora, a conjunção desses fatores e sua consequência no enriquecimento do país e de milhares de camponeses é descrita por Adam Smith (e amplificado por Arrighi) como um “caminho natural para a opulência” ou mesmo, segundo Braudel, “acumulação sem desapropriação” (o que está correto) como também um exemplo da ação da “mão invisível”. Arrighi utiliza esta observação para contrapor a ideia de acumulação primitiva de Marx. Voltamos a repetir: tanto uma via quanto outra foram devidamente analisadas por Marx e especificadas como diferentes formas de transição que obedecem a leis determinadas pela

realidade concreta de cada lugar. Na China, ocorreu desta forma (via dos produtores), sendo que na Inglaterra houve acumulação primitiva. Arrighi não se remete novamente a esse equívoco quando analisa as reformas chinesas, mas não destaca suficientemente o papel do enriquecimento camponês por esta mesma via radicalizada na era Ming, embora já sob a égide de uma superestrutura voltada a um projeto de caráter socializante e com forte apoio e incentivo estatais, o que demonstra o não-papel da “mão invisível” tanto na era Ming quanto agora, conforme muitos ainda querem nos fazer acreditar.

A ideia supracitada é tão difícil de acreditar quanto a possibilidade de uma ascensão chinesa ser acompanhada de uma tendência de crescente igualdade nas relações entre nações por conta de uma maior margem de manobra, dado o papel da mediação mercantil de tais relações. A democratização das relações internacionais passa pelo maior intercâmbio comercial. Para Lênin, o “comércio propicia a paz”, porém a concorrência não (muito pelo contrário). Paz com imperialismo (ainda que decadente) mostra-se algo problemático, ainda mais se comparado com os processos de decadência de Portugal e Espanha. Mas os Estados Unidos não são Portugal e Espanha.

### ***3.2.3 Questão Cultural e Desenvolvimento na China***

Logo acima, falamos rapidamente sobre uma chamada “questão cultural” diretamente relacionada ao processo de desenvolvimento. Temos certeza de que análises e estudos puramente econômicos, de observações de variáveis “x” e “y”, guardam serventia central à observação de dado fenômeno. Mas, com certeza, não é suficiente, pois se trata de um nível de análise que se dá invariavelmente no campo conservador. Também no campo conservador podem-se situar determinadas ênfases em questões de história e cultura; sob esse ponto de vista, a história sem a economia é sem luz, e o “culturalismo” surge aqui justificando uma série de atrocidades no campo da ciência. Vejamos a seguir a péssima relação weberiana entre o desenvolvimento do capitalismo e a moral protestante.

Com relação à China, essa tradição “culturalista” ganhou peso após a lua de mel dos intelectuais europeus com as virtudes sintetizadas dos impérios nascidos ao longo dos vales do

rio Yang-Tsé, Ganges e Nilo: “Despotismo oriental” foi o termo predileto utilizado por Voltaire para (des)caracterizar, por exemplo, o “Império do Meio” chinês. Desse modo, o Iluminismo dava forma a um eurocentrismo que influenciaria inclusive nosso Karl Marx. Em relação à China, seguindo-se este sentido culturalista (e muitas vezes racista), poderá ser irresistível a adoção do conceito de “despotismo asiático” para explicar a dinâmica de poder na China, tão caro a Voltaire – por exemplo.

Aliás, Voltaire não fora o primeiro a utilizar este termo; algumas centenas de anos antes, Aristóteles, em pleno centrismo helênico, classificou o Império Egípcio e seus similares orientais como variantes de um “despotismo oriental”. Aristóteles havia se esquecido de que a “democracia grega” havia condenado Sócrates à morte pelo simples fato de, ao analisar a decadência do homem grego, ter concluído que tal decadência era proporcional à decadência de uma democracia que nunca havia existido. O próprio Aristóteles, após certo tempo, teve de se cuidar muito para não ser condenado à morte por esta mesma “democracia”.

Enfim, trabalhar a questão cultural deve ser objeto de muito cuidado e, principalmente, encarado como parte de um conjunto que envolve as “múltiplas determinações” do chamado concreto. Daí sua relação com o desenvolvimento, a história, a economia e principalmente com a luta de classes. Daí as grandes contribuições de Antonio Gramsci e Amílcar Cabral, sendo este último o principal pensador da relação entre relação cultural, libertação nacional e desenvolvimento das forças produtivas<sup>83</sup>. E é desta forma que se deve fazer a relação entre desenvolvimento e cultura – não somente neste caso – para a China.

Conforme já dito, visitamos o país em três oportunidades, sendo que na última aproveitamos a distância e a disponibilidade para também passar duas semanas na Coreia do Norte. As duas primeiras visitas serviram para acumular uma série de experiências, entre elas a de que o contato próximo com o “chinês simples” vale mais que uma série de leituras e intercâmbios acadêmicos; que longas viagens por terra (ou rio) são condição *sine qua non* para se formar, pelo menos de forma inicial, um razoável intelectual interessado em desvendar algo sobre o país asiático.

Assim, a nosso ver, pode-se conhecer a China de verdade. Aquela que “cedo madruga sem esperar a ajuda divina”. Assim se compreende, pelo menos inicialmente, a alma de um povo

---

<sup>83</sup> Sobre esta relação, sugerimos a leitura de CABRAL, Amílcar: *A Arma da Teoria*. Codecri. Rio de Janeiro, 1980.

cujo horizonte moral é moldado por uma filosofia confuciana e taoísta surgida em momento histórico quase contemporâneo à filosofia clássica grega; onde, ao mesmo tempo em que uma pessoa se diga marxista, ela reafirme seu budismo, transforme Mao em uma divindade e demonstre costumes confucianos (senso de hierarquia e respeito aos mais velhos) aliados a uma rebeldia típica taoísta.

### 3.2.3.1 Homem, natureza, ideologia e forças produtivas

Faz-se necessário lembrar alguns pontos já expostos anteriormente. Afinal, sem uma boa teoria não se vai muito longe neste processo de infinita aprendizagem.

Pois bem, explicar qualquer fenômeno que se expressa na subjetividade humana demanda a plena compreensão de uma gama de determinações que formam o concreto. No caso da formação de uma subjetividade humana e nacional de caráter chinês, deve-se compreender a cristalização de seu corpo filosófico. Muitos que ainda vagam na fronteira que separa Kant de Hegel afirmam que “pensamento é matéria”. Pensamento não é matéria, mas é consequência da evolução da matéria. Em curtas palavras, o pensamento gerido por determinada sociedade é expressão do nível de desenvolvimento das forças produtivas, do estágio de acúmulo material obtido por diferentes povos e nações.

Surge, então, outra questão – de crucial importância à compreensão – de diferentes dinâmicas sociais: o que são forças produtivas e que tipo de relação elas expressam?

Ora, as forças produtivas expressam o nível de relação intrínseca nas relações entre homem e natureza. Na *Crítica ao Programa de Gotha* (1875), Marx desfere cortante crítica à conclusão segundo a qual o “trabalho é a fonte primária de toda riqueza”. O maior filósofo de todos os tempos apontou a natureza como a fonte nodal da riqueza. Logo, entrelaçando o surgimento e as características de determinada expressão ideológica e filosófica, a primeira a coisa a se fazer é observar as condições naturais de reprodução humana. Abre-se, assim, um largo campo para a devida relação entre forças produtivas materiais e erupção de determinadas ideologias, nefastas ou não, messiânicas ou tolerantes.

Salvo engano, no capítulo XIV do Livro 1 de *O Capital*, Marx faz a devida relação entre trabalho necessário e excedente em diferentes pontos do globo. A partir desta análise, Marx viria a provar que o capitalismo triunfou justamente onde as condições naturais eram nada propícias; onde, em suas próprias palavras, “o homem teve de dominar a natureza”. Assim sendo, onde o homem **não** teve de dominar a natureza, ao contrário, bastava o convívio pacífico, tendo por base grande fonte de água e terra, sendo o trabalho necessário para a reprodução humana muito menor do que em espaços desérticos ou árticos.

Os grandes vales férteis entre os rios Amarelo e Azul (China), Ganges (Índia), Nilo (Egito) e dos rios Tigre e Eufrates (Mesopotâmia) são considerados como os berços civilizacionais. “Civilizacionais” no sentido mais amplo do termo, pois a tranquila convivência entre homem e natureza permitiu tanto saltos espetaculares no desenvolvimento das forças produtivas (surgimento precoce, cerca de quatro mil anos atrás, de economias mercantis, dados os crescentes excedentes de produção agrícola e da invenção do arado de boi), quanto (e conseqüentemente) o surgimento de filosofias tolerantes e civilizatórias (taoísmo, confucionismo e hinduísmo). No Oriente o indivíduo é parte da natureza, que por sua vez é o centro do mundo. Na China, por exemplo, a influência deste tipo de expressão filosófica/ideológica pode ser percebida nos inúmeros quadros e desenhos que se vendem em lojas ou mesmo nas ruas, onde uma verdadeira “ode à natureza” é apresentada.

Abrindo parêntese, eis o sentido histórico da proclamada “sociedade socialista e harmoniosa” perseguida pelos atuais herdeiros de Mao Tsé-tung no poder central do país. Harmonia entre homem e natureza.

É curioso notar que Sócrates, Platão e Aristóteles, fundadores da moral ocidental, sistematizaram propostas comportamentais semelhantes e quase contemporâneas às de Confúcio e Lao-Tsé. Cabe a nós nos perguntar, pesquisadores ou simplesmente curiosos: se o confucionismo e o taoísmo encontram-se ainda presentes e vivos na formação moral do povo chinês, por que no Ocidente os fundadores da moral ocidental (filosofia clássica grega) estão devidamente colocados na lata de lixo da história? Interessante questionamento. De imediato, deixo a dica para irmos além de Michel Foucault que, apesar de descobrir brilhantemente o desdobramento da subjetividade ocidental na lógica do “vigiar e punir”, não apontou os verdadeiros mecanismos do desenvolvimento histórico dessa anomalia superestrutural.

Mudando o foco, analisando-se os fenômenos desta forma não é difícil entender que o surgimento de filosofias do tipo “destino manifesto”, “povo eleito” e afins sejam produto de regiões do globo onde o homem teve de arduamente dominar a natureza, por exemplo, do Mediterrâneo Oriental até a Europa Ocidental. Esse tipo de relação dominadora diante da natureza levou o homem europeu ocidental a transitar do escravismo ao feudalismo, daí até a pequena produção mercantil num ritmo histórico muito mais demorado que nos “berços civilizacionais”; porém, com resultados que desembocaram numa transição ao capitalismo como necessidade histórica e espacial, ao contrário de regiões como o Sudeste Asiático, onde a “generosidade da natureza” não levou o homem a pensar em meios e maneiras de multiplicar ganhos de produtividade, nem tampouco em formas de dominar terceiros territórios.

Daí termos a atual batalha entre o imperialismo e a “ascensão pacífica” entronizada pela atual liderança chinesa.

### 3.3.3.2 Relações diversas

Vamos tentar dar um pouso definitivo no concreto, tentando relacionar os postulados da filosofia clássica chinesa com o dia a dia do chinês comum.

O trabalho começa bem cedo. Praticamente, de segunda a segunda, desde as sete da manhã, percebe-se um movimento anunciando a abertura do comércio. Sendo um local onde a economia de mercado surgiu há milhares de anos, não é de tortuosa constatação o fato de, num *hutong* com pouco menos de um quilômetro, existir mais estabelecimentos comerciais que quase a totalidade correspondente na rua do Catete no Rio de Janeiro. Também fica mais tranquilo entender a ferocidade comercial chinesa e o sucesso do “socialismo de mercado” por essas áreas. Os chineses apreenderam que a melhor maneira de levar vantagem nessa contenda de dimensões históricas (imperialismo x socialismo) é sorver o imperialismo comercialmente. A propósito, Lênin percebeu que a transição poderia ser resolvida justamente por meio do comércio internacional.

Tanto o confucionismo quanto o taoísmo surgem de bases sedimentadas sob uma rústica dialética (*ying* e *yang*) e um materialismo (muito) mais avançado que de Feuerbach, formando a

base teórica/histórica de uma “ideologia do trabalho” disseminada, por exemplo, no Japão. A existência de Deus é algo estranho a um denominado “reino dos céus” espiritualista, mas não deísta. A hierarquização do poder, desde a base familiar até o topo do poder estatal, é sustentada pela “experiência adquirida” e a “capacidade de prover o bem comum”. Daí em Confúcio ser importante a “ordem na casa”, mas sob o requisito do merecimento e do “poder celestial” ser “revogável pelo povo”. Abrindo parêntese, conversas e prescrições de nosso orientador têm nos alertado de que todo povo e/ou nação é marcado por certos níveis de religiosidade. Por exemplo, em países como a Índia, os Estados Unidos e Inglaterra, o nível de religiosidade (que não significa simplesmente fé religiosa no sentido protestante ou hindu da constatação) tem grande repercussão na subjetividade popular, enquanto que na China o papel da religião tem pouco valor na formação de seu povo, para quem valores morais e materialistas têm grande peso. Ouvimos de um professor chinês da Academia de Ciências Sociais que a religião chinesa é a “nação”. Daí um *mix* entre o *self-made man* chinês e sua consciência perante o futuro da nação e a centralidade do desenvolvimento nesse processo de “rejuvenescimento” da nação chinesa.

Retornando, pode parecer estranho às gerações atuais ocidentais ver um senhor de noventa anos abrir a boca e, com isso, fazer todos ao seu redor ficarem quietos, assim como considerar Mao Tsé-tung um “ditador” quando, a bem da verdade, sua “deificação” seja “eterna enquanto dure”. Importante salientar isso, pois se o Ocidente credita às reformas de 1978 o sucesso da China de hoje, para o povo desse país, o “trabalhador que lê chinês” (além dos atuais herdeiros de Mao), está claro que 1978 é continuidade de 1949 e que sem 1949 não existiria 2009. Isso significa que o termo “ditadura” para os chineses é algo estranho na caracterização do regime, o que sugere que o retrato de Mao que domina a Praça Tianamen continuará por lá enquanto Hu Jintao e as próximas gerações dirigentes forem capazes de tocar adiante essa nação de alguns milhares de anos. Na cabeça do povo, do camponês mais simples, o regime iniciado em 1949 é mais um capítulo de uma história milenar de continuidades e rupturas. Por isso, insistimos em colocar o atual processo como parte do desenvolvimento de um Estado Nacional unificado há 2.500 anos. Eis o desenvolvimento como o motor de um projeto milenar e vivo na subjetividade popular. São muito claros para o chinês comum a história de seu país e o significado dos acontecimentos de 1949, bem como o pedestal reservado à figura de Mao Tsé-tung, muito mais querido pelo povo que seu sucessor Deng Xiaoping.



O taoísmo que se conhece no Brasil é aquele que busca a harmonia humana a partir de um contato benéfico com a natureza. É isso aí, mas diferente do confucionismo (apesar de não negá-lo – preocupado com estado das coisas no âmbito da administração pública (ética, por exemplo, expresso no fato de o instituto do concurso público existir por aqui há cerca de 1500 anos, daí o nível de excelência e capacidade política dos dirigentes do Estado e do Partido Comunista da China – PCCh) – o taoísmo engendrou a subjetividade do camponês simples chinês, um presente estado de rebeldia e sentimento de justiça tão caros à nossa formação cotidiana, seja no Brasil, seja na China. Isso se revela no dia a dia, em discussões e desentendimentos entre cidadãos e alguma autoridade policial (que, justamente por esse motivo, não anda armada por aqui, ao contrário das “democracias” ocidentais) ou diante de algum comerciante desonesto.

A relação entre desenvolvimento e “questão cultural” também está presente em manifestações populares ante as “dores do parto” de todo esse processo histórico que se acelerou em 1978. As desigualdades sociais têm no crescente culto à figura de um líder camponês e igualitarista como Mao Tsé-tung uma forma de protesto. Suas fotografias estão cada vez mais presentes em residências e estabelecimentos comerciais localizados tanto nos *hutongs* do centro de Pequim quanto em aldeias camponesas localizadas em áreas de solo fértil e que, portanto, se enriqueceram de forma mais acelerada do que em outras regiões do país. Por conta da acentuação das diferenças sociais e regionais, ouvimos muitas declarações de repúdio ao governo de Jiang Zemin, ao contrário do que ocorre com Hu Jintao e Wen Jiabao, muito populares por conta da atual disposição de enfrentar as desigualdades. A questão social ganha força no país, daí a figura de Mao encontrar-se cada vez mais em destaque em grandes centros como Xangai e mesmo Shenzhen, nos “fundos” de Hong Kong. Não foram poucas as pessoas, com as quais pudemos conversar na China, que relacionaram esse “ressurgimento” ao culto de Mao Tsé-tung aos problemas do desenvolvimento, afinal a China está muito longe de ser um paraíso. Nesse sentido, a questão cultural impulsiona mudanças de postura da superestrutura de poder para com o desenvolvimento e suas implicações.

A história demonstra que mudanças de postura dos condomínios de poder instalados advêm somente de pressões “de baixo”. E a própria história chinesa é testemunha concreta desse tipo de movimento.

### ***3.1.4 Nacionalismo, socialismo e desenvolvimento***

A repulsa do chinês comum para com a desigualdade social não é de difícil explicação. A não naturalização do fenômeno da desigualdade social pode ser reparada por meio da própria forma com que os chineses se relacionam consigo mesmos. Por exemplo, em épocas de calor que assolam Pequim. Em tais épocas, não é incomum presenciarmos almoços e jantares ao ar livre, numa clara reminiscência das comunidades agrárias, igualitaristas e milenares chinesas. O fator “camponês” está presente nos pratos servidos a céu aberto: uma quantidade enorme de comida, parecendo um lar interiorano brasileiro onde se serve, no café da manhã, além de pão com manteiga, um agradável *mix* de café com bolo de fubá. É a “China Profunda” nos quarteirões muito próximos do portão de entrada da Cidade Proibida. É a antítese ao fenômeno da individualização muito presente entre os “novos ricos” chineses. Porém, os chineses têm plena consciência de que as contradições do processo de desenvolvimento não serão solucionadas com políticas de contenção da demanda. É nesse sentido que o nacionalismo presente na subjetividade chinesa entrelaça-se com o desenvolvimentismo e a própria construção do “socialismo com características chinesas”.

Desde o momento em que demos os primeiros passos na concepção da China como objeto de estudo, acostumamo-nos com um crescente senso comum acerca da mudança de postura do regime na década de 1990, de abandono da ideologia socialista em prol de uma radicalização de conteúdos subjetivas nacionalistas. Tal constatação é válida, mas não deixa de ser uma meia verdade, na medida em que, para o próprio Marx, a maximização das forças produtivas tem centralidade diante do objetivo estratégico de se superar a divisão social do trabalho. Em nossa opinião, o nacionalismo, para os países periféricos, é a grande expressão cultural e subjetiva de certa “ideologia do desenvolvimentismo”, seja tal ideologia com vertente latino-americana ou chinesa. Além disso, o nacionalismo é a essência do desenvolvimentismo quando transformada em teoria econômica e mesmo como causa e consequência da “questão cultural” na periferia do sistema. Lênin, em meio ao intenso debate acerca da NEP, replicou seus oponentes afirmando, pragmaticamente, que os bolcheviques serão reconhecidos como melhores e mais competentes na mesma proporção em que dispuser – de forma mais diligente e desburocratizada que seus

antecessores – crédito. E que é o crédito senão o motor do desenvolvimento capitalista e também socialista? Não seria assim, enriquecendo os camponeses, que o PCCh poderia sair vitorioso do vendaval contrarrevolucionário de junho de 1989, em Tiananmen? Nesse sentido, qual a contradição entre nacionalismo e socialismo?

Procedemos a uma pesquisa acerca das preferências religiosas e políticas chinesas. Ouvimos cerca de 40 cidadãos, sendo que, de cada sete pessoas, pelo menos cinco não são empresários, comerciantes, acadêmicos ou membros do PCCh. Para mais de 60% dos entrevistados, ao serem inquiridos se eram comunistas, a resposta era positiva; perguntados acerca da fé budista, idem em quase 30%. Inquiridos sobre Confúcio, todos se declaravam seus seguidores. Lao-Tsé, para 90%, foi “um grande homem”. Ou seja, para um marxista educado pelos manuais soviéticos produzidos na época da decadência ideológica do regime, pode parecer estranho, mas não é.

Substanciando, tal questionário nos deu certeza de que tudo que é externo à China acaba que por ser absorvido e subsumido ao materialismo intrínseco ao confucionismo e ao taoísmo. Como exemplo, o budismo que nasce na Índia e ganha uma expressão ultrarreacionária no Tibet, torna-se algo contraditório com o marxismo na China *han*. O “budista” chinês sempre foi um agricultor livre, ao contrário do camponês cristão ortodoxo russo, que sempre fora um servo. Logo, independente de haver reencarnação ou não, o importante é realizar a prosperidade e mesmo a “prosperidade comum” (valor moral este muito caro aos chineses) em terra. Outro exemplo desta absorção e não supressão de influências externas: os muçulmanos chineses são os únicos que comercializam álcool e entre os quais é permitida somente uma única companhia feminina (e não “sete”) aos homens. É o “islamismo com características chinesas”. É o conjunto que forma a subjetividade chinesa e por onde se assenta o desenvolvimentismo e o nacionalismo como ideologia da época histórica em que vivemos.

Por fim, a outro nível de abstração, onde se relaciona a compreensão da “nação” como a “religião chinesa” (questão nacional) com a capacidade do governo em prover novas fronteiras de acumulação aos seus camponeses e empreendedores e com o fato de a derrocada da China, como potência no passado, estar em consonância com o advento do capitalismo, do imperialismo e da “lei do desenvolvimento desigual e combinado”, remetemos outras questões acerca da tal contradição entre socialismo e nacionalismo na China:

- a) será que a simpatia do chinês comum pelo marxismo não tem ligação direta com o fato de o próprio desenvolvimento capitalista ter sido negada ao país como forma de se retomar um chamado “rejuvenescimento” da nação chinesa diante da brutalidade ocidental entre 1839 e 1949?
- b) existe contradição entre o discurso socialista e o nacionalista, na medida em que a história recente tem demonstrado que, somente pela via socialista, seria possível o “rejuvenescimento” da nação chinesa?
- c) qual a contradição da máxima da 3ª Internacional sobre a junção entre o nacional e o popular, tendo o desenvolvimento das forças produtivas como feixe central?
- d) não é de se pensar que a “era do imperialismo e da revolução proletária” não seja coincidente com a realização de um processo histórico em que o homem, muito à frente do “homem da caverna”, mas ainda longe do “homem novo”, passe a se reconhecer como um “ser nacional” de forma que suas atitudes em nome da autorreprodução não estejam em concomitância com a centralidade da questão nacional no rumo de uma estratégia socializante?

Estamos convencidos de que as respostas a essas questões poderão abrir uma série de debates aos interessados em relacionar o desenvolvimento com a “questão cultural”, pelo menos na periferia capitalista.

### 3.4 CONCLUSÕES DA PARTE 2

No capítulo 1, buscamos aproximar dois níveis de discussões: o processo de transição e um modelo aproximativo do “socialismo de mercado” chinês. Pode-se achar abstrato em demasia, mas tratou-se de passo essencial a uma visão menos cinzenta da relação entre o processo de transição, as vicissitudes do socialismo como algo procedente dentro dos marcos de diferentes formações sociais e a busca, ainda muito inacabada e em fase de iniciação, de um modelo que se encaixe à formação social chinesa, daí a ênfase em aspectos da formação chinesa capazes de servir de link entre o histórico e o concreto em plena transformação. A relação com o

concreto se dá no “modelo” formado pelas partes constituintes que vão da história do país à história do socialismo no século XX e pela conjuntura que emoldura o pleno desenvolvimento do modelo chinês.

Se Deng Xiaoping parafraseia – a seu tempo – o Manifesto de Marx e Engels, recolocando em seu devido lugar a centralidade do desenvolvimento das forças produtivas como condição sine qua non para a transição, seja ela entre o capitalismo e o socialismo e mesmo entre o socialismo e o comunismo, nada mais justo e certo do que se iniciar de forma menos superficial a discussão entre o socialismo, o desenvolvimento e o projeto nacional chinês, iniciando com uma breve discussão sobre o próprio conceito de desenvolvimento, como algo que deve estar plenamente relacionado com o desenvolvimento nacional na periferia, conforme tentamos demonstrar. Retornando a Marx e Engels, se o desenvolvimento das forças produtivas expressam determinados níveis de relações entre o homem e a natureza e entre os homens consigo mesmos, o imperioso deste segundo capítulo é expor as condições naturais que baseiam a formação e o desenvolvimento dessa nação; causa e consequência do “socialismo em um só país”. Num outro nível de análise, podemos concluir (como exposto no capítulo) o entrelace entre a questão nacional na periferia após a 2ª Guerra Mundial e o desenvolvimento.

Assim sendo, pode-se concluir tranquilamente para o caso chinês que O DESENVOLVIMENTO É O PONTO DE FUSÃO ENTRE O SOCIALISMO COM CARACTERÍSTICAS CHINESAS E O PRÓPRIO PROJETO NACIONAL CHINÊS. Eis a tese a ser defendida e desenvolvida. Como exemplo, esta relação é muito na clara na necessária demonstração da concentração territorial da população chinesa e da porcentagem das terras em condição de plantio do país. Foi uma forma demonstrada, neste capítulo, de colocar o leitor a par do imperativo do desenvolvimento na China, assim como o próprio imperativo do socialismo, dado o fato – colocado ainda no capítulo 1 – de o socialismo ser o único caminho possível para o desenvolvimento, numa forma quase de via prussiana com características socialistas, e numa “via dos produtores” maximizando a capacidade empreendedora do camponês chinês. São formas de desenvolvimento condicionadas pela história e a conjuntura.

Além de alguns mapas descritivos, lançamos mão de um pouco de nossas experiências pelo país como forma de proporcionar maior vivacidade ao trabalho e à própria descrição num ponto de encontro entre o concreto e o abstrato e entre o teórico e o empírico. Neste momento tentamos, desde então, colocar em sua devida medida a nossa capacidade de pôr à prova nossa

própria experiência naquele país e inclusive nossa própria visão daquele processo singular, que não se limita aos números e aos relatórios oficiais. Acreditamos que no capítulo 2 muitas de nossas visões acumuladas foram expostas, inclusive enfrentando uma polêmica nada periférica com alguns pontos da grande obra de Giovanni Arrighi. Voltaremos a tocar nessa questão.

Pois bem, também é possível tirar conclusões acerca do Estado Nacional chinês. Com alguns exemplos, tentamos deixar nítido que, sob uma base natural “x” capaz de elevar substancialmente o nível de desenvolvimento das forças produtivas do país, surgiu um Estado – conforme a própria topografia do país exige – planejador, eficiente na execução de obras públicas e lubrificado por um serviço público anterior a qualquer tipo de experiência deste tipo no Ocidente. Eis os atributos de um chamado “modo de produção asiático”, cuja compreensão é condição necessária para uma noção mais esmerada do “socialismo de mercado chinês” e da dinâmica do desenvolvimento do país. Assim como o “socialismo de mercado” chinês, o modo de produção asiático é o modo de produção de uma formação social baseada por milhares de centenas de famílias camponesas pressionando a superestrutura no rumo de saltos qualitativos. Pode-se concluir indo mais além: o modo de produção asiático está para o feudalismo na China assim como o “socialismo de mercado” está para o socialismo chinês, pois ambos – a partir de uma ampla visão de processo histórico – se desenvolvem sob uma formação social rural, com liberalização do comércio de excedentes e um Estado Nacional planejador e centralizado, cuja sofisticação pode ser percebida na exata noção do papel do desenvolvimento para a consecução de objetivos de variada monta e a quase perfeita relação entre Estado e iniciativa privada e suas variantes, dependendo dos ciclos endógenos e exógenos da economia. Por exemplo, se num momento o comércio privado marítimo pode ser incentivado, em outro pode ser inclusive proibido em detrimento do mercado interno e de arranjos territoriais necessários à expansão da divisão social do trabalho. Se em um momento a conjuntura impôs um crescimento pela indústria pesada e relações desiguais entre campo e cidade, em momento diferente pode-se explorar ao máximo as virtudes de uma economia de excedentes camponeses. Se no modo de produção asiático não existia propriedade privada da terra e a relação entre Estado e camponês era mediada por concessões de terra, o mesmo ocorre no “socialismo de mercado” na China. Em todos os casos, sempre com um Estado com percepção exata de onde surgem pontos de estrangulamento na economia e como enfrentá-los antes de afetar o conjunto econômico como um todo. Enfim, e a princípio, este segundo capítulo buscou levantar essas reflexões para o debate.

No capítulo 1, num segundo nível de discussão, discorremos sobre o socialismo, já introduzindo uma discussão sobre o “modelo” e o processo de desenvolvimento. No capítulo 2, trabalhamos sobre as bases naturais já propondo um maior aprofundamento sobre a questão do desenvolvimento. Nesse sentido, concluímos primeiramente a necessidade de introdução de assuntos posteriores no imediato. Trata-se aqui da máxima de separar o essencial do periférico e em seguida recuperar a “essência do periférico”. Se a essência do periférico no capítulo 1 esteve no desenvolvimento, por sua vez no capítulo 2 do trabalho buscamos já introduzir uma análise mais detida de pelo menos dois pontos sobre o desenvolvimento: a variável estratégica do comércio exterior planejado e da relação entre questão cultural e desenvolvimento, tão deixada de lado diante dos primados economicistas da década de 1990. Objetivamos, com isto, adiantar desde já que a dinâmica da formação social chinesa, ainda que dinâmica periférica, tem no comércio exterior o ponto de encontro entre as leis econômicas objetivas do capitalismo central e as leis econômicas de uma formação social socialista ainda em processo de cristalização. A expressão dessa relação entre interno e externo está num processo peculiar de desenvolvimento, onde o setor externo da economia é capaz de pressionar os setores socialista e privado da economia a impulsionarem o desenvolvimento da própria economia de mercado, com a inclusão de milhões de pessoas que estão fora do processo mercantil, impulsionando assim o próprio processo de desenvolvimento. Eis uma conclusão a ser mais bem trabalhada no próximo capítulo, contribuindo assim com uma visão particular do processo que escape ao que está sendo discutido mundo afora. Afinal de contas, em Lênin o próprio processo de desenvolvimento em economias agrárias deve ser medido pela quantidade e velocidade de pessoas que acessam a própria economia de mercado, gerando efeitos multiplicadores ao conjunto do processo<sup>84</sup>. Eis um ponto.

A respeito da chamada questão cultural, interessamo-nos muito por analisar também questões de subjetividade. Afinal, como disse Marx, para que ideias ganhem concretude elas precisam ganhar a mente das massas. E o desenvolvimento, acrescido de certa ideologia do trabalho oriental e uma formação moral “para quem a felicidade se encontra na Terra”, é algo a ser trabalhado na compreensão do processo chinês. Nada culturalista, ao contrário. Trata-se de

---

<sup>84</sup> Essa visão de desenvolvimento periférico como expressão da velocidade de entrada de pessoas na economia de mercado pode ser auferida em todos os trabalhos de Lênin sobre a questão camponesa, escritos entre 1893 e 1910. De forma mais elaborada, indicamos a leitura de LÊNIN, V. “On The So-Called Market Question”. In LENIN V., *Collected Works*, 4 th English Edition. Progress Publishers. Moscou. 1972. Vol. 4 pp. 75-175.

um processo em que o próprio Estado se apropria da formação popular para gerir política econômica e gerir as demandas dessa massa, que se manifesta inclusive diante das contradições. Mas é preciso também, como imperativo do trabalho científico, ter no empírico uma fonte saudável de sustentação de determinada ideia. Daí conviver numa rua comercial e entrevistar dezenas de pessoas para demonstrar, entre outras coisas, a concretude da nação e do ponto de fusão entre nação e desenvolvimento e as consequências e contradições de um Estado para o qual, fora do desenvolvimento, não existem margens para grandes manobras. Esperamos que, ao aludirmos a esta experiência pessoal, possamos contribuir para esta discussão.

Por fim, a polêmica com Arrighi. Não há problema com a obra em si. Como já citado, Adam Smith em Pequim é uma obra seminal, apesar da grande distância em matéria de importância de autores como Joseph Needham e John Fairbank. O problema também não é com Adam Smith, pois sem a lógica smithiana do desenvolvimento pouco se avançaria em matéria de compreensão da evolução da tecnologia e sua consonância com a dinâmica da divisão social e internacional do trabalho. Não consideramos Marx e/ou Engels como anti-Smith ou anti-Ricardo, mas sim a superação dessa forma liberal de pensar a dinâmica econômica e social. Portanto, o problema não é ideológico. O que colocamos em questão é a utilização da máxima smithiana de “caminho natural à opulência” como forma alternativa à elaboração marxista da chamada “acumulação primitiva”, como se Marx pudesse compreender Detroit, mas não a China. Trata-se de um grande primarismo, pois a Economia Política marxista é a Economia Política que arma o investigador a pensar e entender a dinâmica da acumulação seja na Inglaterra, seja na China. Daí Maurice Dobb ter se saído muito melhor que Sweezy no debate da transição feudalismo-capitalismo, pois Dobb compreendeu a essência do método do materialismo histórico e percebeu a transição pela “via revolucionária” (ou “via dos produtores”, ou ainda, “via americana”) ou da transformação do pequeno produtor em capitalista.

O que pode se remeter, claro, à falsa contraposição de uma dita “acumulação primitiva” à outra de tipo “acumulação sem desapropriação”? As duas formas de acumulação são possíveis e pensáveis sob o ângulo do marxismo. O que se pode colocar em questão é que essa via dos produtores na China, naquela época, não redundou em transformação do modo de produção asiático em capitalismo, o que – a nosso ver – não invalida essa hipótese, pois o que deve ser medido são o desenvolvimento das forças produtivas e a capacidade da superestrutura em absorver essa fluidez da base econômica e conduzir a nação (ou país) adiante. Logo, o que se



deve compreender não é esse “caminho natural” – até porque nada é natural em matéria de desenvolvimento social – e sim a lógica do funcionamento do modo de produção asiático e as implicações históricas dessa lógica para a melhor assimilação do “socialismo de mercado” na China. O que, do contrário, só pode recair num puro diletantismo acadêmico sem consequências científicas e tampouco políticas.

Encerrando esses comentários, chamamos a atenção para certa universalidade do marxismo de suas categorias, principalmente a de formação social. Fica a sinalização de que essa acumulação pela via dos produtores está presente tanto no modo de produção asiático quanto no “socialismo de mercado” chinês, avançando, obviamente, para uma forma de acumulação cada vez mais centrada na grande margem de manobra financeira do país, pois os grandes saltos civilizacionais são necessariamente acompanhados por um grande lastro político e financeiro. Além disso, resta outra conclusão mais periférica deste capítulo e desta discussão: o atual poderio financeiro chinês está para o socialismo de mercado da mesma forma que a siderurgia e a indústria pesada estão para o “modelo soviético”. Outra analogia conclusiva: se a indústria infante de Liszt é o rock bottom para a “via prussiana” bismarckiana, por que não dizer que a acumulação camponesa está na base da transição pela via de um socialismo de mercado, configurando-se assim uma clara “via dos produtores” com feições socialistas numa China em que os “novos ricos” eram, há três décadas, nada mais do que os camponeses médios à espera de mudanças superestruturais que colocassem à prova sua milenar capacidade empreendedora?

Como se percebe, urge adentrarmos no processo de desenvolvimento chinês em todas as suas determinações para, a partir daí, tirar-se conclusões mais próximas de algo mais original. Eis os próximos passos deste trabalho.

#### 4 O DESENVOLVIMENTISMO CHINÊS COM CARACTERÍSTICAS SOCIALISTAS

Não se trata mais de nenhuma novidade que, no ano de 2009, quando os estilhaços da crise financeira poderiam ter levado de roldão o “modelo chinês” (da mesma forma que a crise do fordismo dilacerou as bases do “modelo soviético”), a China cresceu exatos 8,7%. Já em 2008 suas exportações corresponderam a US\$ 1,428 trilhões e suas importações a US\$ 1,221 trilhão. Suas reservas cambiais em setembro de 2009 chegaram a US\$ 2,272 trilhões e os fluxos de Investimentos Estrangeiros Diretos (IDE’s) mantiveram o país na dianteira internacional, com 92,4% em 2008<sup>85</sup>. Já não é segredo para ninguém que, por volta de 2030, a China poderá arrebatara o posto de primeira economia mundial dos EUA no mesmo momento em que poderá se completar o processo de unificação de seu território econômico com a incorporação do oeste do país por completo, do espaço econômico litorâneo e das margens do rio Yang-Tsé.

Normalmente, deveríamos desde já partir para o esmiuçamento desse processo em andamento. Porém, o importante neste capítulo é, para nós, não cairmos na tentação de já enumerar uma série de determinações sobre o desenvolvimento chinês, expondo – de antemão – opiniões sobre o papel desta ou daquela determinação (por exemplo, relacionando IDEs com o fomento tecnológico), nem muito menos sobre o papel do câmbio e da taxa de investimento ao crescimento econômico final. É interessante também ter sempre à mão e na mente algumas elaborações já contidas nos dois primeiros capítulos, entre elas a centralidade da variável comércio exterior.

O que queremos dizer é que há grande relevância, neste momento, em buscar explicações que se diferenciem do convencional e, para isso, o mais importante é a retomada de uma teoria do desenvolvimento que leve em consideração a complexidade da formação social chinesa. Processo tal onde o regional acaba por se entrelaçar com o nacional, e onde a pequena produção mercantil afeta o desenvolvimento do setor socialista da economia e vice-versa. É a tal da história do que já expomos sobre diferentes distâncias territoriais e históricas convivendo numa mesma formação nacional.

---

<sup>85</sup> Dados anualizados do desempenho econômico chinês poderão ser observados no [www.chinability.com](http://www.chinability.com). Mais à frente no trabalho, séries periodizadas serão expostas e comentadas.

#### 4.1 V. LÊNIN E O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO EM SOCIEDADES AGRÁRIAS

Lênin é muito lembrado (e lamentavelmente reduzido) por suas contribuições políticas ao processo de luta política do proletariado na era do amálgama existente entre capital financeiro e o surgimento do imperialismo. Joseph Stálin, de forma muito acertada, concebeu a definição do leninismo como o “marxismo da época do imperialismo e da revolução proletária”<sup>86</sup>. A nosso ver, tal observação não deve se resumir a um enorme esforço particular de Lênin em conceber uma estratégia e táticas justas à tomada do poder, como demonstraremos adiante.

##### *4.1.1 Lênin e o problema/solução do mercado*

A China reivindica a natureza socialista de seu processo de desenvolvimento. Mais do que isso, o país e seu partido dirigente explicitam o marxismo-leninismo como a coluna vertebral de seu conjunto teórico, político e ideológico. Num primeiro momento, uma grande confusão pode se fazer sentir por conta das características mercantis e até capitalistas de seu recente desenvolvimento sintetizado num chamado “socialismo de mercado”. Independente de, no primeiro capítulo, termos explicitado a caráter de categoria historicamente dada tanto do mercado quando da lei do valor, é ainda evidente a não suficiência desta constatação para justificar um possível rumo socialista do projeto nacional chinês. Esta insuficiência deve-se também ao fato de os fundadores do socialismo científico não terem trabalhado com a hipótese de o socialismo triunfar na periferia do sistema. Logo, faz-se conveniente expor o papel da própria economia de mercado na supressão de vestígios feudais de determinada formação social e seu papel central de arranque no processo de transição, seja ao capitalismo, seja ao socialismo. Fica assim determinado o valor do materialismo e da dialética à análise de diferentes formações nacionais.

---

<sup>86</sup> STALIN, J. “The Foundations of Leninism”. In, *Works of Joseph Stalin*. Foreign Languages Publishing House. Moscow, 1953. Vol. 6, p. 121.

Continuando, ao contrário do que se pode imaginar, as primeiras preocupações de Lênin não se deram sob o desafio da elaboração de uma teoria que envolvesse a estratégia e a tática do proletariado. Nesse sentido, ressaltamos em Lênin um certo mix entre o racionalismo político de Maquiavel e o socialismo científico de Marx e Engels: Lênin desenvolveu a ciência política de Maquiavel ao alçar o movimento político imediato (tática) do proletariado ao grau de ciência.

Porém, esse caminho somente foi possível graças a um profundo conhecimento da realidade que lhe cercava: a Rússia czarista em decomposição ante o desenvolvimento da base econômica do Império Russo sob os sinais do desenvolvimento de uma economia mercantil e, conseqüentemente, a diferenciação social; enfim, do desenvolvimento do modo de produção capitalista na Rússia. Esse processo se fazia sentir na nascente indústria lastreada pelo capital industrial inglês, mas tomava tons mais dramáticos no campo, onde um acelerado processo de centralização dos meios de produção se fazia acontecer. Numa sociedade de maioria esmagadora de pequenos produtores pulverizados e sob a transição do modo servil de produção a um embrionário capitalismo, é de enorme importância vaticinar que o cerne da construção de uma teoria e método de derrubada da autocracia e abertura de um amplo leque de ações políticas para a emancipação social demandaram ir a fundo, abstratamente, na percepção deste processo geral de transição feudalismo-capitalismo na Rússia e, no concreto, mergulhar no cotidiano dessa ampla massa camponesa. E foi justamente isso que Lênin percebeu. Compreender a China e seu “socialismo de mercado” passa também, necessariamente, pelo entendimento de toda a problemática levantada pelo pensador russo em seus primeiros 17 anos de atividade intelectual e política.

#### ***4.1.1.1 De Samara à NEP***

Existe uma grande nuvem em torno da essência da NEP e das dimensões em que sua variante chinesa tem sido aplicada. Na década de 1920, e hoje, na China, a aplicação deste “modelo” ainda é observada como um retorno ao capitalismo ante a inaplicabilidade de um programa de transformação socialista. O contrário, para quem esse modelo é parte de um todo que envolve o fortalecimento do próprio socialismo, não é vislumbrado pela maioria, inclusive

entre as esquerdas. Por outro lado, a névoa sobre essa forma de transição deve-se à universalização do “modelo soviético” que, dados seus aspectos positivos (num dado momento da história), serviu como biombo para as práticas mercantis e de colaboração com o capital estrangeiro por países de orientação socialista, algo bem à moda maniqueísta da Guerra Fria.

Porém, o que nos interessa neste momento são duas observações. Uma primeira que busca a essência da NEP aplicada por Lênin e em seguida, de posse desta essência, compreender sua aplicação à China. Algo fora de parâmetros modelares e com grande serventia à explicação de processos de desenvolvimento e transição em formações sociais agrárias e periféricas. O que significa, para nós, compreender a essência da transição encetada sob uma pequena produção mercantil, variando formas de acumulação e tendo como objetivo o próprio socialismo. Neste caso, o “socialismo de mercado” é o meio por onde as forças produtivas terão ambiente superestrutural para sua maximização.

\*\*\*

Argumentamos que a elaboração da NEP, em Lênin, é síntese de todo um esforço iniciado em 1893 voltado à compreensão dos problemas da penetração do capitalismo no complexo agrário russo.

Seu primeiro trabalho com este objetivo é a análise de um trabalho assinado, em 1891, por V. I. Postnikov, chamado “Fazenda camponesa no sul da Rússia”. O estudo dessa obra se sintetizou na publicação, em 1893, de “Novos desdobramentos econômicos na vida camponesa”. Nesse ensaio, voltado à compreensão da situação camponesa em Samara (sul da Rússia), Lênin conclui que o desenvolvimento rápido da economia do mercado tem no modo de produção capitalista seu ápice. Percebe-se na leitura desse trabalho a precoce consciência de Lênin, para quem, ao mesmo tempo em que a Rússia ainda vivia o tempo do aumento da produtividade de trabalho gerado pelas condições naturais, já estava se gestando – no país – um aumento de produtividade com relação de causa e efeito com o aumento da divisão social do trabalho e da concentração dos meios de produção. Nesse caso, a economia de mercado é a causa e o efeito do aumento da produtividade e da diferenciação social, pois a organização econômica dos camponeses mais ricos poderia ser descrita como “largamente comercial” e “baseada no trabalho

de terceiros”<sup>87</sup>. Pode ser uma obviedade, mas na verdade o que está colocado, por Lênin, é um caminho de acumulação baseado em leis econômicas objetivas, entre ela o da “lei da oferta e procura”, cuja negação em qualquer estágio de desenvolvimento humano poderia redundar em grandes problemas, principalmente de abastecimento. O que evidencia, empiricamente, o próprio papel histórico da economia de mercado, pois a própria subjetividade camponesa gira em torno da realização pela acumulação pessoal.

Nesse primeiro trabalho, Lênin lança mão das bases teóricas que iriam nortear posições cada vez mais bem elaboradas no decorrer de sua obra. Entre elas, destacamos a plena utilização da relação smithiana entre desenvolvimento da técnica e a dinâmica da divisão social do trabalho. Aliás, a crítica de Lênin a Postnikov está na não total observância da variável *tecnologia* à explicação da dinâmica acumulativa camponesa e expressão do cada vez maior domínio do homem sobre a natureza. Sob nosso ponto de vista, a compreensão exata dessa relação entre técnica e divisão social do trabalho é nodal à sofisticação de visões acerca da transição.

Esse árduo exercício de conhecimento da realidade russa e seus desdobramentos que serviram de base à NEP são aprofundados nas seguintes obras: “Em torno ao chamado problema dos mercados” (1893), “**Quem são os ‘amigos do povo’ e como lutam contra os social-democratas?**” (1894), “**Conteúdo econômico do populismo e sua crítica no livro do senhor Struve (Reflexo do marxismo na literatura burguesa)**” (1895), e também na obra clássica “**O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**” (1899). Além disso, também representaram uma contribuição importantíssima para a economia política marxista os seguintes trabalhos de Lênin sobre a questão agrária, que generalizaram os dados concernentes ao desenvolvimento da agricultura na Rússia e em outros países: “**O problema agrário e os ‘críticos de Marx’**” (1907), “**O programa agrário da social democracia na primeira revolução russa de 1905 — 1907**” (1907) e “**Agricultura e capitalismo nos Estados Unidos**” (1910 – obra esta em que é perceptível a melhor elaboração de Lênin acerca do processo de acumulação capitalista a partir da pequena produção mercantil – a chamada “via dos produtores” e/ou “via americana” e “**Novos dados acerca das leis do desenvolvimento do capitalismo na agricultura**” (1914-1915). A título de exemplo, podemos observar, no conjunto desses trabalhos, análises sólidas que demonstram um desenvolvimento particular da problemática (ao aumento da produtividade) da

---

<sup>87</sup> LENIN, V. “New Economic Developments in Peasant Life”. In LENIN V., *Collected Works*, 4 th English Edition. Progress Publishers. Moscou. 1972. Vol. 1 pp. 11-74.

*renda diferencial* e a *renda absoluta*, esclarecendo com esta última trava o progresso das forças produtivas no campo. Pode-se também perceber como Lênin mostrou a inconsistência das afirmações dos economistas burgueses sobre a existência da “lei da fertilidade decrescente do solo”, além, é claro, de colocar o desenvolvimento do mercado interno como uma das “missões” centrais do modo de produção capitalista.

Nesta esteira de elaborações, guarda particularidade com a relação entre a ideia/constatação marxista em torno da *composição orgânica do capital* e seu adensamento como forma concreta da transição entre um modo de produção que tem na terra seu fator principal de produção para outro onde o *capital* passa a ter centralidade. Daí, no capitalismo, o fator *composição orgânica do capital* substituir o fator *tamanho da propriedade* no que cerne aos parâmetros de julgamento de uma propriedade rural. Em Lênin, essa relação é muito clara ao se colocar que o processo de especialização da agricultura, como passo primeiro ao processo de urbanização/industrialização, transforma a agricultura em apenas mais um elo na *divisão social do trabalho*. Conseqüentemente, a “forma como se produz” passa a ter valor secundário, na medida em que a existência da própria *pequena produção* depende de sua relação complementar com a *grande produção*. Logo, Lênin nos aponta a falta de oposição entre pequena e grande produção tão cara a muitos intelectuais “marxistas” brasileiros e latino-americanos<sup>88</sup>. Por fim, pelo estudo da “questão agrária” e seu papel no processo de desenvolvimento, pode-se parecer imperceptível, mas Lênin diagnostica o tempo exato em que se dá a convergência entre a agricultura, o motor primário no investimento e o ulterior desenvolvimento. Ora, se o desmonte do complexo agrário é a pedra de toque da formação do mercado interno, essa formação do interno torna-se o combustível do processo de desenvolvimento na própria liberação de mão de obra da agricultura para a indústria, com a finalidade de se criar bens à posterior imobilização. Logo, quanto maior a população rural, maiores as possibilidades de crescimento acelerado<sup>89</sup>. Vejamos o atual caso chinês.

Por outro viés, e neste mesmo rumo de elaboração, em sua luta contra o revisionismo russo e da Europa Ocidental, que negavam a vigência das leis da concentração e da centralização do capital na agricultura, Lênin analisou cientificamente as particularidades que o

---

<sup>88</sup> A partir dessa concepção, para quem a agricultura, com a penetração do capitalismo no campo, passa a ser um elo na divisão social do trabalho, coloca-se a nu a inconsistência tanto da oposição entre pequena e grande produção quanto da cientificidade do conceito nomeado – na era da pós-modernidade – de “agricultura familiar”. Nada mais equivocado e anticientífico do que essa “moda”.

<sup>89</sup> LENIN, V. The Economic Content of Narodism and the Criticism of it in Mr. Struve’s Book (The Reflection of Marxism in Bourgeois Literature)”. In, LENIN V., *Collected Works*, 4 th English Edition. Progress Publishers. Moscou. 1972. Vol. 1 pp. 333-508.

desenvolvimento do capitalismo na agricultura apresenta. Enfim, a obra econômica de Lênin, que o credencia ao posto de um economista completo, sintetiza-se – além do exposto acima – em cerca de 110 trabalhos. É de uma magnitude ímpar sua colaboração, essencial para os que têm para si a tarefa de desmistificar não somente o papel das leis economistas sobre e sob o socialismo, mas também para perceber os rumos chineses na atualidade.

Tal obra também é essencial na exata medida em que Lênin concebeu uma teoria do desenvolvimento que pode ter alcance universal ao desafio da soberania nacional em sociedades onde a atividade agrícola tem hegemonia na composição da riqueza nacional. Essa “teoria para o desenvolvimento em sociedades agrárias” é uma grande continuidade da crítica marxista à Economia Política inglesa. Não encontraremos fora da obra de Lênin a construção de um caminho “periférico” de desenvolvimento capaz de romper o simplismo da teoria das “vantagens comparativas” (David Ricardo)<sup>90</sup>. A crítica mais frontal e esta teoria não foi, como se acredita, dada por Raul Prebisch, e sim por Lênin, ao perceber que o desenvolvimento periférico deveria se pautar na utilização total das trocas comerciais entre campo e cidade. Trocas estas que, sendo mediadas por um Estado disposto a romper com os grilhões da economia rural, estará – necessariamente – alimentando as bases de uma complexa economia monetária, capaz de gerir crédito e poupança capazes de afrouxar os laços da dependência financeira da periferia com relação ao centro.

É assim que Lênin trabalha efusivamente a relação entre desenvolvimento periférico e a descoberta marxista do papel nodal que o crédito assume no desenvolvimento do capitalismo. Não é impressionante que o pensador e revolucionário russo nos leve a entender a economia monetária como a maior invenção do capitalismo, e que portanto deve – também – estar a serviço do socialismo. Afinal, somente nos marcos da utilização dos mecanismos da economia monetária é possível o desenvolvimento (seja capitalista, seja socialista) sob a égide da transformação da pequena produção mercantil em indústria<sup>91</sup>.

---

<sup>90</sup> Apesar de se utilizar outras denominações e/ou *slogans* (“combate à inflação”, “responsabilidade fiscal” etc), a grande verdade é que a teoria das vantagens comparativas é o grande pano de fundo das políticas econômicas monetaristas. Concretamente, isso se dá a partir de adoção de políticas, monetária e fiscal, que sustentam o desenvolvimento de um sistema financeiro nacional. Ou seja, ao inviabilizarem a fusão entre capital bancário e industrial (a partir de “teorias” que contemplam a não existência de poupança interna na periferia), pelo caminho da abertura comercial (pela via da liberalização do câmbio) e compressão da demanda (altas taxas de juros), o que se busca é uma lógica de desenvolvimento que leva às últimas consequências o legado da utilização das vantagens comparativas. É neste momento em que o direito ao desenvolvimento ganha contornos políticos e cores revolucionárias (questão nacional na periferia x imperialismo).

<sup>91</sup> Sobre essa problemática e a relação entre desenvolvimento periférico, trocas entre campo e cidade, economia monetária e transformação da pequena produção mercantil em indústria, sugerimos, de Lênin, entre tantos trabalhos:

LENIN, V.: *El Desarrollo del Capitalismo en Rusia*. Ariel Historia. Barcelona. 1974. 581 p.



#### ***4.1.1.2 O mercado, propriedade privada e o desenvolvimento numa formação social complexa***

A extensão da crítica à Economia Política inglesa concebida na obra agrário/econômica de Lênin propiciou a construção de hipóteses ao desenvolvimento dos países periféricos. A consequência de tais elaborações só teria total consistência e validade na proporção em que se demonstrasse aplicável na realidade concreta. A primeira grande prova a este emaranhado teórico todo se daria na própria Rússia soviética. Deve-se deixar claro que, para o caso da Rússia, toda uma complexidade que envolvia os lados externo e interno da conjuntura se fazia presente. Foi o momento da substituição de uma forma de exceção em matéria de transição (comunismo de guerra) marcado pela total estatização da vida econômica e social do país, para outra “mais amena” e em conformidade com o nível de desenvolvimento das forças produtivas. Trata-se, evidentemente, na NEP, conforme temos observado até aqui.

A princípio, a transição a partir de uma sociedade onde as forças produtivas atingiram um alto grau de desenvolvimento – com monopólios estatais e privados de grande magnitude e com um sistema de intermediação financeira em pleno funcionamento –, guarda menor complexidade, cabendo apenas tarefas de ocupação de superestrutura e aplicação de políticas de socialização e estatização mediadas pela conjuntura e a correlação de forças nos ambientes interno e externo.

Outro nível de complexidade pode ser verificado em transições hipotéticas, tendo como palco formações nacionais de diferente perifericidade composta, por exemplo, por um campo já predominantemente capitalista e em transição para formas mecanizadas de produção, onde a 1ª Revolução Industrial já se completara e onde uma indústria mecânica pesada (Departamento 1 novo) está se encaminhando no rumo de uma completa absorção e implantação. Neste caso, o problema consiste em avaliar minuciosamente os fatores internos de produção e suas potencialidades, bem como abrir caminho – via planejamento econômico e territorial – a uma

\_\_\_\_\_  
“Economics And Politics In The Era Of The Dictatorship Of The Proletariat”. In LENIN V., *Collected Works*, 4 th English Edition. Progress Publishers. Moscou. 1965. Vol. 30 pp. 107-117.

\_\_\_\_\_  
“How to Organize Competition?”. In LENIN V., *Collected Works*, 4 th English Edition. Progress Publishers. Moscou. 1965. Vol. 26. pp. 404-415.

\_\_\_\_\_  
Sobre o Imposto em Espécie (O significado da nova política e as suas condições). In Lênin, V. *Obras Escolhidas*. Editora Alfa-Ômega. São Paulo. 2004. Vol. 3. pp. 492-520.

satisfatória socialização da grande produção já existente, aplicando formas de mediação entre campo e cidade e entre a nação e o exterior que permitam saltos qualitativos ao processo em si.

A atenção a diferentes formas que a transição pode adquirir, dependendo do nível de desenvolvimento das forças produtivas, nos leva a fazer questionamentos sobre o estágio chinês. Algo já fora anteriormente desenvolvido quando analisamos (capítulo 1) as características de um país em “fase primária do socialismo” juntamente com o caráter historicamente dado do mercado. Queremos dizer que, de concreto e diante de determinados níveis de complexidade e situações, diferentes formas de transição podem conviver numa diferente formação social, diferentemente dos exemplos expostos acima.

Lênin, em seu tempo, e diante do desafio de reconstruir as bases materiais de um país arrasado, deu-se conta não somente da complexidade da problemática do desenvolvimento e da transição em sociedades agrárias, como também de que o fomento das relações comerciais e mercantis entre campo e cidade constituía-se em grande válvula de escape ao processo de acumulação.

Selecionamos duas observações de Lênin muito interessantes. A primeira delas, essencial a nosso ver, é a melhor elaboração de uma teoria de desenvolvimento capaz de abarcar o conjunto do “problema chinês”<sup>92</sup>:

Mas o que significa a palavra transição? Não significará, aplicada à economia, que no regime atual existem elementos, partículas, pedaços de capitalismo e de socialismo? Todos reconhecem que sim. Mas nem todos, ao reconhecerem isto, refletem sobre precisamente que elementos das diferentes estruturas econômicas e sociais existem na Rússia. E nisto está toda a essência da questão.

Enumeremos esses elementos:

Economia camponesa, patriarcal, isto é natural em grau significativo;

Pequena produção mercantil (isto é inclui a maioria dos camponeses que vendem cereais);

Capitalismo privado;

Capitalismo de Estado;

Socialismo.

---

<sup>92</sup> LENIN, V. Sobre o Imposto em Espécie (O significado da nova política e as suas condições). In Lênin, V. *Obras Escolhidas*. Editora Alfa-Ômega. São Paulo. 2004. Vol. 3. pp. 493 e 508-509

Citação dada, o passo seguinte deve refletir a análise dos diferentes níveis de transição nesta *formação social complexa*. Neste mesmo documento, Lênin assinala o papel dominante da formação econômica e social socialista no conjunto da economia. Essa hegemonia deve-se em função do controle estatal sobre – basicamente – fulcros de monopólio na indústria, no setor de comunicações, sistema financeiro, ferrovias e solo urbano e rural, além, é claro, do – mais importante – encerrado no condomínio do poder estatal monopolizado pelo Partido Bolchevique. Por outro lado, de grande importância é a sua percepção dialética da impossibilidade de uma transição direta ao socialismo numa formação social com essas características.

Essa “percepção dialética” de Lênin, na verdade, não constitui novidade na literatura clássica desde então. Independente de Marx e Engels não terem elaborado algo acabado sobre o problema da transição, é muito clara essa tendência de não possibilidade de transição em linha reta, o que o próprio documento sobre o Programa de Gotha deixa claro. No caso de Lênin, com sua teoria sobre o imperialismo e o caráter de “aspecto principal da contradição principal” tomada pela “questão nacional na periferia”, é de grande interesse sua proposição de tomada de consciência acerca do grande avanço correspondente à introdução e ao aprofundamento de mecanismos de capitalismo de Estado tomando o exemplo alemão, como a última matéria nesse sentido. Algo que, sob nosso entendimento, tem grande valia para casos de transição em formações sociais de certa complexidade, entre elas a China. Ilustramos uma síntese dessa matéria (capitalismo de Estado), na segunda observação sugerida mais acima, conforme Lênin:

Voltamos freqüentemente a cair ainda neste raciocínio: ‘o capitalismo é um mal, o socialismo é um bem’. Mas este raciocínio é errado, porque esquece todo o conjunto de estruturas econômico-sociais existentes, abarcando apenas duas delas. O capitalismo é um mal em relação ao socialismo. O capitalismo é um bem em relação ao medievalismo, em relação a pequena produção, em relação ao burocratismo ligado à dispersão dos pequenos produtores. Uma vez que ainda não temos forças para realizar a passagem direta da pequena produção ao socialismo, o capitalismo é em certa medida inevitável, como o produto espontâneo da pequena produção e da troca, e portanto devemos aproveitar o capitalismo (principalmente dirigindo-o para a via do capitalismo de Estado) como elo intermédio entre a pequena produção e o socialismo, como meio, via, processo ou método de elevação das forças produtivas.

O capitalismo de Estado, neste caso, tem como características a existência de empresas privadas, grandes ou pequenas, em grande medida submetidas ao Estado pela via do controle e inspeção estatais (com o fim de evitar o monopólio privado) e pelo carregamento de crédito

centralizado por bancos estatais. Pode-se chamar de uma regulação da empresa privada pelo Estado pela via da regulação estatal sobre a própria economia de mercado<sup>93</sup>.

Pois bem, mirando-se a citação de Lênin, enxergamos a solução do problema sob forma de *dois níveis de transição entrelaçados*, sendo eles:

- a) o de primeira ordem: seguindo um caminho de transição da economia natural e da pequena produção mercantil no rumo do capitalismo de Estado (pequenas e grandes empresas privadas), o que significa também, de um lado, a liberação de mão de obra para a economia de mercado (pequena produção ou setor capitalista de Estado) e a transformação da pequena produção mercantil em indústria, dependendo do nível de desenvolvimento tanto das forças produtivas quanto do alcance da economia de mercado. É nesse sentido, replicando, que em Lênin o processo de desenvolvimento na periferia pode ser medido pela quantidade de pessoas que adentram a economia de mercado, o que também significa entrada no mercado consumidor e, em última instância, entrada na produção socializada;
- b) o de segunda ordem, diretamente relacionado à transformação da indústria capitalista em socialista. Trata-se de algo mais complexo, pois implica não somente aspectos econômicos como também problemas de ordem política, sendo sua principal variável a chamada “correlação de forças” interna e externa.

No desenrolar dessa relação entre estatal e privado no socialismo, ou central ou periférico, guarda grande papel a economia de mercado como mediadora entre as diferentes formações econômico-sociais em contato permanente, dependendo do grau e dinâmica do processo de desenvolvimento gestado pelo crescimento econômico. Desta feita, fica posto mais uma tarefa da economia de mercado em formações em constante “unidade e luta”. O enfraquecimento da economia privada em relação à estatal, encetando um longo *processo histórico* de transição, pode ser vista de algumas maneiras. Pode se dar pela via da expropriação propriamente dita, sendo neste caso também interessante associar essa possibilidade com a variável correlação de forças.

---

<sup>93</sup> Uma síntese competente da evolução do conceito de capitalismo de Estado no pensamento marxista pode ser encontrado em: FERNANDES, L. *O Enigma do Socialismo Real – Um balanço crítico das principais teorias marxistas e ocidentais*. Mauad, 2000, p. 117-120.

Outra forma, mais tranquila – no que cerne à ação das leis econômicas – reside no papel estratégico da concorrência entre essas duas formas de transição.

Falando em concorrência entre os setores privados e socialistas como forma – na gestação da nova sociedade – de fortalecer a produção socializada julgamos necessário, como parte da discussão em tela, trazer a tona pelo menos dois pontos de um total de doze como forma resposta à questão levantada por Engels acerca dos caminhos a serem tomados pela revolução socialista. Seguem abaixo os dois primeiros pontos<sup>94</sup>:

- a) limitação da propriedade privada mediante impostos progressivos, fortes impostos sobre as heranças, supressão dos direitos hereditários em linha colateral (irmãos, sobrinhos etc), empréstimos obrigatórios etc;
- b) expropriação gradual dos proprietários fundiários, fabricantes, proprietários de ferrovias e armadores navais, em parte mediante a concorrência das indústrias do Estado, em parte diretamente, mediante indenização em hipotecas.

Em outro momento, ao ser questionado sobre a possibilidade de eliminar a propriedade privada “de um só golpe”, o mesmo Engels expôs<sup>95</sup>:

Não, do mesmo modo que as forças produtivas existentes não podem ser multiplicadas de um só golpe na medida necessária para a instituição da comunidade dos bens. A revolução do proletariado, que com toda a probabilidade está para se produzir, só poderá, portanto transformar gradualmente a sociedade atual e só poderá abolir a propriedade privada quando tiver criado a massa de meios de produção necessária para isso.

Seguindo semelhante linha de raciocínio, Lênin discorre sobre o papel da propriedade privada no socialismo da seguinte forma<sup>96</sup>:

Isto pode parecer um paradoxo: o capitalismo privado no papel de auxiliar do socialismo?

Não se trata de nenhum paradoxo, mas de um fato econômico absolutamente incontestável. Tratando-se de um país de pequenos camponeses, com os transportes

---

<sup>94</sup> ENGELS, F.: “The Principles of Communism”. In MARX, K. & ENGELS, F.: *Selected Works*. Progress Publishers. Moscow. 1969. Vol. 1, p. 91.

<sup>95</sup> Idem, pág. 89.

<sup>96</sup> LENIN, V. Sobre o Imposto em Espécie (O significado da nova política e as suas condições). In Lênin, V. *Obras Escolhidas*. Editora Alfa-Ômega. São Paulo. 2004. Vol. 3. pág. 511.

particularmente arruinados, que está a sair da guerra e do bloqueio e que é dirigido politicamente pelo proletariado, que tem em suas mãos os transportes e a grande indústria, destas premissas decorre de modo absolutamente inevitável, primeiro, que a circulação local de mercadorias tem neste momento uma importância primordial, e, em segundo lugar, que o capitalismo privado (sem falar já do capitalismo de Estado) pode ser utilizado para ajudar o socialismo.

É evidente que a existência de um setor privado numa economia socialista traz em seu bojo focos de contradições a serem solucionadas ou minimamente administradas. Sabendo-se que o poder é a questão central à solução do problema, é factível que este mesmo poder imponha regras à participação do setor privado.

Oskar Lange, ao dissertar sobre a questão da transição, sugere três condições necessárias à participação privada<sup>97</sup>:

- a) tal propriedade deve existir e coexistir num ambiente de livre competição;
- b) os meios de produção possuídos por um produtor privado (ou o capital possuído por acionista privado de indústrias socializadas) não devem ter um volume tão grande que possa causar uma considerável desigualdade na distribuição de renda;
- c) a produção em pequena escala não deve ser, em longo prazo, tão custosa quanto a produção em grande escala.

Uma transição de tal magnitude, e que propõe a edificação de uma sociedade livre da exploração do homem pelo próprio homem, chama para si a utilização de mecanismos e de mediação entre a superestrutura e a base econômica viabilizadoras de saltos quantitativos e qualitativos nas forças produtivas materiais e sociais. Eis que urge a utilização em diferentes escalas do ferramental do planejamento, fazendo possível surgir no horizonte a superação da anarquia da produção, conforme já colocado no capítulo 1.

---

<sup>97</sup> LANGE, O.: *On the Economic Theory of Socialism*. University of Minnesota. 1938, p. 134.

## 4.2 O PLANEJAMENTO, O MERCADO, O ESTADO E A MEDIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

Até aqui tentamos explorar ao máximo a temática “mercado”, o que pode passar a impressão de um tema – deste trabalho – recorrente e repetitivo. Mas não é, pois ao nos apropriarmos desta categoria, como precaução, é mister trabalhá-la sob seus mais amplos aspectos: como categoria historicamente determinada, ou seja, como síntese da transição da economia doméstica em economia de troca; como o local onde a oferta e a procura se encontram, sendo mediadora de preços determinados pela escassez; como uma categoria comum na transição do escravismo ao feudalismo, realizando-se no socialismo e encerrando suas possibilidades na transição ao comunismo.

### *4.2.1 A dialética do desenvolvimento e as relações entre mercado e planejamento*

No socialismo, o mercado passa a ter caráter objetivo e ferramental necessário na medida em que ainda é preponderante uma racional alocação de recursos e onde a maximização da eficiência, ao mesmo tempo em que tem serventia ao pleno desenvolvimento das forças produtivas, é também nodal ao enriquecimento comum. Assim sendo, esse processo histórico pode desembocar na demonstração – na economia, pela via do aumento da produtividade do trabalho – da superioridade do socialismo ante o capitalismo. No socialismo, sendo uma transição – também – de uma forma inconsciente de construção societal para outra, onde se estancam as consequências das ações espontâneas das leis econômicas e se utiliza o prévio conhecimento das formas objetivas de manifestações das ditas leis, o mercado passa a atuar em concomitância com o planejamento. Pode-se dialetizar, resumindo-se a economia de uma formação de transição do capitalismo ao socialismo como uma **economia de mercado centralmente planificada**.

No caso específico, já hipotetizando o papel do mercado em âmbito nacional, em uma *formação social complexa*, em que a troca entre campo e cidade e mesmo entre campo e campo é nodal ao desenvolvimento pleno das forças produtivas e ponto comum por onde se relacionam

mutuamente as diversas formações econômico-sociais presentes, eis uma relação em que se desenvolverá sob a égide de uma superestrutura que enceta a superação do próprio mercado, as plenas condições de, num primeiro momento, ao utilizar os meios adensadores do que se convencionou chamar de “mercado interno”, gerir uma divisão social do trabalho e dialeticamente calcando as condições à superação da própria divisão social do trabalho.

Dizemos e definimos a economia da transição de uma economia agrária a outra de tipo superior, sob formas de capitalismo de Estado a caminho do socialismo, como uma *economia de mercado centralmente planificada*, no sentido de conjugação do papel do mercado em transição a uma forma superior de regulação, o planejamento. Essa combinação pode ser constatada, para o caso chinês, sob algumas formas onde, de um lado, o mercado é o ator principal e, de outro, é o planejamento.

Por exemplo, quando se fala em adensamento de uma divisão social do trabalho em termos de combinação, no conjunto, é possível perceber a lógica do mercado agindo sob o processo de causa e efeito da expansão privada e comercial *no âmbito da localidade* ou mesmo província no fomento a empresas de pequeno e médio porte de caráter privado, capazes de absorver grandes contingentes de mão de obra sob o suporte (eis um dos pontos de combinação) de um sistema financeiro estatal pronto para o apoio a essas formas de empreendimento amplamente baseados em leis mercantis. Como exemplo, aprofundando-se, toma-se o advento das reformas econômicas no campo chinês com a transição de uma economia centralmente planificada para outra regida pelo mercado. Trata-se de uma meia verdade, afinal transitou-se de uma economia onde o poder do consumidor estava atrelado a um planejamento central ocupado em gerir o número de um determinado produto produzido numa província a “x” quilômetros de Pequim para outra forma onde o mercado determinaria o que seria produzido. Porém, pouco se percebe que esse papel do mercado é definido *regionalmente*, no sentido de que:

- a) tais iniciativas locais são sementes de formação de mercados regionais que, ao se interligarem nacionalmente, trarão consequências na formação de uma divisão social do trabalho e de um grande mercado nacional, como a base material do Estado socialista;
- b) na medida em que fomentam uma classe de empreendedores, essas iniciativas locais fomentam também capacidade de abertura de novos campos de acumulação no país,



dando margem à ampliação do emprego e da renda, amainando e contribuindo – dessa forma – com a elevação do poderio nacional e a estabilidade social em um mundo ainda hegemônico pelas ideias e modo de vida irradiados pelo imperialismo altamente hostil a diferentes formas de projeção nacional e, principalmente, ao socialismo;

- c) o mercado e a iniciativa cumprem papel de proa no processo de abastecimento de gêneros de vários tipos, papel esse que se cumpre pela interação privada em nichos de mercado deixados pela presença estatal; presença estatal essa cada vez mais restrita (na fase primária do socialismo) aos ditos setores estratégicos da condução da economia e da sociedade;
- d) como se percebe, a introdução da economia de mercado traz em seu bojo a iniciativa privada que, por sua vez, numa lógica de “transição ideal” mediada pela concorrência entre estatal e privado, com gradual suplantação do privado pelo estatal, torna válido situar essa relação de cooperação/concorrência nos marcos da crescente absorção de técnicas de gerenciamento e produção embutidos no setor privado (nacional e/ou estrangeiro) pelo setor estatal, que na ponta do processo sintetiza processos de adensamento produtivo e maior poder do – neste caso – Estado chinês na condução dos mais variados assuntos<sup>98</sup>.

#### ***4.2.1.1 Níveis de planejamento***

Se existe, nem sempre correta, uma quase relação entre setor privado e economia de mercado, o mesmo fato pode-se auferir da relação entre economia estatal e planejamento. Planejamento este que, para muitos, repetindo-se, foi proscrito com as reformas de 1978, opinião que não resiste à própria prova da história. Como exemplo, é muito raro relacionar as lutas de libertação nacional como expressão do desejo de se desenvolver. Mais raro ainda é surgirem

---

<sup>98</sup> Um exemplo do desenrolar dessa relação, mediada pelo mercado, entre os setores estatais, está na visita que fizemos à fábrica de alimentos Fulin. A Fábrica Fulin é uma *joint venture* entre capitais chineses, de Hong-Kong (Noble Group), e investimentos individuais provindos de chineses étnicos de Singapura. Com apenas cinco anos de existência, a empresa já tem um porto próprio em Nanjing e alcança um faturamento de US\$ 11,6 bilhões. Na palestra oferecida por executivos da empresa, destacou-se a presente concorrência interna com estatais do mesmo setor de atividade, como dínamo para a busca de uma constante modernização nos dois setores.

relações que mesclam esses níveis (libertação nacional, socialismo e desenvolvimento) com o próprio desejo de planejar esse desenvolvimento. O preconceito é muito comum por se relacionar o ferramental do planejamento com esquemas soviéticos de “economia de comando”. Além de não-dialético, essa falsa relação esconde que, assim como existe mercado no socialismo, o próprio planejamento vai se transformando em *necessidade* de um modo de produção cujas crises demonstram os limites da anarquia da produção e do próprio comércio internacional. Se subtraírmos a necessidade da programação econômica para a própria sobrevivência, poderemos nos ver perguntando qual seria o sentido, dessa forma, da obra de Keynes e Schumpeter.

Essa relação entre planejamento e Estado insere-se na lógica da “construção consciente da sociedade” por um lado. Afinal, não existe desenvolvimento fora dos marcos da ação estatal, pois, se a ilusão do *laissez-faire* baseia-se numa escalada de desenvolvimento onde a ação individual tinha guarida em relações propícias entre homem e natureza, não é ilusório supor que o desenvolvimento contínuo (desenvolvimento da técnica, por exemplo) e que dará contornos à divisão social do trabalho vai depender, em medida cada vez maior, do apoio estatal a empreendimentos privados. Abrindo parêntese, pode ser polêmico, mas assim se procede no capitalismo e também no socialismo ungido em sociedade agrárias e onde a produção agrícola ainda está pulverizada em milhares de pequenos agricultores. Aí está, a nosso ver, os limites históricos do *laissez-faire* em fronteira com a necessidade do Estado e do planejamento econômico. Observando-se diferentes processos históricos sob a ótica do planejamento como indispensável instrumento de apoio ao desenvolvimento é que poderemos compreender o porquê de as tarefas históricas encetadas na Revolução Inglesa de 1640 e da Revolução Francesa de 1789 terem sido somente introjetadas na Rússia a partir de 1917, na China em 1949 e no Brasil com a Revolução de 1930. Em todos os três casos, em questão de décadas, percorreu-se uma distância histórica que a Europa demorou cerca de 400 anos, o caminho histórico correspondente à distância entre as Idades Média e Contemporânea.

Por outro lado, relacionando-se essa dinâmica da divisão social do trabalho e o planejamento estatal, para este último a maximização das possibilidades da divisão social do trabalho somente é possível pela planificação e viabilização de formas de – por exemplo – levar produtos agrícolas produzidos em algum lugar remoto do interior chinês ao mercado consumidor de Pequim, assim como levar o gás natural extraído da Região Autônoma do Xinjiang ao imenso mercado consumidor de Xangai. O planejamento estatal permite a implantação de infraestruturas

que realizem o processo de circulação interno, na ponta do processo, resultando na gradual formação de um imenso mercado nacional que se desenvolve nos marcos de uma planificação centralizada. Outro exemplo que está em ligação com esta constatação é o próprio papel do planejamento na elaboração de medidas estatísticas que dotam o Estado chinês das condições de empreender investimentos, incentivos e afins na medida exata das necessidades de índices de crescimento capazes de dar vazão à criação de 13 milhões de empregos anuais necessários para a reprodução social da nação. Assim, sabe-se exatamente o quanto deverá crescer o país nos próximos anos e decênios, com a dimensão dos recursos financeiros para tal, incluindo nisso a quantidade de créditos e/ou políticas de incentivo de ordem tributária capazes de dar cabo de mais e melhores empreendimentos privados e locais.

Porém, a análise do fator planejamento não pode se dar de forma estrita e estática. O planejamento pode ser analisado sob vários ângulos e ordens da mesma forma que o mercado. Por exemplo, as formas de planejamento variam de acordo com o nível de desenvolvimento das forças produtivas e dos próprios desafios impostos pela conjuntura.

Em alguma altura do trabalho, colocamos que a China já se encontra em condições de lançar mão de novas e superiores formas de planejamento. O que isso quer dizer para nós? Queremos dar a entender que, na medida em que a China se transforma numa potência financeira e que seus problemas passam pela alocação de grandiosas somas de recursos, o país está em condições de lançar mão de formas superiores de alocação não mercantil de recursos. Historicizando, estamos tentando dizer que num determinado momento o planejamento se daria pela simples socialização e coletivização completa dos meios de produção, processo esse condizente com um determinado nível de desenvolvimento das forças produtivas e da necessidade de transferência de recursos do campo para a cidade suficiente para tocar projetos, por exemplo, de indústria pesada. Enfim, o planejamento voltado para a alocação direcionada de recursos para determinada área específica.

Na atualidade, o planejamento em nível superior consiste numa ampla visão dos problemas internos e externos, da transformação da problemática da ciência e tecnologia não mais como expressão da cópia deste ou daquele produto ou mecanismo de produção, mas principalmente da capacidade financeira do Estado em, aproveitando-se de conjunturas recessivas, comprar pacotes fechados de tecnologia nova e até novíssima. É não somente planejar o comércio exterior pela entrada e saída de recursos e produtos como também dar cabo de

processos de colocação de conglomerados estatais e privados no jogo da grande concorrência internacional, que na ponta do processo significa a própria concorrência entre capitalismo e socialismo. Enfim, planejar para o enfrentamento da formação de uma economia nacional e continental unificada para meados do presente século e para o enfrentamento internacional em um mundo caracterizado pela superlativação do capital financeiro.

#### ***4.2.1.2 Atributos do “modelo chinês”***

O próximo passo do trabalho será o de identificar tanto os atores sociais envolvidos quanto identificar as diferentes formações econômico-sociais que interagem no país e cuja feição e síntese dessa interação poderão nos qualificar exatamente a forma como o “desenvolvimentismo chinês com características socialistas” se dá concretamente. Na verdade, muitos têm essa resposta, seja por fórmulas ligando formação de mercado interno mais “modelo exportador” ou mesmo sugerindo variáveis como preço do solo e da mão de obra como fatores de primeira ordem. Tudo isto tem valor, mas temos certeza que não são capazes de explicar o processo em curso, como expressão de determinado processo histórico que conjuga pontos de encontro de diferentes níveis de desenvolvimento no país e da utilização de instrumentos não coetâneos, como o planejamento e o mercado, denunciando inclusive essa formação social complexa chamada China. Resumindo, o país é, utilizando a genial elaboração de Ignacio Rangel, expressão de contemporaneidades não coetâneas. É esta a visão inicial que devemos ter do processo em tela.

Mesmo nós aqui, neste trabalho, temos utilizado o termo “modelo”, seja para tratar o socialismo com características chinesas, seja para tratar o desenvolvimento chinês. Sempre entre aspas, claro, pois não é novidade a aplicação deste termo sem a devida noção de cientificidade das leis da economia, da sociedade, da natureza e da própria ciência. Seria como atribuir ao processo chinês a algo como “ao deus dará”, tornando-se ininteligível qualquer minúcia maior da análise do fenômeno concreto e abstrato.

Como se percebe ao longo dos dois primeiros capítulos do trabalho, o “modelo chinês” é algo que deve ser buscado e analisado na história. Ao lado disso, é mister salientar o próprio

desenvolvimento como algo baseado em leis e o próprio desenvolvimentismo como expressão política e ideológica da plena utilização das leis econômicas em propósito do desenvolvimento. Já desenvolvimentismo de tipo socialista pode ser visto e definido como a aplicação de processos desenvolvimentistas anteriores – e com relativo sucesso em países capitalistas – para uma formação social hegemônica por uma força política que inicia, como objetivo estratégico, a consecução do socialismo e do comunismo.

Visto que, com certa demasia, já apontamos caracteres históricos suficientes capazes de auferir uma elaboração mais profunda sobre esse modelo e que estamos a apontar atores e formas do processo, faz-se importante neste momento demonstrar outra gama de caracteres sobremaneira importantes para o objetivo do trabalho.

O principal atributo do “modelo” chinês encontra-se em sua perifericidade. Sem dúvida, existem perifericidades e perifericidades, mas o fato é que países como a China, o Brasil, Rússia e a Índia – os chamados BRIC – guardam uma perifericidade diferente; uma perifericidade industrial, com certa autonomia, inclusive de financiamento e tecnologia em algumas áreas. Porém, o principal é saber que a condição de país periférico deve ser utilizada para compreender que a China, neste caso, desenvolve-se gravitando em torno de um centro de capitalismo do sistema. Abrindo parêntese, por mais que a China esteja prestes a se converter em outro pólo gravitacional, ainda guarda certa dependência de mercados como o norte-americano e o europeu. Retornando, o mais importante é sublinhar que a China é uma formação que se desenvolve pela absorção da cultura e ciência produzidas no centro dinâmico capitalista e a importação desta cultura e desta ciência produzida externamente é uma face clara do desenvolvimentismo chinês com características socialistas, além, é claro, da formação de superávits comerciais com o centro como forma de mediar políticas econômicas condizentes com as necessidades materiais do país. Logo, a variável comércio exterior ganha ordem primária na análise.

Ou seja, perceber essa diferente perifericidade e as potencialidades desta, pela via do comércio exterior, é o primeiro atributo que destacamos do “modelo chinês”. O segundo mas não menos importante atributo é a dimensão quase inelástica de seu mercado interno; não somente desse mercado, mas da própria extensão de sua população camponesa, jogando peso no fator mão de obra e na própria duração e necessidade de crescimento econômico variante entre 8% e 10% ao ano, conjugando num mesmo país crescimento qualitativo (com maior adensamento tecnológico) e

quantitativo (com a entrada anual de milhares de pessoas na chamada economia de mercado). Daí a importância das observações de Lênin sobre o desenvolvimento em sociedades agrárias.

A grandeza destes dois atributos faz com que a China tenha a especial, e quase única, capacidade de inverter papéis mediante dada conjuntura. Podemos colocar o mercado interno e o comércio exterior sob a forma de um círculo moldado por um compasso: dependendo da conjuntura, o compasso pode girar ora em direção ao mercado interno, ora ao mercado externo. Isso não exclui a lógica dialética do processo de desenvolvimento, segundo a qual o próprio mercado externo tem grande papel para a formação do próprio mercado interno chinês.

Eis, a princípio, alguns atributos salientes do “modelo chinês” que ganhará maiores detalhes no decorrer de nosso trabalho.

#### ***4.2.2 O desenvolvimento, as diferentes formações econômico-sociais e os setores constitutivos e mediadores do processo***

Até aqui, é bastante clara a utilização, por nós, da noção smithiana de divisão social do trabalho e do desenvolvimento como expressão de sua conformação conjuntural e histórica. Sabe-se que o processo de desenvolvimento também é marcado pela liberação da mão de obra para a indústria. Logo, para ter uma noção próxima da exatidão acerca do processo de desenvolvimento na China faz-se urgente termos consciência, como Lênin fizera em seu tempo, das diferentes formações econômico-sociais que se relacionam no processo. Assim, certamente estaremos capacitados tanto para melhor auferir o alcance do desenvolvimento chinês quanto para termos com clareza em que tempo está se dando a transição de uma economia agrária para outra industrializada e socializada.

\*\*\*

Uma das características deste nosso trabalho é o de expor que a China é uma formação social complexa, ou seja, uma formação social síntese da interação de distintas formações econômico-sociais. Mais acima, lançamos mão da constatação de Ignacio Rangel, no caso

brasileiro, das contemporaneidades não coetâneas. Logo, o ponto de partida deve ser claro com relação à China e seu desenvolvimento: como um processo de interação de diferentes distâncias históricas em curtas distâncias espaço/territoriais. Viajar pela China é como viajar no tempo, através de diferentes “idades”, desde a Idade Média até os tempos contemporâneos. Como exemplo, já estivemos presentes – em nossas viagens pela China – tanto em escritórios de empresas estatais como a Baosteel quanto em aldeias camponesas que transitam entre a produção natural e a subsistência à pequena produção mercantil. Estivemos diante tanto dos arranha-céus da Zona Econômica Especial de Pudong em Xangai quanto diante de beduínos no deserto de Gobi. Resumindo, da mesma forma que diferentes formações naturais seguem os estímulos de diferentes latitudes, na China convivem formas moderníssimas de produção com o arado típico do século XVII. Ou se percebe o desenvolvimento chinês dentro da dinâmica de interação dessas diferentes formações ou estaremos condenados ao simplismo dos números.

Assim, é prudente passarmos à vista as diferentes formações econômico-sociais e os diferentes setores da economia chinesa como se segue. Em primeiro plano, as formações econômico-sociais:

- a) a **economia natural de subsistência**: cerca de 80 milhões de chineses, sendo a maioria composta de minorias étnicas, ainda estão nos limiares dessa forma de produção;
- b) a **pequena produção mercantil**: caracterizada pela produção agrícola, volta-se para o mercado, principalmente as cidades médias, mas é também crescentemente praticada na periferia de grandes cidades como Pequim e Xangai. Estima-se que cerca de 400 milhões de chineses ocupam-se nesse tipo de atividade, sendo que grande parte em transição à produção cooperativada;
- c) a **indústria rural privada e/ou coletiva**: trata-se da grande novidade do processo recente chinês sob a forma das já citadas Empresas de Cantão e Povoado, ocupadas na acoplação de nichos de mercado deixados pela grande indústria estatal e privada na China e com grande participação na estratégia chinesa de ocupação de espaços no mercado internacional. Nessas empresas, produzem-se desde quinquilharias e têxteis até automóveis e helicópteros militares. Trata-se da essência da chamada urbanização rural chinesa. Pode-se discutir se as ECPs constituem-se por si uma formação

econômico-social, mas não se pode questionar seu papel de proa no processo em curso na China;

- d) o **capitalismo privado**: encerrado em pequenas, médias e grandes empresas chinesas e estrangeiras, em regime ou não de joint ventures, presentes no país com grande importância na estratégia chinesa tanto de assimilação de novas e novíssimas tecnologias, de modernas formas de gerenciamento, quanto de assimiladora de mão de obra e reservas internacionais. Vale colocar também a predominância integral sobre o setor de serviços, o que explica em grande parte a crescente presença privada no total do PIB;
- e) o **capitalismo de Estado**: conformado nas relações de dependência do capital privado com as políticas executadas pelo governo chinês; e
- f) o **socialismo**: hegemônico em todos os setores com alto grau de monopólio, como o de siderurgia, transportes, energia e comunicações. Além, evidentemente, da propriedade sobre o solo urbano e rural. Seu papel hegemônico não deve ser medido por sua composição no PIB e sim sobre as indústrias cujo monopólio privado poderia acarretar em ampla margem de manobra para formas anárquicas de produção. Acrescentemos a essa formação econômico-social o sistema financeiro como seu cerne.

O processo de desenvolvimento dá-se e é perceptível na própria dinâmica intrínseca a cada formação. Por exemplo, podemos perceber a velocidade do processo de desenvolvimento a partir de processos como o do aumento do setor de serviços na participação da riqueza nacional e do crescente papel que vem sendo cumprido pela formação de grandes conglomerados estatais, e mesmo na centralidade do sistema de intermediação financeira a partir da ação de instituições bancárias. Porém, o desenvolvimento não é algo que se dá como um fim em si mesmo, muito pelo contrário; ele ocorre sob impulsos que por sua vez servem para pressionar, por exemplo, pela proscrição de formações como o da economia natural pela sucção de mão de obra para a economia de mercado. Num primeiro momento, conforme Lênin, a essência do processo de desenvolvimento está no fortalecimento da economia de mercado (e conseqüente elevação da produtividade do trabalho). Já num segundo momento, acrescentamos, a essência do processo se



dá pelo aumento do poderio das empresas, sejam elas estatais ou privadas, já sob forte influência do setor financeiro.

Desta forma, na atual quadra de desenvolvimento na China, alguns setores mediadores da dinâmica entre as citadas formações econômico-sociais devem ser listados, pois é a partir do poder objetivo de ação direta sob realidade, dos setores abaixo listados, é que é permeado o processo chinês<sup>99</sup>:

- a) a **economia natural** em franco processo de decomposição;
- b) a **economia de mercado**, onde convivem e competem entre si a economia privada de variado tamanho, desde a pequena produção mercantil até a produção de escala capitalista. Porém, em comparação com economias de mercados essencialmente capitalistas, neste mercado predomina a grande propriedade estatal, que por sua vez pode ser considerada como a peça fundamental do sistema;
- c) o **comércio exterior**, onde predominam relações de novo tipo em relação ao comércio externo capitalista. Apesar de a China atuar – por intermédio de seu comércio externo – em um campo de domínio capitalista, a competência de seu planejado contato com o exterior demonstra que o socialismo, ao mesmo tempo em que disputa com o capitalismo, tornou-se também algo já afirmado com inegável sucesso.

É importante estabelecer as diferenças entre uma análise baseada na dinâmica das diferentes formações econômico-sociais de uma formação social e a pura análise intersetorial da economia. No primeiro caso, o objetivo é o de mensurar a situação dos já chamados diferentes níveis de transições: aquele visualizada entre a pequena produção mercantil e o capitalismo de Estado; e aquele entre este último e o socialismo. Já a análise intersetorial remete diretamente ao processo de conformação de uma divisão social do trabalho a partir do fortalecimento da economia de mercado pela decomposição da economia natural, conferindo assim certo grau de uniformidade ao setor da economia natural, passando-se da economia de mercado propriamente dita ao comércio exterior planejado sob a égide da economia de mercado socialista.

---

<sup>99</sup> Esquema elaborado e amplamente baseado nas ideias de Ignacio Rangel sobre o desenvolvimento econômico brasileiro.

Isto se remete também ao problema da mediação institucional. Por exemplo, o problema da conformação de um Estado de Direito socialista e de leis basilares da economia de mercado de novo tipo (socialista) é ancilar ao trânsito mais rápido da economia natural à economia de mercado, ao processo de desenvolvimento do setor privado da economia e à formação de conglomerados estatais livres à concorrência externa e interna.

Por fim, explanando-se rapidamente e novamente sobre o comércio exterior, o processo de desenvolvimento e sua história na China são marcados por uma opção essencialmente política. Esse é um ponto. O outro ponto é o fato de um dos atributos citados acima da economia chinesa residir em sua perifericidade, significando que, dependendo do grau de abertura e/ou liberalização comercial, ela estará mais ou menos sujeita às intempéries inerentes à ação da chamada lei do desenvolvimento desigual e combinado. Portanto, não é nenhuma novidade perceber que o setor da economia em que se deve recair – em primeira estância – o processo de estatização e planificação seja o setor do **comércio exterior**. A condição sine qua non para o desenvolvimento em um país periférico, seja ele socialista ou não, está na necessária institucionalização do comércio exterior, seja pela adoção de uma taxa de câmbio administrada pelo Estado, seja (também) pela promulgação de regulamentos que visam o controle de entrada e saída de capitais. É pela ação estatal direta sob o comércio exterior que se poderá liberar energias para o desenvolvimento das forças produtivas pela via da simples substituição de importações seguida da fusão entre o setor industrial e o sistema bancário, dotando o país de condições financeiras para entrar no mercado internacional de novas e novíssimas tecnologias.

#### ***4.2.2.1 Crescimento econômico, divisão social do trabalho e produtividade***

O crescimento econômico tem relação de causa e consequência com o aumento de produtividade do trabalho. Por sua vez, a dinâmica entre os diferentes setores da economia – e consequentemente da divisão social do trabalho – vê-se diretamente afetada qualitativamente. Dessa forma, como explicar a dinâmica o crescimento econômico da China?

De forma mais geral, o crescimento econômico chinês (e das economias periféricas em geral) obedece a estímulos externos, que por sua vez levam a transformações qualitativas, seja

pela via da transformação da economia natural em pequena produção mercantil ou pela transformação da pequena produção mercantil em indústria. Logo, os impulsos vindos do comércio exterior chinês levam à liberação de recursos da economia natural para a pequena produção mercantil (pequena produção essa cada vez mais voltada ao abastecimento de um mercado nacional em concomitância com os próprios entornos consumidores), que por sua vez acaba liberando energias para sua transformação em indústria ora privada, ora coletiva, como, por exemplo, as chamadas Empresas de Cantão e Povoado (ECPs) e algumas empresas privadas de grande porte como a Hayer, cujos proprietários eram, em 1978, camponeses de médio porte. A dinâmica do crescimento econômico e da divisão social do trabalho, neste caso, não é somente resultado da qualificação da mão de obra e do aumento da intensidade dos meios de produção, mas também expressão do processo de especialização da própria agricultura. Por isso, repetimos, o alargamento da economia de mercado é a base do crescimento econômico.

Partindo desse raciocínio, fica visível que a grande variável estratégica do crescimento chinês está no setor comércio exterior. Mas, se encerrarmos nessa lógica – sem observá-la considerando o processo de desenvolvimento como processos históricos que se encontram e se entrelaçam – podemos prejudicar uma análise mais séria. Em primeiro lugar, porque o crescimento pós-1978 não foi algo que partiu do zero, mas foi algo já baseado na existência de um Departamento 1 na economia. E não somente isso, como também capacidades produtivas instaladas e – de certa forma – espalhadas em diferentes pontos do território, sob o formato de unidades ancilares à grande produção siderúrgica e também base para produção de vestuário e alimentos para as grandes cidades.

Por outro lado, o adensamento técnico e do próprio mercado interno – com o passar do tempo – não pode se suportar na dependência de uma variável e de poucas formas de financiamento (endividamento externo, por exemplo). Chega-se ao ponto em que a própria realização produtiva depende, em grande medida, da fusão da indústria com o banco. Eis que, no próprio processo de desenvolvimento, a variável sistema financeiro passa a ganhar notoriedade e, no caso chinês, vai ganhando tanta importância quanto o setor de comércio exterior.

Assim, o sistema financeiro de tipo socialista passa a ser a base fundamental do funcionamento do sistema, inclusive como resultado da dimensão do comércio externo e da cada vez maior necessidade, como resultante do processo de crescimento, de importar. Torna-se variável estratégica de primeira grandeza.

Aproxima-se o momento, neste trabalho, em que certas opiniões e elaborações devem ganhar consequência teórica e empírica. Inicialmente, procuramos fazer uma aproximação histórica entre o chamado “modelo soviético” e o que se convencionou chamar de “via prussiana” e/ou “revolução pelo alto”. Realizando-se esta comparação, ainda intentamos relacionar as primeiras experiências socialistas, incluindo o período dito maoísta na China, como uma resposta ao binômio nação–desenvolvimento.

Se repararmos de forma menos superficial, poderemos concluir que o exercício da soberania (pela via do modelo soviético ou de vias prussianas de sucesso, como o Brasil) esteve diretamente ligado ao aparelhamento de uma indústria siderúrgica (Departamento 1 da economia) que capacitasse o país a se instrumentalizar com um aparato produtor de máquinas e armas. Enfim, um país sem siderurgia é um país que se pode considerar sem condições plenas de exercer sua soberania política e de tampouco, economicamente, planificar seu desenvolvimento. Afinal, planejamento e desenvolvimento em formações sociais periféricas devem ser tratados como sinônimos, principalmente após a exitosa experiência dos planos quinquenais soviéticos (e chineses) postos à prova primeiramente na Segunda Guerra Mundial, vencida pelo socialismo.

A questão é que o exercício da soberania, assim como o próprio desenvolvimento, também tem sua dinâmica e leis próprias. No século XX, pode-se constatar a necessidade de uma siderurgia como expressão produtiva da soberania nacional e do desenvolvimento; podemos vislumbrar que, ao lado da siderurgia, o aparelhamento de um sistema financeiro passou a ter, na presente quadra marcada pela chamada hipertrofia do sistema financeiro imperialista, principalidade e expressão moderna de soberania nacional. Logo, apontamos que – no âmbito do socialismo – a siderurgia esteve para o “modelo soviético” de industrialização intensiva a mesma importância que o sistema financeiro de tipo socialista tem para, neste caso, o socialismo de mercado chinês.

O sistema financeiro chinês tem demonstrado grandes sinais de seu papel no processo em andamento na China. Pouco se fala sobre o papel também complementar que exerce com o orçamento nacional na consecução de grandes tarefas impostas pela conjuntura do país, interna e externamente.

Não é demais concluir que esse sistema financeiro tornou-se a essência do que chamamos de “via dos produtores”; essência da fusão do Estado Revolucionário fundado em 1949 com o Estado Desenvolvimentista internalizado em 1978.

### 4.3 POUSO NO CONCRETO: SOBRE O FATOR “MÃO DE OBRA BARATA”

Em termos gerais, e generalizantes, discutir sobre o crescimento econômico chinês e suas características sempre remonta em pelo menos dois aspectos. Um deles será discutido mais à frente e se encerra no papel do capital estrangeiro. O outro se relaciona diretamente com o preço da mão de obra. Como neste capítulo tratamos diretamente da questão do desenvolvimento e das sociedades agrárias, convém partir do pressuposto de que sociedades agrárias e em rápido processo de urbanização têm como característica a existência de um grande reservatório de trabalho sob a forma de mão de obra, o que por si só se transforma em grande fator de produção.

Fazendo um necessário “pouso no concreto” em meio a argumentos quase que abstratos sobre o processo de desenvolvimento e dinâmica entre diferentes formações econômico-sociais e setores da economia chinesa, achamos necessário enfrentar, ainda que de forma superficial, o debate acerca da regulação do trabalho naquele país e na “superexploração do trabalho” (ou, para muitos adeptos do senso comum, “trabalho escravo”) como forma de explicar a competitividade dos produtos chineses no exterior e o sucesso de seu tido “modelo exportador”. Argumentamos que, em primeira instância, a discussão não se pode dar somente sob o ângulo da matemática financeira e da economia, mas também nos campos da história e da categoria de formação social e da própria trajetória da construção do socialismo em formações sociais periféricas; e, já sob outro ângulo, a discussão muito menos deve se deter por uma simples questão moral.

#### ***4.3.1 Grande coincidência nos casos da China de hoje e da URSS de ontem***

Do ponto de vista da disputa política e do debate de ideias, é interessante notar que, nas décadas de 1940-50, a utilização de trabalho escravo, não somente dos *gulags*, mas também do campo e da cidade, assentava a base de quase todas as explicações acerca do crescente poder soviético e dos porquês que envolviam o fato de ter surgido, de um país até 1917 pautado por

relações semisservi de produção, outro capaz de derrotar a maior máquina de guerra da história e de se equiparar em variegados campos com a maior potência de então. Assim como se dá hoje em relação à China, dados sobre o trabalho necessário para a construção daquela potência disseminavam-se pelos gabinetes de economistas e espões.

Exceções à parte, a começar pelo notável historiador polonês Isaac Deutscher – a acompanhado pela capacidade de propaganda do movimento comunista internacional – davam conta dos avanços sociais daquele país. Atualmente, se compararmos os editoriais econômicos internacionais ocupados em explicar o sucesso chinês, iremos esbarrar exatamente na mesma explicação acerca da URSS: mão de obra barata, superexploração do trabalho etc.

A grande diferença, como já dito, é que, naquele momento, todo o movimento comunista estava pronto para a defesa dos avanços alcançados pela Revolução de Outubro; hoje, grande parte do citado movimento – pelos mais amplos motivos – amplifica as opiniões acerca da superexploração do trabalho na China em detrimento do processo histórico de construção e desenvolvimento de um projeto nacional que chegou ao poder em 1949<sup>100</sup>. Seriam mais honestas as tentativas de se responder como um país mediado por relações de produção semiescravas pôde retirar 400 milhões de pessoas da linha da pobreza em 25 anos. Bom notar que fenômeno semelhante, de inclusão no mercado consumidor (guardadas suas devidas proporções), não ocorreu nem em meio à escravidão romana e muito menos no Brasil entre os séculos XVI e XVIII.

#### ***4.3.1.1 Centralidade do fator trabalho?***

Pode-se perceber a superficialidade da centralidade do fator mão de obra no processo chinês. Tão superficial quanto “recortar” e “colar” um dado que diz terem 55% das exportações chinesas sido feitas por empresas estrangeiras, quando na verdade este dado, se pesquisado de

---

<sup>100</sup> Bom salientar que a mão de obra média na Índia, em determinados localidades com mais de 10 milhões de habitantes (Bombaim, Madras e periferia de Nova Délhi), é até 70% mais barata que a verificada na China. E para a direita a Índia é um exemplo de crescimento atrelado a um regime democrático. Mas se esquecem de que, enquanto a China saiu de um patamar de 94% de analfabetos em 1949 para menos de 4% hoje, a Índia contava com 89% de analfabetos em 1945, caindo hoje para 35% da população, sem contar que 55% da população indiana é classificada como “analfabeta funcional” segundo dados fornecidos pela ONU. A diferença, a nosso ver, é que a China, aos olhos da literatura e imprensa ocidental, não passa de uma ditadura, enquanto que a Índia, quantitativamente falando, é a maior democracia do mundo.

forma séria, pode ser alterado, pois 51% das ações de 83% das empresas exportadoras são de chineses<sup>101</sup>. Não é correto discorrer somente sobre a participação de empresas estrangeiras; mais próximo da verdade é citar a composição de tais empresas na pauta.

Voltando, diz-se que a mão de obra é um fator para o sucesso chinês. Isso é verdade, um tanto quanto incontestável. Mas acreditar que isso é uma determinação nodal constitui expressão de uma falta de visão de conjunto. Afinal, se todo o problema é a disponibilidade de uma mão de obra tendente a ser barata pela existência de um imenso exército industrial de reserva, seria mais vantajosa a instalação de plantas industriais de matrizes norte-americanas, europeias ou japonesas em países como a Botswana, Guiné-Bissau, Djibouti e até na Nigéria e não na China. Aliás, fora o fator trabalho, os custos de transporte de um país como a Nigéria (dada a proximidade geográfica) para centros de consumo como os EUA e a Europa seriam muito mais baratos do que se partindo da China.

Ora, uma das determinações é a busca de implantação de cadeias produtivas próxima a um mercado de potencial de cerca de um bilhão de consumidores, somente na China. Trata-se de algo que qualquer aluno de primeiro ano de geografia tem conhecimento. E, se elevarmos nossa abstração a outro nível, poderemos perceber que a instalação de fábricas na China é condição objetiva para se alcançar e concorrer pelo consumo de metade da população do mundo encontrada em um mesmo lugar, a Ásia. “Disputar” significa dizer que países como a China têm seu mercado interno cada vez mais preparado para empresas nacionais, dada a incorporação rápida de novas tecnologias de empresas norte-americanas e europeias situadas em seus territórios.

Substanciando o acima escrito, na ótica do senso comum reinante poderia ser classificada como “insanidade” por parte da classe capitalista internacional a escolha de um país para instalar suas fábricas, sendo que esse país tem aumento médio da produtividade de trabalho para os últimos dez anos da ordem de 4,3% ao ano. Porém, com aumento médio de salários (nos mesmos últimos dez anos) de 10,4% nas cidades e de 7,4% no campo<sup>102</sup>. É importante saber que se, com o aumento da produtividade do trabalho na China, não houvesse aumento correspondente nos salários, um grande problema de harmonia das forças produtivas em relação às relações de

---

<sup>101</sup> China Statistical Yearbook 2006.

<sup>102</sup> China Statistical Yearbook para todos os anos.

produção estaria em marcha, colocando em xeque o poder do Partido Comunista da China (PCCCh) da mesma forma que, milenar e ciclicamente, o poder imperial foi chocado com revoltas camponesas.

#### ***4.3.2 A relação entre o socialismo e a taxa de exploração: a questão do financiamento***

A China não é socialista por ter uma mão de obra superexplorada por empresas estrangeiras. Se o problema é esse, deixemos a palavra para ninguém mais ninguém menos que o maior revolucionário de todos os tempos, Vladimir Lênin:

Os EUA e a URSS se complementam – disse ele – A URSS é uma nação decadente com tesouros imensos, na forma de recursos inexplorados. Os EUA podem encontrar aqui matérias-primas e mercado para máquinas e, depois, para produtos manufaturados. Acima de tudo, a URSS necessita da tecnologia e dos métodos americanos, como também de suas máquinas, de seus engenheiros e instrutores.<sup>103</sup>

Lênin fala abertamente em parcerias com empresas estrangeiras para a exploração de “tesouros inimagináveis”. Raciocinemos o preço da mão de obra em um país destruído como a URSS de então. Paremos para pensar e comparemos com a China de hoje e perguntemos: proporcionalmente, seria diferente tal preço?

Retornando, a questão que se coloca é que poucos entendem o socialismo como sendo um modo de produção e que, como modo de produção, guarda todas as características de seu predecessor, o capitalismo, com uma única diferença: a forma de apropriação do excedente econômico<sup>104</sup>. Para quem não sabe, no socialismo continua existindo linhas de produção e também, por mais estranho que pareça, mais-valia.

Partindo-se da premissa acima exposta e observando-se historicamente a empresa que foi a construção do socialismo na URSS e hoje na China, cabe uma questão típica dos economistas: quem financiou a construção de uma indústria de base com capacidade de produzir tanques e aviões capazes de destruir o exército alemão ou mesmo quem financiou as pesquisas que

<sup>103</sup> HAMMER, A. & LYNDON, N.: “Hammer: um capitalista em Moscou”. Best Seller. São Paulo, 1988, págs. 121-130.

<sup>104</sup> A questão sobre o o socialismo ser ou não um modo de produção é cada vez mais uma falsa polêmica. É só observarmos as formas de estrutura produtiva e a divisão social do trabalho nas experiências socialistas passadas e presentes.



culminaram na ida do primeiro ser humano ao espaço? Ou, sobre a China, quem financia um trilhão de dólares de infraestruturas em apenas dez anos, sendo que mais de 80% deste financiamento é totalmente estatal? Ou, ainda, de onde sai o dinheiro para a implantação de sistema de proteção social que só este ano consumirá US\$ 200 bilhões?

De um estudo mais aprofundado acerca da relação entre o socialismo, sua construção e a taxa de exploração<sup>105</sup>, pode-se deduzir que, dada a necessidade de alcançar rapidamente, cada um ao seu tempo, o nível de desenvolvimento dos países capitalistas centrais, tanto a URSS quanto a China caracterizam-se por terem economias onde se pode considerar altíssima a taxa de exploração e também por terem um índice enérgico de formação de capital, afinal de contas, sem concentração de mais-valia carregada para o sistema financeiro, o investimento torna-se simplesmente impossível.

Essa taxa de exploração verificada no socialismo tende a ser de grau mais elevado na medida em que nenhum país socialista dispôs ou dispõe de colônias externas, logo todo o peso de se desenvolver a “passos de cavalo” recaiu ora nos ombros camponeses (no modelo soviético), ora nos trabalhadores urbanos e com um duro preço político a se pagar<sup>106</sup>. Enfim, analisando por essa ótica a “superexploração do trabalho”, tal fator não é privilégio somente da China, mas também da URSS e de qualquer país socialista que queira se desenvolver partindo de atraso absoluto. Não é demais lembrar que a natureza, a sociedade e economia sejam regidos por leis objetivas e espontâneas e fora de alcance de alteração pelo homem. Logo, não existe “fórmula mágica” à construção de uma nova e avançada sociedade.

#### ***4.3.2.1 Superexploração e visão de conjunto***

É de comum acordo que exista uma alta taxa de exploração na China, dadas as circunstâncias históricas, a luta de classes em âmbito mundial e a necessidade de se indigenizar

---

<sup>105</sup> A taxa de exploração é um conceito marxista cujo objetivo é determinar a correlação entre a parte do dividendo nacional que vai para as mãos dos trabalhadores sob a forma de capital variável, e a parte que o empresário (ou Estado socialista) retém como lucro.

<sup>106</sup> Sobre as vicissitudes do modelo soviético de desenvolvimento, um anexo de nosso livro (“China: infra-estruturas e crescimento econômico”. Anita Garibaldi, 2006. 256 p.) é dedicado a esse tema.

tecnologias concentradas no exterior, pois sem tecnologia é impossível superar o estágio da exploração do trabalho (não da exploração do homem pelo homem). Porém, daí a argumentar que o trabalhador chinês seja ultraexplorado constitui uma distância considerável, pois nesse cálculo devem ser auferidas as múltiplas determinações que envolvem a produção e o consumo de mercadorias, entre elas a capacidade de consumo que seu salário permite, as escalas de produção, a quantidade de crédito à disposição para consumo das massas populares e também a consideração de que a lei do valor pode ser universal, embora sua aplicação deva levar em conta as vicissitudes da formação social. Exemplo disso é o fato de se calcular o PIB em concordância com o poder de compra da população; o PIB chinês fica somente atrás do PIB norte-americano, afinal um dólar na China não é mesma coisa de um dólar nos EUA ou na Europa ocidental.

A análise pormenorizada de todas as determinações elencadas acima e outras não incluídas em comparação com outros países em tempos históricos diferentes não oferece margem de manobra para afirmar que o trabalhador chinês seja ultraexplorado.

Uma consideração histórica pode se remeter à já citada relação entre quebra de *status quo* e milenares revoltas camponesas na China. Caso a China seja realmente um “campo de trabalho quase forçado”, em que as multinacionais extraem até a última gota de sangue do trabalhador, é estranho não haver grandes reações a isto, inclusive de contestação do poder do PCCh. As recentes revoltas em curso na China são muito mais relacionadas com problemas do próprio desenvolvimento, como a contaminação de mananciais e infraestruturas ocupando áreas de plantio, do que com “excesso de trabalho mal pago” em si. Dessa forma, é bom nos perguntarmos se o trabalhador médio chinês vive melhor ou pior hoje do que há 30 anos.

Em nossa primeira visita à China, em 2004, pudemos visitar pelo menos 30 residências de trabalhadores da indústria, tanto estatal como privada, e em todas as casas pude observar equipamentos como geladeira, televisão, liquidificador, DVD, ventilador, máquina de costura etc. E, dada uma taxa de juros atraente ao crédito, fruto de uma política de acúmulo de reservas cambiais, todo trabalhador industrial na China pode adquirir sua casa própria, via crédito estatal, utilizando somente 4,7% de seu salário<sup>107</sup>. Nesse aspecto, segundo o professor Armen Mamigonian em inúmeros relatos de sua viagem tanto à URSS (1984) quanto à China (1984 e 1999), dá-se conta de um incentivo maior ao consumo na China em comparação à URSS, onde

---

<sup>107</sup> “The Bank of China Journal”. Number 677, 08-15 April, 2004.

saltos de qualidade no nível de vida de um trabalhador eram praticamente “segurados” pelos dirigentes do país.

Retornando, dois em cada cinco operários fabris chineses fazem uma viagem de trem de pelo menos 500 km durante uma das chamadas “semanas de ouro”. Aqui no Brasil, qual a possibilidade de um trabalhador residente na Grande São Paulo levar sua família para um passeio de fim de ano às praias da Baixada Santista, distante 70 km da capital?

#### 4.4 CONCLUSÕES DA PARTE 3

É muito claro que um dos objetivos deste trabalho é o de desbravar caminhos teóricos diferentes do habitual para explicar de forma mais convincente o teor exato do processo de transição socialista em conluio com o projeto nacional, de mais largo alcance, chinês.

Para nós, o alcance de um objetivo dessa monta demanda explica, por si só, o grande papel que temos guardado para a ciência histórica e para uma teoria justa capaz de contemplar tal alvo. Neste capítulo, intentamos trazer à tona uma teoria capaz de dar cabo de explicar tanto o processo de transição ao socialismo numa escala nacional complexa quanto compreender o desenvolvimento chinês por meio da interação de diferentes setores ou strata da economia nacional.

Porém, em primeiro plano vale expor as conclusões acerca do que significa o processo de desenvolvimento em economias agrárias. Para isso, resgatamos as colaborações de dois autores muito presentes em nosso pensamento e ação intelectual. Referimo-nos a Vladimir Lênin e Ignacio Rangel. Sob o lastro desses dois pensadores lapidares, algumas conclusões podem ser expostas, entre elas:

- a) o desenvolvimento em sociedades complexas e caracterizadas por uma pulverização da agricultura em pequenos produtores é o processo onde sua velocidade é determinada pelo saída de pessoas da economia natural à economia de mercado. Enfim, o aumento de musculatura da economia de mercado é a essência do desenvolvimento periférico;
- b) acrescentamos ao colocado acima que, após um certo período de desenvolvimento, a essência do desenvolvimento passa a ser a transformação da pequena produção

mercantil em indústria e, no caso da China, além desse processo, salientamos que a formação de conglomerados estatais prontos para o enfrentamento da concorrência internacional (no mesmo estilo dos chaebols coreanos e zaibatzus japoneses) também ganha relevo como uma situação concreta e característica de determinado estágio de desenvolvimento;

- c) o sistema financeiro de novo tipo, na China, tornou-se a essência da “via dos produtores” sob a égide de um projeto socialista com características chinesas.

Assim, pode-se concluir que o desenvolvimento chinês, num primeiro momento, dá-se sob o compasso do comércio externo. O comércio externo, nesse caso, pode ser compreendido sob pelo menos um ângulo que, para nós, guarda certo sentido: o principal atributo geral do “modelo chinês” está em sua condição ainda periférica, onde o atraso é grande atributo explicativo de seu dinamismo. Logo, e apesar de não termos conhecimento de nenhum texto dos clássicos que corrobore a centralidade da estatização do comércio exterior sob o socialismo (apesar da grande importância que Lênin atribuía a este caractere), ousamos afirmar – dada a ação constrangedora da lei do desenvolvimento desigual e combinado sobre projetos desenvolvimentistas de caráter periférico – que a primeira ação de qualquer governo que inicia o socialismo (ou mesmo projetos nacionais autônomos) deve ser o de estatizar/institucionalizar o comércio exterior. Essa ação é parte de um todo que envolve a institucionalização da reserva de mercado para empresas nacionais. É no campo das relações externas de produção que se dá o embate entre imperialismo x projetos nacionais autônomos e/ou de caráter socialista. Afinal o aspecto principal da contradição principal do mundo de hoje encerra-se nos díspares interesses do imperialismo ante projetos nacionais autônomos, principalmente aqueles que guardam objetivos estratégicos de cunho socializante. Obviamente a estatização da taxa de câmbio guarda centralidade nesse processo, como demonstramos anteriormente.

Acerca do processo de transição ao socialismo em formações sociais complexas, sociedades onde convivem formas díspares de produção e diferentes tempos históricos, pode-se concluir que:

- a) o socialismo não é um modelo ideal de sociedade perfeita e lúdica, e sim uma necessidade histórica diante dos limites criados pelo próprio capitalismo. Tudo tem

seu prazo de validade vaticinado pela história e pela contradição entre desenvolvimento das forças produtivas e as novas e necessárias formas de relações de produção. O socialismo é a superação do capitalismo e não sua negação simples. Logo, tendo em vista as leis econômicas do desenvolvimento e suas peculiaridades em sociedades agrárias, a propriedade privada ainda guarda grande necessidade. Dá para se concluir que, tendo o controle do poder político por parte de forças que dão início à transição ao socialismo e à consecução do comunismo, além dos instrumentos cruciais do processo de acumulação (sistema financeiro, política cambial e de juros e o sistema de crédito) e do controle da produção em setores com alto grau de monopólio (além do solo urbano e rural), a propriedade privada deve coexistir e ser incentivada, não podendo ser instrumento de ideologização determinadas características do processo histórico;

- b) deve-se reparar a necessidade de diferentes níveis de transição numa mesma formação social: o primeiro, capaz de levar a transição da economia natural à pequena produção mercantil e da pequena produção mercantil à indústria, sob o formato de um capitalismo de Estado, eis um nível; já um outro nível pode-se concentrar na transição lenta e gradual deste capitalismo de Estado à grande produção de tipo socialista;
- c) o planejamento também está sujeito a condicionantes históricas. O caso chinês pós-1978 demonstra que o planejamento central, agora em convivência com o mercado, guarda o papel tanto de regulação macroeconômica quanto de grandes diretrizes que empreendem o processo de desenvolvimento de uma divisão social do trabalho caracterizada pela construção de um mercado nacional único e da necessidade de enfrentar novos problemas resultantes de um rápido e robusto processo de desenvolvimento, ganhando-se também novas formas inerentes ao surgimento de um poderoso sistema financeiro de novo tipo.
- d) conforme já demonstrado, o direito ao desenvolvimento (e sua planificação) é a grande expressão do direito à soberania nacional inerente às nações periféricas até os nossos dias. O objetivo socialista, para muitos países – incluindo a China – também se tornou sinônimo de direito ao desenvolvimento. No século XX, o direito a esse processo teve, na edificação de um complexo siderúrgico, uma grande expressão

exemplificada em vias como a brasileira, mas também presente nos planos quinquenais soviéticos, chineses e indianos. Logo, tendo em vista as diferentes formas de dominação imperialista (hipertrofia financeira) presentes e aceleradas com a contrarrevolução da década de 1990, concluímos que – no caso da China – seu poderoso sistema financeiro de novo tipo está para o socialismo de mercado assim como a siderurgia estava para o modelo soviético, no mesmo grau de importância. A fusão do banco com a indústria torna-se (ao lado do comércio exterior institucionalizado), neste início de século, a grande demonstração de opção pelo desenvolvimento e, conseqüentemente, de soberania nacional;

- e) esta constatação acerca do papel do sistema financeiro obedece também a critérios mais estratégicos, pois é nesse campo que se dará (e tem-se dado) a luta de classes no plano internacional de forma mais acirrada. É nesse embate que, em nossa opinião, se encerrará o destino tanto do socialismo quanto do capitalismo.

Por fim, o arguidor ou mesmo o simples leitor deve ter estranhado o fato de nós termos tratado, ainda neste capítulo, a questão do trabalho na China. Em primeiro lugar, nossa tentativa foi – utilizando um tema polêmico e candente – “pousar no concreto” de forma definitiva, preparando o terreno para a próxima seção, dessa vez encarregada de aspectos puramente empíricos do processo. Em segundo lugar, é interessante chamarmos a atenção para a superutilização de um fator para a explicação de todo um processo, mais complexo do que as ingênuas almas liberais acreditam.

## 5. O DESENVOLVIMENTO E SUAS FACES NA CHINA

Acreditamos ter sido necessária uma longa explanação colocando certa ordem teórica e histórica como forma de expor nossa visão geral desse processo de extrema importância, encerrado no presente caso chinês. Seria normal um caminho inverso, mais voltado ao um mínimo de história e teoria e um máximo de observações empíricas. Porém, preferimos o caminho contrário e, neste momento, caminhando ao final de nosso trabalho, fica a possibilidade de as coisas serem postas nos lugares com maior clareza e objetividade. Passa-se, assim, à discussão de fatos e números e, enfim, do que realmente significa o processo de desenvolvimento da China, do socialismo e de seu projeto nacional.

É o momento de expor as mais amplas faces desse processo.

### 5.1 O CRESCIMENTO ECONÔMICO

Não se trata de nenhuma novidade o fato de o crescimento econômico, na China e em qualquer parte, fazer-se pela expansão da indústria. Também é notório o saber de que as taxas de crescimento estão intimamente ligadas à manutenção de altas de investimento que, por sua vez – ao criar demanda social ou empresarial – ativa a sirene do consumo, fazendo-se presente assim um círculo virtuoso. A queda nas taxas de crescimento é derivada da queda das taxas de investimentos e, conseqüentemente, da capacidade de consumir de uma dada sociedade. O crescimento pode ser induzido também por diferentes tipos de demanda: a demanda externa e a demanda doméstica, sendo esta última mais elástica de acordo com o grau de distribuição da renda gerada e da própria taxa de exploração do sistema.

#### *5.1.1 Dispositivos gerais do crescimento*

O caso chinês torna-se mais interessante na medida em que se percebem suas irradiações além do perímetro de seus limites geográficos. Tem-se sentido, em toda parte do mundo, o fato de cerca de 400 milhões de pessoas tornaram-se consumidoras nos últimos 30 anos e de a própria reprodução da nação depender cada vez mais de fatores de produção fora do alcance de suas fronteiras, redundando na – não mais lenta – formação de um pólo econômico e político capaz de transformar as realidades mais distantes de seu arco fronteiriço. Esse processo é fruto de uma “grande estratégia” já exposta no primeiro capítulo 1; logo, não segue impulsos simplesmente espontâneos e sim algo muito bem calculado e milimetricamente planejado.

Passemos em vista alguns dados iniciais sobre crescimento econômico, para posteriores considerações:

**Tabela 1 – Crescimento econômico da China, 1978-1990 (%)**

1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
11,7	7,6	7,8	5,2	9,1	10,9	15,2	13,5	8,8	11,6	11,3	4,1	3,8

FONTE: Chinability. <http://www.chinability.com/GDP.htm>

Elaboração própria

**Tabela 2 – Crescimento econômico da China, 1991-1999 (%)**

1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
9,2	14,2	13,5	12,6	10,5	9,6	8,8	7,8	7,1

FONTE: Chinability. <http://www.chinability.com/GDP.htm>

Elaboração própria

**Tabela 3 – Crescimento econômico da China, 2000-2009 (%)**

2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
8,0	8,3	9,1	10,0	10,1	9,9	11,1	11,4	9,6	8,7

FONTE: Chinability. <http://www.chinability.com/GDP.htm>

Elaboração própria



A princípio, o que significa esses números? Bem, com uma média de crescimento de 9% ao ano, pode-se perceber que a economia chinesa dobra de tamanho a cada 10 anos, assim como se dobra sua própria oferta de serviços, o que por si só corrobora sua “grande estratégia”, cuja condição de viabilização depende de sucessivas duplicações do PIB até o ano de 2020.

A sustentabilidade de seu crescimento econômico pode ser vista na própria relação dívida externa x PIB, que em 2006 era de 22,1%. Com relação às exportações, essa dívida externa tinha em 1990 uma relação positiva de 83%, caindo em 2008 para 98% negativos<sup>108</sup>. Logo, pode-se admitir por meio desses dados o grande grau de autonomia do desenvolvimento chinês. Autonomia tanto no sentido político quanto econômico do termo. O processo de conquista desse largo grau de autonomia ocorreu – diga-se de passagem – em um tempo em que várias realidades da periferia capitalista conviviam com as chamadas “condicionalidades” impostas por ideologias e políticas econômicas impostas de cima para baixo por instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, redundando – por via de regra – na impossibilidade de muitas nações gerirem seus próprios destinos.

Sob um ponto de vista mais estratégico e histórico, se tomarmos a tarefa de recuperação de espaços perdidos pelo país no mundo desde o início das agressões estrangeiras em 1839, fica evidente o andamento rápido desse processo: em 1820, a participação chinesa no PIB mundial era de 33%, caindo para 17% em 1870 e para 13% em 1913. Entre 1949 e 1975, essa participação manteve-se na casa dos 5%, chegando a 12% em 2001, com previsão de alcançar 20% em 2020<sup>109</sup>. É muito provável que, no ano de 2049, quando a Revolução Nacional/Popular completar seu centenário, estejam cumpridos os objetivos colocados tanto por Mao Tsé-tung em 1949 quanto os expostos por Deng Xiaoping em dezembro de 1978. Nesse sentido, é oportuno abrir um parêntese e expor um quadro comparativo entre o crescimento chinês e de alguns outros países no período 2003-2007:

---

<sup>108</sup> CUNHA, André M. & ACIOLY, Luciana: “China: Ascensão à Condição de Potência Global – Características e Implicações. In CARDOSO JR., José C.; ACIOLY, Luciana; MATIJASCIC, Mico: *Trajetórias Recentes de Desenvolvimento*. IPEA. Brasília-DF, 2009. pp. 396.

<sup>109</sup> Conselho Empresarial Brasil China. [www.cebc.org.br](http://www.cebc.org.br).

**Tabela 4** – Quadro comparativo entre o crescimento chinês, mundial e de alguns países selecionados, 2003-2007 (%)

<b>PAÍS</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>
<b>Mundo</b>	2,6	4,0	3,4	3,9	3,7
<b>China</b>	10,0	10,1	10,4	11,1	11,4
<b>Índia</b>	6,9	7,9	9,1	9,7	9,2
<b>Japão</b>	1,4	2,7	1,9	2,4	2,1
<b>Coreia do Sul</b>	3,1	4,7	4,2	5,1	5,0
<b>Vietnã</b>	7,3	7,8	8,4	8,2	8,5
<b>Nigéria</b>	10,3	10,6	5,4	6,2	6,4
<b>África do Sul</b>	3,1	4,9	5,0	5,4	5,1
<b>Canadá</b>	1,9	3,1	3,1	2,8	2,7
<b>México</b>	1,4	4,2	2,8	4,8	3,3
<b>EUA</b>	2,5	3,6	3,1	2,9	2,2
<b>Argentina</b>	8,8	9,0	9,2	8,5	8,7
<b>Brasil</b>	1,1	5,7	3,2	3,8	5,4
<b>França</b>	1,1	2,5	1,7	2,0	1,9
<b>Alemanha</b>	-0,3	1,1	0,8	2,9	2,5
<b>Itália</b>	0,0	1,5	0,6	1,8	1,5
<b>Rússia</b>	7,3	7,2	6,4	7,4	8,1
<b>Polônia</b>	3,9	5,3	3,6	6,2	6,5
<b>Romênia</b>	5,2	8,4	4,1	7,9	6,0
<b>Austrália</b>	3,0	3,8	2,8	2,8	3,9

FONTE: International Monetary Fund Database.

Elaboração própria

O período empreendido na tabela acima inclui o ano de 2005. O ano de 2005 foi marcado pela suplantação da Alemanha pela China no posto de 3ª economia do mundo, atrás somente atrás dos EUA e do Japão. Consideremos, diante desses dados, um país que, em 1949, tinha uma indústria siderúrgica incipiente e que, em 2007, produziu o volume de 530 milhões de toneladas

de aço, ou seja, cinco vezes mais do que o produzido pelos EUA. Dessa quantia produzida, cerca de 80% é utilizada pelo próprio mercado interno do país. Num outro escopo de comparação, a tabela acima comprova algumas verdades. A primeira está diretamente relacionada aos países com projetos nacionais sólidos (China, Índia, Vietnã): todos eles obtêm, ao longo dos anos, taxas contínuas de crescimento baseadas em uma política cambial administrada. Os dados explicitam também que o dínamo econômico do mundo não é mais o centro do sistema, e sim os países periféricos, entre eles os já citados casos da China, da Índia.

Outro grupo de países, entre eles o Brasil e a África do Sul, são levados a conviver com esquemas de stop-and-go, crescendo ano sim, ano não, expressando (nesses dados) grandes disputas no âmbito de suas superestruturas e afogando-se em políticas econômicas de “combate à inflação”. Por exemplo, da mesma forma que na corte czarista conviviam em pleno conflito anglófilos e germanófilos, no núcleo da superestrutura brasileira estão em plena disputa aqueles favoráveis à inserção no mundo, subordinados aos interesses norte-americanos, e outros que ainda tentam retomar um projeto nacional nascido com a Revolução de 1930 e interrompido com a eleição de Collor em 1990.

Por fim, há ainda um grupo de países que crescem sob os auspícios das crescentes demandas do crescimento de China e Índia, como por exemplo a Nigéria, grande produtora de petróleo.

Retornando ao tema anterior à análise comparativa do crescimento mundial e chinês, a taxa de inflação na China em 2008 foi de 4,3%. Este dado nos remonta a uma análise mais acurada do próprio processo de desenvolvimento recente do país que, após iniciar suas reformas econômicas, conviveu, principalmente no final da década de 1980, com surtos inflacionários (daí uma das razões para as baixas taxas de crescimento entre 1987 e 1990)<sup>110</sup>, afinal é sabido por todos que a demanda tende a crescer de forma mais rápida que a oferta. O diferencial chinês, neste caso, com relação às imposturas do Consenso de Washington, fica na relação entre a visão estratégica do processo e a negação do planejamento pela via de políticas – conhecidíssimas pelos brasileiros – de buscas anuais de “metas de inflação” que, por via de regra (e de acordo

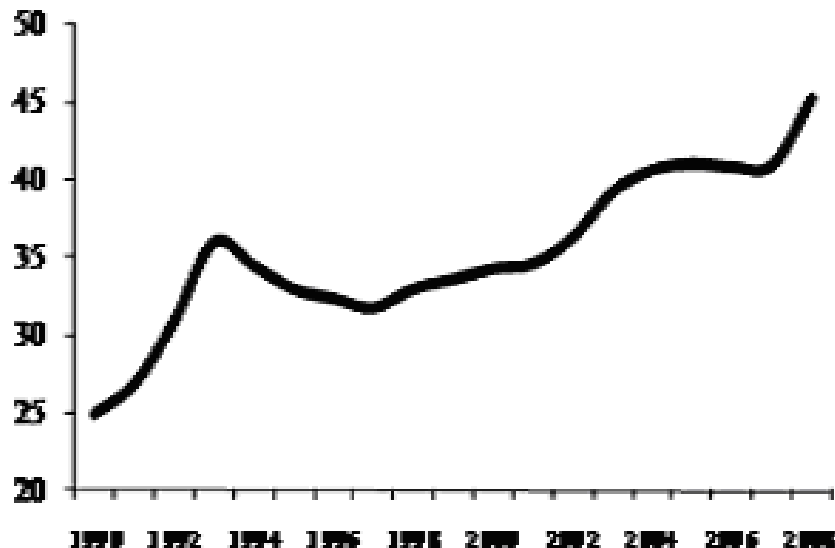
---

<sup>110</sup> A queda na taxa de crescimento chinês nos referidos anos também guarda razão na não unidade do PCCh com relação à amplitude das reformas, pois de um lado haviam os partidários de Deng Xiaoping e, de outro, aqueles segundos os quais a economia de mercado deveria estar restrita aos ditames do plano. Somente em 1992, em meio ao conhecido périplo de Deng Xiaoping ao sul da China, é que a confiança interna no futuro do país se cristalizou, chegando ao ponto em que, no 14º Congresso do PCCh realizado em 1992, a “Teoria de Deng Xiaoping” foi alçada ao mesmo grau de importância do Marxismo-Leninismo e do Pensamento de Mao Tsé-tung. Outro depositário de problemas podem ser elencados nas consequências internacionais do trágico desfecho da rebelião contrarrevolucionária de junho de 1989 na Praça da Paz Celestial, momento aquele em que o G-8 impôs sanções ao governo chinês.

com o credo liberal), devem ser alcançadas pela manipulação cega de taxa de juros e de câmbio que sufocam a demanda.

Em nossa opinião, a forma mais justa e progressista de se combater a inflação reside na contínua expansão da oferta pelo ferramental do aumento da relação investimentos x PIB. A inflação é uma anomalia que só poderá ser superada numa sociedade onde a oferta (desenvolvimento das forças produtivas) esteja totalmente maximizada sob a égide da produção e da apreensão social do excedente econômico. Enquanto não chegar esse momento histórico, a inflação continuará sendo algo a se conviver, devendo ser enfrentada de forma que seu “remédio” não tenha efeitos colaterais negativos sobre a renda e a qualidade de vida das mais amplas parcelas da sociedade. Os chineses enfrentam esse problema – notadamente – por uma política de altas taxas de investimentos, como se pode notar no gráfico abaixo, expondo que, no ano de 2008, por exemplo, o montante dos investimentos com relação ao PIB foi de 45%. Como base de comparação, é interessante saber que no Brasil, nos últimos anos, este mesmo índice tem variado de 16% a 19%:

**Gráfico 2 – Formação Bruta de Capital Intensivo na China, 1990-2008 (% do PIB)**



**FONTE: International Monetary Fund Database.  
Elaborado por Luciana Acioly e André Cunha**

Abrindo parênteses, é importante sublinhar que uma forma de “despressurizar” as taxas de inflação na China está justamente, além dos elevados índices de investimentos, no fato de a China ainda ser uma economia essencialmente agrícola, com plenas características rurais, diminuindo o impacto sobre o consumidor nos gastos com a alimentação. Vale salientar, que percebemos – comparando-se a cidade ao campo na China – empiricamente em nossas viagens pelo país que o preço da alimentação em cidades como Xangai e Pequim era, em média, três vezes menor que nas zonas rurais visitadas por nós. Do ponto de vista da estratégia geral de crescimento, isso redundava em razoável capacidade de consumo de bens manufaturados nas zonas rurais.

Retornando, outra forma de avaliar as transformações correntes é o da análise da dinâmica da composição do PIB chinês no período. Vejamos:

**Tabela 5 – Composição e dinâmica do PIB chinês (1978-2007)**

<b>Ano</b>	<b>Setor Primário</b>	<b>Setor Secundário</b>	<b>Setor Terciário</b>
1978	28,2	47,9	23,9
1979	31,3	47,1	21,6
1980	30,2	48,2	21,6
1981	31,9	46,1	22,0
1982	33,4	44,8	21,8
1983	33,2	44,4	22,4
1984	32,1	43,1	24,8
1985	28,4	42,9	28,7
1986	27,2	43,7	29,1
1987	26,8	43,6	29,6
1988	25,7	43,8	30,5
1989	25,1	42,8	32,1
1990	27,1	41,3	31,6
1991	24,5	41,8	33,7
1992	21,8	43,4	34,8
1993	19,7	46,6	33,7
1994	19,8	46,6	33,6
1995	19,9	47,2	32,9
1996	19,7	47,5	32,8
1997	18,3	47,5	34,2

1998	17,6	46,2	36,2
1999	16,5	45,8	37,7
2000	15,1	45,9	39,9
2001	14,4	45,1	40,5
2002	13,7	44,8	41,5
2003	12,8	46,0	41,2
2004	13,4	46,2	40,5
2005	12,2	47,7	40,1
2006	11,3	48,7	40,0
2007	11,3	48,6	40,1

FONTE: China Statistical Yearbook (www.stats.gov.cn)  
Elaboração própria

À primeira vista, podem parecer impressionantes alguns fenômenos que esta tabela revela. Além do óbvio processo de adensamento do setor de serviços – causa e consequência da própria dinâmica do crescimento, onde o setor primário tende rapidamente a perder centralidade (dado o rápido incremento do dito setor “economia de mercado”) – o mais interessante é que, já em 1978, a indústria já correspondia a quase 50% do PIB, o que só vem a confirmar que, entre 1949 e 1978, com a taxa média de crescimento acima dos 6% ao ano, criou-se a verdadeira base para o salto visto nos últimos 30 anos. Ou seja, o processo de combinação entre a chamada “via dos produtores” com a “via prussiana” dá-se sob o amparo de um longo processo de “desenvolvimento pelo alto”, ou seja, a partir da constituição de um poderoso Departamento 1 da economia, ou melhor, de máquinas que reproduzem máquinas.

Outro elemento a se considerar nesse conjunto é o crescimento do setor primário da economia entre os anos de 1978 e 1984. Isso quer dizer que teve sucesso a estratégia de mudança dos preconceitos do dito “modelo soviético”, pautado por uma industrialização sustentada pela agricultura e impondo relações desiguais entre campo e cidade. A inversão dessa relação na China está diretamente relacionada ao aumento da participação do setor primário na composição do PIB nos anos citados. Por outro lado, também tem serventia na contra-argumentação àqueles que colocam o “modelo chinês” como algo sustentado pela demanda externa em detrimento da demanda interna e que as primeiras medidas do processo de reforma de 1978 concorriam para o fortalecimento de indústrias voltadas ao mercado exterior. Esta tabela demonstra o contrário: os incentivos ao consumo interno (como veremos no assunto “agricultura”) precederam à própria

instalação das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs). Nesse caso, é muito claro que o fortalecimento do setor terciário (serviços) inicia-se de forma rápida a partir de 1985, ano este marcado pelos sucessos iniciais da implementação das primeiras ZEEs no litoral chinês, quase que totalmente voltadas para o mercado externo. Enfim, existe uma grande lógica para a relação entre o fortalecimento do mercado interno num primeiro momento e a implementação, num segundo momento, de um modelo disposto a enfrentar o mercado internacional cuja expressão é a diversificação industrial e o aumento de musculatura do setor terciário (ou de serviços).

Por fim, vejamos a grande expressão da grande contradição da China contemporânea encerrada no fato de, apesar de 55% da população ainda viver no campo, o setor primário da economia corresponder a apenas 11,3% do total do PIB. Abrindo um leque de possibilidades à abstração, podemos elucubrar que uma situação contraditória dessas abriga, por exemplo, a resposta para problemas como o da diferença de renda entre campo e cidade, afinal as atividades manufatureiras são mais rentáveis do que as atreladas à agricultura. Também coloca em relevo o problema do fosso entre zonas litorâneas desenvolvidas e em íntima relação com o mundo exterior. Como desenvolveremos no decorrer no trabalho, não é a toa que a questão da renda rural ainda é o centro da problemática da governança chinesa e motivo de sucessivas reformas empreendidas pelo governo ao longo dos últimos 30 anos.

Apreciemos agora também, para fins de conformação ao que foi dito acima, a contribuição de cada setor para o crescimento do PIB a partir de 1990:

**Tabela 6 – Contribuição de cada setor da economia ao crescimento chinês, 1990-2007 (%)**

<b>Ano</b>	<b>Setor Primário</b>	<b>Setor Secundário (indústria + setor de construção)</b>	<b>Setor Secundário (indústria)</b>	<b>Setor Terciário</b>
1990	41,7	41,0	39,7	17,3
1991	7,1	62,8	58,0	30,1
1992	8,4	64,5	57,6	27,1
1993	7,9	65,5	59,1	26,6
1994	6,6	67,9	62,6	25,5
1995	9,1	64,3	58,5	26,6

1996	9,6	62,9	58,5	27,5
1997	6,8	59,7	58,3	33,5
1998	7,6	60,9	55,4	31,5
1999	6,0	57,8	55,0	36,2
2000	4,4	60,8	57,6	34,8
2001	5,1	46,7	42,1	48,2
2002	4,6	49,7	44,4	45,7
2003	3,4	58,5	51,9	38,1
2004	7,8	52,2	47,7	40,0
2005	6,1	53,6	47,0	40,3
2006	5,3	53,1	46,6	41,7
2007	3,6	54,1	48,2	42,3

FONTE: China Statistical Yearbook  
Elaboração própria

A tabela acima nos permite ter uma maior visão de conjunto das partes que integram os fatores do crescimento acelerado chinês. Por exemplo, confirma-se a tendência exposta anteriormente de aguçamento das contradições entre campo e cidade, ao mesmo tempo em que se demonstra o grande papel cumprido pelo setor de serviços para o crescimento econômico do país. Pode-se reparar num certo “exagero” do fator setor primário no crescimento de 1990, mas esse ano foi o de menor crescimento desde 1978, e as reformas no campo já estavam muito bem consolidadas. Por outro lado, foi importante separar o setor secundário em dois polos: o setor puramente industrial e o ligado à construção propriamente dita, pois é interessante notar que o setor de construção tende a se tornar fator essencial em crescimentos de países continentais como a China, onde o processo rápido de urbanização e a necessidade de infraestruturas conectando mercados regionais fazem-se sentir como necessidade de primeira ordem na continuidade de processos desenvolvimentistas<sup>111</sup>.

<sup>111</sup> Vejamos o caso brasileiro, onde as limitações infraestruturais são fator central a não continuidade de crescimento desde os fins da década de 1970, amiúde termos completado nossa industrialização com a implantação de um Departamento 1 Novo.



Retornando ao setor de serviços, é relevante salientar que esse setor foi o que mais se aproveitou de desregulamentações, como inclusive foi o setor mais controlado e constrangido entre 1952 e 1978. Sua desregulamentação foi estendida, muito rapidamente, à sua própria estrutura de propriedade. Entre 1952 e 1978, o número de estabelecimentos comerciais na China caiu de 5,5 para 1,3 milhão, denunciando uma crescente centralização estatal do setor e também um grande preconceito, na China pós-revolucionária, da classe comercial, em grande parte envolvida com comércio de exportação e importação pré-1949 (a chamada “burguesia compradora”); isso num país que, no período citado, teve um aumento populacional de quase dois terços. Atualmente, 93% dos estabelecimentos comerciais chineses são de propriedade individual e/ou privada, sendo que 96% dos restaurantes seguem a mesma tendência de predominância absoluta da propriedade individual e/ou privada<sup>112</sup>.

Como forma de dar maior consequência à nossa exposição, vejamos a tabela abaixo acerca da dinâmica da população e do emprego na China entre os anos de 1952 e 2005:

**Tabela 7 – Dinâmica da população e emprego na China, anos selecionados entre 1952 e 2005 (em milhões)**

<b>Ano</b>	<b>Rural</b>	<b>Urbano</b>	<b>Agricultura</b>	<b>Rural/não agrícola</b>	<b>Urbano</b>	<b>Total</b>
	<b>População</b>	<b>População</b>	<b>Emprego</b>	<b>Emprego</b>	<b>Emprego</b>	<b>Emprego</b>
1952	503,19	71,63	173,17	9,50	24,62	207,29
1957	503,04	99,49	193,090	13,69	30,93	237,71
1958	552,73	107,21	154,90	60,04	51,06	266,00
1959	548,36	123,71	162,71	48,30	51,00	261,74
1960	531,34	130,73	170,16	31,69	56,96	258,81
1962	556,36	116,59	212,76	4,55	41,79	259,10
1970	685,68	144,24	278,11	8,75	57,46	344,32

<sup>112</sup> MADDISON, Angus: *Chinese Economic Performance in the Long Run*. Development Centre Studies. OECD. Second Edition. 2007, pág. 84.

1977	783,05	166,69	293,40	17,32	83,05	393,77
1978	790,14	172,45	283,73	31,51	86,28	401,52
1987	816,26	276,74	308,70	81,30	137,82	527,83
2005	745,44	562,12	318,56	166,30	273,31	758,25

FONTE: China Statistical Yearbook.  
Elaboração Própria

Além do crescente peso das chamadas zonas urbanas, causa e consequência do acelerado processo de crescimento pós-1978, vejamos, de imediato, a partir da leitura da tabela acima, uma outra contradição – pouco percebida pela quase totalidade de autores voltados à temática chinesa. Tal contradição é encerrada no fato de um país com grande margem de sua população ainda vivendo no campo e em atividades agrícolas ter a grande tendência (não recente, diga-se de passagem, dada a importância do setor secundário em 1978) de se comportar – diante do comércio internacional – como exportador de máquinas, equipamentos e produtos industriais. Como se explica isso? Além de todo o aparato de planejamento central, que permite que a contradição entre campo e cidade não saia dos limites da ordem pública propriamente dita, existe – a nosso ver, o que pode parecer óbvio aos economistas mais atentos – o fato de, apesar de a atividade agrícola ser ao menos aparente e relativamente mais barata com relação à atividade industrial, essa relação poder se inverter, a partir do fato que a indústria tende a reduzir custos (na medida em se incrementa seu *capital constante*), enquanto que a agricultura em países como a China, onde se percebe ainda uma baixa produtividade do trabalho, é uma atividade cuja reprodução vai se tornando algo cada vez mais, digamos, de alto custo.

Uma outra observação que a tabela 7 nos remete é a de que, sendo a China um país ainda com forte essência rural, essa “essencialidade” pode estar expressa no baixo custo de produtos alimentícios e no baixo impacto no orçamento familiar em comparação a outros países, principalmente aqueles onde, como no Brasil, o monopólio da compra de alimentos direto do produtor é feita por oligopsônios/monopsônios que, por sua vez, manipulam para cima o preço dos alimentos<sup>113</sup>. É muito notório o papel que o preço dos alimentos cumpre à lógica não inercial da inflação brasileira, reduzindo a capacidade de consumo de milhões de famílias. Esse problema

<sup>113</sup> Cerca de 50% da inflação no Brasil tem como causa primária a alta dos alimentos.

(nomopsônios/oligopsônios) não ocorre na China e por isso só constitui uma vasta reserva de mercado a um tipo de crescimento cujo papel de consumo tende a aumentar cada vez mais em detrimento do mercado externo, como a própria crise financeira em andamento nos demonstra.

#### **5.1.1.1 Sobre as Empresas de Cantão e Povoado (ECPs)**

Continuando, já procedendo a uma relação entre as tabelas 6 e 7, pode-se observar que o crescimento do emprego urbano, notadamente na década de 1990, é acompanhado num ritmo quase que na mesma proporção pelo setor de serviços na economia. O diferencial existente entre o crescimento do setor secundário e terciário no período compreendido a partir da década de 1990 pode ser preenchido, em grande medida, pelo aumento da participação na produção industrial chinesa pelas – já citadas no primeiro capítulo – ECPs, que podem estar amplamente representadas acima no fato de que, entre 1977 e 2005, a população rural não empregada em atividades agrícolas cresceu aproximadamente 960%, o que denuncia a já citada urbanização rural tipicamente chinesa. Daí o diferencial chinês em relação aos seus vizinhos desenvolvimentistas e asiáticos no próprio papel das ECPs, tanto na produção industrial quanto em suas exportações, conforme unanimidade entre os analistas do tema. Abaixo, segue a evolução das estatísticas de emprego nas TVEs, como forma de cotizarmos com a tabela 7:

**Tabela 8** – Trabalhadores empregados nas empresas de Cantão e Povoado, anos selecionados  
(em milhões)

<b>Ano</b>	<b>Total</b>	<b>Agricultura</b>	<b>Indústria</b>	<b>Construção</b>	<b>Comércio</b>	<b>Transportes</b>
1978	28.265.566	6.084.227	17.343.595	2.356.133	544.289	1.038.297
1984	38.480.993	2.839.337	25.489.125	6.834.888	697.163	1.293.020
1989	93.667.793	2.392.996	56.241.046	14.037.287	6.923.355	6.993.660
1992	106.247.146	2.618.203	63.363.961	15.524.240	8.667.901	7.997.384
1995	128.620.586	3.135.221	75.647.153	19.325.217	12.261.104	9.520.275
1998	125.365.458	2.739.147	73.342.330	16.337.455	14.188.978	8.863.356

2001	130.855.754	2.000.282	76.151.065	15.644.119	16.437.365	9.026.864
2004	138.661.740	2.847.173	81.605.448	13.759.756	16.993.032	8.444.657

FONTE: China Statistical Yearbook. Elaboração Própria

Em primeiro lugar, é importante observar a quase coincidência entre os empregados totais em 2004 (Tabela 8) e o emprego não rural em 2005 (Tabela 7), o que corrobora nossa opinião acerca do caráter rural do processo de urbanização da China. Por outro lado, abrindo parêntese para questões ancilares, é importante salientar a questão do planejamento nesse caso. Quando colocamos anteriormente no trabalho a questão do surgimento de “novas e superiores formas de planejamento”, deve-se deixar claro que a essência de tais “novas formas” reside na utilização do planejamento já sob bases financeiras muito mais sólidas do que o planejamento clássico do “modelo soviético”. Eis um ponto essencial nessa questão, ainda mais quando se envolvem as demandas de uma urbanização tanto às cidades costeiras quanto a esse novo e “chinês” tipo de urbanização, que envolve o assentamento de cerca de 140 milhões de pessoas e as respectivas consequências em matéria de infraestrutura urbana, o que constitui – por si só – mais um grandioso campo de acumulação e garantia para anos de crescimento a partir da construção de médias cidades (isso tem importância para os que pesquisam justamente sobre os “limites” do crescimento chinês). Outro fator que aperfeiçoa esse processo reside no fato de na China não existir propriedade privada dos solos urbano e rural. Isso quer dizer que os recursos ora despendidos (em países como o Brasil, onde demandas em infraestruturas e moradias são intensas) para alimentar o círculo vicioso criado pela *renda diferencial da terra* é “desviado” para fins muito mais produtivos, como a construção de imensas linhas de metrô em um número cada vez maior de cidades<sup>114</sup>.

Levemos os números frios expostos pelas tabelas 7 e 8 a outros patamares de consequência. Por exemplo, temos trabalhado com uma ideia específica acerca do processo de desenvolvimento. A principal delas, útil principalmente para análise de *formações sociais complexas*, é a formulada por Lênin, para quem o desenvolvimento pode ser visto e medido a partir da **análise da rapidez com que se dá o trânsito de pessoas da economia natural à**

<sup>114</sup> Em nosso trabalho *China: infra-estruturas e crescimento econômico* – publicado em 2006 – relatamos o projeto chinês de implantar, até o ano de 2020, linhas de metrô em mais de 20 cidades do país. Além, é claro, de estender linhas existentes e construir novas linhas em cidades onde o metrô já é uma realidade. Grande impressão nos causou a comparação deste progresso em matéria de metrô na China desde nossa primeira visita em 2004 até as visitas seguintes, ocorridas em 2007 e 2009.

**economia de mercado.** Uma das formas de corroborarmos essa visão de desenvolvimento pode estar na percepção, por exemplo, de que entre 1978 e 2004 o nível de emprego nas ECPs cresceu exatos 491%.

A fusão da análise teórica e empírica não para por aí, pois um intenso processo de transformação das ECPs em indústrias de variados tipos se intensifica na mesma medida em que o peso das ECPs no cômputo geral de empregos no país perde fôlego, pelo menos absorção da força de trabalho. Vejamos: Entre 1978 e 2004, a queda da participação da agricultura na questão emprego nas ECPs caiu 242%, enquanto que na manufatura aumentou em 471%, na indústria de construção 582%, nos transportes 3.000% e no comércio (serviços) mais de 3.000%, o que fortalece a argumentação acerca da transição da economia natural para a pequena produção mercantil e daí para o capitalismo de Estado ou socialismo. Fortalece também a visão de uma “via dos produtores” em rápido processo no país pela transformação de camponeses médios em empresários. É relevante observar que as ECPs são empreendimentos puramente camponeses e alternativas fortes de emprego fora dos movimentos clássicos de saída de trabalhadores de uma zona periférica para outra industrializada num mesmo país.

Antes de darmos continuidade a essa análise, é importante traçarmos rapidamente as características das ECPs em matéria de financiamento e natureza de propriedade. Do ponto de vista histórico, esse tipo de empresa de caráter municipal tem fortes relações com uma estrutura industrial que muito lembra as unidades de produção surgidas anteriores à ocupação japonesa na década de 1930, sendo que em sua maioria eram voltadas à produção têxtil, bem à moda dos ofícios ingleses e das pequenas manufaturas genovesas e holandesas. Tiveram um grande declínio com a ocupação japonesa, tendo sido quase extinguidas entre 1949 e 1978. Mas por incrível que possa parecer, tem na Revolução Cultural (1966-1976) sua raiz moderna com a política de interiorização da indústria levada a cabo por Mao diante da ameaça de intervenção estrangeira. Nesse momento da história recente chinesa, o país foi levado a implementar uma ideologia de plena autossuficiência (em todos os níveis) expressada na divisão do país em comunas e das comunas em brigadas de produção. Cada comuna teria de implementar simplesmente tudo que fosse possível para sua autossuficiência perante um estado de guerra, e isso incluiu a difusão de pequenas unidades produtivas em nível de comuna e brigada. As ECPs e seu desenvolvimento demonstram que, se as comunas foram desmanteladas, as unidades de seu interior não foram.

Na verdade, segundo Fairbank, contrapondo-se aos que acreditam numa linha de total descontinuidade entre 1949 e 1978<sup>115</sup>:

A industrialização rural da China começara na dinastia Song, ou até antes quando as famílias das aldeias usavam a força de trabalho de mulheres e crianças para aumentar a renda da fazenda produzindo chás, tecidos de algodão e seda, tijolos, cestos e outros produtos. Na era das fábricas, indústrias rurais de pequeno porte (...) eram um ‘pilar central na estratégia de desenvolvimento de Mao’. Em 1979 cerca de oitocentas mil indústrias e quase noventa mil estações hidrelétricas de pequeno porte empregavam 24 milhões de trabalhadores e eram responsáveis por 15% da produção industrial da China. Isso incluía todas as ferramentas agrícolas e a maioria do maquinário de pequeno e médio porte, metade do fertilizante químico, dois terços do cimento e 45% do carvão.

Retornando, sob bases produtivas já instaladas e exemplificadas na citação de Fairbank, as ECPs ganharam muita força a partir de 1978, respondendo tanto a impulsos – quase espontâneos no âmbito da aldeia – como institucionais, ou seja, tanto pela política de contratos de responsabilidade na agricultura quanto da descentralização fiscal, momento esse em que as províncias ganharam grande mobilidade e autonomia de gerenciamento de seus negócios. É muito nítido, para quem teve a oportunidade de visitar algumas unidades fabris desse tipo, que seu escopo de atuação dentro do país esteja diretamente voltado para nichos de mercado não explorados por estatais e empresas privadas<sup>116</sup>, o que denuncia por si só – nas TVEs – uma escolha racional de maximização de um tipo de manufatura *com características chinesas* voltadas ao crescimento econômico.

Outra constatação particular que corrobora nossa tese de distintas formas de transição numa mesma formação social: ao contrário das estatais moldadas pelo “modelo soviético”, o que explica em grande parte seu dinamismo inicial é exatamente o porte pequeno dessas empresas, sua flexibilidade (dada a não interferência estatal direta) e principalmente: sua vocação de produzir diretamente para o mercado, sem mediações estatais e nem obrigações de cotas impostas à produção agrícola diretamente voltada tanto para o abastecimento das cidades quanto para a realização particular de lucro.

Sua natureza, no âmbito geral, é municipal e coletiva, constituindo-se numa nova forma “socialista” de propriedade, muito semelhante aos *kolkhozes* soviéticos, mas muito mais dinâmicas, eficientes e autônomas. Daí ser um novo campo privilegiado de acumulação e – do

---

<sup>115</sup> FAIRBANK, J. K. & GOLDMAN, M. *China: Uma Nova História*. L &PM. Porto Alegre, 2006.p. 366

<sup>116</sup> Exemplo disso está na fabricação de embalagem para alimentos.

ponto de vista estratégico – o motor de uma visão de longo alcance de urbanização que impede a China de assimilar o que de pior a anarquia da produção demanda na agricultura de tipo capitalista: **as crises de superpopulação e as crises de superprodução na agricultura**. Abrindo parêntese, um grande ponto de estrangulamento de um país periférico em desenvolvimento é o de proceder quando o problema de superpopulação agrária se transforma em crise urbana de superpopulação (favelização). Talvez isso explique em parte a razão por detrás de a China (apesar de sua imensa população) não possuir esse problema crônico de habitação tão comum não somente a países como o Brasil, mas também aos Estados Unidos. O “x” da questão reside na absorção de mão de obra sobrando no âmbito da aldeia.

Sobre a questão da propriedade, não se pode chegar a conclusões peremptórias a esse respeito a partir de observações marginais. Isso quer dizer que a rapidez das transformações da estrutura de propriedade de economia chinesa constitui um grande obstáculo para auferir de fato o nível de transformação da estrutura de propriedade das ECPs. Mas já se sabe que a mesma evoluiu no mesmo ritmo que as estatais no sentido de trabalhar com capital inteiramente coletivo, com *joint ventures* com empresas privadas nacionais e estrangeiras e com o lançamento de ações no mercado de valores. Desconhecemos estatísticas e esse respeito, mas **no geral são empresas não estatais e não privadas**. Do ponto de vista do financiamento, um traço interessante é a mínima participação de bancos estatais no processo de financiamento da produção. Segundo um gerente de banco de uma aldeia que visitamos em 2009 na província de Zhejiang, “os créditos totais nacionais para as ECPs não passam de 10% dos créditos empenhados por bancos estatais”. Interessante é que, nessa mesma aldeia, numa das respostas que recebemos de um integrante de uma ECP voltada para a produção de autopeças, afirmou-se que a principal fonte de financiamento desse tipo de empresa na China está no reinvestimento quase total de lucros, descontadas a participação dos trabalhadores no lucro e os encargos municipais e provinciais. Em outras palavras, são empresas coletivas alimentadas por poupança privada. Daí seu caráter complexo de ser algo nem estatal, nem privado. Outra nota interessante, e um tanto quanto clara neste trabalho, é que a questão da propriedade nesse tipo de empresa tipicamente rural não guarda grande relevância, pelo fato de a terra, na China, não ser objeto de regulação privada; isso sim é o que importa e tem consequência num **mercado de tipo socialista**.

Retornando à questão que envolve a participação das ECPs no cômputo geral da economia chinesa, segue abaixo uma tabela que muito poderá dizer a esse respeito, num *aparente* contraponto à tabela 8:

Tabela 9 - Total de valor agregado nas empresas de Cantão e Povoado, anos selecionados  
(unidade: 1 milhão de yuanes)

<b>Ano</b>	<b>Total</b>	<b>Agricultura</b>	<b>Indústria</b>	<b>Construção</b>	<b>Comércio</b>	<b>Transportes</b>
1978	20.832,24	1.537,20	15.954,92	1.257,07	431,95	903,61
1984	63.321,06	1.688,50	17.521,76	1.626,90	375,353	1.609,29
1989	208.316,25	2.439,28	130.563,30	20.566,52	10.546,12	10.873,62
1992	448.524,20	5.648,48	335.013,82	43.017,75	23.374,65	27.231,74
1995	1.459.522,68	27.982,32	1.080.404,23	128.135,39	96.007,30	80.416,87
1998	2.218.645,61	34.615,66	1.553.027,25	178.102,42	196.982,62	136.141,01
2001	2.935.638,86	28.662,27	2.031.466,21	219.352,28	295.574,04	182.190,79
2004	4.187.536,25	56.439,23	2.935.856,60	266.601,06	390.919,22	218.868,01

FONTE: China Statistical Yearbook.  
Elaboração Própria

Pode parecer, por exemplo, uma grande discrepância entre as porcentagens de aumento de força de trabalho em comparação com o aumento de valor agregado em si. Por exemplo, na agricultura, onde a diminuição da força de trabalho foi enorme, também enorme foi a adição de valor agregado ao produto total: entre 1978 e 2004, apesar de a força de trabalho ter diminuído em quase 250%, o valor agregado teve aumento de cerca de 5.000%. Esse movimento acelerou-se entre os anos de 1992 e 1995, onde as reformas econômicas tornaram-se política de Estado e onde os IEDs fluíram com grande intensidade também para as ECPs localizadas num raio de 200 km do litoral. Um novo salto é percebido depois de 2001, quando a China foi admitida na OMC e sua agricultura ficou exposta a quedas bruscas de tarifas de importação, momento esse em que o país – aproveitando a possibilidade de falência de sua agricultura – partiu para uma ousada política de especialização, passando a concorrer no mercado internacional de cereais e tornando-



se um exportador líquido de alimentos<sup>117</sup>. Vale observar que em todos os setores o salto inicia-se no final de década de 1990, demonstrando tanto um grande papel na reação à crise financeira asiática de 1997 quanto na qualidade do crescimento chinês, que deixou de ser extensivo para ser intensivo em capital e tecnologia, transformando-se em mais uma evidência do modelo desenvolvimentista de tipo asiático empreendido no país.

Do ponto de vista do domínio da teoria, percebe-se com esses dados que o esquema de desenvolvimento das ECPs segue uma trilha muito previsível. Segundo Masiero<sup>118</sup>:

Neste processo, unidades familiares se especializaram na comercialização e industrialização de insumos agrícolas. Passaram a comprar, vender e alugar equipamentos para a produção de bens e serviços que não estavam facilmente disponíveis aos produtores rurais. Outras unidades se especializaram na criação de galinhas, porcos, transportes, assistência técnica, sistema de irrigação e controle de pragas etc. Através de atividades comerciais e industriais, muitas delas, com o passar dos anos, acumularam montantes de capital sensivelmente superiores às demais famílias.

É indispensável tirarmos o máximo de consequência desse tipo de citação. Falamos mais acima em um processo previsível de desenvolvimento industrial. Do ponto de vista histórico, isso segue leis objetivas da transformação da pequena produção mercantil em indústria capitalista e, no caso da China, em capitalistas de Estado, coletivas ou simplesmente socialistas. A citação acima serve para desnudar, em primeiro plano, que ao lado das atividades propriamente rurais desenvolveu-se todo um esquema de comercialização e locação de insumos agrícolas que vão desde serviços propriamente ditos, como o de aluguéis à aquisição de pequenos insumos agrícolas ou industriais destinados à melhora da produção agrícola. Isso explica também o aumento de valor agregado na agricultura e na indústria, por exemplo. Outro dado extraído em entrevista na Baosteel em 1997: pequenas peças utilizadas em fornos eram compradas por essa estatal em ECPs especializadas na fabricação de determinados componentes. Ou seja, com o passar do tempo as estatais passaram a ser clientes das ECPs, garimpando um imenso nicho de mercado capaz de multiplicar o escopo de atividade das mesmas. Nesse caso, as ECPs ganham crescente espaço na divisão social do trabalho. Ainda cabe uma abstração nesse ponto diretamente relacionado com a própria lógica de funcionamento da divisão social do trabalho. Numa das sínteses de Lênin em seu imenso trabalho sobre o desenvolvimento em formações

<sup>117</sup> Mais adiante trataremos da questão da agricultura.

<sup>118</sup> MASIERO, Gilmar.: "China: Origens e Desenvolvimento das Township and Village Enterprises (TVEs) Chinesas". In *Revista de Economia Política*. Vol. 26, nº 3 (103), p. 425-444. São Paulo, julho-setembro/2006.

agrárias, além do fato da crescente especialização, também há o *papel complementar entre a grande produção e a pequena produção agrícola*, sendo que a pequena produção existe, majoritariamente, em função de demandas da grande produção<sup>119</sup>. Esse mesmo tipo de complementaridade se observa nessa relação virtuosa entre estatais e ECPs na China, assim como entre a indústria automobilística e suas indústrias ancilares de autopeças.

Vejamos outro ponto pouco abordado, mas já citado: o processo de especialização da agricultura e da saída das estatais de determinados ramos de atividade para fins de formação de conglomerados concentrados em pontos estratégicos da economia chinesa. Em Lênin, especialização é sinônimo de industrialização, de aumento da produtividade do trabalho e de constante aumento de valor agregado à indústria. Curiosamente, a agricultura foi um tipo de atividade transferida para terceiros, e foi um dos setores onde avançaram as TVEs. Abrindo-se parêntese, a história demonstra a relação virtuosa para qualquer região entre o desenvolvimento e constante inserção na divisão social e regional do trabalho. Aprofundando-se, essa questão do aumento do escopo de ação mercantil das ECPs por conta do autodeslocamento do Estado de determinadas atividades econômicas está no avanço das atividades das ECPs sobre os chamados complexos agroindustriais, no sentido de produzir, em escalas cada vez maiores, máquinas agrícolas e pesticidas. Não somente nesse campo; o mesmo ocorre no setor de mineração e materiais de construção. A crescente participação da ECPs nessas atividades enceta também uma crescente exploração de nichos de mercado, distante de empresas privadas e estatais, em artigos de consumo de massa, como eletrodomésticos, por exemplo.

Outra fonte de explicação ao aumento da produtividade nas ECPs pode estar em sua crescente participação no montante das exportações chinesas, conforme tabela abaixo:

**Tabela 10** - Participação das ECPs nas exportações chinesas (em 100 milhões de yuanes e em %)

Ano	Exportações	Químicos	Máquinas	Prod. leves	Calçados e têxteis	Roupas artesanais
1989	271,6	7,6	6,6	14,4	47,7	11,1
1992	904,7	7,4	8,0	20,5	47,7	7,6
1997	5.430,8	6,7	9,3	26,9	36,9	12,0

<sup>119</sup> Exemplo disto no Brasil está no papel complementar entre os criadores de pintinhos e sua relação com complexos como o da Sadia. Sobre isto, ler: ESPÍNDOLA, Carlos J. *As agroindústrias no Brasil: o caso Sadia*. Grifos. Chapecó, SC. 1999.

2002	9.225,5	6,4	13,2	29,1	31,3	12,9
------	---------	-----	------	------	------	------

FONTE: Gilmar Masiero

A tabela acima é mais uma ilustração de um *tempo do processo* do que um instrumento de precisão, afinal seus dados são remanescentes de 2002, mas amplamente suficientes para explicar algo mais da tabela 9. Por exemplo, o aumento do valor agregado provém também de aumento significativo da qualidade de suas exportações. Por exemplo, percebe-se uma queda das exportações de têxteis, um aumento acima de 100% de produtos leves (ventiladores, por exemplo) e outra duplicação na exportação de máquinas. A princípio, isso corrobora formulação acima exposta de certo padrão previsível de crescimento, que inclusive nos remete ao exemplo dos *chaebols* coreanos e *zaibatzus* japoneses, conglomerados privados que surgem com forte apoio do Estado.

Dessa forma, outra discussão deve ser remetida e diretamente cotizada com o aumento de peso das ECPs: a crescente participação desse tipo de empresa no mercado internacional. Ao falarmos – conforme vimos fazendo desde o início – do trabalho em planejamento do comércio exterior como uma expressão de uma grande estratégia, convém salientar que esse tipo de planificação que obedece a uma certa historicidade do desenvolvimento não se restringe a políticas monetárias que induzem esse tipo de enfrentamento. O complemento deste círculo deve ser remetido à formação de empresas, conglomerados. No caso da China, conforme falaremos mais abaixo, os conglomerados estatais obedecem à dominância do processo, mas nichos de mercado externo não explorados pelas estatais estão sendo devidamente preenchidos por ECPs.

O apoio a este tipo de estratégia internacional pode estar diretamente relacionado ao fato de ECPs como a Haier (detentora de 50% do mercado de pequenos frigoríficos nos EUA), a Galanz (detentora de 33% do mercado mundial de microondas), a Legend (20% do mercado internacional de placas para computadores) e a China International Marine Containers (40% do mercado internacional de containeres refrigerados)<sup>120</sup>, conforme apontam os números entre parêntese, fazerem cada vez mais parte do dia a dia de empresas e pessoas pelo mundo.

Eis o “x” do processo.

---

<sup>120</sup> Idem ao 120

### 5.1.2 *Crescimento potencial e real*

É muito recorrente, neste trabalho, a busca de diversas relações capazes de dar cabo da própria tese em si de demonstrar as relações entre o socialismo e o projeto nacional chinês. Processo este cuja explicação repousa, e muito, em processos históricos e territoriais imbricados, em “contemporaneidades nada coetâneas”, mercado e planejamento, capitalismo e socialismo, público e privado, pequena produção mercantil e produção altamente socializada e assim por diante. Uma irresistível resposta ao porquê do crescimento chinês, robusto e ininterrupto, pode estar na própria consciência da superestrutura de poder do país dessa grande *complexidade* nacional de trabalhar políticas econômicas, monetárias e financeiras capazes de maximizar cada potencial diferenciado, como já demonstrado anteriormente, da maximização do mercado e da maximização dos instrumentos de planejamento, do “modelo soviético” ao “socialismo de mercado”. Enfim, explicar o fenômeno partindo da explicação de sua complexidade.

Abstrações à parte, um dado dito composto merece um tratamento especial: o da relação entre crescimento real e potencial. Em outras palavras, isso significa que um nível de análise se dá numa abstração sobre o crescimento potencial em íntima relação com o concreto, ou seja, do crescimento real. Exemplo interessante está numa grande e notável reportagem publicada em setembro de 2007 pela *The Economist*<sup>121</sup> sob o amparo de dados do Banco Mundial. Nessa reportagem, a comparação entre crescimento real e crescimento potencial é feita entre os anos de 1990 e 2007. Percebe-se que os dois pontos encontram-se entre os anos de 1996 e 2007. Entre os anos de 1990 e 1991, o crescimento real fica muito abaixo do potencial, resultado esse que expressa tanto a reação externa aos acontecimentos de junho de 1989 em Tiananmen (momento esse que a China passou por sanções impostas pelo G-7) quanto problemas internos, pois fora o interregno em que os opositores das reformas econômicas mais amplas estiveram controlando os gânglios vitais da economia do país. É notório que as reformas econômicas ganharam impulso no ano de 1992, com a realização do 14º Congresso Nacional do PCCh, onde o setor alinhado a Deng Xiaoping, finalmente, venceu a disputa interna do PCCh. Entre 1992 e 1994, o crescimento

---

<sup>121</sup> “How fit is panda?”. *The Economist print edition*. Sep 27th, 2007.

real ficou entre 3% e 4% acima do potencial, redundando numa inflação na casa dos 25% no ano de 1994. Como já colocado, em 1996, após ajustes no ano de 1995, o crescimento real e potencial passaram a conviver em quase harmonia, denunciando – positivamente – o encontro do eixo central do processo econômico, o que significa que um ponto de equilíbrio entre todo o complexo que forma a economia nacional chinesa foi alcançado.

Existem determinantes para explicar esse equilíbrio baseado em altas taxas de crescimento. Logo, não se trata de um equilíbrio baseado em taxas medíocres de aumento do PIB. O primeiro ponto que gostaríamos de salientar são as altas taxas de investimento, ou melhor, de Formação Bruta de Capital Intensivo, já expostas no gráfico 1. A média desse agregado em toda a década de 1980 foi de 28,62%. Esse número foi crescendo de forma robusta desde então: de 27,48% em 1991 para 45% em 2008<sup>122</sup>. Para termos uma noção, no Brasil do chamado “milagre econômico”, esta taxa chegou – em 1974, quando o Brasil cresceu em torno de 14% – a exatos 33% do PIB.

Pelo tamanho de sua população, área territorial e sua extensa base camponesa, a Índia é uma base de comparação à China no sentido de assimilarmos a dimensão do processo em curso no país. Pois bem, desde 1991 a Índia vem ganhando terreno e destaque na arena econômica internacional. Por exemplo, entre 1991 e 2005 suas taxas de crescimento variaram entre 5% e 8%, passando do patamar de 9% a partir de 2006. Porém, no sentido de demonstrar a singularidade da importância da Formação Bruta de Capital Intensivo para o crescimento chinês, é interessante notar que, enquanto na China essa taxa alcançou a casa dos 45%, na Índia essa taxa no biênio 2003-2004 foi de 28,2% e, em 2007-2008, de 36,3%<sup>123</sup>, portanto, um tanto quanto distante da China.

Retornando ao caso chinês, outra relação necessária a uma visão mais abrangente de seu processo de desenvolvimento é a concomitância e similaridades entre as taxas de investimento e de poupança: a taxa de poupança média na década de 1980 foi de 35,1% do PIB, alcançando em 2003 43,17%, sendo que, neste mesmo ano de 2003, a taxa de investimento da China foi de 42,16%<sup>124</sup>. A princípio, fica o óbvio para quem não existe crescimento de longo prazo fora dos marcos das altas taxas de investimentos. Por outro lado, apesar da taxa de formação de poupança

---

<sup>122</sup> *China Statistical Yearbook* para todos os anos.

<sup>123</sup> World Bank

<sup>124</sup> VIEIRA, Flávio V.: “China: Crescimento Econômico de Longo Prazo”. In *Revista de Economia Política*. Vol. 26, nº 3 (103), p. 401-424. São Paulo, julho-setembro/2006.

trazer em seu bojo determinadas contradições sociais, como já exposto no capítulo 1, na verdade esse tipo de dado revela – por exemplo – uma reserva gigantesca a ser mobilizada em momentos de problemas de realização pela via da demanda externa, como nos momentos da crise financeira asiática em 1997 e a presente crise financeira.

### ***5.1.2.1 O estatal, o privado e o crescimento na China***

Argumentamos desde o início deste trabalho que o processo de transição a uma sociedade de nível superior depende de um tratamento adequado das relações entre estatal e privado como forma de se sustentar – cientificamente – qualquer tipo de projeto nacional e o próprio processo de desenvolvimento em si, inclusive no socialismo, diga-se de passagem. Daí acreditarmos que o desenvolvimento é um processo de maximização das possibilidades tanto do planejamento quanto do mercado, do setor público e do setor privado. Logo, nessa matéria torna-se muito complicada a sustentação de qualquer argumento pela via ideológica, tanto de direita quanto de esquerda.

A China, tornamos a repetir, é uma expressão clara dessa virtuosidade de inúmeras relações. Principalmente entre as duas formas de propriedade em tela. Justas e racionais relações dialéticas entre o estatal e o privado na China têm no crescimento robusto e num projeto de desenvolvimento de sucesso sua principal síntese. Vamos à análise dessa relação.

\*\*\*

Ao lado da crescente institucionalização do setor privado da economia como parte importante da “economia socialista de mercado”, buscou-se na China uma reestruturação das empresas estatais no sentido de transformar tais empresas como o “corpo central do mercado” em detrimento de um pressuposto do “modelo soviético”, segundo o qual as empresas estatais são prolongamentos da ação governamental. Posto as coisas desta forma, um salto interessante de qualidade, no que tange às empresas estatais, é a introdução de um mecanismo já amplamente utilizado pelo capitalismo nos idos da 2ª Revolução Industrial: o da separação entre gestão e propriedade, algo fulcral à preparação das empresas no âmbito da grande concorrência interna e

externa; é, principalmente – como já argumentado –, onde as empresas estatais jogam todo seu peso como expressão dos interesses do Estado chinês. E, para isso, devem estar preparadas com o que de melhor o modo de produção capitalista criou no âmbito da gestão empresarial. Um salto sem precedentes tanto para a reprodução do projeto nacional chinês quanto da própria história da edificação do socialismo em contraposição aos próprios cânones criados e amplificados sobre o papel da grande empresa estatal sob o “modelo soviético”.

A partir de uma visão ampla de processo histórico e econômico, da utilização da complexidade de sua estrutura social, além da pauta leniniana segundo a qual o socialismo deve amplificar o que de melhor o capitalismo criou no âmbito da gestão empresarial é que a China segue para a diversificação de sua estrutura de propriedade. O setor estatal deixa de ser único, mas continua como predominante em setores estratégicos e de alto grau de monopólio, porém ladeado por múltiplas formas de propriedade.

Vamos nos aprofundar.

#### 5.1.2.1.1 As múltiplas formas de propriedade

Em grande parte compreensível, mas plenamente superficial, parte-se do princípio de que o desenvolvimento chinês é produto quase que exclusivo de uma bem-sucedida transição ao capitalismo. “Bem-sucedida” transição, apesar da convivência entre um setor dinâmico privado, com crescente importância, e um setor estatal obsoleto. O “processo histórico” corroboraria com essa tendência: transição de uma estrutura econômica centralmente planejada para outra baseada nas leis econômicas mercantis, autonomia comercial aos camponeses, gradual liberalização dos preços de produtos agrícolas e dos meios de produção, surgimento das ECPs, privatização de milhares de estatais na década de 1990, legalização da propriedade privada, permissão para “capitalistas” se filiarem ao PCCh etc. Quase ou nenhuma atenção é dada ao caráter estatal do sistema financeiro, do solo urbano e rural e do controle estatal sobre os instrumentos cruciais do processo de acumulação.

Outra ideia mais moderada diz respeito à característica mista da economia chinesa, também em essência equivocada, na mesma medida em que não se toca em características de

fundo da própria superestrutura do país e do próprio fato segundo o qual mais de 80% das empresas chinesas associadas a empresas estrangeiras sob a forma de *joint ventures* são de propriedade estatal, o que serve de corredor às estatais para internalização de formas modernas de administração e tecnologias ocidentais e mesmo orientais (japonesas, por exemplo)<sup>125</sup>.

O que pouco se comenta é que a convivência da propriedade estatal (dominante) com outras formas de propriedade é a característica nodal do “socialismo de mercado”. Não existe amparo teórico para caracterizar a base econômica chinesa como um “combinado” de diferentes formas de propriedade. Isso pode dar a impressão de certo caos, quando na verdade esse aparente caos obedece a uma ordem determinada e definida como uma economia de mercado sob orientação socialista. Abrindo parêntese, **o “hibridismo” não se aplica à análise de fenômenos sociais, somente biológicos; o progresso social só é passível de realização pela determinação de algo que tome o papel dominante, e descobrir a essência do modo de produção e da formação social é o caminho cientificamente comprovado para a plena compreensão do processo.** A ênfase na mediação do processo equivoca-se pela superfície, analisar o mercado e a circulação não resolve o problema seja do economista, seja do cientista social. E a preponderância da propriedade estatal é o núcleo do complexo econômico chinês. Como veremos, esse domínio da propriedade pública é um paradoxo apenas aparente.

Retornando, existem diferentes dimensões para se tratar essa questão, sendo a principal delas – sob nosso ponto de vista – o de buscar a compreensão do processo de desenvolvimento a partir de sua complexidade, e não de simplificações anticientíficas<sup>126</sup>. Uma das formas de se abordar o problema encontra-se nas diferentes formas de transição dentro de uma *formação social complexa* e já colocada no capítulo 3. Outra forma é o de perceber as imbricações e relações entre as diferentes formas de propriedade a partir, por exemplo, da mediação financeira e do uso civil de diferentes inovações no campo militar e na própria relação entre um chamado sistema nacional de ciência e tecnologia chinesa com as empresas estatais e privadas e a própria dependência privada da assimilação pelas empresas estatais de novas tecnologias e métodos de administração internalizados pela via das *joint ventures*. Tão importante quanto essa plêiade de

<sup>125</sup> China Statistical Yearbook.

<sup>126</sup> Interessante colocar que mesmo um economista situado no *mainstream* tem chamado a atenção para a necessidade de se buscar a compreensão do processo chinês tendo como um dos pressupostos as diferentes formas de produção inseridas no país, como expressão de algo em correspondência com os diferentes níveis de desenvolvimento percebidos e observados na China. Referimo-nos a Dani Rodrik. Sobre isto, ler: RODRIK, D, “Make room for China in the world economy”. Paper prepared for the AEA session on *Growth in a Partially De-Globalized World*, chaired and discussed by Philippe Aghion. Disponível em: <<http://www.hks.harvard.edu/fs/drodrik/Research%20papers/Making%20room%20for%20China.pdf>> . Acessado em 05 mar. 2010.



formas de se aferir o processo é a apreensão dos diferentes níveis de produtividade de trabalho verificados nas empresas estatais e privadas na China. Dessa maneira, a essência produtiva do “socialismo de mercado” fica mais plausível de observação.

#### 5.1.2.1.2 O real tamanho do público e do privado

Na verdade, existe um movimento quase que simultâneo, a partir de 1978, pela busca de uma harmonia entre a superestrutura e a base econômica chinesa. Expressão disso está numa chamada transição de um modelo de economia dita de “comando” para outras onde as forças de mercado jogariam peso na mediação econômica e principalmente na alocação de recursos. Esse movimento se coaduna com outra manobra importante do regime baseado na descentralização financeira, pautando maior autonomia às províncias no que cerne à gestão econômica. Essa questão é essencial para perceber que, historicamente, o empresário privado frutifica em meio a processos de descentralização regional, onde a própria lógica de reprodução local depende muito da reprodução econômica e empresarial de “empresários locais”. Abrindo novo e necessário parêntese, é importante salientar que qualquer política regional com vistas ao sucesso deve ser precedida por políticas de indução às iniciativas individuais no âmbito da região a ser desenvolvida. A implantação das infraestruturas necessárias pode ser o passo seguinte a este. Portanto, a pura transferência de recursos do centro para a periferia no âmbito da formação social não deve ser absolutizada.

Passos posteriores podem ser percebidos no caso chinês, na própria transferência de tarefas outrora designadas ao setor estatal e/ou coletivo para o setor privado, como, por exemplo, a reprodução de um amplo e poderoso setor de serviços no país. Por outro lado, o Estado diversifica seu escopo de atuação, seja no controle macroeconômico, seja na estatização e institucionalização do comércio exterior. Outro movimento que se aproxima do elaborado por nós no primeiro capítulo está na formação de 149 conglomerados estatais notadamente nos setores estratégicos da economia chinesa. Vale ressaltar que esse processo de concentração e centralização do capital estatal chinês ganha impulso em meio a graves crises financeiras que

assolaram a Ásia em particular (1997) e o mundo<sup>127</sup>. Retornando, esses conglomerados compõem-se no que de mais dinâmico existe na economia chinesa, entre elas a indústria espacial – porta de entrada do país para a 3ª Revolução Industrial.

A dominância, de um lado, do setor estatal da economia e, por outro, o dinamismo do setor privado podem ser percebidos no fato de que, entre as 500 empresas mais destacadas da China, 331 são de propriedade estatal. Vale dizer que em 1978, 78% das empresas do país eram de propriedade estatal e 22% coletivas. Como se observa abaixo, a transformação da estrutura de propriedade na China passou por transformações de vulto:

**Tabela 11 – Estatais x privadas na China: número de empresas, participação da produção industrial e população empregada, 1998-2007 (%)**

ESTATAIS E CONGLOMERADOS ESTATAIS				EMPRESAS PRIVADAS		
Ano	Nº de empresas (% do total nacional)	Participação produção industrial nacional	Pop. empregada	Nº de empresas (% do total nacional)	Participação produção industrial nacional	Pop. empregada
1998	39,2	49,6	60,5	6,5	3,1	2,6
1999	37,8	48,9	58,5	9,0	4,5	3,9
2000	32,8	47,3	53,9	13,6	6,1	6,2
2001	27,3	44,4	49,2	21,1	9,2	10,0
2002	17,5	40,8	43,9	27,1	11,7	13,3
2003	12,9	37,5	37,6	34,5	14,7	17,9
2004	10,1	34,8	29,8	43,2	17,4	22,9
2005	10,1	33,3	27,2	45,5	19,0	24,5
2006	8,3	31,2	24,5	49,6	21,2	26,8
2007	6,1	29,5	22,1	52,6	23,2	28,6

FONTE: China Statistical Yearbook. Elaborado por Alberto Gabriele e Elias Jabbour

O exposto no prólogo da tabela nos dá condição de auferir o nível de transformação na estrutura de propriedade no país, algo que a tabela 11 corrobora. Interessante notar dois

<sup>127</sup> GABRIELE, Alberto: “The Role of the State in China’s Industrial Development”. MPRA Paper nº 1451. Munchen. April 2009, p. 15.

movimentos na tabela acima: o primeiro, marcado pela rápida “desestatização” da cadeia produtiva chinesa: entre 1998 e 2007, o total de números de empresas estatais na China caiu 642%, apesar da queda do número de empregados ter sido de “apenas” 168%, explicado pela grande parte “intensiva” em trabalho de muitas empresas estatais, principalmente as localizadas no nordeste do país. O aumento da população empregada nas empresas privadas, que saltou de 2,6% em 1998 para 28,6% em 2007, coloca a nu o papel central desse tipo de empresa na geração de empregos num país que necessita criar anualmente cerca de 13 milhões de novos postos de trabalho.

Por outro lado, a aceleração da “desestatização” guarda explicação na própria pressa chinesa em adiantar o processo de admissão à OMC ocorrida em 2001.

Indo ao encontro de nossa tese de predominância do setor estatal; predominância essa sofisticada a partir da formação de 149 conglomerados estatais, encontra-se eco na tabela abaixo, demonstrando a força do setor, conforme segue:

**Tabela 12 - Empresas chinesas no ranking da Fortune 500**

<b>Ordem</b>	<b>Empresas</b>	<b>Classificação no ranking</b>
1	Sinopec	23°
2	State grid	32°
3	China National Petroleum	39°
4	Industrial & Commercial Bank of china	119°
5	China Mobile Communications	202°
6	China Life Insurance	217°
7	Bank of China	255°
8	Hutchison Whampoa	259°
9	China Souther Power Grid	266°
10	China Constrution Bank	277°
11	China Telecommunications	279°
12	Baosteel Group	296°
13	Sinochem	304°
14	Agricultural Bank of China	377°
15	China Railway Engineering	441°
16	Cofco	463°
17	China First Automotive Works	470°
18	Shangai Automotive	475°
19	China Railway Constrution	485°
20	China State Construction	486°

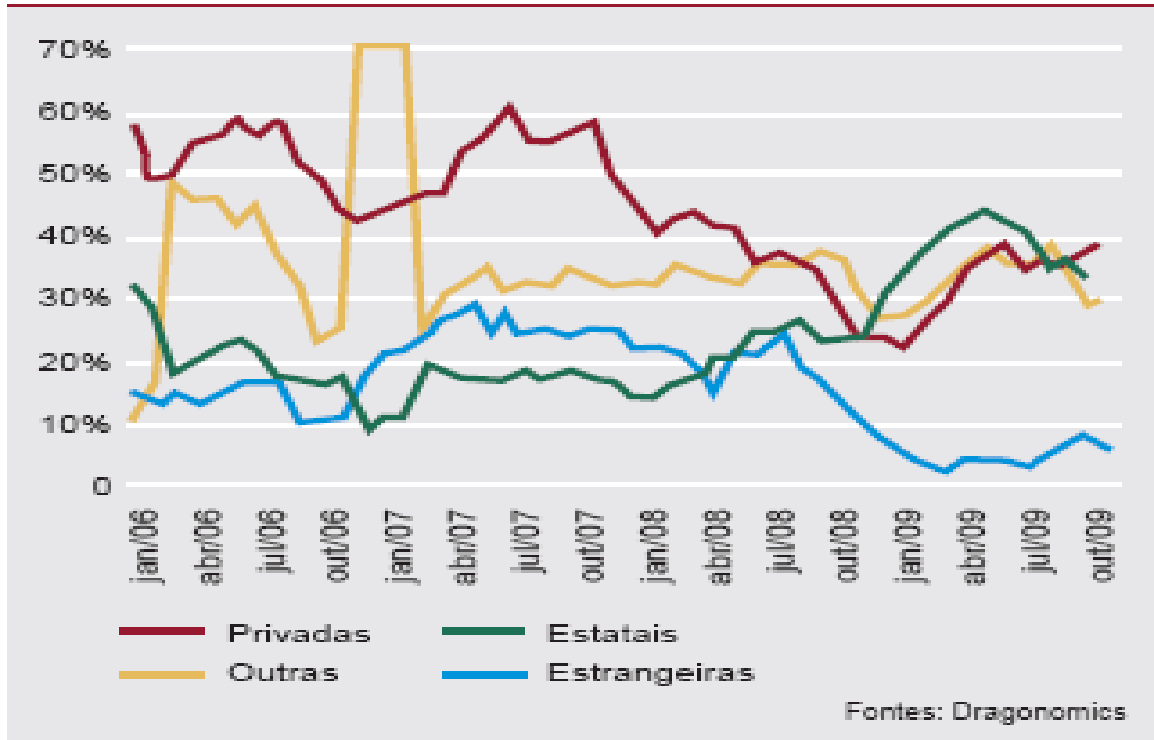
FONTE: CORRÊA, Domingos S.: “Desenvolvimento Econômico e Estratégias de Expansão de Empresas na Ásia”. In *Revista de Geografia Econômica*. Dossiê Ásia-China 1. Edição Piloto, págs. 210-219. Núcleo de Estudos Asiáticos do Depto. de Geociências do CFH-UFSC. Junho de 2007.

Alguns detalhes chamam a atenção para a lista acima. A primeira, com certa retumbância, calcada no fato de todas essas empresas serem estatais. Talvez por isso essa lista não tenha obtido no Brasil grande destaque. Não é difícil perceber as razões, pois no Brasil é onde o debate econômico, pautado pelo grande partido político da imprensa ultraliberal, é altamente ideologizado, ideologização tal que ganhou terreno na mesma proporção em que os postulados neoliberais careciam de sofisticação e base empírica e histórica. Esse é um fato a ser abordado nesse debate. Por outro escopo, bom destacar que esta tabela coloca a nu a força desses conglomerados recém-criados na China. A força de empresas siderúrgicas (Baosteel), bancos estatais, empresas direcionadas à construção e infraestrutura, além de suas gigantes petrolíferas, está na vanguarda do processo de desenvolvimento chinês.

Essa lista nos permite ainda alguns exercícios de futuro: primeiro, são todas empresas que já enfrentam com êxito a concorrência internacional; segundo, em sua maioria já contam grandes somas de investimentos fora da China, aliás um fenômeno previsível mas recente; terceiro e último, estão concentradas, em alguns casos, em setores-chave à continuidade do crescimento chinês, sobretudo construções, energia e infraestrutura.

Outra forma de medir o peso entre o estatal e o privado encontra-se na fonte de investimentos. Como já dito, essa taxa na China já alcançou a casados 45%, logo a questão que deve ser respondida gira em torno do papel das diferentes formas de propriedade. O gráfico abaixo, apesar de seu nível de generalização, municia-nos a enfrentar essa discussão:

**Gráfico 3 – Investimentos em ativos fixos por tipo de empresa, jan-2006 a out-2009 (% sobre o total dos investimentos realizados no país)**



Fonte: Macro China (fonte primária: Dragonomics). Elaborado pelo Conselho Empresarial Brasil China ([www.cebc.org.br](http://www.cebc.org.br))

Escolhemos este gráfico retirado da revista eletrônica *Macro China* justamente por esse citado grau de generalização nela contido e pelo período compreendido, entre condições normais de “tempo e temperatura”, portanto fora da influência de crises externas e um período de recessão externa, onde justamente o gráfico demonstra uma queda dos investimentos externos e uma subida, quase brusca, dos investimentos estatais e privados internos.

Porém, por enquanto, manteremo-nos diagnosticando um aumento dos investimentos de tipo estatal relacionado ao pacote de US\$ 586 bilhões (sobretudo em infraestruturas) lançado pelo governo chinês em fins de 2008 no sentido de aquecer a demanda interna em detrimento de uma demanda externa em queda e os investimentos privados em recuo (sobretudo o setor imobiliário). No final de 2009, percebe-se um aumento do investimento privado, como resultado – inclusive – de uma política deliberada e planejada para desaquecer a economia chinesa, que cresceu acima dos 8% previstos pelo governo. Além disso, do ponto de vista conjuntural, a grande questão a ser

salientada (novamente) e que o gráfico nos expõe é a já presença de um setor privado em condições de auxiliar o setor estatal na manutenção de objetivos desenvolvimentistas estratégicos. Eis um ponto interessante, **pois, sem um equilíbrio entre os setores estatal e privado da economia, dificilmente se logra um desenvolvimento contínuo e estável, sob os riscos da lógica do stop-and-go.** O que significa dizer que o desenvolvimento não é algo a ser analisado à luz de ideologismos e sim baseado na realidade concreta e na objetividade histórica.

Analisar a centralidade das empresas de tipo estatal e/ou coletiva no processo chinês em detrimento da maior participação das empresas privadas deve ir além de ideologismos privatistas muito comuns ao *mainstream* do pensamento econômico seguido à risca pelos jornalistas e repórteres da “grande imprensa”. Se o normal é relacionar a eficiência econômica com a propriedade privada, pode ser que o caso chinês seja no mínimo um grande paradoxo, para não dizer paradigma, das relações entre eficiência e desenvolvimento.

Analisemos a tabela abaixo:

**Tabela 13 – Índices de produtividade e lucratividade entre empresas estatais e privadas (em 10.000 yuanes)**

<i>Tipo de Empresa</i>	<i>Produtividade do Trabalho</i>	<i>Rendimento por trabalhador</i>
<i>Empresas Públicas</i>		
Empresas Estatais	58,3	84,7
Empresas Estatais (total)	54,8	84,7
Empresas Públicas não estatais ( ECPs)	41,2	24,8
<i>Empresas Privadas</i>		
Empresas Privadas (total)	48,1	32,5
Empresas Privadas Nacionais	41,7	23,7
Empresas de capital estrangeiro	54,2	41,0
<i>Conglomerados Estatais</i>		
Conglomerados públicos/estatais	68,7	90,8

<i>Empresas de Capital Misto</i>		
Empresas de capital misto	59,6	57,3
Empresas de capital misto sob controle estatal	88,0	99,2
Empresas de capital misto sob controle privado	41,6	90,8

Fonte: China Statistical Yearbook. Elaboração própria

Uma apreensão mais geral dos dados expostos na tabela acima sugere um elemento ou, talvez, uma generalização: **as empresas estatais concentram a fina flor de algo intensivo em capital, enquanto as empresas privadas se encarregam de setores intensivos em mão de obra.** Trata-se de uma abstração com alto grau de correção, na medida em que as estatais estão passando por um processo de organização em torno de conglomerados, apesar de muitas delas ainda existirem sob a forma de pequenas e médias indústrias de tipo “Departamento 1” que ainda não foram fundidas por outras de porte maior. Da mesma forma, percebe-se que as empresas privadas passaram a ser dominantes em setores como o têxtil e outras onde a intensividade em trabalho é a tônica, o que coloca em evidência a afirmação exposta anteriormente sobre o papel das iniciativas empresariais particulares num país que necessita gerar 13 milhões de empregos por ano.

Outro ponto menos superficial a ser observado é que uma grande transição entre uma economia de tipo “modelo soviético” para outra de baseada em relações de mercado está em andamento na China, porém mediada por um grande planejamento de caráter estratégico e menos *micro*. Argumentamos (novamente) que, no atual estágio de desenvolvimento chinês, já pautado por uma sólida condição financeira, a busca por *novas e superiores formas de planejamento* passa a ser um imperativo. Assim sendo, essa transição para um modelo de múltiplas formas de propriedade sob a égide da propriedade pública é uma verdadeira arte contornada por uma ciência: o planejamento.

A formação de conglomerados estatais e a transferência de setores inteiros da economia para a iniciativa privada em absoluto foram uma obra do mercado, do *laissez-faire*. São escolhas políticas e estratégicas do Estado em consonância tanto com uma superestrutura voltada para

objetivos estratégicos de longo alcance (socialismo) quanto a uma base econômica fluida, em rápida transição e transformação qualitativa.

#### 5.1.2.1.3 As estatais na China e o peso dos investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

A busca da verdadeira essência do equilíbrio econômico sob o “socialismo de mercado” deve ser realizada na relação entre propriedade estatal e privada. São dois níveis de historicidade que se cruzam e que, por isso mesmo, exigem um tratamento correto, principalmente dadas as contradições que de tal relação emanam. Para nós, demonstrar a importância capital da propriedade estatal não deve se resumir a esse ou aquele dado sobre lucratividade, tamanho e produtividade do trabalho.

Tais dados podem abrir outra margem de análise, com serventia a um argumento calcado na realidade. Pois bem, uma das formas de demonstrar o nível dessa relação entre diferentes formas de propriedade (e mesmo duas formações econômico-sociais *contemporâneas, mas não coetâneas*) está nas entranhas do desenvolvimento da ciência e tecnologia e sua importância para qualquer projeto nacional digno desse nome<sup>128</sup>. Num outro escopo de visão, o próprio futuro da China (e da lenta, gradual e segura mudança de perfil de seu crescimento econômico) depende em grande parte do futuro do processo de inovação no país. Isso inclui, dentre outros fatores, o desafio do crescente aumento da renda popular e de sua própria posição no mundo.

Em primeiro plano, observemos a evolução recente em proporção à importância da inovação para o país na tabela abaixo:

---

<sup>128</sup> Sobre a crescente e central importância dada para a C&T no processo de Reforma e Abertura na China, recomendamos a excelente leitura de: OLIVEIRA, Amaury P.: “Governando a China: a quarta geração dirigente assume controle da modernização”. In *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, vol. 42, n° 002, jul./dez., 2002, p. 138-160.



Tabela 14 – Índices básicos em Ciência e Tecnologia na China, 2003-2007

	2003	2004	2005	2006	2007
<b>Pessoal engajado em atividades de C&amp;T (10.000 pessoas)</b>	<b>328.4</b>	<b>348.1</b>	<b>381.5</b>	<b>413.2</b>	<b>454.4</b>
Cientistas e Engenheiros	225.5	225.2	256.1	279.8	312.9
<b>Pessoas empregadas em tempo integral (10.000 pessoas)</b>	<b>109.48</b>	<b>115.3</b>	<b>136.5</b>	<b>150.2</b>	<b>173.6</b>
<b>Fundos para atividades em C&amp;T (em 100 milhões de yuanes)</b>	<b>3459.1</b>	<b>4328.3</b>	<b>5250.8</b>	<b>6196.7</b>	<b>7695.2</b>
Fundos governamentais	839,3	985.5	1213.1	1367.8	1703.6
Autofinanciamento via empresas	2053.5	2771.2	3440.3	4106.9	5189.5
Empréstimos bancários	259.5	265.0	276.8	374.3	384.3
<b>Investimentos em P &amp; D (em 100 milhões de yuanes)</b>	<b>3121.6</b>	<b>4004.4</b>	<b>4836.2</b>	<b>5757.3</b>	<b>7098.9</b>
Pesquisa básica	87,7	117.2	131.2	155.8	174.5
Pesquisa aplicada	311.4	400.5	433.5	489.0	492.9
Desenvolvimento experimental	1140.5	1448.7	1885.5	2358.4	3042.8
Fundos governamentais	460.6	523.6	645.4	742.1	913.5
Autofinanciamento via empresas	925.4	1291.3	1642.5	2073.7	2611.0
<b>Proporção de investimentos x PIB</b>	<b>1.13</b>	<b>1.23</b>	<b>1.34</b>	<b>1.42</b>	<b>1.49</b>
<b>Valor total de exp/imp de produtos de alta tecnologia (em 100 milhões de yuanes)</b>	<b>2296</b>	<b>3267</b>	<b>4160</b>	<b>5288</b>	<b>6348</b>
Exportações	1103	1654	2182	2815	3478
Importações	1193	1613	1977	2473	2870

FONTE: China Statistical Yearbook. Elaboração própria.

Antes de uma análise fria dos números, é de grande conveniência uma explanação sobre esta questão que envolve o desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Em primeiro lugar, a ciência e a técnica não surgem do nada, mas sim de onde se dão condições para tal. Em segundo, relacionando-se com a categoria de modo de produção, “não foi a máquina de vapor que inventou o capitalismo, foi o capitalismo que criou a máquina a vapor”, o que significa dizer que a ciência frutifica em concomitância com o nível de acumulação de capital na sociedade, daí a ciência e a tecnologia ganharem o *status* de forças produtivas sob o capitalismo. Enfim, o modo de produção, o nível de acumulação e a indução para esse processo determinam o papel primário e/ou secundário da ciência e tecnologia na reprodução da sociedade<sup>129</sup>.

<sup>129</sup> A relação entre o modo de produção e o progresso da técnica é trabalhada de forma próxima da perfeição por Armen Mamigonian em: MAMIGONIAN, A. “Tecnologia e Desenvolvimento Desigual no Centro do Sistema Capitalista”. In *Revista de Ciências Humanas*. n° 2.

É muito importante esse prólogo na medida em que a discussão sobre o tema no Brasil toma cada vez mais um caráter lúdico, quase ingênuo, onde se confunde aumento de bolsas de mestrado e doutorado, mais aportes de capital de determinadas agências de fomento, com o advento de uma política de “ciência e tecnologia”. É como se – trabalhando uma analogia histórica – a invenção de Santos Dumont não fosse um acidente histórico e sim algo plausível de acontecer independente de condições objetivas. Afinal não é incomum pérolas do tipo “ciência é poder”, como se o poder sob o feudalismo não fosse determinado pela quantidade de terras possuída por alguém ou, mesmo sob o capitalismo, o poder não tivesse relação direta com o acúmulo de capital. Mais um motivo para colocar a análise do modo de produção no centro do problema. Fora isso, sobra ludismo liberal.

O modo de produção capitalista ou mesmo a transição ao comunismo (socialismo) é sinônimo de empresa e de desenvolvimento amplo de suas forças produtivas. A grande empresa é expressão *mater* do acúmulo de capital, pois o limite do capital é o próprio capital. E a ciência e a tecnologia tendem a ser algo cada vez mais fruto do desenvolvimento da empresa, sua causa e consequência, consequência essa dependente, de forma progressiva da fusão da empresa com o banco<sup>130</sup>.

Assim sendo, de forma genérica, a historicidade do processo de desenvolvimento nos aponta o papel de proa do Estado no processo de acumulação, desde a desapropriação camponesa na Inglaterra até as guerras de pilhagem, sendo que neste último a presença do Estado a serviço de sua empresa privada é muito clara, daí a categoria atual de imperialismo apresentado por Hobbes e elaborada em exaustão por Lênin. Continuando, a *acumulação primitiva* é o passo inicial à conseqüente formação da empresa e grande empresa capitalista, que por si só, dado o seu aparato financeiro, passa ao leme do processo de desenvolvimento e coloca o Estado ao serviço de seus interesses, sobretudo na política e comércio externo. É o velho revezamento entre Estado e propriedade privada na consecução de tarefas econômicas.

---

Florianópolis. Editora da UFSC, 1982. Mamigonian trabalha sinteticamente as contribuições de Marx, Sweezy, Schumpeter, Kalecki e Rosa Luxemburgo no sentido de demonstrar o caráter conservador do oligopólio norte-americano em detrimento de corrida empreendida pelo Japão, tornando difíceis as condições norte-americanas de enfrentar o aparato criado pelo país asiático nessa contenda interimperialista na década de 1980. Muitas de nossas ideias a respeito – e desenvolvidas neste trabalho – tem como fonte essa contribuição de Mamigonian.

<sup>130</sup> Esse é o “x” da falta de compreensão da historicidade do processo de desenvolvimento tecnológico em nossa época. Trata-se do suprassumo da utilização da categoria de modo de produção para essa problemática tão carente de análises sérias e atreladas, em muitos casos, a esta ou aquela política periférica de ação governamental. No Brasil somente Ignacio Rangel atentou-se a esse problema em seu tempo, até hoje longe da compreensão dos que estudam o assunto. RANGEL, I. “Ciclo, Tecnologia e Crescimento” (1982). In RANGEL, I. “Obras Reunidas”. Vol. 2. Contraponto, RJ, 2005. Esse subitem sobre a questão tecnológica está amplamente baseado em suas seminais e quase insuperáveis contribuições.

No desenvolvimento de tipo periférico, o grande desafio do Estado, após ter “fechado” um ciclo de participação ativa do Estado ao processo endógeno de acumulação (pela formação de grandes empresas em grande medida estatais de utilidade pública, e pela formação de um ambiente de reserva de mercado institucionalizada para empresas nacionais, dando base à completa transição da pequena produção de mercadorias ao novo Departamento 1 novo da economia, ou seja, a indústria mecânica pesada), passa a ser o da capacitação de empresas privadas a uma nova e mais complexa participação na divisão social do trabalho. Participação essa que se dá inclusive pela transferência de setores de atividade pública do setor estatal para o privado, seguido pela quase estatização do comércio exterior pela via da adoção de uma política cambial que capacite o pleno uso da capacidade produtiva instalada no chamado período de “substituição de importações”. Assim, chega-se ao (para o caso dos países periféricos) **dilema político da fusão do banco com a indústria ou a adoção de políticas “estabilizadoras”** que, no fundo, guardam intenções, sendo a mais notória a do *dumping* sob seu mercado interno em prol da “modernidade da globalização”.

Fica nesse contexto a seguinte questão: o que tem a ver o desenvolvimento da técnica e da ciência nesse processo? Qual o limite desse processo sob o capitalismo e quais são as possibilidades sob o socialismo? Que tendência histórica a tabela 14 revela?

O desenvolvimento, a importação, a exportação e transformação da ciência e da tecnologia em “forças produtivas autônomas”, no dizer de Ignacio Rangel, guardam ao menos dois processos históricos, a saber:

- a) todo um *processo histórico* iniciado com o artesanato e a manufatura até a industrialização amadurecida; e
- b) outro *processo histórico*, nessa matéria, inicia-se com a irrupção do *capitalismo financeiro* e do *socialismo*.

Para bem dizer, a importação de tecnologia, por mais notoriedade que tenha obtido nos últimos tempos, já existe desde o momento em que o “novo mundo” foi posto em contato com o “velho mundo” (tal trânsito de tecnologia da metrópole para a colônia é parte integrante da origem de *formações sociais complexas* na periferia do capitalismo, como expressão do funcionamento simultâneo de diferentes formas e modos de produção numa mesma formação

social periférica). Nesses dois processos históricos referidos, diferentes formas de importação de tecnologia ganham corpo; dois níveis qualitativos de importação de tecnologia são sobrepostos, obedecendo a níveis distintos de desenvolvimento cuja fronteira está, necessariamente, ligada ou à fusão da indústria com o banco ou a uma revolução socialista capaz de centralizar todos os recursos da nação ou mesmo a um simultâneo processo envolvendo tanto uma *revolução socialista* quanto à *fusão do capital bancário com o capital industrial*, como parece ser o caso da China pós-1949 e acelerada no pós-1978.

O processo de substituição de importações engendra importações de tecnologias e sua respectiva substituição de importação, capazes de gerar aumentos de produtividade suficientes para a construção, de forma lenta ou rápida, de um determinado edifício industrial, como – por exemplo – máquinas e equipamentos que num determinado momento levam à internalização de um determinado centro dinâmico produtivo, como por exemplo o Departamento 1. Nesse momento, o país se capacita a não somente copiar o criado no estrangeiro, mas passa a uma condição produtiva de acompanhamento da inovação tecnológica no mundo. Como *processo histórico*, percebe-se assim a diferença entre um Departamento 1 de tipo artesanal com um Departamento 1 moderno, capaz de produzir e criar máquinas. Nesse caso, importar “quinquilharia da tecnologia” não mais interessa ao desenvolvimento. É o momento em que o processo de reprodução do sistema depende da fusão de interesses entre banco e indústria, e a própria tecnologia – para os projetos nacionais autônomos – passa a ser um problema essencialmente *financeiro*<sup>131</sup> e não mais de pura contabilidade industrial.

Quando se trata a transformação da ciência e da tecnologia em “forças produtivas autônomas”, queremos dizer falar da transformação da arte da técnica em indústria propriamente dita e como toda indústria deve ser organizada como tal: com exércitos muito bem pagos e condicionados a um ambiente de rápida transformação do processo de desenvolvimento em sua própria realidade e no mundo à sua volta, condicionada por um planejamento estratégico – estatal e privado – como consequência de uma dada superestrutura interessada em liquidar seu atraso relativo e absoluto. O banco cumpre seu papel histórico de suportar esse esforço da empresa, que passa a ser não mais importadora desta ou daquela novidade no mercado de tecnologia por onde circula as inovações, e sim compradora líquida de pacotes prontos de novíssima tecnologia. Essa

---

<sup>131</sup> Conforme: RANGEL, I. “O papel da tecnologia no Brasil” (1982). In RANGEL, I. “Obras Reunidas”. Vol. 2. Contraponto, RJ, 2005, p. 337.

empresa passa a substituir o Estado em matéria de financiamento de boa parte da pesquisa científica e da compra de pacotes tecnológicos, atingindo assim outro patamar de atuação na sustentação do sistema e do modo de produção (e/ou da *transição socialista*). Eis mais uma diferença entre os dois processos históricos citados.

O Estado é o planejador em primeira e última instância desse processo ao viabilizar um ambiente propício à inovação, com induções em matéria de política macroeconômica (câmbio voltado aos interesses nacionais, juros atraentes ao crédito e um sistema financeiro desburocratizado e pronto para a sustentação material do projeto nacional e não dos interesses do “mercado”). Trata-se de mais um exemplo da aplicação de *novas e superiores formas de planejamento* já suscitadas nesse trabalho. Fora desses parâmetros, não existe política de ciência e tecnologia capaz de determinar ganhos no rendimento do PIB e da produtividade do trabalho. Pode surgir a inovação, mas sem capacidade de contribuir ao processo de reprodução da economia e da sociedade, como no caso brasileiro atual, onde certa “intelectualidade” dita progressista prefere tergiversar atribuindo a culpa (da falta de investimentos em ciência e tecnologia e/ou falta de ambiente para a inovação) aos empresários (numa forma ideologizada, de “esquerda” e pobre, apesar de “politicamente correta”) em vez de enfrentar a essência da questão: por que a indústria brasileira continua sendo destruída? Repetindo: fora do âmbito da grande empresa, falar em inovação é puro exercício de idealismo filosófico.

Sob outro escopo e escala, outros intelectuais adeptos da *economia natural do socialismo* e com grande apelo na academia e na imprensa dita de esquerda preferem contrapor o socialismo ao desenvolvimento do crédito, das finanças, dos bancos e da grande empresa rural e urbana sob a justificativa de um “socialismo do século XXI” tão pobre e idealista quanto um tal “planejamento indicativo”. Como será que a URSS financiou os 60.000 tanques que partiram de Stalingrado, Kobruk e Kursk rumo a Berlim na 2ª Guerra Mundial? Eis uma pergunta com difícil resposta a ser dada pelos nossos teóricos do “socialismo do século XXI”.

Outro nível de planejamento tem prática na preparação do país aos efeitos e estímulos dos ciclos de acumulação do centro do sistema capitalista. A questão reside no fato de a condição periférica de um país como a China demandar formas de organização *ativas* aos impulsos ou retrações externas. A capacidade de organização de respostas ativas aos impulsos externos é uma grande arma característica da China nesse processo de organização de uma indústria de tecnologia superada hoje somente pelos EUA, mas que em 1978 estava muito atrás, por exemplo,

do Brasil. Juntamente com essa capacidade de organização está a transformação do país em uma *potência financeira* com *estratégia* e *tática* para aproveitar, no momento certo, a falta de encomendas de determinadas empresas (tipo Siemens) no próprio centro do sistema para organizar – política e financeiramente – a compra de ativos e escritórios de P & D de certas empresas de ponta, além, é claro, de ativos financeiros europeus e norte-americanos<sup>132</sup>. Eis aí a “questão financeira”, também nesse aspecto, como determinante cada vez maior da *correlação de forças* entre *imperialismo x socialismo e projetos nacionais autônomos*.

Por fim, uma última consideração envolve diretamente o oligopólio, o capitalismo e o socialismo. Existe uma diferença muito grande de um oligopólio que controla o mercado e para quem o lucro, naturalmente, é seu objetivo-fim e outro onde o oligopólio é instrumento do projeto nacional e de uma política de largo alcance como a China, onde o lucro tem muito mais caracteres políticos do que financeiros. Num caso, a inovação passa a ser obstruída pelo privilégio e o monopólio sobre a compra e a venda, e no outro a própria inovação é imperativo da sobrevivência do próprio Estado Nacional no rol das grandes potências. No caso do capitalismo, a inovação tende a ser cada vez mais monopólio das pequenas e médias empresas (em busca de sua sobrevivência num “salve-se quem puder” das fusões e aquisições) enquanto que no socialismo a busca de inovação é a tônica tanto nos conglomerados estatais (siderurgias) quanto nas pequenas e médias empresas privadas em expansão (setor de energia limpa). De forma genérica, o caráter conservador do oligopólio capitalista dá margem de manobra ao próprio oligopólio de tipo socialista e mesmo em outros projetos nacionais periféricos de tipo capitalista. Eis outra forma, nada superficial, de responder ao dinamismo chinês nessa questão e em sua aproximação com relação aos Estados Unidos nessa matéria<sup>133</sup>.

\*\*\*

---

<sup>132</sup> Durante nossa última visita, pudemos ter acesso a informações acerca de uma possível compra de todo o escritório de P & D da Siemens alemã por parte da China com valores em torno de US\$ 30 bilhões. Os valores podem parecer exagerados, mas o fato em si não causa grandes surpresas.

<sup>133</sup> Kalecki, Sweezy e Rosa Luxemburgo apontaram essa tendência comprovada pelo avanço de “capitalismos” como o brasileiro e o japonês, além do próprio socialismo soviético e chinês e, nos últimos anos, o vietnamita. Mamigonian desenvolve a análise dessa tendência, evidenciando empiricamente conforme citação nº 131. Essa tendência pode ser verificada *in locu* em pelo menos duas ocasiões: em 2004, em visita ao complexo siderúrgico de Yuhetan em Pequim, onde o responsável por nossa recepção nos informou que, então, nos últimos 10 anos as máquinas foram substituídas por outras mais modernas por pelo menos três vezes. Nas duas ocasiões em que visitamos a Baosteel (2007 e 2009), os engenheiros de produção presentes nos confirmaram a troca por máquinas mais modernas no ano de 2008. No Japão, país de vanguarda em matéria de siderurgia, as cadeias produtivas do setor não são substituídas há pelo menos 15 anos.

É claro que inúmeras questões muito específicas da área de ciência e tecnologia poderiam ser desenvolvidas. Mas o importante, para fins de argumentação, está no *essencial*. E se esse essencial pode contemplar o conteúdo da tabela 14, que para nós é a própria essência do problema tanto da hegemonia da propriedade estatal dos meios de produção na China quanto dos maiores índices de produtividade de trabalho – deste setor – em comparação ao setor privado. E o essencial está no aumento significativo das empresas no processo de P & D no país. Vejamos.

O período compreendido é muito sugestivo, pois, nos quatro anos compreendidos os saltos em matéria, por exemplo, de pessoal com dedicação exclusiva às atividades de C&T, o financiamento estatal e empresarial e o próprio montante do PIB destinado ao setor tiveram aumentos significativos. Somente entre 2003 e 2007 o número de pessoas engajadas em atividades de C&T – bem como o número de engenheiros formados no país – teve aumentos variados (para cada categoria), entre 45% e 55%, o que só se pode classificar como algo impressionante, mas que não se encerra em si mesmo e sim em outros fatores que comentaremos mais abaixo. Outra observação interessante reside no fato de, no período compreendido, a China ter deixado uma condição “deficitária” em matéria de comércio internacional de “tecnologia” para se tornar “superavitária”, expressando uma mudança de situação e sinalização de que o país está deixando de ser um país periférico e deixando para trás uma das características expostas no capítulo 1, que descreve um país em etapa primária do socialismo (baixo nível tecnológico e não autonomia tecnológica). Se em 2003 o país era deficitário em cerca de 10% na compra e na venda de tecnologias novas, atualmente está superavitário em mais de 20%. Assim, pode-se vaticinar que a China alcançou um estágio muito próximo da autonomia tecnológica; isso é resultado tanto de sua Revolução (1949) e Reforma (1978) quanto da fusão entre os interesses bancários e industriais, ambos sob controle de um Estado empenhado a dar cabo de objetivos estratégicos de grande monta. Uma simples observação ainda é válida: todo esse salto em matéria de C&T, do ponto de vista geopolítico, nos remete à velha questão colocada por *policemakers e acadêmicos* norte-americanos europeus de como “alocar” a China num sistema internacional pautado por valores políticos liberais. Mas essa é outra questão.

Antes de analisarmos mais a fundo a tabela 14, seria interessante cruzarmos os dados a serem observados com os dados da tabela abaixo:

**Tabela 15 – Aplicação de recursos em P & D mais participação de gastos governamentais, 2007 (em %)**

<b>País</b>	<b>Proporção do PIB</b>	<b>Participação do governo</b>
Japão	3,44	16
Coreia do Sul	3,21	24
Estados Unidos	2,77	27
Alemanha	2,53	29
<b>China</b>	<b>1,49</b>	<b>25</b>
Brasil	1,09	52
Rússia	1,03	65
Índia (dados de 2006)	0,78	75
Argentina	0,51	67
México	0,37	50

FONTE: OCDE. Elaboração própria

A tabela acima nos dá uma base mais sólida para discutir o papel crescente da empresa no processo de desenvolvimento tecnológico na China em comparação com outros países, sejam eles em grau de desenvolvimento maior ou menor que o chinês. De imediato, a tendência apontada por nós nesse subtítulo acerca da relação entre P & D e a fusão do banco com a indústria é oportuna. Pois bem, seguindo a lógica dialética segundo a qual “o que está acima demonstra o caminho para os que estão abaixo”, podemos tirar como referência principal o Japão, para quem os gastos governamentais correspondem somente 16% do total, a Coreia do Sul, cujos dados apontam a mesma tendência com 25% do total sendo feito pelo governo, e os próprios Estados Unidos, onde o índice padrão está em 29%.

O Brasil encontra-se intermediário, digamos assim. Preso à lógica financista e anti-industrial desde 1990, com uma taxa câmbio irracional e uma taxa de juros sem explicação científica, atualmente o Brasil remete aos bancos 31% de seu orçamento sob forma de pagamento de juros da dívida interna. Assim tem grande explicação os chamados 51% dos gastos em P & D no país serem feitos pelo governo, o que o coloca em posição melhor que a Rússia, a Índia, a Argentina e o México. Porém, nenhum desses países (com exceção da Rússia) saíram da Idade Média em 1930 e adentraram na Idade Contemporânea em 1980 com o final de nosso processo substituidor de importações (implantação de uma indústria mecânica pesada), momento em que a



fusão entre banco e indústria entra na ordem natural das coisas, processo esse postergado ano após ano, desde então, conforme a transformação de D em D' expressa na transferência de mais valia produzida no país para o sistema financeiro. Henry Kissinger foi bem ilustrativo, em meados da década de 1970, acerca da retomada dos destinos do Brasil, pautando uma política que pudesse impedir que o Brasil não se transformasse em um Japão no Hemisfério sul da América.

Queremos dizer com isso que a macroeconomia está para o desenvolvimento econômico e para o desenvolvimento tecnológico na mesma proporção que a anatomia do homem está para a compreensão da anatomia do macaco. O resto é uma grande alegoria conjuntural para os incautos e acadêmicos segundo os quais a economia não é a política feita de formas especiais, isso tudo apesar de um ufanismo em torno de uma “política em C&T” sendo aplicada no país.

\*\*\*

Mas a China ainda está muito abaixo de países como a Coreia do Sul, os Estados Unidos, a Alemanha e o Japão. Apesar disso, a diferença tende a cair rapidamente. Por exemplo, em 2003 1,13% do PIB foi destinado às atividades correlatas de C&T; porém, em 2010, segundo informe apresentado pelo primeiro-ministro Wen Jiabao ao Congresso Nacional do Povo em março último, os investimentos chegarão a 2% do PIB. O interessante é que esse aumento sensível num curto prazo de tempo se dá justamente alguns anos após a China ter completado seu processo de industrialização com a implantação de uma moderna indústria mecânica pesada. Esse feito nos fora anunciado em 2004 por um engenheiro empregado na Companhia Municipal encarregada do planejamento da expansão do metrô de Pequim para as Olimpíadas de 2008. Como ele mesmo nos disse, “acabou o tempo de copiar o modelo alemão da Siemens ou o francês da Alston, ou mesmo os da antiga União Soviética”. “Chegou o tempo de construir nosso próprio modelo de trem rápido para transporte urbano”. Se, na China, eles partiram para o financiamento pesado de pesquisas para trens novos, modernos e competitivos, no Brasil partiu-se para a compra de trens espanhóis, escadas-rolantes da Coreia do Sul e de trilhos da China. E isso num país que, em 1975, inaugurou o trem mais moderno do mundo (São Paulo) com componentes todos nacionais (Mafersa). Uma apostasia evidente e em nome da “sagrada concorrência” e da estabilidade monetária.

É claro que, para um salto dessa monta, seriam necessários aportes financeiros por parte não somente do Estado como também cada vez mais das empresas. É nesse ponto de transição entre uma forma de inovar pela própria cópia ou transferência de tecnologia via *joint ventures* em determinados setores (transportes, por exemplo) que havia se chegado de um limite a outro centrado na empresa que estava na ordem das coisas na China de meados de 2000 e no Brasil da década de 1980. O salto era a necessidade da própria sobrevivência.

Os dados da tabela 14 são interessantes e elucidativos: os fundos para atividades em C&T via Estado aumentaram em pouco mais de 100% entre 2003 e 2007. Por outro lado, esse tipo de financiamento via empresa alcançou um aumento acima de 250%, enquanto os empréstimos bancários subiram pouco mais de 50% e os investimentos em P&D no total nacional subiram cerca de 230%; no âmbito das empresas, o salto foi de quase exatos 300%. Em suma: os chineses transitaram de forma rápida e dinâmica, saindo do centro do gasto governamental para a hegemonia do gasto empresarial nessa matéria, num processo contemporâneo da formação de 149 conglomerados industriais no final da década de 1990, o que significa uma consolidação do próprio núcleo duro do *socialismo com características chinesas*. Esse salto, repetindo-se mais uma vez, foi o que faltou para o próprio projeto nacional brasileiro fundado pela Revolução de 1930 e engalfinhado pelo imperialismo (*Consenso de Washington*) com a eleição de Collor em 1989, derrotando o então candidato da Frente Brasil popular, Luis Inácio Lula da Silva.

\*\*\*

O trabalho de substanciar uma argumentação em torno da centralidade da propriedade estatal e coletiva dos meios de produção na China não é um trabalho dos mais tranquilos. Do ponto de vista puramente ideológico é insustentável, dada a necessidade de dados empíricos para posterior corroboração e cotização. Preferimos que o apelo ideológico fique por conta dos liberais, dada sua falta de ciência para enfrentar a realidade. Também se trata de um trabalho nublado por uma conjuntura altamente complicada, onde a ciência deu lugar ao partido político da “grande imprensa”, munidos de jornalistas e “acadêmicos” que mal conhecem a realidade brasileira, tampouco a chinesa.

Existe ainda um *sensu comum* acerca de uma “restauração capitalista” em curso no país que se lastreia na grande importância setorial da propriedade privada. Em nenhum momento

neste trabalho nos propomos à contraposição, e sim localizar determinada faixa histórica inerente a qualquer processo de desenvolvimento, sobretudo periférico. Além disso, as próprias prerrogativas teórico-metodológicas pelas quais nos apoiamos e apontamos no capítulo 1 não nos permitiriam observar o fenômeno de outra forma.

O importante, assim, é localizar o papel da empresa estatal no país, demonstrando o andamento de todo um processo (já ocorrido no sistema capitalista) de formação de grandes conglomerados localizados em pontos-chave da economia chinesa. Vale repetir o argumento já exposto no início do trabalho: a presença desse controle estatal sobre os meios estratégicos de produção mais a utilização de mecanismos de planejamento e controle macroeconômico é o que sustenta o alicerce socialista do país, criando condições para a superação de crises típicas do modo de produção capitalista e explicando – em grande medida – a razão pela qual a China já cresce há 32 anos ininterruptos. Tal *performance* inclusive tem estado diretamente relacionada ao *equilíbrio econômico* amalhado entre o papel do planejamento e o do mercado, entre propriedade estatal e privada.

A tabela 13 lança luz sobre nossa proposta, pois demonstra a superioridade da propriedade estatal no quesito básico da produtividade do trabalho, quesito esse mister para todo interessado em desvendar os caminhos e descaminhos do socialismo no século passado e presente. A produtividade maior ou menor do trabalho pode encontrar razão em uma série de questões, mas a principal delas só pode estar atrelada ao nível de desenvolvimento tecnológico e ao nível de automação industrial de determinado setor de atividade. Surge a questão da principalidade do desenvolvimento de uma ciência e tecnologia pronta para atender desafios colocados pela história e pela concorrência internacional.

Nesse caso, não sobram muitas alternativas a não ser historicizar o processo de produção de C&T e o cada vez maior deslocamento para o âmbito das empresas desse processo. Isso tem grande significado na medida em que o assunto C&T se torna uma grande fonte de *idealismos* a ser enfrentado com história, teoria e demonstração empírica, em comparação de diferentes processos (Brasil x China, nesse caso). Se no capitalismo a empresa privada deve ser o centro do processo, no socialismo devem ser as estatais; caso contrário, a ideia de “restauração” ganha grande guarida.

No caso da C&T e dos investimentos em P&D, mais uma vez os números corroboram nossa argumentação: 30% do total de atividades em P&D são feitas por centros de pesquisa

mantidos pelo Estado. As empresas estatais, ou melhor dizendo, os conglomerados estatais são responsáveis por 27% desse tipo de atividade, as empresas privadas nacionais somente com 7%, e 36% estão centradas em empresa associadas entre Estado e empresas estrangeiras (*joint ventures*)<sup>134</sup>. Conforme já colocado, são as empresas estatais as primeiras a se beneficiarem da associação com empresas estrangeiras e as respectivas transferências de tecnologia, dados que respondem por si.

## 5.2 INSERÇÃO EXTERNA SOBERANA E ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

O objeto deste trabalho é relacionar diretamente socialismo, projeto nacional e desenvolvimento; buscar uma síntese dessas três categorias/conceito que melhor diagnostique do que se trata o chamado “modelo chinês”. O importante também não é somente relacionar esse trinômio com crescimento acelerado, mas também com outros caracteres construídos historicamente, pois a afirmação da soberania pode se dar não somente com o centro no desenvolvimento, mas também por outros meios e maneiras.

Entre 1949 e 1978 a China, conforme já colocado, afirmava-se no mundo com um crescimento médio de 6,5% ao ano. Mas era um momento em que o desenvolvimento não estava no centro da problemática chinesa, apesar de ser um imperativo enfrentado pela 1ª geração dirigente. A problemática da luta de classes foi alçada ao centro desde o enfrentamento na Coreia, que redundou em uma conjuntura de cerco e isolamento diplomático, econômico e financeiro do país. Nessa conjuntura de comércio internacional reduzido ao bloco socialista, não soa estranho afirmar que o comércio internacional como proporção do PIB nunca tenha atingido 10%, chegando ao piso de 5% durante a Revolução Cultural (o que demonstra a incorreção das afirmações acerca do completo isolamento chinês, afinal os insumos industriais para o seu projeto megaindustrial da época davam-se por contatos comerciais, sobretudo com a URSS), a ponto de chegar próximo dos 60% na atual quadra<sup>135</sup>. Nesse conjunto histórico fica óbvio que sua política

---

<sup>134</sup> GABRIELE, Alberto: “The Role of the State in China’s Industrial Development”. MPRA Paper n° 1451. Munchen. April 2009, p. 12.

<sup>135</sup> CUNHA, André M. & ACIOLY, Luciana: “China: Ascensão à Condição de Potência Global – Características e Implicações. In: CARDOSO JR, José C.; ACIOLY, Luciana ; MATJASCIC , Mico: *Trajatórias Recentes de Desenvolvimento*. IPEA. Brasília-DF, 2009. pp. 358.

externa não estava voltada para a acumulação de capital, afinal a *acumulação primitiva* pelas *relações desiguais entre campo e cidade* era a forma primária de acumulação de capital na China pré-1978.

Nos marcos dessa forma de acumulação e hostilidades internacionais, ficam inviáveis uma plena realização e o amadurecimento de uma economia de tipo monetária. Assim, por exemplo, o comércio exterior chinês era monopolizado por instituições mediadoras que repassavam ao mercado interno em concordância com o planejamento centralizado, deduzidos os custos sociais anexos, incluindo aí os próprios custos com a exportação de equipamentos, que por sua vez eram “abatidos” com a exportação de petróleo (a China foi o maior exportador de petróleo do leste asiático até meados da década de 1980) e gêneros alimentícios.

O esgotamento desse modelo, dados seus próprios limites internos e o crescente dinamismo do capitalismo asiático, demandavam novas formas de se enfrentar a afirmação de sua soberania. Chega-se ao clássico momento em que os fatores internos de produção passam a ser propriamente insuficientes à manutenção de índices mínimos de desenvolvimento e a “internacionalização de fatores” passa a entrar na ordem natural dos acontecimentos. É exatamente nesse momento que, para os países periféricos, **o comércio exterior transforma-se em variável estratégica**. Coincidentemente, é nesse interregno com novas formas mais racionais de acumulação que a questão do desenvolvimento (em detrimento da luta de classes contínua) passou a ser – para os chineses – “a mãe de todas suas batalhas” e que a plena utilização de seus benefícios passava, necessariamente, pelo reordenamento das próprias relações internacionais do país.

Dialeticamente, dada a dimensão da China, um futuro marcado por saltos qualitativos na relação entre países deixaria de ser uma expressão de vontade ideológica para ser cada vez mais dependente do sucesso do projeto desenvolvimentista chinês: *a solução da questão nacional chinesa seria a senha para a solução de diferentes questões nacionais pela periferia do sistema afora*. A solução desse problema estratégico da humanidade voltava ao seu curso natural. O que poderia parecer um recuo de tipo “revisionista” e/ou parte da “restauração capitalista” tornou-se condição objetiva de transformações estratégicas de vulto pelo caminho do comércio internacional.

### *5.2.1 A geopolítica da plena inserção*

É muito temerário atribuir somente a inflexões datadas de 1978 a intenção chinesa de se “abrir ao mundo” e se aproveitar dessa abertura para atingir seus objetivos. Foi Mao Tsé-tung e não Deng Xiaoping o primeiro a intentar esse objetivo com o aceno à retomada de relações com os Estados Unidos na esteira da “diplomacia do ping-pong” iniciada em 1971, que culminou com visita de Richard Nixon ao país nesse mesmo ano. A nosso ver, foi a maior jogada geopolítica de Mao Tsé-tung antes de sua morte. Algo que seria nodal ao próprio desenvolvimento ulterior do país a partir da abertura do mercado norte-americano aos produtos chineses.

Porém, essa proximidade com os Estados Unidos e a dependência mútua verificada atualmente não é sinônimo de “inserção chinesa à luz dos esquemas de poder norte-americano na Ásia e no mundo”. Os movimentos imediatos podem muito bem nublar qualquer análise de longo prazo.

\*\*\*

Tendo em vista, o comércio internacional como a variável estratégica do desenvolvimento chinês, fica uma – um tanto quanto óbvia – observação acerca da necessidade de criação de um ambiente internacional favorável ao desenvolvimento. Por exemplo, a própria Guerra Fria demonstrou ser uma grande oportunidade de desenvolvimento para países como o Brasil deixarem para trás o atraso absoluto. Esse movimento pode ser notado no imediato rompimento com uma determinada órbita em favor de outra, por exemplo, na troca da hegemonia inglesa pela hegemonia norte-americana encampada pelo Brasil na década de 1930, fazendo fluir ao nosso território maciças transferências de capital sob a forma da própria CSN e da indústria automobilística na década de 1950. A política de contenção à URSS e as próprias necessidades de reprodução do capital norte-americano fizeram sua parte no desenvolvimento brasileiro (e da Ásia do leste). Nesse sentido, uma exata leitura da correlação de forças no mundo tem importância para qualquer projeto modernizador e tardio.

Assim, podemos colocar que a China beneficiou-se – inicialmente – de dois movimentos de caráter internacional, sendo que o primeiro tinha direta relação com a estratégia de contenção

à URSS pelos Estados Unidos e o segundo mais diretamente ligado às pressões norte-americanas pela revisão da taxa de câmbio japonesa, expressas nos Acordos de Plaza em 1985. A chamada *hendaka* e a conseqüente rearrumação de cadeias produtivas por parte de Taiwan e Japão (além dos EUA) na Ásia do leste beneficiou sobremaneira o projeto industrial chinês. Vale notar que essa estratégia de contenção econômica japonesa por parte dos EUA é parte de um todo que envolve a própria recuperação de espaços perdidos pelo imperialismo, seja para o Japão, para a Alemanha e para a própria URSS. Trata-se da tentativa agressiva da reversão do quadro pintado na década de 1970 diante da humilhante derrota militar no Vietnã e do soerguimento econômico do Japão e da Alemanha.

A princípio, trata-se de dois movimentos que não se excluem; são concomitantes, tendo epílogo somente no início da década de 1990, com o fim da União Soviética e a campanha norte-americana contra a candidatura chinesa aos jogos olímpicos de 2000. Os Estados Unidos compunham-se como o “caminho natural” às ambições estratégicas chinesas tanto pela capacidade de isolamento do inimigo soviético muito mais próximo espacialmente quanto pela concentração – nos EUA – do que de mais avançado poderia existir em matéria de mercado para seus produtos e tecnologias novas tanto em matéria de capacidade produtiva quanto de técnicas modernas de administração. Além, obviamente, do acesso de créditos internacionais ultranecessários ao projeto de modernização do país.

O chamado “primeiro movimento” pode ser dividido em duas etapas. **A primeira**, partir do já citado encontro de Mao com Nixon em 1972, seguido do reatamento de relações comerciais, **a segunda** com o reatamento de relações diplomáticas plenas em 1979 e a terceira – com Bill Clinton – quando a China obteve o tratamento de “nação mais favorecida” comercialmente.

Nessa cadeia de acontecimentos, vale expor que já em 1979 a China já se tornara o maior exportador de têxteis para os EUA, mesmo fora do GATT; além disso, a encomenda de três Jumbos 747, mais o envio de centenas de estudantes chineses aos Estados Unidos, denunciavam a verdadeira feição da inserção chinesa no exterior pautada por meios e maneiras de absorver tecnologia ocidental. Acerca dos citados créditos externos, a reaproximação com os Estados Unidos logrou à China acesso a empréstimos internacionais em condições altamente favoráveis, por exemplo, com o Japão, obtido em 1979 com juros de 7,25% ao ano a serem pagos em cinco anos; outros US\$ 30 bilhões de bancos de exportação-importação avalizados por governos

ocidentais e mais US\$ 18 bilhões provenientes de 14 bancos de variadas nacionalidades<sup>136</sup>. Do ponto de vista de sua grandeza, a extensão de seu mercado transformou-se rapidamente numa grande barganha ante seus objetivos de largo alcance.

A China estava prestes a aproveitar a oportunidade não oferecida a Lênin em seu tempo. Porém, para ambos foi reservada a razão pela visão larga de política, economia, transição e socialismo.

Já o segundo movimento tem relação direta e acelerada pela *hendaka* japonesa, que colocou a China e a conquista de seu mercado no centro da concorrência oligopólica mundial, beneficiando o país com a intensa transferência de capitais para seu território. Nesse mesmo processo, também se acelera a conexão financeira do país com o Leste Asiático, sobretudo Hong Kong, momento esse em que se fecham as conexões da China continental com os *chineses de ultramar*: de um lado, mão de obra qualificada, território, incentivos fiscais e disposição ao desenvolvimento e, do outro, capital abundante e indústrias em deslocamento. Oportuno dizer que essa estratégia de indigenização de capital e tecnologia externos passou, a partir de 1993 – quando a China passou a ser importadora de petróleo – pela adição da busca de suprimentos em matérias-primas, encetando mais um problema cuja solução só poderia se encontrar nos marcos da manutenção de grandes reservas cambiais e um apurado planejamento do comércio exterior, como observaremos mais adiante.

Uma geopolítica de plena e soberana inserção, cujos objetivos econômicos não se encerram por si só, demandava novos reordenamentos territoriais chineses, capazes de viabilizar também a formação de uma zona de convergência econômica entre a China e seus vizinhos, mas sobretudo com Taiwan e Hong Kong. A correção de toda uma política de abertura só teria consequência prática na medida em que fosse auxiliar na criação de condições objetivas para a reunificação do país à moda da fórmula “um país, dois sistemas”.

### **5.2.1.1 A dinâmica territorial da “abertura ao exterior”**

---

<sup>136</sup> JABBOUR, Elias: *China: Infra-Estruturas e Crescimento Econômico*. Anita Garibaldi. São Paulo, 2006. p. 53.



Se compararmos o verdadeiro desastre econômico, político e social que caracterizou a abertura econômica de países como o Brasil e a Argentina em comparação com a abertura executada pela China no início dos anos 80, sem margem para grandes dúvidas, o caso chinês foi uma das maiores obras de planejamento – não somente territorial, mas também político e geopolítico – da segunda metade do século XX, algo somente comparado com os primeiros planos quinquenais soviéticos.

Tudo muito gradual, milimetrado, tendo por base objetivos estratégicos a serem alcançados em décadas e séculos. Um exemplo reside na lógica de abertura primeiro em pontos estratégicos, voltados para o Pacífico como porta para o mercado da América Norte. Além disso, algo que compatibilizasse com o objetivo proclamado a 1º de outubro de 1949 por Mao Tsé-tung, resumido na tarefa primária de reunificação do país. Outro princípio também utilizado foi o de permissão para o enriquecimento, primeiro, de algumas regiões de forma que, em momento histórico apropriado, outras regiões também se privilegiassem do processo. Tal princípio se transformou numa característica interessante do “modelo chinês”.

Uma expressão concreta dessa política é visível nos diferentes momentos em que diferentes cidades e regiões da China se transformaram em “Zona Econômica Especial”, além da própria localização geográfica das mesmas, como demonstrado no mapa abaixo:

**MAPA 5– PRIMEIRAS ZONAS ECONÔMICAS ESPECIAIS IMPLANTADAS + HONG KONG E MACAU**



FONTE: [www.china.org.cn](http://www.china.org.cn)

Para fins de melhor e mais acabada ilustração, as três faixas em vermelho são áreas de litígio territorial com a Índia, mais Taiwan a leste. Pois bem, a experiência de implantação das ZEEs, pela China, está inserida em outros modelos correlatos de sucesso, sobretudo a Cidade-Estado de Cingapura e as Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs) coreanas.

É muito sugestivo o nível de relações implicadas na instalação das primeiras e experimentais ZEEs. Por exemplo, as ZEEs de Shenzhen e Zhuhai estão em “íntima” proximidade de Hong Kong e Macau, respectivamente<sup>137</sup>. Já a ZEE de Xianmen já voltada “de frente” para

<sup>137</sup> Estivemos em Shenzhen no mês de janeiro de 2007 e em setembro de 2009. Se a cidade-epicentro da Revolução Russa levou o nome de Lênin, se a cidade-símbolo da resistência vietnamita foi rebatizada com o nome do grande líder revolucionário, Ho Chi Minh, não seria nenhum exagero batizar Shenzhen como a “Cidade de Deng Xiaoping”. Expressão disso é o fato de ser Shenzhen, até o ano de 1982, uma vila de apenas 300.000 habitantes e atualmente contar com cerca de oito milhões de habitantes e que, a partir de então, transformou-se numa das grandes metrópoles

Taiwan. Posição estratégica também fora reservada para a ZEE situada na ilha de Hainan, direcionada às comunidades chinesas do sudeste asiático.

Em 1984, outras 14 cidades litorâneas foram abertas ao *status* de ZEE. Em 1987, já nos marcos do objetivo estratégico de construir uma “economia de mercado centralmente planejada”, todo o litoral chinês tornou-se uma grande ZEE pronta para aproveitar a oportunidade aberta pela acelerada concorrência oligopólica, pela *hendaka* japonesa e pelo crescente fluxo de capitais chineses ultramarinos. A União Soviética tragicamente chegou ao fim em 1991, e em 1992 Deng Xiaoping manobra com grande sucesso para o aprofundamento das reformas e da possível iminente invasão de novos capitais à antiga URSS em detrimento da China: todas as capitais de províncias também se tornaram ZEEs, além de 52 cidades de fronteira, sobretudo com a Rússia, num dispositivo pronto para indigenizar as tecnologias em variados setores em posse do país vizinho, entre tais as relacionadas com as indústrias espacial e petrolífera. Além disso, uma grande porta de entrada à Ásia soviética e à Europa estava sendo aberta, formando condições objetivas a uma Rota da Seda versão século XXI.

Na China, além das províncias e das regiões autônomas, existem as chamadas municipalidades diretamente subordinadas ao poder central. São beneficiárias de políticas e repasses orçamentários diretamente elaborados e executados por Pequim. Entre 1949 e 1992, existiam três destas municipalidades: Pequim, Xangai e Tianjin. Desde 1993, Chongqing, situada no meio oeste chinês (encravada na província de Sichuan), com 30 milhões de habitantes, com grandes reservas de gás natural, uma poderosa indústria química e um território maior que a Bélgica, passou a desfrutar do mesmo *status* das três cidades citadas acima. Vejamos, por exemplo, no mapa abaixo a localização estratégica de Chongqing em relação à província de Guangdong – berço das primeiras experiências de ZEEs.

---

asiáticas, onde se encontra um terço das companhias estrangeiras na China e onde se concentra 9% da atividade econômica do país. Seu PIB atualmente é de US\$ 80 bilhões, com crescimento médio nos últimos 25 anos de 28% ao ano. Conseguiu, no ano de 2005, praticamente igualar o volume de comércio exterior de um país com as dimensões do Brasil: o valor arrecadado de exportações foi de US\$ 127 bilhões e suas importações alcançaram a cifra de US\$ 96 bilhões.

MAPA 6– Localização de Chongqing em relação à Guangdong



FONTE: The Economist

É irresistível não imaginar que a transformação de Chongqing em municipalidade diretamente subordinada ao governo central não tenha relação alguma com uma futura política agressiva de inserção do oeste chinês no território econômico da nação. E o mapa 6 demonstra isso. Sua localização, necessariamente, nos remete ao papel cumprido por Chicago na expansão ao oeste dos Estados Unidos na segunda metade do século XIX<sup>138</sup>. Nessa perspectiva, na primavera de 1999, é lançado pelo então presidente chinês Jiang Zemin o Programa de Desenvolvimento do Oeste.

\*\*\*

Desde 1979 até os dias de hoje, com esse programa de desenvolvimento do ocidente chinês em plena execução, a China saiu de um patamar em que sua participação no comércio internacional era de 1,02% em 1979 para 6,9% em 2008. Se no âmbito dos fluxos do IEDs o país

<sup>138</sup> Trabalhamos intensamente essa questão do desenvolvimento ocidental chinês em nossa dissertação de mestrado. Maiores detalhamentos em: JABBOUR, Elias: *China: Infra-Estruturas e Crescimento Econômico*. Anita Garibaldi. São Paulo, 2006.

em 1990 respondia, como destino, somente com 7,2%, no ano 2000 já era o destino de cerca de 25% dessa modalidade de investimento e seu comércio exterior entre 1979 e 1980 cresceu 68 vezes. Já não se tratava mais de uma simples extensão do território econômico norte-americano, como muitos nos querem fazer acreditar, para se tornar o alvo número 1 da política externa do imperialismo, que tenta reeditar, contra a China, as pressões que redundaram nos Acordos de Plaza em 1985 sobre o Japão. A China não é um Estado sob ocupação estrangeira como o Japão, nem um semi-Estado Nacional como a Coreia. É nesse contexto internacional que se deve analisar o atual processo de unificação do território econômico chinês que desembocará no centenário da República Popular, logo sob os auspícios de uma economia continental muito mais poderosa que a formada pelos Estados Unidos.

#### 5.2.1.1.1 A economia continental chinesa em meados do presente século

Acerca desse processo territorial chinês, algumas elucubrações podem ser trabalhadas. A primeira, muito recorrente nesse trabalho, trata do poderio financeiro chinês como grande lastro para as transformações qualitativas neste início de século. Sobre isso, o próprio desenrolar da crise financeira responde e a crise de instituições formadas no âmbito de Bretton Woods demonstra isso.

Por outro lado, essa expressão territorial do soerguimento chinês prestes a transformar em realidade econômica o sonho daqueles que, desde 1839, foram ao combate – em nome de uma nação milenar e que no início do século XIX estava à frente, sob todos os aspectos, de todo o conjunto europeu – tem um fundo e proporções ainda a serem analisadas. E são esses fundos e proporções que darão contornos ao século XXI.

Fruto de uma inserção externa voltada para a acumulação de capital (afinal o poder se concentra com posse de capital), o projeto chinês depende, em grande medida, da capacidade de seus líderes de enfrentar um emaranhado de contradições contemporâneas. Entre tais contradições, a necessidade de suprimento de matérias-primas em um mundo onde as grandes rotas do comércio internacional estão guardadas por bases militares norte-americanas, da mesma forma que a armada inglesa dominava os mares e os entornos possíveis das fronteiras de

desenvolvimento dos EUA na segunda metade do século XIX. Porém, historicizando, o triunfo do capitalismo como modo de produção internacional também é a história do impacto da formação de um território com saída para o Atlântico e o Pacífico, de um grande reservatório de terras férteis e de 92% de todos os minérios necessários para um desenvolvimento autárquico em caso de cerco militar. Nesse território da América do Norte, onde o feudalismo e suas relações não plantaram raízes, foi onde a empresa capitalista moderna surgiu como causa e consequência de suas conexões financeiras e bancárias. Enfim, a história moderna também é a história da formação da economia continental norte-americana e das instituições por ela consagradas.

Muitas questões devem ser respondidas pelo analista ocupado para antecipar as tendências para meados do século XXI. A primeira observação nossa está calcada no papel do poderio financeiro chinês nas transformações de fundo na estrutura de poder mundial. Já a segunda observação deve passar necessariamente pela análise e os impactos de um futuro onde a economia continental chinesa fará uma grande e transformadora realidade. Analogias históricas são muito bem-vindas, mas somente com rigor científico. O que quer dizer que nós apontamos esse processo como o embrião da transição capitalismo-socialismo em âmbito mundial, na mesma visão marxista de uma transição internacional pela *via gravitacional*, tendo o mundo girando em torno de um núcleo duro socialista na Inglaterra, França e Alemanha. E o atual e sensível poderio gravitacional chinês nos impulsiona na direção dessa síntese.

Todo esse processo depende em grande medida da própria capacidade do governo chinês de tocar adiante esse projeto, o que nos leva a lembrar a não capacidade da governança soviética de enfrentar esse desafio. Por outro lado, os Estados Unidos substituíram uma Inglaterra decadente que teve seu poder esfarelado na crise de 1929.

E os Estados Unidos de hoje não podem ser considerados na mesma proporção das transições anteriores, de países que “caíram de maduro” diante dos acontecimentos. Uma China unificada economicamente terá, no poderio militar norte-americano, um grande contraponto. Daí essa contenda de dimensões estratégicas estar sendo buscada, como solução, pelos chineses pela via do comércio internacional.

### ***5.2.2 Os Investimentos Estrangeiros Diretos (IEDs) e sua parte no processo***

A acumulação de capital e a sua viabilização estão diretamente relacionadas com a própria viabilização de um projeto nacional. Isso é notório, portanto não cabem maiores argumentações. Capital é poder. O desafio é compreender, num mundo disposto por uma hipertrofia do sistema financeiro, qual a forma mais eficiente de relacionar o objetivo *mater* de consecução de um projeto nacional com o processo de acumulação *nacional* de capital. Analisar as formas de IEDs é parte interessante nesse processo.

#### ***5.2.2.1 A estratégia macroeconômica***

Já colocamos nesse trabalho o papel central do planejamento e do câmbio como mediadores das *relações externas de produção*. Evidências históricas demonstram que, sem um câmbio ajustado às necessidades nacionais e sociais, torna-se difícil a viabilização de qualquer projeto nacional digno de tal. Pois bem, o câmbio ajustado aos interesses nacionais significa possibilidades – precedidas de uma estratégia de inserção – para o acúmulo de capital que, por sua vez, ao mesmo tempo em que blinda determinado país de choques externos, possibilita o manejo de políticas econômicas atraentes ao crédito e ao consumo também baseada em uma política fiscal industrializante. Como consequência desse processo circular o resultado também está visível na própria estabilidade monetária como resultado do crescimento econômico, e não o contrário conforme certos *cânonos*.

O ordenamento territorial do processo já demonstrava a principal parte da estratégia de acúmulo de capital por parte da China voltada à promoção de suas exportações, como forma de financiar importações imprescindíveis ao seu projeto de modernização. O segundo passo seria, além do ordenamento institucional em torno de vantagens capazes de atrair empresas estrangeiras e o capital chinês ultramarino com vistas ao adensamento produtivo do país, aproveitar a oportunidade histórica de seguir o modelo exportador de seus vizinhos asiáticos. O terceiro passo incluía a integração de “praças financeiras internacionalizadas” ao complexo asiático, a ser

centrado na China, em formação<sup>139</sup>. Para isso, conforme dito e redito, a *hendaka* japonesa contribuiu sobremaneira.

Se, na época histórica em que o socialismo chinês e internacional vivia em permanente estado de exceção, o comércio internacional era monopolizado por *tradings* e outras formas periféricas à economia monetária, em condições mais normais de tempo e temperatura, a economia monetária deveria passar a cumprir seu papel no âmbito do socialismo. Assim sendo, as *formas primitivas* de planificação do comércio exterior deveriam ser substituídas por “institucionalidades financeiras” mais convencionais. É nesse momento em que o câmbio passa a ser instrumento principal a ser utilizado com fins de acúmulo de forças e de capital ao projeto chinês. Pode-se afirmar que a manipulação cambial tem sido a principal forma de captação de poder, pela China, tanto regional quanto internacional.

Desde o início das reformas, a China tendeu a desvalorizar sua moeda como forma de dar ímpeto à sua estratégia mercantilista. As tabelas abaixo demonstram o resultado dessa estratégia, no que tange ao acúmulo de reservas em moeda estrangeira:

**Tabela 16 – Reservas Internacionais da China, 1980-1990 (em bilhões de US\$)**

Ano	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Valor	2,5	5,1	11,3	15,0	17,4	12,7	11,5	16,3	18,5	18,0	29,6

FONTE: Chinability <http://www.chinability.com/Reserves.htm>  
Elaboração própria

**Tabela 17: Reservas Internacionais da China (1991-2001 em bilhões de US\$)**

Ano	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Valor	43,7	20,6	22,4	52,9	75,4	107	142,8	149,2	146,2	165,6	212,2

FONTE: Chinability <http://www.chinability.com/Reserves.htm>  
Elaboração própria

<sup>139</sup> BELLUZZO, Luiz G.: “Prefácio”. In, JABBOUR, Elias: *China: Infra-Estruturas e Crescimento Econômico*. Anita Garibaldi. São Paulo, 2006

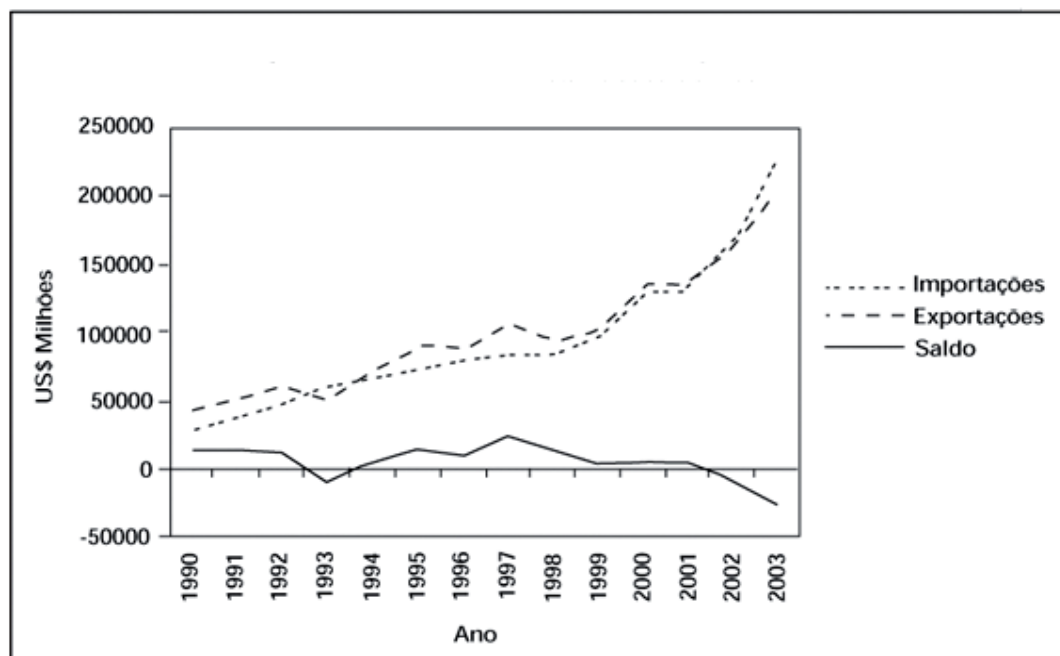


**Tabela 18: Reservas Internacionais da China (2002-mar/2010 em bilhões de US\$)**

Ano	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Mar/2010
Valor	286,4	403,3	609,9	818,9	1.066,3	1.528,2	1.946,0	2.399,2	2.447,1

FONTE: Chinability <http://www.chinability.com/Reserves.htm>  
Elaboração própria

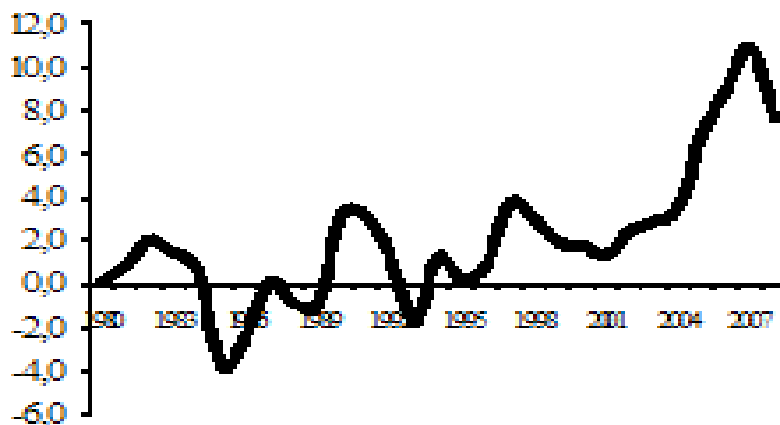
Essa estratégia de grande acúmulo em moeda estrangeira foi a principal causa de o país ter resistido às duas últimas crises financeiras. Por outro lado, seu poder se projetou no mundo a partir dessa política, sobretudo pela planificação de superávits com o centro do sistema capitalista e déficits com a periferia e seus vizinhos. A competitividade de seus produtos em âmbito mundial produziu relações de cooperação/competição com seus vizinhos asiáticos: ao mesmo tempo em que a China deslocou seus vizinhos em mercados como o norte-americano e o europeu, é evidente que o país se transformou em mercado potencial a ser abastecido por esses mesmos vizinhos, pois na mesma medida em que a China passou a ser o maior importador líquido dos EUA (2002-2003), sua autonomia monetária propiciadora de crescimento econômico a transformou em grande fonte receptora de exportações de seus vizinhos, conforme gráfico abaixo:

**Gráfico 4 – Balança comercial chinesa com Leste Asiático e Japão**

Fonte: MEDEIROS, Carlos A. de. A China como Duplo Pólo na Economia Mundial e a Recentralização Asiática. In *Revista de Economia Política*, vol 26, n 3.

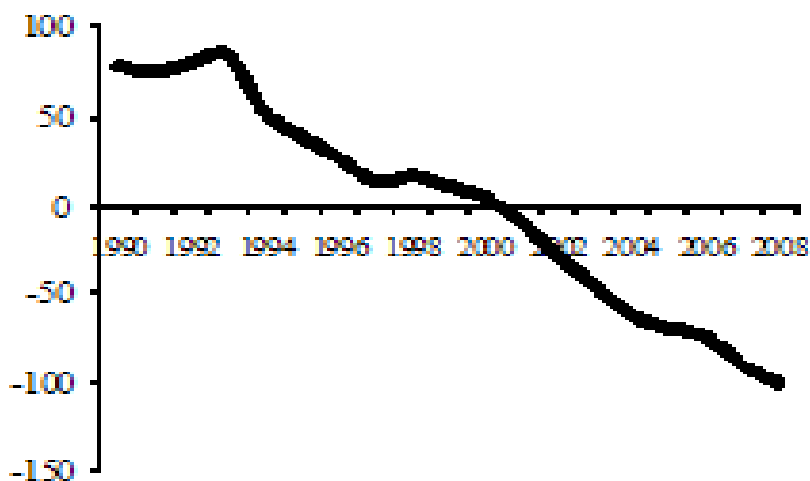
Esse exemplo da relação chinesa para com os Estados Unidos, estendida para seus vizinhos, serve como mostra da capacidade da manipulação do câmbio como variável estratégica e da capacidade de transformar essa virtuosidade em dividendos políticos, entre eles, os angariados com a política responsável dos dirigentes chineses em não desvalorizar sua moeda em meio aos vendavais da crise financeira asiática em 1997, o que poderia abrir uma nova sessão de tipo “bola de neve” em torno de desvalorizações competitivas. Em vez disso, o governo chinês, naquele momento, deu preferência à alternativa pela via do estímulo de gastos públicos em infraestrutura como forma de adensar seu mercado interno. Enfim, ao mesmo tempo em que mostrou responsabilidade ao seu entorno, os chineses combateram a possibilidade de crise interna, mas não com políticas de contenção ao consumo tão caras ao Brasil e outros signatários do *Consenso de Washington*. Ao contrário: a expansão de seu mercado doméstico passou a ser o centro da solução de seu problema. Somente com uma política cambial planejada é que o país poderia girar o compasso de seu processo desenvolvimentista do *exterior* para o *interior*, afinal sem reservas cambiais dificilmente qualquer país do mundo tem condições de sustentar uma taxa de juros atraente ao crédito e o consumo. Suas reservas internacionais possibilitaram esse giro, conforme os dois gráficos abaixo podem também nos demonstrar, comprovando o quão correta é a lógica da estabilidade monetária como consequência e não causa do desenvolvimento. Tal estabilidade monetária, diga-se de passagem, resulta de uma política cambial justa.

**Gráfico 5 – Resultado em conta-corrente na China, 1990-1998 (em % do PIB)**



FONTE: International Monetary Fund Database. Elaborado por Luciana Acioly e André Cunha

**Gráfico 6 – Dívida externa líquida da China, 1990-1998 (em % das exportações)**



FONTE: International Monetary Fund Database. Elaborado por Luciana Acioly e André Cunha

Relacionado a um processo em andamento, esse aumento do poderio regional e internacional e a grande margem de manobra a políticas econômicas internas e indutores ao desenvolvimento nos levam a raciocinar de forma irresistível sobre o Brasil e seu “entorno”. Pensemos nas possibilidades abertas ao desenvolvimento contínuo de países vizinhos como Paraguai e Bolívia, atrelados a uma opção em matéria de política monetária condizente com a grandeza e os desafios impostos ao Brasil. O exemplo chinês, ao menos nessa matéria, deveria servir de reflexão sobre que país queremos e sobre quais bases devem ocorrer o processo de integração sul-americana e latino-americana.

#### 5.2.2.1.1 As duas faces da mesma moeda: o dólar e o yuan

Sob o risco de uma grosseira ingenuidade, não poderíamos esperar que políticas baseadas em manipulação cambial como forma de diminuir as assimetrias entre “pobres” e “ricos” no mundo fossem recebidas com naturalidade por governos e *policemakers* de países como os

Estados Unidos. A lembrança da Alemanha, Japão e Coreia do Sul colocando sob pressão a competitividade econômica norte-americana ainda é muito recente na memória. Por outro lado, em momentos de tensões causadas por crises financeiras, é muito complicado trabalhar o papel que a integração – da economia norte-americana com países como a China – cumpre para o controle da inflação doméstica dos EUA e, conseqüentemente, da maior ou menor capacidade de consumo de sua população.

É curioso notar que o próprio conceito de democracia nos Estados Unidos de hoje tem cada vez menos a ver com a participação popular nos assuntos do Estado (assuntos esses monopolizados pelos oligopólios das indústrias armamentista e petrolífera). A democracia norte-americana tem relação direta com a capacidade de consumo de seu povo. Para a satisfação dessa demanda interna gigantesca é que se busca desde guerras de pilhagem em nome da “democracia” até o deslocamento de cadeias produtivas inteiras para regiões de menores custos de produção, num movimento acelerado após a 2ª Guerra Mundial. A irracionalidade consumista do sistema é irmã gêmea da estupidez por detrás da divulgação de bodes expiatórios dos problemas dos EUA.

Outro ponto interessante: pouco se percebe que mais de 40% das exportações chinesas aos EUA são processadas por empresas norte-americanas em território chinês, afora a possibilidade de transferência de lucros da China para os EUA dessas mesmas empresas. Não se coloca em questão, por exemplo, o papel central do pacote de estímulo de US\$ 586 bilhões executados pelos chineses como forma de amenizar os efeitos da presente crise financeira; dentre os quais a própria volta ao normal do preço das *commodities* (o que beneficia em demasia os países periféricos) e seus efeitos sobre a economia de países como a Coreia do Sul, conforme atesta passagem abaixo colocada pelo professor Luiz G. Belluzzo ao jornal *Valor Econômico*<sup>140</sup>:

A partir do segundo trimestre de 2009, o comércio mundial começou a emergir (+ 0,5%) do mergulho profundo em que se lançou entre o 4º trimestre de 2008 (-7,8%) e o 1º trimestre de 2009 (-10,7%). Essa modesta estabilização do comércio mundial foi promovida, sobretudo, pelas importações dos países asiáticos que cresceram 7,2% no período enquanto as importações dos países desenvolvidos continuaram a se contrair.

---

<sup>140</sup> BELLUZZO, Luiz G.: “A China e a resistência cambial”. *Valor Econômico*, 07/04/2010. Sobre essa problemática cambial chinesa, o professor Belluzzo já escreveu diversos artigos muito interessantes e elucidativos.

O caso da integração econômica e inclusive macroeconômica (Belluzzo insiste numa genial observação: “o yuan desvalorizado é a outra face da supremacia do dólar”<sup>141</sup>), entre Estados Unidos e China é um desses casos em que a história acaba por demonstrar a própria incapacidade de uma ou outra nação – ou mesmo de um modo de produção em relação a outro – de levar às últimas consequências essa integração. Os limites do escravismo romano ficaram mais expostos na proporção em que aumentava a intensidade comercial com tribos germânicas; o capitalismo de tipo inglês sucumbiu diante de sua incapacidade de levar adiante formas diferenciadas de exportações de capital, insistindo em não acompanhar as tendências do capitalismo de tipo americano (demonstradas no início do século XX por Lênin em *Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América*) e acreditando na postergação de formas radicais de relações *centro x periferia*.

Já os norte-americanos perceberam que, quanto à periferia pós-Segunda Guerra Mundial, o próprio desenvolvimento dela dependia de graus maiores de “coeficientes de abertura” (a reconstrução pós-guerra foi um dos estopins daquilo que muitos acadêmicos classificaram como Revolução Técnico-Científica ou, para nós, 3ª Revolução Industrial. É claro que, nos marcos deste avanço civilizacional, a abertura *planificada* abria possibilidades enormes para o desenvolvimento econômico, mesmo para países com grandes constelações de recursos como a URSS, os Estados Unidos, a China e o próprio Brasil<sup>142</sup>. Por outro lado, concomitante com a aparição de projetos nacionais autônomos nos dois lados da “cortina de ferro”, essa tendência à *externalidade* ganhou corpo e se transformou no próprio imperativo do equilíbrio macroeconômico do capitalismo norte-americano, de uma democracia cada vez menos baseada na subjetividade das pequenas propriedades das 13 colônias e mais na própria capacidade de endividamento das famílias. Os Estados Unidos utilizaram ao máximo essa perspectiva de alargamento de fronteira do próprio capitalismo, valendo-se inclusive da imposição do dólar como reserva internacional em detrimento do ouro, num grande golpe contra o sistema internacional e a própria razão.

---

<sup>141</sup> \_\_\_\_\_: “Nos limites da Chimérica”. *Carta Capital* nº 573. São Paulo, SP, 25/11/2009. p. 62-63.

<sup>142</sup> RANGEL, I. “A Polônia e o Ciclo Longo”. S/L, S/D. Artigo especial para *Encontros com a Civilização Brasileira*. Trata-se de um texto praticamente desconhecido de Rangel, não estando sequer incluído em suas *Obras Reunidas*. Essencial para os interessados em diferenciar diferentes processos históricos e o papel do comércio internacional e seu aprofundamento na própria transição capitalismo – socialismo.

Ações unilaterais desse tipo, demonstrando onde poderia se lastrear a própria moeda de reserva internacional (em detrimento de idealismos economicistas) foram fatores de proa para a própria emersão de algo que pudesse estar naufragando diante da força econômica japonesa, alemã e da própria URSS. A elevação de suas taxas de juros na década de 1970 anunciou – para os mais inteligentes – os estertores do saqueio universal por detrás da “Nova Ordem Mundial” na década de 1990 e, para alguns mais eufóricos, o próprio “fim da história”.

Porém, a China como uma nova fronteira de reprodução ao capitalismo ungida como tal desde o aperto de mãos entre Nixon e Mao em 1972, colocada na proa do processo com a *hendaka* japonesa e independente do fracasso da intenciona norte-americana em junho de 1989 em Tiananmen guardava (e guarda) muitas possibilidades ao capitalismo norte-americano e às próprias famílias da América do Norte. Mas, a China é uma entidade política com muito mais capacidade de manobra e autonomia que países como a Coreia do Sul e o Japão. Seus objetivos de “renascimento da nação”, os quais levaram à derrota do próprio EUA e de seu aliado Chiang Kai-Shek em 1949, são contrapostos aos objetivos “divinamente” lapidados na ocupação da “Nova Canaã” em solo índio. Eis o limite estratégico dessa relação e simbiose econômica, algo mais a cargo da dialética rústica do *ying e do yang* do que uma história de amor anglo-saxão de tipo *shakesperiano*. Não existe espaço para julgamentos de ordem moral.

Julgamentos de valor e de ordem moral são privilégios compartilhados tanto pela extrema-direita republicana e democrata quanto pelos partidários da “economia natural do socialismo” (ilustrados num fantasmagórico “socialismo do século XXI”). Sobre a extrema-direita do imperialismo, não teceremos grandes comentários. Os chineses, *per si*, ao trazer para o seu campo (e território) aqueles que investem bilhões de dólares nas “democráticas” campanhas eleitorais norte-americanas, já estão dando uma solução a eles; mesmo sabendo que o que não encontra solução, solucionado está.

Ao socialismo, muitas vezes o que resta é voltar à própria lógica do debate sobre a importância relativa e absoluta ora do comércio internacional, ora da ênfase na indústria pesada. Num certo momento da história, a segunda via tornou-se um imperativo. No momento vivemos a primeira via (a mesma almejada por Lênin) que se faz presente com toda sua complexidade, mas também com todas suas possibilidades. Se num momento a crise de 1929 abriu amplas possibilidades a um tipo de desenvolvimento *para dentro*, a presente crise abre – para o socialismo na China – uma ampla estrada de desenvolvimento também *para fora*. Tal

Desenvolvimento inclui o paradigma atual das possibilidades de adensamento de novas modalidades da *Divisão Internacional do Trabalho*, conforme a emergência do chamado BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), de uma América Latina em ebulição e de um Irã misturando teocracia com terceiro-mundismo vai demonstrando.

A pós-crise financeira que viveremos poderá ser o próprio feixe de uma China que se abriu ao mundo em 1978. A integração comercial entre capitalismo e socialismo é um imperativo à solução de impasses próprios do capitalismo dominante. O mercado capitalista, em determinado momento, viria a demonstrar seu poder de sedução e suas possibilidades. E a decisão chinesa pelas reformas em 1978 foi a decisão de enfrentar todos os perigos intrínsecos a esta integração muito bem-vinda aos Estados Unidos, em diferentes momentos históricos desde então. A grande questão que envolve a análise dos limites dessa integração – que parece estar testando seus próprios limites – está na própria *historicidade* de diferentes formas e conteúdos de comércio internacional. Os Estados Unidos, da mesma forma anárquica com que expressa a capacidade de consumo de sua população, também se expressa anarquicamente no plano do comércio internacional, conforme seus próprios déficits gêmeos demonstram. Antagonicamente, os chineses são signatários de uma forma nova de se trabalhar o comércio intrapaíses, onde a *planificação* é a tônica.

O contato dessas duas formas de comércio e a exposição dos limites de um deles só podem ser verificáveis em épocas de *crises sistêmicas*. E as crises capitalistas são crises também de uma forma superada de comércio internacional. Atualmente os EUA consomem 20% mais “do que suas contas permitem”. Seus déficits comerciais com a China são a senha para a manutenção de baixos índices de inflação e alargamento da capacidade de endividamento das famílias. Ao mesmo tempo, interessantemente, em que alimentam os próprios estoques em reserva estrangeira de seu *concorrente estratégico*. Os chineses passaram a ser os maiores compradores de títulos norte-americanos, o que quer dizer que são os maiores financiadores externos do império. O que seria uma forma de enquadramento da China – sua admissão na OMC – é muito mais um palco de acúmulo de forças políticas onde se “joga o jogo” de isolamento estratégico dos EUA pela via de déficits programados com a periferia.

É evidente que existem desequilíbrios gigantescos na ordem econômica mundial. Porém, eles devem estar muito mais relacionados com o nível de subsídio ao consumo nos EUA e à hipertrofia do sistema financeiro internacional do que com a própria *banda cambial* chinesa.

Abrindo parêntese à reflexão: foram os bancos norte-americanos que “quebraram” e levaram o mundo de roldão e não o “frágil” sistema financeiro chinês.

Afora essas questões, vemos um jogo muito perigoso nessa pressão exercida pelos EUA pela valorização cambial chinesa. Nesse jogo, existe o próprio movimento em si de pressões diretas sobre a China. O outro movimento envolve a cooptação de terceiros países – como o Brasil – “prejudicados”<sup>143</sup> pela cotação da moeda chinesa. Objetivamente, fica uma ponderação: qual economia do mundo poderia dispor da escala necessária para colocar, no mercado estadunidense, mercadorias a um preço tolerável dentro dos parâmetros e limites da própria democracia norte-americana? Vietnã, Malásia?

Fica evidente, com certa capacidade de se observar o problema dentro de um determinado conjunto, o fundo puramente político da intentona norte-americana contra a taxa de câmbio chinesa. E política internacional sem fundo econômico torna-se algo sem consequência, beirando a desmoralização, assim como a própria desmoralização do poder americano diante de um mundo em que Venezuela, Bolívia, Equador podem começar a deixar de ser exceções para se constituírem em regras.

\*\*\*

Abramos um longo parêntese nessa discussão.

Novamente, recorremos a Dani Rodrik e seu texto já citado (*Making room for China in the world economy*). Analisando a experiência da capacidade de manobra chinesa em trabalhar nas “brechas” do sistema internacional, garantindo sua independência de gerência de políticas mercantis e industriais de forma deliberada e partindo da premente problemática em torno das relações entre China e EUA e do imbróglio do yuan, Rodrik propõe como solucionante ao desequilíbrio econômico mundial a hipótese de maior flexibilização do Acordo Sobre Subsídios no âmbito da OMC, colocando inclusive que tal acordo “faz pouco sentido” no que se refere à indução do desenvolvimento em países pobres.

---

<sup>143</sup> O sentido das aspas no termo se refere ao fato de que, ao contrário do FMI, Banco Mundial e outros instrumentos de dominação financeira, a China em nenhum momento impõe regras a seguir por terceiros países. Não estamos dizendo que as relações chinesas com o mundo ocorrem sem contradições, muito pelo contrário. As opções em matéria de política monetária do Brasil são de inteira responsabilidade e “soberania” do Banco Central, que coloca ao “mercado” a tarefa de encontrar o preço do dólar em relação ao real. Porém, transfere ao Estado os custos de manutenção do preço final da referida moeda. Sobre os custos financeiros arcados pelo Estado brasileiro pela via de operações de salvamento cambial encampados pelo BC, ler: MORAIS, Lecio: “O câmbio continua matando: o Real e a livre circulação cambial”. In *Princípios*. São Paulo, n° 106. Mar/Abr, 2010. P. 39-43.



Fica subentendido que a flexibilização desse acordo significa maior liberdade de manobra, principalmente cambial, para que os países pobres possam manejar suas políticas industriais respectivas. Independente da posição política e ideológica clara que sustentamos neste trabalho e do próprio reconhecimento do *progressismo* desta proposta, a verdade é que não devemos encarar tal de forma excessivamente eufórica. E isso, do ponto de vista não só estratégico e das questões econômicas, mas principalmente político, social, cultural e ideológico que apresentamos nesse trabalho e que envolve a “bandeira do desenvolvimento”. Porém, esta proposta carece de pelo menos dois problemas. O primeiro está diretamente relacionado com a política internacional e a *correlação de forças* no mundo. Bem, avançar na implementação de algo dessa natureza demanda um *acúmulo de forças* por parte dos países periféricos capaz de colocar em xeque a própria estrutura de poder mundial; e não somente isso, como também a própria *lei do desenvolvimento desigual e combinado* perderia eficácia e o próprio capitalismo perderia a razão *mater* de sua sobrevivência como sistema sócio-econômico. Isso redundaria, conseqüentemente, na própria proscricção do poder norte-americano e, logo, da própria OMC. A implementação de algo dessa natureza seria causa e/ou consequência do próprio fim da hegemonia dos Estados Unidos. Possibilidade tal que, sob o nosso entendimento, não é plausível de ocorrência num horizonte tão próximo. Isso independe da vontade dos catastrofistas de plantão, que desde sempre tem previsto a derrocada norte-americana (Samir Amin, por exemplo).

Com relação à política cambial chinesa e o impacto de uma medida dessa monta, é muito difícil fazer qualquer prognóstico mais justo. A sugestão de Rodrik é tão impraticável no plano imediato que, no momento histórico viável à aplicação desta medida, a própria China já teria reunido todas as condições objetivas para a própria proscricção do *ferramental cambial*.

Já pensando no *concreto presente*, essa opinião de Rodrik guarda certo nível de inconseqüência. Por quê? Porque uma opinião desse cunho também pode guardar serventia à fuga da discussão do principal fator dos desequilíbrios econômicos acumulados desde o momento em que o dólar passou a ser lastreado não mais por tratados como Bretton Woods, e sim pelo poderio militar dos EUA: a hipertrofia do sistema financeiro em detrimento da esfera produtiva, da economia real.

O problema da valorização do *yuan* não será solucionado sob marcos não convencionais, ou, melhor dizendo, sob intensa pressão. Não vemos grande evidência empírica a partir daqueles que colocam a valorização do *yuan* como fronteira do crescimento da demanda interna chinesa em detrimento de sua estratégia exportadora, pois uma valorização do *yuan* poderia provocar uma queda nos preços internos de *tradables*. Na verdade, a questão da demanda interna e seu alargamento depende de altos níveis de investimentos e é algo que não se anula com uma “política exportadora”, na medida em que se *planifica* a própria capacidade de investimentos tanto em setores poupadores de mão de obra quanto naqueles mais intensivos em capital. Por outro lado, depende – também – da relação entre aumentos salariais e inflação no país que, desde a década de 1990, tem se situado favorável aos salários; afora isso, existe um sistema de crédito pautado por baixíssimas taxas de juros. Enfim, o movimento interno já ocorre independente da forma como a China se coloca no mercado internacional. Por outro lado, a tabela abaixo demonstra uma tendência interessante em matéria de política cambial na China:

**Tabela 19 – Cotação do yuan diante das principais moedas estrangeiras (unidade: cem yuanes)**

Ano	Dólar norte-americano	Yen japonês	Dólar de HK
1993	576,20	5,2020	74,41
1995	835,10	8.9225	107,96
1997	828,98	6,8600	107,09
1999	827,83	7,2932	106,66
2000	827,84	7,6864	106,18
2002	827,70	6,6237	106,07

Fonte: El Comercio en China. Elaboração própria

A tabela acima demonstra, como se percebe, a escalada de desvalorização do Yuan, iniciada em 1993, até o ano de 2002. A tabela sugere que esse processo atinge seu pico justamente no momento em que a China alcança (internamente) um patamar semelhante de relação exportações x PIB mundial. Além disso, esse processo coincide com o maior aumento de integração chinesa ao mercado internacional, o que pressupõe uma profilaxia que evitou a exposição de suas empresas à concorrência internacional. Neste mesmo ínterim, todo um

arcabouço fora preparado para a elevação da capacidade das empresas chinesas de “enfrentar o mundo”, sendo a mais significativa delas o intenso processo de fusões e aquisições internas no sentido de formar os já citados 149 conglomerados estatais e o início do processo de crescentes investimentos chineses no exterior.

Como se observa, 2002 foi um “pico cambial” que coincide com outro processo: o da admissão da China à OMC, que também coincide com o “pisso” em matéria de tributação sobre importações. O patamar de US\$ 1 = 8,27 yuanes fora mantido até 2008. Desde então, a utilização de uma “cesta de moedas”, ao mesmo tempo em que buscava certo resguardo com relação às oscilações do dólar, também permitiu que a China iniciasse um processo de valorização metódica do yuan em relação ao dólar (atualmente, US\$ 1 = 6,83 yuanes). Ou seja, uma valorização que chegou a patamares acima dos 15%.

A racionalidade nessa contenda é perceber que, em se tratando da China (dados os custos sociais anexos), tudo tende a (e deve) ser lento, gradual e seguro, como a própria tabela 19 nos sugere. O que inclui desde já a retomada de uma política de banda cambial (cesta de moedas) proscrita com a crise, a utilização de suas reservas cambiais para compra de ativos no exterior e o adensamento de cadeias produtivas nacionais em face da concorrência externa (o que aos poucos poderá subscrever a necessidade de um yuan imensamente desvalorizado). Além desses fatores, o yuan não poderá ter uma valorização conforme determinadas vontades ocidentais sem antes a China não superar outros tipos de problemas. Entre tais as relacionadas entre os diferentes níveis de renda entre litoral e interior, campo e cidade; ademais, a população chinesa só alcançará seu pico em 2030. Até lá, meios e maneiras para a estabilização do nível de renda e emprego para cerca de 13 milhões de pessoas que adentram o mercado de trabalho todo ano demandará soluções nada terapêuticas, pois a economia avança de desequilíbrios em desequilíbrios. O câmbio administrado estará por muito tempo na ordem quase natural dos acontecimentos em um país cujo objetivo precípua é o de alimentar e vestir nada menos que 1,3 bilhão de habitantes.

### 5.2.2.2 Os IEDs em si

O papel dos IEDs é de capital importância para o processo de elaboração de uma visão de conjunto do processo de modernização da China. Não restam dúvidas a respeito disso. Por exemplo, entre 1979 e 2006 a China utilizou US\$ 882,7 bilhões em capitais estrangeiros, sendo que US\$ 691,9 bilhões de forma direta; em 2006, 58,6% das exportações do país foram oriundas de empresas multinacionais e, nos últimos anos, a China ultrapassou os EUA como o maior receptor desse tipo de investimento, sendo que as 500 principais empresas multinacionais do mundo estão presentes no país. Conforme demonstram as tabelas abaixo, entre 1984 e 2009 os IEDs cresceram quase 800%. Em 2009, o montante investido pelo exterior no país foi de US\$ 90,03 bilhões, ou seja, “apenas” 2,3% menor que em 2008, considerando que 2009 foi um ano de maior intensidade da mais forte crise financeira vivida pelo mundo desde 1929.

Vejamos abaixo o crescente dessa modalidade de investimento desde 1984:

**Tabela 20 – Fluxo de IEDs na China, 1984-1996 (em bilhões de US\$)**

Ano	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
<b>Contratado</b>	2,7	5,9	2,8	3,7	5,3	5,6	6,6	12,0	58,1	111,4	82,7	91,3	71,3
<b>Utilizado</b>	1,3	1,7	1,9	2,3	3,2	3,4	3,5	4,4	11,0	27,5	33,8	37,5	41,7

FONTE: Chinability. <http://www.chinability.com/FDI.htm>  
Elaboração própria

**Tabela 21 – Fluxo de IEDs na China, 1997-2008 (em bilhões de US\$)**

Ano	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
<b>Contratado</b>	51,0	52,1	41,2	64,2	71,1	84,8	115,1	153,5					
<b>Utilizado</b>	45,3	45,5	40,4	42,1	48,8	55,0	53,5	60,6	60,3	63,0	74,8	92,4	90,03

FONTE: Chinability. <http://www.chinability.com/FDI.htm>  
Elaboração própria

Os números por si só tem servido para inúmeras conclusões, muitas delas superficiais, que classificam o capital estrangeiro como a variável estratégica do processo ou como a “alma do desenvolvimento chinês”, sua principal razão de existência e o “criador do desenvolvimento chinês”. Assertivas que servem inclusive como base para a manutenção de políticas econômicas

na periferia com serventia a atrair mais IEDs. Muitas questões merecem ser respondidas e esmiuçadas. Por exemplo, os IEDs na China têm o mesmo caráter com os realizados em países como o Brasil? Quais as diferenças? O capital estrangeiro realmente “criou” o desenvolvimento chinês?

#### 5.2.2.2.1 A serviço de um projeto nacional ou à desindustrialização?

A princípio, o nosso interesse não é a análise esmiuçada do regime institucional *lato sensu* por detrás dos IEDs em território chinês. No momento, para nós, o importante é situá-los no escopo das necessidades do projeto nacional chinês<sup>144</sup>.

Dessa forma, identificar diferentes formas de inserção e preparo à recepção de IEDs é uma questão pura de existência ou não de projeto nacional. Conforme dito e redito, projeto nacional é sinônimo de indústria e não o contrário. O contrário é estranho, como no Brasil na década de 1990, diante da paridade cambial real x dólar e a total liberdade de entrada e saída de capitais. Pois bem, excetuando elementos puramente políticos, demonstrar se os IEDs estão a serviço de determinado projeto demanda saber se está havendo crescimento no país receptor. Demanda saber se está havendo elevações de gradações tecnológicas e crescente valor agregado às exportações. Por exemplo, em 1992 as exportações de têxteis corresponderam a, aproximadamente, 14%; em 2005, caiu para 7%. No mesmo período indicado, as exportações de calçados caíram de 7% para 4%, a queda aparelhos eletrônicos de baixo valor agregado foi de 27% para 12%; brinquedos e afins, de 10,5% para 8%. Já as exportações de aparelhos de telecomunicações subiram de 3% para 14%; as de maquinaria eletrônica, de 3,5% para 9%; e as de máquinas de escritório, de 1,5% para 13%<sup>145</sup>.

Na mesma tendência de aumento de valor agregado das exportações, como parte do processo de admissão na OMC, as tarifas médias alfandegárias caíram de 55,6% em 1982 para 12,3% em 2002. Logo o câmbio funciona como substituidor de uma política de defesa pela via

---

<sup>144</sup> Para informações completas, e de conjunto, sobre não somente a natureza dos IEDs na China mas também comparações com outras formas de inserção externa na década de 1990, indicamos a brilhante tese de doutorado de Luciana Acioly, técnica do IPEA, a quem agradecemos muito as sugestões e opiniões para o nosso trabalho. Logo, ler: ACIOLY, Luciana: *Brasil, Índia e China: o investimento direto externo nos anos noventa*. Tese de Doutorado orientado pelo Prof. Dr. Luiz Gonzaga Belluzzo. Instituto de Economia da Unicamp, 2004.

<sup>145</sup> AMITI, Mary & Freund, Caroline: “China’s export boom”. In *Finance and Development*. Vol. 44, n° 03. September, 2007.

tributária<sup>146</sup>. Conclui-se que o padrão exportador da China está na mesma proporção de um país com renda *per capita* três vezes superior a ela. Alusões a vantagens comparativas, sendo uma das principais delas o custo de produção, são as explicações mais notórias vistas, como se determinadas vantagens – como já expomos anteriormente – não estivessem presentes, e em melhores condições, em outros pontos do globo. Por outro lado, está ficando muito clara a tendência ao acerto de uma política de IEDs em que a transferência de tecnologia guarde centralidade<sup>147</sup>.

Na verdade existem, a nosso ver, duas “vantagens competitivas”: o primeiro, já densamente debatido neste trabalho, está no câmbio voltado aos interesses nacionais e sociais chineses. Já a segunda “vantagem” está no **controle absoluto do fluxo de capitais**. Porém, voltemos ao assunto câmbio. Um economista da lucidez de Dani Rodrik sustenta, corretamente, que o que está em andamento em grande medida na China são políticas industriais capitaneadas pelo Estado. Coloca ainda que o que deve ser colocado em questão não é a existência de política, mas as formas como tais têm sido implementadas<sup>148</sup>. Nesse rumo, por exemplo, política industrial deve ser acompanhada de políticas educacionais e fiscais correspondentes às necessidades do projeto. Porém, insistimos que essa política industrial só tem consequência na China sob as hostes de uma política de câmbio administrado e de controle do fluxo de capitais.

Citando ainda Dani Rodrik, a utilização de um câmbio do tipo chinês é parte uma forma de política industrial, que – com as contradições anexas – tem dado resultados na China. Mais do que isso, o mesmo Rodrik coloca que a utilização – no pós-guerra – de taxas de câmbio desvalorizadas em países pobres redundam, necessariamente, em crescimento. Exemplo pode ser visto no próprio conjunto do BRIC onde existem, de um lado, países como o Brasil e a Rússia, que privilegiaram a liberalização financeira e cambial e têm nos produtos primários seus principais itens de exportações, enquanto, por outro lado, Índia e China vêm ganhando gradação tecnológica para sua pauta de exportações na mesma proporção que têm trabalhado fora de marcos liberalizantes.

---

<sup>146</sup> RODRIK, Dani: “What’s so special about China’s exports?”. In *NBER Working Papers*. Working Paper n° 11947. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w11947>>. Acessado em 10 abr. 2010. Dani Rodrik, neste artigo, argumenta, assentado nos dados de queda de tarifas de importação, acerca da abertura como condição *sine qua non* ao desenvolvimento. Concordamos em parte com esta colocação, pois advogamos a necessidade de planificação dessa abertura.

<sup>147</sup> Idem.

<sup>148</sup> \_\_\_\_\_, “Make room for China in the world economy”. Paper prepared for the AEA session on *Growth in a Partially De-Globalized World*, chaired and discussed by Philippe Aghion. Disponível em: <<http://www.hks.harvard.edu/fs/drodrik/Research%20papers/Making%20room%20for%20China.pdf>>. Acessado em 05/03/2010.

É de notório saber que a institucionalização das ZEEs, que durante mais de 15 anos desde suas primeiras experiências (1982) impunha a condição de associação às empresas estrangeiras para com empresas estatais, entabula por si uma grande diferença de inserção externa entre diversos casos: o IED como janela de investimentos para adensamento produtivo e ponte para aquisição de novas tecnologias, e não indutora de fundos para fusões e aquisições e/ou processos de privatizações.

Ora, câmbio administrado *mais* controle sobre o fluxo externo de capitais têm influência direta na formas de comportamento dos IEDs. No caso da China, esse tipo de investimento difere-se, totalmente, das formas verificadas no Brasil, onde as operações de fusões e aquisições tiveram primazia. Na China, por exemplo, em 1998 somente 1,8% dos IEDs foram direcionados a fusões e aquisições; em 1999, 5,9%; em 2000, 5,5%. Em 2001, 5,0% e em 2002, 3,9%, já no Brasil da década de 1990, mais de 70% desse tipo de investimento foi direcionado para privatizações (desnacionalizações) e F&A (Fusões e Aquisições).<sup>149</sup>.

A nosso ver, o essencial no regime dos IEDs a ser apreciado para fins de compreensão do núcleo do projeto nacional chinês está, sobremaneira, na identificação do ambiente político e macroeconômico criadores de um ambiente propício à maximização das oportunidades abertas por essa modalidade de investimento.

\*\*\*

O câmbio seguido do controle das contas de capital são instrumentais que servem ao *geral*, ou seja, à proteção geral de uma economia periférica em expansão e de um projeto nacional com vistas a obter legitimidade interna (pela expansão de renda e do emprego) e externa (poderio internacional, excelência científica e tecnológica). Também existe a necessidade de condições no sentido de se formar um bloco periférico (BRIC) em condições de transformar representatividade econômica em força política e assim transformar a *correlação de forças* em âmbito mundial em prol da paz, do direito à autonomia dos países da periferia em escolher caminhos ao desenvolvimento e à defesa da alternativa socializante. Enfim, uma alternativa concreta em matéria de política econômica e monetária em um país com as dimensões e história

---

<sup>149</sup> JABBOUR, Elias: *China: Infra-Estruturas e Crescimento Econômico*. Anita Garibaldi. São Paulo, 2006, p. 25.

da China não pode ser passiva de uma análise puramente econômica, dadas as influências que ela tem poder de irradiar.

Porém, miremos em outro aspecto que afeta diretamente os IEDs na China. Conforme já colocado, mecanismos de manipulação cambial e controle sobre os fluxos de capital atendem somente a disposições genéricas, porém vitais do processo de desenvolvimento. Além disso, já está claro nesse trabalho aspectos da *superestrutura* lastreadores do desenvolvimento, pois o desenvolvimento não resulta da livre ação de agentes econômicos por intermédio do mercado.

O círculo se fecha com a elaboração e aplicação de todo um aparato jurídico/institucional capaz de utilizar as formas de ação de determinadas *leis econômicas* em prol do *desenvolvimento setorial* de uma economia em expansão, algo em conformidade com o nível de desenvolvimento das forças produtivas. Isso é o que a literatura econômica convencional chama, pejorativamente, sob forma de leis e regulamentos, de utilização de políticas industriais. Geralmente, o conteúdo desse tipo de política envolve subsídios para exportadores, proteção legal a determinados setores e meios para indigenização de novas e novíssimas tecnologias.

Pois bem, desde o ano de 1982 o Conselho de Estado da República Popular da China publica o chamado *Catálogo Orientador do Investimento Estrangeiro*<sup>150</sup>. Nosso intento não é o de demonstrar minuciosamente os efeitos e os setores beneficiados por esse tipo de regulamento. O que é importante é o desenrolar dessa regulamentação, que envolve a própria história do *desenvolvimento* recente chinês. Por exemplo, no âmbito da *política regional*, o Catálogo de 1982 privilegiava IEDs no litoral do país em detrimento de um interior onde as TVEs avançavam sobre nichos de mercado que o setor estatal da economia não conseguia abranger e também onde os camponeses estavam em acelerado processo de acumulação de riqueza. Além disso, naquele momento históricas políticas de elevações planejadas de preços de grãos, além da permissão à comercialização de excedentes, davam conta de um *crescimento quantitativo* acelerado e pautado muito mais pelo *consumo* que pelo *investimento*. Esse cenário muda com o lançamento do já citado Programa de Desenvolvimento do Oeste no final de década de 1990. Em 2000, um encarte especial do *Catálogo* fora publicado no sentido de liberar *joint ventures* à construção de infraestruturas no oeste do país, além de permitir, de forma completa, IEDs no setor de serviços.

---

<sup>150</sup> Tivemos acesso a esse documento a partir da seguinte publicação: KE, Ma & JUN, Li: *El Comercio en China*. China Intercontinental Press. Beijing, 2008. 487 p. Sobre esse tema, indicamos também a leitura de: CUNHA, André M. & ACIOLY, Luciana: “China: Ascensão à Condição de Potência Global – Características e Implicações. In CARDOSO JR, José C.; ACIOLY, Luciana; MATIJASCIC, Mico: *Trajórias Recentes de Desenvolvimento*. IPEA. Brasília-DF, 2009.



Enquanto isso, no litoral do país, setores em que a China já dispunha de total autonomia gerencial e tecnológica passaram a ter o *status* de “proibido”, como, por exemplo, o setor siderúrgico<sup>151</sup>. Outro exemplo está no setor de matéria-prima e minérios que, até 2007, gozou de todo tipo de incentivo possível do governo para atração de IEDs, principalmente em projetos de pesquisa e prospecção de petróleo e gás natural. Desde o *Catálogo de 2007*, estes setores passaram a ser classificados sob a rubrica de “proibida” para IEDs.

Nesse contexto de se compreender a institucionalização dos IEDs, a citação abaixo segue como interessante síntese<sup>152</sup>.

O Catálogo divide as indústrias em três setores: encorajado, restrito e proibido. Às companhias estrangeiras que investem nos setores encorajados é permitido o estabelecimento de empresas de capital 100% estrangeiro, enquanto que, na categoria restrita, investimentos são limitados à joint ventures de equidade (...). As indústrias inseridas na categoria proibida, por sua vez, são fechadas ao investimento estrangeiro. As indústrias inseridas na categoria restrita e proibida são justificadas, pelo governo chinês, com base na necessidade de proteger a “segurança econômica nacional” e de se ter cautela na abertura de indústrias estratégicas e áreas sensíveis, como matéria-prima e minérios (...).

Pode parecer altamente contraditório falar em liberalização da economia chinesa pós-1978 com todo esse arcabouço legal protegendo a indústria nacional num país que se encontra no topo mundial de IEDs. Tentemos responder algumas questões. Como, num ambiente altamente regulamentado, com dificuldades de acesso total ao mercado interno chinês, pôde se vislumbrar que um país onde até 1997 a propriedade privada não estava legalizada e onde o Estado e o Partido Comunista estão presentes em todas as instâncias sociais e políticas da sociedade, os IEDs continuaram afluindo com tanta rapidez? A existência de instituições que garanta, em certa medida, o pleno jogo do *laissez-faire*, é condição para a atração de IEDs como é o caso de um país plenamente liberado quanto ao aspecto financeiro?

Segundo Dani Rodrik, em artigo para o jornal *Valor Econômico* (“Diagnósticos de Crescimento”, em 10/09/2004), após pesquisa feita em diversos casos (mais de 80 países), a existência de instituições que contemplam os diversos interesses do capital não tem relação direta

---

<sup>151</sup> É interessante que para o setor siderúrgico o *status* de “proibido” tenha coincidido com o momento em que se completou um rápido processo de fusões e aquisições na área, culminando na formação do complexo siderúrgico da Baosteel (informação colhida em conversa com membros da direção da empresa em janeiro de 2007).

<sup>152</sup> CUNHA, André M. & ACIOLY, Luciana: “China: Ascensão à Condição de Potência Global – Características e Implicações. In CARDOSO JR, José C.; ACIOLY, Luciana; MATIJASCIC, Mico: *Trajatórias Recentes de Desenvolvimento*. IPEA. Brasília-DF, 2009. p.365.

com a atração de investimentos externos. O economista estabelece então uma comparação entre China e Rússia.

Para Rodrik, a China driblou toda essa armadilha institucional com a simples disposição do governo chinês em dividir lucros e prejuízos com empreendedores privados estrangeiros. Em suma, vemos, neste caso, como garantia para a não expropriação a participação, ainda que residual, do Estado <sup>153</sup>.

Pode parecer óbvia tal afirmação, mas pela primeira vez lemos tal opinião, o que demonstra que a transformação institucional em larga escala não é pré-requisito para o início de um processo de crescimento econômico.

Outra gama de questões ainda merece respostas. Por exemplo, que tipos de reações haveria, no âmbito da OMC, se um país qualquer, mesmo o Brasil ou a Argentina, decidisse colocar em prática um programa de proteção e expansão de seu complexo industrial partindo de práticas semelhantes ao da China? Que reações existiriam com relação aos Estados Unidos e à União Europeia <sup>154</sup>? Por que não se “mexe” com a China e impõem-se as piores decisões possíveis aos países mais pobres, como – por exemplo – a destruição da indústria de caju do Moçambique como pré-requisito e “condicionalidade” diante da necessidade de obter empréstimos do Banco Mundial e do FMI de 1992? Trata-se de pura questão de poderio econômico e financeiro transformado em poderio político.

Vejamos: em 1986 as exportações chinesas correspondiam a 1,4% das exportações mundiais e as importações a 1,9%. Em 2001, essas porcentagens chegaram a 4,9% (o que demonstra que o comércio exterior chinês cresceu em média anual de 16%) e em 2008 as exportações chegaram próximas a 9% e as importações a 6,9% do montante mundial. Já a relação entre exportações mundiais em 1980 equivaliam a 20% do PIB mundial e, em 2008, corresponderam a 32% <sup>155</sup>. Isso demonstra que a China associou o desenvolvimento interno ao poderio nacional, dado o evidente papel cumprido tanto na elevação da relação PIB/exportações

---

<sup>153</sup> RODRIK, Dani: “Devemos distinguir entre estímulo de crescimento econômico e sustentá-lo”. *Valor Econômico*, 22/09/2004.

<sup>154</sup> Uma caricatura disso pode estar na reação da mídia brasileira para qualquer “mexida” mínima na política monetária em curso. A simples utilização de um mecanismo fiscal, como o Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF), fora suficiente para alguns jornalistas iniciarem um verdadeiro clima de terror em torno do governo brasileiro. Os “déficits” com a previdência social são tratados de formas nitidamente fascistas, enquanto que o fato de a cada 0,5% a mais na Taxa Selic corresponder em aumento de US\$ 5 bilhões é tido como símbolo de responsabilidade. É nesse clima interno que o projeto nacional brasileiro vem sendo postergado, e o governo que tentar implementá-lo torna-se passivo de ser derrubado.

<sup>155</sup> Dados extraídos de *China Statistical Yearbook* e IMF World Report.

mundiais quanto seu papel no alavancamento da demanda internacional, principalmente de *commodities*.

Nesse caso, a força política chinesa se concentra na crescente gravitação de países da periferia em torno de si mesma. Do ponto de vista estratégico, essa relação entre a China e o Terceiro Mundo é vital para um país pronto a disputar, inclusive no campo moral, a hegemonia internacional<sup>156</sup>. O outro lado dessa relação está na crescente dependência de empresas norte-americanas e europeias das vantagens de estarem instaladas na China. Sanções contra as práticas industrializantes do governo chinês poderiam respingar nas próprias corporações, que mantém em pé a *superestrutura* do imperialismo e do próprio financiador de seus déficits gêmeos, além, é claro, do papel cumprido pela produção chinesa para o controle inflacionário nos EUA.

Outro fator para se refletir está na relação entre o acúmulo de reservas cambiais e a formação de uma potência financeira como consequência da crescente demanda chinesa por produtos primários. Nesse sentido, é importante lembrar que a liquidez da economia internacional em meio à presente crise financeira está sendo mantida graças à capacidade chinesa de substituir, gradualmente, entidades cada vez mais desmoralizadas – como o FMI e o Banco Mundial – como financiador internacional de primeira instância. Esse tipo de movimento diz muita coisa e nos ajuda a responder as questões levantadas acima.

#### 5.2.2.2.2 Criador ou criatura do desenvolvimento?

Existem muitos mitos criados no sentido de corroborar uma importância excessiva aos IEDs no processo de desenvolvimento chinês. Por si só, essa afirmação guarda muito de irreal na medida em que o montante de IEDs na China atualmente não chega a 10% da Formação Bruta de Capital Intensivo (FBCI). Por outro lado, o sistema financeiro estatal chinês é responsável por 50,2% de todo o crédito que envolve a FBCI.

Essa discussão acerca do criadouro do desenvolvimento chinês e o papel dos IEDs nesse processo suscitam o debate de outras assertivas que, pela natureza desse nosso trabalho, convém

---

<sup>156</sup> Em 2003 a China “zerou” as tarifas de importações aos 35 países mais pobres do mundo. Além disso, esses mesmos países tiveram perdoadas suas dívidas externas para com a China. Nenhum desses dois movimentos foi até agora acompanhado nem pelos EUA, nem pela União Europeia.

– dentro dos limites – demonstrar e debater. Continuando, outro tipo de afirmação muito comum (lastreada no “desenvolvimento” criado pelos IEDs) é colocar a China como exemplo de aplicação do modelo neoliberal, conforme assinala, de forma primária e irresponsável, David Harvey em sua *Brief History of Neoliberalism*. Nesse rumo, é muito comum apontar a China como “o país mais aberto do mundo” por conta de seu gigantesco coeficiente de comércio exterior, resultado de um país que, em plena década de 1980, pediu conselhos a Milton Friedman<sup>157</sup>. É realmente muito estranho o “país mais aberto do mundo” praticar deliberadamente políticas industriais e ter um sistema financeiro estatal, um câmbio administrado e um controle de fluxo de capitais. Não se trata de contrapor argumentos ideológicos com argumentos também ideológicos, mas sim com determinados fatos.

Giovanni Arrighi, de modo muito sagaz, aponta outra fronteira de argumentos duvidosos sobre a abertura chinesa, entre elas as muito difundidas pela mídia formadora de opinião ultraliberal (*The Economist*, *Financial Times*) acerca da relação direta entre redução da pobreza e liberalização de sua economia<sup>158</sup>. Sobre essa questão da diminuição da pobreza no mundo e a radicalização da liberalização, atentemos para a longa passagem escrita pelo atual presidente do IPEA, Márcio Pochmann<sup>159</sup>:

Os mais recentes indicadores a respeito da evolução da pobreza global revelam uma crescente desconexão entre o que o mundo poderia ser e o que realmente é. Em grande medida, a maior fragilidade da governança global conduzida pelas nações ricas durante as duas últimas décadas tem apontado para maior polarização social entre riqueza e pobreza.

Em parte, essa polarização se deve ao agravamento da questão social em quase dois terços da população do planeta. Não fosse o desempenho de alguns poucos países como Brasil e China, por exemplo, na redução da quantidade de miseráveis e pobres, o retrocesso poderia ser ainda mais grave. Na comparação de 2005 com 1981, percebe-se, por exemplo, que o universo de miseráveis do mundo com renda mensal *per capita* atual de até R\$ 61,20 passou de 1,9 bilhão (52,2% da população em 1981) para 1,4 bilhão de pessoas (25,7% da população em 2005). A diminuição de 26,8% na quantidade de miseráveis globais (meio milhão de indivíduos) ocorreu fundamentalmente pelo fator China, com a saída de 627,4 milhões de pessoas da condição de miseráveis entre 1981 (835,1 milhões) e 2005 (207,7 milhões).

Essa fantástica queda de 75,1% no número de miseráveis chineses foi acompanhada pelo aumento da quantidade de pessoas na condição de miseráveis no resto do mundo. Ou seja, sem a China, o mundo apresenta uma adição de 114 milhões de pessoas miseráveis, tendo em vista o aumento de 1,1 bilhão de pessoas nessa condição em 1981 para 1,2 bilhão em 2005. Mesmo com o aumento médio anual de quase 5 milhões de miseráveis

<sup>157</sup> KWONG, Peter: *China and US are joined at the hip: The Chinese Face of Neoliberalism*. Counterpush. 7/8 october, 2006.

<sup>158</sup> ARRIGHI, GIOVANNI: *Adam Smith em Pequim*. Boitempo. São Paulo, 2008, pág. 360.

<sup>159</sup> POCHMANN, Márcio: “Os Bric e a globalização da pobreza”. *Valor Econômico*, 14/04/2010.

no mundo sem a China, a taxa de miseráveis caiu 29%. Entre os anos de 1981 e 2005, a taxa de miseráveis do mundo baixou de 40,4% para 28,7% da população, sem a China, em virtude do crescimento demográfico para o segmento fora da condição de miserabilidade.

É evidente que essas colocações de Pochmann demonstram o oposto: a liberalização mundial seguida pelo fim da URSS significou uma longa série de óbices econômicos e sociais no antigo bloco socialista, na América Latina e na África Subsaariana. A ausência da Índia nesta plêiade de países que se notabilizaram pela queda dos índices de pobreza é muito sugestiva na mesma proporção em que se tenta confrontar o desenvolvimento “democrático” indiano com um tipo de desenvolvimento (chinês) notabilizado pelo desrespeito aos “direitos humanos” (China). Coincidentemente, a Índia advoga seu caminho particular e original de desenvolvimento capitalista (desenvolvimento autônomo, diga-se de passagem), enquanto nenhum dirigente chinês – na contramão da ampla maioria dos “especialistas” formados e informados por órgãos como o *The Economist* e o *Financial Times* – advoga o capitalismo como meio para alcançar seus objetivos nacionais e sociais.

\*\*\*

Não se pode negar a importância do capital estrangeiro para o desenvolvimento recente da China. Os números apontados mais acima demonstram tal fato. A questão é se esse tipo de investimento tem ou não caráter principal ao processo. Pois bem, em primeiro plano, a centralidade do processo é política, é de decisão política pelo desenvolvimento e pela inclusão de pessoas ao mercado consumidor. Ademais, conforme demonstraremos na seção sobre o desenvolvimento da agricultura chinesa, as políticas indutoras à formação de um imenso mercado consumidor para produtos industrializados antecedem tanto o início dos fluxos de IEDs no país quanto o próprio *boom* das exportações. Sobre essa questão das exportações, vejamos as tabelas abaixo:

**Tabela 22 – Exportações, 1978-1994 (em US\$)**

Ano	1978	1980	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
<b>Exportações</b>	9,75	18,12	27,37	30,94	39,44	47,52	52,54	52,09	71,84	84,94	91,74	121,01

FONTE: Chinability. <http://www.chinability.com/Trade.htm>  
Elaboração própria

**Tabela 23 – Exportações, 1995-2000 (em US\$)**

Ano	1995	1996	1997	1998	1999	2000
<b>Exportações</b>	148,78	151,05	182,79	183,71	194,93	249,20

FONTE: Chinability. <http://www.chinability.com/Trade.htm>  
Elaboração própria

**Tabela 24 – Exportações, 2001-2008 (em US\$)**

Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
<b>Exportações</b>	266,10	325,60	438,37	593,40	762,00	968,90	1.127,80	1.428,60

FONTE: Chinability. <http://www.chinability.com/Trade.htm>  
Elaboração própria

Levando-se em consideração o papel cumprido pelas empresas estrangeiras instaladas na China para o estímulo das exportações, é interessante perceber que as exportações, como variável de monta à estratégia chinesa, somente ganharam ímpeto (crescimento geométrico) após a admissão chinesa à OMC, ou seja, mais de 20 anos depois do início das reformas. A própria tabela 24, em comparação às demais demonstra isso. As exportações saíram de um *share* com relação ao PIB quase nulo na década de 1960 para fechar em 30% do PIB em 2003, enquanto que, para o ano de 2002, a relação das exportações em relação ao PIB mundial era de 29%. Logo, somente em 2003 a relação exportações x PIB na China chegou ao mesmo patamar que a média internacional do período em relação ao PIB mundial<sup>160</sup>.

O crescimento anterior das exportações demonstrado nas tabelas acima nos indica a existência de um estágio de crescimento *quantitativo* e não *qualitativo* (maior valor agregado às exportações expressadas também no valor das mesmas) até o ano de 2001. Associando-se os dados dispostos nas tabelas com a conjuntura internacional de concorrência oligopólica, torna-se

<sup>160</sup> RODRIK, Dani: "What's so special about China's exports?". In, *NBER Working Papers*. Working Paper nº 11947. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w11947>. Acessado em 10/04/2010

óbvio que, até 2001, o capital estrangeiro via-se diante de um grande dilema: investir na China ou perder a corrida para seus concorrentes, o que, a princípio, demanda concluir que o capital estrangeiro procurou se aproveitar ao máximo de um processo de desenvolvimento que ele não criou e tampouco liderou<sup>161</sup>.

Outro traço comprobatório dessa tendência está no alto nível regional que caracteriza o desenvolvimento chinês. Atenhamo-nos à tabela abaixo:

**Tabela 25 – IEDs na China por país de origem, 1990-2008**

País	IEDs (%)
Hong Kong/Macau	45
Estados Unidos	9
Japão	9
Taiwan	7
Singapura	6
Ilhas Virgens Britânicas	5
Inglaterra	2
Alemanha	2
França	1
Outros	9

Fonte: www.chinability.com Elaboração própria

Se tomarmos Hong Kong, Macau, Taiwan e Singapura como parte do “complexo chinês” ultramarino, perceberemos que quase 60% dos IEDs na China são feitos por chineses. Por outro lado, em 1990 esse percentual era de 75%. Isso denuncia, sobretudo, que os capitais norte-americano e japonês chegaram ao país no momento óbvio para quem, dada as características do processo de construção nacional chinês pós-1949, o desenvolvimento chinês não sofreria dos mesmos problemas que o japonês, sobretudo a falta de soberania e desenvolvimento dentro dos limites intrínsecos aos esquemas norte-americanos. Assim, a dinâmica – nada paradoxal – dos IEDs na China mostra que os “chineses” chegaram muito antes dos estrangeiros.

Trata-se de um paradoxo nada aparente.

---

<sup>161</sup> ARRIGHI, GIOVANNI: *Adam Smith em Pequim*. Boitempo. São Paulo, 2008, pág. 359.

\*\*\*

A intenção aqui não foi, de forma alguma, deslocar o papel cumprido pelos IEDs no contexto do projeto nacional chinês. Desde o início deste trabalho, nossa proposta, apoiada em visitas recentes ao país em tela, é o de explicar o processo chinês como síntese de complexidades como causa e consequência de um desenvolvimento sob um terreno nacional complexo em todos os sentidos. Temos exatos 15 anos de estudos sobre um tema em que a primazia do “simplismo” tem sido um norte fácil com o objetivo de explicar algo com muito mais profundidade do que se imagina. Isso se coaduna com uma época histórica de rebaixamento da ciência em prol de métodos que, no máximo, aproxima-se de um economicismo tacanho.

Dessa forma de se observar a realidade é que os IEDs, com todas as influências que os acompanham, são superlativados em detrimento de determinações mais amplas e de fundo, entre elas a elaboração e a execução de um projeto nacional de largo alcance. A política vem à frente da economia em qualquer processo social; daí o papel estratégico das primeiras ZEEs na absorção do capital externo chinês. Afora isso, a a-historicidade é um ingrediente a parte. A China, em 1978, já havia completado quase todo o ciclo inerente à 1ª Revolução Industrial; contava com uma classe operária altamente educada, inclusive para gerir a produção, o que não é pouco, sendo tal característica quase desconhecida do público em geral<sup>162</sup>.

Não estão em pauta aqui apenas a viabilidade e as facilidades encontradas por esta ou aquela forma de financiamento, e sim a investigação do *processo histórico* contemplador de certas abordagens em matéria de desenvolvimento consideradas muito mais pela história que por determinadas conjunturas e interesses.

---

<sup>162</sup> Em nossa visita ao complexo siderúrgico Baosteel em janeiro 2007, foram-nos apresentados cinco “engenheiros de produção” com as mesmas funções de qualquer profissional análogo em qualquer país do ocidente. O detalhe: nenhum deles tinha diploma universitário e trabalhavam no ramo siderúrgico há pelo menos 20 anos,



### 5.2.3 Política externa e a tendência recente e crescente dos IEDs chineses no exterior<sup>163</sup>

Já vimos a transformação, na China, do eixo interno da luta de classes como o centro para a primazia do desenvolvimento acelerado. Isso implicou em uma grande mudança de postura externa, iniciada com o “aperto de mãos” entre Nixon e Mao, passando pelo reatamento pleno de relações diplomáticas e pela atual complementaridade das economias chinesa e norte-americana, onde a relação entre valorização e desvalorização entre o dólar e o yuan é a grande expressão.

A independência política da China, marcada por um desenvolvimento que se dá fora dos *esquemas norte-americanos de poder*, rapidamente a colocou no centro dos acontecimentos da Ásia a partir da criação de um “mundo chinês”, formado por círculos produtivos e financeiros em seu entorno e criando condições objetivas para uma relação dialética de *competição/cooperação* com seus vizinhos. Um ponto interessante está na percepção de que, no mesmo contexto histórico em que o poder norte-americano dependia de uma forte base regional (América Latina), a China e seu crescente poderio dependem de sua posição na Ásia. Assim sendo, nesse contexto descrevemos o processo de aumento gigantesco das exportações e a participação do IEDs nesse processo que reúne não somente acúmulo de reservas em si, mas também transferência e desenvolvimento tecnológico. Processo esse, conforme sugerido, capitaneado por “chineses” e aprofundado algum tempo depois do início das reformas econômicas.

É evidente que uma política externa pautada, de um lado, para a acumulação de capital e, de outro, para o aumento de sua influência e capacidade de manobra no terreno geopolítico demanda o desenvolvimento de novas formas de inserção externa. Essa transformação se faz necessária na mesma medida em que cada vez mais as diferenças de concepção de mundo e de política vão ficando evidentes e onde a própria reprodução econômica chinesa depende, em alto grau, de sua capacidade financeira e política, principalmente desde 1993 – ano em que a China passou a ser importadora de petróleo. Nesse contexto, o petróleo passa a ser de vital importância tanto para os EUA quanto para a China<sup>164</sup>. Enfim, a própria segurança energética chinesa e a sua admissão ao centro de um mundo pautado por valores liberais estranhos à sua

---

<sup>163</sup> Agradeço à Luciana Acioly, chefe da Coordenação de Estudos das Relações Econômicas Internacionais do IPEA, pela liberação de dados e informações atualizados sobre esse tema e recentemente sintetizados em um estudo intitulado *A Internacionalização das Empresas Chinesas*.

<sup>164</sup> PAUTASSO, Diego & OLIVEIRA, Lucas Kerr de: “A Segurança Estratégica da China e as Reações dos EUA. In *Contexto Internacional*. Vol 30, nº 2, p. 365. Rio de Janeiro, mai/ago 2008. Trabalho muito sério e interessante acerca da relação entre a segurança energética chinesa e as relações com os EUA. Trata-se do melhor que já lemos sobre o assunto.

civilização e revolução dependiam, nos marcos da execução de *novas e superiores formas de planejamento*, de uma crescente capacidade política, comercial e financeira que se expressam na atual quadra do crescente aumento de seus investimentos produtivos para fora de seus marcos territoriais.

### 5.2.3.1 A China e a redefinição das relações centro-periferia

Qual a nossa visão das relações centro-periferia atualmente e do papel cumprido pela crescente tendência de aumento dos IEDs chineses no exterior? Uma primeira assertiva deve ser posta: não temos ilusões quanto a um declínio em forma de *ebrusco* da hegemonia norte-americana no mundo. Esse tipo de processo tende a ser mais longo do que se imagina, portanto a China – nesta contenda – está no que Lênin chamaria de *acúmulo estratégico de forças*. Mas, dialeticamente, com o aumento do poderio relativo e absoluto no mundo de hoje, a tendência de mudança e redefinição das relações centro-periferia têm sido mais rápidas do que se imagina. E isso se deve à China.

Outro ponto: a China está subvertendo as “regras do jogo” ou joga de acordo com elas? É óbvio que a China joga as regras colocadas pelo centro do sistema capitalista (EUA). Em primeiro lugar, não existe disposição para o desenvolvimento fora dos marcos do comércio de tipo capitalista. A China pode estar colocando em contradição a forma *anárquica* de comércio internacional com um comércio *de novo tipo* (planificado); e se esse contato entre as duas formas de praticar o jogo do comércio internacional vai gerar ou não uma transição satisfatória para o socialismo é algo que somente a história poderá dizer. Porém, é diante dos marcos da hegemonia norte-americana que a China acabou por se tornar um *player* de primeira grandeza nas relações internacionais, o que demonstra correção na sua forma planificada de fazer comércio internacional e também uma transição em curso. Afora isso, o tipo autárquico de gerar desenvolvimento mostrou seus limites no próprio “modelo soviético”. Como já exposto, existe um momento do processo de desenvolvimento em que a necessidade de *fatores externos de produção* torna-se imperativo à reprodução do processo; exemplo disso está na própria

necessidade chinesa de importar petróleo, apesar de o país ser o quinto maior produtor mundial desse hidrocarboneto.

Assim sendo, o reordenamento das relações centro-periferia dá-se nos marcos do que Bernardo Kocher chama de “diplomacia financeira”<sup>165</sup>. Esse tipo de diplomacia se dá como forma de contornar os limites de uma potência emergente cuja correspondência não se dá no plano militar e nem ideológico, em comparação com seu *competidor estratégico*, o imperialismo norte-americano. **Para compreender o processo histórico de formação de condições objetivas para essa forma de diplomacia, é importante ter em mente toda a macroeconomia da inserção chinesa**, sobretudo voltada, como temos insistido, à formação de grandes reservas em moeda estrangeira, à viabilização de um poderoso sistema financeiro estatal e às próprias dimensões do país, capazes de alterar – significativamente – o preço das principais *commodities* e de abrir condições para outro paradigma de desenvolvimento, contraposto ao *Consenso de Washington* num chamado *Consenso de Pequim*<sup>166</sup>. No mesmo rumo do *Consenso de Pequim*, em seguida à ascensão, ao poder do PCCh e do Estado, da Quarta Geração Dirigente nucleada por Hu Jintao, iniciou-se um processo de divulgação da nomeada “Ascensão Pacífica” que, nesse caso, é sinônimo de uma total diferenciação entre as formas de ascensão de potências pretéritas (Portugal, Espanha, Inglaterra, Alemanha, Japão e Estados Unidos) marcadas por brutal violência para com os países ditos periféricos e mesmo entre si, para algo mais pautado pela busca de convergências entre a China, as potências centrais e os países periféricos<sup>167</sup>.

É de observar que, apesar de os chineses ainda trabalharem com essa categorização de seu futuro, nos últimos anos o termo “Ascensão Pacífica” tem sido retirado da literatura oficial em decorrência de disputas internas no seio do PCCh em torno de uma mensagem que poderia parecer excessivamente defensiva em um mundo onde ainda existe imperialismo, racismo e neocolonialismo. De qualquer modo, o fato de o governo chinês amplificar uma mensagem de “Ascensão Pacífica” serve de resposta à crescente propaganda ocidental em torno do “perigo amarelo” e da possibilidade do surgimento de uma “China imperialista”. A nosso ver, essa

---

<sup>165</sup> KOCHER, Bernardo: “Do Terceiro para o Segundo Mundo. China: suas transformações econômicas e as relações internacionais”. In *Seminário REDEM* Buenos Aires, 2006.

<sup>166</sup> Esse termo nomeado por “Consenso de Pequim”, lançado em 2004 por Joshua Copper Ramo (disponível em: <[http://joshuaramo.com/\\_files/pdf/The-Beijing-Consensus.pdf](http://joshuaramo.com/_files/pdf/The-Beijing-Consensus.pdf)>), trata-se de um texto obrigatório aos ocupados em compreender um mundo em transição de uma época de “fim da história” para outro onde o desenvolvimento intrínseco ao projeto nacional chinês coloca o mundo diante de um novo paradigma econômico, político, social e ideológico.

<sup>167</sup> Sobre a concepção de “Ascensão Pacífica”, ler: BIJIAN, Zheng: “China’s ‘Peaceful Rise’ to Great Power-Status”. *Foreign Affairs*. vol. 84, n. 5set./out. 2005. Zhen Bijian é assessor do presidente Hu Jintao e um dos mais proeminentes intelectuais da China de hoje. Nesse artigo, além da conceituação de “Ascensão Pacífica”, o leitor terá acesso a um amplo leque de limites e potencialidades do “modelo chinês”.

questão do futuro comportamento chinês diante do mundo está, e muito, pautada tanto por suas necessidades materiais quanto por elementos de sua formação social já colocados neste trabalho.

Outro aspecto necessário a ser abordado, ainda que genericamente, está na validade ou não – na atualidade – que do que se convencionou chamar de “Teoria dos Três Mundos” elaborada por Mao Tsé-tung<sup>168</sup>. Ainda é possível falar na execução dessa teoria numa China já adentrando no rol dos “países desenvolvidos”? Ou não, essa teoria foi proscrita com a morte de Mao Tsé-tung? Ou então, a China ainda leva adiante esta proposta, agora numa fase mais, digamos assim, sofisticada, dentro do quadro da transformação do país em uma potência financeira, como defendemos neste trabalho?

Vejamos: em primeira vista, a validade dessa teoria poderia estar em xeque pelo próprio colapso do mundo socialista. Em contraposição a isso, o mundo ainda é formado por países centrais e periféricos, sendo que as guerras de agressão continuam sendo uma prática quase normativa nas relações entre imperialismo e periferia, agora sob o véu de “intervenções humanitárias”, contra o tráfico internacional de drogas e pela defesa dos “direitos humanos”. Essas assertivas ganharam mais adjetivos e substantivos numa proclamada “guerra ao terror”, que reserva grande manobra à dominação imperialista sobre o mundo periférico, sobretudo o Oriente Médio, rico em petróleo. Em todos os casos, povos periféricos sofrem as consequências das demandas do imperialismo. Logo, as mudanças da década de 1990 para cá obedeceram mais a questões de *forma* que de *conteúdo*. O imperialismo continua sendo, nas palavras de Lênin, “a reação em toda a linha”.

Por outro lado, temos a China, um país cujas relações com a periferia pode ter nuances pautadas pela conjuntura histórica (Guerra Fria, Cisma Sino-soviético) e até pela relação com certos países, como o Brasil e a Índia, de *competição x cooperação*, porém sem nunca se colocar como algo estranho ao mundo periférico<sup>169</sup>. Seus princípios nas relações internacionais seguem parâmetros opostos aos das “potências democráticas”, sendo tais princípios chamados de *Cinco Princípios da Coexistência Pacífica*, a saber:

---

<sup>168</sup> Segundo essa teoria, o mundo estaria dividido, ainda que por “três mundos”, na teoria clássica dos três mundos, porém com diferenciação, dada a transformação da URSS de então numa potência de tipo imperialista ou, no dizer dos chineses, “social-imperialista”. Portanto, no Primeiro Mundo estariam os Estados Unidos e a URSS, no Segundo Mundo os países capitalistas e socialistas desenvolvidos e no Terceiro Mundo os países capitalistas e socialistas periféricos, inclusive a China.

<sup>169</sup> KOCHER, Bernardo: “Do Terceiro para o Segundo Mundo. China: suas transformações econômicas e as relações internacionais”. In *Seminário REDEM* Buenos Aires, 2006.

- a) respeito mútuo à soberania e integridade nacional;
- b) não agressão;
- c) não intervenção nos assuntos internos de um país por parte de outro;
- d) relação de igualdade e benefícios mútuos; e
- e) coexistência pacífica entre Estados com sistemas sociais e ideológicos diferentes.

Já descrevemos, em certo grau, a teoria de Cooper Ramo, chamada *Consenso de Pequim*, e também a “Ascensão Pacífica”. Citamos anteriormente o perdão das dívidas externas dos países mais pobres do mundo para com a China. Existem questões acerca das posições chinesas em todos os fóruns globais (OMC, ONU, Conferências do Clima etc) em que o país se coloca em defesa dos interesses periféricos. Claro que, por detrás desse movimento, existem questões como o do suprimento energético e de outras matérias-primas e o apoio dos países periféricos à causa chinesa no Tibet e Taiwan. Mas também existem relações financeiras entre a China e seus parceiros periféricos onde o próprio “interesse mútuo” é respeitado com empréstimos sem condicionalidades e transferências de tecnologia jamais imaginadas para países acostumados com formas “democráticas” de relações bilaterais<sup>170</sup>. Além do mais, a China tem problemas internos grandiosos e suficientes – entre elas, uma desigualdade social até certo ponto assustadora, além de problemas ambientais – para não gastar energias em assuntos de outros países. Tudo pode ser resolvido pelo diálogo e seu poderio financeiro.

Abrindo parêntese, não estamos colocando aqui que as relações internacionais chinesas com os países periféricos ocorram sem traumas, sem contradições nem muito menos isentas de conflitos de interesse. É sugestivo perceber que o passado imperial chinês e sua autocondição de país periférico suscitam questões que somente o futuro poderá nos responder.

O que supomos, nesse caso, é a não proscrição da “Teoria dos Três Mundos”. O que existe, a nosso ver, é uma sofisticação de uma prática de relações internacionais não mais pautadas em ajuda a guerrilhas falimentares e nem a movimentos de libertação. Atualmente, com uma poderosa indústria endógena e um crescente poderio financeiro e planejamento de seu comércio externo, o que existe é uma sofisticação dessa política para um mundo altamente financeirizado e onde os critérios de validação de presença internacional assentam-se muito mais

---

<sup>170</sup> A questão da transferência de tecnologia para países pobres com “custo zero” é perceptível nas intervenções de diplomatas chineses, por exemplo, na última Conferência do Clima, em Copenhague. Vale observar o pacote de “ajuda” do Banco Central Europeu e do FMI à Grécia e as condicionalidades anexas, algo impensável de ser praticado pela diplomacia chinesa.

em parâmetros econômicos que propriamente políticos. Claro que existe toda uma dialética envolvendo *política e economia*, mas no caso chinês a política continua no comando. Entretanto, dialeticamente, a política está ancorada em poderosos instrumentos econômicos pautados em formas quase clássicas de inserção externa. Dizemos “clássicas” com a intenção de expor que as guerras de ocupação não fazem parte do repertório dos chineses em sua política externa.

O papel das multinacionais, de seu sistema financeiro de novo tipo e, conseqüentemente, dos IEDs, está no leme do processo. Pode parecer um “mais do mesmo”. Pode estar equivocado quem leva a sério demais esse esquema.

#### 5.2.3.1.1 Um rápido olhar sobre as multinacionais

Retomemos algumas ideias já expostas. A estratégia chinesa insere-se, necessariamente, num quadro de intensa realocação produtiva dos países centrais aos países periféricos, tendo em “modelos” asiáticos de desenvolvimento referências em matéria de política industrial, voltada ao acúmulo de capital pela via de exportações com crescente gradação tecnológica. Contrariamente ao Japão e à Coreia do Sul, Estados seminacionais sob ocupação estrangeira, aos chineses fica o diferencial da maior margem de manobra política para gerir seu destino, pautar estratégias políticas, sociais e econômicas fora dos esquemas norte-americanos. Além disso, sua demanda é tão grande que se tem demonstrada capaz de redimensionar não somente a Divisão Internacional do Trabalho como também os próprios esquemas de poder no âmbito das nações.

É muito recorrente neste trabalho a ideia de “potência financeira” capaz de proscrever o pós-Bretton Woods a partir de um comércio exterior não pautado pela anarquia da produção, e sim em algo de novo tipo, planejado. O que seria a expressão desse crescente poder da China? Existem várias expressões; uma delas é sua poupança interna, pronta para ser mobilizada internamente e, com isso, alterar preços de *commodities*, respaldando assim o alavancamento econômico da periferia do sistema e colocando em xeque – moral e politicamente – as verdades únicas e universais do *mainstream* do pensamento social e econômico. Existe a grandeza de suas reservas cambiais, cujas mobilizações passam a ser uma necessidade urgente, dados os crescentes movimentos especulatórios que reservas da magnitude como a chinesa suscitam. Enfim, existem

partes. E existe um todo. A poupança interna e as reservas cambiais são parte de um todo que se expressa, no final da década de 1990, na formação de 149 conglomerados estatais voltados a preencher espaços estratégicos na divisão social do trabalho interna e também na configuração de uma nova Divisão Internacional do Trabalho cada vez mais centrada na Ásia, em detrimento do capital financeiro ter sede principal no Atlântico Norte.

A reestruturação do grande capital em âmbito mundial condicionou o soerguimento de nações e regiões inteiras, e a fusão do Estado revolucionário de Mao Tsé-tung com o Estado desenvolvimentista de Deng Xiaoping abriu um amplo relevo de suporte ao surgimento de um novo paradigma em matéria de economia internacional. As multinacionais chinesas são expressão desse movimento, já inteiramente descrito ao longo deste trabalho. O dinamismo empresarial de tipo asiático é demonstrado no fato de, segundo Diego Pautasso<sup>171</sup>,

Entre as 100 multinacionais mais importantes do mundo periférico, 70 são asiáticas, sendo que 44 são chinesas e 21 indianas. Estas empresas cresceram cerca de 24% por ano entre 2000 e 2004, 10 vezes mais que as multinacionais dos EUA, 24 vezes mais que as japonesas e 34 vezes mais que as alemãs.

A citação exposta demonstra alguns elementos interessantes para o debate, entre eles o dinamismo asiático capitaneado por Estados Nacionais comprometidos com projetos nacionais de largo alcance; a cada vez mais acirrada corrida oligopólica, tendo agora como atores empresas de regiões periféricas do globo (o que por si só é uma grande novidade) e a cada vez maior transferência do centro dinâmico econômico mundial para a Ásia, centrada num país que, por ironia do destino, advoga uma estratégia socializante após somente quase 20 anos após a *débâcle* soviética, momento marcado pela enxurrada de publicações atestando o fim do socialismo como experiência humana. Eis o detalhe mais significativo de todos.

Advogando a tese acerca da transformação da China numa potência financeira, nada mais normal do que apresentarmos suas empresas como expressão disto. Por que as empresas? Porque a grande empresa e o grande banco vão se tornando – como *processo histórico* – o centro dos acontecimentos do mundo contemporâneo. Grande empresa e grande banco são consequências de um Estado Nacional forte e senhor de seu destino. Vejamos abaixo as principais multinacionais chinesas neste século XXI:

---

<sup>171</sup> PAUTASSO, Diego: “Diplomacia e Negócios Internacionais: O Caso das Multinacionais Chinesas”. In *Think* (Porto Alegre), v. 6, p. 43-47, 2008.

Tabela 26 - As grandes multinacionais chinesas no século XXI

<b>EMPRESA</b>	<b>SETOR DE ATUAÇÃO</b>
<b>Aluminum Corporation of China (Chalco)</b>	Minerais e metais
<b>BOE Hudis Technology Company</b>	Computadores e componentes de Tecnologia de Informação
<b>BYD Company</b>	Produtos eletrônicos
<b>China Aviation Corporation</b>	Aeroespacial
<b>China FAW Group Corporation</b>	Equipamentos automotivos
<b>China HuaNeng Group</b>	Combustíveis fósseis
<b>China International Marine Containers Group Company (CIMC)</b>	Transporte
<b>China Minmetals Corporation</b>	Minerais e metais
<b>China Mobile Communications Corporation</b>	Serviços de telecomunicações
<b>China National Heavy Duty Truck Group Corporation (CNHTC)</b>	Equipamentos automotivos
<b>China Netcom Group Corporation (CNC)</b>	Serviços de telecomunicação
<b>China Petroleum &amp; Chemical Corporation (Sinopec)</b>	Combustíveis fósseis
<b>China Shipping Group</b>	Transporte
<b>Chunlan Group Corporation</b>	Bens eletroeletrônicos
<b>CNOOC</b>	Combustíveis fósseis
<b>COSCO Group</b>	Transporte
<b>Dongfeng Motor Company</b>	Equipamentos automotivos
<b>Erdos Group</b>	Têxtil
<b>Founder Group</b>	Computadores e componentes de Tecnologia de Informação
<b>Galanz Group Company</b>	Bens eletroeletrônicos
<b>Gree Electric Appliances</b>	Bens eletroeletrônicos
<b>Haier Company</b>	Bens eletroeletrônicos
<b>Hisense</b>	Bens eletroeletrônicos
<b>Huawei Technologies Company</b>	Equipamentos de telecomunicação
<b>Johnson Electric</b>	Motores e autopeças
<b>Konka Group Company</b>	Bens eletroeletrônicos
<b>Lenovo Group</b>	Computadores e componentes de Tecnologia de Informação
<b>Li &amp; Fung Group</b>	Têxtil
<b>Midea Holding Company</b>	Bens eletroeletrônicos
<b>Nanjing Automobile Groups Corporation (NAC)</b>	Equipamentos automotivos
<b>Pearl River Piano Group</b>	Instrumentos musicais
<b>PetroChina Company</b>	Combustíveis fósseis



<b>Shanghais Automotive Industry Corporation Group (SAIC)</b>	Equipamentos automotives
<b>Shanghai Baosteel Group Corporation</b>	Siderúrgica
<b>Shougang Group</b>	Siderúrgica
<b>Sinochem Corporation</b>	Produtos químicos
<b>Skyworth Multimedia Internacional Company</b>	Bens eletroeletrônicos
<b>SVA Group Company</b>	Bens eletroeletrônicos
<b>TCL Corporation</b>	Bens eletroeletrônicos
<b>Techtronic Industries Company</b>	Motores e autopeças
<b>Tsingtao Brewery</b>	Agroalimentares
<b>UTStarcom</b>	Equipamentos de telecomunicações
<b>Wanxiang Group Corporation</b>	Equipamentos automotives
<b>ZTE Corporation</b>	Equipamentos de telecomunicações

Tabela elaborada e gentilmente cedida por Diego Pautasso

Acima estão listadas 44 empresas multinacionais chinesas. Dessas 44, 38 são estatais. A área de atuação delas nos dá uma amostra inclusive da gradação tecnológica que vem ganhando suas exportações. Os setores em que estão atuando também demonstram a preocupação chinesa com suas fontes de energia externas: são duas empresas siderúrgicas, uma ligada ao setor de minerais e metais, uma empresa do setor agroalimentar (a Tsintao, estatal que fábrica a melhor cerveja da Ásia) e três petrolíferas.

Assim, tem-se uma visão de conjunto da área de ação das empresas chinesas pelo mundo. Tudo altamente planejado e em concordância com os objetivos traçados pelo Estado. As multinacionais chinesas são a extensão da própria política externa do país.

#### 5.2.3.1.2 O alcance dos IEDs chineses

Vamos nos ater ao que é geral e essencial nesse processo de IEDs chineses. Os IEDs da China no exterior seguem um parâmetro bem previsível pelo menos no aspecto da busca por fontes de energia. É sofisticada na medida em que lança mão de diferentes formas de se inserir no mercado internacional. Por exemplo, utilizando desde *joint ventures*, passando por uma visão

estratégica de busca de oportunidades no setor financeiro (nesse caso, leia-se *serviços*) e pela fusão e aquisições, sobretudo em momentos de crise de liquidez internacional<sup>172</sup>.

Outra janela de investimentos externos reside na utilização de mecanismos financeiros externos para alavancar economias externas e partir para compras em economias centrais e periféricas. Por exemplo, o recente pacote de US\$ 586 bilhões teve grande serventia a uma queda menos suave de economias como a da Alemanha, beneficiária pela demanda chinesa por maquinários e no setor de autopeças (somente no “giro alemão”, mais de US\$ 10 bilhões em 36 pedidos com fabricantes de automóveis como a Audi, Volkswagen, BMW e Daimler. Ainda pela Alemanha, uma oferta bilionária, de US\$ 30 bilhões, pelo escritório de P&D da Siemens foi executada, conforme informação exposta por nós anteriormente).

Outros US\$ 10 bilhões foram repassados à Petrobrás em negócio mediado pelo China Development Bank (o maior banco de fomento do mundo), onde foi empenhado o pagamento em petróleo da camada do pré-sal. Nessa área de petróleo, outros US\$ 25 bilhões foram concedidos à Rússia para pagamento em óleo cru para os próximos 20 anos. Com o mesmo objetivo, acordos envolvendo US\$ 12 bilhões foram fechados com a Venezuela para o fornecimento de 1 milhão de barris de petróleo/dia até o ano de 2015<sup>173</sup>.

#### 5.2.3.1.2.1 Fatores de expansão

Que ordem de fatores pode-se perceber nessa política de IEDs chineses? Percebemos, num primeiro momento, essa política como parte integrante de um complexo político e econômico envolvendo a reprodução de sua política industrial. Trata-se de um movimento clássico já seguido por outros países. Uma diferença em relação ao Brasil é que o que muito se lê sobre a internacionalização de nossas empresas é baseada numa certa euforia conjuntural, dado o “acerto” de determinadas políticas. Acreditamos que não, pois um dado é o IED que sustenta o próprio projeto nacional e a acumulação de capital, que passa a ser cada vez mais centrada na grande empresa. Outro dado é as empresas irem ao exterior em fuga de determinados custos de

---

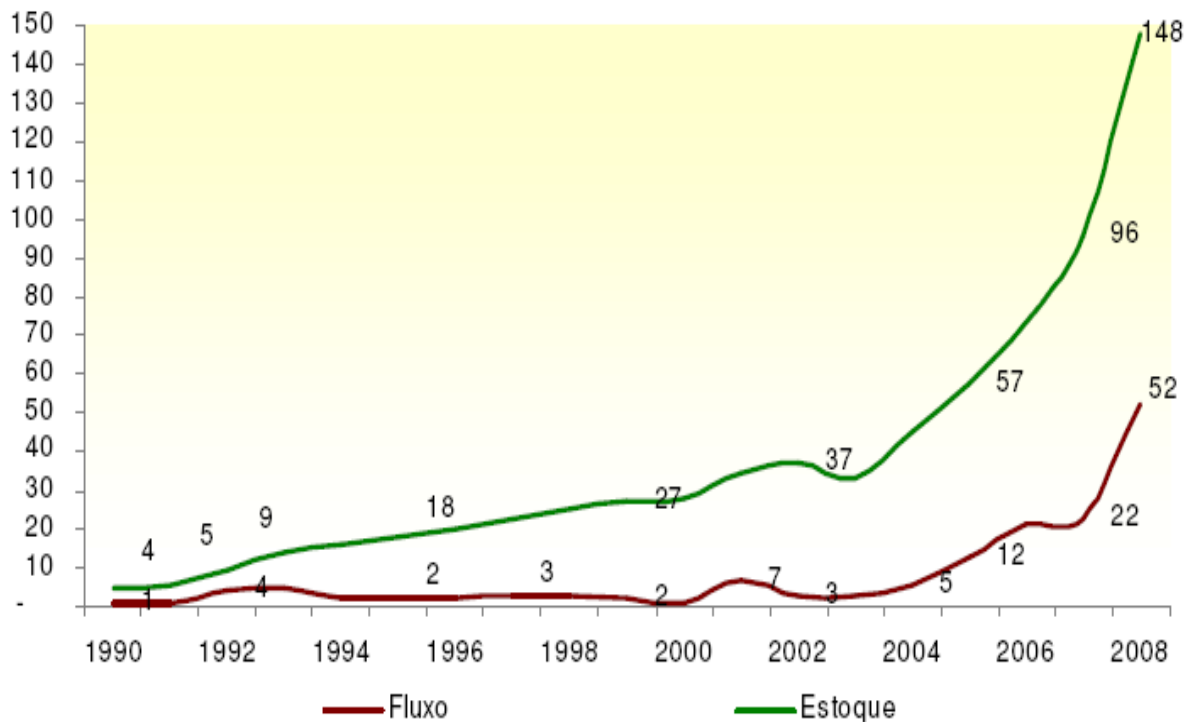
<sup>172</sup> Mais uma vez, agradecemos à Luciana Acioly pelas trocas de ideias e disposição de dados.

<sup>173</sup> “Comendo pelas beiradas”. *Estado de Minas*. 22/02/2009.

produção imanentes em taxas de juros e *spreads* bancários de caráter extorsivo e de uma taxa de câmbio que atropela a competitividade de empresas nacionais. É evidente que o Brasil se enquadra nesse segundo grupo. Estivemos, em nossa visita última na China, na sede da empresa brasileira Marcopolo. Expomos questões e a principal delas tratava sobre as razões de se buscar filial na China e sobre algo acerca de uma política de Estado no Brasil de incentivo a ocupar espaços no mundo. Com grande ironia, o executivo da empresa nos brindou com uma assertiva direta: “não saímos do Brasil em nome de uma política de Estado. Muito pelo contrário, saímos do Brasil expulsos pela taxa de câmbio...”

O segundo ponto envolve diretamente questões relativas a acúmulo de reservas, que nesse caso expressa – inclusive – um período de tempo de *acumulação de forças* a algo mais ousado externamente. Antes de aprofundarmos nesse dado, visualizemos o que diz o gráfico abaixo:

**GRÁFICO 7 – China: Fluxo e Estoque de IED no exterior, 1990-2008 (em US\$ bilhões)**



Elaborado e gentilmente cedido por Luciana Acioly e Rodrigo Leão

O que se percebe é que somente na última década é que se dá a saída de capitais chineses para o exterior. Algo que se conluie com o aumento expressivo de suas reservas cambiais e com a criação dos chamados 149 conglomerados estatais e a formação de um fundo soberano (2007, com aportes iniciais de US\$ 200 bilhões) que se direciona à aquisição de ativos no exterior. Algo em gestação, mas sob forte resistência no Brasil. Os fundos soberanos chineses estão entre os cinco maiores do mundo, ao lado de Dubai, Noruega, Catar e Cingapura.

Durante todo o período inicial das reformas, a grande prioridade do regime era o de, ao mesmo tempo em que adquiria máquinas para as suas cadeias produtivas, buscar um balanço de pagamentos indutor à formação de grandes reservas cambiais. Nesse caso, o controle da conta de capitais serviu não somente para disciplinar o capital estrangeiro que saía do país como também impedia que os capitais chineses saíssem em busca de oportunidades externas em detrimento da necessidade de se ocupar espaços internos. A conservação das reservas cambiais do país era a prioridade em um mundo em que a globalização dos mercados financeiros avançava em grande velocidade. Porém, não nos esqueçamos do que já fora dito acerca da imediata tarefa de ocupar espaços internos.

Como se observa no gráfico, o salto acontece, principalmente, a partir de 2002 e entre 2006 e 2008. A principal razão está na institucionalização de um chamado *Going Global*, referendado no 16º Congresso Nacional do PCCh, onde todos os tipos de incentivos políticos e financeiros foram lançados como suporte dessa *nova orientação*, já baseada em uma larga base financeira. Um ponto que não se pode deixar de lado é o dessa expansão seguir o mesmo ritmo de certa ousadia em política externa. Para ilustrar, se em 1990 a China fez vistas grossas à participação da ONU na Guerra do Golfo, atualmente ela tem-se oposto a uma solução de força voltada contra o Irã. Sugestivo.

#### 4.2.3.1.2.2 Evolução e lógica geográfica do processo

Após uma quadra de “acúmulo de forças”, no sentido financeiro do termo, os chineses adentram com muita força na era de internacionalização de seu próprio capital. Os números são muito elucidativos a esse respeito, conforme Acioly e Leão<sup>174</sup>:

---

<sup>174</sup> ACIOLY, L. & LEÃO, Rodrigo P. F.: “A internacionalização das empresas chinesas”. In, *Carta Sobeet*. São Paulo. Ano XII n° 54, abril/2010.

Os fluxos de investimento direto chinês no mundo multiplicaram-se por mais 60 vezes entre 1990 e 2008, segundo os dados da United Nations Conference of Trade and Development (Unctad). Em 1979, quando a China iniciou seu processo de abertura, esses investimentos saíram de um valor próximo a zero para atingir US\$ 830 milhões em 1990 e, posteriormente, US\$ 52,1 bilhões em 2008.

Outras informações levantadas pelos autores citados ainda nos chamam a atenção e são dignas de nota: em 2008, a China já havia se tornado – entre os países periféricos – o segundo país com maior investidor estrangeiro, atrás apenas de Hong Kong, com 7% do valor total de investimento estocado. Os chineses ocupam o 24º posto mundial na modalidade “estoque”, estando atrás de Rússia (14º) e Brasil (21º).

Acerca, ainda, da natureza dos IEDs chineses, vale um comentário sobre a redundância que as informações em torno deles pode sugerir, pois – não temos uma porcentagem ou exatidão do tamanho –, muitos chineses continentais gerenciam seus negócios produtivos e financeiros tendo como base a Região Administrativa Especial de Hong Kong. Por outro lado, avaliar o alcance desse tipo de investimento para o caso chinês não é algo simples, muito pelo contrário: trata-se de um exercício de certa complexidade. Isso se explica pelo fato de que, quando colocamos que a China encampa a grande empresa como a parte principal de sua estratégia, não é de somenos observar que a própria expansão da mesma é o centro de sua política de IEDs. Não é incomum, para o caso chinês, confundir os IEDs com puro e simples investimento em ativos de tipo matéria-prima em outros países, principalmente os periféricos. Vejamos a tabela abaixo para melhor apreendermos essa complexa questão:

**Tabela 27 – China: os dez maiores receptores de IED chinês, 2004 -2008 (em US\$ milhões)**

<b>País</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>
<b>Hong Kong</b>	2.628	3.420	6.931	13.732	38.640
<b>África do Sul</b>	18	47	41	454	4.808
<b>Ilhas Virgens</b>	386	1.226	538	1.876	2.104
<b>Austrália</b>	125	193	88	532	1.892
<b>Cingapura</b>	48	20	132	398	1.551
<b>Ilhas Cayman</b>	1.286	5.163	7.833	2.602	1.554

<b>Macau</b>	27	8	- 43	47	643
<b>Cazaquistão</b>	2	95	46	280	496
<b>Estados Unidos</b>	120	232	198	196	462
<b>Rússia</b>	77	203	452	478	395
<b>TOTAL</b>	<b>5.498</b>	<b>12.261</b>	<b>17.634</b>	<b>26.506</b>	<b>55.907</b>

FONTE: China Statistical Yearbook. Elaboração própria

Suscita muitos questionamentos e dúvidas a tabela acima. Porém, tenhamos em mente a questão sobre “oportunidade de negócios”. Nesse mote, oportunidade de negócios é sinônimo de custos financeiros, aproximação com mercados financeiros, montagem de *holdings* e matrizes em praças financeiras. Significa também fusões e aquisições de ativos, também financeiros no exterior. Além, obviamente, de investimentos produtivos “puros” em infraestruturas e matérias-primas à reprodução do capital. Daí a ênfase em negócios sediados em Hong Kong, uma das principais praças financeiras do mundo. A isso se enquadram também as Ilhas Virgens, Cayman e os próprios Estados Unidos.

No caso de Cayman e Ilhas Virgens, cerca de 80% das empresas multinacionais chinesas tem sedes instaladas nesses locais. Trata-se de localidades onde há negócios de serviços envolvendo transações financeiras de altíssima monta e onde existem grandes incentivos fiscais e financeiros para instalação, além do “conforto” da concentração de ações de centenas de empresas, entre elas a Bolsa de Nova Iorque, onde as ações da Petrobrás são leiloadas. Cita-se como exemplo também a aquisição de 16,5% da mineradora australiana Fortescue Metal pela Hunan Valin, que ocorreu sob os auspícios da praça financeira de Hong Kong. Nesse mesmo caso entra a (polêmica) decisão da Chinalco de investir US\$ 19,5 bilhões no grupo austro-australiano Rio Tinto, empresa com ativos espalhados em praças como a da já citada Hong Kong, Ilhas Virgens e Cayman<sup>175</sup>.

Enfim, a partir de alguns exemplos didáticos, o que fica é a concentração de investimentos chineses no exterior em compra de ativos de empresas do setor mineral. Trata-se de uma forma

---

<sup>175</sup> MOREIRA, Assis: “China vai às compras atrás de ativos baratos”. *Valor Econômico*, 26/02/2009.

de evitar negócios diretamente pautados por preços de mercado (minério de ferro, por exemplo) em pró, do controle direto chinês sobre ativos de empresas do setor. Além disso, essa concentração de IEDs em Hong Kong tem muito a ver com a própria forma de incorporação dessa Região Administrativa Especial ao território chinês. Se há 30 anos essa incorporação dava-se, notadamente, pelo setor produtivo, atualmente ela ocorre nos marcos da maximização de suas potencialidades existentes no setor financeiro, dado o fato de as bolsas chinesas (Xangai e Shenzhen) ainda estarem concentradas em negócios envolvendo – quase que exclusivamente – a necessidade de financiamento de empresas chinesas. Trata-se de aspectos nada desprezíveis a serem acrescentados nas pautas envolvendo esse tema.

Continuando, outra evidência dessa tendência de IEDs centrados no fortalecimento de empresas chinesas e de busca de ativos no exterior está no próprio salto estabelecido entre 2007 e 2008 das operações em Hong Kong, de quase 200%. Nos Estados Unidos, o “salto” se deu em mais de 150% e em Macau passou dos 1000%. Nunca é demais deixar claro que 2008 foi o ano inicial de uma crise financeira que, como toda crise sistêmica, suscita bilhões de dólares em negócios envolvendo fusões e aquisições. E os chineses – conforme demonstram os números – estavam preparados para esse momento, em mais uma demonstração de força de uma potência financeira em ascensão. Resumindo, as fusões e aquisições no exterior são a parte mais importante dos IEDs chineses.

Avancemos um pouco nesta discussão, partindo agora do pressuposto da distribuição internacional dos IEDs chineses por região:

**Tabela 28 – China: distribuição internacional de seus IEDs, 2004-2008 (em %)**

<b>Continente</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>
<b>Ásia</b>	54,8	36,6	43,5	62,6	77,9
<b>África</b>	5,8	3,2	2,9	5,9	9,8
<b>Europa</b>	2,9	3,2	3,4	5,8	1,6
<b>América Latina</b>	32,1	52,7	48,0	18,5	6,6
<b>América do Norte</b>	2,3	2,6	1,5	4,2	0,7
<b>Oceania</b>	2,2	1,7	0,7	2,9	3,5

**FONTE: ACIOLY, L. & LEÃO, Rodrigo P. F.: “A internacionalização...”**

Devemos ser minuciosos. Os dados cedidos a nós por Luciana Acioly nos sugerem outras formas de análise. Por exemplo, se descontados os investimentos em praças financeiras como Hong Kong, Cayman e Ilhas Virgens, o valor “sobrante” fica em US\$ 37,2 bilhões de dólares, investidos em 170 países em mais de 10.000 projetos empenhados por cerca de 5.000 investidores. O quadro muda em 2008, para 51,6% dos investimentos na Ásia e Oceania (regiões ricas em petróleo, gás natural e minério de ferro), 21% na África, 13,7% na Europa, 9,7% na América do Norte e 3,8% na América Latina.

Em todos esses casos, o interesse central concentra-se nos hidrocarbonetos, além de produtos dos países da ASEAN<sup>176</sup>, que recebem cerca de 30% dos investimentos chineses e que, além de petróleo e gás, recebem também investimentos em setores relacionados ao agronegócio.

Porém, é com a África que a China mantém relações continentais e onde esta joga todo o peso de sua diplomacia, transformando-a num laboratório de sua política externa. Dentro de uma visão de processo histórico, a China – na atualidade – vai construindo algo que *per si* se coloca como a antítese das resoluções da Conferência de Berlim de 1885, marcada pela partilha do continente entre algumas potências “democráticas”. É sob a marca do que o professor Bernardo Kocher chama de “diplomacia financeira” que as relações entre os “dois continentes” se desenvolvem<sup>177</sup>.

### 5.3 O CRÉDITO E AS “MÚLTIPLAS FORMAS DE FINANCIAMENTO” COMO O MOTOR PRIMÁRIO DO DESENVOLVIMENTO CHINÊS

Algumas vezes, neste trabalho, buscamos fazer certa analogia histórica entre o papel da siderurgia para o modelo soviético e o grau de importância do sistema financeiro *de novo tipo* ao socialismo de mercado chinês. Não é por menos. Talvez nenhum projeto nacional recente tenha sabido lidar com os instrumentos da economia monetária da mesma forma que o chinês.

---

<sup>176</sup> A Associação de Nações do Sudeste Asiático é composta pelos seguintes países: Tailândia, Filipinas, Malásia, Cingapura, Indonésia, Brunei, Vietnã, Mianmar, Laos e Camboja.

<sup>177</sup> Infelizmente o espaço – neste trabalho – é um tanto limitado para aprofundar a análise das relações entre a China e a África. Por obrigação, encaminhamos de uma outra forma essa necessidade, indicando a leitura de: OLIVEIRA, A. Porto de: “A Política Africana da China”. Disponível em: <<http://www.casadasafricas.org.br/site/img/upload/674760.pdf>>. Acessado de forma sucessiva entre os dias 15 e 27/03/2008.



Diferentemente da União Soviética, que se restringiu a utilizar os bancos como local de saques e depósitos, a China está utilizando todo seu potencial sob forma de poupança, a mais alta do mundo, da mesma forma que estende suas cadeias de financiamento a outras formas, entre elas a utilização de um emergente mercado de capitais interno (Xangai e Shenzhen) e outro externo (Hong Kong) e a capilarização de cooperativas e crédito no campo.

A entrada da China na era da formação dos grandes conglomerados e das imensas necessidades de investimentos em sua infraestrutura, assim como a institucionalização de toda uma reserva de mercado no oeste de seu país, levaram o país a colocar o *crédito* como o motor primário de seu desenvolvimento<sup>178</sup>. Se Marx descobriu na economia monetária a maior invenção do capitalismo, a China a utiliza para reprodução de seu próprio socialismo.

### 5.3.1 *Capitalismo, socialismo e sistema financeiro*

Falando em socialismo, algumas considerações são pertinentes nessa relação com o sistema de financiamento sob as bases de uma república de tipo *popular* que enceta a superação do atraso e da condição periférica sob o manto de um “socialismo com características chinesas”. O futuro tanto do capitalismo quanto do socialismo está no papel do sistema financeiro – no capitalismo e no socialismo. Daí trabalharmos a hipótese de um século XXI pautado por, pelo menos, dois paradigmas:

- a) o da formação de uma economia continental chinesa nos marcos da unificação do território econômico chinês; e
- b) o da transformação da China em uma potência financeira, capaz de abolir o mundo que surge das entranhas de Bretton Woods e que se mostre como condição objetiva à solução da questão nacional no restante da periferia do sistema.

---

<sup>178</sup> Sobre essa relação entre o papel do crédito no processo de acumulação de capital, indicamos a indispensável leitura da tese de doutorado do prof. Luiz Gonzaga Belluzzo, intitulada *Valor e Capitalismo – Um Ensaio Sobre Economia Política*, editado recentemente pela Editora da Unicamp. Vale ressaltar que Belluzzo, o mais completo economista brasileiro da atualidade, há muito tempo tem sustentado argumentos sobre o papel do crédito para o desenvolvimento chinês, mesmo na contratendência daqueles que colocavam ênfase em aspectos como a “mão de obra barata” e outras superficialidades.

Enfim, estamos falando de transição capitalismo-socialismo, da mesma forma que não se pode trabalhar a análise do século XX sem colocar em pauta a transformação dos Estados Unidos em uma economia continental unificada na segunda metade do século XIX e do próprio evento que inaugurou o século XX, a Revolução Russa.

E a China, neste presente século, caminha para ser uma síntese desses dois acontecimentos: uma grande extensão do modelo norte-americano de ligações territoriais leste-oeste (que Lênin guardava como um exemplo a ser alcançado pelo socialismo, afinal a “anatomia do macaco se compreende a partir da anatomia humana”) e uma “natural” consequência dos eventos de Petrogrado liderados por Lênin em 1917 e da repercussão da grande batalha de Stalingrado na 2ª Guerra Mundial.

\*\*\*

Na *via prussiana de tipo socialista* a questão do financiamento se resolveu da forma mais dramática possível. A siderurgia que serviu como condição objetiva para expulsar os alemães do território soviético e libertar a Europa do jugo nazista fez a China ter média de crescimento entre 1949 e 1978 semelhantes aos dos “Tigres Asiáticos”. Porém, sua construção deu assentada numa relação desigual entre campo e cidade. Mesmo as tentativas de Mao em inverter essa lógica, e frequentemente por um custo social e político altíssimo, acabou se tornando a base ao lançamento do salto chinês pós-1978.

Nada disso é mais novidade desde o início deste trabalho. Assim como não é novidade aqui a observação acerca de uma *mix*, na China pós-1978, da citada *via prussiana de tipo socialista* com a *via dos produtores*, muito marcante no nordeste dos Estados Unidos. A transformação de pequenos produtores em industriais – com o passar do tempo – só pode ocorrer e se sustentar sob a lógica da intermediação financeira, assim como o próprio legado da *via prussiana socialista* nos 149 conglomerados estatais dependem de um salto de qualidade no que tange ao financiamento da produção.

A fusão do banco com a indústria entra na ordem do dia do socialismo, notadamente no final da década de 1970. E a China é uma demonstração dessa tendência, sendo que o Vietnã caminha nesse mesmo rumo. Atualmente, o maior banco do mundo em valor de mercado é chinês (ICBC) e, se compararmos a presença dos bancos estrangeiros em mercados periféricos,

perceberemos que os dois maiores são também chineses (ICBC e *China Construction Bank*)<sup>179</sup>. Se tomarmos um outro ângulo de visão, mais precisamente nos dois pontos levantados como os principais paradigmas do século presente, podemos concluir a relação altamente dialética entre um fator e outro: os bancos chineses são a bomba ejetora do processo de desenvolvimento ao oeste chinês, um processo que se retroalimenta com repercussões no mundo a serem ainda calculadas, ainda que enormes contradições existam no presente e surjam no decorrer do processo.

Vejamos em perspectiva histórica. Vivemos uma época de plena hipertrofia do sistema financeiro. Com todo respeito, somente para os incautos essa tendência é uma novidade, pois se trata de uma tendência histórica apontada por Lênin em *O Imperialismo, fase superior do capitalismo*. O marco-chave dessa tendência está registrado no abandono norte-americano (em 1973) do padrão-ouro, no aumento das taxas de juros, no estrangulamento financeiro da periferia (crises da dívida) e nos Acordos de Plaza impostos ao Japão em 1985 – somente para citar alguns exemplos.

Esse *processo histórico* de retomada de espaços perdidos no mundo pela via de uma ditadura militar global e pela plena utilização do dólar como expressão de poder mundial (aliás, a moeda em qualquer momento da história é pura expressão de poder) culminou na intensa propaganda, na década de 1990, em torno do futuro do planeta atrelado à lógica financeira do centro do sistema. “A história acabou” e o futuro chegou sob a forma de um “banco de investimentos”. Esse sistema foi posto como uma espécie de “panaceia de Novo Mundo”, algo acima do bem e do mal; um grande líder infalível, o *Big Brother* de George Orwell ou, menos religiosamente, a “turma da bufunfa”, como coloca o nosso querido mestre Luiz Gonzaga Belluzzo em referência a “investidores estrangeiros” que encontram em nossa moeda supervalorizada um porto seguro para atividades de lesa-humanidade<sup>180</sup>.

Atualmente, o que mais existem são dúvidas sobre o futuro da humanidade. Dúvidas tais que têm no futuro do sistema financeiro internacional uma grande fonte de questionamentos. A resistência a uma nova ordem financeira é colossal e tem guarida no próprio sentido do poder no

---

<sup>179</sup> “Eles podem virar gigantes – O setor bancário nos mercados emergentes”. In *Carta Capital* nº 598. Ano XV, 02/06/2010, p. 35-53. Entre 2005 e janeiro de 2010 os lucros do ICBC quase duplicaram. Foi o banco que mais cresceu no mundo durante a crise. Por exemplo, somente em 2009 cerca de US\$ 11 bilhões foram investidos em compra de ativos na Indonésia, Macau e África do Sul. Tanto na China quanto nos países em que está presente, suas atividades estão concentradas no fomento de cadeias produtivas, C&T e infraestruturas urbanas.

<sup>180</sup> BELLUZZO, Luiz G.: “A peste holandesa”. *Valor Econômico*, 18/08/2009.

capitalismo central. Os bancos exercem o poder político, principalmente nos EUA<sup>181</sup>. Eis o grande drama do mundo contemporâneo. Não se trata de uma forma ideológica de ver o mundo ao nosso redor. Classificar as coisas dessa forma é conformar-se em fugir daquilo que nos cerca; uma forma – podemos dizer assim – muita “academicizada” de sair pela tangente. A realidade encontra-se diante de nós, a olhos vistos. Observar e compreender essa realidade deveria ser a tarefa precípua de cada um de nós. O que está em jogo é o futuro da espécie humana.

Concomitante a esse processo histórico descrito, um outro processo centrado na Ásia surgia, há mais de 30 anos, cheio de dúvidas – pela direita e pela esquerda – e cheio de marcas registradas. Uma delas é a de um sistema financeiro que se expande em proporção ao tamanho da demanda de seu país. A opção pela política de substituição de importações, notadamente na América Latina, fora o alvo preferencial de ataques do *mainstream* do pensamento único econômico. Sustentamos que o problema da superação da política de substituição de importações não estava no modelo em si e sim na necessidade de fundir esse esforço industrializante com o papel histórico a ser cumprido pelo sistema financeiro. As políticas de estabilização estancaram esse processo. Assim, fica mais tênue a compreensão de que, no mesmo momento em que o sistema financeiro do centro financeiro era alçado ao grau de senhor do reino celeste, a literatura dita científica passou a centrar fogo no sistema financeiro chinês. Na verdade, em 30 anos, nessa matéria a China vem ganhando posições que o capitalismo central demorou mais de 150, e o grande país asiático vai construindo seu quinhão de poder mundial com os mesmos mecanismos norte-americanos testados por meio do Plano Marshall na Europa, o que constitui sinal de uma grande evolução nada agradável à Teologia do Mercado, diga-se de passagem. Também nessa matéria, os chineses se colocam como a antítese da “verdade revelada” pelos teólogos do pensamento único.

Dessa forma, na análise desse complexo financeiro que está se transformando a China, tentaremos – a título de experiência – dar maior vivacidade à análise. Porém, faremos o sentido inverso. Após essa abordagem mais histórica, procederemos a algumas passagens muito sugestivas de nossas recentes viagens à China. Logo em seguida, tomaremos conhecimento de algumas datas e números suficientes para uma visão mais conjunta do processo, como meio para se concentrar na essencialidade da questão.

---

<sup>181</sup> Recentemente, o presidente norte-americano Barack Obama convocou uma reunião com os donos dos 14 maiores bancos norte-americanos. Nenhum deles compareceu.

### 5.3.2 Exemplos e viagens

Primeiro episódio: passava-se o ano de 2004, mais precisamente o mês de maio. Havíamos chegado a Pequim, com escala em Hong Kong, no início do mês de março. Após desgastantes viagens de trem entre Pequim, Hohhot (capital da Mongólia Interior), Tianjin e Xangai (lugares últimos estes onde havíamos tentado decifrar algo relacionado a desenvolvimento urbano e a recém-instalada indústria de gás natural da Mongólia Interior, a instalação de uma Zona de Alta Tecnologia em Tianjin e passado por Xangai), decidimos pegar um barco de Xangai para Chongqing. A curiosidade era imensa para conhecer a antiga capital do Império e verificar de perto a quantas andava o projeto de transformar essa cidade na “Chicago Chinesa”.

#### 5.3.2.1 Conversas esclarecedoras

Antes de saciar a curiosidade de conhecer a “Chicago Chinesa”, estávamos em Xangai. Saímos do Brasil com a curiosidade de esclarecer a velha e boa questão que os economistas mais gostam de fazer: quem financia isto? Quem financia aquilo? Duas conversas foram essenciais antes dessa viagem. A primeira, na defesa do relatório de qualificação ao mestrado ocorrida em 2003, onde o competente e sério professor Dante Aldrighi, da FEA-USP, bombardeou-me com esse tipo de questão, inclusive envolvendo a tão propalada questão da “saúde financeira” dos bancos chineses. Na verdade, em início de carreira como pesquisador, estávamos mais acostumados e interessados em conhecer o fim do *processo* do que o meio dele. Outra conversa tivemos nós com Armen Mamigonian e o prof. Luiz Gonzaga Belluzzo, na residência deste último.

O professor Belluzzo tratou logo de encaminhar a conversa para duas questões. A primeira, no papel do crédito para o desenvolvimento chinês. Economista da Unicamp, profundo conhecedor da obra de Ignacio Rangel (sobretudo seu clássico marxista de economia monetária, *A Inflação Brasileira*), ele sabia como poucos sobre a centralidade da fusão do banco com a

indústria para o processo de desenvolvimento. Belluzzo falava de uma relação entre crédito na praça e o montante do PIB chinês da ordem de 194% (em 2009, no auge da crise, esse índice alcançou a marca de 210%), enquanto que, no Brasil, de Palocci e Meirelles, a relação era – em torno – de 40%. E a quase unanimidade achava perigoso esse índice. Outro dado nada óbvio: o sistema financeiro chinês é basicamente estatal. Disse-me isso após questionar sobre a saúde financeira do sistema bancário chinês. Subentende-se: se os bancos (que são estatais) quebram, o próprio regime fica proscrito. A China não era a Coreia do Sul das “cascas de banana”, dos empréstimos de curto prazo. A história recente deu razão ao mestre Belluzzo: quem quebrou foi a Lehman Brothers e não os bancos de fomento chineses.

Os bancos na China são subordinados aos interesses da superestrutura e não à essência da superestrutura, como nos Estados Unidos. Ou compreende-se isso, ou não se compreende nada. Câmbio ajustado aos interesses nacionais *mais* institucionalização de reservas de mercado às empresas chinesas *mais* as maiores reservas cambiais do mundo *mais* sistema estatal de financiamento *mais* projeto nacional de desenvolvimento = juros atraentes ao crédito = **desenvolvimentismo com características chinesas.**

Uma forma de se ter contato com essa probabilidade é conhecer – a princípio – o dia a dia – de uma agência bancária chinesa ou mesmo de corporações com ações em bolsa e os projetos de um ministério. Os dados estatísticos tornam-se um essencial complemento. Kant colocava que “não se pode tomar o espírito senão por partes”. Iremos por partes, do modo mais didático possível. O exemplo de Chongqing e a obra de Três Gargantas como *partes* do *todo* são suficientes como expressões empíricas iniciais e possibilitadoras de uma abstração mais centrada a *posteriori*.

#### 5.3.2.1.1 Chongqing e Três Gargantas

Voltando a tratar da viagem a Chongqing, nesse caminho de alguns dias de barco pudemos trocar experiências com muitos taiwaneses que estavam se instalando nas margens do rio Yang-Tsé com suas pequenas, médias e grandes empresas. Estavam tratando inclusive de abrir contas bancárias nas agências de Chingqing, transferindo para lá alguns milhões de dólares,

capital a ser investido puramente na produção. Assim como havíamos percebido em Pequim e Xangai, poderiam ser visualizadas pelo menos duas agências bancárias por quarteirão, pertencentes ao *Bank of China* (BC), ao *Agricultural Bank of China* (ABDC), ao gigantesco *Industrial and Commercial Bank Of China* (ICBC) e ao *Construction Bank of China* (CBC). Esses quatro bancos formam o *Big Four*, o centro nervoso do sistema financeiro da China, formado em 1985 pela transferência de funções de banco comercial e de desenvolvimento do *People's Bank of China* que, por sua vez, passou a ter funções típicas de Banco Central no ano de 1983<sup>182</sup>. Mais adiante, voltaremos a tratar de forma mais específica do papel destas instituições.

A necessidade de centralização de recursos em moeda estrangeira é evidente no fato de, em qualquer agência bancária, estar disponível um serviço de câmbio. O papel do mercado negro de câmbio na União Soviética na drenagem de recursos estatais parece ter alarmado os chineses; essa impressão foi solidificada após uma rápida entrevista com um gerente de câmbio de uma agência do *Bank Of China*, nessa mesma Chongqing.

Utilizar o caso de Chongqing para tratar de esquemas de financiamento de uma economia do porte da China é um exercício muito interessante. Como já dissemos anteriormente, trata-se de uma municipalidade diretamente subordinada a Pequim e que tem sob sua jurisdição 40 cantões e povoados, 31 milhões de habitantes e um território de 82.000 km<sup>2</sup>, o equivalente a seis vezes o território da Bélgica. Na condição de um centro matriz de expansão regional, não é de causar surpresa que seu crescimento ainda tenha muito de transferência orçamentária, mas tendo também um papel crescente do setor financeiro. Como exemplo, sua taxa média de crescimento entre 1978 e 1997 era de 5,7% e, desde então, subiu para a média atual de 11,7%<sup>183</sup>.

Sua demanda candente nasce de uma massa salarial resultante de uma transferência anual pelo governo central, desde 2001, de US\$ 20 bilhões sob forma de infraestruturas em energia e transportes. Já o crescimento de seus depósitos bancários tem média anual de 12%<sup>184</sup>, o que por si só vai se tornando uma base financeira para o seu suporte futuro de crescimento. A transição de uma economia baseada na agricultura de seu entorno e na indústria do gás natural para outra *multiforme* é outra face que revela inclusive a necessidade de captação de recursos por instituições financeiras baseadas localmente. Continuando nesse exemplo, em Chongqing – por

---

<sup>182</sup> Agradecemos ainda ao mestre em Economia Aplicada pelo IE-Unicamp, Rodrigo Leão, pela disponibilização de dados centrais para o nosso argumento, além das conversas muito interessantes sobre o tema. Defendeu, recentemente, sob a orientação de professor Carlos Alonso Barbosa, dissertação de mestrado intitulada *Padrão de Acumulação e Desenvolvimento da China*.

<sup>183</sup> *Chongqing Statistical Yearbook*, para todos os anos.

<sup>184</sup> *Idem*.

mais que as agências bancárias das quatro instituições mencionadas estejam em grande expansão por motivos mais que óbvios – os incentivos de abertura de conta-corrente e de depósitos em cooperativas de crédito rural e urbana (voltadas ao suporte de – por exemplo – ECPs) são a tônica em jornais, rádios e televisão. Um exame mais metuculoso das razões por detrás desses tipos de campanha nos levou a perceber que o volume de crédito oferecido por essas cooperativas está diretamente relacionada aos depósitos existentes. Os depósitos são os lastros nessas instituições, enquanto que os negócios envolvendo títulos da dívida pública têm cumprido (ao lado dos depósitos) seu papel para a liquidez dos quatro grandes bancos chineses.

Atualmente, percebe-se em Chongqing uma grande corrida atrás de crédito para formação de ECPs como indústrias ancilares às que estão se deslocando para a região, como a siderúrgica, a automobilística e a alimentícia. Boa parte da busca por créditos na municipalidade está direcionada à formação de bases produtivas complementares às novas indústrias que estão chegando à região (cerca de 25%, segundo o gerente de crédito do Banco da China que entrevistamos em Chongqing em 2004). Assim, alarga-se o escopo de atuação dessas cooperativas, principalmente em cidades localizadas no oeste do país.

De Chongqing, partimos para Yichang, a cidade-sede da Usina Hidrelétrica de Três Gargantas, situada a algumas dezenas de quilômetros de Chongqing. Tínhamos visita marcada e encontro a ser realizado pontualmente com um economista enviado de Pequim para gerenciar os custos financeiros da obra, a maior já empreendida na área de engenharia do mundo moderno, com custos que variam – segundo as fontes – de US\$ 22,5 a US\$ 25 bilhões, transformando Três Gargantas num marco da utilização de formas múltiplas de financiamento. O acúmulo de métodos licitatórios modernos teve norte na construção da Usina Hidrelétrica de Ertan. O instituto da *reserva de mercado* permeou o processo de mercantilização de energia em detrimento de subsídios estatais.

Esse economista que nos recebeu na obra discorreu por pelo menos uma hora acerca das formas de financiamento, destacando a transferência direta de recursos públicos e o pagamento de *royalties* para as cidades do entorno do empreendimento. Sua última e mais instigante observação nos remeteu ao exemplo de pelo menos duas empresas brasileiras: a Petrobrás e a Eletrobrás, que foram criadas sob um estatuto jurídico de *empresas públicas concedidas para outra empresa pública*. Isso significa que essa empresa tem total permissão para busca de fundos fora dos marcos do orçamento estatal e seus rendimentos que, conseqüentemente, não entram



diretamente na contabilidade estatal. Logo, o controle da empresa pelo Estado segue uma lógica puramente política, assim como sua submissão aos planos estratégicos traçados pelo Estado Nacional. O financiamento pela via do mercado de capitais veio instantaneamente à nossa mente.

Duas corporações foram formadas para enfrentar a batalha pelo financiamento nas bolsas de Xangai e Shenzen. A primeira, nomeada de *Corporação Para o Desenvolvimento das Três Gargantas do Rio Yang-Tsé da China*, é voltada para a captação de recursos exclusivos para a obra de Três Gargantas. Já a *Companhia de Eletricidade Changjiang da China*, formada em setembro de 2002, foi um importante passo estratégico dado para captar recursos para outros projetos elétricos no rio Yang-Tsé. Fala-se que foram captados US\$ 6,2 bilhões em bolsas de valores para o projeto de Três Gargantas, ou algo em torno de 25% da obra. Esse tipo de operação foi seguida em outras obras, como o do Gasoduto Oeste-Leste e a ferrovia Qinghai-Tibet.

#### 5.3.2.1.2 Pequim, janeiro de 2007: no Ministério das Ferrovias

Entre abril de 2007 e fevereiro de 2007, trabalhávamos na Assessoria Econômica da Presidência da Câmara dos Deputados em Brasília. No mês de janeiro de 2007, a convite da Embaixada da China no Brasil, um grupo formado por dois parlamentares foi designado para visitar a China, ficando a nosso cargo a elaboração do roteiro e instituições a serem visitadas juntamente com representantes da Embaixada. Evidentemente, fizemos o possível para visitar órgãos relacionados a obras de infraestruturas, além de conhecer cidades do interior (como Chongqing), onde esse tipo de investimento andava a todo vapor. O interesse não era por menos. O objetivo era o de impressionar nossos parlamentares, além de procurar investigar melhor os meandros do problema do financiamento, que ainda não estavam claros.

Um ministério-chave a ser visitado seria o relacionado ao transporte de trilhos, o poderoso Ministério das Ferrovias. O primeiro momento da visita foi a exposição dos objetivos do 11º Plano Quinquenal (2006-2010) em execução. Aqui no Brasil, comentava-se bastante sobre o projeto ferroviário Pequim-Xangai. Porém, nessa visita, pudemos perceber que essa obra era apenas parte de um todo que envolve gastos de US\$ 128 bilhões no setor. Um passo gigantesco

será dado com o objetivo de unificar o território econômico chinês, por meio da construção de 2,5 mil novos quilômetros de trilhos por ano. Cerca de 60% das obras estão direcionadas para o oeste do país, seja com o objetivo de unificar mercados regionais, seja em prol da já citada unificação territorial e econômica do país.

O momento propício para saber de onde sairiam os recursos e – consequentemente – delinear um debate menos superficial sobre a questão do financiamento deve-se a um ponto levantado durante nossa audiência neste mesmo ministério, onde fomos recebidos pelo Sr. Chen Juemin, chefe do Departamento de Cooperação do Ministério das Ferrovias, acompanhado de sua equipe de economistas, todos com menos de 40 anos de idade.

Após o Sr. Chen Juemin repetir as informações sobre os principais investimentos e o valor a ser investido pelo setor, veio a oportunidade de questionar acerca dos canais de financiamento de tais investimentos, tendo em vista que o orçamento do ministério não comportava tal cifra, e que as concessões de serviço público a empresas públicas, por si só, não seriam capazes de, com sua capacidade de busca de fundos para as obras, “fechar a conta” dos investimentos previstos e em andamento. Ora, o que acontece, nas palavras do sr. Chen, é que “os ministérios responsáveis por gerir grandes empreendimentos têm cerca de 60% do orçamento dotado pelo Estado e pelos governos provinciais. A outra parte do orçamento cabe aos bancos emprestarem aos ministérios”.

Tal medida parece ser algo no mínimo nova para o vocabulário econômico daqueles que habitam num país onde as palavras “investimento” e “crédito” somente agora estão voltando a ser mais usuais. Porém, se percebermos que os empreendimentos – dadas as necessidades imediatas do país – têm altíssimo índice de liquidez, o retorno do investimento é garantido. O ressarcimento do crédito bancário pode variar de 15 a 20 anos, com juros não revelados. Para aqueles que acreditam em alguma “caixa-preta” como sinônimo de financiamento da produção na China, essa relação entre bancos e ministérios pode ser algo no mínimo elucidativo.

Trabalhemos melhor, a partir desses exemplos, essas formas de financiamento citadas.

### 5.3.3 *Transitando para um novo sistema financeiro*

Em algumas páginas acima, intentamos demonstrar, da forma mais didática possível, uma certa correspondência entre um país onde o crédito é o fator primaz de fomento ao investimento e – consequentemente – ao desenvolvimento. Isso se deu de modo a trabalhar alguns exemplos que nos levam a concluir que a China, em primeiro plano, instituiu o que chamamos de “centro nervoso do seu sistema financeiro”, formado por quatro grandes bancos estatais, os *Big Four*. Esses bancos foram formados na esteira de dois processos (entrelaçados e) intrínsecos a qualquer processo de desenvolvimento. São eles:

- a) o movimento de elevação dos depósitos bancários como expressão de um aumento tanto de lucros de empresas quanto da massa salarial, resultante das primeiras reformas rurais direcionadas à liberalização de excedentes agrícolas; e
- b) o movimento diretamente ditado pelo aumento da demanda por créditos bancários em um país cujo desenvolvimento rápido e acelerado transformou-se em objetivo *mater* do regime.

Por outro lado, utilizando-se os exemplos, cabem ainda outras ponderações que julgamos necessárias. A **primeira**: a China rapidamente vai fechando o *processo histórico* de um país onde o orçamento cumpre centralidade na execução de investimentos para outro onde as instituições financeiras passam a tomar seu posto no processo de reprodução nacional e industrial. O papel do mercado de capitais no financiamento de grandes obras e a participação dos bancos na execução de projetos ministeriais em infraestruturas nos demonstram isso. Esse fato corrobora também o rápido caminho trilhado pela China no rumo de se tornar um país desenvolvido ou, ao menos, cumprindo o *script* para tal. Daí nossa insistência em relacionar – historicamente – o significado da siderurgia no início da segunda metade do século XX (para os países recém-saídos do jugo colonial) com o capital financeiro e com o objetivo precípua do exercício da soberania pelo direito ao planejamento e o desenvolvimento.

Numa **segunda ponderação**, observa-se que, na contramão da corrente que relaciona diretamente a modernização do sistema financeiro de países periféricos (como o Brasil) com a

necessidade de privatização e desnacionalização do sistema, a China encaminhou seu processo relacionando-o com a necessidade de não proscricção da propriedade pública<sup>185</sup>. Em nosso país, o BNDES passou por uma profunda reforma que buscava subverter sua natureza de banco de desenvolvimento a fim de torná-lo um afiançador de processos de privatizações. Na China, a reforma do sistema financeiro serviu inequivocamente à gestão da poupança de milhares de famílias e – consequentemente – ao aprofundamento e modernização de um sistema de crédito capaz de sustentar um esforço nacional de desenvolvimento sem precedentes na história moderna.

#### ***5.3.3.1 O processo de desenvolvimento do sistema nacional de financiamento e a lógica histórica do desenvolvimento recente da China***

Compreender o *desenvolvimento* a partir de sua história é a senha para se alcançar o objetivo de buscar a excelência na análise de processos sociais, incluindo – evidentemente – a economia. Trabalhar alguns dados sintetizados em tabelas e/ou gráficos pode ser um bom meio para ser didático.

Será assim que discorreremos acerca da evolução do sistema de financiamento chinês desde a implementação das reformas econômicas. Vejamos quais os processos que se intercalam a partir da tabela abaixo:

---

<sup>185</sup> LEÃO, Rodrigo: *Padrão de Acumulação e Desenvolvimento da China*. Dissertação de mestrado ao Instituto de Economia da Unicamp sob a orientação do professor Dr. Carlos Alonso Barbosa. Campinas, 2010, p. 87.

**Tabela 29 – China: Participação/Composição nos ativos, por tipo de instituição, 1993-2004**  
(bilhões de dólares)

Ano	Bancos estatais (4)	Join-stock commercial banks (12)	Coop. de crédito (36.000)	City commercial banks	Policy Banks	Estrangeiros (191)
1993	73,9	4,4	11,4	-	9,9	-
1994	72,1	5,4	12,9	-	9,2	-
1995	69,7	6,6	14,3	-	8,8	-
1996	65,3	7,3	14,1	-	12,4	-
1997	65,8	7,1	14,2	-	12,0	-
1998	65,1	7,5	13,5	-	13,0	-
1999	64,9	8,1	13,3	-	12,8	-
2000	63,9	9,6	13,1	-	12,3	-
2001	60,5	11,3	14,1	-	12,8	-
2002	57,9	12,8	9,9	4,9	11,4	1,2
2003	56,1	14,0	10,1	5,3	11,5	1,2
2004	54,6	15,0	10,4	5,4	11,4	1,6

FONTES: CINTRA, Marcos A. M.: As Instituições Públicas no Sistema de Financiamento da China. In ROCHA FERREIRA, F. & MEIRELLES, B. B (org.): *Ensaio Sobre Economia Financeira*. Rio de Janeiro. BNDES, 2009. p. 136.

A tabela acima dá conta não somente de toda a evolução da rede creditícia chinesa como também do próprio histórico das etapas de desenvolvimento vividas pela China nos últimos 30 anos. Percebamos: até 1993, o cenário foi amplamente dominado pelo *Big Four*, ainda misturando atividades de bancos comerciais e de fomento propriamente dito, daí sua extensa participação na rede. A partir de 1993, opera-se uma separação entre os bancos comerciais e bancos de desenvolvimento com a formação dos chamados *policy banks*, diretamente voltados ao fomento, demarcando fronteira com o *Big Four*, cuja centralidade passou a ser as operações

comerciais. O *Agricultural Development Bank of China* é voltado ao crédito direcionado à compra de insumos e máquinas agrícolas pelo Estado. Seu capital de giro vem da venda de títulos da dívida colocados à venda junto a outras instituições financeiras. Já o *China Development Bank*, cuja capitalização advém de fundos do Ministério das Finanças, emissão de títulos e parte dos depósitos do China Construction Bank, é voltado a atividades de financiamento de infraestruturas e de certas indústrias de construção. O terceiro, o *Eximbank China*, tem como missão o financiamento de longo prazo de importações e exportações de bens de capital; sua liquidez provém de aportes do Ministério das Finanças<sup>186</sup>. Com a separação de atividades entre sete bancos diferentes, criou-se condições para a proscricção do Plano Central de Crédito, criado na era anterior a 1978.

O controle pelo Estado do sistema financeiro já era garantia mais do que suficiente da capacidade da instauração de *novas e superiores formas de planejamento* capazes de administrar tanto a taxa de investimentos quanto outras questões que vão desde a banda cambial até a obtenção de uma política de juros adequada a essa nova complexidade bancária. Isso quer dizer que, a partir da subordinação total dos *policy banks* à lógica dos objetivos dos planos quinquenais, o *Big Four*, atuando dentro do escopo das leis do mercado, deveriam ser o norte a ser seguido no sentido de adequar o sistema financeiro chinês a padrões internacionais de excelência, num processo – evidente – de médio e longo prazo, dados os problemas de financiamento de estatais, sendo as mais problemáticas delas o complexo siderúrgico do nordeste do país. Rodrigo Leão resume essa *transição controlada* da seguinte forma<sup>187</sup>:

Assim, essas iniciativas buscaram readequar a administração de todo sistema, definindo critérios econômicos e de contabilidade (de padrão internacional), e direcionar as atividades de fomento, determinadas anteriormente por razões políticas e sociais. Como resultado desse processo, emergiu um sistema bancário dual na China, isto é, um sistema com bancos regulados segundo os parâmetros internacionais de gestão, de um lado, e submetidos ao planejamento central do Estado, de outro.

A readequação de todo o sistema de financiamento também está presente nas cooperativas de créditos, que em 2004 totalizavam 36.000 unidades, denunciando uma certa pulverização do sistema e, conseqüentemente, o ponto inicial de um processo que pode culminar no surgimento

---

<sup>186</sup> FONTE: CINTRA, Marcos A. M.: As Instituições Públicas no Sistema de Financiamento da China. In ROCHA FERREIRA, F. & MEIRELLES, B. B (org.): *Ensaio Sobre Economia Financeira*. Rio de Janeiro. BNDES, 2009. p. 130.

<sup>187</sup> LEÃO, Rodrigo: *Padrão de Acumulação e Desenvolvimento da China*. Dissertação de mestrado ao Instituto de Economia da Unicamp sob a orientação do prof. Dr. Carlos Alonso Barbosa. Campinas, 2010, p. 93.

de esquemas mais centralizados desse tipo de unidade financeira. Em 2004, vimos anúncios nos jornais de Chongqing para a abertura de contas nesse tipo de estabelecimento. Em 2009, numa conversa com um técnico do Ministério das Finanças, Chen Duqio, tivemos conhecimento que uma das medidas contra o acúmulo de créditos inadimplentes estava na fusão de unidades inteiras e que, a partir de 2004, as 36.000 unidades já estavam em processo de se fundirem em cerca de 23.000. Isso demonstra o crescente papel do desenvolvimento do interior do país no processo de busca de meios e maneiras de se otimizar e alongar o crescimento econômico para as próximas décadas. Devemos aprofundar essa questão mais à frente, quando trabalharmos as transformações recentes na agricultura chinesa.

Outra impressão a ser registrada, se tomarmos os índices da tabela 29, é que o pico de atividades dessas cooperativas ocorreu entre os anos de 1994 e 2001, justamente no auge da participação das ECPs tanto nas exportações chinesas quanto no PIB do país. Outra evidência interessante é o fato de essas cooperativas de crédito estarem direcionadas (segundo o citado técnico) a pequenas e médias empresas coletivas, sendo que as grandes estão no escopo de atuação das instituições de fomento. Daí a necessidade de maior centralização dessas cooperativas, dados os desafios sociais concentrados no interior do país. Mais crédito é sinal de mais empreendimentos a serem viabilizados e, conseqüentemente, mais empregos. Nesse ciclo de centralização, aliado ao papel dos depósitos, tem-se discutido na China a necessidade de capitalização dessas instituições pela via de fundos bancários tanto do *Big Four* quanto das instituições de fomento.

Duas categorias de instituições financeiras abarcadas na tabela 29 merecem considerações: as 12 *joint stock commercial banks* e as *city commercial banks*. As *joint stock commercial banks* têm natureza mista e controladas pelas províncias (sem autorização de ação fora do escopo das províncias), com participação amplamente majoritária do Estado, cuja participação privada se remete ao final de década de 1990 sob a forma de ações<sup>188</sup>. Já os *city commercial banks* surgiram no início desta década, apesar de o primeiro ter aparecido em 1995 (*Shenzhen City Commercial Bank*), sendo que atualmente são compostos por 111 instituições, das quais 88 foram resultados de fusões de 3.240 cooperativas de crédito urbano, demonstrando um

---

<sup>188</sup> Exemplo dessas instituições com ações em bolsa no mercado doméstico de capitais são o *Bank of Communications*, o *Shanghai Pudong Development Bank*, o *Shenzhen Development Bank*, o *China Merchants Bank* e o *China Minsheng Banking Corporation*.

certo pioneirismo com relação ao processo descrito de centralização nas cooperativas de crédito rural<sup>189</sup>.

Mas qual processo social fica evidenciado com a tabela 29, envolvendo essas duas modalidades de instituições financeiras? Primeiro, o fato de os *city commercial banks* terem ganhado relevância somente no ano de 2002 diz muito. Pois, como instituições cidadinas, elas surgem de uma necessidade crucial ao processo de acumulação notada no imperativo do desenvolvimento urbano em um país onde a permissão de mudança de domicílio torna-se um problema a ser administrado, mas que por outro lado torna-se fator de abertura para *novos campos de acumulação* ao país. Esse tipo de instituição é fator também de aceleração do processo de maior peso dos bancos, diante dos fundos orçamentários na consecução de tarefas econômicas. Exemplo disso está na relação direta entre o desenvolvimento urbano e a existência de um complexo financeiro citadino. No caso chinês, é muito claro que, onde existe capital financeiro citadino, o desenvolvimento urbano ocorre de forma mais rápida; mais linhas de metrô surgem, mais túneis são viabilizados. Das 20 cidades chinesas que entraram em 2002 num programa de extensão metroviária, somente oito estão em processo mais acelerado com relação às demais, e justamente nessas oito cidades esse tipo de instituição é presente. Vale notar que uma das diferenças entre distintos processos de urbanização no centro e na periferia do sistema é justamente a existência ou não desse suporte financeiro local.

Outro processo coincidente tanto com o surgimento de bancos de fomento quanto do aumento da participação das duas modalidades institucionais expostas está no processo de recentralização financeira do país. Esse processo significa uma verdadeira reversão nas políticas de descentralização fiscal, iniciada em 1979 com vistas à maximização das iniciativas em âmbito local em detrimento e às expensas do enfraquecimento financeiro do Estado como um todo. Além disso, o surgimento das ECPs e o aprofundamento da industrialização rural têm relação de causa e consequência com isso.

Em nossa opinião, trata-se de um ponto do *processo histórico* onde o orçamento nacional tem peso máximo em relação ao papel do sistema financeiro para o processo de acumulação. Por outro lado, se um sistema financeiro só aparece com o papel de jogar no processo de desenvolvimento a partir do momento em que o montante dos depósitos seja suficiente para tal, é

---

<sup>189</sup> KE, Ma & JUN, Li: *El Comercio en China*. China Intercontinental Press. Beijing, 2008. p. 92.



muito sugestiva a visão estratégica embutida na “via dos produtores” com características *socialistas* e *chinesas*: Por um lado, ela surge a partir de uma *institucionalidade* que permite o acúmulo individual de riqueza e do apoio provincial; por outro, se transforma em *condição objetiva* (no médio e longo prazo) para a viabilização de um poderoso instrumento de intermediação financeira pela composição de um complexo sistema financeiro estatal. Como nos disse um estudante de economia da Universidade de Pequim, por conta dessa política estratégica, “*perde-se hoje, para se multiplicar os ganhos amanhã*”. Eis um daqueles momentos em que se percebe o papel de uma política fiscal baseada em objetivos de pequeno, médio e longo prazo.

A análise do aprofundamento do sistema financeiro chinês nas duas últimas décadas também deve ser vista sob o prisma do processo de admissão do país em 2001, processo iniciado também no ano de 1993. O direcionamento de três instituições financeiras para o crédito direcionado para áreas-chave, a redução dos créditos podres e a abertura de capital em algumas instituições – inclusive a flexibilização à instalação de bancos estrangeiros no país – é parte desse processo. Apesar de amiúde o capital bancário estrangeiro ser residual, mesmo às reformas empenhadas nos últimos anos, teve a marca do fortalecimento do poder estatal sobre o crédito. O capital privado e estrangeiro se inserem muito mais num esquema de otimização e modernização de métodos administrativos e gerenciais com os “de ponta” no mundo do que propriamente ser parte de algo que gerasse um desmonte da capacidade do Estado em enfrentar – a partir de seu setor bancário – os desafios que estão postos na contemporaneidade, inclusive a presente crise financeira.

Pois bem, de imediato, pela evolução inserida nos meandros da tabela 29, o que deve ficar claro é o processo de aprofundamento das reformas no sentido de dotar a China de um sistema de intermediação financeira completa e em correspondência com os objetivos e diferentes estágios do processo de acumulação do país.

#### 5.3.3.1.1 O processo de recentralização financeira

Falar em recentralização financeira num país em que as disparidades regionais são um desafio permanente á ordem política e social chinesa guarda, com certeza, grande polêmica. Esse

tipo de ação política e econômica deve ser feita de forma meticulosa e planejada. As condições para esse processo (recentralização) ocorreu com vários movimentos de forma simultânea, entre eles, a já citada capilarização regional do sistema financeiro e o mais importante: a “oxigenação” dos estoques de créditos podres, principalmente nos *Big Four*. Falemos um pouco disso.

A formação dos 149 complexos estatais seguiu uma lógica clara baseada em fusões e aquisições, muita delas compulsórias. É evidente que a aquisição de empresas do mesmo setor traz consigo o problema da administração dos ativos podres dessa empresa. Nesse caso, na China, essa questão – dada as características da economia chinesa – torna-se um problema de Estado. A reestruturação dessas dívidas ocorreu de forma que a maior parte dessas ações fossem convertidas em ações da própria empresa, já fundida em uma maior ou simplesmente tomada aos trabalhadores da própria empresa que, sob sua responsabilidade, deveriam dar um destino lucrativo a elas. Nesse processo, cerca de 50.000 pequenas e médias empresas foram fundidas ou muitas delas simplesmente passadas ao controle privado, dado o caráter não estratégico das mesmas. Essa foi uma forma de solucionar o problema dos créditos podres no mercado de futuros. A outra forma passou pela injeção de recursos financeiros do Estado. Entre 2001 e 2005, o volume de crédito inadimplente caiu de 31,1% para 10%, ou cerca de US\$ 125 bilhões<sup>190</sup>.

Esse foi um processo imbricado num outro de maior alcance e que envolveu a aceleração da recentralização financeira. Outro processo nesse sentido ocorreu no âmbito do próprio perfil dos créditos no país. Se, em âmbito provincial, o processo de compensação das perdas fiscais foi amenizada pelo alargamento do setor bancário pela abertura de instituições de nível municipal e provincial, no âmbito puramente financeiro a crise asiática abriu perspectivas de mobilização de poupança em escala nacional jamais imaginadas no mundo contemporâneo. Uma grande justificativa conjuntural para proceder a um drástico processo de algo que poderia ir de encontro a interesses provinciais poderosíssimos.

Independente das pressões que o FMI impôs sobre a Tailândia, Filipinas, Malásia e Coreia do Sul em meio à crise financeira, os chineses perceberam que o problema não estava no excesso de gastos, “pressões inflacionárias” e outros alquimias anticientíficas e ideologizadas. A governança chinesa observou que o óbice estava numa clara deflação, sinônimo de um mercado interno ainda potencial. A recentralização financeira acelerou-se diante dos fatos. Alavancar

---

<sup>190</sup> LEÃO, Rodrigo: *Padrão de Acumulação e Desenvolvimento da China*. Dissertação de mestrado ao Instituto de Economia da Unicamp sob a orientação do prof. Dr. Carlos Alonso Barbosa. Campinas, 2010, p. 94.

gastos públicos e acelerar o programa de desenvolvimento do oeste passou à ordem dos acontecimentos, e as províncias pobres do país tinham muito a ganhar com isso.

Coincidência ou não, o fato é que a crise financeira asiática premeditou um processo, que tem muito de ciência e de arte, de recentralização fiscal e financeira acompanhada por compensações que nada lembram a quebra do pacto federativo no Brasil na década de 1990, sob a égide da Lei de Responsabilidade Fiscal, do aumento da dívida dos Estados e municípios para com a União. Ainda no Brasil, a baixíssima taxa de investimentos com relação ao PIB verificados desde a década de 1990 é mera expressão de uma equivocada mediação fiscal entre União, Estados e municípios. Pelo lado chinês, a percepção do potencial de seu mercado interno levou à implementação de uma ampla política de mobilização de poupança interna. A Lei de Responsabilidade Fiscal na China levaria ao chão aquele governo, bem como a capacidade de consumo de seu povo. O que parece ser bom para o Brasil, via FMI e Banco Mundial, pode ser péssimo para a China e o destino de 1,3 bilhão de habitantes. Nunca são demais as comparações: na China diante do enfrentamento da crise financeira atual, repetimos, a relação entre crédito x PIB passou dos 200%. No Brasil, estima-se que em 2010 essa relação chegue a 49%. Lá, o problema é a expansão da demanda; aqui, o objetivo *mater* de nossa política macroeconômica é a contenção da capacidade de consumo do povo.

O primeiro sinal da reação ao problema criado externamente não poderia ser outro senão um recado de responsabilidade aos seus vizinhos: a não desvalorização do yuan naquele fatídico 1997 colocou a China no leme da política regional diante da hesitação japonesa. O primeiro grande sinal da mudança da correlação de forças na Ásia, o que evitou desvalorizações competitivas na região. Internamente, a mobilização de um montante de US\$ 532 bilhões de sua poupança doméstica foi precedida por um recado estritamente político de lançamento de US\$ 32 bilhões em títulos da dívida, jogando os cordéis da ampliação do crédito aos bancos sob pressão do Estado para tocar a expansão doméstica<sup>191</sup>.

---

<sup>191</sup> Processo minuciosamente descrito em JABBOUR, Elias: *China: infra-estruturas e crescimento...*

### 5.3.3.1.1.1 O movimento da mudança do uso do financiamento e os ativos financeiros

Trabalhar o fato em torno da recentralização financeira na China demanda ainda perceber outro escopo de ações que se entrelaçam com esse movimento de expansão ao oeste e ampliação da demanda doméstica. Esse é um fato. Por outro ângulo, devemos expor as condições financeiras que permitem à China alcançar impressionantes números, entre os quais a altíssima taxa de investimentos. Em quais condições as instituições financeiras bancam esse progresso? Trabalhemos o primeiro fato.

O processo de desenvolvimento na China atingiu um estágio em que os créditos de longo prazo ultrapassaram os de curto prazo no montante total distribuído. Ao que tudo indica, o processo acentuou-se com as necessidades de destravamento dos nós de estrangulamento de sua economia, notadamente aqueles relacionados a uma economia continental, onde a conexão de mercados regionais depende da execução de obras gigantescas e com largos prazos de entrega. Estamos falando em infraestruturas.

O que liga essa relação com o processo de recentralização financeira é o crescimento dos créditos de longo prazo no final da década de 1990.

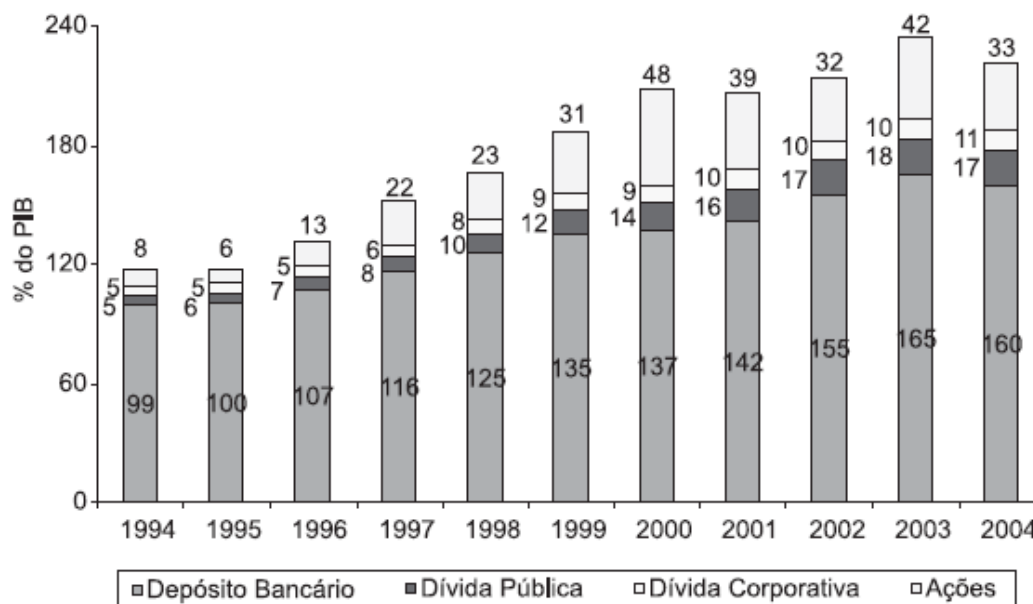
Percebamos o movimento: entre 1989 e 1998, os empréstimos de longo prazo saltaram de 12% para 24%. Portanto, um salto de 100% em dez anos. Já entre 1999 e 2008 chegou a 51% do total. Não foi um salto de 100% como verificado no período anterior, mas deixou de ser um quarto de todos os empréstimos totais para acima de 50%. Entre 1989 e 1998, os créditos voltados para a agricultura caíram de 14% do total dos créditos “curto prazo” para 5%. Essa queda foi estancada no período seguinte, com ligeira alta de 1%, chegando a 6%, com certeza obedecendo à lógica de um governo que enfrentou entre 1999 e 2003 uma queda acentuada na produção agrícola. Não dispomos, infelizmente, do destino dos créditos de longo prazo<sup>192</sup>.

O segundo fato, com principalidade à explicação da alta taxa de créditos em relação ao PIB e às altas taxas de investimentos, passa por uma vista no estoque dos ativos financeiros, conforme o gráfico abaixo:

---

<sup>192</sup> LEÃO, Rodrigo: *Padrão de Acumulação e Desenvolvimento da China*. Dissertação de mestrado ao Instituto de Economia da Unicamp sob a orientação do prof. Dr. Carlos Alonso Barbosa. Campinas, 2010, p. 95.

**GRÁFICO 8 – Estoque de ativos financeiros na China, 1994-2004 (% do PIB)**



**FONTE:** CINTRA, Marcos A. M.: “As Instituições Públicas no Sistema de Financiamento da China”. In, ROCHA FERREIRA, F. & MEIRELLES, B. B (org.): *Ensaio Sobre Economia Financeira*. Rio de Janeiro. BNDES, 2009. p. 139.

Como se observa no gráfico 8, o estoque de ativos financeiros chineses cresceu de 117% do PIB em 1994 para 221% do PIB em 2004, num salto acima de 90% no período. Essa é a explicação básica para o elevado índice de dinheiro circulando na China sob forma de crédito. Os 33% referentes aos depósitos das corporações (pode-se chamar também de “dívidas das corporações”) são explicadas, em grande parte, por exigências dos bancos de empréstimos concedidos. O que impressiona é o alto grau de poupança familiar gerida pelos bancos. Quase 60% das riquezas acumuladas na China no âmbito familiar (não empresarial) estão depositadas sob forma de poupança em bancos na China e correspondem – em relação ao PIB – 160% do PIB, quando no Japão representava em 2004, 145% e nos EUA, 77%<sup>193</sup>.

Na verdade, os problemas de fundo da sociedade chinesa estão inseridos nestes números. A alta taxa de poupança das famílias tem relação (quase) direta com problemas de ordem social, de uma estrutura educacional, de saúde pública e previdenciária que chegou à beira do colapso na

<sup>193</sup> CINTRA, Marcos A. M.: As Instituições Públicas no Sistema de Financiamento da China. In ROCHA FERREIRA, F. & MEIRELLES, B. B (org.): *Ensaio Sobre Economia Financeira*. Rio de Janeiro. BNDES, 2009. p. 138.

década de 1990. Não devemos ser laudatórios com o sucesso chinês, afinal assim como os louros do sucesso chinês são os louros da superioridade do *socialismo* ante o *capitalismo*, os problemas chineses contemporâneos de todas as ordens também devem ser creditados aos próprios problemas de uma alternativa ao capitalismo. Uma alternativa que não alcançou os 100 anos de vida.

Pois bem, a questão é saber se esses problemas estão sendo enfrentados ou não. Afirmamos que sim, e os montantes que envolvem a transferência de recursos e investimentos ao interior do país é parte disso. Entre 2002 e 2008, US\$ 320 bilhões foram investidos na estruturação de uma nova previdência social. Outros US\$ 103 bilhões em programas de massificação educacional e viabilização de serviços provinciais e locais de saúde pública<sup>194</sup>. Todas essas modalidades de investimentos tiveram aumentos anuais – desde 2002 – médios de 17,2%.

A contradição é o motor do processo.

\*\*\*

O sistema bancário público chinês ainda é o centro do aparato de financiamento da economia nacional em detrimento de um mercado de capitais ainda em desenvolvimento. Por exemplo, apenas 6% do financiamento das empresas chinesas passam pelo mercado de capitais. Nesse aspecto, e apesar de as grandes obras chinesas já estarem sob o controle de empresas públicas concedidas pelo Estado e, por conseguinte, terem ações nas bolsas de Xangai e Shenzhen capazes de financiar parte do investimento, a China ainda há de se deparar com o problema de ter de um mercado de capitais à altura de seu projeto nacional.

Enfim, o fato de contar com um mercado de capitais ainda “engatinhando” demonstra que, apesar de já se caracterizar como algo complexo e profundo, o sistema financeiro chinês ainda tem um certo caminho a percorrer. O principal já ocorre: o crédito como instrumento do planejamento estatal e do controle dos investimentos. Enfim, o crédito como o próprio cerne da economia nacional, e a economia monetária abrindo pleno espaço ao processo de construção de uma sociedade de *novo tipo*. Assim se constitui, por outro lado, um sistema financeiro como base

---

<sup>194</sup> *China Statistical Yearbook* para todos os anos citados.

para a independência nacional e não seu contrário. Acompanhemos o desenvolvimento futuro desse processo.

#### 5.4 A MILENAR E CONTEMPORÂNEA QUESTÃO REGIONAL NA CHINA

No capítulo em que trabalhamos a relação entre Estado e desenvolvimento na China, foi importante historicizar acerca de um Estado precoce, que nasce diante das demandas de uma nação muito peculiar do ponto de vista natural. O altiplano do Tibet e os rios que nascem do alto de suas montanhas trouxeram o desafio de contenção das enchentes nos vales dos rios que serviram de berço para a civilização chinesa. Desse modo surgem as condições para o surgimento de um “feudalismo com características chinesas” no *modo de produção asiático*.

Atualmente as pontes, as ferrovias, estradas, gasodutos e linhas de transmissão oeste-leste dão corpo a um Estado que se impôs o desafio de concluir um trabalho de milhares de anos correspondente à formação de uma economia continental. O desafio está sendo enfrentado e constitui uma grande fronteira de acumulação para a China e condição *mater* para o sucesso de seu projeto nacional e da tarefa histórica do socialismo de “superação da divisão social do trabalho”, o que demanda – dialeticamente – no estágio atual do problema, uma potencialização das possibilidades do aprofundamento dessa mesma divisão social do trabalho. O desenvolvimento é o caminho. Vejamos: desde 1999 (início do programa de desenvolvimento do oeste) até 2008, apesar de o oeste corresponder somente a 17,8% do PIB chinês (proporcional à sua população em relação ao restante do país), seu crescimento médio entre 1998 e 2008 foi de 11,42%, acima da média nacional no período de 9,64%. Uma região autônoma de apenas dois milhões de habitantes como a Mongólia Interior cresceu, entre 1978 e 1998, em média 10,2%. Já entre 1999 e 2008 esse índice médio foi de 16%. O Tibet cresce desde 1999 com média de 12,2%, maior que entre 1978 e 1998 que foi de 9,3%<sup>195</sup>.

Vejamos um pouco a história deste processo.

---

<sup>195</sup> *China Statistical Yearbook* para todos os anos citados.

#### **5.4.1 Desenvolvimento regional na “Nova China”**

A questão do desenvolvimento regional pode se resumir no desafio de retirar do imobilismo vastas regiões de um determinado país, inserindo-as em novos esquemas de divisão social do trabalho e abrindo portas para o advento de novas relações de produção. No caso da China, no concreto, isso significa a possibilidade de trânsito de uma grande rede populacional da *economia natural* para a *economia de mercado* e dessa ao *socialismo*. Significa perceber que, apesar da queda extraordinária dos índices de pobreza no país, 83% de sua população que ainda vive abaixo da linha da pobreza reside nas vastidões interioranas do país. Significa enfrentar o desafio de soerguer suas minorias étnicas das raias da pré-história, pois 85% da pobreza extrema do país atinge diretamente essas minorias, o que conforma um problema político e social permanente.

Um contato direto com dados de tal envergadura pode levar a uma atitude pessimista com relação ao quadro pintado pelo desenvolvimento do centro-oeste da China propagado pela imprensa, diuturnamente, dando conta da existência de “dois países” em um único país. Os índices demográficos mais gerais e os índices de pobreza não devem ser suficientes para se esboçar um quadro do problema. O importante é que essa região está em pleno crescimento e esse deve ser o ponto do ponto de partida da análise, conforme os dados no início deste subtítulo nos demonstram.

Por outro lado, no âmbito do desenvolvimento regional trabalhamos com a hipótese de que tal tipo de desenvolvimento deve se subordinar a um esquema mais amplo de desenvolvimento que atenda as necessidades mais gerais do país. Do ponto de vista da teoria, isso remete ao imperativo da quebra de esquemas rígidos de divisão social do trabalho, que impossibilitam o pleno desenvolvimento de um país das dimensões seja da China, do Brasil ou da Índia. Em tese, o processo de desenvolvimento em um país periférico de dimensões continentais pode ser compreendido como uma “caixa vazia” sendo preenchida. Esse preenchimento pode ser sintetizado no avanço da divisão social do trabalho, pela otimização das possibilidades regionais e pela consolidação de uma ampla economia de mercado. Enfim, a questão regional e sua solução são partes indissolúveis do desenvolvimento.



Nesse caso, a percepção das *demandas externas* à de regiões que devem ser afetadas por um amplo processo de desenvolvimento nacional e regional é o primeiro passo<sup>196</sup>. Por exemplo, o pleno desenvolvimento da região autônoma de minoria *uigur* e muçulmana do Xinjiang está condicionado ao pleno uso de seus fatores internos de produção, notadamente o petróleo e o gás natural; suas relações com seus vizinhos da ex-URSS a condicionam a ter um futuro diretamente relacionado a exportações de máquinas e equipamentos ao rico produtor petrolífero (Cazaquistão) e, por conseguinte, ao atendimento das demandas petrolíferas e gasíferas da região leste do país, onde estão concentrados tanto 60% da população chinesa quanto o grosso da manufatura do país.

Do mesmo modo se insere a região autônoma do Tibet e sua riqueza em pecuária e potencial em energia eólica. Caso semelhante deve ser observado na potente agricultura do Sichuan, bem como sua indústria de máquinas e equipamentos voltados ao suprimento de plantas industriais existentes e em formação na municipalidade de Chongqing, notadamente a recém-formada indústria automobilística e mesmo as relacionadas ao abundante gás natural da região.

Trabalhem um pouco as nuances desse movimento em dois períodos: 1949-1978 e 1978-2010.

#### **5.4.1.1 A política de desenvolvimento regional entre 1949-1978**

O desenvolvimento precoce do vale do rio Yang-Tsé propiciou bases (milenares) para uma precoce economia de mercado, assim como para o próprio Estado Nacional chinês. Era uma economia autóctone que se reproduzia sobre as bases de largos excedentes de produção agrícola. É natural que uma economia desse tipo, onde os fatores internos de produção encerravam por si as necessidades materiais do país, estivesse centrada em si mesma e entre seus próprios ciclos econômico/políticos e institucionais. É a lógica do *modo de produção asiático* aplicada ao desenvolvimento regional.

---

<sup>196</sup> RANGEL, I: “Breves notas com vista a um plano de desenvolvimento econômico para a Bahia”. In Revista de Desenvolvimento Econômico. Ano 3, nº 3. Salvador, janeiro de 2000. Texto escrito em 1963, porém publicado somente em 2000. Trata-se de uma contribuição de grande monta à literatura marxista sobre o desenvolvimento regional. Nele, Rangel, em polêmica aberta com Furtado, demonstra os limites da programação econômica levada a cabo pela SUDENE e – num outro patamar – denuncia os limites teóricos do estruturalismo, o que torna atual seu conteúdo. A questão das “demandas externas” no processo de desenvolvimento é um dos conceitos utilizados por Rangel como afronta aos esquemas pré-concebidos de então e, de certa forma, em voga até os dias de hoje.

#### 5.4.1.1.1 Da hinterlândia litorânea à “economia regional autossustentada”

Com o advento do capitalismo e a “entrada forçada” da China na divisão social do trabalho, o eixo da economia nacional – já voltada ao mercado internacional, sobretudo após as Guerras do Ópio (1839-1842) – passou a girar em torno das províncias litorâneas. No ano de 1952, nos estertores do 1º Plano Quinquenal, apesar de a agricultura ser a responsável por 74% do PIB e empregar 84% da força do trabalho, as províncias costeiras detinham 72% dos investimentos em ativos fixos e 69% da produção industrial<sup>197</sup>. Esse é um foco por onde se pode vislumbrar uma política industrial e regional onde o “espalhamento” da indústria seria fator direto de desconcentração.

Cabe uma analogia interessante com o caso brasileiro pré-Revolução de 1930, onde a lógica da *hinterlândia* se impunha. Fazendo analogia com as palavras de Ignacio Rangel<sup>198</sup>, onde o litoral brasileiro era constituído por formações econômicas regionais centradas num “porto-empório”, a economia regional chinesa pré-Revolução de 1949 constituía-se de uma grande economia litorânea onde o “centro” poderia ser formado pelos portos de Hong Kong, Xangai e Tianjin, circundado por uma “periferia” interligada por estradas de rodagem e rodovias. Dessa observação, pode-se perceber que a dominação externa é um fator de proa ao travamento da divisão social do trabalho, e em consequência, ao desenvolvimento.

Adentrando-se no aspecto regional após o 1º Plano Quinquenal, vale considerar mais um elemento para o desenvolvimento regional da China maoísta que serve também para o processo de desenvolvimento como um todo: a influência da conjuntura internacional, muitas vezes elencada somente como um fator a mais capaz de explicar os “erros” da política regional de Mao Tsé-tung. Lembremos que a China foi fator de desconcerto na correlação de forças após a 2ª Guerra Mundial. Não se cogitava nem mesmo nos planos de Stálin a vitória da revolução na China, que sofreu ameaças por meio de vários *fronts* no âmbito de suas fronteiras: os norte-

---

<sup>197</sup> DEMURGER, Sylvie; SACHS, Jeffrey; WOO, Wing Thye; BAO, Shuming; CHANG, Gene & MELINGER, Andrew: “Geography, Economic Policy and Regional Development in China”. *NBER Working Papers*. Working Paper 8897. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w8897>. Acessado entre os dias 10/03/2009 e 15/04/2009.

<sup>198</sup> Citado por MAMIGONIAN em um recente e brilhante trabalho intitulado *O Nordeste e o Sudeste na Divisão Regional do Brasil* (disponível em: <[http://fmauriciograbois.org.br/beta/noticia.php?id\\_sessao=8&id\\_noticia=226](http://fmauriciograbois.org.br/beta/noticia.php?id_sessao=8&id_noticia=226)>): “sob forma de um imenso território muito desigualmente ocupado e apresentando quase que exclusivamente ao longo da costa formações econômicas regionais, geralmente estruturadas em torno de um porto-empório, orientadas mais para o comércio exterior do que para o comércio com as outras regiões, tendo cada uma como espinha dorsal um sistema regional de transportes, o qual servia de base a um esquema regional de divisão social do trabalho”.

americanos instalaram uma frota de proteção a Taiwan em pleno litoral chinês; a Guerra da Coreia (iniciada em 1950), com ameaça de bombardeio nuclear nominalmente sugerida pelo General MacArthur “em nichos industriais chineses”), fora irrompida anteriormente à execução do 1º Plano Quinquenal (1952); escaramuças militares com a Índia no início da década de 1960 e o rompimento com a URSS no mesmo período (com o conseqüente ônus da retirada de linhas de financiamento e assistência técnica soviética do país). Todo esse ambiente internacional fora determinante para uma política de desenvolvimento desconcentradora e radical, de tipo “autossuficiência regional”. Uma *economia regional de guerra*, diga-se de passagem.

Outro ponto a se somar a esse encontra-se na relação entre essa imposição de autossuficiência e a própria subjetividade *igualitarista* de Mao Tsé-tung: o desenvolvimento regional planejado e voltado à desconcentração industrial compunha-se como parte de um todo em torno do objetivo do *ideal* de uma sociedade igualitária. Tal fator, na ponta do processo, gratificou as províncias mais pobres do país. Afinal, foram das províncias mais pobres do país que surgiram as condições objetivas para a derrota do cidadão Kuomintang na Guerra Civil de 1945-1949. Por exemplo, a província de Shaanxi, onde está localizada a histórica cidade de Yanan - um verdadeiro solo sagrado para os comunistas chineses - foi contemplada com 24 dos 156 projetos industriais mais importantes executados com assistência soviética<sup>199</sup>.

Didaticamente, o que significa uma política de “autossuficiência regional”? Trata-se de uma política baseada na autossuficiência em vários níveis, sendo a principal delas no âmbito da província. Ela se dá sob as bases de uma autossuficiência na agricultura, estendida à indústria e assim por diante. A base dessa política, onde se insere o ordenamento do governo central, residiu numa diretriz geral de transferência de unidades produtivas do litoral para o interior e seguida de preconceitos positivos sob a forma de investimentos do governo central em províncias e indústrias-chaves. Detalhe importante está na não autonomia local ou provincial na gerência dos excedentes agrícolas. Tais excedentes eram repassados ao Estado, ao estilo soviético, como forma de financiar projetos estruturantes e de grande envergadura, como o projeto da bomba de hidrogênio, o de satélites artificiais e o do metrô de Pequim. Resumindo, as províncias deveriam ser capazes de atender as demandas básicas de produtos destinados à população local.

---

<sup>199</sup> LANE, Kevin: “One Step Behind: Shaanxi in Reform, 1975-1995”. In CHEUNG, P., CHUNG, Jae Ho., LIN, Zhimin. *Provincial Strategies of Economic Reform in Post-Mao China: Leadership, Politics and Implementation*. Armonk, New York, 1998, p. 213. Para localização geográfica das províncias, consultar o Mapa 1.

Alguns exemplos devem ser citados acerca do método em torno dessa política regional. Por exemplo, a instalação de complexos militares nas províncias do centro-oeste, notadamente Qinghai. Instalado o complexo industrial, o governo central ainda tinha a incumbência de promover investimentos sociais em diversas áreas, dentre as quais a educação e a saúde. Passo importante para o sucesso desse esquema é perceptível na disseminação de indústrias leves pelo interior (a raiz das ECPs), substituindo os complexos de médio porte do litoral. Dessa forma, como mais um exemplo, enquadra-se a implantação completa da Segunda Companhia Automobilística e as indústrias correlatas de autopeças na província de Hebei que, a despeito dos problemas inerentes a esse tipo de instalação em uma província distante, encontra-se atualmente na vanguarda na construção de motores e montagem de automóveis.

Nesse esquema de regionalização industrial Chongqing, na era Mao, à exceção de um dos centros da fabricação de caminhões e motocicletas para uso militar, atualmente não deve causar surpresa a existência de uma forte indústria automobilística nacional e uma das maiores fabricantes de motocicletas do mundo. Continuando, as indústrias de insumos industriais deveriam estar próximas às fontes de matérias-primas. Assim, entende-se o surgimento de uma grande indústria química e de fertilizantes na região de Sichuan e dos primórdios de indústria petroquímica nessa mesma Sichuan (Chongqing), na Mongólia Interior e no Xinjiang. Uma simetria pode ser observada na herança do “modelo soviético” de descentralização industrial na antiga república soviética do Cazaquistão, fronteira da região autônoma do Xinjiang: o Cazaquistão é uma das maiores potências industriais na área petrolífera e gasífera da Ásia.

Esse processo se acelera na década de 1960, com a institucionalização de uma chamada defesa de “três frentes”: a litorânea, a central e a oeste, sendo que um grande complexo militar industrial fora edificado no centro-oeste do país, nas montanhas que circundam o platô tibetano na província de Qinghai.

O complemento desse aparato reside na institucionalização de um instrumento central da planificação de tipo soviética, o sistema nomeado de *Hukou*, ou simplesmente uma instituição de controle de migração interna entre campo e cidade. Historicamente, desde – aproximadamente – o século X, as dinastias chinesas recorriam a instrumentos de controle semelhantes a esse como forma de dimensionar, por exemplo, o nível de taxaço fiscal referente a cada família camponesa (mais uma evidência da utilização de formas nada rústicas de planejamento na China antiga). É importante observar que a China não é uma federação. Em tese, trata-se de uma república de tipo

popular, com grande concentração de poderes sobre o conjunto do país em todos os assuntos possíveis. A autonomia regional somente é aplicada às províncias onde minorias étnicas constituem maioria da população (Tibet, Xinjiang, Mongólia Interior etc). Pode-se perceber, ao longo do tempo, uma distensão maior ou menor às iniciativas provinciais e locais. Porém, essa distensão é produto de uma política estatal *historicamente* dada. Voltemos à pauta anterior.

Amiúde as máximas liberais da “liberdade de ir e vir”, mais conveniente do que colocar ênfase no atraso do oeste chinês seria buscar nesse sistema uma das causas acerca da não existência de favelas num país com as dimensões da China – e da existência de milhares delas na Índia “democrática”. Com a abertura econômica e a necessidade de plena utilização dos fatores industrializantes inerentes à liberdade de migração, esse sistema tem – de forma planejada – adequadamente-se a uma nova realidade, onde a competitividade da economia ganha contornos de sucesso ou não do projeto nacional chinês. Voltaremos a tocar nesse ponto.

#### 5.4.1.1.2 Resultados do processo pré-1978

É muito difícil fazer o julgamento de um processo com as dimensões da política regional dos tempos de Mao Tsé-tung. Ao menos dois pontos devem estar presentes numa análise minimamente séria e dialética. A primeira está relacionada às condições naturais num país que tem a maior parte de seu território coberto de montanhas, florestas ou desertos. Isso implica em condições árduas de trabalho e de vida para milhões de famílias camponesas. Anexo a isso, estão os custos e as dimensões em vários níveis (políticos e financeiros, por exemplo) de um enfrentamento de tal monta. Outra questão é a da conjuntura em que a superestrutura maoísta se inseriu para o enfrentamento dessa contenda. Sobre isso, a análise acima (questão da conjuntura, por exemplo) deve contemplar uma análise pautada por uma visão de conjunto do problema. Tendo essas questões em mente, observemos a tabela abaixo:

**Tabela 30** - Investimentos em construções básicas, 1953-1999 (aumento dos investimentos em % entre Leste, Centro-Oeste, Central e Oeste)

Período	Leste	Centro-Oeste	Central	Oeste
1953-57	36,9	46,8	28,8	18,0
1958-62	38,4	56,0	34,0	22,0
1963-65	34,9	58,2	32,7	25,6
1966-70	26,9	64,7	29,8	34,9
1971-75	35,5	54,4	29,9	24,5
1976-80	42,2	50,0	30,1	19,9
1981-85	47,7	46,5	29,3	17,2
1986-90	51,7	40,2	24,4	15,8
1991-95	54,2	38,2	23,5	14,7
1996	53,0	7,6	23,6	14,0
1997	52,4	39,2	23,7	15,5
1998	52,2	39,2	22,2	17,0
1999	52,1	39,6	22,5	17,1

FONTE: China Statistical Yearbook on Fixed Asset Investment 1950-1955, China Statistic Press 1997, 1998-2000, China Statistical Abstract 1998,1999,2000. Elaboração própria.

Aqui, o importante é nos atermos aos dados que compreendem o período de 1953 a 1980. Pois bem, colocamos alguns números que comprovam uma imensa concentração industrial no leste do país no período pré-revolucionário. Em seguida, expusemos as linhas gerais que determinaram uma política de reversão dessa tendência de concentração industrial na costa. Os números acima demonstram os resultados dessa opção.

O *share* das construções básicas no leste do país atingiu seu menor ponto no período do 3º Plano Quinquenal (1966-1970), chegando a 26,9%. Em contrapartida, nesse mesmo período esse índice para a região centro-oeste atingiu seu maior pico, com 64,7%. Tendência semelhante é perceptível à região oeste onde, entre 1966 e 1970, chegou a 34,9% com alta em relação ao período anterior, acima de 40%. A explicação básica para tal tendência é a execução da construção da “terceira frente” de defesa no oeste do país. Deve-se remeter à *geopolítica* para se analisar tanto os dados do aumento dos investimentos em construção básica no 3º Plano Quinquenal quanto o retorno desse tipo de investimento no leste do país no período do 4º Plano Quinquenal (1971-1975) e do posterior (1976-1980). O *share* no 3º Plano Quinquenal dos

investimentos em construções no leste chegou, praticamente, aos mesmos índices do 1º Plano Quinquenal com 35,5% (ante 36,9% no 1º Plano) e entre 1976 e 1980, inicia-se o processo de reversão do período iniciado com o 2º Plano Quinquenal. No 5º Plano Quinquenal, o *share* das construções básicas no leste da China chegou a 42,2%, enquanto na região centro-oeste atingiu os menores índices desde 1958, com exatos 50%, e no oeste em 19%.

A explicação para o início dessa reversão reside, principalmente, na distensão entre China e Estados Unidos com a visita de Nixon a Pequim em 1971 e o início do processo de reatamento pleno das relações diplomáticas entre os dois países. Entre 1971 e 1980, o comércio bilateral entre os dois países cresceu a taxas médias de 13,2% ao ano. Assim denuncia-se o início, sob a direção de Mao Tsé-tung, de uma *transição* com vistas à inserção chinesa no mercado internacional.

Outra determinação nesse processo reside na porcentagem reservada às províncias interioranas entre o 1º e o 3º Plano Quinquenal. No período de 1952 a 1956, do total dos investimentos realizados no país, 56% foram destinados ao interior. Esse índice se eleva no período seguinte, que se estendeu até 1962 para 59%. Esse número chega a 71% entre 1966 e 1970, como resultado dos esforços de construção da “terceira frente”.

Somente para ilustrar, entre 1952 e 1958 o crescimento do PIB *per capita* de algumas províncias do oeste da China foi o seguinte: Xinjiang ,7,4%; Mongólia Interior, 7,7%; Shaanxi, 6,8%; e Qinghai, 7,1%. Percebe-se a diferença em comparação com algumas províncias costeiras, como Guangdong (4,5%), Fujian (5,2%), Zhejiang (3,3%) e Hebei (1,4%)<sup>200</sup>.

Do ponto de vista mais geral, pode-se, a partir desses números, termos uma condição – mesmo que generalizante – do processo em si que envolveu a execução de uma política regional na era pré-reforma. Vamos agora finalizar essa análise com uma outra forma de observar o período.

---

<sup>200</sup> *China Statistical Yearbook* para todos os anos.

#### 5.4.1.1.3 As potencialidades e os limites dessa linha de desenvolvimento regional

Não é uma tarefa das mais tranquilas fazer uma síntese dos limites e potencialidades dessa abordagem em matéria de desenvolvimento regional. Deve-se remeter, em um primeiro momento, às próprias potencialidades e limites do “modelo soviético”. Uma típica “revolução pelo alto” sentida diretamente pelas províncias mais pobres da China nos primeiros tempos de República Popular.

Do ponto de vista mais geral, a questão a ser pautada em discussões profundas deve se remeter diretamente aos esquemas de financiamento possíveis para a economia de uma nação cercada militarmente, isolada politicamente, e estrangulada financeiramente, com índices baixíssimos de comércio exterior. Não se tem respostas consequentes para o problema regional chinês da época de Mao fora da resposta a essas questões, algo que já fora discutido no primeiro capítulo deste trabalho.

A dita autossuficiência regional fora levada “quase” às últimas consequências. Colocamos o “quase” entre aspas como forma de expor que, na ponta do processo, o desenvolvimento regional chinês – como hoje – era ancilar a grandes projetos e diretrizes encetados pelo planejamento central. Apesar disso, a produção agrícola dessas províncias deveria ser suficiente para o abastecimento alimentar do local ao mesmo tempo em que excedentes deveriam ser remetidos ao governo central.

Pois bem, o alto índice de crescimento das províncias interioranas é produto primário da reforma agrária universal, que foi executada pelo governo popular no início da década de 1970. Não é de somenos perceber que a produção agrícola chinesa sai de um patamar de 164 milhões de toneladas de grãos em 1952 para 195 milhões em 1957, repetindo esse mesmo índice em 1962, chegando a 240 milhões de toneladas em 1970 e alcançando 285 milhões de toneladas em 1975<sup>201</sup>. Essa produção agrícola foi a base, ao lado da grande ajuda financeira e técnica da União Soviética até 1962, para a escalada do crescimento econômico e da taxa de investimentos no período maoísta. Se o crescimento médio entre 1952 e 1978 foi acima dos 6%, o crescimento da produção industrial alcançou 11% no mesmo período. O traço marcante do “modelo soviético”

---

<sup>201</sup> Idem.



está no crescimento anual médio de 15,3% para a indústria pesada, o que demandou uma queda da participação da agricultura no montante do PIB de 58%, em 1952, para 33% em 1978; porém, a força de trabalho continuou concentrada em atividades primárias: caiu de 83,5% em 1952 para 73,3% em 1978<sup>202</sup>.

Pode se discutir que as colheitas poderiam ser maiores, mas a melhora nas colheitas passaria por uma total mudança nas *relações de produção* entre Estado e camponeses, daí essa mudança de paradigma nas já citadas relações de produção ter sido o principal fator de arranque atual da economia chinesa. Algo que precedeu inclusive a instalação das ZEEs no início da década de 1980. São momentos históricos (1949-1978) distintos, em que o destravar as forças produtivas dependeram quase que única e exclusivamente de mudanças qualitativas nas *relações de produção* entre Estado e campesinato.

Por outro lado, é prudente uma análise de cunho estratégico nesse caso. Cerca de 200 cidades de médio porte foram criadas no interior do país como consequência dessa política de dispersão territorial, sobretudo de pequenas e médias cadeias produtivas<sup>203</sup>. As campanhas de massa em torno da universalização da educação na base da aldeia e de uma política que contemplava a necessidade de pleno conhecimento do funcionamento de cadeias produtivas completas criaram – no interior do país – uma classe operária das mais bem-educadas do mundo; um dos fatores para a corrida do capital estrangeiro na China pós-1978, e que diferencia a China de outras realidades da periferia capitalista. Dificilmente encontra-se um residente urbano com mais de 70 anos de idade no interior da China que não tenha fluência sobre assuntos que vão desde as realidades internacional e chinesa até a própria história do desenvolvimento da indústria em que ele passou toda sua juventude e fase adulta até a aposentadoria<sup>204</sup>. Algo um tanto quanto *toyotista* dentro da lógica da aplicação do “modelo soviético” na China, o que é interessante notar.

Substanciando o argumento, dentro dessa necessária visão estratégica da industrialização pré-1978 deve ser inserido o papel de uma empresa do porte da Norinco. Essa empresa originalmente localizou-se no fundo de cavernas e pés de montanha do centro-oeste do país na

---

<sup>202</sup> Ibidem.

<sup>203</sup> Esse dado foi a nós comentado em conversa com o Sr. Chen Muqiao, técnico do Ministério da Construção, a 13 de janeiro de 2007.

<sup>204</sup> Encontramos na cidade de Xian um grupo de estudantes de administração de empresas assistindo a uma palestra (de um ex-trabalhador dessa planta industrial de 72 anos de idade) – na subsidiária da Baosteel na cidade – sobre o funcionamento do complexo administrativo dessa planta industrial. Perguntado, por nós, sobre o seu nível de escolaridade, respondeu que era de um nível de instrução semelhante ao que no Brasil corresponderia a um curso de torneiro mecânico no Senai.

metade da década de 1970, com ramificações em cidades estratégicas que circundam todo o norte da China até a província de Jilin (Manchúria). Voltada naquele momento à fabricação de artefatos militares, desde a metade da década de 1980 transformou-se em uma *holding* que envolve a fabricação desde artigos para uso militar até autopeças para indústria automobilística. Trata-se de um *processo histórico* cujos atuais desdobramentos (desenvolvimento do oeste) corrobora a invalidade teórica das leis das *vantagens comparativas* em detrimento das *vantagens competitivas*<sup>205</sup>. Uma das maiores do mundo no setor de autopeças, suas empresas foram essenciais ao planejamento tanto da expansão do setor automobilístico chinês quanto no atual projeto em andamento de desenvolvimento de oeste da China<sup>206</sup>. A pulverização industrial das décadas de 1950 e 1960 foi parte essencial no sucesso das reformas econômicas de 1978. Enfim, mais uma vez repetimos que 1978 não é a negação de 1949.

Por outro, quais os reais limites dessa forma de gestar indústria + questão regional? Mais acima, chamamos a atenção para o fato de os limites desse modelo serem os próprios limites da aplicação de um modelo de financiamento custeado por relações desiguais entre campo e cidade. Para um país com as dimensões geográficas e populacionais da China, esse problema da gestão de recursos, numa situação de cerco e aniquilamento, é grave. Trata-se de ínfimos recursos para demandas gigantescas. Eis um problema profundo que deve ser relacionado a uma análise mais objetiva do processo.

Quanto aos limites do processo, devemos colocar inicialmente a problemática da relação proporcional entre aumento das hostilidades externas e o cada vez maior *subjetivismo* em matéria de política econômica. O cerco militar e político exigiam maiores esforços à construção econômica e militar. Porém, dialeticamente, o próprio cerco trazia em seu bojo problemas para a ampliação da divisão social do trabalho na China a partir de maiores intercâmbios comerciais com o ocidente. Logo, o problema do financiamento tende a se esgarçar e a busca de soluções para esse problema nos marcos anunciados tende a uma grande dose de “vontade” em detrimento da objetividade das leis econômicas. Em curtas palavras, tornou-se uma obsessão na China pós-

---

<sup>205</sup> No citado artigo *Geography, Economic Policy and Regional Development in China*, os autores se utilizam da máxima da subversão da lei das *vantagens comparativas* no sentido de demonstrar os limites desse tipo de industrialização regional. Baseiam-se no fato de o crescimento das províncias terem ocorrido às expensas do crescimento de uma cidade como Xangai, que não tinha revertida para si mesma o fato de 40% da renda nacional – naquele período – ter tido como remetente a própria Xangai. O limite desse argumento encontra-se na não percepção de outras ordens de fatores, entre elas a própria natureza do financiamento da produção e da dinâmica (ou não) da divisão social do trabalho, argumento puramente ideológico.

<sup>206</sup> Para ir além da análise desse tipo de empresa no projeto nacional chinês e suas associações externas, é indispensável a leitura de PERKOWSKI, Jack: *Domando o Dragão – Como estou construindo uma empresa de 1 bilhão de dólares na China*. Landscape. São Paulo. 366 p. Jack Perkowski é diretor-executivo da ASIMCO, indústria de componentes automobilísticos instalada na China.

1956 a busca de uma solução rápida para o problema da correspondência entre uma *superestrutura de novo tipo*, superior à capitalista, e uma *base econômica* e material muito atrasada em relação tanto do centro do sistema capitalista quanto do socialista (URSS).

O desprezo de uma subjetividade camponesa que há milhares de anos trabalhava em torno da realização particular pela acumulação de excedentes fora, “de cima para baixo”, subvertida em prol de formas comunais de produção. Essas formas comunais de produção podem ser descritas como a essência negativa da produção regionalizada e autossustentada. O objetivo de passar a produção industrial inglesa em apenas 10 anos (somente ultrapassou no ano de 2006) a partir de fornos de fundo de quintal e o “arrocho” sobre a produção de excedentes agrícolas – num país que ainda hoje convive com formas de produção na agricultura do século XVII - foi a senha para verdadeiros desastres como “O Grande Salto à Frente” (1956-1962) e a própria Revolução Cultural (1966-1976) que ceifaram a vida de milhões de camponeses e abalaram as relações entre Estado e base camponesa, que fora restabelecida somente com a subida ao poder de Deng Xiaoping em 1978. Como tudo se relaciona, ainda gostaríamos de repetir a necessidade de se perceber o papel do *externo* na busca por soluções internas. Além disso, numa análise de médio prazo, o papel que essas experiências tiveram para uma convergência virtuosa em torno do arranque pós-1978.

Pedimos licença para uma reflexão profunda. Temos colocado que o desenvolvimento da divisão social do trabalho demanda a expansão da técnica, a especialização produtiva, a maximização de fatores internos e, por fim, as necessidades e fatores de produção externas. O fortalecimento da *economia de mercado* é a essência desse processo. São fatores que dão causa para o surgimento de economias de escalas regionais e, num segundo momento, nacionais, que por seu turno concorrem à unificação econômica de territórios e regiões. Essa é parte da história da transição feudalismo-capitalismo, dos processos de unificações nacionais na Europa da primeira metade do século XIX. E segue essa quase mecânica lógica na construção do socialismo em países continentais. Sendo a superação da divisão social do trabalho o principal objetivo da transição socialismo-comunismo, a industrialização regionalizada *linkada* com objetivos nacionais mais gerais determinados pelo *plano* tem caráter estratégico em todos os sentidos; daí as preocupações de Lênin com a absorção do território econômico do Cazaquistão, Turcomenistão e da Sibéria Oriental. Tal absorção se daria pela via da industrialização baseada na proximidade de recursos naturais e, em compasso com o centro econômico do país (Moscou,

Leningrado e Kiev) pela implantação de imensas linhas de transmissão de energia e estradas e ferrovias, fazia grande sentido<sup>207</sup>.

Nessa linha de raciocínio, temos de observar essa visão *leniniana* partindo do princípio que a Rússia pós-Guerra Civil não seria um país isolado diante tanto de uma hipotética revolução na Alemanha quanto da necessidade de inserção de uma Rússia – com recursos naturais de vários tipos – como necessidade de um capitalismo que sai da 1ª Guerra Mundial em destroços. O sentido da NEP e das concessões ao capital estrangeiro nela inseridas refletem essa visão. Não aconteceu nem um evento, nem outro. A recém-formada URSS teve de partir, como dizem os norte-coreanos, de “suas próprias forças” para enfrentar os desafios de um mundo onde a 2ª Guerra Mundial era uma questão de tempo. A ênfase na instalação de uma larga indústria pesada ganhou ares, podemos dizer, de sobrevivência.

Nesse problema da questão regional, o que tinha em mente Mao Tsé-tung? Em linhas gerais, para um país que passou mais de um século sob intensa ocupação e violência estrangeira e com grandes partes de seu território original sob domínio externo (Tibet, por exemplo), o espraio da indústria nas regiões ocidentais veio a calhar. E quanto à questão do desenvolvimento das forças produtivas na China e as relações com o exterior? Seria Mao Tsé-tung um idealista rústico nessa matéria a ponto de acreditar que a propriedade privada teria de ser aniquilada em um só golpe como ocorrido a partir de 1956? Não acreditamos nisso. O que especulamos é que a subjetividade igualitarista e comunal de Mao Tsé-tung exacerbou-se com a pressão externa e com o cancelamento de linhas de financiamento e assistência da URSS. Antes desse período, Mao estava muito mais próximo de um heterodoxo, tal como Lênin, do que do dogmatismo e do subjetivismo de Stálin. Seus vários panfletos escritos entre 1946 e 1949 (*Sobre a Nova Democracia*) davam conta de uma nítida aproximação de Lênin pós-1919 e a prova disso foi a tomada de todo continente pelo seu Exército de Libertação Popular e a espera por retomar Hong Kong depois do fim do último contrato de arrendamento com a Inglaterra (1997). Sua atitude para com a burguesia nacional e a pequena burguesia era de estreita aliança. Após 1956, “encontrou-se” com o Stálin da *coletivização forçada*, da “revolução pelo alto”, da “via prussiana socialista”.

---

<sup>207</sup> Lênin dedicou cerca de 45 artigos à temática da questão regional. Consideramos que o mais didático e acessível deles seja *As Tarefas Imediatas do Poder Soviético*, escrito no início da Guerra Civil (1918). Pode ser encontrado em suas *Obras Completas*, tomo 16.

Expomos a abstração acima para pontuar que as escolhas em matéria de política econômica e política regional – seja no capitalismo, seja no socialismo – não se encerram na “loucura” desse ou daquele dirigente. O século XX teve poucos estadistas da estatura de Mao Tsé-tung, e a China de hoje é prova disso. A circunstância faz o homem, e o homem constrói a circunstância. Os problemas da abordagem industrial e regional da era maoísta devem ser vistas dentro do escopo da gestação de um sistema de novo tipo, que ainda não havia completado 50 anos. E também de uma conjuntura internacional que levou esse processo de industrialização a ser marcado por uma divisão social do trabalho quase que estática; expressão disso é a própria ausência de mobilidade de mão de obra pelo país (sistema *hukou*). Isso explica, por exemplo, certos óbices entre eles a quase não existência de economias de escala na China entre 1949 e 1978, apesar do crescimento da produção local.

Outro fator que concorre contra o pleno sucesso de uma política industrial regionalmente planejada é o dos custos de transporte. Um sistema de transportes é a essência da integração produtiva nacional, ao lado do mercado consumidor, evidentemente. O baixo nível de acumulação de capital numa realidade como a chinesa pré-1978 demanda uma concentração excessiva num ramo industrial (o siderúrgico, no caso). Afora isso, numa conjuntura em que a troca internacional é plenamente prejudicada, a utilização de mecanismos de *economia monetária* com vistas à acumulação de capital torna-se algo exangue. Por exemplo, atualmente a China está caminhando para uma malha ferroviária de 80.000 km, sendo que, das construídas pós-1978 (principalmente após 1995), 73% estão ligando cidades com mais de 700 km de distância. Entre 1949 e 1978, a China saiu de um patamar de 21.800 km de ferrovias para 48.600 km. Um salto gigantesco, porém indo um pouco além da superfície, já que 82,3% das ferrovias construídas (não as recuperadas) ligavam cidades de no máximo 380 km de distância uma da outra<sup>208</sup>. É claro que uma malha desse tipo não concorre em prol da formação de economias de escala.

Por fim, sendo as economias de escala produtos de um processo de *especialização* produtiva, e sendo a especialização uma necessidade *de mercado*, dada a concorrência, o grande limite desse modelo regional de industrialização pode ser notado pela plena restrição de ação das leis típicas de uma *economia de mercado*. A acumulação camponesa como o *start* de uma necessária acumulação necessária para a posterior explosão da indústria não ocorreu em sua

---

<sup>208</sup> Dados disponibilizados, a 12/01/2007, pela gerência de relações internacionais do Ministério das Ferrovias da República Popular da China.

plenitude na China de Mao. Eis a essência dos óbices dessa forma de gerir a industrialização e, conseqüentemente, a questão regional.

Por fim, existem ônus e bônus em escolhas que enfatizam a equidade em detrimento da eficiência.

#### **5.4.1.2 Gradualismo e expansão econômica “continental”: 1978-2010**

Uma prova candente da influência de *externalidades* na adoção e execução de políticas de desenvolvimento internas está na tendência de redução de construções básicas no centro-oeste da China (ver tabela 30, a partir de 1971) em detrimento de maiores investimentos no litoral do país. Foram os primeiros sinais emitidos da distensão chinesa em relação aos Estados Unidos. E a institucionalização das reformas em 1978 serviu de outorga para uma tendência histórica iniciada anteriormente. Da mesma forma que o objetivo de viabilização de uma economia de mercado sob orientação socialista enceta transformações profundas tanto na estrutura industrial chinesa quanto – e conseqüentemente – das prioridades regionais. Vejamos, em linhas gerais, esta opção em execução na atualidade.

##### 5.4.1.2.1 Preferências regionais 1978-1992

A clara impossibilidade de ocorrer uma 3ª Guerra Mundial envolvendo o *capitalismo* e o *socialismo* e a transformação da Ásia na região mais dinâmica do capitalismo internacional, além de contradições de variadas ordens no *front* interno, levaram à China uma séria reversão das políticas empenhadas entre 1949 e 1978. A decisão de enfrentar a grave contradição entre *superestrutura* e *base econômica* pela via do relaxamento de *relações de produção* entre Estado e campesinato e da inserção (soberana) chinesa no jogo do comércio internacional trouxe profundas mudanças nas preferências regionais desde então.

Como síntese, analisemos os três mapas a seguir:

**MAPA 7 – Escala de preferência da política regional chinesa (1980)**



**MAPA 8 – Escala de preferência da política regional chinesa (1984)**



**MAPA 9 – Escala de preferência da política regional chinesa (1988)**

**FONTE: RUIZ, Machado Ricardo: “Desenvolvimento Econômico e Política Regional na China”. Relatório ao projeto intitulado *Diretrizes Para Formulação de Políticas de Desenvolvimento Regional e de Ordenação do Território Brasileiro*. Ministério da Integração Regional. Brasília/DF. Julho de 2004**

Nesses mapas, percebe-se a construção gráfica da máxima de Deng Xiaoping que se tornou a síntese da política regional chinesa pós-1978, segundo a qual se devia proporcionar primeiramente o enriquecimento de algumas regiões, para depois crescerem o conjunto do país. A preferência máxima (grau 3) da política regional chinesa ficou desde então restrita à região de Guangdong, às proximidades de Honk Kong e do “capital internacional chinês”. Os graus de preferência foram se estendendo de acordo com as instalações das ZEEs já descritas nesse trabalho. Percebe-se que o litoral chinês ganhou ênfase nas políticas regionais do país na década de 1980.

Essa ênfase nasce de claras preferências regionais voltadas para uma inserção externa que encetou a acumulação de capital. As políticas econômica e monetária tiveram o poder de criar “vantagens competitivas”, dados os altos custos de produção em Hong Kong, Taiwan e principalmente no Japão pós-Hendaka. Convergências provinciais de renda foram obtidas com o relaxamento do sistema *hukou* no âmbito provincial. A alta taxa de densidade demográfica nas primeiras províncias que tiveram ZEEs instaladas favoreceu a formação de um mercado de trabalho. Porém, há outros movimentos que ocorreram no país nessa longa década de 1980 e que merecem alguma atenção.



#### 5.4.1.2.1.1 Fatores convergentes de renda: reforma rurais e ECPs

Apesar de a diferença de renda entre litoral e interior variar – dependendo das condições naturais da província interiorana e da remessa de dinheiro de famílias interioranas trabalhando nas cidades litorâneas – a verdade é que, na década de 1980, a renda avançou em maior velocidade nas províncias interioranas do que no litoral. Por exemplo, entre 1980 e 1988 a província que teve crescimento mais rápido de renda foi o Xinjiang (115,87%), seguida pela litorânea Fujian (112%), e pela ocidental Yunan (107,83%). A quarta colocada no período foi a sulista (“ao lado” de Hong Kong) Guangdong (107,62%). Das seis províncias seguintes, somente duas eram litorâneas. O Tibet, mesmo com 39% de aumento da renda (baixo em comparação com as províncias citadas) teve um crescimento três vezes mais rápido que dos Estados Unidos no período Reagan<sup>209</sup>. Existem algumas razões para isso. A primeira delas refere-se às reformas na agricultura, onde os camponeses passaram a ter permissão para vender seus excedentes de produção, após a entrega de cotas de produção ao Estado. Trata-se de um elemento pouco notado quando se propugna uma reversão total e rápida da política regional chinesa. Outro fator é referente ao gradual relaxamento do *hukou*. Somente esse relaxamento pode explicar a explosão populacional de cidades como Shenzhen, o surgimento de um poderoso mercado de trabalho na China e a grande transferência de renda do litoral para o interior ou mesmo de capitais de determinadas províncias para o interior rural das mesmas.

O *catch up* na renda interiorana também tem causa direta na rápida expansão das ECPs. Já discorremos a respeito de sua importância. A industrialização do campo chinês permitiu que as grandes assimetrias de renda entre litoral e interior durante as reformas econômicas não chegassem ao nível do insuportável: Em 1978, 76% da renda rural era resultado de atividades agrícolas; já em 1994 essa parcela tinha caído para 26%, enquanto que as empresas coletivas e privadas rurais passaram a gerar, respectivamente, 50% e 24% da renda rural<sup>210</sup>.

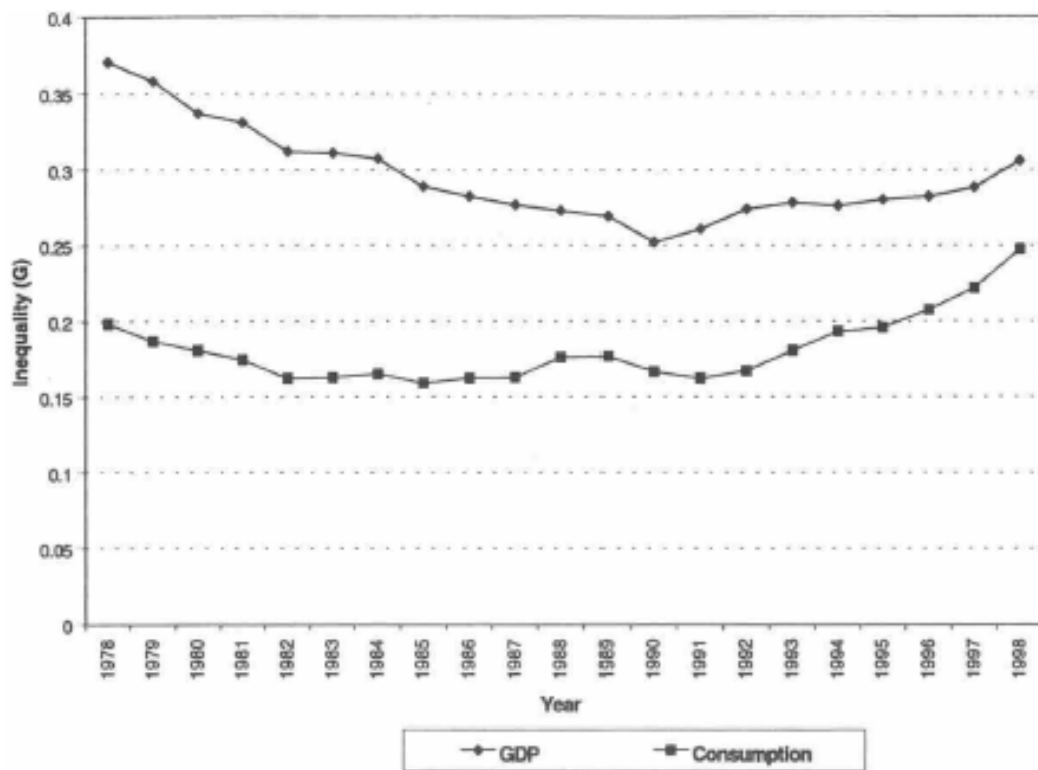
---

<sup>209</sup> OVERHOLDT, W. *The rise of China – How economic reform is creating a new superpower*. Cultural Difusion. New York. 1993, p. 65.

<sup>210</sup> RUIZ, Machado Ricardo: “Desenvolvimento Econômico e Política Regional na China”. Relatório ao projeto intitulado *Diretrizes Para Formulação de Políticas de Desenvolvimento Regional e de Ordenação do Território Brasileiro*. Ministério da Integração Regional. Brasília/DF. Julho de 2004, p. 43.

Porém, na década de 1990 percebe-se uma estabilização da renda rural e a expansão da concentração não somente no litoral chinês, mas também em polos rurais afetados, de um lado, pelo sucesso das ECPs e, de outro, pela disparidade da própria produção agrícola. O gráfico abaixo demonstra esse processo de convergência de renda na década de 1980, enquanto que na década de 1990 as diferenças regionais passaram a aumentar no mesmo ritmo do aumento (da desigualdade) no nível de consumo:

**Gráfico 9 – Desigualdade interprovincial (PIB e consumo)**



FONTE: Lu, M. & WANG, E. “Forging Ahead and Falling Behind: Changing Regional Inequalities in Post-reform China”. *Growth and Change* 33 (1). 2002, p. 31.

Questões de ordem geográfica voltaram a afetar o *processo*. Sob outro escopo, a ampliação das “zonas abertas” às cidades de fronteira em 1992 acentuou as disparidades dentro das próprias províncias. Mas o planejamento regional seguia seu curso. O processo de desenvolvimento expunha problemas que, em seu tempo, seriam devidamente enfrentados.

O programa de desenvolvimento do oeste e a formação de uma economia continental unificada estavam entrando na ordem natural dos acontecimentos.

#### 5.4.1.2.2 Preferências regionais 1992-2010

Pode-se vaticinar que o fim da URSS coincidiu com a expansão de zonas abertas aos IEDs. Sim, pode ser, porém a escalada continental da economia chinesa dependia da expansão industrial a zonas de fronteira, coincidentemente com a da antiga URSS, que era nada mais do que a segunda potência industrial do mundo. O desmanche da indústria soviética e a necessidade de abrir as portas chinesas para um capital que poderia ter como destino natural uma economia em franca desregulamentação levaram o país a expandir seu escopo de atuação industrial e territorial.

Observemos os mapas abaixo:

**MAPA 10 – Escala de preferência da política regional chinesa (1992)**



**MAPA 11 – Escala de preferência da política regional chinesa (1998)**



**MAPA 12 – Taxa de crescimento anual e médio do PIB per capita na China, 1979-1998 (em %)**



FONTE: RUIZ, Machado Ricardo: “Desenvolvimento Econômico e Política Regional na China”. Relatório ao projeto intitulado *Diretrizes Para Formulação de Políticas de Desenvolvimento Regional e de Ordenação do Território Brasileiro*. Ministério da Integração Regional. Brasília/DF. Julho de 2004

Os mapas acima continuam a dar conta de uma concentração de prioridades na região de Guangdong e também em Xangai. O nível de prioridade 2 começou a englobar as províncias fronteiriças com a ex-URSS, e algumas delas (Mongólia Interior e Xinjiang) também passaram a ser beneficiárias não somente de transferências de rendas individuais da costa como também de incentivos a IEDs na prospecção de gás natural e petróleo, pois a China, desde 1993, iniciou sua escalada de grande importadora de hidrocarbonetos.

Retornando ao caso de Xangai, a partir de 1985 inicia-se o projeto de construção na margem leste do rio Huang Po, a ZEE de Pudong. Nesse momento, Xangai tornou-se o centro do entrosamento chinês com cadeias produtivas globais não inseridas nas experiências das primeiras ZEEs, entre eles os setores de siderurgia, telecomunicações, petroquímica e energia. A chamada Zona de Pudong, localizada numa exuberante área de 350 km<sup>2</sup>, *locus* de prédios ultramodernos, transformou-se nas duas últimas décadas em abrigos de grandes escritórios e laboratórios de processamento da mais alta tecnologia em amplos setores. A formação de um “triângulo de desenvolvimento” centrado em Xangai trouxe consequências para o vale do Rio Yang-Tsé como um todo. Algo que se percebe no grau 2 de preferência (mapa 11) para as províncias localizados no citado vale. Nesse caso, é essencial o papel cumprido pelo capital taiwanês, o qual, já final da década de 1990, poderia se perceber presente na execução de projetos de implantação de cerca de 6.000 unidades produtivas ao longo do vale do Rio Yang-Tsé<sup>211</sup>. A grandeza da demanda chinesa começava a se fazer presente na subjetividade dos empresários taiwaneses.

Os taiwaneses foram os primeiros a perceberem a grande oportunidade criada com o grande aumento do fluxo navegatório com a canalização integral do Yang-Tsé. No final da década de 1980, esse fluxo era de 10 milhões de toneladas anuais de mercadorias. No ano de 1997, chegou a 30 milhões de toneladas, atingindo 50 milhões em 2001.

Esse início de desconcentração industrial/territorial ocorrido desde 1992 na China concorreu para a tendência da redução das assimetrias campo-cidade e litoral-interior? Não, e o gráfico 9 demonstra o início de aumento das assimetrias de desenvolvimento e consumo na década de 1990. Por quê? Porque apesar de a implantação das ZEEs terem se iniciado na década

---

<sup>211</sup> Dados atualizados de JABBOUR, Elias: *China: infra-estruturas e crescimento econômico*. Anita Garibaldi. São Paulo, 2006. p. 222.

de 1990, o poder da concentração da grande indústria somente se impôs na década de 1990<sup>212</sup>. Por exemplo, entre 1990 e 1998, 80% dos IEDs concentraram-se no litoral, sendo que 42% deles direcionaram-se às quatro primeiras ZEEs. Em 1985, a região sulina, onde estão localizadas as mais bem-sucedidas ZEEs, era responsável por 49% das exportações, 71% das importações e 74% dos IEDs no país. Em 1998, as exportações saltaram para 75%, as importações para 74% e os IEDs recuaram para 66,2%<sup>213</sup>.

Num ambiente de transferência de prioridades do interior para o litoral, o mais óbvio é o crescimento do PIB ser mais acelerado no litoral que no interior, conforme demonstra o mapa 12. As províncias localizadas entre Shandong e Guangdong tiveram crescimento médio que variaram de 8,7% até 11,5%. Um efeito *dégradé* se percebe no restante do território chinês, entre províncias que cresceram em média variável entre 5,3% e 6,5% até as que cresceram entre 7% e 8,5%. O interessante é que todas as províncias chinesas cresceram em média superior à verificada no conjunto econômico mundial. O problema é que as altas taxas de crescimento verificadas no litoral abriram margem a uma grande concentração de todos os indicadores econômicos numa mesma região.

É claro que a necessidade de novas mudanças no eixo do desenvolvimento do país faziam-se necessárias. O mais importante é que essa tendência já estava intrínseca às novas preferências regionais surgidas na década de 1990. Chegou-se o momento em que a acumulação de capital e tecnologia no litoral, mediada por um planejamento de nível superior, passaria a ter papel no maior projeto de desenvolvimento regional do mundo moderno.

#### 5.4.1.2.2.1 O grande desafio do Estado chinês no desenvolvimento do oeste

No início desse subtítulo sobre questão regional, chamamos a atenção para a necessidade de uma postura mais aberta com relação ao oeste da China. Dizemos isso para colocar que tem

---

<sup>212</sup> Lu, M. & WANG, E.. "Forging Ahead and Falling Behind: Changing Regional Inequalities in Post-reform China". *Growth and Change* 33 (1). 2002 p. 43.

<sup>213</sup> RUIZ, Machado Ricardo: "Desenvolvimento Econômico e Política Regional na China". Relatório ao projeto intitulado *Diretrizes Para Formulação de Políticas de Desenvolvimento Regional e de Ordenação do Território Brasileiro*. Ministério da Integração Regional. Brasília/DF. Julho de 2004, p. 40.

sido muito comum enfrentar essa questão de forma preconceituosa, muito semelhante a de muitos intelectuais estruturalistas (a começar pelo mais consagrado entre eles, Celso Furtado) acerca do “atraso” do nordeste brasileiro. Esse tipo de postura, na ponta do processo, não permite sair da superfície e observar que, por detrás do atraso *relativo* e *absoluto*, existe – em muitos casos – um dinamismo próprio. Exemplo disso é o caso da província mais pobre da China, o Tibet. Analisando-se em perspectiva mais *histórica*, os dados demonstram que, entre 1951 e 2007, sua economia cresceu 59 vezes sobre a base de 1951, redundando em crescimento médio de 8,9%. E entre 2000 e 2007, seu PIB aumentou em 297%<sup>214</sup>.

Enfim, chamamos a atenção para a necessidade de uma postura diferente diante da realidade do oeste da China. Por outro lado, não estamos tentando buscar pintar um quadro que não existe, muito pelo contrário. Sem nenhuma dose de presunção, talvez sejamos um dos poucos brasileiros que tiveram contato profundo com a realidade do oeste da China. E o atraso de algumas regiões mais inóspitas tem caráter *absoluto* e *relativo*. Algo que, em alguns casos, tem diferença gritante diante do que se observa no litoral. Mas a leitura deve ser *historicizada*, o que significa considerar que a população ocidental da China – na atualidade – vive em condições muito melhores que a de seus antepassados. Talvez essa percepção *geracional* do problema (e de sua solução) é um dos elementos que garante suporte à unidade nacional chinesa.

\*\*\*

Em linhas gerais, o que significa mesmo “integração regional”? Quais são seus meios principais numa economia em expansão e ditada por regras de mercado? Um grande senso comum traduz essa questão com assertiva da “integração de mercados regionais”. Correto, porém – a nosso ver – existe um problema que precede este, que é o da abertura de condições ao surgimento da empresa, do empresário. Sem empresários, torna-se vala comum expor sobre “integração de mercados”. Esse é um traço em grande medida solucionado pela governança chinesa com o surgimento das ECPs. Porém, o surgimento de empresários e empresas depende de fatores que – em alguns casos – fogem ao escopo da “iniciativa individual”, entre as quais as condições naturais – por exemplo.

---

<sup>214</sup> LI, Luo: *The Economy of Tibet: Transformation from a Traditional to a Modern Economy*. Foreign Language Press. Beijing, 2008. p. 127.

De uma forma geral, nossa experiência em estudos e presença na China nos leva a concluir que as ECPs cumpriram importante papel no que tange à formação de mercados internos regionais. Por outro lado, o desenvolvimento da agropecuária em províncias mais pobres, como Gansu e Tibet, além do petróleo e do gás natural do Xinjiang, Sichuan e Mongólia Interior, tiveram o mesmo peso que a formação das ECPs nas proximidades do litoral chinês e no vale do Rio Yang-Tsé. Vale notar que o surgimento de ECPs em seu início dependia – dentre outros fatores – de uma forte densidade populacional, dado o caráter intensivo em trabalho de determinadas indústrias, entre elas a têxtil. Diferentes realidades, diferentes formas de inserção. Problemas, porém, semelhantes que envolvem outros meios de solução.

De certa forma, quando trabalhamos questões como a execução de *novas e superiores formas de planejamento*, a “dinâmica territorial da ‘abertura ao exterior’”, do processo de recentralização financeira, a relação entre os custos de transporte e o baixo nível de acumulação de capital, além de questões que giram em torno da necessidade da pobreza concentrada em regiões habitadas por minorias étnicas e do imperativo das *demandas externas* e o desenvolvimento regional, buscávamos – mesmo que *subjetivamente*, provocar um raciocínio que levasse a exploração das potencialidades do oeste da China à nova fronteira, quase natural, capaz de sustentar por décadas adiante seu projeto nacional. Não somente sustentar, mas principalmente consolidar e cumprir – por inteiro – os objetivos que levaram o PCCh ao poder em 1949.

Esse processo *planificado* de unificação de deve ser analisado sob três ângulos, a saber:

- a) como consequência de um poderio financeiro sem paralelo na história da República Popular;
- b) pela integração possibilitada pela transferência de energia do oeste em troca do capital e tecnologia concentrados no litoral; e
- c) pela construção de uma ampla rede de transportes assentada numa capacidade ilimitada de mobilização de sua poupança doméstica.

Frequentemente, neste trabalho, temos apontado os exemplos do Xinjiang e do Tibet dentro do todo que envolve o processo de integração. Os motivos para a utilização dessas duas referências regionais assentam-se sobre algumas variáveis. Do ponto de vista geográfico, trata-se de regiões autônomas localizadas em pontos estratégicos do território chinês. O Tibet está no



topo de um altiplano fronteiro com a Índia (rival histórico dos chineses), onde nascem os principais rios chineses. Logo, é do Tibet que saem as principais linhas de suprimento de água. O Xinjiang, com grandes reservas de hidrocarbonetos, tem-se transformado na principal base de uma malha de dutos voltada para o suprimento da China, numa ligação que inicia-se praticamente no Oriente Médio, chegando até o Pacífico. O Tibet – estrategicamente – está destinado a ser base de uma ampla rede rodoviária e ferroviária ligando o Tibet ao conjunto territorial chinês e à própria Ásia Meridional, explorando assim enormes possibilidades comerciais. Mas ainda sobram elucubrações sobre as possibilidades internacionais abertas com a solução das questões regionais chinesas. Entre a cidade de Wuhan (situada no interior do país) e Guangzhou (próxima de Hong Kong) já funciona uma ferrovia que chega a 350 km/hora. Nenhum trem japonês ou coreano alcança essa velocidade. A ideia estratégica por detrás desse tipo de empreendimento está na construção de oito mil quilômetros de ferrovias de alta velocidade, capazes de ligar a China com mais de 16 países, reprojetoando, em pleno século XXI, a chamada “Rota da Seda”<sup>215</sup>, e com impacto sobre o entorno chinês (principalmente a Rússia e seus interesses na Ásia Central) ainda em fase de cálculo.

O caso do Tibet encerra um exemplo dessa política de integração regional pautada pela ampliação do sistema de transportes (ferrovia Qinghai-Tibet, a mais complexa obra de engenharia do mundo moderno). Por exemplo, a carne produzida no Tibet passou a ser consumida em cidades como Pequim, Xangai e Shenzhen após a conclusão dessa obra. Do ponto de vista da integração pela troca de capital e tecnologia do litoral pela energia do oeste, fica o exemplo do gasoduto oeste-leste ligando o Xinjiang com Xangai, obra que custou US\$ 20 bilhões. Outro exemplo está na exploração máxima da capacidade hidrelétrica do centro-oeste (a 2ª maior reserva de hidroeletricidade do mundo, atrás apenas do Brasil) do país e na construção de hidrovias ligando o país aos seus vizinhos do sudeste asiático. Entre 1998 e 2004, foram investidos cerca de US\$ 1 trilhão em cerca de 10.000 obras de médio e grande porte no oeste da China<sup>216</sup>.

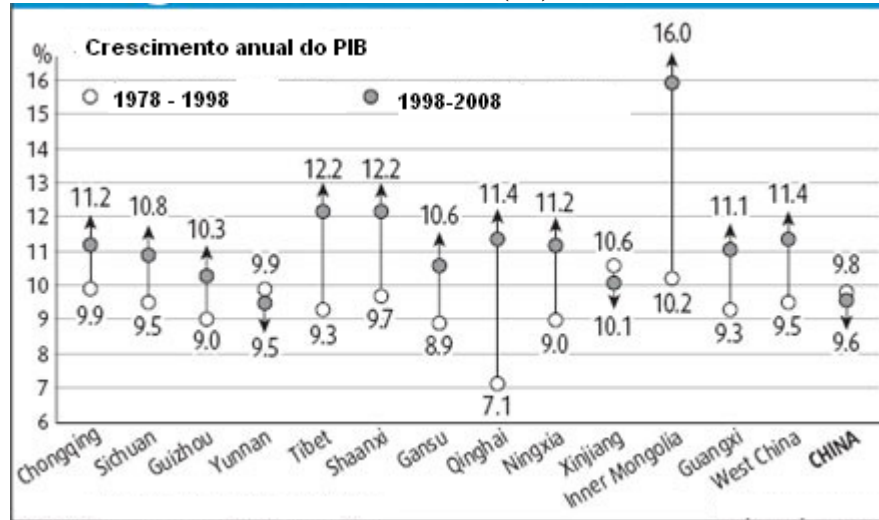
De certa forma, o gráfico abaixo clarifica os avanços em matéria de crescimento do PIB no oeste da China, antes e depois do lançamento do Programa de Desenvolvimento do Oeste:

---

<sup>215</sup> LIU, Melinda; NEMTSOVA, Anna; MATTHEWS: “A nova Rota da Seda”. In *Especial China – CEO Exame*. Edição nº 6. Junho/2010.

<sup>216</sup> Investimentos, financiamentos e obras detalhados em JABBOUR, Elias: *China: infra-estruturas e crescimento econômico*. Anita Garibaldi. São Paulo, 2006. 256 p.

**GRÁFICO 10 – Crescimento médio anual das províncias do oeste da China, 1978-1998 e 1998-2008 (%)**



FONTE: “West China: Significant growth and development”. In *People’s Daily*. 17/09/2009. Disponível em: <<http://english.peopledaily.com.cn/90001/90776/90882/6760223.html>>.

O gráfico diz muito: enquanto o crescimento médio da China nos dois períodos variou de 9,6% para 9,8%, o do oeste do país variou de 9,5% para 11,4%. Todas as províncias e regiões autônomas crescem em média superior à nacional. Pelo menos três destaques: o gigantesco salto verificado na Mongólia Interior (de crescimento médio de 10,2% para 16%), no Tibet (que variou de 9,3% para 12,2%) e em (Qinghai que saiu de um patamar de 7,1% para 11,4%). No caso da Mongólia, a construção de um gasoduto que vai até Pequim e depois para Xangai, aliada a uma política de *royalties* (que aumentaram em 120% desde 1999) para as províncias produtoras, explica em grande medida esse salto. O Tibet deve seus grandes índices de crescimento, além dos investimentos públicos, ao alargamento da demanda do leste do país de seus produtos primários (algo diretamente relacionado com a construção da ferrovia Qinghai-Tibet).

Esses dados não encerram por si o papel dos investimentos públicos nesse processo. Existem outros níveis de indução. Verificamos, por exemplo, quando estivemos em Lhasa (capital do Tibet) e em Hohhot (capital da Mongólia Interior) no ano de 2004, que, em comparação com Pequim e Xangai, para se comprar desde carros a eletrodomésticos, o número de prestações são muito maiores, chegando a até 100 vezes, enquanto que no litoral do país essas prestações não passam de 72 vezes. As taxas de juros para esses tipos de compras chegam a ser negativas no interior do país, enquanto no litoral variam de 0% a 0,2% ao mês. O crédito bancário é muito menos burocratizado no interior que no litoral, com taxas de juros “japoneses”,

ou seja, negativos. As políticas de aumento de depósitos compulsórios, ou mesmo aumento residuais de aumento da taxa de juros utilizadas para conter o aquecimento da economia, não são aplicados no interior do país<sup>217</sup>.

Do ponto de vista da política, essa inversão de prioridades também expressa a subida ao poder, no ano de 2002, da dupla Hu Jintao e Wen Jiabao. Trata-se de dois homens altamente experimentados em matéria de governança em províncias no interior da China. Hu Jintao, por exemplo, administrou entre 1986 e 1998 as duas províncias mais pobres da China (Tibet e Gansu). Tudo isso influencia na radicalização de certas políticas, entre elas as sintetizadas em alguns dados que somente há alguns meses vieram a público, notadamente pela publicação da OCDE, *Economic Survey of China, 2010*.

Independente dos “conselhos” desse grupo de países (desmoralizados pelo alcance da crise financeira) para privatizar o sistema financeiro chinês, nesse relatório veio à baila uma grande notícia: entre 2005 e 2010 o ritmo de aumento das desigualdades entre campo e cidade não somente fora estancado como também começou a regredir. Nada que obedecesse a conselhos da OCDE: utilizando o índice de Gini, a China saiu de um patamar de 49,6 em 2005 para 40,8 em 2007, tornando-se um país menos desigual que o Brasil, México, Rússia e África do Sul, ficando atrás de países como Estados Unidos (ligeiramente à frente da China), Coreia do Sul, Reino Unido e Japão.

Entre 2002 e 2009, segundo esse relatório, os investimentos em educação subiram 122%; em saúde, 235%, além do dado já exposto neste trabalho e confirmado pelo relatório da OCDE, sobre os US\$ 320 bilhões aplicados na formação de um novo sistema de previdência social.

Enfim, do ponto de vista estratégico, podemos concluir que a China está, já neste momento, recolhendo frutos de uma acertada política regional. O mundo deve se preparar para os impactos da formação de uma economia continental em desenvolvimento na Ásia.

---

<sup>217</sup> Informações extraídas em conversas e entrevistas em lojas de departamentos no litoral e interior da China, assim como com pelo menos 20 gerentes de bancos das citadas regiões.

## 5.5 REFLEXÕES SOBRE O “MUNDO AGRÁRIO” CHINÊS E SEU DESENVOLVIMENTO

Não poderíamos encerrar este trabalho sem ao menos passarmos em vista outra gama de questões que incidem diretamente sobre o passado, o presente e o futuro do projeto nacional chinês. A questão agrário-camponesa é o ponto em comum de toda a história de diferentes *processos históricos* pelas quais a China passou desde a unificação de seu Estado Nacional, passando pelo precoce desenvolvimento de sua *economia de mercado*, e que desembocou na Revolução de 1949. A população camponesa da China, ainda hoje, é maior que toda a população da África, América Latina ou mesmo da Europa.

Além dessa justificativa histórico-demográfica, na verdade, um estudo que dê conta de um gigantesco processo de desenvolvimento como o chinês deve ser guiado não somente pela análise da expansão industrial em si, mas também pelas grandes transformações que esse desenvolvimento acarreta à agricultura. Isso serve para o estudo de qualquer caso.

Continuando esse raciocínio, a importância de uma análise que contemple o *urbano* e o *rural* mediado, ou não, pelo *desenvolvimento das forças produtivas* segue a velha lógica filosófica consagrada pelo *materialismo histórico*, segundo o qual a anatomia do macaco só é passiva de compreensão nos marcos da análise da anatomia humana. No caso do processo de desenvolvimento, isso significa que o *futuro do campo é a cidade*, e não seu contrário.

A evolução da agricultura chinesa nos últimos 30 anos é um reflexo do intenso processo de urbanização e modernização pelo qual passa o país. Em 1978, a produção agrícola correspondia a 28,2% do PIB chinês. O emprego agrícola correspondia a 70,5% de toda mão de obra ativa do país. Em 1985, 12,1% das importações chinesas eram de produtos alimentícios e 24,5% das exportações eram de produtos primários. Em 2008, apenas 11,3% da mão de obra chinesa estava empregada no setor primário da economia, além de a participação desse setor no emprego total do país ter caído para 39,6%. Nesse mesmo ano, apenas 5,1% das importações chinesas eram de produtos agrícolas, enquanto que a participação nas exportações caiu para 2,8%<sup>218</sup>.

---

<sup>218</sup> *China Statistical Yearbook* para todos os anos.

Uma análise pautada por pura e rústica matemática pode levar a uma visão do *processo* não condizente com a realidade, afinal de contas todos os índices apontam para uma perda de importância absoluta da agricultura na economia chinesa. Embora isso seja verdade, não encerra o fato de a grande maioria dos chineses ainda viverem na zona rural. Esse último fato permite colocar que ainda hoje a questão agrária e camponesa ainda é a variável estratégica no que cerne ao desenvolvimento da própria superestrutura de poder na China.

### **5.5.1 O problema rural de volta ao centro**

Amaury Porto de Oliveira, em vários de seus valiosos textos, discorre sobre três revoluções que se intercalam na China no século XX. A primeira instaurou a República em 1911, a segunda culminou na instauração da República Popular em 1949 e a terceira foi levada adiante por Deng Xiaoping em 1978, onde se deu o passo inicial para a introdução massiva de mecanismos de mercado tão necessários ao destravamento das forças produtivas observadas desde então. De nossa parte, colocamos o papel do *modo de produção asiático* e do surgimento de filosofias nativas na formação de uma subjetividade camponesa incapacitadora de arranjos institucionais “por cima” no processo de desenvolvimento histórico do Estado Nacional chinês. Historicamente, os camponeses chineses são chamados a tomar seu lugar na história. Os ciclos de acumulação na história da China são marcados pela participação política direta dos camponeses no processo.

Para um país com uma população camponesa do tamanho da verificada na China, é simples concluir que, ciclicamente, vem à tona uma chamada “questão camponesa” no país. E vivemos um momento muito interessante nesse tocante. Está se confirmando, atualmente na China, o enfrentamento e a solução de graves problemas que afetam diretamente o campo chinês. Para nosso Amaury Porto, trata-se de uma *Terceira Revolução Agrária*. Em nossa opinião, essa *Terceira Revolução Agrária* nada mais é do que um processo de tomada de decisões que vem contemplar uma nova rodada de *relaxamento de relações de produção*.

O atual processo guarda cores semelhantes ao do ocorrido no início da década de 1950, quando a entrega da terra aos camponeses obedeceu a critérios políticos e capacitou o país a

erigir a unidade nacional e uma siderurgia necessária à afirmação dessa soberania. Tem semelhança na institucionalização da “via dos produtores” em 1978 na mesma medida em que 1978 e hoje são faces da mesma moeda sintetizadas na necessidade de ciclos de reformulação do pacto que levou o PCCh ao poder em 1949. Problemas sociais, ambientais e de concentração de renda social e territorial vêm à tona no mesmo momento em que o país caminha na ocupação de espaços econômicos, sociais e geopolíticos neste século XXI.

Do sucesso ao enfrentamento de mais esse cíclico desafio repousa o sucesso, ou não, do projeto nacional chinês.

#### ***5.5.1.1 Problemas e avanços do processo de desenvolvimento e da agricultura na China***

Ser convidado para proferir uma palestra, conferência ou simplesmente participar de um debate demanda ter respostas convincentes para certas questões levantadas em nove de cada dez eventos sobre a China. Uma dessas questões se refere aos trágicos acontecimentos ocorridos em junho de 1989 na Praça da Paz Celestial, em Pequim. Pode se tomar partido do governo ou dos estudantes. Como advogar a ação do governo é algo que pode causar desconfortos e o contrário torna-se mais interessante e “politicamente correto”, o mais sensato é dispor de argumentos de fundo. Argumentos de fundo para aqueles que enxergam na ação do governo algo correto, dada a radicalização da *contrarrevolução* na China e no mundo naquele momento.

Costumamos dizer que o regime não caiu somente pela ação violenta do *Exército de Libertação Popular* (ELP). Essa ação esteve mais a cargo da capacidade de alcance estratégico de um homem que viveu o século XX como ninguém. Referimo-nos a Deng Xiaoping. Eis um fato que a dilaceração da URSS e da Iugoslávia responde por si. O outro ponto é deixar claro que a China não se resume a Pequim, Xangai ou a outro grande centro. A China é muito mais que sua capital ou seu rico litoral. Enfim, a China não caiu como a URSS pelo fato de que, em nenhum outro momento de sua história recente, os camponeses nunca dispuseram de tamanha capacidade de consumo e acumulação, fruto da institucionalização da mercantilização de excedentes camponeses.

Pois bem, chegamos a Pequim no início do mês de março de 2004. Claro que tudo impressionava. O desenvolvimento em sua plenitude sob forma de guindastes, prédios novos, milhares de carros nas ruas, linhas de metrô em construção etc. Por outro lado, outro processo nos assustava e chamou-nos a atenção: a quantidade de mendigos e pedintes pelas ruas da cidade. Além disso, havia a poluição que nos impedia de contar as estrelas do céu. Pensávamos: são as “dores do parto” do processo de desenvolvimento dando o ar de sua graça.

A observação do problema social urbano, seja na China ou em qualquer lugar do mundo, deve ser pautada pela existência de outros problemas, notadamente na transformação da *crise agrária de superpopulação* em *crise social urbana*. Realmente, o quadro era desolador com a produção agrícola em queda: problemas ambientais afetando a vida de milhares de famílias camponesas e corrupção no rumo de se tornar endêmica, tendo como resultado problemas sociais urbanos e a eclosão, somente em 2003, de cerca de 70.000 protestos capitaneados por camponeses. Era o segundo ano de governo da geração centrada em Hu Jintao. Um homem que, por ter governado as duas províncias mais pobres do país (Gansu e Tibet), trazia consigo a meta de reverter essa situação. Não se tratava de um “Gorbachev chinês”, como muitos esperavam.

Nesse mesmo ano, 2004, a Academia Chinesa de Ciências Sociais lançou questões a 109 dos mais notáveis intelectuais da China sobre questões diversas que afetavam o desenvolvimento do país. Do total, 73% reservavam a urgência para as questões relativas ao *complexo agrário chinês*. Já no ano de 2005, em meio à sessão anual da *Associação para as Regiões Subdesenvolvidas*, o então Ministro do Comércio, Bo Xilai, confirmou essas preocupações com o anúncio de 90 milhões de chineses que viviam com renda anual de US\$ 112. Desses 90 milhões, cerca de 75 milhões viviam na zona rural<sup>219</sup>.

As notícias que vinham do campo, como as acima colocadas, eram as piores possíveis. Os números mostravam a mesma situação, com a queda contínua das colheitas. Em 1999, atingiu seu pico com a produção de 508,4 milhões de toneladas, chegando a uma depressão de 430,7 milhões de toneladas em 2003<sup>220</sup>.

Essa grande variação descendente tem razões diversas. Entre elas, as enchentes que varreram o país em 1998, o avanço das construções urbanas na zona rural – além de ferrovias, estradas e autoestradas. Um problema mais sério é o da desertificação. Em 2002, a aridez do solo

---

<sup>219</sup> OLIVEIRA, Amaury P. *Terceira Revolução Agrária na China*. Versão mimeografada a nós oferecida pelo autor.

<sup>220</sup> *China Statistical Yearbook*.

chinês alcançou 1,71 milhões de km<sup>2</sup>, ou 20% da superfície territorial do país. A cada ano, 3.400 km<sup>2</sup> tornam-se arenosos, causando prejuízos da ordem de US\$ 500 milhões anuais e ameaçando a produção e a vida de 170 milhões de pessoas<sup>221</sup>.

Mais um motivo, dialeticamente ligado ao problema da queda da produção agrícola, está no combate a esse problema da desertificação. Poucos sabem, mas o maior programa de arborização do mundo – tanto em velocidade, quanto em envergadura – tem na China o seu palco. Iniciado como parte de seu 9º Plano Quinquenal (1996-2000), continuado no 10º Plano e acelerado no 11º, entre 1998 e 2000, a taxa de cobertura florestal do país subiu de 14% em 1998 para 16,55% da área total do país em 2002, alcançando o patamar de 150 milhões de hectares. O plano prevê que essa área coberta por florestas chegue a 20,3% no presente ano (2010)<sup>222</sup>.

Do ponto de vista do movimento mais geral da economia, especulamos que a queda na produção agrícola e a ascensão de revoltas no interior do país têm relação quase direta com o processo – já comentado – de recentralização financeira em 1998. Em todas as províncias, essa política teve de ser remediada com o aumento de impostos sobre a produção camponesa, que se tornou um grande fator de arrefecimento moral da classe camponesa chinesa.

#### 5.5.1.1.1 Os ciclos da produção agrícola recente

O rápido processo de desenvolvimento que a China vem experimentando nas últimas três décadas vem acompanhado de profundas mudanças na estrutura agrícola do país. Tais mudanças atingem desde o nível da produtividade de trabalho na agricultura (transformando a China, apesar de seus limites geográficos, na maior produtora de cereais no mundo) até os hábitos de consumo da população.

As tabelas abaixo podem nos auxiliar numa análise mais profunda da agricultura chinesa e de seu futuro:

---

<sup>221</sup> *China ABC, 2004*. Chapter 9: "Environment's Protection". In [www.china.org.cn](http://www.china.org.cn).

<sup>222</sup> *Idem*.



**Tabela 31 - Produção de grãos, 1978-1987 (em milhões de toneladas)**

1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
304,8	332,1	320,6	325,0	354,5	387,3	407,3	379,1	391,5	403,0

FONTE: China Statistical Yearbook. Elaboração própria

**Tabela 32 - Produção de grãos, 1988-1998 (em milhões de toneladas)**

1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
394,1	407,3	446,2	435,3	442,7	456,5	445,1	466,6	504,5	494,2	512,3

FONTE: China Statistical Yearbook. Elaboração própria

**Tabela 33 - Produção de grãos 1999-2008 (em milhões de toneladas)**

1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
508,4	462,2	452,6	457,1	430,7	469,5	484,0	498,0	501,6	528,5

FONTE: China Statistical Yearbook. Elaboração própria

É importante frisar que, quando se trabalha com a variável *aumento da produtividade do trabalho*, não se pode absolutizar a questão tecnológica. Ela é central e evidente. Porém, outra variável também pode ter peso nesse processo. Estamos falando da solução pela via do *relaxamento das relações de produção*. Num primeiro momento, esse processo prescinde da questão do avanço tecnológico, mas num segundo momento não, pois o avanço tecnológico passa a ser condição primária para o aumento da produtividade.

Exemplo disso é o aumento da produção agrícola chinesa entre os anos de 1978 e 1984. Pode-se observar que, entre os anos citados, a produção agrícola chinesa cresceu na mesma proporção que a do período compreendido entre 1957 e 1978. Porém, não se pode menosprezar que as condições físicas criadas pela duplicação da terra irrigada na China entre 1952 e 1977 tenha sido fator de proa para o sucesso dessa política agrícola<sup>223</sup>. Retornando, o *relaxamento das relações de produção* nesse caso está diretamente relacionado com o fim das amarras que prendiam a entrega do excedente total ao Estado. Os *contratos de responsabilidade* assinados entre Estado e famílias camponesas permitiam que, após a entrega compulsória de uma cota ao Estado, as famílias poderiam dispor do excedente para venda no mercado. **A nosso ver, eis o ponto fulcral para a compreensão do processo de desenvolvimento da China desde então.**

Por quê? Porque, se temos como pressuposto o desenvolvimento como uma *opção política*, as condições políticas para esse processo na China só foram possíveis por meio da

<sup>223</sup> ARRIGHI, G.: *Adam Smith em Pequim*. Boitempo. São Paulo, 2008, pág. 375.

recomposição do pacto de poder de 1949 entre Estado e classe camponesa e por meio da institucionalização do acúmulo individual a partir de 1978. É o ponto de encontro da propriedade imperial da terra do *modo de produção asiático* com o milenar aparato empreendedor do camponês oriental. Trata-se da “via dos produtores” decifrada por Marx e Lênin e levada em intensa consideração nos trabalhos de Maurice Dobb e Ignacio Rangel. Tal via foi responsável pelo surgimento de milhares de empresários capazes de tocar novos campos de investimentos e acumulação na China de nossos dias, e não por meio da negação da dialética do “caminho natural da opulência” vislumbrado por Adam Smith. Simplesmente *nada é natural* em se tratando de *processos sociais*.

Por outro ângulo, pode-se registrar que inclusive um imenso mercado interno para consumo de bens industrializados fora criado a partir dos acúmulos camponeses iniciais. Também deve-se considerar que as tão faladas ECPs surgem da iniciativa coletiva de camponeses e da mão de obra excedente desse espetacular processo, tornando esse adensamento do mercado doméstico – também – parte desse complexo da inserção chinesa na economia internacional.

\*\*\*

Na verdade, podemos dispor de pelo menos três ciclos de produção agrícola recente na China. O primeiro, tratado acima, está diretamente relacionado com os incentivos à acumulação particular do final da década de 1970. Por essa forma de *relaxamento das relações de produção*, a China pode alcançar – e manter – patamares de produção saindo em 1978 de algo acima de 300 milhões de toneladas de grãos para quase alcançar – em 1990 – o pico de 450 milhões de toneladas (446,2 milhões de toneladas). Esse foi um ciclo no repousou o próprio poder político do país, posto em questão em junho de 1989.

Existem ainda dois processos que estão diretamente imbricados no crescente peso aplicado, já na agricultura, do intenso processo de modernização geral da economia chinesa. Estamos falando de outro estágio que permeia o aumento da produtividade do trabalho, agora pautado pela *gradação tecnológica*. Se pelas tabelas 31, 32 e 33 podemos ter um arranjo *geral* do aumento da produção agrícola, a tabela abaixo nos lança luz sobre os principais elementos a serem minimamente trabalhados:

**Tabela 34 – Evolução da área irrigada, consumo de fertilizantes, estações hidroelétricas e consumo de energia elétrica na zona rural chinesa (anos selecionados)**

Ano	Área irrigada (1.000 hectares)	Consumo de Fertilizante químico (10.000 tons.)	Número de estações hidroelétricas/ capacidade de geração (10.000 kw)	Energia elétrica consumida na zona rural
1978	44.965,0	884,0	82.387/228,4	253,1
1985	44.035,9	1.775,8	55.754/380,2	508,9
1990	47.403,1	2.590,3	52.387/428,8	844,5
1994	48.759,1	3.317,9	48.722/503,6	1.473,9
1998	52.295,6	4.083,7	33.185/634,8	2.042,2
2003	54.014,2	4.411,6	26.696/862,3	3.432,9
2004	54.478,4	4.636,6	27.115/993,8	3.933,0
2005	55.029,3	4.766,2	26.726/1.099,2	4.375,7
2006	55.750,5	4.927,7	27.493/1.243,0	4.895,8
2007	56.518,3	5.107,8	27.664/1366,6	5.509,9
2008	58.471,7	5.239,0	44.433/5.127,4	5.713,2

FONTE: China Statistical Yearbook. Elaboração própria

Apesar dos sérios problemas (citados) que a China teve de enfrentar a partir da segunda metade da década de 1990, a produção de cereais alcançou as 500 milhões de toneladas no ano de 1996. A produção *por hectare* aumentou de 2,5 para 5,0 toneladas entre 1978 e 2008, o que significa afirmar que os problemas que atingiram o campo chinês foram concomitantes ao aumento da *tecnificação* da agricultura. A tabela 34 expõe isso de forma clara: a extensão da terra irrigada aumentou em quase 30%, abrindo condições para que fossem possíveis o cultivo de culturas como o do algodão e de melões em pleno deserto do Tarim (Xinjiang). O consumo de fertilizantes químicos aumentou 5,9 vezes desde 1978, assim como o consumo de energia elétrica multiplicou-se por 22,6 desde 1978, com aumento médio anual de 10,9%.

Aliada a outros fatores sociais de ordem positiva, a China alcançou o patamar de 528,5 milhões de toneladas de grãos em 2008 com apenas 121 milhões de terras em condições de plantio. Algo louvável se compararmos com o Brasil, “celeiro do mundo”, que em 2009 colheu 146 milhões de toneladas de grãos e com terras aráveis potenciais de cerca de 400 milhões de hectares. Claramente, uma produção muito aquém da chinesa, independente de todo o avanço tecnológico visto em nosso país nessa área, e mesmo da grande diversificação de nossa agricultura.

### 5.5.1.2 Salto econômico e conjuntura

Existe um caminho quase natural para trabalhar as questões do *complexo rural chinês* de forma negativa e reta. Sendo o processo de desenvolvimento nada mais que algo solucionador de contradições e gerador de outras, para nós o mais importante é demonstrar como os óbices do desenvolvimento são superados *dialeticamente*. Assim sendo, o “natural”, tanto para a agricultura quanto ao processo de desenvolvimento chinês como um conjunto, seria elencar argumentos para destacar as fragilidades do sistema.

Preferimos seguir na *contratendência*, no caminho inverso.

#### 4.5.1.2.1 Hábitos de consumo e pressão positiva sobre a produção

É útil exemplificar o alcance na produção de alimentos e a influência exercida pela mudança de hábitos de consumo (troca de carboidratos por proteína na dieta diária, por exemplo). Tais mudanças foram acompanhadas por um impressionante aumento na produção de carne bovina, que saiu de 8,56 milhões em 1978 para 72,787 milhões de toneladas em 2008, sendo que o consumo *per capita* anual ascendeu de 8,9 kg em 1978 para 54,8 kg em 2008. A produção de peixe saiu de 4,6 milhões em 1978 para 48,95 milhões de toneladas em 2008, sendo que o consumo *per capita* partiu de um patamar de 4,9 kg, em 1978, para 36,9 em 2008<sup>224</sup>. A tendência de troca de consumo de carboidratos por proteínas também se expressa na queda do consumo de arroz, no mesmo período, de 38%<sup>225</sup>. Queda de consumo essa também notada na própria (queda da) produção de arroz, que em 1990 foi de 189,33 milhões de toneladas, caindo para 174,53

---

<sup>224</sup> *China Statistical Yearbook*.

<sup>225</sup> MEDEIROS, Marlon C. “Notas sobre a produção e o comércio de grãos na Ásia”. In *Revista de Geografia Econômica*. Dossiê Ásia-China 1. Edição Piloto, págs. 210-219. Núcleo de Estudos Asiáticos do Depto. de Geociências do CFH-UFSC. Junho de 2007.p. 241-245.

milhões de toneladas em 2002, recuperando-se somente em 2008, com a produção de 191,89 milhões de toneladas<sup>226</sup>.

Esse salto no consumo doméstico de proteínas foi devidamente acompanhado por um aumento *absoluto* da produtividade de carnes diversas: em 1990 a produção chinesa de carne de frango representava 6,45% da produção mundial; já os Estados Unidos eram responsáveis por 30,46% e o Brasil 9,57%. Em 2006, a China passou a responder por 17,24% da produção mundial, contra 26,89% dos Estados Unidos e 15,44% do Brasil. Nesse mesmo ano de 2006, a China exportou excedentes de frango da ordem de 330 mil toneladas<sup>227</sup>. Essas taxas de crescimento da produção também se expressam na carne bovina: entre 1985 e 2003 o alto produtivo foi de 1.289%, apesar de ser um grande importador – notadamente do Brasil<sup>228</sup>.

#### 5.5.1.2.2 A contradição, a OMC, a cooperativização do processo produtivo e a “pequena produção mercantil” nas periferias de grandes centros

Duas considerações acerca desse salto de qualidade ainda devem ser feitas. A primeira é a própria contradição encerrada na liberação em massa de mão de obra no campo sem grandes condições de reemprego em sua área de *hukou* original. Calcula-se que, em 2005, esse número chegou a 120 milhões. Trata-se de um número explosivo que explica, dada a não completa flexibilização do mecanismo *hukou*, a existência – no ano de 2004, em nossa primeira visita – de centenas de mendigos e pedintes nas ruas de Pequim e Xangai. É interessante saber que somente nos últimos anos esses migrantes fora de seu *hukou* passaram a ter direitos de cidadão urbano. Eis um *problema urbano tipicamente agrário*.

---

<sup>226</sup> A recuperação dessa produção, apesar da queda da área de cultivo do arroz, deve-se – sobretudo – ao desenvolvimento do “arroz híbrido” que aumentou a produtividade de 4,3 para 12 milhões de toneladas por hectare.

<sup>227</sup> ESPÍNDOLA, Carlos J. “Notas sobre o agronegócio de carne na China”. In *Revista de Geografia Econômica*. Dossiê Ásia-China 1. Edição Piloto, págs. 210-219. Núcleo de Estudos Asiáticos do Depto. de Geociências do CFH-UFSC. Junho de 2007.p. 215-220. Pode parecer um dado contraditório, mas não é. A China também é importadora de carne de frango, porém parte de sua exportação desse tipo de carne é exportada após processamento.

<sup>228</sup> *Idem*.

A segunda consideração se relaciona com a conjuntura do momento em que a *produtividade do trabalho* na agricultura chinesa teve de passar a outro patamar. Estamos falando do processo de admissão da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) e os efeitos da competitividade da agricultura do país com “agriculturas” altamente produtivas (EUA e União Europeia). Um problema muito sério estava por detrás da necessidade de a China (por conta da admissão na OMC) ter de baixar sua tarifa média de importações de alimentos de 22% para 15%, colocando em xeque o emprego de mais de vinte milhões de agricultores chineses. Poderia se dizer que, diante do trigo, do milho e do algodão norte-americano e europeu, estaria decretada a “morte da agricultura chinesa” e, em consequência, do regime.

É muito imprudente para o analista menos informado, ou mesmo com “verdades prontas”, subestimar o poder de reação de uma *superestrutura* segundo a qual o desenvolvimento e a estabilidade social são questões de primeira pauta. Os números expostos acima demonstram tanto um processo de *diversificação* (exportação de carnes, por exemplo), quanto de *especialização* (trigo, milho, algodão e hortaliças, conforme veremos a seguir). Acima, citamos as possibilidades previstas de “morte da agricultura chinesa” diante do trigo, milho e algodão norte-americano e europeu. Pois bem, a **produção de trigo** na China em 2000 fora de 99,66 milhões de toneladas, atingindo seu grau mais baixo no ano de 2002, com a produção de 90,29 milhões de toneladas. Desde então, a partir de 2003, a produção continuou a crescer, alcançando o total, em 2008, de 165,91 milhões de toneladas, um aumento de quase 70% desde a admissão da China à OMC. Já a **produção de milho** seguiu em ascensão desde 2000, saindo de 99,63 para 165,91 milhões de toneladas em 2008. E a **cultura do algodão**, cada vez mais presente no deserto irrigado do Tarim, teve em 2000 uma colheita de 441 mil toneladas para, no ano de 2008, chegar a 749,2 mil toneladas<sup>229</sup>.

Esse processo, que não encerra as imensas disparidades tecnológicas (e de formas de produção) no campo chinês, tem servido para (gradualmente) colocar o país na rota do abastecimento internacional de alimentos. Uma impressão de nossa viagem é interessante a esse respeito. Fizemos de trem, em 2004 e 2009, o trajeto de 1.400 km entre Pequim e Xangai, sendo que em 2009 ainda fomos até Shenzhen e a Hong Kong. Em 2004, a paisagem do entorno da ferrovia ainda era dominada por imensas plantações de sorgo. Em 2009, pudemos perceber que

---

<sup>229</sup> *China Statistical Yearbook.*

boa parte dessas plantações foram substituídas por estufas ocupadas com hortaliças voltadas para a exportação para o mercado asiático, principalmente o Japão. Dessa maneira, do ponto de vista geográfico, o que se pode vislumbrar para o futuro é a transformação do litoral chinês, acrescida de mais 250 km ao interior, num verdadeiro complexo agroindustrial voltado para os dois mercados, o *interno* e o *externo*. Observemos, pois notícias recentes dão conta da conquista do mercado de hortaliças japonês em detrimento da Califórnia. Se, em 1995, a China produzia um terço dos melões, verduras e legumes do mundo, em 2008 já era responsável pela metade da produção mundial<sup>230</sup>.

Essa tendência é seguida de outra iniciada em 2001, marcada pela gradual substituição do pequeno lote familiar por médias e grandes propriedades cooperativadas e com médio grau de *composição orgânica do capital*. Num outro leque de abstração, podemos mencionar a entrada de parte da agricultura chinesa (conforme os números do processo de tecnificação demonstram) num patamar em que a produtividade do trabalho depende tanto do aumento do grau de *especialização* quanto do alargamento da propriedade. Existem hoje na China cerca de 150.000 fazendas cooperativizadas que abarcam 37,5 milhões de camponeses, cuja renda média passou de US\$ 530 em 2001 para US\$ 1.212 em 2008<sup>231</sup>.

Outra tendência digna de nota e percebida por nós em nossa última viagem foi que, com o relaxamento do sistema *hukou*, grande parte da população migrante em cidades como Pequim, Xangai, Shenzhen e Chongqing passou a se ocupar de um setor de serviços em grande expansão. Porém, outro fenômeno é interessante: o da recomposição da *pequena produção de mercadorias* no entorno dessas grandes cidades. Não são poucas as pessoas envolvidas nesse tipo de entrosamento econômico e social.

---

<sup>230</sup> OLIVEIRA, Amaury P. *Terceira Revolução Agrária na China*. Versão mimeo a nós oferecida pelo autor.

<sup>231</sup> *China Statistical Yearbook*



Elias Jabbour e Diego Pautasso em feira-livre de Pequim (08/2009).

Em 2009, muitas feiras livres de frutas e hortaliças foram abertas. Nas entrevistas que realizamos acerca da origem das frutas, a grande maioria dava conta de plantações recentes em áreas próximas do centro urbano. Tendência semelhante pôde ser verificada na formação de olarias, principalmente no entorno de Pequim, cujos tijolos produzidos estão sendo utilizados na readequação de *hutongs* que circundam o centro da cidade<sup>232</sup>.

Entre uma viagem (2004) em que o fenômeno da mendicância começava a se transformar em um problema de ordem pública e outra (2008), a impressão que ficou foi a da diminuição sensível da pobreza urbana. Iniciativas individuais (ou mesmo coletivas) como as descritas acima são apenas a ponta de um *iceberg* que esconde o enfrentamento de problemas profundos.

### 5.5.1.3 O “Novo Campo Socialista”

Tanto o nível de desenvolvimento das *forças produtivas* quanto o acúmulo de contradições que esse desenvolvimento criou na China demandou novas abordagens em matéria

---

<sup>232</sup> *Hutongs* são vielas nem sempre pequenas, porém muito estreitas e que estão – em Pequim – em processo de transformação em pequenas e médias ruas comerciais. Ficamos hospedados (2008) em um hotel localizado num *hutong* a cerca de 400 metros da Praça Tiananmen.



de trato político e econômico, principalmente na chamada *questão social*. A China chegou a seu limite nessa questão particular, por nós abordada, nas problemáticas da questão regional, nas insuportáveis disparidades sociais e no imenso problema ambiental criado com quase 30 anos de um padrão de desenvolvimento que em muito se assemelhou aos vistos anteriormente nos Estados Unidos, Europa e União Soviética. A agricultura chinesa respondeu o quanto pôde em matéria de mecanização, porém também chegou o momento em que as *relações de produção* entre Estado e camponeses deveriam passar por uma nova renovação.

No primeiro capítulo deste trabalho, tratamos do surgimento de pelo menos duas *ideias-força* surgidas no momento em que os atuais sucessores de Mao Tsé-tung chegaram ao poder em 2002. Trata-se do objetivo de construção de uma “sociedade socialista harmoniosa” e da transformação do “conceito científico de desenvolvimento” em política de Estado. Concretamente, tais ideias podem ser sintetizadas na busca de um crescimento que conjugue *harmonia entre homem e natureza, cidade e campo e entre a economia e a sociedade*. São verdadeiras senhas para o enfrentamento das presentes contradições que podem travar o projeto nacional chinês. O sucesso no enfrentamento dessa gama de contradições condicionará internamente, a nosso ver, a China alçar o grau de maior e mais influente nação do mundo pelos idos de 2050.

É nesse contexto que o principal objetivo traçado pelo primeiro-ministro Wen Jiabao, em seu informe à sessão anual da Assembléia Nacional Popular (ANP) em março de 2006, foi o de implementar políticas com o objetivo de construção de um “Novo Campo Socialista” no período que compreende a execução do 11º Plano Quinquenal (2006-2010). Buscaremos tratar três questões nesse ponto: a questão social e financeira, a reforma do estatuto da concessão de terras pelo Estado, e a problemática do meio ambiente.

#### 5.5.1.3.1 Medidas para enfrentar a questão social e financeira

Apesar de terem se transformado em objetivo imediato do regime em 2006, as reformas que viriam dar contorno ao chamado “novo campo socialista” tem sido empregadas desde 2003; ano em que a produção agrícola atingiu seu menor pico desde 1990. Além disso, foi o período em

que as revoltas no campo foram tomando caracteres de revolta *em massa organizada*. Para além dessa questão conjuntural, fica a nossa assertiva acerca do contínuo melhoramento da vida do povo como base para qualquer projeto de largo alcance, pressuposto este que se deve salientar ao caso chinês, pois, mais que um projeto nacional, trata-se de um projeto que enceta a viabilização de uma sociedade de nível superior, *socialista*.

Em 2003, iniciou-se o processo de **reforma do sistema tributário rural**. Inicialmente, escolheram-se algumas cidades onde o imposto sobre a produção de grãos deveria cair a zero até o ano de 2004. Passado esse ínterim, tal norma imediatamente fora estabelecida para todo o país. Guarda grande significado e importância essa reforma; primeiro, porque existiam impostos sobre a produção camponesa desde os primeiros anos de formação do Império Chinês. Ao longo dos séculos, tais taxações foram progredindo ou regredindo de acordo com o estado financeiro do Império e mesmo na contemporaneidade, em plena República Popular. Por outro lado, toda uma reengenharia financeira teve de ser elaborada e executada para compensar províncias como Shaanxi e Sichuan que, em média, após a recentralização financeira de 2008, chegaram a ter uma carga tributária sobre os camponeses da ordem de 30% da produção. O segundo significado interessante é o do entrelaçamento dessa reforma com o próprio aumento da capacidade financeira do Estado chinês no que tange à compensação para as províncias mais afetadas. Uma das formas que chegou a nosso conhecimento, por exemplo, é o do repasse de 1% do orçamento das 30 cidades mais desenvolvidas do país às províncias onde o impacto dessa medida foi de grande monta.

Outra medida de impacto executada em 2004 foi a **instituição do Sistema de Medicina Cooperativa (SMC)**. Ideia de impacto estratégico, inclusive como forma de mobilizar – em outro patamar – a poupança doméstica, o SMC é financiado por um fundo entre contribuintes, governo nacional, províncias e cidades, onde o contribuinte é encarregado de pagar anualmente a quantia de US\$ 1,3, enquanto o governo, em diversas esferas, contribui com US\$ 5,2<sup>233</sup>. Muitos depoimentos que colhemos pelo país no referido ano davam conta de um aumento do prestígio da dupla Hu Jintao e Wen Jiabao após a execução desta diretriz<sup>234</sup>. Vejamos o alcance dessa política recente na tabela abaixo:

---

<sup>233</sup> “Cooperative Healthcare for Rural Residents”. China.org.cn. 08/06/2007. Disponível em: <<http://www.china.org.cn/english/government/213331.htm>>. Acessado em 15/09/2008.

<sup>234</sup> Sobre o funcionamento e o sucesso dessa política em reportagem sobre o exemplo do cantão de Luochan, na província de Shaanxi, ver a edição de 13/10/2007 da *The Economist*, “Missing the Barefoot Doctor”.

**Tabela 35 – Alcance geral do Sistema de Medicina Cooperativa**

Ano	Número de cidades participantes	Taxa de participação (%)	Pessoas beneficiadas (100 milhões-vezes)	Fundos governamentais investidos (unidade = 100 milhões de yuanes; 1 US\$ = 6,7 yuanes)
2004	333	75,20	0,76	26,37
2005	678	75,66	1,22	61,75
2006	1471	80,66	2,72	155,81
2007	2451	86,20	4,53	346,63
2008	2929	91,53	5,85	662,31

FONTE: China Statistical Yearbook. Elaboração própria.

Os números e a *progressão geométrica* dessa política são incontestáveis (vale observar que, no Brasil, o governo poderia ser derrubado por conta da “responsabilidade fiscal”). Resta saber, por exemplo, qual a profundidade desse alcance. Faltam-nos ainda elementos para saber, utilizando-se um termo próprio dos planos de saúde, qual a “carência” dessas cooperativas, devendo-se observar sobre a fronteira entre a medicina preventiva e a execução de operações mais complexas. Medicina preventiva certamente, pois acordos com o governo cubano foram fechados nessa matéria no ano de 2006 e, em território chinês, conhecemos pelos menos 20 médicos cubanos trabalhando na China para a formação de 5.000 médicos que terão como território de trabalho o oeste da China. Muitas pesquisas nessa área ainda devem ser feitas para conclusões mais profundas. A princípio, ficam os dados iniciais da tabela para uma reflexão inicial e menos pessimista da questão social na China.

\*\*\*

Na mesma esteira de ousadas e necessárias iniciativas, ainda se enquadram a **introdução de uma política oficial de subsídios agrícolas** (independente dos protestos de países como os EUA, França e Brasil), **a implementação de uma extensa política de renda mínima aos**

**residentes abaixo da linha da pobreza das zonas rural e urbana**<sup>235</sup> e a transformação em lei (como parte do *Programa Nacional de Ciência e Tecnologia da República Popular da China*) da **educação compulsória e gratuita de nove anos nas regiões central e oeste do país.**

Após a exposição dessas iniciativas, perguntas são lançadas ao ar. Entre elas, quais os resultados disponíveis no plano imediato. Nada fora do normal, afinal o futuro do mundo está franqueado – em grande parte – ao futuro da própria China. Mirando nos resultados imediatos, o que se pode colocar é que desde um período de quedas sucessivas na produção agrícola, a partir de 2004 (ver tabela 33) a China acumulou recordes sucessivos na colheita de grãos<sup>236</sup>. Num ponto de análise de médio e longo prazo, somente a variação negativa da taxa de poupança poderá corroborar essa ação social incisiva do Estado em prol da manutenção desse ciclo de desenvolvimento, agora plenamente condicionado a promover melhoras significativas na vida da população. Algo, digamos assim, em outro patamar.

Para nós, que já estamos envolvidos há algum tempo em estudos e pesquisas da realidade chinesa, esse dado diz muito. Não vale a pena sermos repetitivos a esse respeito, pois se trata de uma política de *relaxamento das relações de produção* de ordem estratégica, principalmente por envolver não somente problemas de ordem conjuntural, mas também *moral*. O chinês comum cultiva uma cultura de *prosperidade comum*<sup>237</sup>, não sendo indiferente para com a pobreza, muito diferente do europeu médio, que acredita no caráter civilizatório e pacificador das intervenções europeias na África ou na Ásia, e diferente também de muitas pessoas da “América profunda” – que se opuseram sistematicamente à proposta de Barack Obama sobre a reforma da saúde.

Nesse contexto de alta da “questão social” no campo, insere-se também os aumentos sucessivos de salários dos trabalhadores, principalmente no presente ano. A crescente revolta rural verificada nos últimos anos chegou com força nas cidades, incluindo suicídios e mortes por excesso de trabalho. Não temos o interesse de esconder que as condições de trabalho na China deixavam muito a desejar. Porém, temos de reconhecer o papel que as pressões sociais (vindas diretamente do povo) levaram o governo a implementar políticas de aumentos salariais que

---

<sup>235</sup> Segundo quadros da administração pública que pudemos conversar em Chongqing em 2007, esse programa de renda mínima tem inspiração não nos programas europeus de “bem-estar social”, mas na experiência do governo Marta Suplicy na cidade de São Paulo e do reconhecido internacionalmente programa Bolsa Família no âmbito do governo federal.

<sup>236</sup> No exato mês em que escrevemos este capítulo do trabalho, o governo central liberou os resultados da produção agrícola de 2009: colheu-se 530,8 milhões de toneladas de grãos, significando um acréscimo de 1,8% com relação a 2008.

<sup>237</sup> Perguntamos para inúmeros chineses, de diferentes idades e regiões, o que significava para eles o termo *socialismo*. Ampla maioria define *socialismo* como o ideal de busca da “prosperidade comum”. Após dessa definição, muitas pessoas também ligavam diretamente *socialismo* como “governo do povo”.

chegaram a 100% em vários setores. Na cidade de Shenzhen e em outras cidades do litoral, a hora extra aumentou em 300%<sup>238</sup>. Em qual contexto se dão essas revoltas e respectivos aumentos salariais? Primeiramente, revoltas camponesas e/ou de trabalhadores urbanos denunciam falta de sintonia entre as forças produtivas e as relações de produção, algo dentro da normalidade para a forma como o país cresceu nos últimos 30 anos. Os aumentos salariais, assim como as recentes reformas na legislação trabalhista, são meio para sintonizar as relações de produção com o desenvolvimento das forças produtivas. Essa verdade tem base no fato de que esses aumentos salariais se dão em um ambiente em que a inflação prevista para o ano de 2010 não deve passar de 3%. Isso diz muita coisa. Vivemos em um país onde a atual política de aumento do salário mínimo atrelado ao desempenho do PIB sofre ataques a todo instante. No Brasil, sob o rótulo da “demanda candente”, do terrorismo inflacionário e de outras formas de expressão fascistas e antipopulares, impõe-se um senso comum de ataques diuturnos contra tudo que signifique melhoria da capacidade de consumo do povo.

O nível de vida do povo chinês nas próximas décadas pode servir – por si só – como uma grande forma de diferenciação entre o *socialismo* e um capitalismo cada vez mais agressivo e envolto – em prol de sua própria sobrevivência – em guerras e pilhagens em geral. Trata-se de interessante reflexão *estratégica* a ser feita.

#### 5.5.1.3.1.1 No rumo de um novo sistema financeiro rural

Observa-se de forma muito mais nítida que essa ofensiva desenvolvimentista nas áreas rurais chinesas é a “mãe de todas as batalhas” que envolve a busca de novos campos de acumulação de crescimento para um país que deve crescer, por muitos anos ainda, a taxas superiores de 8% ao ano. Crescer à altura dessa taxa, porém, concentrando-se a nichos territoriais onde a industrialização já chegou a patamares mínimos da 2ª Revolução Industrial, pode ser perigoso, pois a própria disseminação de tecnologias atinge um ponto em que o próprio processo torna-se poupador de mão de obra.

---

<sup>238</sup> Dados expostos em PASTORE, José. Salários e competitividade na Chia. In *O Estado de São Paulo*. 06/07/2010.

Também é nesse contexto que se explica o papel do Estado desenvolvimentista (e revolucionário) chinês na otimização da capacidade de consumo das populações das zonas pobres do país. Esse investimento social todo pode ser parte da explicação da queda da taxa de investimentos prevista, por técnicos do BNDES brasileiro, de 45% em 2008 para 43% em 2012.

Pois bem, o desafio – dadas as transformações em curso e as que viriam adiante – que deveria ser enfrentado residia na transformação do sistema financeiro rural em suporte – em outro patamar – tanto da capacidade de consumo de médio e longo prazo das populações do campo quanto do suporte a uma agricultura em transição para superiores formas de organização. A transformação de uma agricultura não moderna em outra de maior parte deveria estar acompanhada de um sistema financeiro pronto. Pode-se dizer que as operações financeiras no campo têm atração proporcional ao tamanho e à mecanização da própria atividade agrícola, o que também é fator de aumento das desigualdades. Na China, isso é exemplificado pelo fato de, no fim de 2009, ainda existirem 2.792 cantões e povoados na China sem instituições financeiras, além de existirem 342 sem nenhum acesso a instituições financeiras<sup>239</sup>. Deixar o “mercado” com plena liberdade de ação, nesse caso, seria a própria decretação de míngua ao oeste do país, apesar de existir – conforme demonstrado na parte correspondente do trabalho ao sistema financeiro – uma grande pulverização das cooperativas de crédito rural no país.

Por outro lado, o que seria, a princípio, uma tarefa do *Agricultural Bank of China* (ABC), de dar suporte ao desenvolvimento agrícola do país, não ocorreu, pois o alto nível histórico de *inadimplência* levou o banco para – via induções mercantis – voltar sua atividade para as cidades de médio porte do interior do país. Essa tendência começou a mudar a partir de 2006, momento em que o governo ordenou a mudança do foco para as zonas pobres do país, como parte não somente do financiamento de produtos para a atividade fim da pequena agricultura camponesa, mas também do suporte ao consumo de massa de milhões de camponesas. Isso nos leva a acreditar que o projeto de crescimento baseado em amplas reservas de mercado no interior do país deveria se basear – também – no financiamento do consumo (em concomitância com a elevação dos investimentos sociais no interior da China). Porém, o foco estratégico ainda seria o

---

<sup>239</sup> Rural Banking in China”. In, *Asia Focus*. Federal Reserve Bank of San Francisco. May/2010. Acessível em: <[www.frbsf.org/publications/banking/asiafocus/2010/may.pdf](http://www.frbsf.org/publications/banking/asiafocus/2010/may.pdf)>. Acessado em: 12/03/2009.

de dar suporte financeiro para a criação de uma agricultura de outro nível. No entanto, tais mudanças obedeceram a critérios não somente *políticos*, mas também *técnicos/financeiros*.

\*\*\*

Em primeiro lugar, o mapa abaixo sugere as cidades-piloto às primeiras experiências de transição para um sistema financeiro rural de tipo superior. Vejamos:

### MAPA 13 – Localização de cidades-piloto à reforma do sistema financeiro rural



FONTE: Rural Banking. HSBC. Beijing Office. 2009. Disponível em:  
[http://www.hsbc.com/1/PA\\_1\\_1\\_S5/content/assets/investor\\_relations/091119\\_asiatrip\\_ruralchina.pdf](http://www.hsbc.com/1/PA_1_1_S5/content/assets/investor_relations/091119_asiatrip_ruralchina.pdf)

O mapa acima sugere, de forma clara, que as primeiras experiências implantadas (como forma experimental) para um novo sistema financeiro rural atende – necessariamente – as regiões do país onde se encaminha de forma mais rápida a transição no sentido de grandes propriedades rurais, sendo a maioria delas cooperativizadas, o que constitui algo no mínimo interessante.

Sobre as transformações de âmbito operacional do sistema financeiro, ainda não existem muitas informações necessárias para uma avaliação mais exata do *processo*. Porém, algumas ações já podem ser avaliadas, assim como a análise de alguns dados que nos capacitam, mesmo

que inicialmente, a apontar alguns rumos de longo prazo. Mais acima expomos, por exemplo, sobre o início dessa experiência a partir de 2006, a necessidade de um melhor posicionamento do *Agricultural Bank of China* (ABC) como elemento nodal ao sucesso do empreendimento. No início de 2007 o governo central impôs ao ABC um retorno ao seu foco inicial de suporte à atividade agrícola, agora em outro patamar.

Com relação ao ABC e seu papel nesse *processo*, devemos analisar dois eventos. O primeiro consistiu numa injeção financeira por meio de uma entidade diretamente ligada ao Ministério das Finanças (Central Huijin), de US\$ 19 bilhões, seguida de transferência de débitos pobres a outros membros do *Big Four*, da ordem de US\$ 120 bilhões<sup>240</sup>. O outro evento seguido foi o da transformação do ABC de um banco estatal (um dos *Big Four*) para ser uma *joint stock commercial entity*. Isso significa, em primeiro plano, a transformação do ABC em um banco de capital aberto, ou seja, *passivo de injeção de dinheiro privado e externo*. Neste ano (2010), ações do ABC já estão sendo transicionadas nas bolsas de Xangai e Hong Kong.

Caso interessante foi o lançamento do *Postal Savings Bank of China* (PBSV). Na verdade, já existia uma entidade financeira diretamente ligada ao Ministério das Comunicações, formada em 1986 sob o gerenciamento de um grupo (no âmbito do citado ministério) voltado à administração das finanças do Ministério das Comunicações. Num país em amplo e contínuo crescimento como a China, o setor de comunicações postais tende a ter ascensão permanente, dada as necessidades de plena comunicação postal *entre e intraprovincias*. Em 2003, surge a ideia de formar um banco para o gerenciamento de todas essas finanças, porém ainda diretamente ligado ao *People's Bank of China* e sem designação própria. Em curtas palavras, tratou-se de uma entidade que gerenciava somente depósitos de funcionários dos “correios” chineses; logo, sem desenvolver serviços financeiros propriamente ditos. Essa realidade muda em 2007 com a formação de um grande banco estatal designado (como exposto no início do parágrafo, *Postal Savings Bank of China*), agora com um cardápio de opções financeiras, sendo que 60% delas operando exclusivamente na zona rural do país. Assim como as outras instituições financeiras voltadas ao sustento do esforço de desenvolvimento do campo chinês, o PBSC está trabalhando em áreas-piloto (como designadas no mapa 13). Seu capital inicial, em março de 2007, foi de

---

<sup>240</sup> Para maiores detalhes ler *Agricultural Bank of China Annual Report, 2008*.



US\$ 2,57 bilhões<sup>241</sup>. Enfim, mais uma entidade financeira formada, o que nos faz refletir – *estrategicamente* – em um sistema financeiro rural amplamente baseado na concorrência entre si, o que constitui um avanço. Prova disso é a permissão para participação de bancos estrangeiros no processo com o HSBC<sup>242</sup>.

As cooperativas de crédito rural também passam por um processo de reformulação de seu funcionamento. O primeiro passo para essa reformulação foi a transferência da administração, em 2007, não mais para o nível da cidade ou municipalidade, e sim para as províncias. Trata-se do início de um processo que deveria desembocar na transformação de boa parte dessas cooperativas em bancos comerciais, já que a redução do número de cooperativas vinha sendo desde então uma tendência em andamento. A questão é acelerar esse processo, tendo em vista que seus créditos ditos “podres” em 2003 eram da ordem de 37%. Logo, a capitalização via People's Bank of China estava na ordem dos acontecimentos. Essa capitalização ocorreu no mesmo ano de 2007, com aportes do People's Bank de US\$ 25 bilhões, o que serviu para reduzir os créditos “podres” para 9,3%<sup>243</sup>.

As maiores cooperativas de crédito rural transformaram-se em *bancos comerciais rurais*, outras em *bancos cooperativos rurais*. No final de 2008 já estavam registrados 185 novos bancos, entre os quais 163 são bancos cooperativos rurais e 22 bancos rurais comerciais. Novas instituições financeiras tendem a surgir no futuro a partir de fusões envolvendo 4.965 cooperativas de crédito rural.

O gráfico abaixo pode nos dar um quadro preliminar da institucionalização desse novo sistema financeiro rural na China.

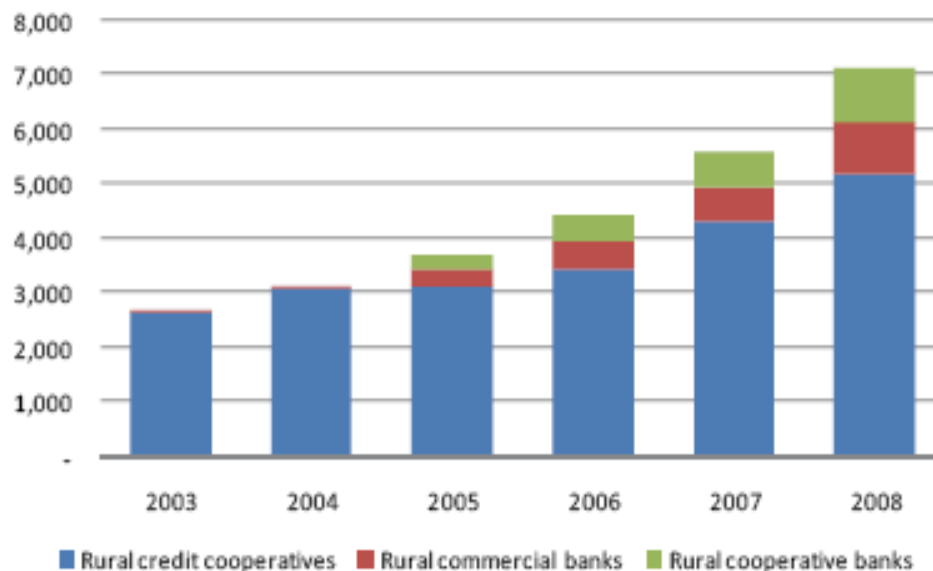
---

<sup>241</sup> GUO, Pei & JIA, XIANGPING: “The Structure and Reform of Rural Finance in China”. *Working Papers in Economics and Management*. Working Paper n° 2008E002. China Agricultural University. Beijing, 2008. pag. 14.

<sup>242</sup> Sobre esta participação, ler: *Rural Banking*. HSBC. Beijing Office. 2009. Disponível em: <[http://www.hsbc.com/1/PA\\_1\\_1\\_S5/content/assets/investor\\_relations/091119\\_asiatrip\\_ruralchina.pdf](http://www.hsbc.com/1/PA_1_1_S5/content/assets/investor_relations/091119_asiatrip_ruralchina.pdf)>.

<sup>243</sup> Idem ao 241

**GRÁFICO 11 – Total de ativos das instituições e cooperativas de crédito rural, 2003-2008  
(em bilhões de yuanes)**



**FONTE: “Rural Banking in China”. In *Asia Focus*. Federal Reserve Bank of San Francisco. May/2010.  
Acessível em: [www.frbsf.org/publications/banking/asiafocus/2010/may.pdf](http://www.frbsf.org/publications/banking/asiafocus/2010/may.pdf)**

O gráfico acima demonstra, a nosso ver, o estágio em que se encontra o processo analisado. O estágio inicial em que se encontra a reforma é perceptível pelo amplo domínio das antigas e pulverizadas cooperativas de crédito rural (formadas na década de 1950, na esteira da ofensiva coletivista do “Grande Salto Adiante”). Porém, já se percebe o desenvolvimento do processo diante da crescente participação dos bancos rurais comerciais e dos bancos cooperativos rurais.

Assim sendo, como analisar o quadro futuro do sistema? Apesar do ainda escasso material disponível a respeito desse processo em andamento no interior da China, é importante especularmos sobre isso. Um primeiro olhar sobre o tema nos leva a imaginar que um sistema como o que o governo chinês está propondo demanda uma busca por excelência que somente algo desenvolvido nas leis do mercado pode exercer. Não nos apeguemos a questões morais e/ou ideológicas. O problema é tornar atrativo o mercado rural para o avanço de um sistema financeiro ainda concentrado em grandes centros. Para isso, a *especialização* se faz necessária sob a forma de diferenciar os serviços de créditos a pequenos produtores e créditos para grandes empreendimentos. Deve-se exortar os bancos que operam nos grandes centros financeiros e

industriais litorâneos não partindo de princípios de “responsabilidade social” e sim pela atratividade de um mercado quase virgem.

Enfim, uma série de demandas ainda se fazem necessárias para o sucesso da empreitada e precisam ser mais bem debatidas não partindo por uma visão anglo-saxônica dos problemas chineses e sim partindo do pressuposto de que os chineses não começaram hoje em assuntos comerciais. Além de sua milenaridade, os chineses contam com uma ampla liberdade de escolha política e por muitos exemplos ocidentais e de seus vizinhos. Exemplos que devem ser seguidos ou não.

#### 5.5.1.3.2 A reforma do estatuto de concessão de terra: privatização?

Se, para o corpo geral da economia nacional, a governança chinesa trabalha com *objetivos de longo prazo*, o mesmo ocorre com a agricultura. O objetivo primário é o de elevar a renda *per capita* dos habitantes da zona rural dos atuais US\$ 600 para US\$ 1.200 até o ano de 2020. A produção mínima para a manutenção de sua segurança alimentar deverá aumentar em 25% até 2020, com base em 2008<sup>244</sup>. Em síntese, o governo chinês nos próximos dez anos deverá elevar consideravelmente sua produção dentro do limite estabelecido (já utilizado) de 120 milhões de hectares. A questão genérica é: como um país, no limite de suas capacidades (em matéria de terras em condições de plantio), poderá alcançar objetivo desta grandeza?

Revisemos o *processo*. Expomos (com números) que a agricultura chinesa também foi beneficiária do processo de modernização industrial, com a elevação da *composição orgânica do capital*, a *especialização* e a *diversificação*. Trabalhamos algumas tendências em andamento no país, entre elas o da *cooperativização*. Deixamos subentendido que essa elevação das *forças produtivas rurais* da China deveriam ser acompanhadas de *relaxamento das relações de produção*; algo que o governo atendeu de forma extensa, com a execução de audaciosas políticas nos campos financeiro, tributário e social.

---

<sup>244</sup> MOREIRA, Assis: “Emergentes embalam produção agrícola”. *Valor Econômico*, 14/06/2010.

Assim sendo, não dá para imaginar um aumento de 25% da produção agrícola (e a duplicação da renda *per capita* rural) em dez anos num país com as *condições naturais e demográficas* da China. Felizmente ou infelizmente, alcançar objetivos dessa monta passa – necessariamente – pela transição de uma agricultura ainda baseada na *pequena produção mercantil* (em algumas regiões, já em estado de trânsito à cooperativização) para outra baseada na *técnica e na mecanização* nos marcos da *grande propriedade*. Essa necessária transição nos leva a crer que o caso chinês – e seu dilema agrário moderno – resume-se ao fato de que as formas de propriedade e concessão da terra inauguradas em 1978 já estão em vias de esgotamento. O problema não é mais assegurar condições institucionais para a manutenção de um ambiente *de mercado*. A questão é como dar um salto de produtividade sem ferir os interesses materiais dos camponeses, ao mesmo tempo em que a questão da propriedade estatal da terra não fosse subvertida. Vejamos o encaminhamento da questão.

#### 5.5.1.3.2.1 Buscando consolidar o processo

Outra questão que se coloca é a de como combinar propriedade estatal da terra com a necessária transição da *pequena produção mercantil* para outra de nível superior em todos os aspectos. Um exame baseado em teoria fina pode encaminhar para uma solução onde a institucionalização de pequenos lotes familiares não se restrinja somente a uma manobra jurídica e institucional, mas também (dependendo do nível de desenvolvimento das *forças produtivas*) seja considerada um *instrumento de mercado*, logo “quase à mercê” da *lei da oferta e procura*. A diferença é que a natureza da propriedade não muda em detrimento de novas e sofisticadas formas de concessões de terra, muito propícias para o aumento da escala de produção de cereais.

Foi exatamente isso o que ocorreu: passou-se a permitir o arrendamento e/ou transferência do usufruto da terra a terceiros dentro de um prazo determinado pelo Estado. Esse instituto é o meio para a transformação qualitativa da agricultura chinesa. Interessante é perceber que esse tipo de ação pode corroborar pela instituição de um módulo jurídico de uma prática que já poderia estar acontecendo anteriormente, algo muito comum na história, afinal as leis – quase sempre em matéria de direito econômico – são outorgadas por força da *verdade objetiva*.

A grande e superficial impressão que essa medida pode passar é a de uma “privatização da terra” em marcha na China. É preciso ter cuidado em considerar isso, pois em nenhum momento a diretiva expõe que a terra deixa de ser propriedade estatal e sim em “transferência de direitos de propriedade”, que são dois elementos distintos, pois as famílias ou pessoas envolvidas nesta alcateia jurídica são concessionárias do Estado, o que quer dizer que o Estado PERMITIU o usufruto da terra. A natureza do *processo* é moldada pelo *comando do processo* e pela *natureza da propriedade do objeto em transição*.

Pode-se mencionar que a China entrou num processo de “acumulação por desapropriação” em semelhança à desapropriação camponesa ocorrida na Inglaterra no século XVIII, fato que, ao retirar dos camponeses o acesso aos meios de produção concomitante com o aparecimento de uma superpopulação urbana, serviu de condição objetiva à própria Revolução Industrial vitoriosa na Inglaterra. Também não é verdade, afinal – como já demonstrado neste trabalho – essa reforma rural é parte de um todo que envolve crescentes investimentos do governo central nas zonas rurais, especialmente na formação de uma previdência social, de uma rede competente de educação gratuita em todos os níveis e o da própria criação de condições para que “novas cidades” recebam os excedentes de mão de obra. Queremos dizer com isso que o relaxamento do sistema *hukou* fará com que o excedente de mão de obra rural se aloje não nos centros urbanos do litoral chinês, mas em 150 cidades de médio porte planejadas para o interior do país<sup>245</sup>.

Os marxistas não devem se opor a processos que encetem a elevação da produtividade em todas suas matizes, sob a justificativa de “viagens ideológicas” que estancam a máxima de *analisar o concreto a partir da situação concreta*. O importante é a manutenção do processo de aceleração das *forças produtivas*. Isso, para nós, é o que importa na análise de *processos sociais*, ainda mais quando os rendimentos marginais dos camponeses – no caso chinês – tendem a diminuir por conta de uso intensivo do solo, cuja solução só existe nos marcos de uma crescente mecanização da agricultura. Ou então se aprofunda um processo de “beco sem saída”, colocando o governo chinês em maus lençóis.

---

<sup>245</sup> Projeto piloto desse planejamento de novas cidades é o da vila de Dongtan, localizada a 25 km de Xangai, às margens do rio Yang-Tsé. O objetivo é o de, a partir de 2012, a vila de Dongtan se transformar na primeira cidade ecológica do mundo.

Não podemos nos esquecer que a essência do sucesso da política de Reforma e Abertura reside justamente na **liberação de uma milenar capacidade dos camponeses chineses em matéria de comércio e poder de acumulação.**

## 5.6 O DILEMA AMBIENTAL CHINÊS

Não poucas questões são motivos para desqualificar o projeto nacional chinês. Num certo momento foi a questão da mão de obra, noutra os “direitos humanos”, a “ocupação” chinesa no Tibet e Xinjiang. Já de forma constante, existe um claro direcionamento às candentes questões sociais e – de forma mais agressiva – ao presente problema ambiental criado pelo desenvolvimento chinês. Beirando entre o jocoso e o ridículo, poucos têm conhecimento (ou mesmo buscam saber) a respeito do progresso chinês nessa área, o que é muito grave para o progresso do conhecimento e da própria *ciência social*.

Partimos do princípio segundo o qual nenhum país desenvolvido do centro do sistema capitalista guarda a mínima reserva moral e histórica para desqualificar a China em assuntos que vão dos “direitos humanos” ao problema ambiental. Assim sendo, tentemos, no último tópico deste trabalho, tratar, ainda que não profundamente, sobre a questão ambiental. Nada que tente fugir dos enormes problemas que os chineses enfrentam neste campo.

### 5.6.1 O “fundo do poço”?

Pode soar muito forte afirmar que, em matéria de meio ambiente, a China atingiu o “fundo do poço”, pois da mesma forma que logramos sucessos acumulados pelo projeto nacional chinês, a responsabilidade política e intelectual deve bater em nossos ombros, principalmente para afirmar que, ao tornar inelásticas as possibilidades de crescimento seguindo os moldes dos fundadores da sociedade industrial, a China agravou em demasia o problema ambiental. Tanto

domestica quanto internacionalmente. Não se trata de nenhum problema – a começar pelos sérios e preparados dirigentes chineses – assumir essa responsabilidade.

#### **5.6.1.1 Péssimas impressões**

Os impactos de 30 anos de rápida e ininterrupta industrialização no meio ambiente também têm sido altos. Por exemplo, 70% das águas subterrâneas do país estão contaminadas, principalmente as localizadas no norte do país, onde 60 milhões de pessoas seguem com dificuldade para dispor de água potável. 16 das 20 cidades mais poluídas do mundo localizam-se na China que, por sua vez, ocupa o segundo posto em emissão de dióxido de carbono (apesar de sua emissão *per capita* ainda ser muito baixa), e o primeiro lugar na emissão de dióxido sulfúrico por superfície habitada. Como nos informa o Embaixador Amaury Porto de Oliveira, as emissões de óxido de enxofre na China, no início da década de 1990, atingiram um nível 17 vezes maior do que no Japão e 15 vezes o emitido pela Coreia do Sul<sup>246</sup>. Os prejuízos para o país, somente no ano de 2005, foram da ordem de US\$ 10 bilhões, por conta dos efeitos da chuva ácida<sup>247</sup>.

Os números acima assinalados guardam certa suficiência para alardes de inspiração anglo-saxã acerca da tragédia iminente encerrada nos danos ao meio ambiente causados pelo desenvolvimento chinês. Na verdade, não somente os números como também a impressão causada pela poluição do ar na China para um visitante estrangeiro no início da presente década corroboravam tal tendência subjetiva. Nas três viagens pela China que fizemos, principalmente na de 2004, a impressão que tivemos foi das piores. A “nebulosidade” do ar de Pequim, por exemplo, em vez de ser expressão de alguma chuva iminente era, na verdade, pura poluição. O vento que vinha da direção nordeste trazia toda fumaça exalada pelos complexos siderúrgicos localizados nas províncias que compõem a chamada Manchúria. Desde 1993, a China tornou-se importadora de petróleo. Somente no ano de 2006, a demanda de importação de petróleo cresceu, em média, 500 mil barris diários em comparação a 2005 e, entre 1978 e 2005, construiu-se na China uma usina movida a carvão por semana<sup>248</sup>.

---

<sup>246</sup> OLIVEIRA, Amaury P.: “A China abraça a causa verde”. In *Bresser Pereira Website*. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=3676>

<sup>247</sup> JABBOUR, Elias: *China: infra-estruturas e crescimento econômico*. Anita Garibaldi. São Paulo, 2006. p. 125.

<sup>248</sup> China Statistical Yearbook para os anos citados.

Fomos acometidos, em Pequim, por duas “chuvas de areia”. Antes esse fenômeno era consequência do avanço da desertificação; mas a expansão da classe média, em velocidade maior que a correspondente em forma de obras urbanas, juntamente com a facilidade do crédito para a compra de automóveis, alimentava mais um fator poluidor no uso de carros a gasolina. O transporte público, tanto em Pequim quanto em Xangai, continha grande fonte poluidora em ônibus urbanos cuja fabricação datava da década de 1970.

Como se pode perceber, de concreto, não faltavam razões para alimentar um verdadeiro clima de terrorismo<sup>249</sup>. Pequim se preparava para receber os jogos olímpicos de 2008, e os dirigentes do país não escondiam a intenção de utilizar tal evento como forma de promover a imagem da China no mundo. Para tanto, um dos objetivos era o de transformar Pequim em uma cidade “politicamente correta” sob o ponto de vista ambiental, com a construção de três grandes parques e dois “cinturões verdes”. Pequim prometia baixar a poluição por meio do aumento da proporção do consumo de gás e eletricidade em até 75%, em 2005, e 83%, em 2010. Para as Olimpíadas de 2008, 90% dos táxis e 70% dos ônibus da cidade seriam abastecidos por gás natural.

Já a cidade de Xangai, maior centro industrial e comercial, com – naquele momento – 70% de seu consumo energético provido pela queima de carvão, planejava o aumento do consumo de gás nos setores industrial e automobilístico juntamente com a pretensão de construir usinas elétricas a gás até 2010.

Poucos acreditavam que esses objetivos seriam alcançados. Porém, o poço não era tão profundo quanto parecia.

### ***5.6.1.2 Posturas diante do concreto, experiências de viagens e questões de ordem subjetiva***

Ainda sobre as impressões ruins de nossa primeira viagem à China, achamos importante observar o problema sob outro ângulo, o subjetivo. Bem, quando tratamos da questão social e

---

<sup>249</sup> Esse clima de terrorismo orquestrado teve seu pico em 2008, durante a realização dos jogos olímpicos. A mídia deu grande destaque à hipocrisia imperialista/racista de atletas norte-americanos e europeus chegando a Pequim com narizes protegidos por lenços. O detalhe é que, no dia 8 de agosto, data em que se inaugurou o evento, a qualidade do ar em Pequim estava há 26 dias melhor que o verificado em Nova Iorque. No final das contas, a China realizou o maior evento esportivo da história. Era a inauguração do “século chinês”.



agrária na China, ficou muito claro que o regime atingiu pontos-limite nesses aspectos no início da década. Essa impressão se coaduna com outra demonstração de limite do “modelo” sintetizada na problemática ambiental e suas repercussões nacionais (revoltas camponesas) e internacionais (chuva ácida no Japão, Coreia e costa oeste dos EUA). Não é nenhum reconhecimento de incompetência do regime em lidar com seus problemas quando abordamos a questão como um momento de “fundo de poço”. Aprendemos, em filosofia marxista rústica, que a contradição é o motor do processo, e – sem sombra de dúvidas – o motor primário do processo de desenvolvimento.

Permitam-nos a abertura de grande, e necessário, parêntese. Trabalhar com filosofias e abstrações mantendo distância física do *objeto de pesquisa* pode produzir uma relação – um tanto quanto maniqueísta – de júbilo com o sucesso ou o pessimismo antidualético. São muito comuns essas formas de expressão em pesquisadores, ensaístas e “especialistas” em China. Tal impressão pode se radicalizar em visitas pelo país onde não prioriza contatos com intelectuais e burocratas do governo em detrimento do contato mais profundo com o povo e seu modo de vida. Amplos seminários, por exemplo, são organizados pelo mundo todo sobre temas que vão desde o desenvolvimento econômico até a condenação da “pena de morte”.

Neste sentido, vale relatar uma interessante passagem ocorrida em nossa última visita na China, em 2009. Almoçamos com alguns estudantes estrangeiros (sobretudo ingleses e norte-americanos) que faziam intercâmbio (na área de economia) na Universidade Qinhua em Pequim. Interessante é que, naquele momento, estava em andamento um processo contra um cidadão anglo-paquistanês que entrou na China com cinco quilos de heroína. Os protestos grassavam pelo mundo (inclusive em Ipanema, bairro do Rio de Janeiro) condenando a sentença chinesa de pena de morte. Ao lado disso, esquecendo-se que a chefe de Estado da Grã-Bretanha é uma rainha, expunham todo ódio e reprovação à “ditadura cruel e sanguinária chinesa”. Em certo momento perguntamos a eles se sabiam a opinião do povo chinês a respeito desse acontecimento (prisão do anglo-paquistanês). Ninguém se pronunciou. Então, fizemos uma rápida pesquisa no restaurante e todas as pessoas consultadas (exatamente 28) eram favoráveis à condenação capital desse sujeito.

Esse tipo de postura, como a dos estudantes estrangeiros, é mais comum do que se pensa. Conhecemos muitos casos de intelectuais e jornalistas com essa tendência e que, apesar de passarem temporadas de meses e anos no país, a única assertiva “interessante” é a de classificar a China como um “país de contrastes”. É como se o contraste ou a contradição fossem privilégios

puramente chineses. Porém, entendemos essa postura, porque, realmente, ao se deparar com a realidade concreta chinesa, duas impressões ficam claras: uma é relacionada ao processo de desenvolvimento em si, com a rapidez das transformações; a outra pode ser de choque com os problemas criados por esse desenvolvimento. Daí a sedução da ideia primária de “país de contrastes”. E nós, por certo momento, fomos “seduzidos” por essa postura. Uma postura subjetivista e a-histórica, diga-se de passagem.

#### 5.6.1.2.1 O desenvolvimento como pré-condição à solução do óbice ambiental chinês

Questões de subjetividade devem ser parte da análise de qualquer realidade concreta. Observando-se fora dos marcos do “choque do concreto”, é possível perceber algo além da aparência. A primeira delas se refere ao fato de que a busca do equilíbrio entre desenvolvimento e meio ambiente insere-se em questões mais profundas, dentre as quais a própria relação entre homem e natureza no âmbito da filosofia oriental onde, ao contrário da cultura ocidental – onde o domínio humano sobre a natureza é fator de afirmação máxima da espécie humana –, vê-se uma concepção onde o homem é parte da natureza tão importante (e muitas vezes subsumido) quanto os rios e a terra. Prova disso é que dificilmente encontram-se na China pinturas como as de Van Gogh celebrando a desgraça ou a bonança humana. A arte chinesa é dominada por celebrações à natureza, com pinturas de rios, cachoeiras, árvores e plantas. Pouco se percebe a presença de retratos humanos em exposições de artes na China.

É nesse ambiente carregado de fatores filosóficos e subjetivos que se insere a máxima, da atual geração dirigente, de edificação de uma “sociedade socialista harmoniosa”. Essa questão da combinação entre *harmonia* e *socialismo* pode ser motivo de muitas controvérsias teóricas; não vamos tratar delas aqui. O importante é saber que – em nossa visão sobre o *processo* chinês – essa concepção de desenvolvimento está relacionada a uma questão que extravasa as fronteiras da China: diante de seu tamanho territorial, demográfico e econômico, as soluções para os problemas chineses sugerem abranger a solução de problemas que afetam não somente a China, mas também o mundo como um todo. Se é ilusório acreditar que a China vai se descuidar de seu desenvolvimento às custas da proteção ambiental, também é verdade que a solução do problema

ambiental chinês é um sinal estratégico para todo o mundo. Esse conceito de sociedade pode ser analisado à luz do desdobramento de uma *civilização futura de nível superior*, onde o mundo deve estar “condenado” a assimilar o que de melhor se gestou no território chinês em matéria de desenvolvimento e “sustentabilidade” ambiental.

Isso significa que se os chineses, guiados por uma excepcional classe política, tiverem sucesso em mais essa empreitada, podemos crer que o futuro da humanidade não será pautado mais em concordância com uma visão *catastrofista*, mas sim por algo mais afeito ao *materialismo*. Afinal, o homem tende a solucionar os problemas por ele mesmo criados. A Idade da Pedra não chegou ao fim por conta do fim da pedra, e sim pelo desenvolvimento contínuo da técnica. **Logo, a solução dos problemas ambientais chineses é parte do próprio processo de reprodução da sociedade humana, não havendo, portanto, solução fora dos marcos do amplo alargamento das forças produtivas materiais e sociais.**

O problema não é moral, nem de “bondade” ou “maldade”. A questão é histórica e econômica.

### 5.6.2 O grande esforço estratégico

A partir da reflexão acima, podemos vislumbrar que a superação desse óbice pela China não se dará sob parâmetros idealistas. Não estamos num mundo perfeito, e sim num planeta onde os problemas que freiam seu processo de reprodução (ainda) são enfrentados somente sob o amparo da acumulação de capital. **Apesar de parecer esdrúxulo, temos a clareza de que – no concreto – é assim que as coisas funcionam. Afinal a promulgação de leis proibitivas a ações degradantes não passam de instrumentos jurídicos/institucionais que fazem parte da superestrutura. Porém, a superestrutura deve refletir impulsos da base econômica. Esse complexo sugere expor a questão ambiental como mais uma fronteira de acumulação. Sem base material, as leis – por mais avançadas que sejam – transformam-se em letras mortas. É por essa razão que a solução da questão ambiental também é parte essencial tanto da transição à 3ª Revolução Industrial quanto da concorrência estratégica entre *socialismo* e *capitalismo*. Substanciemos esse ponto de vista.**

### 5.6.2.1 De uma postura hesitante ao engajamento diferenciado

Data-se do final da década de 1980 e início da de 1990 a amplificação internacional do problema ambiental e suas decorrências sobre o clima do planeta<sup>250</sup>. O crescimento chinês e o alcance ao posto de “maior poluidor do mundo” (apesar de, por índices *per capita*, os Estados Unidos poluírem nove vezes mais que os chineses), colocaram mais uma vez o país na “alça de mira” dos analistas. Não importa saber que os países europeus (mais os Estados Unidos) no início do século XX colocaram de lado a opção pela eletricidade como fonte de energia dos automóveis em prol do petróleo. Não importa colocar em questão que metade da energia em uso, nos EUA, é gerada pelo carvão, ou mesmo que “o país mais livre do mundo” não assinou o Protocolo de Kyoto. O modelo de desenvolvimento chinês deveria ser alquebrado moralmente, assim como qualquer alternativa ao Consenso de Washington deveria ser proscrita. De forma semelhante deveria ser proscrita qualquer alusão à história do desenvolvimento do próprio capitalismo, destruidor do planeta Terra. As hipocrisias de Al Gore lhe valeram um Prêmio Nobel. A China e a periferia deveriam arcar com as consequências de 400 anos de história do capitalismo. Essa é a conjuntura ideológica/religiosa em que se dá a discussão sobre o problema ambiental em nosso mundo. Não estamos negando a existência de um problema ambiental sério em curso na China e no mundo. Apenas não acreditamos que a solução desse problema ocorrerá a partir da condenação da periferia do sistema ao retorno à Idade da Pedra. Nesse caso, somente o espraçamento da tecnologia e do financiamento do centro à periferia de novas formas de geração de energia compõe-se em solução equilibrada para o problema.

O limite da China nessa questão está exatamente na manutenção de seus índices de crescimento. Esta assertiva fica imanente na declaração elaborada pelo Conselho de Estado em julho de 1990. Sob o título de *Problemas e Posições Relacionados com os Temas Ambientais Globais*, surgiram os princípios norteadores da diplomacia chinesa exercidos até hoje nos fóruns mundiais sobre o meio ambiente e clima. São eles:

---

<sup>250</sup> Neste subitem, trataremos de trabalhar e, principalmente, aprofundar as opiniões do Embaixador Amaury Porto de Oliveira divulgadas em texto já citado, “A China abraça a causa verde”.

- a) a responsabilidade dos países desenvolvidos pela deterioração do meio ambiente;
- b) a harmonia entre a proteção ambiental e o desenvolvimento econômico;
- c) o direito dos países em desenvolvimento de se desenvolverem;
- d) a igualdade soberana de todos os países; e
- e) a necessidade de estabelecimento de fundos para os países em desenvolvimento.

É evidente que esses princípios por si só são desmoralizantes para as “democracias” ocidentais. Porém, não nos atenhamos somente aos princípios em si, mas principalmente ao fato de ser conveniente à China defendê-los, não somente pela sua história e seu regime político, mas também pelo fato de se considerar um “país em desenvolvimento” e, portanto, muito reticente com compromissos globais que possam colocar em risco seu processo de crescimento. Daí sua postura se equilibrar entre algo *hesitante* e o *engajamento diferenciado*. Porém, tal discurso lança luzes para outra questão, que é a própria transferência de tecnologia dos países do centro para a periferia do sistema, no tocante à problemática da redução de emissão de gases. Essa constatação nos leva a substanciar o argumento, já colocado, da difusão da técnica como forma de enfrentar os problemas candentes da humanidade. E, nessa questão do meio ambiente, a técnica em condições de viabilizar relações mais racionais entre homem e natureza está concentrada em apenas alguns países. A China tem grande interesse em transformar essa transferência de tecnologia numa *nova fronteira de acumulação* facilitando e aprofundando as experiências internas que encetam a 3ª Revolução Industrial.

Tal forma de salvaguardar seus interesses não impediu a China de, desde 1990, adotar e assinar – além do Tratado de Kyoto – 50 tratados internacionais, mais de 15 convenções de área e 27 acordos bilaterais na área ambiental. Porém, esteve firme ao lado da tentativa de imposição aos países periféricos das famigeradas “cotas de carvão”, que poderiam ser vendidas aos países desenvolvidos. As cotas de carvão são os “ouros” a serem trocados por espelhos no século XXI, sob a batuta do discurso de extrema-direita de Al Gore.

Essa inserção internacional chinesa no âmbito da discussão sobre o meio ambiente e as alterações climáticas ganham corpo não somente no âmbito da “grande política”, mas também na colaboração científica com o Japão, Estados Unidos e Coreia do Sul, conforme nos informou o embaixador Amaury Porto em seu citado artigo. Porém, a crise financeira em curso alçou a China

e a discussão em si para outro patamar, incluindo a utilização – pela primeira vez por um chefe de Estado chinês – da tribuna da Assembléia Geral das Nações Unidas no sentido de conformar o comprometimento chinês com a redução das emissões de carbono. Além disso, um crescimento que pontua a transição da 2ª para a 3ª Revolução Industrial – na China – é incompatível com a utilização de fontes fósseis de energia, tornando-se insustentável inclusive economicamente.

#### 5.6.2.1.1 Primeiros sinais para o mundo

A execução do plano quinquenal que se encerra este ano (2010) foi caracterizada pela virada completa do compasso do desenvolvimento para o oeste do país, e também pela primeira tentativa de massificação de uma mentalidade e prática politicamente correta em matéria de meio ambiente. Por exemplo, as metas de transição do petróleo para o gás natural no transporte público e em táxis nas grandes cidades foram coroadas de êxito, além do fato de o *Instituto Nacional de Estandarização* (o INMETRO chinês) implementar políticas de regulação que objetivam – para o final de 2010 – a diminuição em até 10% o consumo de energia nas cidades. No final de abril de 2010, alcançou-se a diminuição de 14% na utilização de energia por unidade do PIB, porém o consumo de energia na China desde 2006 aumentou em 24%. Houve melhora de um lado, denunciando aumento da própria produtividade do trabalho, mas redução geral do aumento da eficiência energética. Outro exemplo desse empenho é a repetição do *Programa de Eficiência 1.000 Empresas*, já utilizada com sucesso anteriormente e que são voltadas para a fiscalização daquelas que usam mais de 5.000 toneladas anuais equivalentes de carvão<sup>251</sup>.

Como se percebe, o plano quinquenal em execução elevou a moral da governança chinesa para tratar internacionalmente do problema ambiental. Vale lembrar que a citada participação de Hu Jintao na Assembléia Geral das Nações Unidas teve ponto culminante não somente no relato dos feitos desse país ao longo de 60 anos de poder popular e nem apenas no crédito dado pelo dirigente chinês sobre a inxequibilidade desse projeto apartado do *socialismo*. A ampliação da política de reflorestamento, aumentando em 20% a taxa de utilização de energia limpa com base

---

<sup>251</sup> LASH, Jonathan: “A China verde é sustentável?”. In *Especial China – CEO Exame*. Edição nº 6. Junho/2010.

em 2005 e aumentando para 15% a utilização de combustíveis limpos (atualmente está em 7%, enquanto que no Brasil é 45%) e a viabilização de uma “economia verde” foram políticas em execução anunciadas – internacionalmente – pelo mandatário chinês, com amplas repercussões pelo mundo. Do ponto de vista estratégico, o embaixador Amaury Porto nos alerta que pelo menos 60% dos aportes financeiros chineses voltados à contenção dos efeitos da crise financeira (quase US\$ 600 bilhões) foram “carimbados” ao subsídio de energias limpas. Opinamos que um imenso mercado para produtos ancilares à “economia verde” está em ebulição na China. Trata-se da acumulação como pêndulo do processo em pauta.

Discurso e prática que caíram como uma torrente, dados os óbices à economia norte-americana e mundial em decorrência da crise financeira; o processo de fragilização do governo Obama no âmbito doméstico, expressada na imensa barganha em sua política externa em prol da aprovação da reforma da saúde. A face ambientalista de Obama se expressa nas tentativas de fortalecimento da “indústria verde” ao mesmo tempo em que a China constrói capacidade de suprir a meta de 20% de utilização de fontes renováveis no âmbito industrial em 2020 somente pela utilização da capacidade instalada em energia eólica. E mais: a capacidade de geração de energia eólica dobrou a cada ano nos últimos quatro anos<sup>252</sup>, e ao que tudo indica, a China está prestes a ultrapassar a capacidade norte-americana na produção de turbinas geradoras para este fim<sup>253</sup>.

#### 5.6.2.1.2 Cooperação e competição com os Estados Unidos

Não é preciso ir muito longe para ter uma mínima noção da imensidão do mercado norte-americano para práticas de “economia verde”. Além disso, os EUA são a maior potência jamais vista na história humana. Por outro lado, o papel virtuoso cumprido pela China na contenção dos efeitos da crise financeira elevou-a a uma condição jamais vivida pelo país desde a segunda metade do século XVII. Projeta-se a assim a necessidade do diálogo entre as duas maiores

---

<sup>252</sup> “China doubles wind Power in single year”. In U.S. News – Green Machines. Disponível em: <[http://www.msnbc.msn.com/id/35219596/ns/us\\_news-environment](http://www.msnbc.msn.com/id/35219596/ns/us_news-environment)>.

<sup>253</sup> “China Has World's Fastest Growing Wind Power Capacity”. In Business Week. April 28, 2009. Disponível em: <[http://www.businessweek.com/globalbiz/blog/eyeonasia/archives/2009/04/china\\_has\\_world.html](http://www.businessweek.com/globalbiz/blog/eyeonasia/archives/2009/04/china_has_world.html)>. Acessado a 13/07/2010.

potências sobre os desígnios do século XXI, principalmente na área energética. A competição também é parte desse complexo, obviamente. Trabalhemos dois exemplos. Um de cooperação e outro de competição. Um exemplo de *cooperação* está nos arranjos conjuntos entre os dois países para procurar sínteses comuns em fóruns internacionais, como as “conferências do clima”; algo como a extensão do *Diálogo Econômico-Estratégico* lançado em 2006. Nesse campo, as dificuldades maiores ficam a cargo dos Estados Unidos, uma vez que nem sempre promessas de campanha são factíveis na prática, como demonstraremos mais abaixo.

Já sobre a *competição* entre os dois países no terreno das energias limpas e suas respectivas indústrias está na *dialética* entre a demanda norte-americana pela mudança de seu vetor energético e a cada vez maior capacidade chinesa de atender essa demanda. Dois exemplos são pertinentes. O primeiro está na capacidade produtiva instalada no setor de energia limpa pela empresa Himin, que produz cerca de dois milhões de metros quadrados de painéis para captação de energia solar por ano, produção essa equivalente ao dobro das vendas anuais desse produto – por estrangeiros – ao mercado norte-americano<sup>254</sup>.

Outro exemplo encerra-se na polêmica de construção de uma planta de energia eólica no Texas ao custo de US\$ 1,5 bilhão, que está sendo empreendida por um consórcio sino-americano. O lado chinês (com 49% de participação) é a *A-Power Energy Generation Systems*, com sede em Shenyang. Cerca de 30% da obra está sendo financiada com fundos governamentais de incentivo à instalação desse tipo de planta. A polêmica reside no fato de que todas as 240 turbinas geradoras de energia a serem utilizadas no empreendimento são de fabricação chinesa<sup>255</sup>. É curioso notar que há alguns anos a China foi um grande mercado para turbinas e geradores fabricados por empresas como a GE e a AES. O jogo, pelo jeito, pode estar virando. Empreendimentos desse tipo tendem a se repetir no futuro próximo, dando mais margem de percepção a um confronto econômico que tende a ser cada vez mais iminente e agressivo.

\*\*\*

---

<sup>254</sup> OLIVEIRA, Amaury P.: “A China abraça a causa verde”. In *Bresser Pereira Website*. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=3676>>.

<sup>255</sup> “Business Week China Wind Farm Inside Texas”. In *Wind4Me*. 03/11/2009. Disponível em: <<http://wind4me.com/2009/11/03/businessweek-china-wind-farm-inside-texas>>. Acessado em: 12/01/2010.



Numa análise que procure estabelecer os limites dessa cooperação/competição entre a China e os Estados Unidos, em matéria de meio ambiente, faz-se necessário localizar problemas de outra ordem. Referimo-nos a diferenças no âmbito da *superestrutura* entre os dois países, pois a política é quem comanda o processo.

A vida demonstra que o poder real norte-americano não é exercido plenamente pelo signatário eleito pelo sufrágio universal. O poder nos Estados Unidos é exercido pelo grande capital instalado no complexo industrial-militar, na indústria petrolífera e nos interesses em outras formas de energia, como o carvão. São esses *oligopólios* que elegem os presidentes norte-americanos. Se não os elegem, ao menos tocam os cordéis do governo de forma a inviabilizar o aprofundamento de mudanças qualitativas no processo político e social. Isso explica o fato de Bill Clinton não ter enviado ao Congresso as cláusulas propositivas do Protocolo de Kyoto. Outro fato que retarda a adoção de políticas radicais de contenção do uso do carvão nos Estados Unidos é o próprio fato de mais da metade dos estados da federação serem produtores de energia providas do carvão. Um país dominado por *oligopólios* dificilmente pode cumprir acordos internacionais em matérias que mexem com os interesses desses mesmos *oligopólios*. O restante é consagrado à invenção de guerras em nome da “democracia”. Nada que a história não consagre.

A China também tem problemas desse tipo, mas de menor intensidade, afinal **os oligopólios chineses são estatais e devem plena satisfação ao Estado**. Uma vantagem considerável dentro de uma observação de mais largo alcance envolvendo a superioridade do *socialismo* ante ao *capitalismo*. Essa superioridade também explica a rapidez com que a China direciona capital e incentivos à abertura de empresas, institucionalização de reserva de mercado e agressividade externa em áreas jamais imaginadas ao pesquisador menos atento. E a “indústria verde” é prova disso. Porém, tudo guarda contradição. Conversamos com muitos membros do PCCh em cidades diferentes, como Pequim e Xangai. Em Pequim, existe uma aceitação muito maior da necessidade de uma “industrialização verde”. Em Xangai, a indústria já instalada tem muita força na seção local do PCCh, portanto mais avessa a uma escalada mais rápida de desmonte das plantas movidas a carvão. Sendo o carvão uma forma de geração de energia amplamente difundida em todos os rincões da nação, e muitos dos membros do PCCh terem *status* maior ou menor dependendo da *performance* econômica da província em que governa, o controle de políticas nacionais é muito dificultada. Existem *lobbies* de grandes estatais petrolíferas? Claro que sim, mas seus gerentes são nomeados pelo Estado e não por interesses

privados. Nessa e em outras refregas o governo chinês tem muito mais capacidade de manobra do que o governo americano.

Nesse ínterim de espaço político entre o governo central e as províncias é que surge uma imensa classe média com grande capacidade de mobilização e pressão sobre o governo. E o governo chinês sabe disso, fazendo um grande apelo à sua participação política nos quadros da grande mobilidade social cuja classe média é expressão. Os intentos da classe média norte-americana estão mais na necessidade de ampliar sua capacidade de consumo do que com o incômodo diante da pobreza alheia e de problemas ambientais e sociais mais agudos.

Essa relação estratégica entre os dois países com sistemas sociais, políticos e econômicos quase antagônicos deve ser analisada sob a luz de variáveis que muitas vezes escapam de qualquer pesquisador, inclusive sob o medo do rótulo. Ser rotulado é um risco que se corre ao se procurar a essência do problema, quando se compara as relações desses dois países sob o prisma da composição de classes sociais que contornam ambas as superestruturas de poder.

### **5.6.3 Avanços na “indústria verde” chinesa**

Com certeza não disporemos de espaço para enumerar os avanços chineses em matéria de proteção ambiental. Mas é sugestivo expor, a princípio, que entre 2004 e 2009 foram feitas três visitas ao país e em cada uma delas a impressão variou de muito ruim em 2004 para satisfatória em 2009. Ao menos em 2009 já era possível enxergar estrelas no céu de Pequim. E essa impressão empírica já diz muito, apesar de reconhecermos que muito trabalho terá pela frente a governança chinesa para dar solução a esse óbice. Somente o fato de não haver mais em circulação ônibus antigos e movidos seja a gasolina ou diesel já constitui grande avanço, algo que no Brasil ainda se encontra em seus primeiros passos.

Trabalharemos esse ponto de forma a substanciar argumento já exposto sobre o papel desse salto na China como uma nova fronteira de acumulação. Temos em mente, em curtas palavras, que o problema ambiental só poderá ser enfrentado na medida em o mesmo for algo lucrativo (algo com retorno financeiro).

### 5.6.3.1 Uma grande reserva de mercado

Para qualquer investimento ter retorno financeiro, deve-se ter um grande cálculo de mercado, de forma que fique clara a existência ou não de uma grande *reserva de mercado* a ser institucionalizada. Não cabem muitas delongas a esse respeito, pois o crescimento econômico em si é movido por energia. E num país com estimativas de crescimento e de migração de 350 milhões de pessoas para cidades (estimadas até 2025), o que mais existe é reserva de mercado para novas formas e fontes de energia. Há a questão dos investimentos na área, também como forma de se criar *mercado* para produtos *novos*. Além disso, novos produtos e serviços na área de energia demandam outros tipos de investimentos, assim como novas formas de acumulação. Novamente colocamos: tudo se relaciona.

Pois bem, não é surpresa – dado o já exposto neste trabalho – que a China está promovendo esforços no sentido de se modernizar no âmbito da proteção do meio ambiente e da consecução de formas limpas de energia.

Quanto ao atual plano quinquenal em execução (com previsão de término neste ano), já se investiu num “plano quinquenal verde” a quantia de US\$ 222,5 bilhões, o que explica a rápida ascensão do país nessa matéria em apenas alguns anos. Para o próximo plano quinquenal, a meta é duplicar esses investimentos, o que colocará a China à frente dos Estados Unidos e Japão nessa matéria. No ano de 2009, a China já havia ultrapassado esses países quando se compara os investimentos em energia com relação ao PIB: 3%<sup>256</sup>. O impacto dessa recente opção do país é sentido no crescimento dos serviços e indústrias correlatos: entre 2005 e 2009, o crescimento ao ano variou de 15% a 20%: a China já é o maior produtor mundial de células solares, turbinas eólicas e aquecedores solares de água<sup>257</sup>.

---

<sup>256</sup> “ONU: China investe 3% do PIB em energia limpa”. In *Portal Vermelho*, 06/05/2010. Disponível em: <[http://www.rubro.paginaoficial.ws/noticia.php?id\\_noticia=128899&id\\_secao=10](http://www.rubro.paginaoficial.ws/noticia.php?id_noticia=128899&id_secao=10)>. Acessado em 07/05/2010.

<sup>257</sup> “China to double investment in environment protection to US\$ 454 bn”. In, *BusinessGreen.com*. Disponível em: <<http://www.businessgreen.com/articles/print/2253986>>. Acessado em 10/06/2010>.

### 5.6.3.1.1 Reflorestamento, um grande negócio

Um país com variação média de crescimento de dois dígitos nos últimos 30 anos e com uma imensa faixa de sua população em acelerado processo de urbanização é – *per si* – um país onde a construção se transforma em um dos motores do processo desse crescimento. Logo, nessas condições, surge o mercado para a comercialização de uma série de itens com estrita ligação com a madeira. O desmatamento e, no caso da China, a destruição do que havia no vale do rio Yang-Tsé durante as enchentes de 1998 (4.000 mortos e 18 milhões de desabrigados) foram consequências dessa demanda.

Apesar de o consumo chinês de madeira *per capita*, por exemplo, ser somente a vigésima parte da norte-americana, o papel, o setor de construções e equipamentos manufaturados de madeira consomem 300 milhões de metros cúbicos. Logo, a China é a segunda maior importadora mundial de madeira.

Já dissemos anteriormente algo sobre os objetivos do governo referentes ao desmatamento. Trataremos agora de um exemplo interessante que envolve a transformação da preservação em negócio lucrativo. Para tanto nos remeteremos a um capítulo do livro *80 Homens para Mudar o Mundo*<sup>258</sup>, intitulado “Reflorestamento: um novo negócio”.

A história gira em torno de Allen Chen, fundador e presidente da *Sino Forest*, empresa de Hong Kong responsável por 5% do mercado chinês de madeira e ponta de lança empresarial de um grande projeto encaminhado desde 2001, pelo governo chinês, de promoção – após proibir a exploração no vale do rio Yang-Tsé, e das florestas naturais como um todo – da chamada “madeira renovável”. A *contradição* é que, apesar de essa medida de proibição da exploração da madeira em florestas naturais ter ajudado a diminuir, nos últimos dez anos, em 20% a produção chinesa de madeira, a demanda não diminuiu, aumentando o desmatamento em áreas da Sibéria e de seus vizinhos tropicais ao sudeste da China.

O citado capítulo do livro expõe que, desde 1993, Allen Chen percebeu que era possível produzir madeira e propor uma alternativa ao desmatamento por meio da implantação de “fazendas arborícolas”. Tais fazendas funcionam da seguinte (e simples) forma: plantam-se

---

<sup>258</sup> SYLVAIN, Darnil & LE ROUX, Mathieux: *80 Homens para Mudar o Mundo*. São Paulo, La Selva, 240 p. 2009.

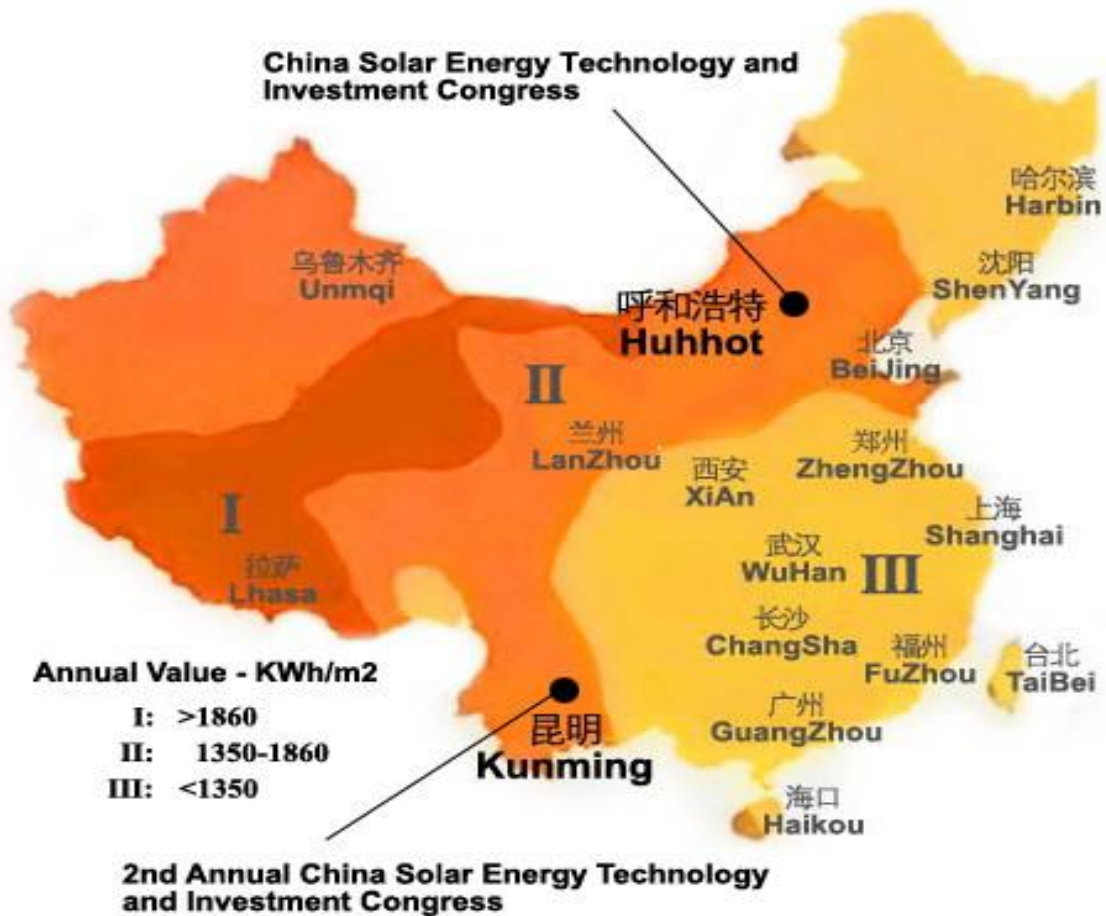
eucaliptos e pinhos que levavam somente cinco anos para atingir sua maturidade. Ou seja, um processo muito mais rápido que o verificado no tempo de renovação de árvores de reservas naturais. Em uma floresta concedida pelo governo para exploração privada (com pagamento ao Estado de 30% do lucro da empresa no final do ano – no caso para a *Sino Forest*), o círculo encerra-se com o replantio dessas árvores no lugar da área explorada. Se apenas um quinto da floresta concedida pelo governo é suficiente para o trabalho proposto por Chen, fundamentalmente num período de concessão, que pode demorar entre 20 e 30 anos, tudo o que foi desmatado foi repostado. Dado o tempo de recuperação da área, Chen conseguiu reduzir custos de transporte e exploração, podendo vender no mercado chinês materiais 20% mais baratos que o verificado entre os resultantes da exploração de florestas naturais. Negócio lucrativo, “sustentável” e renovável.

É um exagero colocar que os problemas ambientais gerados pelo desflorestamento na China estejam perto de uma solução definitiva. Porém, o mais importante é saber que essas soluções existem e estão sendo estudadas e trabalhadas pelo governo chinês. Os chineses não são anglo-saxões que miram na tragédia e num futuro da espécie humana a caminho do “juízo final”. Logo, o futuro tende a ser promissor se levadas às últimas consequências as experiências como as da *Sino Forest*. A expansão da empresa pode dizer muita coisa sobre o futuro: crescimento médio anual de 33%, emprego de 35.000 trabalhadores e faturamento em 2004 de 250 milhões de euros.

#### 5.6.3.1.2 A expansão das formas solar e eólica de geração de energia

Já dispomos de algumas palavras sobre o potencial encerrado nas energias solar e eólica para o futuro do projeto energético chinês, inclusive com números. O desenvolvimento de tais fontes de energia para a China encontra guarida em algo que é sério motivo para se compreender o passado, o presente e o futuro da China: a natureza. Como exemplo, o mapa abaixo, de escalas de produção de energia solar na China, pode nos dizer algo a respeito, incluindo os sugestivos lugares em que se realizaram os dois primeiros congressos sobre o tema:

**MAPA 14 – Escalas de produção de energia solar na China (e localização dos dois últimos congressos nacionais sobre o tema)**

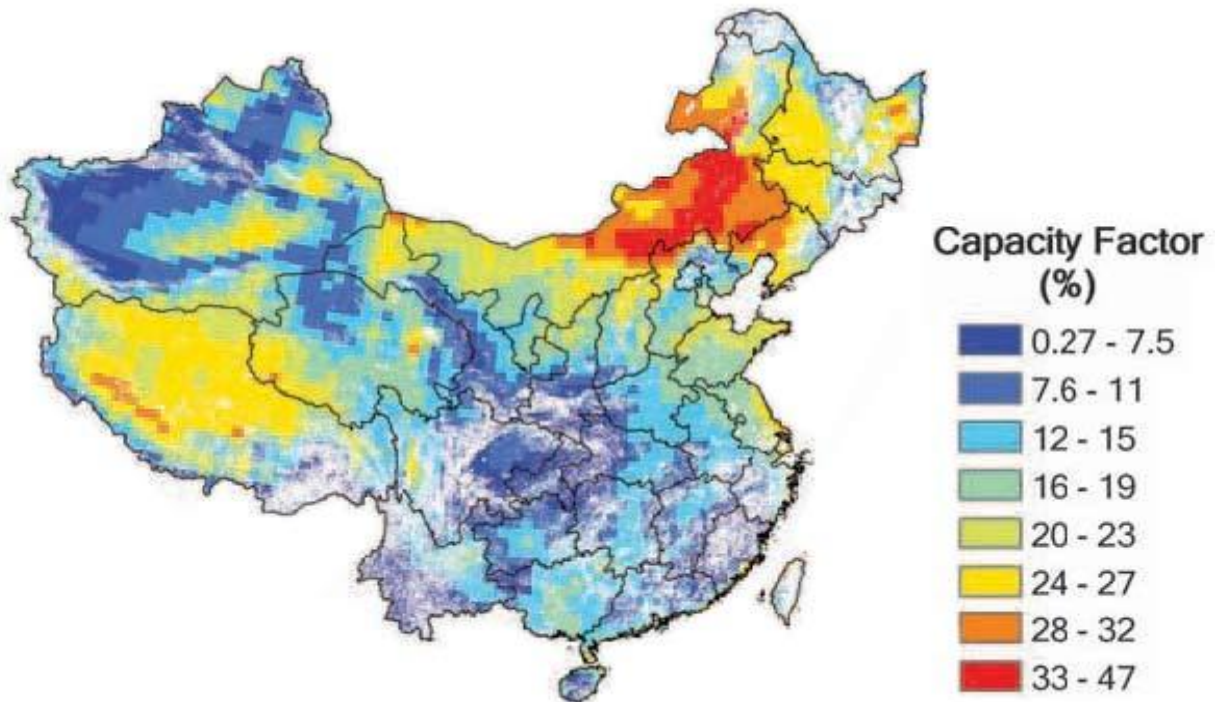


**FONTE:** *2nd Annual China Solar Energy Technology and Investment Congress*. Disponível em: [http://www.noppen.com.cn/events/2nd\\_solar/2nd\\_solar.asp](http://www.noppen.com.cn/events/2nd_solar/2nd_solar.asp).

Na China existe a combinação de dois domínios naturais propícios para o desenvolvimento desse tipo de energia: altiplanos e desertos. As escalas de produção elencadas acima demonstram que a escala 1 vai desde o altiplano do Tibet até as extensões do deserto do Tarim. Já a escala 2 é percebida nas regiões que se estendem do sul país ao deserto de Gobi, e também na Mongólia Interior. Já a escala de 3 estende-se na direção das planícies litorâneas chinesas. O que cabe destaque é o fato de as províncias mais pobres da China serem as que guardam maior potencialidade de produção.

O mapa 15, sobre fatores de capacidade para instalação de unidades geradoras de energia eólica, demonstra tendência semelhante:

**MAPA 15 - Fatores de capacidade para instalação de unidades geradoras de energia eólica**



**FONTE:** *China's Potent Wind Potential*. Disponível em:  
<http://www.technologyreview.com/energy/23460/page2/>

A mesma tendência percebida para a geração de energia solar só é subvertida, no caso da eólica, em baixos fatores de capacidade localizados em bacias como a do Tarim e de Sichuan. Nos demais casos, o fator máximo está em pleno deserto de Gobi (Mongólia Interior) e no Tibet.

Os mapas acima, ilustrando a estratégia chinesa de implantação de um mercado para energia limpa e renovável gerado nas províncias mais pobres do país (com dados expostos sobre o potencial já utilizado e por utilizar nos ramos trabalhados e o alçamento à *questão estratégica* a ser solucionado do meio ambiente), demonstram que mais um desafio de ordem nacional e internacional deverá ser enfrentado e vencido com grande aproveitamento de êxito pela China.

#### 5.4 CONCLUSÕES DA PARTE 4

- Nas três primeiras partes, buscamos base teórica para assentarmos uma visão mais ampla, historicizada e não dogmática tanto no que cerne à transição ao socialismo, quanto das bases sociais e territoriais do Estado Nacional chinês. Afinal, a República Popular é expressão moderna da China milenar e a transição ao socialismo na China se dá sob condições não previamente expostas por nenhum clássico do marxismo – apesar de Lênin ter lançado as vigas mestras de uma teoria da transição e do desenvolvimento voltada à análise de sociedades agrárias. Outro ponto que mereceu destaque foram as proposições de Ignacio Rangel acerca do desenvolvimento periférico marcado por *contemporaneidades não coetâneas*;

- É com essa base inicial que partimos para a essência do trabalho. O volume da parte 4, correspondendo a mais da metade do trabalho final, fala por si só. Tratamos de trabalhar os aspectos correspondentes ao crescimento econômico, inserção externa, geopolítica do processo, sistema financeiro, questão regional, agricultura e meio ambiente. Trata-se de determinações suficientes para que o analista possa angariar elementos palpáveis tanto para entender as razões do sucesso do desenvolvimento chinês, quanto do futuro do país e do regime;

- É nesse contexto teórico e histórico que buscamos explicações para o processo de desenvolvimento chinês que vão além dos agregados macroeconômicos. É evidente que foi de grandiosa importância, nessa parte, expor as *múltiplas determinações do processo*, no que tange às determinações macroeconômicas. É central explicar e expor sobre determinantes como altas taxas de investimento em relação ao PIB, o papel do câmbio e a construção de um complexo e multiforme sistema financeiro como a base do “todo concreto” do atual estágio de desenvolvimento da China. As séries estatísticas foram grande base de argumentação;

- Porém, as ditas séries estatísticas como forma de sintetizar as razões de um desenvolvimento com as características daquele que ocorre na China não podem encerrar a discussão. O tema urge explicações originais e criativas que fujam do lugar comum das explicações em voga. Assim, concluímos que as causas determinantes do processo não estão somente em pontos convergentes com outros modelos de desenvolvimento presenciados na história. O diferencial chinês é a *complexidade*;



- Assim sendo, pudemos abrir uma nova forma de compreensão do que se convencionou chamar de “crescimento potencial”, que vai além da relação entre capacidade produtiva instalada e utilizada com o movimento da demanda. Logo, pudemos constatar as mesmas especulações que lançamos na introdução deste trabalho e, por termos acreditado que tais especulações foram demonstradas ao longo da tese, lançamos mão das mesmas palavras da introdução, segundo a qual a *complexidade* da China pressupõe crescimento econômico como resultado de alguns fatores, entre eles:

- a) a necessidade da *maximização do mercado* e sua capacidade de alocar recursos;
- b) a *maximização do planejamento* que ocupa o espaço reservado a pensar o estratégico, os grandes empreendimentos;
- c) a *gestão macroeconômica capaz de gerar movimentos imediatos e futuros da grande economia*, agora sob o amparo de um poderio financeiro jamais sonhado pelas antigas gerações revolucionárias.

- O crescimento chinês é resultado também da *maximização do potencial privado*, da “permissão” ao cumprimento de seu papel delegado pela história. O privado é ancilar à grande produção socializada e estatal. Trata-se de um setor-chave para as necessárias aberturas de novos campos de investimentos capazes de criar empregos e manter a estabilidade social. *O crescimento desse grande país não poderia deixar de estar presente fora da maximização do papel indutor do Estado*. A grande empresa é a grande expressão do desenvolvimento capitalista, e também deve ser do desenvolvimento socialista alicerçado por um poder político de novo tipo e por um sistema financeiro cada vez mais profundo e complexo.

- Nessa linha de raciocínio, também expomos questões onde a transição encontra-se a pleno vapor: o papel crescente das estatais no fomento à C&T, dando consequência ao nosso diagnóstico acerca da maior produtividade do trabalho nas empresas estatais em comparação com as privadas. A inserção externa chinesa, voltada à acumulação de capital em um mundo financeirizado, é a chave para se compreender o papel do crédito como indutor ao consumo e resultado de taxas de juros atraentes a esse mesmo crédito. Nesse sentido é que evocamos a *planificação do comércio exterior*, dado o fato de o comércio exterior ser uma variável estratégica quando se elabora e se executa uma política voltada para a acumulação de capital;

- Trabalhamos, desde o início do trabalho, com hipóteses referentes a um estágio de desenvolvimento do socialismo onde *novas e superiores formas de planejamento* deveriam ser lançadas em decorrência de grandes demandas nacionais e sociais. Esse estágio coincide – necessariamente – com a *viabilização de um sistema de intermediação financeira* como resultado de um longo processo de acumulação de capital. Nessa parte, a concretude dessa abstração pode ser percebida numa leitura em conjunto do processo de desenvolvimento chinês;

- Por exemplo, na expressão geográfica do processo de inserção externa. Algo que demanda a superação de uma milenar diferença entre litoral e interior e, numa visão mais estratégica, a própria superação da divisão social do trabalho no socialismo;

- Irresistível, nesse sentido, é o giro do compasso do desenvolvimento para o oeste do país. Fizemos comparações entre diferentes políticas regionais adotadas na China antes e depois de 1978. Duas políticas planejadas e executadas com óbices e sucessos que devem ser elencados fora de parâmetros puramente teóricos. Se o modelo executado entre 1949 e 1978 impediu que as grandes favelas ganhassem corpo nos centros urbanos, de 1978 para cá – de forma planificada – combinou-se uma política de lento relaxamento do sistema *hukou* com uma estratégia de urbanização “para fora do litoral” altamente sofisticada;

- No topo desse processo, está a *formação de uma economia continental* com impactos sobre a correlação de forças em ordem global comparáveis ao processo análogo verificado nos EUA na segunda metade do século XIX. Como já colocamos, eis um dos fatos que terão grande peso na conformação do presente século;

- O intenso processo de transformação da agricultura em vias de transitar de uma base familiar camponesa para outra, de nível superior, de tipo cooperativizada. Demos consequência às nossas abstrações na medida em que apontamos que essa transição no campo é sinônimo de um amplo processo de formação de um sistema financeiro rural, de uma política de financiamento da agricultura; da formação de uma vasta rede de proteção social. Nesse sentido, também não fechamos os olhos aos imensos problemas de ordem social surgidos com a transição de uma economia onde o mercado passou a ter grande importância, indo além da simples alocação de recursos;

- Da mesma maneira, examinamos os problemas concernentes ao meio ambiente. De forma semelhante à análise das desigualdades sociais e regionais, pontuamos os óbices nessa questão. Porém, também concluímos – após exposição sobre as políticas empreendidas pela

governança chinesa – que o país está em vias de assumir a dianteira mundial em vários ramos de atividade industrial e social nessa matéria. Concluimos que um dos segredos do dinamismo da “indústria verde” chinesa reside na transformação de tal empreendimento em nova fronteira de acumulação e cooperação/concorrência com os Estados Unidos.

## 6 CONCLUSÕES/REFLEXÕES - Os desafios chineses e o “Socialismo do Século XXI”

Não é temeroso, nem tampouco algo fora da realidade, trabalhar uma relação direta entre os desafios imediatos e estratégicos chineses e os desafios envoltos do futuro do próprio socialismo. Não estamos na fase em que era imperativo classificar ou não a China como uma experiência socialista. Trata-se de uma experiência socialista com *características chinesas*, características tais que fogem ao alcance analítico de muitos intelectuais de esquerda, eurocentristas demais. Aos que não enxergam nenhuma similaridade entre China e socialismo, que este trabalho – que agora concluímos – os responda por si só. Que responda inclusive àqueles que, ao classificarem a China como um “capitalismo de Estado” se esquecem de que o “capitalismo de Estado”, apesar de Lênin classificá-lo como uma *formação econômico-social*, não pode ser analisado sob o prisma de um modo de produção diferente. O modo de produção é o capitalismo.

Este trabalho também responde *per si* a outra gama de pesquisadores e militantes que confundem o socialismo com um mundo ideal onde a desigualdade social desaparece e as contradições são proscritas. Não guardamos ilusões quanto à busca da “sociedade ideal”. *No socialismo, a sociedade ainda é regida pelo trabalho, não pela necessidade*. A eficiência econômica e sua busca definem o futuro da transição socialista em comparação ao capitalismo. Daí as desigualdades ainda serem uma tônica, uma contradição do processo; uma expressão da regência exercida pela “ideologia do trabalho”, ainda sob o socialismo.

\*\*\*

O alcance dessa experiência encerra-se nas próprias dimensões geográficas, econômicas e demográficas do país. O que nos leva a acreditar que os destinos chineses estão interconectados com os destinos da própria humanidade. *O futuro da China está para o socialismo no mesmo alcance em que o capitalismo tem seus limites históricos na própria experiência norte-americana*. A derrota do *imperialismo* é a derrota da experiência capitalista. Pode-se falar na Europa, mas se levarmos em conta que, dos atuais 20%, em 2040 a Europa corresponderá – evidentemente – a uma porcentagem menor da economia mundial, poderemos concluir que continuará, a passos largos, a decadência europeia, acelerada com o processo de descolonização

da Ásia e África (um declínio nada relativo), enquanto que a própria China já deverá alcançar o topo mundial dividindo essa condição com os EUA.

Mas esse caminho chinês no rumo da liderança internacional não se dá e nem se dará de forma reta e uniforme. Os desafios que a liderança chinesa deverá encampar podem colocar em xeque a própria experiência em andamento. Nesse trabalho pudemos passar a vista pela maioria desses problemas. As questões social e agrária, a continuidade do desenvolvimento acelerado, a rápida urbanização e o meio ambiente são problemas candentes. Existem ainda questões de necessidade de contínua legitimação do regime encerradas no entrelaçamento entre a questão democrática e a “burocracia”. Analisemos, rapidamente, algumas dessas questões.

\*\*\*

**Há possibilidades (ou não) de continuidade do processo rápido e acelerado do processo de desenvolvimento na China?** Trata-se de uma pergunta a que muitos estão a responder pelo mundo, cuja resposta é similar à visão de mundo de cada pesquisador. Antes econômica, trata-se agora de uma questão política. Não existe desenvolvimento espontâneo. A época de um desenvolvimento que contava somente com a vontade humana e a gentileza da natureza se foi há muito tempo, apesar da influência que essa época ainda exerce nos próceres do *laissez-faire* e do *mainstream* do pensamento econômico. Atualmente, o desenvolvimento é o irmão siamês do planejamento. Crer no contrário, num Estado para tocar o dia a dia da burocracia enquanto o *mercado* responde pelas necessidades materiais da população é uma falácia tão pobre que não vale a pena o seu aprofundamento. A história pode responder por si mesma. E não estamos aqui para “brincar” de pesquisa, para brincar com a determinação histórica dos fatos. Sem *ciência histórica* estamos condenados a sermos neófitos e irresponsáveis intelectualmente.

Antes de responder acerca das possibilidades futuras da economia chinesa, deve-se questionar se existe um Estado forte, um planejamento e uma superestrutura de poder não afeita a quimeras ideológicas e sim à *prática como o único critério da verdade* e capaz de enxergar além dos obstáculos conjunturais. Se a resposta for sim, podemos crer que esse desenvolvimento perdurará por décadas. Aprofundando um pouco essa questão, em primeiro plano é interessante notar que poucas forças políticas no século XX demonstraram tanta capacidade de tomada de decisões difíceis, porém de alcance estratégico, como o ocorrido, por exemplo, no ano de 1935

quando, após intensa luta interna, o “pensamento de Mao Tsé-Tung” passou a reger a tática revolucionária do PCCh em contraponto aos desígnios da 3ª Internacional; em 1937, Mao Tsé-Tung propugna pela Frente Única Antijaponesa, tomando a iniciativa de propor aliança com seu inimigo principal, o Kuomintang de Chiang Kai-shek; Em 1951, com a intervenção chinesa na Guerra da Coréia, onde, pela primeira vez desde sua independência, os EUA foram derrotados militarmente, uma derrota que indicou o caminho da própria experiência chinesa. Dentre as decisões mais complicadas, a de reformar a estrutura econômica e abrir as portas ao exterior (1978) foram as mais difíceis, porém com alcance a ser sentido no mundo pelos próximos séculos. A história demonstra a capacidade chinesa de tomar decisões de vulto.

Decisões nada tranquilas foram tomadas recentemente, entre as quais destaca-se a de maior alcance, no “Programa de Desenvolvimento do Oeste”, promulgado em 1999, além de toda uma política de enfrentamento dos óbices sociais e políticos que contornam o desenvolvimento futuro da China, cuja análise fora enfrentada neste trabalho. Além da “marcha para o oeste”, outra decisão de alcance ainda a ser avaliada são as relacionadas à transformação completa do campo chinês engendrados no chamado “Novo Campo Socialista”. O desenvolvimento da agricultura – no rumo da transição de formas familiares e artesanais de produção para outra de nível superior – foi, talvez, a decisão estratégica mais acertada na governança Hu/Wen. Juntamente a essa diretriz, indicamos também a recente política de altíssima valorização do trabalho, que trouxe em seu bojo aumentos médios salariais que, somente neste ano, alcançou a marca de 100% em alguns casos. Esse tipo de política de valorização do trabalho seria algo inimaginável seja na antiga URSS, seja nas “democracias ocidentais”, onde os direitos dos trabalhadores são o primeiro item indicado a cortes em “ajustes” pós-crise. No Brasil, medidas desse tipo seriam seguidas de pedidos de impeachment por “irresponsabilidade fiscal”. A “irresponsabilidade fiscal” não atinge a transferência de mais de R\$ 2 trilhões nos últimos oito anos, do orçamento da União para o sistema financeiro, numa inversão de valores sem precedentes na história recente do Brasil.

Esse movimento de readequação da economia chinesa – cada vez mais voltada para a formação de mercado interno de massas – tende a se consolidar nos próximos anos. A agricultura chinesa, desde o início (2004), a partir da execução das políticas em torno do “Novo Campo Socialista”, teve aumento médio da produtividade do trabalho da ordem de 6% ao ano. Estima-se

que tanto o avanço da agricultura quanto a urbanização dela decorrente, juntas, serão responsáveis por 6% a mais de crescimento anual do PIB por muito tempo<sup>259</sup>.

Outro fator que será base para o contínuo crescimento do país está no crescente papel da ciência, tecnologia, inovação e educação básica. No presente trabalho, expomos a transição de um sistema onde a inovação dependia basicamente do orçamento estatal para outro onde a *grande empresa* passa a ser o centro do processo. A China alcançou o estágio em que a ciência e a tecnologia passam a ser parte do *capital constante*. Uma das vantagens competitivas chinesas utilizadas amplamente para atração do capital estrangeiro no início das reformas foi a alta qualidade de sua mão de obra. Essa tendência fortaleceu-se. Em 1998 havia apenas 3,4 milhões de chineses matriculados em cursos de ensino superior. Entre 1998 e 2002 esse número aumentou em 156%, e entre 2002 e 2008 o crescimento ficou na marca próxima de 50%, sendo que somente em 2005 a China formou 600 mil engenheiros<sup>260</sup>.

É claro que tal virada *estratégica* também traz consigo uma série de contradições. O primeiro reside na séria e explosiva *questão social* sob a insígnia histórica da *questão camponesa*. É verdade que o país avançou – e muito nessa questão – seja pela intervenção cirúrgica no campo, seja na visível diminuição da pobreza urbana. A China conta, ainda, com uma população camponesa de dimensões europeias e africanas juntas, população essa que tende a aumentar seu acesso à formação e à informação por meio de parentes que estão a ganhar a vida nas cidades. Apesar dos progressos verificados a grande verdade demonstrada pela história é que as atividades industriais citadinas são mais rentáveis que as atividades agrícolas. Essa referência para um país com uma população camponesa das dimensões da China é sinal de grande alerta. Além disso, existe a questão da propriedade e do acesso a terra. A manutenção de formas socialistas de propriedade da terra é essencial à manutenção da ordem social no campo. A diferenciação social é parte do processo, assim como deve ser parte desse processo o peso político do Estado na conformação de uma sociedade onde as desigualdades sociais e regionais não cheguem ao ponto do insuportável. Acreditamos – e buscamos demonstrar – que a governança chinesa deva estar muito atenta a essa questão.

Outro desafio premente está na *questão ambiental*. O país avançou muito rapidamente nessa questão. Porém, a pressão sobre os recursos naturais, entre eles a água, deve aumentar com

---

<sup>259</sup> FOGEL, Robert W.: “US\$ 123.000.000.000.000”. In *Especial China – CEO Exame*. Edição nº 6. Junho/2010.

<sup>260</sup> China Statistical Yearbook.

a probabilidade de 350 milhões de pessoas saírem do campo para a vida urbana nas próximas décadas. Comparação interessante nesse sentido pode ser verificada no aumento das pressões sobre a natureza com a entrada dos Estados Unidos na era da indústria, da mesma forma está se percebendo o mesmo aumento dessa pressão com a rápida industrialização da China iniciada em 1949 e acelerada a partir de 1978. Nem os Estados Unidos e nem China podem se comparar com os mercados consumidores de países como a Alemanha, a França e a Inglaterra. Um país como o Brasil adentra no processo de desenvolvimento dentro da chamada “fronteira energética”, ou seja, baseando-se em formas limpas de geração de energia. A China e os Estados Unidos são casos diferentes, e é dessa relação de competição/cooperação – também e principalmente em busca de formas limpas de geração de energia – que deve se pautar o mundo daqui por diante. Essa pauta mundial ambiental que está sendo posta em relevo pelos dois *concorrentes estratégicos*, a nosso ver, deve ser vista sob dois ângulos: a continuidade da não terminada transição para a 3ª Revolução Industrial e a competição entre *socialismo* e *capitalismo* em âmbito mundial. Apesar das diferenças de apreensão tecnológica nessa área, as características superestruturais de poder na China a colocam em ligeira vantagem perante os Estados Unidos. Além disso, não cabem muitos argumentos sobre uma solução final aos problemas ambientais passar pela própria revisão do *american way of life*. Um dos juramentos solenes feitos nas trocas de presidentes nos EUA é o da busca pela manutenção do modo de vida americano. Desde Thomas Jefferson até Barack Obama, esse discurso é repetido e ganha concretude nas crescentes guerras de pilhagem impingidas pelo *imperialismo* na periferia.

A questão é saber até que ponto os oligopólios norte-americanos estarão a cooperar numa mudança de paradigma de consumo. Daí a vantagem superestrutural chinesa. Por seu turno, o fato de o governo chinês anunciar que as necessidades sobressalentes de energia previstas para o ano de 2020 serão supridas com a adoção em escala industrial da energia eólica, além da construção de uma usina de geração de energia solar, na Mongólia Interior, 30 vezes maior que as existentes na Europa dizem muito a respeito.

\*\*\*

Tema que deverá ser pauta para qualquer interessado no futuro imediato a ser vivido no mundo é o do próprio futuro da *inserção externa chinesa*. Não alimentamos nenhuma ilusão



quanto à aceitação imperialista da crescente participação chinesa nos *affairs* internacionais. Nem a União Soviética, com o espólio de ter derrotado o nazismo, pode se dar a esse luxo. Bom lembrar que a intervenção militar na Coreia, no início da década de 1950, deu-se sem a anuência da URSS pelo simples fato de o país ter boicotado a reunião do Conselho de Segurança da ONU, algo inimaginável se o contrário estivesse ocorrendo com os Estados Unidos. Os preceitos para a aceitação ao “clube” são muito mais morais que propriamente econômicos ou políticos. O Ocidente, vivendo ainda de ilusões simplistas de “fim da história”, julga a democracia liberal como o melhor dos mundos e que deve ser exportado, se possível for, pela guerra. A China rebate contundentemente, expondo que o país nunca será uma “democracia liberal”. Se o poder, em amplas parcelas do mundo, principalmente nos EUA, é o poder de oligarquias rurais, industriais ou financeiras, na China essa “oligarquia” tem base popular, logo é algo (gostem ou não gostem) ungido de legitimidade, o PCCh.

Trata-se de uma ditadura do PCCh, mas uma ditadura muito diferente da exercida pelos oligopólios capazes de genocídio, se preciso, para impor sua sanha por lucros.

A verdade é que a cada dia a China vai se tornando a grande interlocutora dos Estados Unidos no campo internacional. E as iniciativas tomadas por Bush Jr. (segundo mandato) e Barack Obama indicam essa necessidade. Trata-se de uma relação onde a análise deve estar amparada em muito *materialismo* e também em muita *dialética*, pois se a China se conforma gradualmente como um pólo alternativo ao modelo único do *Consenso de Washington*, ela também necessitará, por algum tempo, das tecnologias monopolizadas pelos Estados Unidos. Logo, essa relação, apesar de cada vez menos amistosa demandará *cooperação mútua* por muito tempo. Porém, é nessa *unidade de contrários* cristalizada em meio à crise financeira ainda em desenvolvimento é que surgirá o “novo” em contraposição ao “velho”. Sob o preço de, se o “velho” vencer, ficará mais clara a concretização do que um dia Rosa Luxemburgo classificou como “Socialismo ou Barbárie”. O *socialismo* indicado nos recortes de inclusão social na China e nas relações de benefício mútuo entre os países. A barbárie lacrada na morte de velhos, crianças e inválidos na Faixa de Gaza, no Iraque ou mesmo no saque do Museu Histórico de Bagdá, impetrada pela “superior” civilização cristã-ocidental expressadas em exércitos de ocupação.

O possível avanço da hegemonia chinesa no mundo não é produto de sua reação à atual crise financeira. Na verdade, ficamos inclinados a observar que a China foi a maior vitoriosa dentro do *processo histórico* iniciado com a derrota estratégica ao *socialismo* encerrada com o

fim da União Soviética. Vem de novo a história do “velho” e do “novo”, que convivem em intenso conflito. Para o analista mais comprometido com a verdade, a *débâcle* do neoliberalismo – apesar de toda a carga de propaganda irresponsável – seria uma questão de tempo, pois a história já demonstrava que o livre mercado é uma falácia idealista e que a reprodução do próprio capitalismo demanda efetiva participação estatal. Em 1990, a União Soviética torna-se coisa do passado, mas não a China, nascida dos escombros de 28 anos de luta pelo poder empreendida pelo PCCh. E a década de 1990, com um país que se aproveitou sagazmente do reordenamento produtivo internacional, pode ter sido o início do fim do capitalismo selvagem levado às últimas consequências e que deságua na decadência relativa dos Estados Unidos como afiançador da ordem global.

O símbolo dessa decadência é o fato de cada vez menos mercadorias por baixo custo (independente da gradação tecnológica) serem fabricados no centro do sistema capitalista em contraposição a uma China como em grandes investimentos na periferia (capital produtivo). Os fluxos de capitais internacionais produtivos estão cada vez mais centrados nas relações “Sul-Sul” do que “Norte-Sul”. Sinal interessante dos tempos; quem imaginaria isso em pleno ano de 1991? O resultado é o fortalecimento da própria periferia do sistema, originando uma nova ordem mundial, sendo que a institucionalização do G-20 e a contenda por uma maior participação dos países da periferia nas decisões do FMI são apenas expressões da mudança.

Ora, se no campo da “moralidade ocidental”, daqueles que insistem em se referir à China nos mesmos moldes de Aristóteles<sup>261</sup> e Voltaire (a China como símbolo de um “despotismo oriental”), não existe espaço de poder para a China, na economia ocorre o contrário. Dentro de uma estratégia de inserção externa soberana, o país traçou uma estratégia *exportadora* que a transformou numa nação poderosa financeiramente, com capacidade de intervenção financeira em todos os cantos do mundo e pronta a prescrever as instituições surgidas no âmbito de *Bretton Woods*. A imensidão de seu mercado interno é fator de fortalecimento das relações Sul-Sul e da solução de diferentes “questão nacionais” em regiões como a América Latina e África.

Seria uma “nova Bandung”, como sugere Giovanni Arrighi em seu seminal *Adam Smith em Pequim*, sob os escombros dos déficits gêmeos do *imperialismo*, do fracasso da tentativa de executar uma política no sentido de viabilizar “Um Novo Século Americano” e pelos crescentes

---

<sup>261</sup> A “democracia grega” tratou de dar um destino trágico a Sócrates, assim como a “democracia ocidental” assassinou Martin Luther King e apoiou o regime do *apartheid* sul-africano.

intercâmbios comerciais e produtivos no âmbito “Sul-Sul” tendo como centro de gravidade uma China socialista assentada sob uma gigantesca economia continental? Sim, não temos dúvidas. Porém, essa nova *Conferência de Bandung* surge incluindo o *elo débil do imperialismo*, a América Latina, já com experiências que encetam a transição ao socialismo, além da vitoriosa resistência cubana – Venezuela, Equador, Nicarágua e Bolívia, e outras experiências de conflito entre *estagnacionismo x desenvolvimentismo* e entre *projeto nacional x imperialismo* – Brasil e Argentina, e surge também não mais apenas em elos ideológicos e de irmandade entre povos e nações, mas sob os auspícios de poderosos elos financeiros, de IEDs entre seus países e sob bases financeiras nucleadas no maior de seus países, a China.

É sob essas bases que temos em mente a inserção chinesa no mundo e as consequências dessa inserção.

\*\*\*

O *Consenso de Washington* foi o marco da *apostasia* em nosso tempo, marcada pela certeza do “fim da história” com a derrota do *socialismo* e da proscricção do marxismo. Deng Xiaoping, o homem que David Harvey, o intelectual “marxista” afeito à superficialidade, quis definir como um busto a serviço do *neoliberalismo*, em 1992, última atividade pública, num périplo pelo sul da China, foi indagado sobre o futuro do marxismo e do socialismo. Sua resposta fora clara e objetiva<sup>262</sup>:

Eu estou convencido que mais e mais pessoas irão abraçar o marxismo. Por quê? Porque o marxismo é uma ciência. Através do materialismo histórico, foi possível descobrir as leis que governam a sociedade humana. A sociedade feudal substituiu a sociedade escravista; o capitalismo suplantou o feudalismo, e, depois de um longo tempo, o socialismo necessariamente sucederá o capitalismo. Trata-se de uma irreversível tendência histórica, mas a roda da história é feita também de reviravoltas. Durante vários séculos em que o capitalismo demorou para suplantarmos o feudalismo, quantas monarquias foram restauradas? (...) alguns países sofreram revezes e o socialismo, aparentemente, desapareceu. Mas o povo deverá aprender as lições e colocar o socialismo no rumo justo, correto. (...) Nada de pânico, não acreditem que o marxismo desapareceu. Nada disso!

A paz e o desenvolvimento são os dois principais temas de nossa época, porém nenhum dos dois estão resolvidos. A China socialista deverá mostrar ao mundo, através de suas

---

<sup>262</sup> XIAOPING, Deng: “Excerpts from talkings given in Wuchang, Shenzhen, Zhuhai and Shanghai”. In XIAOPING, Deng: *Selected Works*. Foreign Languages Press, Beijing. 1994. Vol. 3, p. 370.

ações, que se opõe ao hegemonismo e a política de força e que nunca deverá aspirar a hegemonia. (...).

Nós deveremos tomar a estrada da construção do socialismo com características chinesas. O capitalismo desenvolveu-se ao longo de séculos. Quanto tempo há de demorar para construirmos o socialismo?

Partindo-se dos princípios adotados acima – não por um intelectual afeito à moda, ao descompromisso com a humanidade e a aparição fácil, mas de um homem que viveu o século XX como ninguém, herói da Longa Marcha e general do Exército de Libertação Popular (ELP) e arquiteto de uma China que muda os alicerces do mundo pós-década de 1990 –, o que podemos dizer sobre o próprio futuro do socialismo?

**Logo, tendemos a considerar a transição socialista em âmbito internacional, partindo do pressuposto, já debatido, acerca da elevação a um novo patamar das relações Sul-Sul centrado num crescente poder gravitacional chinês.** Eis um ponto que se encontra com a própria consideração do poder gravitacional do centro do sistema capitalista europeu (em uma hipotética transição ao *socialismo*) em relação ao resto do mundo exposto por Marx. Encontra-se também na *historicidade* relativa ao próprio papel do comércio como arma política da Inglaterra pós-Revolução Industrial, também apontada por Marx.

Ora, se as *relações de produção* com o centro do sistema acabam moldando as próprias características internas do *modo de produção* em cada *formação social periférica*, para nós é claro que a transição ao socialismo em âmbito mundial está diretamente relacionada ao que Ignacio Rangel chamou de **planificação do comércio exterior**. Tal planificação é compreendida como a superação de formas anárquicas de produção nas próprias relações comerciais entre o centro e a periferia do sistema. Daí as crises financeiras e de superprodução, para demonstrar os limites das formas anárquicas de relações comerciais. Eis uma grande problemática a ser explorada nas pesquisas relativas à questão da transição e da “questão nacional” em diferentes *formações sociais periféricas*.

Afora países como a China, Vietnã, Cuba, Coreia do Norte e Laos (países que se autointitulam como socialistas), uma série de nações de pequeno, médio e grande porte estão muito próximas daquilo que nosso orientador, Armen Mamigonian, tem chamado de “sociais-democracias progressistas”. Trata-se de experiências muito presentes de keynesianismo econômico, políticas distributivistas e comércio exterior planejado de países como a Venezuela, Bolívia, Equador, Argentina, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, África do Sul e

até mesmo o Brasil, com sua política externa coerente e nacionalismo interno em ascensão. São abordagens que nasceram em meio à crise do *Consenso de Washington*, e onde a China se apresenta como grande referência, daí Joshua Cooper Ramo colocar o paradigma do *Consenso de Pequim*. São fulcros de transição em andamento.

Pois bem, falamos em *Consenso de Pequim*, uma “nova Bandung”, intensificação das relações, intercâmbios comerciais e fluxos de capital “Sul-Sul”. Trata-se de expressões objetivas que nos remetem, necessariamente, à retomada da temática e da luta em torno de novas formas de abordagem socializante. Em outras palavras, o *socialismo* voltou à ordem do dia no mundo. A polêmica que deve ser enfrentada por aqueles interessados em enfrentar esse tema reside no nível em que essa discussão está sendo travada à luz tanto da experiência chinesa quanto das experiências “bolivarianas” na América Latina, experiências essas que se demarcam com a esquerda dita tradicional, a partir da elaboração e execução de algo nomeado como o “Socialismo do Século XXI”.

Infelizmente, não temos tempo, neste trabalho, de travar uma discussão mais profunda sobre o que realmente significa este “Socialismo do Século XXI” elaborado pelo economista alemão Heinz Dieterich Steffan e amplificado pelo presidente da Venezuela Hugo Chávez. Porém, de antemão, não acreditamos em experimentos teóricos e práticos com viés antimercado, onde a propriedade privada deva ser passiva de regulação estatal. Afinal, o desenvolvimento das *forças produtivas* é a condição *sine qua non* para se alcançar *relações sociais de um novo tipo*. Não existe mais, neste mundo, espaço para fantasias, nem tampouco aventuras em nome de um socialismo que não está baseado nas leis econômicas e sociais do processo de desenvolvimento. O tempo de experimentação tende a minguar, na mesma medida em que se recrudescer a ofensiva imperialista como resposta à sua própria decadência.

## BIBLIOGRAFIA

ACIOLY, L. **Brasil, Índia e China: o investimento direto externo nos anos noventa**. Instituto de Economia da Unicamp, 2004. (Tese de Doutorado)

ACIOLY, L.; LEÃO, R. P. F. **A internacionalização das empresas chinesas**. São Paulo: Carta Sobect., Ano XII, n. 54, abril, 2010.

AMARAL PEREIRA, R. M. **Da geografia que se ensina à gênese da geografia moderna**. Florianópolis: Editora da UFSC, 3ª Edição, p. 110 -114, 1999.

AMITI, M.; FREUND, C. **China's export boom**. Finance and Development, v. 44, n. 03, September, 2007.

ARRIGHI, G. **Adam Smith em Pequim**. Boitempo, p. 208-212, São Paulo, 2008.

BEI, J. **From concept to implementation: a scientific concept of development**. Time, 24 de janeiro de 2007. Disponível em: <<http://www.safea.gov.cn/english/content.php?id=12742807>>. Acesso em: 03 de março de 2008.

BELLUZZO, L. G. A China e a resistência cambial. **Valor Econômico**, 07 de abril de 2010.

\_\_\_\_\_. A peste holandesa. **Valor Econômico**, 18 de agosto de 2009.

\_\_\_\_\_. Nos limites da Chimérica. São Paulo: **Carta Capital**, n. 573, p. 62-63, 25 de novembro de 2009.

\_\_\_\_\_. Valor e capitalismo: um ensaio sobre economia política. *In: Carta Capital*. Editora da Unicamp nº 598, Ano XV, p. 35-53, junho, 2010.

BIJIAN, Z. **China's 'Peaceful Rise' to great power-status**. Foreign Affairs, v. 84, n. 5, set./out., 2005.

BUSTELO, P. China 2006-2010: hacia una nueva pauta de desarrollo. Madrid: **Revista Electrónica de la Fundación Real Instituto Elcano**, n. 127. outubro, 2005. Acesso em: 25 de março de 2007.

CINTRA, M. A. M. As Instituições públicas no sistema de financiamento da China. *In*: ROCHA FERREIRA, F.; MEIRELLES, B. B. (Org.). **Ensaio sobre economia financeira**. Rio de Janeiro: BNDES, 2009.

CUNHA, A. M.; ACIOLY, L. China: ascensão à condição de potência global – características e implicações. *In*: CARDOSO JR, J. *et al.* **Trajetórias recentes de desenvolvimento**. Brasília: Ipea, 2009. p. 396.

DAY, R. B. **Preobrazhenski and the theory of the transitional period**. Soviet Studies 8, New York, 1975.

DÉMURGER, S. *et al.* **Economic policy and regional development in China**. NBER Working Papers, Abril, 2002.

DOBB, M. **A evolução do capitalismo**. Zahar, p.155-156, 1976,

DOBB, M. *et al.* **A transição do feudalismo para o capitalismo**. Paz e Terra, 5º Edição, São Paulo, 2004, 247p.

DOMAR, E. A soviet model of growth. *In*: NOVE, A.; NUTI, D. M. **Socialista Perspectives**. Penguin. New York, 1972.

ENGELS. F. **AntiDüring**. São Paulo: Paz e Terra, 3ª ed.,1990.

\_\_\_\_\_. **Princípios do comunismo**. Editorial Avante, [1847].

ESPÍNDOLA, C. J. Notas sobre o agronegócio de carne na China. *In*: **Revista de Geografia Econômica**. Edição Piloto, p. 210-219.jun. 2007.

ESPÍNDOLA, C. J. **As agroindústrias no Brasil: o caso Sadia**. Chapecó, 1999.

FAIRBANK, J. K.; GOLDMAN, M. **China: uma nova história**. L&PM, Porto Alegre, 2006. 366 p.

FERNANDES, L. **O enigma do socialismo real**: um balanço crítico das principais teorias Marxistas e Ocidentais. Mauad, 2000. 256 p.

FILZER, D. (Org.). **1921-1927: The crisis of soviet industrialization: selected essays**. White Plains Sharpe, London, 1980.

GABRIELE, A.; SCHETTINO, F. **The role of the state in China`s industrial development**. MPRA Paper, n. 1451. Munchen, April, 2009.

GUO, P.; JIA, X. **The structure and reform of rural finance in China**. China Agricultural University: Beijing, 2008.

HAMMER, A.; LYNDON, N. **Hammer: um capitalista em Moscou**. Best Seller: São Paulo, 1988.

HARVEY, D. **A Brief History of Neoliberalism**, Oxford University Press: New York, 2005. 121 p.

IMAI, H. **Explaining China`s business cycles**. Developing Economies, n. 34, 1996.

JABBOUR, E. **China: infra-estruturas e crescimento econômico**. Anita Garibaldi, São Paulo, 2006.

KE, M.; JUN, L. **El comercio en China**. China intercontinental Press: Beijing, 2008. 487 p.

KOCHER, B. **Do terceiro para o segundo mundo. China**: suas transformações econômicas e relações internacionais. Universidade Federal Fluminense: Rio de Janeiro, 2006.

KWONG, P. **China and US are joined at the hip**: the chinese face of neoliberalism. Counterpush, October, 2006.



LANE, K. One step behind: shaanxi in reform, 1975-1995. *In*: CHEUNG, P.; CHUNG, Jae Ho.; LIN, Z. **Provincial strategies of economic reform in Post-Mao China: leadership, politics and implementation**. Armonk, New York, 1998, p. 213.

LANGE, O. **On the economic theory of socialism**. University of Minnesota, 1938, 134 p.

\_\_\_\_\_. **The practice of economic planning and the optimum allocation of resources**. Econometrics. Chicago, 1949.

\_\_\_\_\_. **Moderna Economia Política**. Fundo de Cultura. Rio de Janeiro, 1962. p. 55.

LASH, J. **A China verde é sustentável?** Especial China, CEO Exame. Edição n. 6. Junho, 2010.

LEÃO, R. **Padrão de acumulação e desenvolvimento da China** (Dissertação de Mestrado). Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, 2010, 87 p.

LENIN, V. I. New economic developments in peasant life. *In*: **Lenin's Collected Works**. Progress Publishers, v. 01, p. 11-74, 1923.

\_\_\_\_\_. How to organise Competition? *In*: **Lenin's Collected Works**. Progress Publishers, v. 26, p. 404-415, January, 1929.

\_\_\_\_\_. Economics and politics in the era of the dictatorship of the proletariat. *In*: **Lenin's Collected Works**, 4 th English Edition, Progress Publishers, v. 30, p. 107-117. Moscow, 1965.

\_\_\_\_\_. We have paid too much. *In*: **Lenin's Collected Works**. 2th Printing. English Edition, Progress Publishers, v. 33 p. 330-334, Moscow, 1972a.

\_\_\_\_\_. The immediate tasks of the soviet government. *In*: **Lenin's Collected Works**. 4th Printing. English Edition, Progress Publishers, v. 27, p. 235-77, Moscow, 1972b.

\_\_\_\_\_. On The So-Called Market Question. *In*: **Lenin's Collected Works**, 4 th English Edition. Progress Publishers, v. 4, p. 75-175. Moscow, 1972.

\_\_\_\_\_. **El desarrollo del capitalismo en Rusia**. Ariel História, Barcelona, 1974.

\_\_\_\_\_. Sobre o imposto em espécie: o significado da nova política e suas condições. In: **Obras Escolhidas**. v. 3, p. 492-520, Alfa Omega, São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_. Como organizar a emulação? **Obras Escolhidas**, Alfa Omega, v. 3, São Paulo, 2004. Disponível em:  
<<http://politicalaffairs.net/article/articleview/6184/>>. Acesso em: 2 de novembro de 2008.

LOSURDO, D. **Fuga da História?** Revan. Rio de Janeiro, 2004.

MACHADO, R. **Desenvolvimento Econômico e Política Regional na China**. Relatório ao projeto intitulado Diretrizes Para Formulação de Políticas de Desenvolvimento Regional e de Ordenação do Território Brasileiro. Brasília: Ministério da Integração Regional, Julho, 2004.

MADDISON, A. **Chinese economic performance in the long run**. Development Centre Studies, OECD, 2007, p. 84.

MAMIGONIAN, A. Tecnologia e desenvolvimento desigual no centro do sistema capitalista. **Revista de Ciências Humanas**, n. 2. Florianópolis: Editora da UFSC, 1982.

\_\_\_\_\_. **O Nordeste e o Sudeste na Divisão Regional do Brasil**. Disponível em:  
<[http://fmauriciograbois.org.br/beta/noticia.php?id\\_sessao=8&id\\_noticia=226](http://fmauriciograbois.org.br/beta/noticia.php?id_sessao=8&id_noticia=226)>.

\_\_\_\_\_. As bases naturais e sociais da civilização chinesa. In: Dossiê Ásia-China 1. **Revista de Geografia Econômica**. Edição Piloto. Núcleo de Estudos Asiáticos do Depto. de Geociências do CFH-UFSC, Junho, 2007.

MASIERO, Gilmar China: origens e desenvolvimento das township and village enterprises (TVE`s) Chinesas. **Revista de Economia Política**. v. 26, n. 3, p. 425-444. São Paulo, julho-setembro, 2006.

MARX, K.; ENGELS, F. **Obras Escolhidas**. Alfa Omega, v. 3, São Paulo, 1977.

\_\_\_\_\_. Considerações históricas sobre o capital comercial. **O Capital**. Tomo 3, v. 6. São Paulo: Nova Cultural, 1985

\_\_\_\_\_, E. **A Ideologia Alemã**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MEDEIROS, C. A. Economia e política do desenvolvimento recente da China. **Revista de Economia Política**, v. 19, n.3, julho/setembro, 1999.

\_\_\_\_\_. A China como um duplo pólo na economia mundial e a recentralização da economia asiática. **Revista de Economia Política**, v.26, n.3, 2006.

\_\_\_\_\_. China: Desenvolvimento Econômico e Ascensão Internacional. *In: III Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional*. Rio de Janeiro: Fundação Alexandre Gusmão, 2008. p. 93.

MORAIS, L. O câmbio continua matando: o Real e a livre circulação cambial. São Paulo: **Revista Princípios**, n. 106, p. 39-43, Mar./Abr., 2010.

MOREIRA, A. China vai às compras atrás de ativos baratos. **Valor Econômico**, São Paulo, 26 fev. 2009.

\_\_\_\_\_. Emergentes embalam produção agrícola. **Valor Econômico**, São Paulo, 14 jun. 2010.

OLIVEIRA, A. P. **A Política Africana da China**. Disponível em: <<http://www.casadasafricanas.org.br/site/img/upload/674760.pdf>>. Acesso em: 15/27 mar. 2008.

\_\_\_\_\_. **A China abraça a causa verde**. Bresser Pereira Website. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=3676>>. Acesso em: 08 jan. 2009.

\_\_\_\_\_. *Governando a China: a quarta geração de dirigentes assume o controle da modernização*. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v.46, n. 2, p. 138-160, 2003a.

\_\_\_\_\_. **Terceira revolução agrária na China**. Mimeografado.

PASTORE, J. Salários e competitividade na China. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 06 jul. 2010.

PAUTASSO, D. **Diplomacia e negócios internacionais**: o caso das multinacionais Chinesas. *Think*, v. 6, p. 43-47, Porto Alegre, 2008.

PAUTASSO, D.; OLIVEIRA, L. K. **A segurança energética da China e as relações dos EUA**. Rio de Janeiro: Contexto Internacional, v. 30, n. 2, p. 361-368, maio/ago., 2008.

PÉREZ, V. H. **Lenin**: estado y economia em La transición al socialismo.

PERKOWSKI, J. **Domando o dragão**: como estou construindo uma empresa de 1 bilhão de dólares na China. *Landscape*: São Paulo, 2009. 366 p.

POCHMANN, M. Os Bric e a globalização da pobreza. **Valor Econômico**, São Paulo, 13 abr. 2010.

RANGEL, I. Recursos ociosos e política econômica (1962). In: **Obras Reunidas de Ignacio Rangel**. Contraponto, Rio de Janeiro, 2005a. 450 p.

\_\_\_\_\_. O papel da tecnologia no Brasil (1982). In: **Obras Reunidas de Ignacio Rangel**. Contraponto, v. 2, Rio de Janeiro, 2005b.

\_\_\_\_\_. Breves notas com vista a um plano de desenvolvimento econômico para a Bahia. Salvador: **Revista de Desenvolvimento Econômico**, ano III, n. 3, jan. 2000.

ROCHA, F. F.; MEIRELLES, B. B. (Org.). **Ensaio sobre economia financeira**. Rio de Janeiro: BNDES, 2009. 136 p.

RODRIK, D. Devemos distinguir entre estimular crescimento econômico e sustentá-lo. **Valor Econômico**, São Paulo, 10 set. 2004.

\_\_\_\_\_. **What's so special about China's exports?** Cambridge: NBER Working Paper, January, 2006.

\_\_\_\_\_. Making Room for China in the World Economy. **American Economic Review**, Papers & Proceedings, December, 2009. Disponível em: <<http://www.hks.harvard.edu/fs/drodrik/Research%20papers/Making%20room%20for%20China.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2010.

SANTOS, Milton. **Sociedade e espaço**: a formação social como teoria e como método. Espaço e Sociedade. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, Petrópolis, 1982.

SERENI, E. La categoría de formación económico-social. **Cuadernos de Pasado e Presente**, n. 39. Córdoba, 1976.

SORRE, M. Fundamentos da geografia humana. In: SORRE, M.; MEGALE, J. (Org.). **Coleção Grandes Cientistas Sociais**. n. 16, São Paulo: Ática, 1984. 90 p.

STALIN, J. The Foundations of Leninism. In: **Works of Joseph Stalin**. Foreign Languages Publishing House, v. 6, p. 121. Moscow, 1953.

\_\_\_\_\_. **Problemas econômicos do socialismo na URSS**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1991.

SYLVAIN, D.; LE ROUX, M. **80 homens para mudar o mundo**. São Paulo: La Selva, 2009. 240 p.

VIEIRA, F. V. China: crescimento econômico de longo prazo. **Revista de Economia Política**. v. 26, n. 3 p. 401-424. São Paulo, jul.-set. 2006.

VIEIRA, G. M. E. D. **Formação social brasileira e Geografia**: reflexões sobre um debate interrompido (Dissertação de Mestrado). PPGEO/UFSC. 1992, 94 p.

VON HAYEK, F. (Org.). **Collectivist economic planning**, 1935.

XIAOPING, D. Respect the knowledge: respect trained personal. In: **Selected Works of Deng Xiaoping**. Foreign Language Press, v. 2, p. 54-57, Beijing, 1982.

\_\_\_\_\_. To Uphold Socialism We Must Eliminate Poverty. In: XIAOPING, D. **Selected Works**. Foreign Languages Press, v. 3, p. 221-223, Beijing. 1994.

WALLERSTEIN, I. Patterns and Prospectives of the Capitalist World-Economy. In: **The Politics of World Economy**. Cambridge University Press, 1974.

\_\_\_\_\_. The capitalist world economy. In: **Essays by Immanuel Wallerstein**. Cambridge University Press, 1979.

WHEEN, F. **Como a picaretagem conquistou o mundo**. Rio de Janeiro: Record, 2004. 103 p.

WENZHEN, P. **Entrevista concedida a Elias Jabbour**. Comissão de Assuntos Econômicos da Assembléia Popular de Shenzhen. Shenzhen, Guangdong, 15 out. 2006.

WOO, W. T.; BAO, S. **China**: case study on Human development progress towards the Millennium Development Goals at the Sub-National Level. Human Development Report Office, Occasional Paper, PNUD, 2003.

ZEMIN, J. Hold High the Great Banner of Deng Xiaoping Theory for an All-Round Advance of the Cause of Building Socialism with Chinese Characteristics into the Twenty-First Century. In: **Report to the Fifteenth National Congress of Communist Party of China**. People's Publishing House, Pequim, 1992, 15 p.

## **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

ALBERTO, G.; GENEVA, U. **The role of the State in China's industrial development: a reassessment**. MPRA, April, 2009.

ALLEN, F.; QIAN, J.; QIAN, M. **China's financial system: past, present, and future**. Finance Department, March, 2007.

ALVES, A. G. M. P. **Os interesses econômicos da china na África** (Boletim de Economia e Política Internacional). Brasília: Ipea, 2010.

ANDRADE, P. R. **A lei do valor e o projeto socialista**. Espírito Santo: Departamento de economia – UFES, jul. 2001.

AMIN, S. What Maoism has contributed? **Monthly Review**, September, 2006. Disponível em: <<http://www.monthlyreview.org/0906amim.htm>>. Acesso em: 27 out. 2008.

ANTUNES, J. Marx e a categoria de modo de produção asiático: a Índia como modelo de sociedade não-ocidental. **Tempo e Ciência**, v. 13, n. 26, 2º sem. 2006.

*ATKINS, C. J. The problem of transition: development, socialism and Lenin's.* **Political Affairs Magazine**, *April, 2009. Disponível em:* <<http://politicalaffairs.net/article/articleview/8331>>. Acesso em: 08 out. 2009.

BAUN, R. **China's four modernizations**: the new technological revolution. Boulder Col, 1980.

BERTOCHI, A. F. **A formação teórica de Bukhárin e a transição na URSS: 1906-1921.** (Dissertação de Mestrado) Marília, 2005.

BHATTACHARJEA, M. S. **Gandhi and Mao**: national identity for an alternative future. Indira Gandhi National Centre for the Arts, New Delhi, 1998.

BIANCHI, A. Lênin e a filosofia: para uma leitura metodológica. In: **Seminário Lenin: 80 anos**, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, nov. 2004.

BO. Z. Hu Jintao and the CCP's ideology: A historical perspective. **Journal of Chinese Political Science**, v. 9, n. 2, Fall, 2004.

BRANDT, L.; RAWSKI, T. G.; SUTTON, J. **China's industrial development**. December, 2007.

BRAUNSTEIN, E.; EPSTEIN, G. **Bargaining power and foreign direct investment in china**: can 1.3 billion consumers tame the multinationals?.

BRINTON, S. **Flashback to a classic, V.I. Lenin's Imperialism: the highest stage of capitalism.** July, 2004. Disponível em: <<http://www.yclusa.org/article/articleview/1601/1/296/>>. Acesso em: 16 mar. 2008.

BUDD, A. A new life for Lenin: a review of P Le Blanc, Lenin and the revolutionary party. **International Socialism Journal**, New Jersey, 1993.

BURAWOY, M. For a sociological Marxism: the complementary convergence of Antonio Gramsci and Karl Polanyi. **Politics & Society**, v. 31, n. 3, jun. 2003.

CAMPBELL, A. Is China's market path road to socialism? In: **IV Conferencia Iternacional "La obra de Carlos Marx y los desafios del siglo XXI"**. Havana, Cuba, maio 2008.

CARRILHO, A. **O Brasil e a área econômica chinesa.** Sede IEA/USP, abr. 1995.

CASTELLS, M. **Fim do milênio.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CEPA. **Bargaining power and foreign direct investment in China: can 1.3 billion consumers tame the multinationals.** Center for Economic Policy Analysis, August, 2002.

CHANDRASEKHAR, C. P. China's Role in Africa. **Political Affairs Magazine**, 19 fev. 2008. Disponível em: <<http://politicalaffairs.net/article/articleview/6503/1/316>>. Acesso em: 01 set. 2008.

CHEN, X. **Economist Cheng Enfu talks about contemporary Marxism and china.** July, 2009. Disponível em: <<http://english.peopledaily.com.cn/90001/90780/91344/6690575.html>>. Acesso em: 2 jul. 2009.

CHENGXU, Y. On deng Xiaoping!

COCKSHOTT, W. P.; COTTRELL, A. **Towards a new socialism: new preface, 3<sup>rd</sup> draft.** July, 2004.

CUNHA, A. M.; BIANCARELI, A. M.; PRATES, D. M. **A diplomacia do yuan fraco. Rio de Janeiro: Revista Economia Contemporânea, set./dez. 2007.**



*DACOSTA, M. M. N. Township and village enterprises, openness, and regional economic growth in China. Department of Economics, University of Wisconsin- Eau Claire, 2001.*

*DANA, L. P. Small business as a supplement in the People 's Republic of China. Journal of Small Business Management, Jul. 1999.*

DEL ROIO, M. **Lênin e a transição socialista.** Lutas e Resistências. Londrina, n. 3, p. 67-82, out. 2007.

DUARA, P. **The critique of modernity in Índia and China.** Disponível em: <[http://ignca.nic.in/ks\\_41015.htm](http://ignca.nic.in/ks_41015.htm)>. Acesso em: 9 fev. 2009.

*DUNAYESVSKAYA, R. 50 years after the revolution: Mao, Hegel, and dialectics in China.* The Raya Dunayevskaya Collection, 12179-12181, June, 1957.

**La classe obrera industrial china a comienzos del siglo XXI.** Portada Mundo, 24 de Diciembre de 2006. Disponível em: <<http://www.ucm.es/info/nomadas/15/jaegido.pdf>>. Acesso em: 7 Jul. 2008.

ENGELS, F. **Del socialismo utopico al socialismo científico.** Moscú: Progreso, 1981. Disponível em: <<http://www.marx2mao.com/MM%28SP%29M&E%28SP%29/SUS80s.html>>. Acesso em: 31 maio 2008.

\_\_\_\_\_. **Proyecto de respuesta a la carta de V. I Zasluch.** Editorial Progreso, Moscou, 1974.

\_\_\_\_\_. **Carta a August Bebel.** Editorial Avante, mar. 1875.

\_\_\_\_\_. **A origem da família, da propriedade privada e do estado.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FAN, C. **Population change and regional development in China:** insights based on the 2000 census. Eurasian Geography and Economics, v. 43, n. 6, p. 425-442, 2003.

FIGUEROA, A. V. M. **La Economía Política de la construccion del socialismo.** Edición eletrônica, 2006. Disponível em: <[WWW.eumed.net/libros/2006/vmfa](http://WWW.eumed.net/libros/2006/vmfa)>.

FULIN, C. **Reform determines future of China**. Foreign Languages Press, Beijing, 2000.

\_\_\_\_\_. SHANGQUAN, G. **The reform and development of China`s rural economy**. Foreign Languages Press Beijing. 1997.

\_\_\_\_\_. **Theory and reality of transition to a market economy**: studies on the Chinese market economy series. Foreign Languages Press, Beijing, 1995.

*FIELD, J. et al. Chinese Township and village enterprises: a model for other developing countries*. University of Michigan, April, 2006.

FRANSSSEN, P. **Friedrich engels and scientific socialism in contemporary China**. November, 2005.

GABRIEL, S. J. **What do you mean China is socialist?** China Essay Series, n. 21, July, 2003a.

\_\_\_\_\_. **Capitalism, socialism, and the 1949 Chinese Revolution**: what the cold war all about? Satya Gabriel`s online Papers: China Essay Series, 2003b.

GABRIELE, A.; SCHETTINO, F. **Market socialism as a distinct socioeconomic formation internal to the modern mode of production**. MPRA, September, 2007.

GRAMSCI, A. **A organização econômica e o socialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Escritos Políticos, v. 1, 2004.

\_\_\_\_\_. **El Estado y el socialismo**. Marxist Internet Archive, 2001.

GUODONG, X. **Freedom of migration and difference between city and countryside**. Duncker, Berlin, 1998.

GUTIÉRREZ, A. G. Socialismo y mercado em la etapa actual. março, 2003.

GUPTA, S. P. **Roads for large populations towards development and prosperity**. Disponível em: <[http://www.ignca.nic.in/ks\\_41033.htm](http://www.ignca.nic.in/ks_41033.htm)>. Acesso em: 9 fev. 2009.

\_\_\_\_\_. **El Estado y El socialismo**. Marxists Internet Archive, 2001.

HAO, R.; WEI, Z. Measuring inter-provincial income inequality in China: a sensitivity analysis. **Journal of Chinese and Business Studies**, v. 7, n. 1, February, 2009.

HEBEI. Ministério das Finanças. **Investimento financeiro da China na agricultura: desempenho, causas e contramedidas**. novembro, 2009. Disponível em: <[www.sourcejuice.com/.../Investimento-financeiro-China-agricultura-desempenho-causas-contramedidas/pt/](http://www.sourcejuice.com/.../Investimento-financeiro-China-agricultura-desempenho-causas-contramedidas/pt/)>. Acesso em: 22 jan. 2010.

HUANG, J.; ZHANG, Q.; ROZELLE, S. Economic growth, the nature of growth and poverty reduction in rural China. **China Economic Journal**, v. 1, n. 1, February, 2008.

HUI, W. **Humanism as the theme of Chinese modernity**. Institute of Literature, Beijing, 1995.

JABBOUR, E. **China: desenvolvimento e socialismo de mercado**. Cadernos Geográficos. Depto. de Geociências do CFH-UFSC. 2006.

JINTAO, H. **China vai aprofundar socialismo e Marxismo**. Vermelho, out. 2009. Disponível em: <[http://www.vermelho.org.br/noticia\\_print?idnoticia=116764&id\\_secao=9](http://www.vermelho.org.br/noticia_print?idnoticia=116764&id_secao=9)>.

KANG, H. **China`s township and village enterprises**. Foreign Languages Press, Beijing, 2006.

KOJIMA, R. **Breakdown of China`s policy of restricting population movement**. The Development Economies, XXXIV, 1996.

KOTZ, D. M. The State Of Official Marxism in China today. **Monthly Review**, September, 2007. Disponível em: <<http://www.mothlyreview.org/0907katz.php>>. Acesso em: 27 out. 2008.

\_\_\_\_\_. **Socialism and capitalism: Are they qualitatively different socioeconomic systems?** Department of Economics and Political Economy Research Institute. Universty of Massachusetts, December, 2006.

LAM, W. Hu Jintao's great leap backward. **Far Eastern Economic Review**, January, 2009. Disponível em: <<http://www.feer.com/essays/2009january/hu-jintaos-great-leap-backward>>. Acesso em: 28 fev. 2009.

LENIN, V. I. Eleventh Congress of the R.C.P. (B). In: **Lenin's Collected Works**. Progress Publishers, v. 33, p. 237-242, Moscow, 1965.

\_\_\_\_\_. **El despertar de Asia**. Obras completas Lenin, mayo, 1913. Disponível em: <<http://www.marx.org/espanol/lenin/obras/1910s/7-v-1913.htm>>. Acesso em: 14 set. 2008.

\_\_\_\_\_. **About a certain newspaper article**. September, 1897. Disponível em: <<http://www.marxistsfr.org/archive/lenin/works/1897/aug/30.htm>>. Acesso em 16 set. 2008.

\_\_\_\_\_. Plano for an article commercial organisation. In: **Lenin's Collected Works**. Second Printing, Progress Publishers, v. 42 p. 357-358, Moscow, 1971.

\_\_\_\_\_. The ideas of an advanced Capitalist. In: **Lenin's Collected Works**. Progress Publishers, v. 19, p. 275-276, Moscow, 1977.

\_\_\_\_\_. **Report on concessions at a meeting of the communist group of the all-russia central council of trade unions**. April, 11,1921, Disponível em : <[www.marx2mao.com/Lenin/RCTU21.html](http://www.marx2mao.com/Lenin/RCTU21.html)>. Acesso em: 23 maio 2008.

\_\_\_\_\_. **On the so-called market question**. 4<sup>th</sup> English Edition, Progress Publishers, Moscow, 1972.

\_\_\_\_\_. **A dialética da verdade absoluta e relativa**. v. 3, n. 18, junho, 2006. Disponível em: <[http://www.pco.org.br/revista\\_digital/2006/junho/verdade\\_ab\\_rel.htm](http://www.pco.org.br/revista_digital/2006/junho/verdade_ab_rel.htm)>. Acesso em: 25 set. 2008.

LENINA, P. (Coord.). Economia. São Paulo : Ed. Ática, 1981. In: LANGE, O. **Papers in economics and sociology**. Londres/Varsóvia: Pergamon press, 1970.

LICHETENSTEIN, P. M. Theories of value and price in contemporary Chinese Marxism. **Atlantic Economic Journal**, Dec., 1989.

LIU, BAI-YANG; YOON, B. J. China's economics reform and regional productivity differentials. **Journal of Economics Development**, v. 25, n. 2, December 2000.

LIU, L. **Local Government and big business in the people's of China**: case study evidence from Shandong province. *Asia Pacific Business Review*, 2008.

LOSURDO, D. **Fuga da História?** As revoluções russa e chinesa vistas de hoje. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

MAGDOFF, H. Are there economic laws of socialism? **Monthly Review**, July/August, 1985.

\_\_\_\_\_. A note on market socialism. **Monthly Review**, May, 1995.

MAMIGONIAN, A. **Ciclos econômicos e organização do espaço**. São Paulo: USP, 1993. Fotocopiado.

\_\_\_\_\_. A geografia e a formação social como teoria e como método. In: **Seminário Internacional: O Mundo do cidadão Um Cidadão do Mundo**, USP, set. 1996.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento econômico e questão ambiental**. Cadernos da VII semana de geografia. Universidade Estadual de Maringá. Maringá, jul. 1997.

\_\_\_\_\_. Neodarwinismo social e múltiplas tensões no capitalismo em crise. **Revista ADUSP**, out. 1999.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo e socialismo em fins do século XX**. São Paulo: *Ciência Geográfica*, v. 7, n. 18, p. 04-09, 2001. (visão marxista).

\_\_\_\_\_. **A China e o Marxismo**: Li Dazhao, Mao e Deng. Maio, 2008.

MANDEL, E. **La economia en el período de transición**.

MARQUIT, E. Class struggle and a socialist market economy. **Political Affairs Magazine**, 2007. Disponível em: <[http://politicalaffairs.net/article/article view/5097/](http://politicalaffairs.net/article/article%20view/5097/)>. Acesso em: 01 set. 2008.

MARX, K. **Critica del programa de Gotha. Pekin:** Ediciones em linguas estrangeiras, 1979.

\_\_\_\_\_. **Mensagem da direção central à liga dos comunistas.** March, 1850.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômicos y filosóficos de 1844.** El Mía, janeiro, 2001.

MILLER, A. **Hu Jintao and the Sixth Plenum.** China Leadership Monitor, n. 20, 2007.

MOMJAN, K. H. **Landmarks in history:** the Marxist doctrine of socio-economic formations.

MUQIAO, X. **Wages enterprises owned by the whole people.** Foreign Languages Publishing House, Beijing, 1981.

NAVROZOV, L. Marxism-Leninism is pretty much dead, but not for China's Hu Jintao. **World tribune**, January, 2008. Disponível em: <[http://www.worldtribune.com/worldtribune/WTARC/2008/lev1\\_25.asp](http://www.worldtribune.com/worldtribune/WTARC/2008/lev1_25.asp)>. Acesso em 29 ago. 2009.

NAYERI. K. Socialism and the market: methodological lesson from the economic calculation debate. **Critique**, v. 33, p. 24 -262, June, 2005.

NENOVSKY, N. Lenin and the currency competition reflections on the nep experience (1922-1924). **Working Papers Series**, n. 22, 2006.

NINGNING, D. The geographic Layout of China's regional economies. **China Development Review**, v. 6, n. 3, p. 34-45, June, 2004.

OLIVEIRA, A. P. A dimensão territorial do reformismo chinês. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 125, p. 111-130, abril/junho, 1996.

\_\_\_\_\_. **A nova geografia econômica do Leste Asiático:** a China transtorna o jogo. Cartas de Cingapura. São Paulo: NUPRI/USP, Jan. 2002.

\_\_\_\_\_. O salto qualitativo de uma economia continental. **Política Externa**, v. 2, n. 4, mar./abr./maio de 2003b.

\_\_\_\_\_. China: estado, revolução e desenvolvimentismo. **Revista Princípios**, São Paulo, n. 75, 2004.

OLIVEIRA, F. A esfinge do tempo: para onde vai o socialismo? **Revista de Economia Política**, v. 1, n. 2, abril/junho, 1981.

OLIVEIRA, G. C. **O Estado e a inserção ativa na economia**: a estratégia de desenvolvimento econômico da China (Tese de doutorado). Campinas: Universidade de Campinas, São Paulo, 2006.

OVERHOLT, W. H. **The rise of China**: how economic reform is creating a new superpower. Cultural Diffusion, New York, 1993.

PARKER, E. Prospects for the state-owned enterprise in China's socialist market economy. **Asian Perspective**, 1995.

PATNAIK, U. **The economic ideas of Mao Zedong agricultural transformation**. Disponível em: <[http://ignca.nic.in/ks\\_41032.htm](http://ignca.nic.in/ks_41032.htm)>. Acesso em: 9 fev. 2009.

PEI, M. Will the Chinese communist party survive the crisis? **Foreign Affairs**, March, 2009. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.com/print/64862>>. Acesso em: 24 mar. 2009.

PERLEZ, J. China competes with west aid to its neighbors. **The New York Times**, September, 2006.

PEIXOTO, M. G. O entendimento dialético da transição. **Revista Princípios**, São Paulo, Ed. 67, nov./dez./jan., 2002-2003.

PEREIRA, R. M. F. A. **Da Geografia que se ensina à gênese da Geografia Moderna**. Florianópolis: Editora UFSC, 1999.

PLATKÓVSKI, V.; TITARENKO, S. Que é formação econômico-social? **Revista Mensal de Cultura Política**, n. 58, junho, 1954.

PREOBRAZENSKI, E. A. **From N.E.P. to Socialism: a glance into the future of Russia and Europe**. New Park, 1973. 116 p.

\_\_\_\_\_. **Socialism reloaded: lessons from the past for future**. 20 de novembro de 2007. Disponível em: <<http://politicalaffairs.net/article/articleview/6184/>>. Acesso em: 2 Nov. 2008.

RABELO, R. Houve socialismo na União Soviética? **Revista Princípios**, São Paulo, n. 1, maio 1996.

REBELO, A.; PAULINO, L. Os 60 anos da Revolução Chinesa. **Revista Princípios**, São Paulo, n. 104. Nov.-Dez. 2009.

RANGANATAHN, C. V. **How to understand deng xiaping's China?** Indira Gandhi National Centre for the Arts, New Delhi, 1998.

RAMIREZ, S. **Algunas consideraciones sobre la China actual**. Agosto, 2006. Disponível em: <<http://www.nodo50.org/cc27s/china.pdf>>. Acesso em 13 nov. 2008.

RIGGINS, T. Marxism and confucian relevance. **Political Affairs Magazine**, 2004a. Disponível em: <<http://politicalaffairs.net/article/view/318/1/71/>>. Acesso em: 02 nov. 2008.

\_\_\_\_\_. Lenin goes to market. **Political Affairs Magazine**, 2004b. Disponível em: <<http://politicalaffairs.net/article/view/197/1/76/>>. Acesso em: 22 maio 2008.

\_\_\_\_\_. Against the grain: was Lenin defective? **Political Affairs Magazine**, 2004c. Disponível em: <<http://politicalaffairs.net/article/view/318/1/71/>>.

RUNSHENG, D. **The course of China's: rural reform**. International Food Policy Research Institute (IFPRI), 2006.

SACHS, J.; WOO, W. Thye: **Understand China's economic performance**. NBER, Working Papers 5935, 1997.

SANTOS, T. **O Marxismo como projeto e a experiência Chinesa**. [S.l.:s.n.], sem data, Disponível em: <[http://www.fmauriciograbois.org.br/admin/arquivos/arquivo\\_9\\_122\\_475.pdf](http://www.fmauriciograbois.org.br/admin/arquivos/arquivo_9_122_475.pdf)>.



SARGIS, AL. L. Unfinished business: socialist market economy. **Political Affairs Magazine**, 2004. Disponível em: <<http://politicalaffairs.net/article/view/26/1/1/>>. Acesso em: 27 abr. 2008.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2000.

SECKINGTON, I. *Nationalism, Ideology and China's. 'Fourth Generation'*. Leadership, **Journal of Contemporary China**, v.14, n. 42, February, 2005.

SHANGQUAN, G.; GUOGUANG, L.; JUNRU, M. (Eds.). **The market economy and China**. Foreign Languages Press, Beijing, 1999.

SHELL, K. **Understanding Human Relationships in China**. Disponível em: <[http://ignca.nic.in/ks\\_41033.htm](http://ignca.nic.in/ks_41033.htm)>. Acesso em: 9 fev. 2009.

SHEMIATENKOV, V. O plano e o mercado na disputa entre dois sistemas. *Revista Socialismo Teoria y Pratica*, n. 9

SILVA, M. A. Geografia e marxismo: questões de método e notas de pesquisa. **Ciência Geográfica**. v.1, n. 2, maio/ago. 2003.

SILVA, F. P. **Lenin** – o programa agrário da socialdemocracia.

SOUZA, M. A. A. (Org.). **O mundo do cidadão, o cidadão do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

**STIGLITZ, J. E. China: towards a new model of development**. *China Economic Journal*, February, 2008.

SPENCE, J. **The search for modern China**. W. W. Norton & Company Inc. New York, 1990.

STALIN, J. **Em Defesa do Socialismo Científico**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1990.

SPENGLER, O. **Prussianism and socialism.** 1920. Disponível em: <<http://www.archive.org/details/PrussianismAndSocialism>>. Acesso em: 21 dez. 2009.

SULLIVAN, L. H. *Africa-China-U.S. Trilateral Dialogue.* The Brenthurst Foundation, The Chinese Academy of Social Sciences, The Council on Foreign Relations, and the Leon H. Sullivan Foundation, September, 2007.

SUN, H. L.; CHENG, S. K.; MIN, Q. W. **Regional sustainable development review: China.** Institute of Geographic Sciences and Natural Resources Research, the Chinese Academy of Sciences (CAS), Beijing, People's Republic of China, 2002.

TEIXIERA, D. Democracia à chinesa. **Revista Veja**, São Paulo, 22 dez. 2006.

TSE-TUNG, M. Sobre a prática e sobre a contradição. 3ª Ed. Editora expressão popular, nov. de 2004.

TSE-TUNG, M. **On the ten major relationships.** Foreign Languages Press, Peking, 1977.

TETSUZO, F. **Lenin and the market economy.** Chinese Academy of Social Sciences, Beijing, August, 2002a.

\_\_\_\_\_. Capitalism and socialism in the 21st century: more on scientific view. In: **38th Akahata Festival at Tokyo.** November, 2002b.

*THE ECONOMIST.* *Until China breaks down the barriers between town and countryside, it cannot unleash the buying power of its people: or keep its economy booming.* **The Economist Newspaper Limited**, May, 2010.

TKAUTSKY, K. **The social revolution.** Chicago: Charles Kerr & Co, 1903.

TU, J. **China's strategic petroleum reserves in sino:** Venezuela relations. China Brief, v. 8, October, 2007.

UNDP, **Access for all:** basic public services for 1.3 billion people. The 2007/08 China National Human Development Report, July, 2008.

VILLAVERDE, A. A. **La reforma del Mercado de capitales en China**. Observatório de La Economía y La Sociedad d China, n. 5, dezembro, 2007.

**VIRMANI, A.** *China's socialist market economy: lessons of success. Occasional Policy Paper, April, 2005.*

XIAN, G. **A via chinesa para o desenvolvimento**. Disponível em: <<http://www.cebela.org.br/imagens/materia/123-%20128%20%20gao%20%20xian.pdf>>.

**XIAOMI, A.** **Find blend of Marxism and capitalism**. December, 2005. Disponível em : <[http://www.chinadaily.com.cn/opinion/2005-12/06/content\\_530561.htm](http://www.chinadaily.com.cn/opinion/2005-12/06/content_530561.htm)>. Acesso em: 28 jan. 2009.

XINZHEN, L. Approaches to rural reform. **Beijing Review**, October, 2008. Disponível em: <<http://www.beijingreview.com.cn/50years/2008-01.pdf>>. Acesso em: 6 maio 2009.

WALLERSTEIN, I. **The U. S. and China: enemies or allies?**. Fernand Braudel Center. Birghampton University. 01/03/2000. Disponível em: <<http://archives.econ.utah.edu/archives/pen-1/2000m04.1/msg00073.htm>>. Acesso em 14 out. 2009.

WANG, N. T. **Reforms in foreign trade and investment in China**. New York: *Columbia University Press, 2005.*

**WENLIE, YU.** *La economía socialista de mercado en China*. Revista electrónica Correspondencias Internacionales, n. 4, abril, 2004. Disponível em: <[http://www.ospaaal.org/corint/numero\\_4/esp\\_4/chinmarc.htm](http://www.ospaaal.org/corint/numero_4/esp_4/chinmarc.htm)>. Acesso em 17 fev. 2009.

WENZHAO, T. The competition between the two system and chinese socialism in information age.

**WONG, R. B.** **The polical economy of Chinese rura industry and commerce in historical perspective**. *Études rurales*, n. 161/162, p. 153/164, 2002.

WU, J. **Market socialism and Chinese economic reform**. Draft, October, 2004.

WU, J. **Understand an Interpreting Chinese Economic Reform**. Ohio: Thomson, 2005.

WU, X.; PERLOFF, J. M. **China's income distribution over time: reasons for rising Inequality**. Department of Agricultural e Resource Economics, UCB, University of California, 2004.

YE, X. Cultural logic of Marx's philosophical revolution and its implications in modern times. **Social Sciences in China**, February, 2008.

**YECHURY, S.** 21st Century e socialist China. In: **The International Symposium on World Socialism in the 21<sup>st</sup> Century**. Institute of Marxism-Leninism and Mao Zedong thoughts, Chinese Academy of Social Sciences, October, 2002.

\_\_\_\_\_. *Transforming rural China visit to modern socialist villages*. **Political Affairs Magazine**, *November/December, 2006a*. *Disponível em:* <<http://politicalaffairs.net/article/view/4450/1/222/>>. Acesso em: 01 set. 2008a.

\_\_\_\_\_. *China: the second long March towards harmonious socialist development*. **Political Affairs Magazine**, *November/December, 2006b*. *Disponível em:* <<http://politicalaffairs.net/article/articleview/4414/1/221/>>. Acesso em: 27 abr. 2008b.

\_\_\_\_\_. China: overcoming problems, strengthening socialism. **Political Affairs Magazine**, *December, 2006*. *Disponível em:* <<http://politicalaffairs.net/article/article/view/4532/1/226/>>. Acesso em: 27 abr. 2008.

YUSUF, S.; SAICH, T. **China urbanizes: consequences, strategies, and policies**. Washington D.C.: The World Bank, 2008.

YUANZHU, D. Community building in China: issues and directions. **Social Sciences in China**, v. 1, n. 152, 2008. 159 p.

ZOU, L. **West China poverty: its origins and consequences**. Institute of International studies, November, 1993.

\_\_\_\_\_. **Entrepreneurship under political transition: the Chinese experience**. Institute of Economic Reform, janeiro, 1997.

ZHENG, Y. **Hu jintao's road map to China's future**. The University of Nottingham. China Policy Institute, October, 2007.

ZHIHONG, P.; CHI, P. **Investing in China: questions and answers**. Foreign Languages Press, Beijing. 1999.